



JOANA SALEM VASCONCELOS

**"Acumulação socialista" em Cuba: a herança da plantation
na reforma agrária - 1959 a 1970**

**Campinas
2013**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

JOANA SALEM VASCONCELOS

**"Acumulação socialista" em Cuba: a herança da plantation
na reforma agrária - 1959 a 1970**

Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA JOANA
SALEM VASCONCELOS E ORIENTADA PELO PROF.
DR. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior", written over a horizontal line.

Orientador

**CAMPINAS
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Vasconcelos, Joana Salem, 1987-
V441a Acumulação socialista em Cuba: a herança da plantation na reforma agrária – 1959 a 1970 / Joana Salem Vasconcelos . – Campinas, SP: [s.n.], 2013.

Orientador: Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1.Reforma agrária – Cuba. 2. Desenvolvimento e subdesenvolvimento . 3. Socialismo. I. Sampaio Junior, Plínio Soares de Arruda,1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

13-28-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Socialist accumulation in Cuba: the legacy of plantation in the agrarian reform – 1959-1970

Palavras-chave em inglês:

Agrarian reform - Cuba
Development and underdevelopment
Socialism

Área de Concentração: História econômica

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior
Eduardo Barros Mariutti
Pedro Ramos
Waldir José Rampinelli

Data da defesa: 10-06-2013

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

JOANA SALEM VASCONCELOS

**"Acumulação socialista" em Cuba: a herança da plantation
na reforma agrária - 1959 a 1970**

Defendida em 10/06/2013

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior".

Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Pedro Ramos".

Prof. Dr. PEDRO RAMOS
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Eduardo Barros Mariutti".

Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Waldir José Rampinelli".

Prof. Dr. WALDIR JOSÉ RAMPINELLI
Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC

“Menos mal que existen

Los que no tienen nada que perder

Ni siquiera la historia.

Menos mal que existen

Los que no dejan de buscarse a si

Ni siquiera en la muerte”

Silvio Rodríguez

*A minha mãe e a meu pai,
que me transmitiram a rebeldia
e o espírito crítico de uma geração.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador **Prof. Plínio de Arruda Sampaio Junior**, que me treinou a pontaria e me ajudou a mirar o alvo, além de se tornar minha referência no pensamento crítico brasileiro, um mestre dos mestres. Agradeço a **Luiz Bernardo Pericás**, coorientador informal, sempre disponível para escutar minhas dúvidas e confiante no meu projeto, que me abriu muitos caminhos para o trabalho de campo em Cuba e indicou referências importantes na Banca de Qualificação. Ao **Prof. Jorge Grespan**, que me guiou na construção da minha pedra angular intelectual durante os três anos de iniciação científica na USP. Ao **Prof. Lincoln Secco**, por sua prontidão para ler meus textos, ao **Ciro Yoshiyasse** e aos camaradas do GMARX, pelo debate aberto, sem receio do fraterno confronto. Ao **Prof. Eduardo Mariutti**, pelo excelente curso, e a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da UNICAMP. Ao **Prof. Pedro Ramos**, pelos comentários na Qualificação, e ao **Prof. Waldir Rampinelli**, por aceitar o convite para a Banca.

Agradeço também a todos os intelectuais entrevistados durante a pesquisa, que responderam minhas perguntas com paciência e atenção, sem os quais não seria possível escrever essa dissertação. Muito especialmente, **Jacques Chonchol**, Ministro de Agricultura do governo Salvador Allende, que me recebeu em sua casa em Santiago; **Juan Valdés Paz**, gênio da filosofia da práxis, que me deu o prazer de uma conversa de mais de 5 horas em Havana; e **David Barkin**, professor da Universidad Autónoma Metropolitana do México, cujos comentários ampliaram meu campo de visão. Além deles, meus profundos agradecimentos a **Julio Travieso**, que me deu acesso à sua biblioteca pessoal para que eu fotografasse publicações raras; **Roberto Regalado** e **Ivón Muñoz** (Casa de las Américas); **Esther Lobaina** (Universidad de Havana); **Rolando Ávila** (Oficina de História del Consejo del Estado de Cuba); **Lourdes Cervantes** (OSPAAAL); **Disamis Muñoz** (Centro de Estudios Che Guevara); **Julio Díaz Vásquez** (Universidad de Havana); **Reynaldo Jimenez** (FLACSO-Cuba); **Adrian Sotelo Valencia** (UNAM); **Carlos Aguirre Rojas** (UNAM); **Ivars Brivers** (Latvian Economic Association); e **Octavio Sotomayor**

(CEPAL) que me ajudaram a testar minhas ideias e me explicaram um universo de coisas novas.

Agradeço a minha mãe, **Suzana Salém**, a quem dedico este trabalho, por seu amor que se transforma em ação, por sua teimosa insistência em colocar os filhos sempre a frente de si mesma, por ter me ensinado desde a infância que o conhecimento liberta. Agradeço ao meu pai, **José Domingos Vasconcelos**, a quem também dedico este trabalho, por ter superado obstáculos com serenidade, erguendo uma fortaleza vital diante de nossos olhos, e por adotar a alegria e o humor como ponto de vista. E à **Isis de Palma**, presença indispensável na sua vida. Agradeço ao meu irmão **Marcos**, pela sabedoria e pelo companheirismo que me fazem entender precisamente o significado da palavra fraternidade. Agradeço à **Kinha**, pelo exemplo quase utópico de altruísmo.

Agradeço ao **João** com todo amor que houver nessa vida, nossos passos entrelaçados porque “o outro que há em mim é você”. Além de compartilharmos os tempos e contratempos, é um interlocutor para todos os temas, e minha primeira referência para a autocrítica.

Agradeço às minhas queridas avós, **Dulce Salém** e **Marta Vasconcelos**, que demonstram que envelhecer é estar sempre jovem, e a cada almoço semanal abrem as portas das suas lembranças e me convidam para entrar. Ao meu avô **Vidal Salém**, generosidade encarnada, de quem sinto saudade. Agradeço às minhas tias, tios, primas e primos, por estarem sempre amorosamente juntos, tecendo uma inquebrável teia de afeto, sem nunca perder a piada. À **Rachel Salém**, artista das cores da vida, que nos deixou cedo demais.

À **Adélia**, minha segunda mãe, boa de briga, e à **Julia de Souza**, pela amizade que se fez irmã. Às amigas e amigos Catarina Pedroso, Julia Rettmann, Zé Orenstein, Betina Sarue, Thais Bilenky, Rita Mattar, Ana Tanis, Bruna Pastore, Guga Szabzon, Gabi Mazzamatti, com quem vivi as intempéries da adolescência. À Nati Dória, Jana Calu e Nathalie Drumond, que mesmo na distância continuam sendo parceiras de todas as horas. À Monika Meireles e ao Gui Aguiar, pela solidária hospitalidade. À Dani Montans, pelas gargalhadas das quintas feiras.

Agradeço a todos os meus companheiros do MES, que compreenderam meu tempo de trabalho acadêmico. Ao Pedro Fuentes, exemplo vivo do internacionalismo. A Israel Dutra, pelo otimismo da vontade. A Cibele Lima, Idalício Reimberg, Eduardo Vinagre, Bia Boggiani, Maurício Costa, Maia Fortes, Evelin Minowa, Bruno Magalhães, Maíra Tavares Mendes e tantos outros pelo ombro a ombro.

Agradeço também aos colegas de Pós Graduação, especialmente Victor Young, Pedro Henrique Duarte, Beatriz Saes, Paula Bernasconi, Daniel Ferrer, Franco Villalta, Leandro Ramos e Artur Cardoso, companheiros de cafés, aulas e reuniões. E aos colegas da Escola Sobre Economias Latino-Americanas da CEPAL, sobretudo Virgínia Fernandez e Pilar Piqué.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (**FAPESP**) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**) pelo auxílio financeiro, sem o qual este trabalho seria inexecutável.

RESUMO

A presente dissertação analisa a trajetória de transformações da estrutura agrária desencadeada pela revolução cubana em 1959, até a emblemática safra açucareira de 1970, quando toda sociedade se lançou no esforço de produção de 10 milhões de toneladas métricas de açúcar. Sustentamos que a revolução cubana promoveu um combate histórico contra o subdesenvolvimento, e as condições de sua reprodução: a *plantation* modernizada, a segregação social e a dependência externa. Em contraponto a essas condições, o igualitarismo e a soberania nacional foram erigidos como finalidades da revolução, articuladas ao projeto socialista de desenvolvimento. As reformas agrárias de 17 de maio de 1959 e de 10 de outubro de 1963 constituíram os motores das transformações revolucionárias. A estrutura agrária foi modificada essencialmente em três dimensões: o regime de propriedades, o regime de cultivos e o regime de trabalho. Nestas dimensões, os debates sobre a transição ao socialismo se entrelaçaram às polêmicas sobre as vias de superação do subdesenvolvimento. Reconstituímos as controvérsias sobre as novas formas econômicas da estrutura agrária e seus sujeitos sociais; analisamos as tensões entre a diversificação e a monocultura canavieira; discutimos as escolhas a respeito da estratégia de desenvolvimento baseada na agricultura; explicamos os condicionantes da permanência da especialização açucareira e suas relações com a nova inserção internacional de Cuba no bloco soviético. Ao final, buscamos expor as conquistas e os limites do projeto cubano de superação do subdesenvolvimento, que percorreu os estreitos caminhos históricos do possível.

Palavras-chave: Cuba, Subdesenvolvimento, *Plantation*, Reforma Agrária, Socialismo.

ABSTRACT

This dissertation analyses the trajectory of the agrarian structure transformations triggered by the Cuban revolution in 1959, up to the iconic 1970 sugar harvest, when the whole society undertook the effort to produce 10 million metric tons of sugar. We hold that the Cuban revolution promoted a historic fight against underdevelopment and the conditions of its reproduction: the modernized plantation, the social segregation and the external dependence. In contrast to these conditions, egalitarianism and national sovereignty were erected as aims of the revolution, linked to the socialist development project. The agrarian reforms of May 17, 1959 and October 10, 1963 were the engines of revolutionary transformations. The agrarian structure was modified regarding three main dimensions: the landownership regime, the crops regime and the labor regime. In these dimensions, the debates about the transition to socialism intertwined with the polemics on the means of overcoming underdevelopment. We reconstitute the controversies over the new economic forms of agrarian structure; analyse the tensions between diversification and sugarcane monoculture; discuss the choices regarding the development strategy based on agriculture; explain the conditions of the sugar specialization permanence and its relations with the new international insertion of Cuba in the Soviet bloc. At the end, we seek to clarify the achievements and limits of the Cuban project for overcoming underdevelopment, which toured the narrow historical paths of possible.

Key-words: Cuba, Underdevelopment, Plantation, Agrarian Reform, Socialism.

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, QUADROS E MAPAS

TABELA 1 - Superfície agrícola por tamanho de propriedades (1946).....	57
TABELA 2 – Distribuição das propriedades segundo sua extensão e regime de exploração (1946)	67
TABELA 3 – Superfície expropriada após dois anos de reforma agrária (Maio/1961).....	103
TABELA 4 - Estrutura de posse da terra segundo declarações juradas dos proprietários afetados pela primeira Lei de Reforma Agrária (1959).....	105
TABELA 5 - Superfície agropecuária cubana por setor (Maio/1961)	106
TABELA 6 – Superfície e força de trabalho de Cooperativas e Granjas do Povo (Maio/1961).....	116
TABELA 7 - Problemas das Cooperativas Canavieiras (Setembro/1962).....	118
TABELA 8 - Superfície/Trabalhador: Granjas do Povo e Cooperativas Canavieiras (1961)	123
TABELA 9 – Superfície e propriedades do setor privado agropecuário (agosto/1961)	134
TABELA 10 - Coletivização voluntária (1963/1967)	142
TABELA 11 - Superfície das Cooperativas Canavieiras por cultivos	154
TABELA 12 - Volumes anuais de produção de dez cultivos da agricultura cubana (1957-1961).....	155
TABELA 13 - Volume físico da produção agrícola (1958-1963).....	156
TABELA 14 - Rendimentos da cana e do açúcar (1961-1967).....	159
TABELA 15 - Produção e exportação de açúcar (1952-1963)	159
TABELA 16 - Estrutura de propriedade da terra por setores após as duas reformas agrárias	174

TABELA 17 - Classes rurais depois da segunda reforma agrária.....	179
TABELA 18 - Propriedade agrária e cultivos após a segunda reforma agrária (Dez/1963)	180
TABELA 19 – Superfície e propriedades do setor privado agropecuário após a segunda reforma agrária (1963).....	180
TABELA 20 - Convênio de 1964: plano de compra soviética de açúcar cubano	185
TABELA 21 - Consumo de açúcar <i>per capita</i> em onze países (kg/ano)	186
TABELA 22 - Rendimentos agropecuários (1963-1964).....	201
TABELA 23 - Agrupações por província (1965).....	203
TABELA 24 - Reorganização territorial após a segunda reforma agrária	204
TABELA 25 – Superfície de sete cultivos do setor estatal (1965-1971)	212
TABELA 26 - Taxa de Desemprego (1943-1981)	224
TABELA 27 - Mudança no perfil de emprego (1958-1971).....	226
TABELA 28 - Mecanização do corte e colheita da cana (1963-1981)	234
TABELA 29 - Uso e produção de fertilizantes agrícolas (1963-1968).....	235
TABELA 30 - Metas e produção real de açúcar (1952-1970)	236
TABELA 31 - Estrutura das importações.....	248
TABELA 32 - Estratégia <i>turnpike</i> e criação de meios técnico-econômicos para o desenvolvimento.....	255
TABELA 33 - Batalhas simultâneas (1968-1975)	282
TABELA 34 - Indicadores fundamentais da produção açucareira (1951-1970).....	284
TABELA 35 - Plano e realidade da safra de 1970	285
TABELA 36 – Plano e realidade da produção e exportação de açúcar (1965-1970).....	285
TABELA 37 - Produção agropecuária (1962-1978)	292
TABELA 38 - Trabalhadores da safra de 1970.....	298

TABELA 39 - Comércio exterior (1958-1970).....	320
--	-----

* * *

GRÁFICO 1 - Exportações cubanas por país de destino (1958 -1963) (%).....	147
GRÁFICO 2 - Importações cubanas por país de origem (1958-1963) (%).....	148
GRÁFICO 3 – Proporção da produção agrícola: alimentos, cana-de-açúcar e outros cultivos industriais (1957-1963)	157
GRÁFICO 4 - Produção de açúcar (1951-1970).....	189
GRÁFICO 5 - Exportações cubanas por país de destino (1958-1970).....	195
GRÁFICO 6 - Importações cubanas por país de origem (1958-1970).....	195
GRÁFICO 7 - Mudança no perfil de emprego (1958-1971).....	227
GRÁFICO 8 – Preços do açúcar (1961-1978)	317
GRÁFICO 9 - Matrículas por níveis de ensino básico (1958 -1977).....	337
GRÁFICO 10 - Matrículas por níveis de ensino superior, técnico e especial (1958-1977)	337

* * *

QUADRO 1: Patrimônio de Fulgencio Batista por setor, 1958	50
QUADRO 2: Patrimônio dos dez principais grupos açucareiros, 1958	53

* * *

MAPA 1: Granja Patrício Lumumba.....	126
MAPA 2: Granja Mártires de Placetas	126

LISTA DE SIGLAS

ACU - Agrupación Católica Universitaria de Cuba

AFPCo - American and Foreign Power Company

ANAP – Associação Nacional dos Agricultores Pequenos

AS&R - American Smeltin & Refining Company

BANDES – Banco de Desenvolvimento Econômico e Social de Cuba

BANFAIC – Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)

BRAC - Buró de Represión de Actividades Comunistas

CAME/COMECOM – Conselho de Ajuda Mútua Econômica

CCS - Cooperativas de Crédito e Serviços

CDR - Comitês de Defesa da Revolução

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CIA – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência – Estados Unidos)

CIES - Conselho Interamericano Econômico e Social

CSA - Commonwealth Sugar Agreement

CTC - Confederação de Trabalhadores Cubanos

EUA – Estados Unidos da América

FAO - Food and Agriculture Organization – United Nations

FMC - Federação de Mulheres de Cuba

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio)

ICEA - Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar

INRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

JUCEPLAN – Junta Central de Planificação

MINAZ - Ministério da Indústria Açucareira

MR 26-7 – Movimento Revolucionário 26 de Julho

OEA - Organização dos Estados Americanos

OSPAAAL - Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina

PIB – Produto Interno Bruto

PSP – Partido Socialista Popular

RDA – República Democrática Alemã

SAP - Sociedades Agropecuárias

SDPE - Sistema de Direção e Planificação da Economia da URSS

UJC – União da Juventude Comunista

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZDA – Zonas de Desenvolvimento Agrário

Sumário

Introdução – Dilemas e limites da revolução na periferia do capitalismo

..... 1

- a) **Cuba: reforma agrária e revolução** 1
- b) **Comentários teórico-metodológicos** 3
- c) **As determinações históricas do subdesenvolvimento** 7
- d) **A estrutura agrária** 11
- e) **As novas contradições** 16
- f) **Os capítulos** 19
- g) **Uma periodização** 27

CAPÍTULO 1 - O subdesenvolvimento e a modernização da *plantation* 31

A) MODERNIZAÇÃO DA *PLANTATION* 31

B) A MALDIÇÃO DAS MULTIDÕES 35

Maquiagem estatística 36

Retrato da miséria rural 37

Desemprego estrutural e tiempo muerto 39

C) O MUNDO VISTO DE CIMA 42

Batista e os Rockefeller-Sullivan 43

Retrato da sacarocracia 46

D) ESTRUTURA LATIFÚNDIO-MINIFÚNDIO 56

Absorção assimétrica de tecnologia estrangeira 58

Os atores sociais da *plantation* modernizada 61

Especulação e monocultura 63

E) WALL STREET E O AÇÚCAR 69

Ordem Militar nº 62 e acumulação primitiva 69

A Dança dos Milhões 71

Tratado de Reciprocidade de 1934 e Lei Costigan-Jones 74

Ascensão da sacarocracia cubana 75

F) UMA REVOLUÇÃO CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO 77

O Programa de Moncada 78

Nacionalismo democrático revolucionário e anti-imperialismo 82

A Lei nº 3 da Sierra Maestra 84

CAPÍTULO 2 - A primeira reforma agrária e a nova estrutura 89

A) TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA: REFORMA E REVOLUÇÃO 90

A Lei de Reforma Agrária de 17 de Maio de 1959 92

As Leis de Nacionalização	100
Retrato da transformação estrutural	103
B) COOPERATIVAS OU GRANJAS ESTATAIS: O “PEQUENO DEBATE AGRÁRIO” DE 1961 E 1962	108
O camponês-proletário e a preservação da escala	109
As Cooperativas Agrícolas.....	111
As Granjas do Povo.....	113
A conversão das Cooperativas em Granjas	117
C) O CAMPESINATO: O PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE E A ANAP	133
A Fundação da ANAP e seus princípios	135
Os erros cometidos com o campesinato	136
O administrativismo da ANAP	140
A política de coletivização voluntária.....	141
D) DIVERSIFICAÇÃO AGRÁRIA: RUPTURA DA DUPLA ARTICULAÇÃO	144
Crise da inserção econômica: em busca da soberania nacional	145
Aumento da demanda interna: em busca da igualdade social	150
Diversificação: em busca do desenvolvimento econômico.....	153
Problemas estruturais da diversificação: extensiva, desorganizada e insuficiente	158
Acirramento da luta de classes e tendências gerais da economia em 1963	165
CAPÍTULO 3 - A segunda reforma agrária e o paradoxo do açúcar	171
A) TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA SEGUNDA REFORMA AGRÁRIA	171
A Lei da Segunda Reforma Agrária.....	172
O Ciclone Flora	174
As bases sociais da nova agricultura.....	178
Uma estratégia combinada: açúcar, diversificação e tecnologia	181
B) A UNIÃO SOVIÉTICA E O PARADOXO DO AÇÚCAR.....	183
O Convênio de 1964.....	184
De volta ao açúcar.....	188
Revolução insertada e o paradoxo da nova dependência	192
Anti-imperialismo e soberania nacional: Cuba no Terceiro Mundo	197
C) A GESTÃO AGRÁRIA ENTRE A DESCENTRALIZAÇÃO E A CENTRALIZAÇÃO.....	201
Agrupações, Departamentos, Lotes.....	203
Aspectos do grande debate na agricultura.....	205

D) DIVERSIFICAÇÃO ESPECIALIZADA E MODELO TECNOLÓGICO INTENSIVO	209
O desempenho dos cultivos entre 1964 e 1970	210
Combinados e Planos Especiais: as formas da diversificação.....	213
O campesinato e os planos especiais.....	216
E) DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E MECANIZAÇÃO CANAVIEIRA ..	218
O investimento e o consumo	221
Tiempo Muerto às avessas	224
Caminhos e descaminhos da escolha tecnológica	228
CAPÍTULO 4 - A safra de 1970 e a estratégia cubana de desenvolvimento	239
A) ESTRUTURA AGRÁRIA E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	239
Industrialização por substituição de importações.....	242
Estratégia turnpike: a volta das “vantagens comparativas”?	250
Por que 10 milhões?	257
B) OFENSIVA REVOLUCIONÁRIA E ECONOMIA MORAL	263
Economia moral e centralização ideológica.....	268
Remuneração coletiva e descontrolado contábil	274
Encolhimento do campesinato	277
C) O PLANO E A REALIDADE DA SAFRA DE 1970	280
Batalhas simultâneas	281
A safra em números.....	283
Causas do fracasso	286
As distorções estruturais.....	290
D) TRABALHO VOLUNTÁRIO: ENTRE A CONSCIÊNCIA E A COERÇÃO	297
A queda da produtividade e a eliminação do capataz.....	299
As críticas ao trabalho voluntário.....	303
A militarização do trabalho	307
Autocrítica.....	308
CAPÍTULO 5 - Vantagens geopolíticas e socialismo subdesenvolvido	315
A) VANTAGEM GEOPOLÍTICA: ORIGEM DO EXCEDENTE	315
A transferência de recursos soviéticos	316
Convênio multilateral de pagamentos	322
A Guerra Fria e as vantagens geopolíticas	328
O ingresso no CAME.....	332

B) SOCIALISMO, SUBDESENVOLVIMENTO E A RACIONALIDADE DO POSSÍVEL.....	334
Subdesenvolvimento e igualitarismo.....	336
Infraestrutura e desenvolvimento econômico.....	341
A racionalidade do possível	344
BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL	351
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	363

O Terceiro Mundo agora se tornava o pilar central da esperança e da fé dos que ainda acreditavam na revolução social. Representava a grande maioria dos seres humanos. Parecia um vulcão global prestes a entrar em erupção, um campo sísmico cujos tremores anunciavam os grandes terremotos futuros.

Eric Hobsbawm¹

La delegación cubana quisiera destacar que a su juicio América Latina no podría realizar los requisitos de transformación interna que el documento de la CEPAL enuncia, y con los cuales en general coincidimos, sino por la vía de la transformación revolucionaria de esas estructuras, transformación que desaloje de sus posiciones económicas a las oligarquías latifundistas criollas y extranjeras, produzcan la brusca redistribución de los ingresos y sitúe los resortes financieros y reales de las economías latinoamericanas en las manos de estados revolucionarios con un fuerte basamento popular y dispuestos a acometer una real política de desarrollo.

Carlos Rafael Rodríguez

Lima, 10 de abril de 1969

13º Período de Sessões da CEPAL²

¹ 2003, p. 424

² 1983, p. 285

Introdução – Dilemas e limites da revolução na periferia do capitalismo

“As sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais cabalmente o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações”

Celso Furtado³

a) Cuba: reforma agrária e revolução

Sustentamos, por meio deste trabalho, que a revolução cubana foi uma revolução contra o subdesenvolvimento, uma vez que sua motivação histórica prioritária era enfrentar as contradições impostas pelo capitalismo dependente: primeiro, a segregação social reproduzida por uma estrutura agrária neocolonial; segundo, a alta vulnerabilidade externa que lhe cassava a soberania nacional. Para superar a segregação social e a vulnerabilidade externa, a revolução carecia de um projeto de desenvolvimento. O projeto de desenvolvimento cubano transitou do nacionalismo democrático revolucionário ao socialismo por dois motivos combinados. Primeiro, porque a burguesia cubana se mostrou intolerante a quaisquer reformas que redistribuíssem o excedente nos marcos do sistema capitalista e alterassem sua utilização privilegiada, o que abriu caminho para a radicalização das transformações exigidas. Por isso, a reestruturação produtiva da ilha, uma vez orientada para democratizar o excedente, desencadeou uma escalada de conflitos irreversíveis. Segundo, porque em tempos de Guerra Fria, quem fosse inimigo dos Estados Unidos seria aliado da União Soviética, e esse deslocamento geopolítico se processou rapidamente entre 1959 e 1961, sem que isso implicasse imitação simétrica e automática de todas as premissas ideológicas do sistema soviético. O objetivo desta pesquisa é discutir os dilemas do projeto socialista de desenvolvimento criado pela revolução cubana para superar as contradições do capitalismo dependente, tendo como eixo a alteração da estrutura agrária

³ 1981, p. IX

que reproduzia o sistema. Vamos recorrer à teoria do desenvolvimento, sustentada por uma teoria do excedente, para organizar a narrativa histórica do processo de transformação agrária da revolução cubana, buscando identificar seus sujeitos sociais e seus obstáculos estruturais entre 1959 e 1970, bem como as novas contradições criadas no seio da própria revolução e as polêmicas que dinamizaram seu projeto. Para executar este objetivo, foi necessário investigar previamente as principais determinações históricas do subdesenvolvimento cubano até 1958, adotando-se como fio condutor o processo de modernização da *plantation*. Com isso, compusemos um retrato do ponto de partida das transformações agrárias desencadeadas pela revolução - que constituem precisamente o objeto do trabalho.

Sendo este o eixo fundamental da pesquisa, optamos por priorizar uma abordagem teórica capaz de explicar, em seus aspectos gerais e específicos, o *subdesenvolvimento*, entendido como processo histórico, social, econômico e cultural definidor da realidade cubana de 1958. O subdesenvolvimento foi historicamente determinado pela modernização das heranças coloniais, que potencializou o soerguimento de estruturas produtivas alheias às necessidades da coletividade. Neste sentido, é um reflexo da ausência da “formação nacional”, isto é, a inexistência de nexos culturais e morais compartilhados pela coletividade e de um sistema econômico integrado às demandas e identidades da população. Em outras palavras, o subdesenvolvimento é o resultado da incapacidade do capitalismo dependente para criar as bases econômicas adequadas à satisfação das necessidades internas do país, que fossem orientadas por valores socialmente compartilhados⁴. Uma vez que as sociedades periféricas são dotadas de estruturas produtivas voltadas para a satisfação de vontades estrangeiras, não estão formadas as condições materiais e culturais da soberania nacional, permanecendo estas vulneráveis aos ditames do capital internacional. Por isso, entendemos que esta ausência da formação nacional desencadeia a impossibilidade das sociedades periféricas para controlarem os rumos e os ritmos de seu desenvolvimento, predominantemente determinados pelas condições externas. Estas sociedades não conseguem, portanto, controlar seu próprio tempo

⁴ Sobre as debilidades estruturais do capitalismo dependente e seu conflito com a formação nacional, ver Sampaio Jr: “O capitalismo dependente se divorcia completamente da sociedade nacional, tornando-se incompatível com a continuidade do processo civilizatório” (Sampaio Jr, 2000, p. 417)

histórico, ou seja, para onde caminham e com qual passo. Por conseguinte, não consideramos que o subdesenvolvimento pode ser reduzido a um fenômeno exclusivamente econômico, e tampouco compartilhamos com análises que se utilizam deste conceito de maneira unidimensional. Ao contrário, como se explicará adiante, concebemos o subdesenvolvimento como síntese das múltiplas determinações do processo histórico latino-americano, expressando os nexos orgânicos entre economia dependente, segregação social, aculturação das elites, relações de produção particularmente violentas, institucionalidade precária e fragmentação das identidades regionais, processos agravados pela ausência da formação nacional, que leva as contradições do capitalismo dependente ao paroxismo. Por isso, o conceito de subdesenvolvimento constitui uma porta de entrada possível para a consideração da totalidade histórica.

b) Comentários teórico-metodológicos

Para alcançar os objetivos supracitados, recorreremos a dois referenciais teóricos complementares. Primeiro, à teoria do excedente de Celso Furtado, que subsidia uma visão totalizante do subdesenvolvimento e indica os motores de sua reprodução ampliada (ver Furtado, 1974; 1977; 1981). Vejamos como Furtado define os parâmetros de sua teoria do excedente:

A identificação do excedente requer o estudo do destino dado ao fruto do incremento da produtividade do trabalho. São as desigualdades dos níveis de consumo dos membros de uma coletividade que constituem a indicação irretorquível da existência do excedente. Portanto, a teoria do excedente constitui a face econômica da teoria da estratificação social. (...). Em síntese: o tema central da teoria do excedente são as formas inigualitárias de apropriação do fruto do aumento da produtividade do trabalho (1977, pp. 18-19).

Esta teoria do excedente representa um *corpus* conceitual preciso e suficientemente flexível para explicar não apenas o capitalismo subdesenvolvido (nosso ponto de partida), como também as alterações estruturais promovidas pela revolução para superá-lo (o processo de transição socialista), e as formas econômicas e relações sociais vislumbradas para a sociedade que se pretendia construir (o sentido histórico da revolução). Nesta narrativa das

transformações agrárias cubanas, identificamos e analisamos as tensões entre as diferentes *formas econômicas agrárias* que coexistiram no processo histórico da transição. A categoria de *excedente*, tal como concebida na teoria de Furtado, se mostrou particularmente adequada ao estudo dos processos de transição da América Latina porque, com sua amplitude, é capaz de fundamentar tanto as estruturas produtivas subdesenvolvidas que ainda não pereceram, quanto as formas econômicas provisórias surgidas do calor da luta revolucionária, e ainda as novas estruturas e relações socialistas em edificação. Como previu Furtado, sua teoria do excedente poderia ser aplicada para análise das sociedades pós-capitalistas:

A partir de ideias como a de excedente e de acumulação é possível construir um quadro conceitual suficientemente amplo para abarcar o estudo de todas as formações sociais (...). Mas não apenas as formas ‘pré-capitalistas’ de organização da produção podem ser abarcadas em uma teoria da mudança social a partir do conceito de excedente. O mesmo podemos dizer das formas ‘pós-capitalistas’, tais chamadas economias centralmente planejadas, nas quais a dimensão relativa do excedente e também sua destinação surgem explicitamente como uma resultante da ação direta do Estado (1977, p. 27)

Adotamos tal referencial conscientes de que a “transição socialista” foi tema amplamente discutido pela tradição marxista ao longo de todo o século XX. Contudo, sendo este um trabalho fundamentalmente empírico e narrativo, não podemos nos furtar de escolher o referencial mais capaz de explicar a situação concreta de Cuba, e não o referencial imediatamente consagrado por esta tradição⁵. Ademais, pensamos que, em nível teórico, o

⁵ A tradição marxista atravessou um século de controvérsias sobre a transição ao socialismo que, de modo geral, foram polarizadas a partir de duas posições políticas “originárias”, sustentadoras do debate econômico soviético da década de 1920, das quais os representantes pioneiros foram Preobrajensky (1979) e Bukharin (1987). O primeiro elaborou a teoria da acumulação socialista originária, que diagnosticava uma nova determinação histórica da luta de classes durante a transição, na qual o Estado (proletário) e o setor privado (predominantemente camponês) disputavam o excedente. Identificado com o segmento socialista da produção, o setor estatal seria ainda incapaz de executar sua própria reprodução ampliada, e deveria recorrer aos excedentes privados (capitalistas) para alimentar uma acumulação originária, do mesmo modo como o capitalismo se alimentou de tantas formas de produção não assalariadas antes e depois da revolução industrial, destacadamente, as colônias escravistas da América. Acumulação socialista originária pressupunha, portanto, captação de excedente privado pelo Estado através de mecanismos extraeconômicos. Bukharin, ao contrário, defendia que o enriquecimento do setor privado era uma peça chave do desenvolvimento das forças produtivas sem as quais não seria possível atingir os objetivos socialistas. Por isso, se o Estado despojasse o setor privado de seu excedente, as forças produtivas nunca alcançariam os níveis historicamente necessários para a completude do processo revolucionário. As polêmicas a respeito da adequada correlação entre o setor estatal e o setor privado na apropriação do excedente durante a edificação do socialismo adquiriram os mais diversos desdobramentos, incluindo controvérsias de elevada abstração teórica a respeito da incidência da lei do valor nas economias de transição. Não desconsideramos esta tradição marxista de debates sobre a

conceito de subdesenvolvimento adotado apresenta conexões com as leituras marxistas do capitalismo periférico (ver, por exemplo, Amin, 1976), oferecendo mais sólido aporte para a análise da *dupla articulação* combatida pela revolução cubana: a dependência externa e a segregação social. Os pontos de contato entre estruturalismo latino-americano de Celso Furtado e marxismo nos permitem combiná-los, na mesma medida em que a própria história da revolução cubana o fez.

Em segundo lugar, então, adotamos a filosofia da história de Marx para diagnosticar as forças atuantes no processo histórico, isto é, a *luta de classes* como critério definidor das possibilidades de ruptura e superação do subdesenvolvimento (ver Marx, 2007, 1998). O conceito de sujeito histórico presente na filosofia da história de Marx nos permite evitar uma abordagem estática da realidade, e dar conta de explicar não apenas os obstáculos estruturais postos a frente do desenvolvimento cubano (que podem ser analisados à luz da teoria de Furtado), como também a enérgica vontade revolucionária (força subjetiva) que permitiu que uma pequena ilha desafiasse um império. A escalada de conflitos políticos e ideológicos engendrada pela revolução cubana se amplificou de acordo com a luta de classes nacional e internacional. Neste sentido, o projeto de desenvolvimento da revolução, definitivamente, *não* dependia da “vontade política” de administradores públicos nacionalistas e suas equipes de alta competência técnica, guiados pela defesa do desenvolvimento econômico e da justiça social, como poderia supor o estruturalismo latino-americano. A solução burguesa idealizada pela tradição cepalina nunca encontrou lugar na ilha e a superação do subdesenvolvimento coincidiu com a necessidade histórica da revolução.

transição. Contudo, partindo da análise histórico-concreta, pensamos que a teoria do excedente que sustenta o conceito de subdesenvolvimento e a economia política estruturalista latino-americana, tal como formulada por Celso Furtado, é mais capaz de explicar os problemas específicos da América Latina e, por conseguinte, de Cuba. Ainda que o debate marxista da transição possa fornecer importantes aportes à narrativa histórica das reformas agrárias em Cuba, este corresponde predominantemente a outras realidades históricas – especialmente da União Soviética e do Leste Europeu. Com isso, pretende-se evitar os equívocos ocasionados pelo deslocamento desta tradição de uma realidade a outra, sem as devidas mediações. De todo modo, há incontáveis pontos de contato entre um e outro referencial, o que nos permite combiná-los, *desde que a própria realidade do processo histórico cubano o tenha feito*. Além disso, a noção de excedente é mais ampla que a de mais-valia, uma vez que pode ser utilizada para a investigação de formas não capitalistas de produção, isto é, nos permite percorrer diferentes transformações revolucionárias sem abandonarmos a precisão conceitual, sem nos perdermos em rotulações inadequadas e, finalmente, sem a necessidade de ressalvas teóricas abstratas sobre a maior ou menor validade da lei do valor nas economias de transição – o que estaria muito além do objetivo deste trabalho. Por estes motivos, a teoria do excedente se revelou mais adequada ao nosso objeto.

Veremos que a combinação destes referenciais não é arbitrária ou casuística. Nesta interessante zona de intersecção circularam diversos intelectuais cubanos e estrangeiros que, com diferentes papéis e intensidades, atuaram no projeto de desenvolvimento da revolução: Carlos Rafael Rodríguez, Ernesto Guevara, Raúl Castro, Regino Boti, Oscar Pino-Santos, Juan Noyola, Juan Valdés Paz, Sergio Aranda, José Acosta, Jacques Chonchol, Carlos Romeo, David Barkin, Michel Gutelman, Charles Bettelheim, René Dumont e, com fortes ressalvas, a própria CEPAL (excepcionalmente nas publicações sobre Cuba de 1964 e de 1980), entre muitos outros. É possível dizer que Fidel Castro também se localizou neste território duplo, adotando, por um lado, José Martí como guia teórico e prático da luta por emancipação nacional; e, por outro, Karl Marx como referencial político para justificar a necessidade do socialismo. Entre os intelectuais brasileiros que adotaram a perspectiva democrática da “formação nacional”, Florestan Fernandes também articulou estes referenciais na sua reflexão sobre Cuba elaborada em 1979, destacando as “duas ordens de necessidades interdependentes” do processo revolucionário cubano:

Pobreza crônica e subdesenvolvimento extremo enfrentados através do socialismo (...). Essa contradição, no que ela tem de geral e de elementar, não é exclusiva de Cuba. O que é específico de Cuba é a modalidade da combinação, a tentativa de vincular a acumulação socialista originária a duas funções simultâneas: a superação da pobreza crônica e do subdesenvolvimento extremo em conjunto com a implantação de uma sociedade socialista (2007, pp. 314-315).

Consideramos, portanto, que esta zona de intersecção teórico-metodológica constituiu historicamente um território profícuo para as polêmicas estratégicas sobre o futuro latino-americano.

Além disso, por meio da combinação destes dois referenciais pretende-se evitar dois erros. Primeiro, a ênfase excessiva nos fatores estruturais, que elimina ou desmerece o papel dos sujeitos na tomada de decisões históricas. Segundo, o seu gêmeo invertido: a ênfase desmedida nos fatores subjetivos e na vontade dos sujeitos históricos para determinar o desenvolvimento, que reduz as reais dificuldades impostas pelos obstáculos estruturais. A combinação destes referenciais representa a busca de uma abordagem dialética entre estruturas e sujeitos, entre possibilidades e necessidades, entre os meios e os fins do projeto

socialista de superação do subdesenvolvimento⁶. Com isto posto, podemos avançar para a definição de subdesenvolvimento que orienta este trabalho.

c) As determinações históricas do subdesenvolvimento

O conceito de subdesenvolvimento adotado por este trabalho será brevemente sintetizado a partir de alguns pressupostos teóricos. De acordo com Celso Furtado, qualquer teoria do desenvolvimento deve levar em conta uma teoria do excedente⁷. O desenvolvimento é determinado pelas escolhas a respeito da utilização do excedente, tomadas a partir de um “horizonte de opções”. A conexão entre projeto de desenvolvimento e utilização do excedente é a essência da sua teoria. Como afirmou Furtado:

O que importa no conceito de excedente é a destinação final dos recursos, a qual está desligada da satisfação das necessidades constringentes e se abre sobre um horizonte de opções. É porque seu uso transcende as exigências básicas relacionadas com a reprodução da população, em certo contexto cultural, que esses recursos podem ser considerados excedentários. Visto de outro ângulo, o uso desses recursos traduz o projeto de vida da coletividade, a soma de todas as opções tomadas pelos indivíduos e grupos que participam de uma ou outra forma de dominação social (1981, pp. 49-50).

Por isso, uma teoria do desenvolvimento deve compreender as formas de geração, apropriação e utilização do excedente. No conjunto do produto social, o excedente é a parcela que não é absorvida pelo “custo de reprodução da população” e, portanto, pode ser consumida por atividades não diretamente relacionadas à subsistência (Furtado, 1981, p.

⁶ A justificativa teórico-metodológica da pesquisa de Charles Edquist sobre as escolhas tecnológicas do governo revolucionário cubano adota perspectiva semelhante: “We attempted to integrate structural and actor-oriented approaches instead of regarding them as mutually exclusive and contradictory. By combining these two approaches, two fallacies can be avoided. One is an extreme deterministic attitude to technique, implying that the structure determines everything, and that there is no scope at all for actors to influence the choice of technique. The other fallacy is a pure actor-oriented, ‘agent’ approach: i.e. a voluntaristic attitude implying that the actors exclusively determine the choice of technique without being subject to any structural constraints at all. In order to avoid the latter fallacy, the actor concept should be intrinsically based on the structural theory” (1985, p. 11).

⁷ Sobre excedente e desenvolvimento, Furtado sintetizou: “O conceito de excedente surge como a pedra angular do estudo do desenvolvimento” (1994, p. 37)

54). A *geração* do excedente é definida pela relação entre a divisão social do trabalho e a produtividade do trabalho. Sua eficiência pode crescer de modo sincrônico (pela especialização e aumento da escala) ou diacrônico (pela inovação tecnológica). A *apropriação* do excedente é sua absorção assimétrica pela estrutura social, que pode se processar por distintos mecanismos autoritários e mercantis de dominação. Já a *utilização* do excedente, fundamentalmente, se divide em dois tipos: a ampliação das capacidades produtivas ou o simples consumo improdutivo. São as escolhas da utilização do excedente que, na teoria de Furtado, revelam a “racionalidade substantiva” de uma sociedade, isto é, os valores culturais e morais que hierarquizam as práticas sociais. Em outras palavras, a *finalidade* de grupos sociais historicamente determinados, que detêm o controle da trajetória do excedente.

O predomínio de uma finalidade na utilização do excedente sobre outra depende da correlação de forças entre classes sociais. Isso porque a finalidade dominante de uma sociedade corresponderia à racionalidade substantiva da classe social dominante, definida pela capacidade de controle do processo de geração, apropriação e utilização do excedente. Mas para alcançar sua finalidade, as classes dominantes carecem daquilo que Celso Furtado nomeou de “racionalidade instrumental”, isto é, os meios técnicos e econômicos que lhes permitam gerar o excedente. A racionalidade substantiva (fins) e a racionalidade instrumental (meios) são duas dimensões estratégicas dos “processos de criatividade” humana: envolvem tanto a elaboração das técnicas capazes de ampliar o horizonte de opções materiais e culturais; quanto a utilização criativa destas novas opções de acordo com a hierarquia de finalidades dominantes⁸. *Na teoria*, o desenvolvimento seria o controle das mudanças históricas promovidas pela síntese destes dois processos da criatividade, e dependeria da correlação entre meios técnico-econômicos e fins culturais ou morais, necessariamente determinada pelas lutas em torno do controle do excedente.

Neste quadro teórico, a particularidade do capitalismo em relação a todos os outros modos de produção seria a sobreposição da racionalidade instrumental em relação à racionalidade

⁸ Afirmou Furtado: “A ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se à utilização última destes meios, aos valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial” (1994, p. 37)

substantiva. Isso ocorre porque “a penetração dos critérios mercantis na organização da produção não é outra coisa senão a ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental” (Furtado, 1981, p. 4). Só no capitalismo os fins se confundem com os meios de tal modo que a técnica se transforma em uma determinação prioritária da utilização do excedente. Furtado caracteriza o capitalismo nos seguintes termos:

É certamente o primeiro caso de uma sociedade em que a racionalidade instrumental constitui ela mesma fonte de legitimidade do sistema de poder e em que a inventividade com respeito aos aspectos operativos da vida social impõe-se sobre todas as outras formas de criatividade (1981, pp. 52-3).

Enquanto o desenvolvimento do capitalismo, em termos genéricos, confunde sua finalidade com o progresso da técnica (o que explicaria a maior capacidade tecnológica do centro do sistema), o *subdesenvolvimento* do capitalismo seria historicamente determinado por duas outras razões substantivas: primeiro, a rentabilidade das economias centrais; e segundo, a modernização dos padrões de consumo das elites periféricas.

A primeira determinação histórica do subdesenvolvimento foi garantida pelo controle estrangeiro dos meios de produção e das riquezas naturais das sociedades periféricas, viabilizado pela desequilibrada aliança entre capitais nacionais e internacionais, que colocaria uma enorme massa de recursos produtivos a serviço da rentabilidade das economias centrais. A segunda determinação histórica do subdesenvolvimento foi sintetizada a partir do conceito de “modernização”, isto é, a permanente sofisticação dos padrões de consumo das elites das sociedades periféricas, aprofundada por um processo histórico de absorção assimétrica de meios técnicos modernos elaborados no capitalismo central (Furtado, 1974). Esta assimilação desigual de tecnologia estrangeira carregaria consigo a penetração de valores e identidades alheios às sociedades periféricas, incorporados apenas por elites aculturadas carentes de sentimento nacional. A face inevitável da heterogeneidade tecnológica resultante da “modernização” foi o desemprego estrutural⁹.

⁹ Sintetizou Furtado: “Circunstâncias históricas que foram objeto de outros estudos, fizeram com que certos países adotassem precocemente uma tecnologia *capital-intensive* (com respeito à disponibilidade de recursos para acumulação), o que levou-os a conformarem a própria estrutura econômica de maneira a perpetuar uma heterogeneidade tecnológica que se manifesta no plano social sob a forma de importante contingente da

As duas determinações, por serem essencialmente alheias à formação nacional, proporcionariam uma base econômica tão distorcida quanto o fosse a estrutura de estratificação social, e permanentemente incapaz de satisfazer as necessidades básicas das populações. Assim, o subdesenvolvimento seria a síntese histórica de uma inadequação entre meios e fins, caracterizado pela insuficiência estrutural da base técnico-econômica para satisfazer, de um lado, as determinações assimétricas da acumulação, e de outro, as necessidades da coletividade nacional. Esta insuficiência foi historicamente compensada pelo recrudescimento da segregação social e dos mecanismos autoritários de extração de excedente. Como definiu Furtado:

O que veio a chamar-se subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva. Este tem sua origem na forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho e o primeiro na penetração dos padrões de consumo do centro. A característica básica da economia periférica consiste, portanto, numa dessimetria entre sistema produtivo e a sociedade. Essa dessimetria manifesta-se sob a forma de heterogeneidade social e de rupturas e desníveis nos padrões de consumo (1981, pp. 89-90).

Sendo assim, as determinações históricas do subdesenvolvimento engendram uma combinação contraditória de *violência* (formas autoritárias de extração do excedente viabilizadas pelo desemprego estrutural e pelo subemprego) e *desperdício* (subutilização das capacidades produtivas decorrente dos desníveis de produtividade e da ausência de um sistema econômico nacional). A reprodução ampliada das assimetrias do subdesenvolvimento dependeria, para Furtado, de duas alavancas fundamentais situadas na estrutura agrária e na ordem econômica internacional¹⁰.

Em se tratando de um fenômeno histórico-estrutural, a superação destes entraves exigiria o estremecimento das bases do capitalismo dependente. Foram justamente estes os alvos da

população ‘subempregada’, vale dizer, ocupada em atividades que desconhecem qualquer aumento da produtividade física” (1977, p. 24).

¹⁰ Sobre a estrutura agrária, Furtado afirma: “As condições de vida da população que se acumula nas terras inferiores ou migra para a fronteira agrícola definem o salário básico pago na agricultura capitalista. Portanto, é a estrutura agrária que demarca o excedente” (1981, p. 104). Sobre a ordem econômica internacional, Furtado sustenta: “Pouca dúvida pode haver de que a presente ordem econômica internacional alimenta e exacerba as disparidades, pois seu estilo tecnológico que é seu *substratum* – e que tem origem em economias de elevado nível de acumulação – privilegia a diversificação do consumo ali onde as necessidades mais elementares não foram satisfeitas” (1981, p. 146).

revolução cubana, que combateu as duas determinações históricas do subdesenvolvimento através de um programa hierarquizado por duas novas finalidades: o *igualitarismo* e a *soberania nacional*. Estas duas novas finalidades se amalgamaram na luta anti-imperialista e se converteram em um *projeto socialista de desenvolvimento*, declarado a partir de abril de 1961. Este projeto demandava, por um lado, a modificação da racionalidade instrumental, ou seja, uma nova relação entre as estruturas de produtividade e as necessidades da população e, por outro, o enraizamento destas novas finalidades incorporadas como valores comuns da coletividade nacional. Sendo o subdesenvolvimento uma inadequação entre meios e fins que inviabiliza o controle social dos rumos e ritmos da mudança histórica, a tentativa cubana de superá-lo se deparou com desafios estruturais ligados a estes dois processos da criatividade. Serão objetos deste trabalho as dificuldades cubanas para, por um lado, encontrar os meios adequados para as novas finalidades do desenvolvimento, e por outro, converter as novas finalidades em uma razão coletiva tão envolvente que fosse capaz de reduzir os componentes coercitivos das relações sociais de produção ou, em outras palavras, autodisciplinar o trabalhador através da consciência.

d) A estrutura agrária

Esta trajetória de transição será abordada a partir do ponto de vista da estrutura agrária, por razões que serão explicitadas a seguir. Por suas características históricas, a estrutura agrária constitui o ponto nevrálgico da reprodução ampliada do subdesenvolvimento¹¹. Partimos do seguinte ponto de vista de Furtado:

As estruturas agrárias constituem o melhor ponto de observação para o estudo dos mecanismos de dominação social em que se baseia a extração autoritária de um excedente (...). A simbiose do tradicional e do moderno, que caracteriza a agricultura periférica, é o melhor prisma para observar o entrosamento da dominação externa – forma de inserção na divisão internacional do trabalho – e da interna: prevalência do critério autoritário na extração de excedente (1981, pp. 96, 101).

¹¹ Caio Prado Junior afirmou: “a agricultura é o nervo econômico da civilização” (1994, p. 130).

Em uma sociedade subdesenvolvida exportadora de produtos tropicais, a forma agrária específica da segregação social foi a *plantation*¹². Este conceito, criado para explicar a estrutura agrária das colônias algodoeiras do Sul dos Estados Unidos, encontrou ressonância na literatura histórica e econômica da América Latina, já que o modelo latifúndio-monocultura-escravidão determinou a constituição colonial de países como Brasil e Cuba, destacadamente na produção canavieira¹³. Em Cuba, Manuel Moreno Fraginals e Ramiro Guerra foram os maiores estudiosos do tema¹⁴. A *plantation* foi um fato histórico colonial que criou raízes na estrutura agrária das sociedades pós-coloniais.

Até 1958, o processo de geração, apropriação e utilização do excedente econômico de Cuba era determinado por três alavancas coordenadas de reprodução do capitalismo dependente, todas elas assentadas sobre a estrutura agrária: primeiro, a modernização da *plantation*; segundo, a segregação social; e terceiro, a proeminência do capital financeiro internacional sobre as relações agrárias de produção¹⁵. Trataremos brevemente destas três alavancas.

Primeiro, a modernização da *plantation* cubana ocorreu com base em dois processos econômicos fundamentais: o aprofundamento da concentração fundiária e a absorção assimétrica de tecnologia. A concentração fundiária, acompanhada da desnacionalização da terra, foi viabilizada pela alta organicidade estabelecida entre a produção canavieira e o capital financeiro estadunidense, que a tornou absolutamente suscetível aos solavancos das crises geradas pela especulação internacional, especialmente a crise da Dança dos Milhões de 1920 (Pino-Santos, 1983, p. 375-7). A ocupação estrangeira de enormes superfícies

¹² Furtado elaborou uma tipologia do subdesenvolvimento na América Latina de acordo com a especialização produtiva. Definiu três grupos exportadores: de produtos agrícolas de clima temperado (Argentina e Uruguai), de produtos agrícolas de clima tropical (Brasil, Colômbia, Venezuela, Equador, México, Caribe e América Central, somando mais da metade da população latino-americana) e de produtos minerais (Chile, Perú, Bolívia, México e Venezuela). Cada grupo deu origem a uma estrutura social especificamente segregada, de acordo com a atividade econômica predominante. No caso dos países tropicais a *plantation* é uma das formas econômicas reprodutoras do sistema (1969, p. 62-4).

¹³ Sobre a organização da *plantation* no sul dos Estados Unidos ver Gray, 1958. No Brasil, foi Caio Prado Junior quem consagrou os estudos sobre o papel da *plantation* na sociedade colonial e pós-colonial. Ver Prado Junior, 1994 e 2004.

¹⁴ Ver Fraginals, 1989; Guerra, 1970.

¹⁵ Por capital financeiro, compreendemos: “No capital financeiro aparecem unidas, na sua totalidade, todas as formas parciais de capital. O capital financeiro aparece como capital monetário e possui, com efeito, sua forma de movimento D – D’, dinheiro gerador de dinheiro, a forma mais genérica e sem sentido do movimento do capital.” (Hilferding, 1985, p. 227).

rurais foi marcada pela desapropriação camponesa e ampliação do precário assalariamento rural. O segundo processo da modernização da *plantation* foi resultado da absorção assimétrica do progresso técnico estrangeiro na cadeia produtiva do açúcar, que ampliou a capacidade da indústria em relação à da agricultura, transferiu o poder do latifúndio para a central (como se chamam em Cuba os engenhos), radicalizando a heterogeneidade estrutural da ilha. Como resultado, a sociedade cubana de 1958 era dominada pela *plantation* modernizada, articuladora de um “tripé neocolonial” composto pela monocultura canavieira¹⁶; por um regime de propriedades de tipo latifúndio-minifúndio¹⁷; e pela extração autoritária do excedente¹⁸. Em outras palavras, a *plantation* modernizada era a estrutura agrária colonial modificada pela contínua reprodução das determinações históricas do subdesenvolvimento, marcada pelo agravamento extremo da heterogeneidade estrutural (a simbiose entre arcaico e moderno) e pela substituição do trabalho escravo por um precário e irregular assalariamento, fundamental para reprodução do sistema.

Em segundo lugar, portanto, a segregação social resultante da *plantation* modernizada era reproduzida pelo desemprego estrutural, garantia da extração autoritária do excedente. Até 1958, o desemprego estrutural adquiria proporções dramáticas durante o *tiempo muerto*, os oito meses ao ano nos quais quase meio milhão de braços se tornavam desnecessários para o canavial cubano. Flutuando de acordo com a safra açucareira, o desemprego, o subemprego e o trabalho sem remuneração alcançavam, juntos, um terço da força de trabalho nacional, isto é, 748 mil pessoas num universo de 2,2 milhões que compunham a mão de obra disponível¹⁹ (Acosta, 1973, p. 69, Pino-Santos, 1983, p. 265; Lecuona, 2009, p. 128). Os trabalhadores do campo representavam quase 40% da população total da ilha e viviam em situação de extrema pobreza (Pino-Santos, 1983, p. 270; CEPAL, 1964, p. 272). Como revelou a pesquisa realizada pela *Agrupación Católica Universitária* em 1956,

¹⁶ Em 1958, o açúcar representava 54% do valor total da produção agrícola em termos monetários e 77% do valor das exportações de Cuba (Chonchol, 1961, p. 11).

¹⁷ Sobre a estrutura agrária latifúndio-minifúndio ver Furtado, 1981, p. 97; e Valdés Paz, 2009, p. 11.

¹⁸ Sobre a extração autoritária do excedente na agricultura após a abolição da escravidão, Furtado analisou: “A passagem para a agricultura moderna foi frequentemente acompanhada de redução do emprego nas áreas ou atividades que se modernizavam e aumento do subemprego noutra lugar, onde permanecia a forma tradicional. Muitas vezes, essa dicotomia se produziu dentro de uma mesma exploração agrícola que, dispondo de uma reserva de mão de obra podia impor salários baixos no setor modernizado” (1981, p. 101).

¹⁹ Cálculos baseados nos dados do Conselho Nacional de Economia de 1958.

92,79% das famílias rurais cubanas sobreviviam com menos de 1.000 pesos por ano, incluída a produção para autoconsumo²⁰. Havia um nexo orgânico entre estrutura agrária e segregação social, que alavancava a reprodução do subdesenvolvimento.

Em terceiro lugar, o controle estrangeiro da economia nacional era garantido por dois elos que conectavam a estrutura agrária cubana ao capital internacional. Primeiro, a inserção econômica dependente da ilha em relação aos Estados Unidos, selada pelos Tratados de Reciprocidade e pelo sistema de cotas de exportação adotados ao longo da primeira metade do século XX, bloqueava o desenvolvimento de qualquer outro segmento produtivo cubano. Segundo, as propriedades agroindustriais da ilha passaram para as mãos estrangeiras entre 1900 e 1920, de modo que em 1958, 40% da produção açucareira cubana era comandada por proprietários estadunidenses (CEPAL, 1980, p. 14). Estes dois fatores faziam com que Cuba estivesse particularmente suscetível às pressões exercidas pelo capital financeiro internacional, gerando uma considerável subutilização das capacidades produtivas da ilha, postas à deriva dos jogos especulativos do mercado²¹. Isso explica porque, em 1958, os latifúndios canavieiros cubanos apresentavam 46% de sua superfície ociosa e, usualmente, 20% da plantação não era colhida (Chonchol, 1961, pp. 8, 12). Ademais, o controle estrangeiro da economia nacional, que ao proporcionar a modernização ampliava a heterogeneidade, ocorria com base no apoio ativo do Estado capitalista²².

Estas três alavancas estruturais constituíam os meios de reprodução indispensáveis às duas determinações históricas que orientavam a utilização do excedente gerado pela sociedade cubana. Enquanto a primeira determinação era uma condição inegociável para a manutenção do regime de cotas de exportação de açúcar aos Estados Unidos, considerado vital para a economia da ilha, a segunda determinação alimentava os privilégios de uma

²⁰ Nos anos 1950, havia paridade entre peso e dólar (Lecuona, 2009, p. 192).

²¹ Sobre o caráter especulativo do latifúndio na América Latina subdesenvolvida, Furtado escreveu: “A propriedade da terra constitui menos uma base de organização da produção agrícola que um meio de extrair excedente de uma economia de nível extremamente baixo de produtividade” (1969, p. 91)

²² Como definiu Furtado: “Não imaginemos que a ação do Estado se faz em contradição com a modernização, ou se apresenta como uma opção a ela. A verdade é que o Estado intervém para ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder o fôlego quando apoiada apenas na modernização (...). Apropriando-se de uma parte do excedente, o Estado transformou-se no fator decisivo do volume de investimentos nas formas produtivas e também no custo de reprodução da sociedade” (1981, p. 139).

elite de tipo *societas sceleris*, cujos padrões de consumo se igualavam aos circuitos mais opulentos das burguesias do centro do capitalismo²³.

Por tudo isso, a estrutura agrária cubana era o elo do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (Amin, 1976, p. 167) ou do “anti-desenvolvimento”²⁴ (Rodríguez, 1983, p. 57). Sendo assim, as duas reformas agrárias realizadas pela revolução cubana combateram, em dois golpes, as três alavancas de reprodução do capitalismo dependente. Neste combate, o projeto de desenvolvimento encarnado pela revolução apresentou três eixos gerais para a reorganização da economia: ampliar e diversificar a *geração* de excedente ativando a capacidade produtiva subutilizada; democratizar a *apropriação* do excedente rompendo com a segregação social; e colocar a *utilização* do excedente a serviço de novas finalidades, destacadamente o igualitarismo e a soberania nacional – posteriormente sintetizadas no projeto socialista. Estas transformações foram acionadas pelas reformas agrárias de 1959 e 1963. Quando posto em prática, o projeto de desenvolvimento da revolução deflagrou novas contradições, que desencadearam polêmicas, críticas e retificações permanentes. Alguns destes novos dilemas serão discutidos neste trabalho com intuito de contribuir com o debate a respeito das dificuldades de construção do socialismo a partir de uma sociedade subdesenvolvida. Assim, se a estrutura agrária é o melhor ponto de observação para o estudo dos mecanismos de dominação social, certamente será também o melhor ponto de observação da *emancipação social e nacional*, desencadeada pelas novas finalidades do desenvolvimento cubano.

²³ “Elite de tipo *societas sceleris*” é a definição adotada pela CEPAL para caracterizar a burguesia cubana no estudo de 1980, utilizando uma concepção de Hélio Jaguaribe, que o resume em duas características. Primeiro, a subordinação das elites nacionais aos interesses estrangeiros e, segundo, um “oportunismo explotador desnudo y autoconsciente de la élite *societas sceleris*”, isto é, que se comporta como sociedade criminosa (apud CEPAL, 1980, p. 15).

²⁴ Sobre a ideia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” ver Amin, 1976, capítulo IV, p. 167. Carlos Rafael Rodríguez sustentou: “El periodo de expansión azucarera fue el periodo en que se realizó la mayor deformación estructural económica de nuestro país y es, en realidad, un periodo de ‘antidesarrollo’” (1983, p. 57).

e) As novas contradições

Este trabalho buscará abordar algumas das novas contradições que surgiram do projeto de desenvolvimento da revolução cubana. Tais contradições se manifestam em divergências sobre as formas de geração, apropriação e utilização do excedente diante do novo horizonte de opções aberto pela mudança da racionalidade substantiva do sistema. Furtado caracterizou o socialismo periférico como uma tentativa específica de superação do subdesenvolvimento repleta de impasses. Para ele, os problemas surgidos da “coletivização dos meios de produção” no quadro do subdesenvolvimento foram de três ordens:

- a) o da organização social que responda pela definição de prioridades na alocação de recursos escassos;
- b) o do sistema de incitações que concilie o melhor desempenho das atividades produtivas com a desejada distribuição da renda;
- c) o da inserção na economia internacional que assegure o acesso à tecnologia e aos recursos financeiros fora das relações de dependência (1994, pp. 39-40).

Tendo como referência estas três ordens gerais de problemas, pretendemos discutir três contradições concretas da transição ao socialismo em Cuba, que incidiram diretamente nas políticas agrárias da revolução.

Dentro da primeira ordem de problemas, identificamos as polêmicas a respeito das formas de gestão da propriedade agrária. A organização social mais adequada que respondesse pela definição das prioridades de utilização do excedente foi ampla e abertamente debatida em Cuba entre 1961 e 1964, desde o “pequeno debate agrário” sobre cooperativas e granjas estatais até o “grande debate econômico” sobre as formas de propriedade da transição ao socialismo²⁵. Entre 1965 e 1966, o debate foi substituído pela experimentação e

²⁵ A existência de um “pequeno debate agrário” em 1961 e 1962 foi assim caracterizada nestes termos por nossa conta e risco, não havendo referência semelhante na bibliografia. Já o “grande debate econômico” cubano a que me refiro se realizou em 1963 e 1964, por meio de artigos publicados nas revistas *Cuba Socialista*, *Nuestra Industria*, *Comercio Exterior*, entre outras. De um lado, estavam Ernesto Guevara (ministro das Indústrias), Luis Alvarez Rom (ministro das Finanças), Miguel Cossío, Alexis Condena e Mario Rodríguez Escalona em defesa da centralização estatal máxima da economia por meio do sistema orçamentário de financiamento. Junto deles, o economista belga Ernest Mandel. Do outro lado, estavam Alberto Mora (ministro do Comércio Exterior), Marcelo Fernandez Font (presidente do Banco Nacional),

generalização de um modelo econômico, que culminou com a safra de 1970. Dentro desta ordem de problemas, identificamos as diferentes *formas econômicas agrárias* organizadas e reivindicadas em cada momento específico da revolução cubana no período analisado: cooperativas, granjas estatais, pequena propriedade camponesa, planos especiais, combinados etc. Cada nova forma econômica agrária foi posta em debate, uma vez que o controle da trajetória do excedente era a essência da estratégia de desenvolvimento da revolução. Argumentos críticos e defesas programáticas contribuíram para a edificação da nova estrutura agrária cubana ao longo da transição socialista. As polêmicas sobre as formas econômicas agrárias e sobre o novo regime de propriedades perpassam todos os capítulos deste trabalho. Ademais, esta ordem de problemas também se refere aos dois sistemas de *geração e apropriação* do excedente propostos no “grande debate econômico” cubano. No Sistema Orçamentário de Financiamento prevaleceria um controle estatal absoluto do excedente, de modo que o Estado decidiria soberanamente sobre sua *utilização*. No Sistema de Cálculo Econômico, o setor privado possuiria uma porção do excedente em suas mãos, podendo decidir sobre sua *utilização* em âmbito privado. Entendemos que a essência do debate econômico entre os dois sistemas foi a divergência sobre qual deveria ser o papel específico do setor privado nas decisões sobre a utilização do excedente, e qual deveria ser seu papel político geral na transição ao socialismo. Evidentemente, não nos propomos a recompor os argumentos do grande debate econômico cubano neste trabalho, ainda que conhecê-lo seja uma condição indispensável para nosso objetivo.

A segunda ordem de problemas apontada por Furtado aborda as tensões entre produtividade do trabalho, democratização do excedente e relações sociais de produção. Dentro desta ordem de problemas, discutiremos especificamente o caso do trabalho voluntário

Juan Infante e Carlos Rafael Rodríguez (presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária - INRA), junto com o francês Charles Bettelheim, defendendo formas cooperativas de autogestão e autofinanciamento das unidades de produção. Além das formas de gestão mais adequadas, estava em debate o papel do cálculo econômico e das categorias mercantis na transição ao socialismo, a validade dos estímulos materiais e dos estímulos morais para o aumento da produtividade do trabalho, a função da lei do valor na economia de transição, a administração dos preços, e a dimensão cultural da ruptura econômica com o capitalismo. Os artigos do grande debate econômico podem ser encontrados em Guevara, 1982a, 2006 e 2011 e Rodríguez, 1963a, 1963b e 1966. A recomposição histórica dos argumentos e implicações do debate está em Pericás, 2004. O caráter estratégico dos temas abordados à época pode ser atestado pelo fato de que as polêmicas se desdobraram até hoje. Sobre o debate econômico atual, ver os artigos de José Luiz Rodríguez García, Carmelo Mesa-Lago e Julio Diaz Vasquez na sessão *Catalejo – Economía y Política* do site da Revista *Temas*. Acessado em 1/7/2013: <http://www.temas.cult.cu/catalejo.php>

mobilizado para a safra de 1970, quando se estipulou a meta de produção de 10 milhões de toneladas de açúcar. A análise do trabalho voluntário durante a safra de 1970 condensa as contradições vividas entre democratização do excedente e queda da produtividade do trabalho, que criaram um impasse para as relações sociais de produção. Nas condições cubanas, a democratização do excedente afrouxava os laços coercitivos do trabalho, gerando repercussões negativas sobre a produtividade. A tentativa de solucionar este problema por meio das brigadas voluntárias de corte de cana-de-açúcar deu origem a uma ferramenta ideológica paradoxal que acionava consciência e coerção para amenizar a queda da produtividade. Em outras palavras, para alguns, o trabalho voluntário era uma ação da consciência revolucionária, mas para outros, era uma imposição coercitiva. As mobilizações foram ainda mais intensas pelo fato de que a mecanização do corte da cana ficou muito aquém do planejado para a grande safra. Em 1970, apenas 1% do corte da cana estava mecanizado, enquanto a expectativa traçada pelo governo era alcançar no mínimo 30% (Edquist, 1985, p. 108). Posteriormente, demonstrou-se que o trabalho voluntário apresentava resultados desastrosos em termos de produtividade. De todo modo, o impasse entre democratização do excedente e queda da produtividade do trabalho em uma sociedade subdesenvolvida em processo de transição ao socialismo – que, supostamente, pretendia reduzir o componente coercitivo do trabalho, e não recriá-lo – não foi solucionado pela história. Seus meandros serão abordados neste trabalho através do caso emblemático da safra de 1970²⁶.

A terceira ordem de problemas apontada por Furtado traz a tona a força determinante da ordem econômica internacional e da dependência tecnológica e financeira para um país subdesenvolvido como Cuba. Esta ordem de problemas incide sobre o regime de cultivos da estrutura agrária e as tensões entre a monocultura e a diversificação. A revolução cubana foi conduzida para uma radical diversificação agrária até 1963. Depois optou pela priorização açucareira combinada à diversificação especializada, até aproximadamente

²⁶ Esta segunda ordem de problemas reflete de maneira prioritária o debate entre uso de estímulos materiais e/ou estímulos morais para lograr o aumento da produtividade do trabalho na transição ao socialismo. Passaremos brevemente pelo tema para explicar o contexto da “ofensiva revolucionária” de 1967. Contudo, a complexidade deste debate nos impede de abordá-lo com mais atenção, pois isto nos deslocaria do foco desta pesquisa, isto é, a modificação da estrutura agrária. Os argumentos desta dimensão do debate econômico cubano estão analisados em Pericás, 2004.

1967. Ao aproximar-se a safra de 1970, a opção açucareira se tornou ainda mais incisiva, produzindo distorções estruturais em quase todos os ramos da economia da ilha, e inviabilizando a diversificação. Por trás de cada política agrária, havia uma determinada estratégia de desenvolvimento. É certo, porém, que para a estratégia da safra de 1970 foi determinante a consolidação da nova inserção de Cuba na ordem econômica internacional, garantida pelos acordos com a União Soviética. A relação entre estrutura agrária, estratégia de desenvolvimento e inserção econômica internacional constitui um paradoxo fundamental da história da ilha. A nova inserção cubana fez com que a especialização açucareira, um dos pilares da *plantation* modernizada, permanecesse ativa. Apesar disso, a utilização do excedente gerado pela produção açucareira passou a se orientar pelas novas finalidades, e o açúcar passou a ser visto como uma alavanca provisória de desenvolvimento ou, em outras palavras, a plataforma técnico-econômica que viabilizaria um “grande salto”. Esta contradição atravessa todas as partes do trabalho e nos permite visualizar como as mudanças profundas na *apropriação* e na *utilização* do excedente conviveram com a permanência das formas de *geração* do excedente oriundas de uma herança colonial extremamente persistente e de difícil superação.

Estamos conscientes da complexidade teórica e historiográfica dos temas tratados. Por isso, o objetivo deste trabalho é tão somente contribuir com o debate a respeito da experiência cubana, lançando luz sobre as vantagens, os limites e os desafios da via socialista de superação do subdesenvolvimento.

f) Os capítulos

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo, “**O subdesenvolvimento e a modernização da *plantation***”, trata da especificidade do subdesenvolvimento cubano, a partir da análise da estrutura agrária, da segregação social e da inserção na ordem econômica internacional, retomando sumariamente os eventos históricos que determinaram a situação de 1958. Como fio condutor, adotamos a modernização da *plantation* orientada

pelo crescente domínio estrangeiro das terras da ilha. Neste capítulo, apresentamos a hipótese da revolução cubana como força histórica de combate ao subdesenvolvimento, justificada pela análise do programa de transformações proposto pelo Movimento Revolucionário 26 de Julho. O capítulo está dividido nos seguintes tópicos:

- a) **A modernização da *plantation*.** Apresenta uma visão panorâmica sobre a estrutura agrária cubana e as determinações históricas do subdesenvolvimento, buscando identificar alguns interesses políticos pela reprodução da sociedade neocolonial.
- b) **A maldição das multidões.** Um retrato da pobreza cubana dos anos 1950, com foco na vida do trabalhador rural e no desemprego estrutural, buscando dimensionar a face miserável da segregação social.
- c) **O mundo visto de cima.** Uma análise do patrimônio econômico dos dez principais grupos açucareiros do país (a chamada sacarocracia), incluindo a relação íntima dos grupos financeiros Rockefeller e Sullivan & Cromwell com o golpe de Batista de 1952. Em contraste com o tópico anterior, busca dimensionar a face opulenta da segregação social, bem como a conexão promíscua entre os proprietários e o Estado capitalista.
- d) **A estrutura latifúndio-minifúndio.** Uma exposição da estrutura agrária cubana e do processo histórico de modernização da *plantation*, explicando os mecanismos de aprofundamento da heterogeneidade técnica e social que determinaram as relações agrárias de produção antes da revolução. Identifica o processo sociológico de formação das classes que participam da cadeia açucareira: *hacendados*, colonos, arrendatários, subarrendatários, parceiros, precaristas, e assalariados temporários ou fixos, destacando o surgimento histórico da classe de camponeses-proletários. Esta classe influenciou de maneira particularmente importante as decisões da revolução sobre as formas econômicas agrárias posteriormente edificadas.
- e) **Wall Street e o açúcar.** Um breve histórico da relação entre Cuba e Estados Unidos e sua interferência na modernização da *plantation*, explicando as origens da vulnerabilidade externa cubana a partir da penetração do capital estadunidense na produção açucareira, dos Tratados de Reciprocidade e do sistema de cotas de exportação. Especifica os nexos orgânicos estabelecidos entre monocultura e

especulação financeira, sendo este o principal fator da subutilização das capacidades produtivas.

- f) **Uma revolução contra o subdesenvolvimento.** Uma exposição do programa econômico do Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR 26-7) e suas afinidades com a política agrária presente na Constituição de 1940, associada à análise do chamado Programa de Moncada (proveniente do discurso de Fidel Castro de 1953, *A história me absolverá*) e da influência de José Martí na revolução cubana. Ademais, narra os principais traços da reforma agrária posta em prática em outubro de 1958 através da Lei nº 3 da Sierra Maestra, e discute a intolerância da burguesia cubana em relação a qualquer projeto de desenvolvimento que democratizasse o excedente, o que explica parcialmente a progressiva radicalização do processo revolucionário.

O segundo capítulo, “**A primeira reforma agrária e a nova estrutura**”, trata das transformações realizadas pela primeira reforma agrária cubana assinada em 17 de maio de 1959 e as modificações estruturais do regime de propriedades, adotando como ponto de partida o cenário retratado no primeiro capítulo. Aborda o período de 1959 a 1963. Esse capítulo tem como objetivo apresentar a hipótese de que a primeira reforma agrária foi o motor de combate ao subdesenvolvimento, na medida em que desencadeou a ruptura com a dupla articulação sustentadora das determinações históricas do sistema: a segregação social e a dependência externa. Está dividido nos seguintes tópicos:

- a) **A transformação da estrutura agrária: reforma e revolução.** Narra as modificações estruturais proporcionadas pela primeira lei de reforma agrária e pelas leis de nacionalizações de 1960. Destaca particularmente o papel revolucionário do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) na execução armada do projeto de democratização do excedente.
- b) **Cooperativas ou Granjas Estatais: o “pequeno debate agrário” de 1961 e 1962.** Discute essencialmente as novas formas econômicas agrárias propostas pela revolução. Primeiro, a particularidade sociológica do camponês-proletário como sujeito determinante da não fragmentação da propriedade rural pela reforma agrária. Segundo, caracteriza as cooperativas e as granjas estatais, formas econômicas

criadas pela primeira reforma agrária. Terceiro, expõe as polêmicas a respeito da gestão e da escala da unidade produtiva agrária no contexto da declaração do caráter socialista da revolução, destacando-se os argumentos do debate econômico desencadeado pela conversão das cooperativas em granjas estatais em setembro de 1962. Trata, enfim, das divergências sobre a correlação entre setor privado e setor estatal no controle do excedente.

- c) **O campesinato: o princípio da voluntariedade e a ANAP.** Apresenta o papel do campesinato na reforma agrária e os laços políticos e ideológicos estabelecidos entre os camponeses e a revolução, buscando caracterizar a experiência cubana do “princípio da coletivização voluntária” e seus mecanismos ideológicos e econômicos de convencimento. Aponta os momentos de exceção nos quais se cometeram ações violentas contra este segmento, posteriormente criticadas e corrigidas. Além disso, este tópico faz um breve histórico da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), suas atribuições originais e suas políticas mais significativas.
- d) **Diversificação agrária: ruptura da dupla articulação.** Trata das transformações no regime de cultivos, isto é, da política de diversificação agrícola como ação decisiva de ruptura com a dupla articulação, proposta que estava presente no programa de desenvolvimento econômico da revolução, mas que foi adotada em caráter emergencial a partir do bloqueio econômico estadunidense consolidado em dezembro de 1960. A diversificação foi, portanto, territorialmente caótica e espontânea, levando ao abandono relativo dos canaviais. A dificuldade de administrá-la se agravou pela fuga de técnicos agrônomos especializados. Além disso, neste tópico são discutidos os desequilíbrios econômicos estruturais gerados pelo crescimento exponencial da demanda interna (democratização do excedente) e pela crise da inserção internacional (escassez de divisas) em consequência da ruptura com a dupla articulação.

O terceiro capítulo, “**A segunda reforma agrária e o paradoxo do açúcar**”, trata da segunda reforma agrária de 10 de outubro de 1963, das novas modificações estruturais no campo, e da nova inserção internacional cubana consolidada a partir do convênio com a União Soviética, anunciado em janeiro de 1964. Diante dos graves desequilíbrios gerados

pela diversificação agrícola reativa e da nova inserção internacional cubana no mundo socialista se optou pela alteração da estratégia agrária, agora voltada para recuperação dos canaviais, sem que se abandonasse um plano racional de diversificação especializada, duplicidade esta que nomeamos de “estratégia combinada”. O período abordado neste capítulo é de 1963 a 1967. O objetivo é discutir a hipótese de que, ainda que a soberania nacional fosse uma finalidade essencial da revolução, é a inserção específica de Cuba na ordem econômica internacional que orientará os meios técnicos e econômicos da busca da superação do subdesenvolvimento. A volta à priorização canavieira que marca o ano de 1964 será interpretada como um paradoxo do projeto de desenvolvimento cubano, que buscou edificar as novas finalidades através de meios herdados do subdesenvolvimento. A prioridade canavieira passou a estar subordinada a uma nova racionalidade substantiva, e a outro processo de apropriação e utilização do excedente, sem que, contudo, fossem fundamentalmente alterados os mecanismos de sua geração. O capítulo estará dividido nos seguintes tópicos:

- a) **Transformações estruturais da segunda reforma agrária.** Discute as modificações estruturais da lei de 10 de outubro de 1963, a expropriação do restante da burguesia rural, e as bases sociais e técnicas da nova “estratégia combinada”.
- b) **A União Soviética e o paradoxo do açúcar.** Aborda o convênio com a União Soviética, a nova inserção cubana e a volta à priorização canavieira compreendida como um paradoxo da relação entre fins e meios do projeto de desenvolvimento cubano. As estreitas margens de escolha da direção revolucionária se justificam pelo contexto de uma “revolução insertada” em um entorno hostil, que ainda assim logrou combinar dependência econômica com soberania nacional ao longo da década de 1960, exemplificada pela política externa terceiro-mundista da ilha.
- c) **A gestão agrária entre a centralização e a descentralização.** Explica a reorganização do espaço agrário possibilitada pela segunda reforma agrária devido às expropriações de territórios estratégicos e à criação de novas instâncias administrativas (agrupações, departamentos e lotes). Esta reorganização acompanhou uma relativa descentralização da gestão agrária, que será relacionada aos aspectos do grande debate econômico sobre centralização/descentralização das decisões econômicas no que se refere às unidades agrárias.

- d) Diversificação especializada e modelo tecnológico intensivo.** Expõe o novo projeto de diversificação especializada que pretende superar o caos da diversificação emergencial e coexistir com a retomada canavieira, a partir da adoção de um modelo tecnológico intensivo. Sua forma econômica mais emblemática foram os “planos especiais”, comandados diretamente por Fidel Castro.
- e) Dependência tecnológica e mecanização canavieira.** Analisa a priorização do investimento em aquisição de bens de capital agroindustriais como componente essencial da estratégia combinada, na busca da conciliação entre diversificação e especialização canavieira. Além disso, descreve o novo perfil do emprego rural correlacionado aos obstáculos da escolha tecnológica decorrentes das especificidades do cultivo da cana e, ao final, as dificuldades de superação da dependência tecnológica.

O quarto capítulo, “**A safra de 1970 e a estratégia cubana de desenvolvimento**”, sintetiza o “modelo cubano” de transição ao socialismo com base na agricultura, explicando as polêmicas do período da “ofensiva revolucionária” entre 1967 e 1970, e a mobilização de todas as forças produtivas da ilha em função da meta de 10 milhões de toneladas de açúcar. A hipótese apresentada é que o fracasso do “grande salto” de 1970 teve origem em uma combinação de erros econômicos e técnicos, uma vez que o entusiasmo ideológico hierarquizou a maior parte das decisões tomadas no período. Isso se explica porque a racionalidade instrumental (técnica) não se modificou na mesma velocidade que a racionalidade substantiva (ideológica), de modo que as finalidades alcançadas (igualitarismo e soberania nacional) não se sustentavam sobre a base econômica existente na ilha. Este capítulo estará dividido nos seguintes tópicos:

- a) Estrutura agrária e estratégia de desenvolvimento.** Trata da sequência de estratégias de desenvolvimento adotadas com base nas possibilidades agrárias da ilha. Assim, discutimos os obstáculos intransponíveis da *estratégia de industrialização por substituição de importações* posta em movimento entre 1959 e 1963; a adoção da *estratégia combinada* entre 1964 e 1967, que se propunha a conciliar priorização açucareira e diversificação agrícola por meio do modelo tecnológico intensivo; e, em 1967, a adoção de uma estratégia abertamente

agroexportadora (*turnpike*), dentro da qual a safra de 1970 constituiria o “grande salto”, e sem o qual não seria possível desenvolver os meios técnicos e econômicos adequados às finalidades da revolução. Além disso, apresenta uma discussão sobre porque o “grande salto” foi calculado a partir do número 10 milhões.

- b) Ofensiva revolucionária e economia moral.** Explica como a economia cubana foi integralmente mobilizada para a safra de 1970 através do modelo de economia moral adotado durante a ofensiva revolucionária. Retomam-se as posições de Fidel Castro no grande debate econômico, buscando identificar a trajetória que o levou à defesa da economia moral. Define a economia moral a partir das seguintes medidas: a abolição dos estímulos materiais, a despreocupação com os custos de produção e com a rentabilidade das unidades produtivas, a prioridade da remuneração coletiva do trabalho, a diminuição dos salários, a disseminação do descontrole contábil, combinadas a uma ofensiva ideológica interna que buscava conduzir os trabalhadores ao máximo esforço. O período também foi marcado pelo encolhimento do campesinato.
- c) O plano e a realidade da safra de 1970.** Expõe a contradição entre as expectativas planejadas para a safra e a sua verdadeira execução, discutindo a inviabilidade das chamadas “batalhas simultâneas”. Elenca as principais causas do fracasso da safra e as profundas distorções estruturais ocasionadas pelo esforço sem precedentes proporcionado pela tentativa de atingi-la.
- d) Trabalho voluntário: entre a consciência e a coerção.** Discute como, diante da incapacidade de mecanização do corte da cana em 1969, foram mobilizados 1,2 milhão de trabalhadores voluntários para a safra de 1970 (Roca, 1976, p. 18). Explica os diversos fatores que engendraram a queda da produtividade do trabalho, entre eles, os impasses de uma economia que eliminou o elemento coercitivo do capataz capitalista da produção agrícola e se propôs a substituí-lo por mecanismos morais. Aborda o papel ambíguo do trabalho voluntário como propagador de consciência e de coerção, a militarização do corte de cana e a autocrítica do governo revolucionário em relação ao esforço da safra de 1970. Além disso, problematiza-se o trabalho voluntário como agravante da queda da produtividade.

Por fim, o quinto capítulo (conclusão), “**Vantagens geopolíticas e socialismo subdesenvolvido**”, busca concluir a pesquisa através da hipótese de que a edificação das novas finalidades do desenvolvimento cubano (igualitarismo e soberania nacional amalgamados no projeto socialista) foi economicamente sustentada de fora para dentro, por meio de um ciclo de geração de excedente garantido pela participação da União Soviética. Em outras palavras, a base econômica cubana se alargou aquém do necessário para que as finalidades revolucionárias fossem sustentadas nacionalmente. Apresenta a hipótese de que a capacidade cubana de geração de excedente através do açúcar teve origem em uma “vantagem geopolítica”, decorrente da conjuntura específica da Guerra Fria. Ademais, discute o significado histórico do fracasso da safra de 1970 a partir do ingresso de Cuba ao CAME em 1972 (Conselho Econômico de Ajuda Mútua, o COMECON) e da adoção do sistema soviético de Direção e Planificação da Economia em 1976. Por fim, concluímos o trabalho com a ideia de que a estreiteza da base econômica da ilha levou a revolução a hierarquizar suas próprias finalidades, priorizando o igualitarismo em relação à soberania nacional pela maior aceitação da influência estrangeira na organização econômica dos mecanismos de apropriação do excedente. O fracasso da safra de 1970, portanto, significou o abandono do “modelo cubano” de transição ao socialismo e uma redução relativa da soberania nacional. O capítulo estará dividido nos seguintes tópicos:

- a) **A vantagem geopolítica: origem do excedente.** Discute os diferentes mecanismos de transferência de recursos da União Soviética para Cuba e a formulação de alguns dirigentes cubanos sobre a natureza supostamente equilibrada das trocas no mercado socialista. Em contrapartida a esta ideia, apresentamos a hipótese da “vantagem geopolítica”, ou seja, a transferência de recursos soviéticos a Cuba engendrada pela conjuntura específica da Guerra Fria, que ao fim e ao cabo sustentou as políticas sociais da revolução. A vantagem geopolítica foi a contrapartida positiva da revolução insertada, ou seja, ao localizar-se em um entorno hostil, a ilha recebeu financiamento soviético para propagandear a superioridade do socialismo em relação aos capitalismo estadunidense e latino-americano. Esta vantagem, obviamente, só poderia durar enquanto durasse a Guerra Fria.
- b) **Socialismo, subdesenvolvimento e a racionalidade do possível.** Expõe um balanço das finalidades do desenvolvimento cubano entre 1959 e 1970, analisando as conquistas sociais do igualitarismo e os avanços do desenvolvimento econômico decorrente da eliminação da

força especulativa que controlava a estrutura agrária antes da revolução. Sobretudo, diagnostica a dificuldade cubana para internalizar os meios capazes de sustentar os fins da revolução, uma vez que a edificação igualitária e soberana da sociedade cubana não poderia sobreviver sem a transferência de recursos externos - ou seja, pelo ciclo de geração de excedentes determinado de fora para dentro. Por isso, após o fracasso da safra de 1970, que deveria ter alargado as bases econômicas da ilha, a revolução teve de hierarquizar suas próprias finalidades, apostando na priorização do igualitarismo e sendo levada à relativa redução de sua soberania nacional. A adoção do modelo econômico soviético e a perpetuação da especialização açucareira ampliaram a influência estrangeira sobre as decisões nacionais. Assim, apesar da transformação completa dos critérios de apropriação e utilização do excedente, a revolução cubana não logrou transformar o processo de geração deste, ainda assentado sobre uma estrutura agrária especializada. Desse modo, Cuba não se tornou plenamente capaz de sustentar suas finalidades sem auxílio externo, tornando-se uma sociedade *sui generis* que mescla fortes traços de socialismo e de subdesenvolvimento, sendo guiada por uma racionalidade que percorre os estreitos limites históricos do possível.

g) Uma periodização

A arquitetura desta dissertação está apresentada a seguir por meio de uma proposta de periodização dos diferentes momentos da transformação da estrutura agrária cubana entre 1958 e 1970, correspondentes aos conteúdos de cada capítulo. Através do quadro abaixo, sintetizamos os grandes traços da estrutura agrária debatidos e analisados por este trabalho.

	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3	Capítulo 4	Capítulo 5
	1958	Jan/1959 a Out/1963	Out/1963 a Set/1966	Set/1966 a Jul/1970	Imediato pós-1970
Regime de propriedade agrícola	Plantation modernizada	Primeira lei de reforma agrária	Segunda lei de reforma agrária	Ofensiva revolucionária	Estabilizado
Propriedade agrícola estatal	Insignificante	Cooperativas (até set./1962) e granjas (40%)	Granjas e combinados (60%)	Granjas, combinados e planos especiais (85%)	
Propriedade agrícola privada²⁷	Estrutura latifúndio-minifúndio	Burguesia rural (30%) e pequenos proprietários (30%)	Pequenos proprietários (40%)	Pequenos proprietários (15%)	
Regime de cultivos	Monocultura canaveira, pecuária extensiva e terras ociosas	Diversificação reativa e redução da superfície canaveira	Recuperação da superfície canaveira e diretriz de diversificação especializada	Meta dos 10 milhões e redução da superfície diversificada: distorções estruturais	Especialização açucareira
Inserção econômica internacional	Dependente dos Estados Unidos	Bloqueio estadunidense e crise da inserção	Convênio de 1964 e nova inserção no bloco soviético	Consolidação da inserção no bloco soviético	Ingresso no CAME
Finalidades (utilização do excedente)	Rentabilidade do capital estadunidense e modernização dos padrões de consumo das elites	Igualitarismo e soberania nacional amalgamados no projeto socialista			Hierarquização das finalidades: igualitarismo como prioridade
Meios técnico-econômicos	Modernização da <i>plantation</i> , desemprego estrutural, especulação financeira	Eliminar a subutilização das capacidades produtivas e democratizar o excedente	Ampliar investimento em bens de capital agroindustriais	Safra de 1970: “grande salto” exportador	Investimento em bens de capital agroindustriais
Estratégia de desenvolvimento	Não há (domínio do capital financeiro)	Estratégia emergencial	Estratégia combinada	Estratégia <i>turnpike</i>	
Debate econômico e estrutura agrária	--	Centralização intensa e improvisada	Modelo dual (autofinanciamento da agropecuária)	Economia moral (sistema orçamentário)	Cálculo econômico (modelo soviético)

²⁷ Por burguesia rural considera-se todo proprietário com 5 a 30 caballerías, somados às exceções estabelecidas pela primeira lei de reforma agrária (de 30 a 50 caballerías). Por pequeno proprietário consideram-se todos aqueles com 2 a 5 caballerías. Uma caballería equivale a 13,42 hectares (Chonchol, 1961, p. 28).

	Capítulo 1	Capítulo 2	Capítulo 3	Capítulo 4	Capítulo 5
	1958	Jan/1959 a Out/1963	Out/1963 a Jun/1967	Jun/1967 a Jul/1970	Imediato pós- 1970
Regime de trabalho agrícola	Extração violenta do excedente (desemprego estrutural)	Melhoria salarial e início da coletivização do trabalho	Escassez de mão de obra canavieira e estímulos materiais	Estímulos morais e trabalho voluntário (queda da produtividade)	Autocrítica dos estímulos morais e da queda da produtividade
Desemprego médio²⁸	14,3% (1943-1958)	10,56%	6,4%	2,8%	3,6%
Mecanização do corte da cana	0%	0%	1% a 3 %	3% a 1%	3% a 32%

²⁸ O cálculo do desemprego no período 1943-58 está sujeito às manipulações estatísticas relacionadas à sazonalidade da safra, como veremos no Capítulo 1.

CAPÍTULO 1 - O subdesenvolvimento e a modernização da *plantation*

“O bem-estar das nossas classes dominantes – dominantes para dentro, dominadas de fora – é a maldição das nossas multidões”

Eduardo Galeano²⁹

“É na forma de relação dos latifúndios com os minifúndios que devemos buscar os traços fundamentais da estrutura agrária regional”

Celso Furtado³⁰

A) MODERNIZAÇÃO DA *PLANTATION*

Quando Fulgencio Batista fugiu para a República Dominicana na madrugada de 1º de janeiro de 1959 e foi recebido pelo ditador Rafael Leónidas Trujillo ao preço de um milhão de dólares por noite, já havia perdido o apoio da embaixada dos Estados Unidos. Era a quarta vez que Cuba atravessava um levante popular tão expressivo. A primeira havia sido entre 1868 e 1878, na Guerra dos Dez Anos contra o jugo da Espanha; a segunda, durante a Guerra de Independência de 1895 a 1898; e a terceira derrubara a ditadura de Gerardo Machado em 1933, após uma década de rebeliões. E agora a guerrilha da Sierra Maestra, de tão improvável vitória, havia espalhado uma nova faísca.

Até ali, em 1959, a sociedade cubana poderia ser considerada neocolonial e subdesenvolvida³¹. Neocolonial por sua incontestável vulnerabilidade externa e pela

²⁹ Galeano, 2004, p. 14.

³⁰ Furtado, 1969, p. 91.

³¹ Sobre o conceito de sociedade neocolonial ver Fernandes, 2007; Sampaio Junior, 1999; Acosta, 1973. Sobre o conceito de subdesenvolvimento ver Furtado, 1981.

debilidade ou inexistência de centros de decisão internos à ilha. Subdesenvolvida pela inadequação entre a estrutura produtiva e as necessidades da maioria da população. A ausência de soberania nacional e a inadequação da estrutura produtiva foram historicamente agravadas pela modernização da *plantation* canavieira de origem colonial, levada ao paroxismo durante a primeira metade do século XX, e que constituiu o nexo orgânico entre estrutura agrária e ordem econômica internacional na determinação do subdesenvolvimento cubano³².

Tal nexo surgiu da absorção assimétrica de tecnologia estrangeira, que deu origem a uma indústria açucareira moderna associada a uma agricultura extremamente atrasada. A modernização se completou pela integração progressiva da estrutura agrária cubana à ordem financeira internacional, pela acentuada concentração fundiária e pelo assalariamento precário da força de trabalho. Em síntese, a modernização da *plantation* cubana significou o aprofundamento de três processos fundamentais do subdesenvolvimento: a *segregação social*, a *dependência externa* e a *heterogeneidade estrutural*³³, temas que serão detalhados nas seções posteriores deste capítulo. A monocultura canavieira amalgamava estes três processos através da reprodução ampliada do subdesenvolvimento.

A disparidade tecnológica entre agricultura e indústria na cadeia açucareira era um dos principais fatores originários do desemprego sazonal cubano, uma vez que exigia, por apenas quatro meses ao ano, um contingente de força de trabalho no canavial capaz de fornecer matéria-prima para uma indústria desproporcionalmente modernizada. Este volumoso contingente era dispensado na entressafra, gerando estações de desemprego rural massivo. Era assim que a monocultura canavieira viabilizava a precariedade salarial geral. O desemprego sazonal cubano era uma peça fundamental da reprodutibilidade do subdesenvolvimento, porque garantia a geração de volumosos excedentes através de um baixo custo de reprodução da população³⁴. Se até 1929 identificam-se tentativas fracassadas

³² Sobre a história *plantation* colonial em Cuba nos séculos XVIII e XIX ver Friginals, 1988 e 1989. Sobre o conceito de modernização ver Furtado, 1974.

³³ Sobre o conceito de heterogeneidade estrutural ver Pinto, 1979.

³⁴ A soma do custo de reprodução da população com o excedente é o que Furtado define como produto social. Sobre o conceito de produto social ver Furtado, 1981, capítulo IV.

de mecanização da colheita canavieira cubana, depois da crise econômica mundial os proprietários praticamente abandonaram as iniciativas de melhoria tecnológica na agricultura, ao calcularem o aumento imediato dos custos de produção que seriam necessários em troca de residuais e incertos ganhos econômicos futuros. Enquanto o excedente do açúcar fosse garantido através do desemprego, os latifundiários se desinteressaram do progresso técnico agrícola. Em certo sentido, os proprietários adquiriram a consciência a respeito do papel estratégico do desemprego sazonal na garantia dos baixos custos de produção e, portanto, dos altos rendimentos e da competitividade internacional. Além disso, entre 1930 e 1958, as raras tentativas de mecanização da colheita canavieira foram bloqueadas pelos próprios trabalhadores, por meio de métodos ludistas: incêndios e depredação das máquinas adquiridas por seus patrões, destruição daqueles motores que significariam ainda mais desemprego. De modo que a disparidade tecnológica entre agricultura e indústria na produção açucareira era perpetuada por interesse de dois atores atuantes na estrutura agrária: os proprietários, que calculavam as vantagens econômicas do desemprego sazonal; e os trabalhadores, que temiam a perda dos seus únicos quatro meses anuais de assalariamento. Nas palavras de Charles Edquist, investigador dos processos de escolha tecnológica na produção canavieira cubana:

The main reason was the low salaries of the agricultural workers and the abundance of manual labour. Under these conditions, mechanization experiments were not perceived to be economically attractive even for large cane growers. From this time on, workers strongly opposed the introduction of mechanical harvest equipment (...) The sugar-cane producing countries were – and are – generally underdeveloped countries with an abundance of cheap manual labour. In the most cases, the machine could not compete with manual workers, because of the high cost of purchasing harvesters and the operation and maintenance of them as well (1985, p. 33)

O desinteresse pelo progresso técnico na agricultura e a absorção de tecnologia moderna no setor industrial agravava as assimetrias de produtividade. Assim surgiu a capacidade ociosa da indústria açucareira, cuja função era fortalecer o potencial especulativo do açúcar cubano no mercado mundial. As assimetrias de produtividade entre a indústria e a agricultura aprofundavam a segregação social, alargando o abismo entre o proprietário da indústria açucareira moderna e o trabalhador rural temporário, que sobrevivia adotando

formas de vida camponesa em minifúndios de subsistência³⁵. Quanto mais a *plantation* se integrava ao capital financeiro estrangeiro, maior a necessidade estrutural da subutilização da capacidade produtiva, em função do predomínio da atividade especulativa dos monopólios³⁶. As possibilidades especulativas de preços e ativos financeiros no mercado açucareiro eram potencializadas pela ociosidade da terra, pela dinâmica extensiva da agricultura e pelas vastas superfícies de plantações que não seriam colhidas. A especulação fundiária, por sua vez, era mais uma alavanca da geração do desemprego. Esta engrenagem, posta em movimento, criava tanto prosperidade quanto devastação, gerando amplas margens de excedente pelo rebaixamento do custo de reprodução da população.

A subutilização da capacidade produtiva engendrada pela *plantation* modernizada cubana constituía a essência histórica da relação entre a estrutura agrária e a ordem econômica internacional. A segregação social, a heterogeneidade estrutural e a dependência externa eram os meios de reprodução das determinações históricas do subdesenvolvimento cubano, isto é, da modernização dos padrões de consumo das elites e da rentabilidade do capital estrangeiro, que orientavam a utilização do excedente. Tudo isso subtraía do cidadão cubano a possibilidade de participar das decisões referentes ao seu próprio futuro.

Neste sentido, Cuba foi um caso exemplar do subdesenvolvimento latino-americano. Nos anos 1950, apresentava as contradições mais agudas das formações periféricas: era uma nação cindida em sua estrutura social, e sem controle sobre os rumos e os ritmos de seu desenvolvimento. O desenvolvimento foi desigual e combinado, tão moderno quanto retrógrado, tão tecnológico quanto rústico, tão extravagante quanto miserável. O capital alcançou elevados graus de concentração e centralização. A indústria açucareira absorveu tecnologias de grande produtividade. A agricultura continuava atrasada, e a maior parte da

³⁵ Sobre a história da separação da indústria e da agricultura na produção açucareira decorrente da modernização da *plantation* ver Pino-Santos, 1983, pp. 213, 278-279, 426-9, 434. Sobre os desdobramentos desta separação na década de 1960, ver Valdés Paz, 2009, pp. 21, 41.

³⁶ Sobre as origens da subutilização da capacidade produtiva cubana ver Noyola, 1978. Sobre o conceito de monopólio, ver Lenin, 1979.

população permaneceu submersa na extrema pobreza rural³⁷. A revolução de 1959 foi a busca radical da superação do subdesenvolvimento e de seus efeitos sociais mais violentos.

A conexão entre estrutura agrária e ordem econômica internacional será a chave de compreensão do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” cubano, ou do “antidesenvolvimento” como definiu Carlos Rafael Rodríguez. Esta conexão explica porque e como a sociedade cubana alcançou tal paroxismo, sendo a segregação social sua expressão mais visível.

B) A MALDIÇÃO DAS MULTIDÕES

Em 1956, a situação da miséria rural cubana foi descrita por uma pesquisa da *Agrupación Católica Universitaria* (ACU) divulgada em um folheto com título “Por que reforma agrária?”³⁸. A pesquisa forneceu importantes pistas a respeito dos efeitos assimétricos da modernização da *plantation*, através de uma descrição da vida dos trabalhadores rurais baseada em cinco dimensões: o regime alimentício, o acesso à assistência médica, o acesso à educação, a situação habitacional e a renda familiar. Por meio desta pesquisa foi possível descobrir que Cuba, apesar de possuir a aparência estatística de um país rico, sustentava-se à custa de uma profunda assimetria.

³⁷ Sobre o conceito de desenvolvimento desigual e combinado ver Amin, 1976. Sobre concentração e centralização do capital ver Marx, 2006, Capítulo XXIII.

³⁸ A confiabilidade da pesquisa da *Agrupación Católica Universitaria* foi demonstrada pelo fato de que tanto a CEPAL, como a FAO usaram a ACU como fonte em vários documentos oficiais (por exemplo, CEPAL/FAO, 1963).

Maquiagem estatística

Analistas econômicos poderiam fazer uma leitura superficial da riqueza nacional da ilha. Cuba possuía o 3º maior PIB *per capita* da América Latina em 1952³⁹, era o 2º maior consumidor de carne *per capita* do continente, tinha a 2ª maior rede de estradas pavimentadas por território, a 2ª maior relação de médicos por habitante, além de apresentar o 3º maior salário pago aos trabalhadores da indústria açucareira na América Latina. O próprio BIRD havia sustentado, em 1951, que o nível de vida cubano era mais elevado que os demais países tropicais latino-americanos (Pericás, 2004, p. 31). Outros dados ampliavam esta ilusão: Cuba possuía um carro a cada 39 habitantes, um equipamento de rádio a cada cinco pessoas, e 57% de sua população era urbana. Economistas cubanos como Felipe Pazos preferiam usar o termo “semidesenvolvido” para definir a sociedade cubana (Pericás, 2004, p.32). Contra esta postura, que exaltava a modernização a partir das estatísticas agregadas, Carlos Rafael Rodríguez, do então Partido Social Popular (o partido comunista oficial de Cuba antes da revolução), em 1956, argumentava:

Ciertos consumos de lujo que, si bien nos dan una apariencia de superior civilización, conspira contra el progreso nacional por una falsa inversión de los ahorros y provocarán, a la larga, un estancamiento tal del proceso económico que nos situarán en niveles subcivilizados (1983, p. 65)

Na realidade, a modernização dos padrões de consumo das elites, a alta taxa de urbanização e o progresso técnico da indústria açucareira gerava a ilusão de desenvolvimento, num país de segregação social extrema. A concentração de 25% da população e 75% da produção industrial cubana em Havana contribuía para consolidar esta falsa percepção (Pericás, 2004, p. 34). Em termos de produto social, isso significava que o custo de reprodução da população beirava a sobrevivência, liberando amplas margens de excedente para usufruto dos círculos privilegiados da classe dominante.

³⁹ O PIB *per capita* cubano em 1952 era de 406 dólares de 1950, atrás apenas de Venezuela com 450 e da Argentina com 428 dólares (CEPAL, 1953, p. 32).

Retrato da miséria rural

Segundo a CEPAL, na década de 1950, 44% dos trabalhadores cubanos eram agrícolas (CEPAL, 1963, p.50). A pesquisa da *Agrupación Católica Universitaria* (ACU) revelou que apenas 4% dos trabalhadores rurais cubanos consumiam carne de boi, menos que 1% deles comiam peixe, e somente 2,12% consumiam ovos. A dieta dos trabalhadores rurais se reduzia, basicamente, a arroz (24% da dieta), feijão (23%) e *viandas*⁴⁰ (22%). Apenas 11,2% deles consumiam leite e não mais que 3,36% comiam pão. Assim, as entusiasmantes estatísticas agregadas da ilha se chocavam com o fato de que a proteína animal fazia parte de um rol de artigos de luxo.

A situação de acesso ao sistema de saúde era igualmente precária: apenas 8% dos entrevistados pela ACU tinham frequentado alguma vez a assistência médica gratuita do Estado. Além disso, 36% dos entrevistados admitiram apresentar algum tipo de parasitismo intestinal, 31% possuíam malária (Acosta, 1973, p. 81), 14% já tinham sofrido de tuberculose e 13% de tifoide⁴¹. A educação formal tampouco alcançava os trabalhadores rurais: 44% deles nunca tinham frequentado a escola e 43% se definiram como analfabetos. O Censo de População e Habitação oficial do governo cubano de 1953 revelou um analfabetismo total de 23,6% da população, o que totalizaria 1.032.849 pessoas⁴² (Acosta, 1973, p. 79). Contudo, em 1959, o governo revolucionário se deparou com a seguinte situação: 50% das crianças em idade escolar não podiam matricular-se por ausência de vagas nas escolas. Comparando o déficit de matrícula da população em idade escolar de 1959 com o censo oficial de 1953, José Acosta chegou à conclusão que o índice oficial de analfabetismo de 23,6% divulgado pelo governo era significativamente subestimado (1973,

⁴⁰ “Vianda” corresponde, em Cuba, a uma categoria de alimentos brancos como batata, mandioca, banana e suas variações. Usaremos neste trabalho o termo em espanhol, pela ausência de uma tradução apropriada ao português.

⁴¹ Os dados referentes a enfermidades costumam ser subestimados, devido ao compreensível constrangimento dos entrevistados em revelar este tipo de informação.

⁴² Estes dados correspondem com os divulgados pela CEPAL, que diagnosticou uma taxa de analfabetismo de 41% da população rural acima de 15 anos, o que significaria entre 20% e 25% da população total no mesmo período (CEPAL, 1963, p. 45).

p. 79). Além disso, segundo dados da CEPAL, nos anos 1950, 69,2% das crianças cubanas de até 15 anos eram submetidas ao trabalho agrícola (CEPAL, 1963, p. 53).

A precariedade habitacional dos trabalhadores rurais era ainda mais alarmante. Suas casas eram na maioria das vezes construídas pelos próprios trabalhadores, com os materiais que se encontrassem à mão: os chamados *bohíos*⁴³. Dos entrevistados, 63,96% não possuíam nem vaso sanitário, nem pia em suas casas e 88,5% acessavam apenas água de poço (ou seja, não tinham acesso à água encanada). Apenas 3,24% deles possuíam água encanada dentro de casa. A construção das habitações também era preocupante: 60,53% das casas eram feitas com paredes de madeira, teto de guano e chão de terra. Apenas 7,26% dos trabalhadores rurais possuíam acesso à eletricidade, e 89,84% deles viviam à luz de velas. Além disso, 41,64% das casas possuíam apenas um quarto, que deveria ser compartilhado por toda a família. Estes dados são coerentes com o Censo de População e Habitação oficial de 1953, segundo o qual apenas 4,1% das moradias no meio rural possuíam banheiros (comum ou exclusivo); apenas 10,3% possuíam água encanada (comum ou exclusiva); e apenas 10% possuíam acesso à eletricidade. O censo de 1953 revelou que a situação urbana, ainda que fosse significativamente melhor, se sustentava à custa de enormes bolsões de miséria. Por exemplo, 45,8% dos moradores urbanos não possuíam banheiro (comum ou exclusivo); 24,4% destes não tinham acesso à água encanada (comum ou exclusiva); e 13% não possuíam acesso à eletricidade. O mesmo censo de 1953 afirmou que 56% das casas participantes do censo, isto é, mais da metade de 1,2 milhões de casas, estavam em condições “altamente inabitáveis”, sendo que no meio rural as condições de habitação consideradas péssimas se ampliavam para 79,6% da população (CEPAL, 1980, p. 154; Acosta, 1973, pp. 83-5).

Os dados coletados pela ACU no que concerne à renda familiar finalizam o quadro da extrema pobreza: 50,64% das famílias de trabalhadores rurais viviam com uma renda anual menor que 500 pesos; 42,15% das famílias acessavam de 500 a 1000 pesos por ano; e 7,21% das famílias possuíam entre 1.000 e 1.200 pesos por ano⁴⁴. O quadro geral revela,

⁴³ *Bohíos* eram choupanas de origem indígena, nas quais morava a maior parte das famílias de camponeses. O Departamento de Viviendas Campesinas do INRA construiu 12.500 casas e 500 edificios sociais em um ano (Chonchol, 1961, p. 27)

⁴⁴ Nos anos 1950, havia paridade entre peso e dólar (Lecuona, 2009, p. 192).

portanto, que 92,79% das famílias entrevistadas sobreviviam com menos de 1.000 pesos por ano, incluída nesta conta a produção para autoconsumo. Enquanto a renda *per capita* dos trabalhadores rurais era igual a 91,25 pesos ao ano, a renda *per capita* nacional de 1956 correspondia a 398 pesos ao ano, ou seja, 4,3 vezes maior. Nesse quadro, o perfil dos gastos familiares rurais não chegava a surpreender: 69,3% de sua renda eram destinados à alimentação e 14,06% ao vestuário⁴⁵.

Em 1957, Cuba contava com 6.356.000 habitantes, dos quais 41,2% viviam no campo, sendo esta a base populacional aproximada da estrutura social diagnosticada pela pesquisa da ACU (CEPAL, 1963, p. 53; CEPAL, 1964, p. 272; Pino-Santos, 1983, p. 270). Esta base se confirma no relatório de Jacques Chonchol, engenheiro agrônomo da FAO (*Food and Agriculture Organization – United Nations*), enviado para Cuba em missões técnicas entre 1959 e 1961 para auxiliar a reforma agrária da ilha. Chonchol confirma que em 1960, dos 2,8 milhões de pessoas que viviam no campo, 860 mil (31% da população rural) compunha a força de trabalho agrícola (Chonchol, 1961, p. 4).

Desemprego estrutural e tiempo muerto

O desemprego estrutural era outra característica permanente da economia cubana, responsável por alargar o fosso entre a massa de trabalhadores rurais e uma minoria enriquecida. Em 1957, 16,4% da força de trabalho cubana estavam totalmente desempregadas (361 mil pessoas), 10,1% estavam subempregadas em atividades temporárias ou de tempo parcial (233 mil pessoas), e 7% trabalhavam com seus parentes sem remuneração (154 mil pessoas). Isso significa que 33,5% da força de trabalho cubana estava desempregada, subempregada ou ativa sem remuneração, o que correspondia a 748 mil pessoas, dentro de um universo de 2,2 milhões de pessoas⁴⁶ (Acosta, 1973, p. 69; Pino-Santos, 1983, p. 265; Lecuona, 2009, p. 128). O desemprego estrutural cubano apresentava

⁴⁵ A pesquisa completa da ACU está em Chonchol, 1961, pp. 16-18 e Acosta, 1973, pp. 78-87.

⁴⁶ Dados extraídos do Conselho Nacional de Economia em 1958.

uma característica específica gerada pela monocultura: o *tiempo muerto*. O predomínio da produção canavieira sobre outros cultivos fazia com que durante até oito meses ao ano os cortadores de cana não encontrassem nenhuma ocupação. O período de chuvas de maio a outubro correspondia ao crescimento das plantações e dispensava centenas de milhares de cortadores de cana, em um contexto em que a mecanização da colheita era inexistente. A produção agrícola dos cultivos não canavieiros era desproporcionalmente menor e não podia absorver a força de trabalho dispensada das plantações canavieiras durante o *tiempo muerto*. Só este tipo específico de desemprego, havia alcançado 457 mil pessoas nos anos 1950, ou seja, aproximadamente 20% da força de trabalho total cubana (Aranda, 1968, p.12; Pino-Santos, 1983, p.265). O esforço estatístico por mascarar o desemprego estrutural foi visível no Censo Populacional de 1953, quando o governo coletou dados sobre a força de trabalho durante a colheita canavieira, divulgando uma desocupação de apenas 8% da população (Castro; Boti; Pazos, 1959, p. 93).

O volume de desemprego permanente gerava uma pressão de rebaixamento salarial, fragilizando as possibilidades de negociação dos trabalhadores rurais. É certo, portanto, que a superexploração do trabalho em Cuba era uma das alavancas fundamentais da geração de excedente, e da concentração e centralização do capital. A superexploração do trabalho se agravava por dois motivos. Primeiro, o crescimento da população cubana foi proporcionalmente maior que o crescimento do setor açucareiro, especialmente depois que o setor entrou em crise nos anos 1920 e encontrou um limite nos anos 1930, devido aos desequilíbrios do mercado mundial e ao crescimento da produção de açúcar nos Estados Unidos e na Europa (Pino-Santos, 1983, pp. 374-5, 463; Le Riverend, 1972, pp.230-246; Lecuona, 2009, p. 227). Ao mesmo tempo, o Estado cubano aplicou uma política para ampliação do desemprego estrutural através da importação de força de trabalho trazida das Antilhas pelas grandes empresas açucareiras e sucessivamente incentivadas pelos governos. Em 1912, o presidente José M. Gómez autorizou a “importação” de 1.400 haitianos pela *United Fruit Company*, o que inaugurou um período de 30 anos de fluxo substancial de *braceros* antilhanos para Cuba (Acosta, 1973, p.54). Na sequência, o presidente Mario García Menocal, entre 1913 e 1921, permitiu que as companhias açucareiras estadunidenses introduzissem 156 mil trabalhadores das Antilhas em Cuba (Pino-Santos, 1983, p.304). Segundo os dados de Ramiro Guerra, entre 1912 e 1925, 140 mil haitianos e 100 mil

jamaicanos foram “importados” para as plantações de cana-de-açúcar em Cuba, ampliando o desemprego e garantindo o rebaixamento dos salários (Acosta, 1973, p.54). Entre 1928 e 1940, esta política permaneceu ativa: 100 mil *braceros* jamaicanos e haitianos foram trazidos para as plantações cubanas, o que correspondia a quase um terço do total de cortadores de cana existentes na ilha (Edquist, 1985, p. 25). A importação de mão de obra antilhana foi fortemente combatida pelos trabalhadores rurais cubanos, até que, com a Revolução de 1933, três conquistas foram obtidas: primeiro, a jornada de 8 horas de trabalho no setor industrial; segundo, a nacionalização de 50% dos trabalhadores dos canaviais por cada unidade produtiva; e terceiro, a vinculação do salário mínimo do trabalhador rural ao volume de cana cortada (50 centavos de peso para cada 100 arrobas de cana), protegendo o trabalhador das abruptas flutuações de preço (Lecuona, 2009, pp. 52-3). Mas só a partir da Constituição de 1940, a importação de mão de obra estrangeira para ampliar as margens do desemprego estrutural foi proibida (Edquist, 1985, p. 53).

A política de importação de mão de obra antilhana para Cuba, um país de desempregados, revelava que a finalidade das classes dominantes cubanas era inegociável: modernizar seus padrões consumo através da baixa remuneração do trabalho, e a despeito da fragilidade da base econômica. A finalidade da classe dominante cubana se combinava à finalidade do capital internacional, em um projeto de alta lucratividade cujo resultado inevitável era o subdesenvolvimento. Apesar de alguns conflitos passageiros entre a sacarocracia cubana e os interesses de Wall Street a respeito da política açucareira, a colaboração do Estado cubano com o grupo financeiro mundialmente hegemônico dos Rockefeller alcançou seu auge na era Batista. Esta colaboração revelava porque a realização das determinações históricas do subdesenvolvimento bloqueara qualquer iniciativa nacionalista da parte da burguesia cubana.

C) O MUNDO VISTO DE CIMA

Como escreveu Eduardo Galeano: “nossa derrota sempre esteve implícita na vitória alheia” (2004, p. 14). A outra face da segregação social cubana era a sua classe dirigente, mergulhada em atividades especulativas e organicamente associada aos grandes grupos monopolistas dos Estados Unidos⁴⁷. Fulgencio Batista é um caso exemplar. Representava a plena integração entre poderes de Estado e poderes econômicos privados nacionais e internacionais. Em 1958, Batista era proprietário de três centrais açucareiras e diversas colônias de cana, totalizando a capacidade produtiva de 22.845.254 arrobas de açúcar ao dia (ou seja, 342.679 toneladas métricas). O patrimônio açucareiro de Batista estava organizado em cinco empresas. Além disso, Batista possuía dez empresas de comunicações e publicidade; onze grandes empreendimentos turísticos; sete companhias de transportes aéreo, marítimo e rodoviário; três grandes empresas de serviços metropolitanos; sete companhias de investimentos financeiros; e duas indústrias, incluindo a 2ª maior fábrica de papel jornal do país. O presidente cubano também era acionista da *Compañía Azucarera Atlántica del Golfo S.A*, do *Banco Hispano Cubano*, da *Cuban Telephony Company*, do *Banco Godoy-Sayán de Ahorro y Capitalización* e credor do Estado cubano, que lhe devia 500.000 dólares (Jimenez, 2000). Por mais incrível que possa parecer, todos estes empreendimentos não eram os negócios prioritários de Batista. O magnata tinha como horizonte de prioridades a especulação imobiliária. Possuía nada menos que 22 empresas de construção civil e urbanização, entre elas algumas empresas fantasma e muitas em nomes de testas-de-ferro, como se descobriu após a sua fuga (ver **Quadro 1**).

⁴⁷ Uma síntese do patrimônio da burguesia cubana e estrangeira que controlava o setor açucareiro e outros ramos da economia da ilha está apresentada em dois quadros ao final desta seção, nas pp 61-67.

Batista e os Rockefeller-Sullivan

Quando Fulgencio Batista, na madrugada do dia 10 de março de 1952, desferiu o golpe de Estado que derrubou Carlos Prío Socarrás faltando 80 dias para as eleições, tinha na sua retaguarda ninguém menos que os irmãos John Foster Dulles (Secretário de Estado da Casa Branca da administração Eisenhower) e Allen Welsh Dulles (subdiretor da CIA), sócios importantes do grupo financeiro Sullivan & Cromwell⁴⁸ (Castro, 1959, p. 92; Pino-Santos, 1983, p. 548). O grupo Sullivan & Cromwell possuía célebre parentesco com um dos troncos da família Rockefeller (da *Standart Oil Company*), que por sua vez havia conquistado a hegemonia financeira da produção açucareira em Cuba desde 1920, devido à crise que sucedeu ao processo especulativo da Dança dos Milhões (Pino-Santos, 1983, pp.375-7). Os Rockefeller e os Sullivan & Cromwell estavam integrados financeiramente o bastante para serem considerados como um único grupo pela historiografia. Em 1952, as propriedades do grupo Rockefeller e dos Sullivan & Cromwell somadas controlavam 18 centrais açucareiras cubanas, organizados em cinco grandes consórcios operados majoritariamente pelo *The National City Bank*, também propriedade do grupo Rockefeller. Com isso, os Rockefeller-Sullivan comandavam direta e indiretamente um total de 35.694 caballerías de terra (superfície equivalente à área de Trinidad y Tobago) e 79.460 trabalhadores apenas nas centrais, sem contar as plantações⁴⁹. Isso significa que por trás de Batista havia uma verdadeira potência financeiro-açucareira (ver **Quadro 2**, item 1).

Nos anos 1950, diante do acirramento da concorrência dos mercados açucareiros e da expectativa de queda dos preços, os Rockefeller-Sullivan adotaram uma política de venda de suas propriedades agrárias em Cuba, deslocando investimentos para recursos energéticos

⁴⁸ Oscar Pino-Santos utiliza a definição de “grupo financeiro” do economista S. Menshikov: “Un componente de la oligarquía financiera, un conjunto dentro del universo simbolizado por ésta (...) según el caso actúan en aguda rivalidad entre sí o en coyuntural o estratégica alianza. (...) Los grupos financieros representan una fase cualitativamente distinta, más desarrollada, de la monopolización de la producción y de la circulación en condiciones capitalistas” (1983, pp. 504-5)

⁴⁹ A caballería é uma medida de superfície usada em Cuba, e será a unidade agrária de referência deste trabalho por predominar nas fontes de pesquisa. Uma caballería equivale a 13,42 hectares (Chonchol, 1961, p. 28). É uma medida de grande dimensão, o que por si só já revela uma característica crucial da agricultura cubana antes e depois da revolução: o gigantismo.

e minerais da ilha. Por isso, desde 1958, passaram a constituir o segundo grupo produtor de Cuba, ficando atrás do magnata cubano Julio Lobo, o “imperador do açúcar”, que havia, ao contrário, iniciado uma política ofensiva de aquisição de centrais desde 1940 e consolidado a compra de uma parte da *Compañía Azucarera Atlantica del Golfo* em 4 de março de 1958⁵⁰. Os Rockefeller-Sullivan controlavam também a *American Telephone & Telegraph*, cuja filial, *Compañía Cubana de Teléfonos*, detinha monopólio do serviço telefônico da ilha em sociedade com o grupo Morgan (Jimenez, 2000). Além disso, através da *Freeport Sulphur Company* e da *American Smeltin & Refining Company* (AS&R), em aliança com a Casa Morgan, os Rockefeller-Sullivan já haviam demonstrado forte interesse pela exploração mineral do níquel nas montanhas do Oriente cubano (Pino-Santos, 1983, p. 544), e já exploravam o petróleo cubano por meio da *Esso Standart Oil Company*, que era então o segundo maior consórcio não financeiro do mundo (Jimenez, 2000). Os Sullivan & Cromwell também possuíam braços no setor de transportes, marcadamente a partir da fusão da *Cuba Railways* (da família Tarafa) com outras empresas ferroviárias que operavam na ilha, com intuito de formar o monopólio *Ferrocarriles Consolidados* (Pino-Santos, 1983, p. 519). Em suma, o grupo Rockefeller-Sullivan tinha muito a perder em Cuba. Por isso, munido destes dimensionados interesses econômicos, iniciou um conflito com o presidente Carlos Prío Socarrás que culminou com o golpe de 1952, precisamente por dois motivos: a exploração do níquel e a política açucareira.

Carlos Prío havia concedido, em meados de 1950, a exploração do níquel à empresa holandesa *Billinton*, de dimensões desprezíveis perto dos gigantes Rockefeller. A *Billinton*, única concorrente da *American Smeltin & Refining Company* (AS&R) no processo concessionário, havia aceitado a nova e repentina cláusula estabelecida pelo governo Prío, que determinava a necessidade de participação de no mínimo 20% de capital cubano na exploração do mineral. A favorita AS&R havia se recusado a cumprir a cláusula, alegando que o consórcio já estava fechado. Mas os Rockefeller se irritaram por perder espaço na exploração do níquel devido à manobra improvisada de Carlos Prío que, por sua vez, apresentara explícitos interesses em participar pessoalmente do “capital cubano” exigido pela nova cláusula. A relação entre os Rockefeller e o governo Prío ficou ainda mais tensa

⁵⁰ Compra cujas parcelas não puderam ser pagas, pois 3 das 4 venceriam depois de 1959 (Jimenez, 2000, p. 97).

devido à política açucareira. Sustentado pela sacarocracia cubana, o governo Prío implementou uma política expansionista e livre-cambista no setor, o que contribuía para a deterioração do preço do açúcar no mercado mundial. Entretanto, o grupo Rockefeller-Sullivan, por suas apostas açucareiras em Wall Street, tinha interesses na restrição da produção do açúcar cubano, como meio de garantir a estabilização e controle dos preços mundiais em níveis mais elevados. A política expansionista de Prío representava um obstáculo à elevação dos preços do açúcar no mercado mundial⁵¹.

Três fatores então se coordenaram para constituir o golpe de 10 de março de 1952. Primeiro, os interesses econômicos dos Rockefeller-Sullivan estavam duplamente ameaçados pelo governo Prío. Depois, os irmãos Dulles, sócios da Sullivan & Cromwell, assumiram em 1952 os cargos de alto escalão no governo Eisenhower nos Estados Unidos, comandando a Secretaria de Estado e a CIA. E por fim, Fulgencio Batista apresentava um perfil adequado para servir aos interesses dos Rockefeller-Sullivan: havia abafado a Revolução de 1933 e desde então comandara o exército cubano, apresentando um exemplar currículo de ações repressivas contra agitações populares e de fidelidade aos interesses da oligarquia financeira em sua passagem pela presidência entre 1940 e 1944 (Pino-Santos, 1983, p. 544). Estes três fatores se combinaram para que os interesses dos Rockefeller-Sullivan fossem colocados em primeiro plano no governo cubano entre 1952 e 1958.

Após o golpe, Batista imediatamente alterou a política açucareira no sentido restricionista, facilitou os interesses da AS&R concedendo a exploração do níquel com isenções fiscais, além de proteger a família Rionda na aquisição e expansão do *King Ranch* em Camaguey⁵². Batista também criou o BRAC (*Buró de Represión de Actividades Comunistas*), em conexão direta com a CIA por meio do general Martín Díaz Tamayo, como demonstra a carta de Allen Dulles destinada a Batista em 15 de julho de 1955 (Pino-Santos, 1983, pp. 549-50). Segundo Acosta, Batista assumiu a tarefa de cumprir as diretrizes da Missão

⁵¹ Além disso, os governos de Grau San Martín (1944-48) e Carlos Prío (1948-52) do partido dos *Auténticos* tinham aumentado levemente as tarifas para importação de arroz, alguns produtos têxteis e calçados, protegendo com timidez estas indústrias cubanas, o que seria um motivo a mais para o incômodo dos Estados Unidos (Acosta, 1973, p. 73).

⁵² A família Rionda fazia parte do complexo açucareiro-financeiro que atuava em Wall Street coordenada com os Rockefeller-Sullivan, o Banco Schroeder e em aliança com o grupo Czarnikow (Pino-Santos, 1983, p. 546).

Truslow a serviço dos monopólios estadunidenses⁵³. O indício mais forte desta subordinação é a radicalidade com que foram realizadas as duas finalidades do regime de dominação. Primeiro, a rentabilidade do capital internacional. Enquanto entre 1936 e 1953 os lucros estadunidenses em Cuba cresceram em 90 milhões de dólares, apenas entre 1953 e 1958, cresceram 250 milhões de dólares (Acosta, 1973, p. 68). Segundo, o enriquecimento das elites cubanas para modernização dos padrões de consumo. A política econômica de Batista seguiu o princípio do “gasto público compensatório”: por meio de um subterfúgio keynesiano criou o BANDES em 1955 e emitiu 350 milhões pesos em títulos para financiar obras públicas. Batista injetou dinheiro público na construção civil em uma enxurrada sem precedentes, definida como “política do cimento”⁵⁴. Além do gasto com obras da construção civil, Batista queimou 408 milhões de dólares das reservas públicas com pagamento de dívidas aos Estados Unidos (Acosta, 1973, p. 71). O vínculo orgânico entre Batista, o grupo Rockefeller-Sullivan e outros membros da sacarocracia cubana instrumentalizava o Estado para reprodução das determinações históricas do subdesenvolvimento, sem qualquer mediação nacional ou popular.

Retrato da sacarocracia

Para além do grupo Rockefeller-Sullivan, os principais recursos da economia açucareira estavam concentrados em poucas famílias cubanas, bastante integradas por casamentos e outros graus de parentesco. O principal *hacendado* cubano era Julio Lobo Olavarría, que comandava quase sozinho a produção de 15 centrais açucareiras correspondentes a 12.106 caballerías e 45.836 trabalhadores, com capacidade produtiva de 65 milhões de arrobas de açúcar por dia (975.000 toneladas métricas), além do controle das duas maiores refinarias do país (ver **Quadro 2**, item 2). Além disso, Julio Lobo era proprietário dos principais corredores comerciais e empresas de exportação de açúcar do mundo. Sua empresa *Galbán*

⁵³ Missão econômica do BIRD em Cuba, em 1949.

⁵⁴ As Teses Econômicas do MR 26-7 denunciaram: “Batista dirige el ‘gasto público compensatorio’ a levantar ‘pirâmides en el deserto’ (...) ha realizado pavimentaciones y edificaciones faraonicamente estériles, la llamada política del cemento” (Castro; Botí; Pazos; 1959, p. 93)

Lobo Trading Company era a principal vendedora do produto no mercado mundial, controlando de 35% a 60% do açúcar cubano e porto-riquenho e 60% do refino do mercado norte-americano (Jimenez, 2000). Lobo também possuía a *National Bonded Warehouses Company*, um gigantesco depósito açucareiro que armazenava o produto de 21 centrais e era proprietária de um porto. Além disso, era dono do *Banco Financiero* (com 12 milhões de dólares em depósitos dos 21 centrais que armazenavam seu açúcar com Lobo); da *Corporación Aeronáutica Antillana S.A.*, uma companhia aérea local com circulação interna às suas propriedades, uma das três “linhas tributárias” da ilha, ou seja, isenta de impostos por transportar o correio oficial; e a *Corporación Inalámbrica Cubana S.A.* de radio, telégrafo e telefonia (Jimenez, 2000).

A segunda maior família do setor açucareiro, depois de Julio Lobo, era a *Sucesión Falla Gutierrez*, formada pelos herdeiros de Laureano Falla Gutiérrez. Por serem proprietários do *The Trust Company of Cuba*, o maior banco do país em depósitos, constituíam o principal grupo açucareiro-financeiro nacional. Aproximadamente 56% dos depósitos do *The Trust* pertenciam a apenas 26 empresas açucareiras. A *Sucesión Falla* era proprietária de sete centrais, constituindo o 2º maior grupo de latifundiários cubanos em termos de quantidade de centrais depois de Julio Lobo, e o 3º maior em capacidade produtiva total (depois de Julio Lobo e da *Compañía Atlántica del Golfo* dos Sullivan & Cromwell). A capacidade produtiva total de suas centrais era de 2.190.000 arrobas de açúcar por dia (32.850 toneladas métricas). Além disso, comandavam um total de 26.283 trabalhadores e detinham diretamente 5.221 caballerías organizadas em sete empresas (ver **Quadro 2**, item 3). A família também possuía ações na poderosa *Compañía Azucarera Atlántica del Golfo* desde que a companhia declarou um “plano de liquidação completa”. Em concorrência com Julio Lobo, Fulgencio Batista e Francisco Blanco, os Falla estavam buscando o controle majoritário da empresa. Por fim, eram acionistas importantes de mais dez empresas de distintos ramos: a *Nauyú Destillering Company* (a 2ª maior destilaria cubana), o *Banco de los Colonos*, a *Petrolera Transcuba S.A.*, a *Compañía Cubana de Refrigeración Eléctrica*, a *Papelera Nacional*, a *Compañía Cubana de Pesca y Navegación S.A.*, a *Compañía Cubana de Fibra y Jarcia S.A.*, a *Compañía Agrícola Henequenera Estrella S.A.*, a *Compañía Inmobiliaria Payret S.A.* (proprietária do Cinema e Teatro Payret) e a *Corporación Intercontinental de Hoteles de Cuba S.A.* (Jimenez, 2000).

O terceiro grupo da sacarocracia cubana era a Família Braga-Rionda, proprietária de um complexo açucareiro de seis centrais, 23.773 caballerías e 22.833 trabalhadores (ver **Quadro 2**, item 4). Os Braga-Rionda eram fortemente integrados ao capital internacional, atuando em coordenação com os Rockefeller por conta de seus interesses especulativos em Wall Street. Em 1957, os Braga-Rionda destituíram Julio Lobo do primeiro lugar no controle do comércio açucareiro em Cuba, com a empresa *Cuban Trading Company*, que armazenava o açúcar de 25 centrais, junto com a *Compañía General Cubana de Almacenes Públicos* e a *Compañía Marítima Guayabal S.A.* (devedora do BANDES). Os Braga-Rionda também possuíam negócios na pecuária com a *Compañía Ganadera Becerra S.A.* (proprietária de 7.300 cabeças de gado selecionado e 1.178 caballerías). Eram proprietários da primeira indústria de tábuas de madeira feitas com bagaço de cana do mundo, a *Compañía de Productos de Fibras Manatí S.A.*, e também da recém-aberta *Compañía Cubana Primadera S.A.*, do mesmo ramo, acionista da *Cuban Bagasse Products*. Por fim, a família Braga-Rionda possuía um prolífico casamento com a família Gómez Mena.

O quarto grupo açucareiro cubano mais importante era a Família Gómez Mena, aparentada da Família Braga-Rionda. A filha de José Gómez Mena (o patriarca), Liliam Gómez Mena, havia se casado com Alfonso Fanjul Estrada que, por sua vez, era filho de Higino Fanjul Rionda, um dos sucessores do patrimônio Braga-Rionda. Em 1958, Alfonso Fanjul Estrada era diretor e acionista do *The Trust Company of Cuba* e ocupava cargos de chefia em outras sete grandes empresas⁵⁵ (Jimenez, 2000). A Família Gomez Mena era proprietária de quatro centrais açucareiras da empresa *Nueva Compañía Azucarera Gómez Mena S.A.*, que somavam uma capacidade de 1.350.000 arrobas de açúcar por dia (20.250 toneladas métricas), 15.250 trabalhadores e 4.666 caballerías, constituindo a 4ª maior produtora cubana de açúcar⁵⁶ (ver **Quadro 2**, item 5). Gómez Mena apresentava um currículo político relevante: havia sido presidente do *Instituto Cubano de Estabilización del Azúcar* (ICEA) e

⁵⁵ Era Vice Presidente da *Nueva Compañía Azucarera Gómez Mena S.A.*, da *Cuban Trading Company*, da *The Francisco Sugar Company*, da *Manatí Sugar Compay*, da *Construtora Airform de Cuba S.A.*, da *The New Tuinicú Sugar Company*, e Diretor Geral da *Industrial Arrocera de Mayabeque S.A.*, além de ser acionista das seguintes empresas: *Cuban Bagasse Products*, *Compañía Internacional de Envases S.A.*, *Compañía Oriental Papelera S.A.*, e *North Atlantic Kenaf Corporation*. (Jimenez, 2000)

⁵⁶ Note-se que em 1958 a *Compañía Azucarera Gómez Mena S.A.*, originalmente deste tronco familiar, era de propriedade de Julio Lobo, que a havia comprado da *Compañía Azucarera Atlántica del Golfo* em 1957 (Jimenez, 2000).

Ministro da Agricultura em 1936. Além disso, o grupo se destacava por ter sido vanguarda de inovações tecnológicas da indústria açucareira: foram os primeiros a eletrificar um engenho, a aplicar a irrigação em larga escala, a reflorestar, e a empregar álcool como combustível. Gómez Mena era o principal cliente do *Banco de los Colonos* e possuía ações em vários empreendimentos, incluindo as *Industrias Siporex S.A.* de Batista⁵⁷.

Outros grupos da sacarocracia que controlava a produção cubana com considerável influência monopolista eram a Família Tarafa (proprietária de três centrais, com 3.404 caballerías, no comando de 8.010 trabalhadores); a *American Sugar Refining Company* (proprietária das duas centrais mais modernas e com maior capacidade produtiva da ilha, que somavam 6.438 caballerías, comandavam 15.968 e, juntos, representavam 10% do total do açúcar cru processado pela refinaria localizada nos Estados Unidos); Salustiano García Díaz (proprietário de quatro centrais, que somavam 1.936 caballerías e comandavam 10.532 trabalhadores); a *United Fruit Company* (que detinha 20.250 caballerías e comandava 20.000 trabalhadores); Manuel Aspuru San Pedro (proprietário de três centrais, detinha 8.634 caballerías e comandava 8.100 trabalhadores); entre outros (ver **Quadro 2**, itens 6 a 10; e Jimenez, 2000).

Este breve mapa da concentração e centralização de capital em Cuba nos anos 1950 é um dado essencial do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O latifúndio canavieiro estava tão integrado aos maiores grupos financeiro do mercado mundial, quanto enraizado aos poderes de Estado da chamada república de Cuba. O contraste entre a miséria das multidões e o extravagante bem estar das elites é um dado histórico que ajuda a explicar porque um Estado controlado pela sacarocracia não seria capaz de resolver os chamados “problemas nacionais”. Junto da segregação social e da dependência externa, a heterogeneidade estrutural foi o outro resultado da modernização da *plantation*. A forma específica da heterogeneidade cubana era a estrutura agrária especulativa de tipo latifúndio-minifúndio.

⁵⁷ A Família Gómez Mena era proprietária da *Indústria Arrocería de Mayabeque S.A.* e possuíam ações na *Cuban Bagasse Products*, na *Compañía Internacional de Envases S.A.* e na *Constructora Airform de Cuba* (Jimenez, 2000).

QUADRO 1: Patrimônio de Fulgencio Batista por setor, 1958

AGROPECUÁRIO (5)	
Empresa	Propriedades
Compañía Agrícola Defensa S.A.	Central Washington, com 2.835 trabalhadores, além da 5ª maior refinaria do país, a 18ª maior destilaria, e 10 caballerías em Las Villas.
Compañía Agrícola Punta Felipe S.A.	Colônias com capacidade de produzir 18.571.115 arrobas de açúcar por dia na central Washington, em Las Villas
Compañía Agrícola Delta S.A.	Colônia com capacidade de produzir 3.659.139 arrobas de açúcar por dia na central Resulta, em Las Villas
Industrias Andorra S.A.	Central Andorra em nome de esposa de Batista, Martha Fernandez Miranda, com produção de 185.000 arrobas de açúcar por dia, 3.000 trabalhadores, a 17ª maior refinaria do país, a 9ª maior destilaria, e com 338 caballerías em Pinar del Río
Rancho Veloz Sugar Company S.A.	Central Constancia, em nome de Fernando de la Riva, com capacidade de 430.000 arrobas de açúcar por dia, 3.000 trabalhadores e 392 caballerías em Las Villas
COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE (10)	
Empresa	Proprietário Nominal
Alerta S.A.	Ramon Vasconcelos Maragliano (jornal)
Canal 12 S.A.	Gaspar Pumarejo (Canal 12 da televisão)
Circuito Nacional Cubano S.A.	Antonio Pérez Benitoa (emissora de rádio)
Radio Reporter S.A.	Manuel Perez Benitoa e Andre Domingos Morales del Castillo
Cadena Oriental de Radio	Fulgencio Batista
RHC, Cadena Azul de Cuba S.A.	Fulgencio Batista
Revista Gente S.A.	Fulgencio Batista
Compañía Editorial Mediodía S.A.	Fulgencio Batista
Radio Siboney S.A.	Fulgencio Batista
Compañía Inversiones Radiales S.A.	Fulgencio Batista
TURISMO (11)	
Empresa	Informações
Antillean Hotel Corporation	Capital de 25 milhões de dólares
Playas del Golfo S.A.	Composta pelas empresas <i>Centro Turístico Barlovento</i> e <i>Compañía de Fomento de Bauta S.A.</i> , que foi escolhida pelo governo Batista para construir o aqueduto de Bauta
Kawama Beach Club	Vendido ao BANDES em 1957, virou propriedade de Batista por processo fraudulento
Compañía Hotelera Antillana	

Compañía Motel El Oasis S.A.	
Compañía de Fomento y Turismo de Trinidad S.A.	
Hoteles Isla del Tesoro S.A.	
Compañía Territorial Playa Francés	
Gerona Beach Territorial S.A.	
Varadero Realty Company	
Terramar S.A.	
TRANSPORTE (7)	
Compañía Cubana de Aviación	Em nome da <i>Compañía Inmobiliária Rocar S.A.</i> e uma das quatro companhias aéreas existentes no país
Aerovías Q S.A.	Uma das quatro companhias aéreas existentes no país
Naviera Cubana del Atlántico S.A.	Em sociedade com Julio Lobo Olavarría, controlava três rotas marítimas e um terminal de barcos através das firmas <i>Línea de Navegación del Golfo-Cuba S.A.</i> , <i>Naviera Cubamar S.A.</i> , <i>Naviera Vacuba S.A.</i> , <i>Operadora Marítima Unión S.A.</i> e <i>Terminal de Muelle y Navegación Atarés S.A.</i>
Cuba Aeropostal S.A.	
Cooperativas de Ómnibus Aliados	
Compañía Interamericana del Transporte S.A.	
Compañía de Ómnibus Metropolitanos S.A.	
SERVIÇOS METROPOLITANOS (3)	
Compañía de Parquímeros Cubanos S.A.	Importadora de parquímetros que eram vendidos à <i>Organización Nacional de Estacionamientos Públicos</i> , criada pelo governo Batista em 1957
Park Meter Corporation	Produtora de parquímetros em Nova York associada à <i>The Karpark Corporation</i> de Ohio
Servicios Metropolitanos de Gas S.A.	Em nome de Prudencio Fernandez del Rio, abastecia toda Havana metropolitana e construía gasodutos, com empréstimos do BANDES
INVESTIMENTO (7)	
Compañía de Inversiones Balaspis S.A.	Empresa fantasma, que seria usada para transmitir seus bens aos seus familiares sem gerar suspeitas, fato comprovado quando um de seus testamentos foi encontrado no cofre nº 58 do <i>The Trust Company of Cuba</i>
Compañía de Inversiones Bonti S.A.	Em nome de Cristobal Díaz Gonzales
Compañía de Fomento Almendares S.A.	
Compañía de Inversiones Victoria S.A.	
Compañía de Inversiones y Desarrollo de Baracoa	
Compañía de Inversiones Dofinca S.A.	
Inversiones Dalmen	

INDÚSTRIAS (2)	
Compañía Técnica Cubana S.A.	A 2ª maior fábrica de papel jornal a partir de bagaço da cana; em nome de Cristobal Díaz Gonzales obteve um empréstimo do BANDES de 17 milhões de pesos
Industrias Siporex S.A.	Produção de blocos de concreto
CONSTRUÇÃO CIVIL (22)	
Compañía Inmobiliária Rocar S.A.	Empresa fantasma em nome de Andrés Domingo Morales del Castillo, ministro de Batista, e Manuel Pérez Benitoa, que possuía ações da maior parte das outras empresas de Batista
Compañía de Inmuebles S.A.	Em nome de Cristobal Díaz Gonzales
Compañía Ingeniería del Golfo S.A.	Construiu a rodovia mais cara do governo Batista por 35 milhões de dólares
Compañía de Fomento del Túnel de La Habana S.A.	Túnel que custou aos cofres públicos 10 milhões de dólares
Construcciones Marítimas Baliza S.A.	Credora do BANDES
Compañía Urbanizadora Crismery S.A.	Em nome de Cristobal Díaz Gonzales
Urbanizador Cruz S.A.	Em nome de Cristobal Díaz Gonzales
Compañía Urbanizadora Varadero S.A.	Proprietária das empresas <i>Varadero Realty Company e Terramar S.A.</i>
Propiedad Horizontal Miramar	Em sociedade com Cristóbal Díaz Gonzales
Compañía Inmobiliária Adorsina	<p>Fonte: Jimenez, 2000</p>
Compañía Inmobiliária Marimuca S.A.	
Compañía Constructora del Litoral S.A.	
Mercantil del Puerto de La Habana S.A.	
Propietaria de Fincas Rústicas S.A.	
Compañía Urbanización de Sur S.A.	
Sociedad Marimelena Realty Company	
Compañía Urbanizadora Valvelano S.A.	
Urbanizadora Crysa S.A.	
Inmobiliaria Miramar	
Compañía Territorial San Vicente S.A.	

QUADRO 2: Patrimônio dos dez principais grupos açucareiros, 1958

1. ROCKEFELLER-SULLIVAN				
Empresa	Centrais	Superfície (caballerías)	Nº de Trabalhadores	Província
Compañía Atlántica del Golfo	Álava	8.979	25.671	Matanzas
	Conchita			
	Mercedes			
	Lugareño			Camaguey
	Morón			
	Stewart			
Compañía Azucarera Vertientes- Camaguey de Cuba	Agramonte	4.078	20.132	Camaguey
	Estrella			
	Vertientes			
Compañía Central Alta Gracia S.A.	Alto Cerdo	2.562	7.972	Oriente
	Palma			
	Santa Ana			
Punta Alegre Sugar Company	Baraguá	9.635	7.035	Camaguey
	Florida			
	Macareño			
The Cuban American Sugar Mills Company	Chaparras	10.440	18.650	Oriente
	Delicias			Pinar del Río
	Mercedita			
TOTAL	18 centrais	35.694 caballerías	79.460 trabalhadores	
2. JULIO LOBO				
Empresa	Centrais	Superfície (caballerías)	Nº de Trabalhadores	Província
Compañía Azucarera Gómez Mena S.A.	San Antonio	383	2.610	Havana
Compañía Azucarera Tánamo de Cuba	Tánamo	3.833	3.160	Oriente
Central Araújo S.A.	Araújo	326	2.780	Matanzas
Central Cabo Cruz S.A.	Cape Cruz	137	1.650	Oriente
Central El Pilar S.A.	El Pilar	329	3.000	Pinar del Río
Central Escambray S.A.	Escambray	1	2.130	Las Villas
Hershey Corporation (a)	Hershey	2.000	6.450	Havana
Central La Francia S.A.	La Francia	1.088	750	Pinar del Río
New Niquero Sugar Company	Niquero	33	5.600	Oriente
Parque S.A.	Parque Alto	46	1.650	Las Villas

Central Perseverancia S.A.	Perseverancia	1.261	3.500	Las Villas
Rosario Sugar Company	Rosario	582	1.750	Havana
Central San Cristóbal S.A. (b)	San Cristóbal	4	2.500	Pinar del Rio
Central Tinguaro S.A.	Tinguaro	558	2.400	Matanzas
Miranda Sugar Estates (c)	Miranda	1.525	5.906	Oriente
TOTAL	15 centrais	12.106 caballerías	45.836 trabalhadores	

3. SUCESIÓN FALLA

Empresa	Centrais	Superficie (caballerías)	Nº de Trabalhadores	Provincia
Compañía Azucarera Central Patria	Patria	527	3.836	Camaguey
Compañía Azucarera Adelaida	Adelaida	1.063	2.970	Camaguey
Central Andreita Compañía Azucarera S.A.	Andreita	243	2.023	Las Villas
Compañía Azucarera Central Manuelita S.A.	Manuelita	93	439	Las Villas
Compañía Azucarera Fidelidad S.A.	San Germán	1.184	5.270	Oriente
Compañía Azucarera Buena Vista S.A.	Punta Alegre	1.418	4.630	Camaguey
Central Violeta Sugar Company	Violeta	693	7.115	Camaguey
TOTAL	7 centrais	5.221 caballerías	26.283 trabalhadores	

4. BRAGA-RIONDA

Empresa	Centrais	Superficie (caballerías)	Nº de Trabalhadores	Provincia
Compañía Azucarera Céspedes S.A.	Céspedes	960	3.100	Camaguey
The Francisco Sugar Company	Elia (d)	503	800	Camaguey
	Francisco	2.489	5.200	Camaguey
Manatí Sugar Company	Manatí	4.288	9.963	Oriente
New Tuinicú Sugar Company	La Vega	1	270	Las Villas
	Tuinicú	300	3.500	Las Villas
TOTAL	6 centrais	23.773 caballerías (8.541 + 15.192)	22.833 trabalhadores	

5. GÓMEZ MENA

Empresa	Centrais	Superficie (caballerías)	Nº de Trabalhadores	Provincia
Nueva Compañía Azucarera Gómez Mena S.A	Amistad (e)	315	2.500	Havana
	Mercedita (f)	1.403	6.250	Havana
	Gómez Mena	2.385	5.000	Havana

	(g)			
	Resolución	563	1.500	Las Villas
TOTAL	4 centrais	4.666 caballerías	15.250 trabalhadores	
6. FAMILIA TARAFÁ				
Empresas	Centrais	Superficie (caballerías)	Nº de Trabalhadores	Provincia
Azucarera Central de Cuba S.A.	Cuba (h)	1.356	4.335	Matanzas
	Santo Domingo	338	2.000	Matanzas
Compañía Ingenios Azucareros de Matanzas S.A.	España	1.710	1.675	Matanzas
TOTAL	3 centrais	3.404 caballerías	8.010 trabalhadores	
7. AMERICAN SUGAR REFINING COMPANY				
Central Cunagua S.A. (i)	Cunagua	6.438 caballerías	15.968 trabalhadores	Camaguey
	Jaronú (j)			
8. SALUSTIANO GARCÍA DÍAZ				
Empresas	Centrais	Superficie (caballerías)	Nº de Trabalhadores	Provincia
Antillas Sugar Estates	Báguanos	951	3.992	Matanzas
	Tacajó	210	1.980	Oriente
Compañía Azucarera Ingenio Algodones	Algodones	512	3.060	Camaguey
Compañía Azucarera Delpurio	Purio	263	1.500	Las Villas
TOTAL	4 centrais	1.936 caballerías	10.532 trabalhadores	
9. UNITED FRUIT COMPANY				
United Fruit Company	Boston	2.963	7.500	Oriente
	Preston (k)	5.191	12.500	
TOTAL	2 centrais	20.250 caballerías (8.154 + 12.096)	20.000 trabalhadores	
10. MANUEL ASPURU SAN PEDRO				
Compañía Azucarera Central Toledo S.A.	Toledo	8.100	5.500	Havana
	Fajardo			
Compañía Azucarera de Guines S.A.	Providencia	534	2.600	Havana
TOTAL	3 centrais	8.634 caballerías	8.100 trabalhadores	

Fonte: Jimenez, 2000.

- (a) A *Hershey Corporation* era proprietária da maior refinaria de açúcar do país, além de outras propriedades como a ferrovia eletrificada da *Compañía del Ferrocarril Cubano de Hershey* com 190 km de serviço público e 130 linhas privadas, a indústria *Aceites Vegetales S.A.*, e uma planta de geração e transmissão de eletricidade a partir do açúcar.
- (b) A *Central San Cristóbal S.A.* possuía a 2ª maior refinaria de açúcar do país.
- (c) A *Miranda Sugar Estates* era sociedade de Julio Lobo com a *West Indies Sugar Corporation*.
- (d) A central Elia criava gado, plantava kenaf, produzia fermento, e detinha o controle do porto e terminal Guayabal. Talvez a informação mais interessante sobre o Elia era que seu administrador era Manuel Portuondo Regil, ninguém menos que o vice-presidente de Cuba.
- (e) Primeira central eletrificada do país.
- (f) Diversificada: cultivavam abacaxi, milho e arroz em grandes quantidades.
- (g) Diversificada: produziam arroz e fermento. Foi o primeiro a possuir laboratórios químicos e uma estação experimental
- (h) Uma das 30 centrais que se associava com criação de gado.
- (i) O açúcar cru das duas centrais exportado aos Estados Unidos supria 10% do total da *American Sugar Refining Company*, a maior refinaria do mercado mundial.
- (j) Maior capacidade produtiva do país.
- (k) O Preston é a primeira central em número de trabalhadores e o segundo em superfície.

D) ESTRUTURA LATIFÚNDIO-MINIFÚNDIO

A modernização da *plantation* em Cuba gerou uma estrutura agrária de tipo latifúndio-minifúndio, definido por Celso Furtado nos seguintes termos:

Considera-se como de subsistência a unidade em que dois terços ou mais da produção são para autoconsumo, mesmo se aqueles que nela trabalham derivam uma renda complementar de atividade exterior. Por vezes as unidades de subsistência vivem em simbiose com a agricultura comercial. É esse o caso do binômio minifúndio-latifúndio característico da estrutura agrária de grande parte da América Latina (Furtado, 1981, p. 97).

Juan Valdés Paz nomeou a estrutura latifúndio-minifúndio de “constelação latifundiária”⁵⁸. A relação entre o latifúndio e o minifúndio é a expressão territorial das relações de produção existentes em determinada estrutura agrária - no caso cubano, uma estrutura subdesenvolvida modernizada. Os minifúndios cubanos eram a forma territorial da segregação, e mais especificamente, do *tiempo muerto*, pois eram a única possibilidade de

⁵⁸ Sobre a constelação latifundiária, Valdés Paz afirmou: “la organización agraria correspondiente a esta constelación se caracterizaba, tanto por la creciente polaridad entre latifundio y minifundio, como por una lenta evolución de sus formas organizativas” (2009, p. 11). Para ele, um minifúndio pode ser definido como: “explotación familiar insuficiente para proporcionar los ingresos mínimos vitales de sus miembros” (1997, p. 21). Posteriormente, o governo revolucionário considerou o “mínimo vital” como 2 caballerías por família de 5 pessoas.

subsistência para a maioria dos cortadores de cana dispensados todos os anos de maio a outubro. A constelação latifundiária cubana pode ser vista nos dados do censo agrícola de 1946, pelo altíssimo grau de concentração da terra e a simultânea proliferação dos minifúndios, visíveis na **tabela 1**⁵⁹.

TABELA 1 - Superfície agrícola por tamanho de propriedades (1946)				
Tamanho	Propriedades	%	Superfície (ha)	%
Até 2 caballerías	125.619	78,5	1.362.533	15
De 2 a 5 caballerías	16.766	10,5	822.539	9
De 5 a 30 caballerías	13.150	8,2	1.728.241	19
Mais que 30 caballerías	4.423	2,8	5.163.842	57
Total	159.958	100	9.077.155	100
Fonte: Chonchol, 1961, p. 5 - Censo agrícola nacional de 1946.				

Em 1946, o latifúndio maior que 30 caballerías correspondia a somente 2,8% do número de propriedades e a 57% da superfície agrícola, enquanto o minifúndio menor que 2 caballerías representava 78,5% do número de propriedades e apenas 15% da superfície agrícola. Chonchol afirmou em seu relatório para a FAO que antes da revolução menos de três mil pessoas eram donas de 62% do total da área agrícola do país (1961, p. 8). Dando um zoom no topo da estrutura agrária, 114 latifundiários ocupavam 20% de toda área cultivável da ilha (Pericás, 2004, p. 35). Além disso, os 22 maiores produtores de açúcar (13 dos Estados Unidos e 9 cubanos) eram proprietários de 133.310 caballerías (ou seja, 1.793.020 hectares)⁶⁰. Segundo o censo pecuário de 1952, apenas 3% das propriedades com

⁵⁹ O censo agrícola de 1946 foi o último mapeamento estatístico oficial sobre o tema da propriedade agrária realizado pelo governo cubano antes da revolução. Ele foi usado pelo movimento revolucionário para determinar políticas de reforma agrária e redistribuição da terra em 1958 e 1959. Foi também baseado nele que o engenheiro agrônomo Jacques Chonchol escreveu seu relatório técnico para a FAO em 1961 (Chonchol, 1961).

⁶⁰ Nesta análise, Chonchol considera as seguintes empresas dos Estados Unidos: *Cuban Atlantic Sugar Company* dos Sullivan & Cromwell (284.404 hectares); *Cuban American Sugar Company* dos Rockefeller-Sullivan via *The National City Bank* (143.862 hectares); *American Sugar Refining Company*, a maior refinaria de açúcar dos Estados Unidos (136.750 hectares); *United Fruit Company* (109.480 hectares); *West Indies Sugar Company*, sob controle majoritário dos Rockefeller-Sullivan, com 25% de Julio Lobo (109.146 hectares); *Vertientes-Camaguey Sugar Company*, do grupo Rockefeller-Sullivan (106.595 hectares); *Manatí Sugar Company*, da Família Braga-Rionda, considerada como grupo estrangeiro provavelmente devido a sua intensa coordenação com os grupos de Wall Street (78.252 hectares); *Francisco Sugar Company*, da Família Braga-Rionda (71.703 hectares); *The Cuba Company*, que fundou a *Compañía Cubana* de Amando Aréchaga

presença de gado controlavam 43% de toda a massa bovina nacional (Chonchol, 1961, p. 10).

Absorção assimétrica de tecnologia estrangeira

A principal característica da estrutura agrária cubana antes da revolução, como constatou Chonchol, era seu caráter heterogêneo: a maior produtividade industrial em relação à produtividade agrícola garantia o padrão de permanente subutilização das capacidades industriais⁶¹. A heterogeneidade estrutural era o resultado direto donexo orgânico entre estrutura agrária e ordem econômica internacional, isto é, entre latifúndio canavieiro e circuitos mundiais de acumulação financeira. Em síntese, a especulação era a alma da estrutura latifúndio-minifúndio, e seu corpo foi formado pela absorção assimétrica de progresso técnico no setor açucareiro. Juan Noyola, economista da CEPAL escalado para ir a Cuba em missão técnica em 1959, enfatizava que o problema da subutilização das capacidades produtivas da ilha era um dos alvos prioritários de combate da revolução⁶².

(68.388 hectares); *Punta Alegre Sugar Company* do grupo Rockefeller-Sullivan sob o nome *Baraguá Estates Sugar* (46.594 hectares); *Cuban Trading Company* da Família Braga-Rionda (29.148 hectares); *Guantánamo Sugar Company* de propriedade da *Delta Development Corporation*, controlada pela *Luis G. Mendonza y Compañía* empresa de corretores açucareiros de Luis G. Mendonza Freyre (12.695 hectares); *Central Soledad* de propriedade da *Guantánamo Sugar Company* também de Luis G. Mendonza Freyre (11.998 hectares). E os seguintes consórcios considerados cubanos: *Julio Lobo Administración de Negocios Azucareros* (164.543 hectares); Gómez Mena (144.265 hectares); *Central Cuba* de propriedade da Família Tarafa (84.707 hectares); Fernando de la Riva, testa-de-ferro de Batista (38.556 hectares), Jesús Azqueta (36.127 hectares), Manuel Aspuru (34.610 hectares), García y Díaz (30.168 hectares) e Mamerto Luzarraga (21.083 hectares). A fonte de Chonchol é o livro de Nuñez Jimenez, “Geografía de Cuba” de 1959, e foi confrontada com as informações da enciclopédia de Guillermo Jimenez (Chonchol, 1961, p. 9; Jimenez, 2000).

⁶¹ Nas Teses Econômicas do Movimento Revolucionário 26 de Julho se afirma: “Otra característica de nuestra condición subdesarrollada nos la impone el hecho de que Cuba tiene ocupada en la agricultura 40 por ciento de su población, la cual produce en esta actividad solamente 20 por ciento del ingreso nacional” (Castro; Boti; Pazos; 1959, p. 84).

⁶² Noyola renunciou de seu posto na CEPAL em 1960 no meio de sua missão a Cuba, por meio de uma carta a Raúl Prebisch na qual afirmou: “Si en algún momento han surgido divergencias o incompatibilidades entre la interpretación que yo doy a mi tarea y la que se le dé en otros círculos, lo lamento, no por mí, sino porque ello revela la incomprensión de lo que es la Revolución Cubana y revela también que los intereses que se mueven contra ella influyen en el seno de la secretaria de las Naciones Unidas. He sido informado que como resultado de esas influencias y esas presiones, el secretario general de las Naciones Unidas ha decidido terminar la misión de la CEPAL/DOAT. En tales circunstancias, creo que no tengo otra alternativa que la de presentarle

Sustentou que a heterogeneidade estrutural cubana era uma consequência da sua histórica inserção dependente:

El resultado natural del establecimiento de relaciones entre un país llamado subdesarrollado y un país industrial, es la división de la economía del primero en dos sectores: en un sector moderno, en el que incluso se puede usar las técnicas más modernas y más eficientes que se conocen, y un sector arcaico cuyo desarrollo se ve obstaculizado, más que por ninguna otra traba de carácter interno, precisamente por la existencia de ese sector moderno controlado por el imperialismo (Noyola, 1978, p. 115).

Há que se considerar que a heterogeneidade persistia, apesar do fato de que a indústria açucareira cubana também era tecnicamente atrasada em relação ao patamar internacional. Como alertou López:

Se trataba, desde el punto de vista agrícola, de una deformidad estructural total. Una agricultura extraordinariamente atrasada que servía de base a una industria de las mayores del mundo en su tipo, si no la primera del mundo. La segunda deformidad estructural, era que también constituía una industria atrasada, una industria que poco más o menos se puede decir estaba al nivel de los años de la tercera década del siglo. Desde la década de 1920-1930 la industria azucarera cubana no hacía innovaciones (...). Puede decirse que el sistema capitalista abandonó las inversiones en Cuba desde 1925 y sólo realizaba una campaña de mantenimiento que llevó a la industria a la crisis que prácticamente tenía en 1958 (López, 1982, pp. 115, 117).

A história de absorção assimétrica da tecnologia no setor açucareiro cubano coincide com a história da divisão da classe agrária dominante em duas frações: o colono (proprietário ou arrendatário dos canaviais) e o *hacendado* (proprietário da central açucareira). A tensão existente entre estas duas frações ilustra um padrão típico de concorrência especulativa no interior da classe dominante, cujo desdobramento foi a própria modernização dependente. A separação da indústria e da agricultura em Cuba foi um processo que se iniciou em meados do século XIX e se concluiu no início do século XX. Foi fruto da centralização industrial e modernização tecnológica que converteu os 1.170 engenhos centrais de 1881 em apenas 171 engenhos centrais em 1903 (Lecuona, 2009, p. 221). Esse processo de modernização foi acompanhado por um grande salto na produtividade. Em 1877, 1.191 centrais produziram 520.000 toneladas de açúcar. Em 1894, 450 centrais produziram um

la renuncia irrevocable a mi puesto en la CEPAL, a partir del 31 de octubre del presente año” (Noyola, 1978, p. 11).

milhão de toneladas de açúcar (Pino-Santos, 1983, p. 213). Visto em perspectiva mais diacrônica, Juan Noyola definiu como “revolução industrial do açúcar” o processo de incremento da produtividade entre meados do século XIX a meados do século XX. A capacidade de produção de açúcar passou de 1,5 milhão de toneladas em 1902 a 5 milhões em 1920. Em meados do século XX, 161 centrais tinham capacidade de produzir 7 milhões de toneladas de açúcar (Noyola, 1978, pp.39, 49).

Durante a expansão açucareira ocorrida entre fins do século XIX e a Primeira Guerra, os colonos se beneficiaram da concorrência entre os *hacendados*, pois houve crescimento da capacidade industrial e relativa “escassez” de matéria prima. Com a modernização das centrais e aumento exponencial de capacidade produtiva industrial, os colonos manipularam a elevação especulativa dos preços da cana. Diante disso, os proprietários de central assumiram uma política ofensiva de aquisição de terras em larga escala, onde pudessem plantar as chamadas *canas de administração*, controlar as ferrovias de transporte da cana e assim evitar os altos preços especulativos dos colonos⁶³. Com a disseminação das canas de administração, os colonos começaram a perder poder especulativo, e se converteram no elo fraco da burguesia agrária, padrão que se manteve até os anos 1950⁶⁴. Com o surgimento das canas de administração e o prejuízo dos colonos, os proprietários de centrais passaram a preferir arrendar suas terras ao invés de administrá-las diretamente, fundindo as canas de administração aos sistemas de arrendamentos e subarrendamentos. Dessa forma, os *hacendados* não só obtinham ganhos mais fáceis, como evitavam o contato direto com os trabalhadores e suas incômodas reivindicações, que recaíam sobre colonos arrendatários. A renda da terra foi uma ferramenta de dominação entre as frações da classe dominante, isto é, o colono arrendatário sofria prejuízos devido ao controle monopolista da

⁶³ As canas de administração eram os canaviais de propriedade de *hacendados*, que não passavam pelo mercado interno antes do processamento industrial e, portanto, não estavam sujeitas às manipulações especulativas. Além disso, para garantir o rendimento industrial, a cana precisa ser moída não mais do que 24 horas depois de colhida, de modo que o controle do transporte ferroviário era determinante na concorrência entre *hacendados* e colonos (Lecuona, 2009, p. 77). Sobre a função do monopólio das ferrovias na expansão açucareira ver Noyola, 1978, pp. 43-4 e Guerra, 1970.

⁶⁴ Os colonos conquistaram medidas de regulamentação para favorecer sua participação na cadeia produtiva, especialmente após a revolução de 1933. Entre suas conquistas estavam, por exemplo, o decreto-lei 522 que estabelecia uma cota mínima de moenda de 20% de canas de colonos nas centrais (ou seja, um máximo de 80% de canas de administração), além de pagamentos mínimos fixos de 5,5 arrobas de açúcar aos colonos arrendatários, e 6 arrobas de açúcar aos colonos proprietários, por cada 100 arrobas de cana entregue às centrais (Lecuona, 2009, pp. 46-9).

central açucareira por parte de uma oligarquia financeira muitas vezes estrangeira. Por isso, a origem histórica das reservas de canas de administração foi a modernização da *plantation* e a batalha intercapitalista entre *hacendados* e colonos, da qual os primeiros saíram economicamente vitoriosos. As canas de administração, por exploração direta ou arrendamento, mantinham o proprietário da central protegido das flutuações do mercado mundial. Ademais, a progressiva centralização das centrais nas mãos das oligarquias financeiras conectava os estreitos canais especulativos das canas de administração aos largos corredores especulativos dos grupos financeiros de Wall Street, o que por sua vez explica a ampliação progressiva da superfície ociosa e da mão de obra desocupada (Pino-Santos, 1983, pp. 213, 278-279, 426-9, 434). Segundo Lecuona, em 1952, a concentração fundiária havia aumentado enormemente a distância econômica e social entre os grandes e pequenos colonos. Enquanto 730 grandes colonos, que representavam 0,01% do total, cultivavam 29% das canas moídas, uma massa de 40 mil colonos pequenos (61% do total) moíam apenas 8,6% de sua produção (Lecuona, 2009, p. 81).

Os atores sociais da plantation modernizada

Esta complexa estrutura social da agricultura cubana antes da revolução pode ser descrita a partir de cinco grandes classes sociais subdivididas em frações (Valdés Paz, 1997, p. 25). No topo estavam os *hacendados*, predominantemente especulativos, que se dividiam entre aqueles que arrendavam suas terras e aqueles que as administravam diretamente. Estes *hacendados* estavam organicamente vinculados ao capital internacional e aos canais mais largos de especulação e possuíam potentes conglomerados de centrais açucareiras. Em seguida estava a burguesia agrária, subdividida entre proprietária e arrendatária. Dentro desta classe havia a fração da grande burguesia, de postura ofensiva e participação financeira na ordem econômica internacional. Como burguesia agrária também se classificou a fração dos colonos, que podiam ser “livres” ou “contratados”⁶⁵. Abaixo dos

⁶⁵ Os colonos livres possuíam maior capacidade de negociação dependendo de seu acesso a ferrovias públicas, e produziam em terras próprias ou arrendadas. Os colonos contratados produziam nas terras do proprietário do engenho, isto é, as canas de administração. Eram contratualmente obrigados a vender sua produção às respectivas centrais, sem margem de negociação dos preços (Lecuona, 2009, p. 49)

menores colonos da burguesia agrária estava um heterogêneo campesinato, subdividido entre arrendatários, subarrendatários, parceiros e precaristas. O campesinato possuía fundamentalmente dois perfis. O camponês médio era formado por proprietários que, apesar de não possuírem trabalhadores em suas propriedades, acessavam maior volume na distribuição do excedente. Já os pequenos camponeses não tinham terras e eram geralmente submetidos a três tipos de concessões, tornando-se subarrendatários, parceiros ou precaristas. O caso mais formalizado da cadeia de especulação que conectava o latifúndio ao minifúndio era dos pequenos subarrendatários, que deveriam pagar as rendas em dinheiro para arrendatários intermediários ou grandes. Muitas vezes, entre o último subarrendatário e o proprietário havia uma porção de intermediários que sacavam suas rendas sem plantar um hectare sequer. O segundo caso das concessões eram os parceiros, que estavam obrigados a pagar pelo uso da terra em espécie, renda que podia chegar à metade ou um terço da sua produção total. Os parceiros estabeleciam uma relação com o arrendador sem mediação monetária, e estavam submetidos à provisoriedade do ciclo de desemprego canavieiro. O terceiro caso eram os precaristas. Estes sequer possuíam um contrato, e estavam plenamente desprotegidos de qualquer legislação trabalhista, geralmente em posse ilegal de um pequeno terreno para produção de subsistência. Justamente pela ausência de contrato, estava mais suscetível às explorações da cadeia de intermediários⁶⁶ (Valdés Paz, 1997, p. 13). Assim, a vida dos pequenos camponeses estava diretamente identificada com o proletariado rural, por estes também se encontrarem à deriva das ondas sazonais de desemprego. Este setor pobre do campesinato sofrera historicamente com desapropriações decorrentes da expansão do capitalismo no campo, e se localizava na fronteira agrícola, ocupando sempre as piores terras. Não por acaso o campesinato que habitava a Sierra Maestra apoiou a revolução, uma vez que fazia parte desta fração de classe violentamente desapropriada pela Guarda Rural, corpo armado que, desde seu surgimento, havia funcionado como uma eficaz ferramenta a serviço dos grandes proprietários. A formação desta classe social híbrida foi explicada por Carlos Rafael Rodríguez:

⁶⁶ Na cadeia de produção pecuária, algo similar se reproduzia através de três tipos de propriedades pecuárias: as propriedades de cria, dos pequenos criadores; as de melhora, dos criadores médios; e as de engorda, dos latifundiários (*cebadores*). Estes eram os personagens da cadeia de especulação pecuária (Chonchol, 1961, p. 12).

A medida que el proceso de penetración capitalista en la agricultura se iba desarrollando aumentaba el número de semi proletarios porque los campesinos eran forzados más y más, por sus condiciones de miseria, a emplearse como obreros agrícolas y competir con estos por las escasas posibilidades de trabajo que la agricultura cubana ofrecía (1978, p. 39)

O proletariado rural era formado por assalariados fixos e eventuais, sendo que os eventuais adotavam formas camponesas de sobrevivência conforme a demanda de força de trabalho na entressafra. O hibridismo desta fração de classe, simultaneamente proletária e camponesa, e fruto da própria modernização da *plantation*, era a contrapartida social da estrutura latifúndio-minifúndio: durante a colheita, um enorme contingente de trabalhadores rurais encontrava empregos temporários no corte da cana, enquanto na entressafra, ausentes quaisquer outras alternativas de assalariamento, este mesmo trabalhador era levado a subarrendar ou simplesmente se aposar provisoriamente de uma porção de terra que fosse minimamente suficiente para a subsistência de sua família. Assim, uma parcela considerável do campesinato cubano era assalariada durante quatro meses ao ano e garantia sua subsistência cultivando um minifúndio com métodos rústicos durante os outros oito meses. Por fim, a quinta classe presente na estrutura agrária era de comerciantes e artesãos, que não lidavam diretamente com a propriedade da terra, mas vinculavam as mercadorias agrícolas ao mercado. Os circuitos comerciais de especulação eram igualmente heterogêneos.

Especulação e monocultura

O que dinamizava a estrutura latifúndio-minifúndio era a especulação. A especulação ocorria em dois planos. No plano macro, através da subutilização geral das capacidades produtivas: ociosidade da terra, capital inativo e desemprego da força de trabalho. No plano micro, através de um complexo sistema de arrendamentos e subarrendamentos, constituído por pequenos vasos de transmissão do grande fluxo especulativo atrelado à ordem econômica internacional. O nexo entre a subutilização geral dos recursos (primeiro mecanismo) e a pequena especulação (segundo mecanismo) foram as “canas de administração”. Estes dois mecanismos serão analisados a seguir.

O primeiro mecanismo da especulação era a subutilização geral das capacidades produtivas. Em 1958, os latifúndios canavieiros cubanos mantinham 46% de sua superfície ociosa (Chonchol, 1961, p. 8). Além disso, usualmente, 20% da plantação não era colhida (idem, 1961, p.12). Isso significa que 66% da superfície das propriedades canavieiras se mantinha subutilizada (um total de quase 85 mil caballerías de terra)⁶⁷. Além disso, havia quase 16 mil caballerías infestadas por um arbusto chamado marabú⁶⁸. Chonchol argumentou:

Esta situación era consecuencia en gran parte del modo tradicional de producción azucarera cubano, pues cuando el mercado de exportación mejoraba se producía más área y no cultivando más intensivamente el área plantada, y de la falta de interés de dichas compañías por aprovechar los recursos disponibles de tierra y fuerza de trabajo en otras producciones (su negocio exclusivo era producir azúcar para el mercado exterior) (1961, p. 8).

Os dados apresentados por Oscar Zanetti Lecuona⁶⁹ são até mais alarmantes: segundo ele, quase metade das plantações de cana permaneciam como “cana quedada” e não apenas 20% (2009, p. 90). Assim, o atraso técnico, a produção extensiva, a reserva de plantações e a ociosidade da terra eram as consequências agrícolas estruturais dos meios encontrados pela oligarquia fundiária para ampliar sua margem especulativa de lucro. Na realidade, o principal objetivo do latifundiário cubano não era produzir açúcar, e sim manipular preços e ativos financeiros de modo a garantir a maior rentabilidade. Além da terra ociosa, havia capacidade industrial subutilizada. Segundo Celso Furtado, 25% da capacidade da indústria açucareira cubana antes da revolução estava estagnada, o que representava algo em torno de 1,75 milhões de toneladas de açúcar não produzidas por ano (Furtado, 1969, p. 349). Fidel Castro afirmou em 1953, durante sua autodefesa no julgamento que o condenava pelo ataque ao quartel de Moncada, que havia 1,5 bilhão de dólares de capital inativo em Cuba sob comando do Banco Nacional e do BANFAIC e que com os recursos disponíveis a ilha

⁶⁷ A cana não colhida é chamada de “cana quedada”. Sobre isso, Lecuona sustentou: “La disponibilidad de tierras permitiera la aplicación sistemática de la política de caña quedada para obtener mejores rendimientos” (2009, p. 90).

⁶⁸ Segundo Chonchol, “el marabú era en Cuba el símbolo de la tierra abandonada y no trabajada por el empresario latifundista” (1961, p. 25).

⁶⁹ Oscar Zanetti Lecuona é historiador cubano, especialista em economia açucareira, professor da Universidad de La Habana.

poderia manter uma população três vezes maior em condições de igualdade social⁷⁰ (Castro, 2007, p. 46). Segundo Juan Noyola, a subutilização dos fatores produtivos - força de trabalho, capital e terra – era sem dúvida a principal característica da estrutura econômica cubana (1978, p. 65). Noyola sustentou, em 1961, que:

La economía cubana en todo el periodo comprendido entre los fines de los años veinte y el momento del triunfo de la Revolución, era probablemente, entre todas las economías del mundo capitalista (tanto desarrolladas cuanto subdesarrolladas), la que tenía una proporción más alta de desocupación, una proporción más deficiente de utilización de todos los recursos (1978, p. 115)

Chonchol foi um dos maiores críticos do modelo extensivo da agropecuária cubana e considerou este um dos principais obstáculos a serem superados para o desenvolvimento econômico da ilha após a revolução. Cuba, apesar de ser o primeiro produtor de açúcar do mundo, era um dos últimos em termos de rendimentos por área plantada, tendo coeficiente de 4,5 toneladas de açúcar por hectare em 1958-1959 (Chonchol, 1961, p. 11). O índice deixava muito a desejar se comparado com Indonésia (11,7) ou Hawai (10,6). Mas não havia interesse econômico no incremento tecnológico da agricultura cubana da parte dos latifundiários (Edquist, 1985, p. 33). O atraso técnico era um componente importante do jogo especulativo, no qual a principal regra era minimizar os custos de reprodução da população e os custos com capital constante. Ou mais precisamente, como afirmou Lecuona:

El azaroso camino por el cual daría sus primeros pasos la industria del azúcar resultaba revelador de la actitud de los propietarios azucareros ante el desarrollo tecnológico. En general, ellos no se mostraban renuentes a la introducción de innovaciones, *siempre y cuando estas no entrañasen grandes inversiones y su rentabilidad se diese descontada* (2009, pp. 84-5, grifo nosso).

A pecuária reproduzia o mesmo modelo extensivo e atrasado: quase não havia pastos artificiais, havia apenas um animal solto por hectare e um trabalhador a cada 300 ou 600 hectares (Chonchol, 1961, p. 12).

⁷⁰ Estas afirmações de Fidel Castro merecem mais um olhar político e qualitativo, que uma exigência de exatidão quantitativa, especialmente considerando as reais condições de isolamento em que sua autodefesa foi preparada (Castro, 2007). O BANFAIC era o Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba, criado em 1950 pelo governo Carlos Prío Socarrás (Lecuona, 2009, p.26).

A subutilização da terra e da força de trabalho se vinculava organicamente ao caráter monocultor e exportador da economia cubana. A modernização da *plantation* significou especialização técnica e social cada vez mais irreversível na monocultura canieira. Quanto mais dependente das flutuações do preço de um único produto no mercado mundial, mais a especulação era o subterfúgio dos latifundiários. Estava formado o círculo vicioso de “antidesenvolvimento”⁷¹.

No mesmo relatório, Chonchol constatou que antes da revolução, a produção de alimentos era rudimentar, pequena e quase exclusivamente para autoconsumo. Em 1958, a dependência cubana do açúcar era tal, que este único produto representava 54% do valor total da produção agrícola em termos monetários; 56% da superfície cultivada total; 50% da força de trabalho agrícola; e 77% do valor das exportações totais de Cuba (Chonchol, 1961, p. 11). A produção cubana era tão pouco diversificada que seus cinco produtos principais (cana, gado, café, tabaco e arroz) representavam 80% do valor total da produção agropecuária em 1958⁷² (idem, 1961, p. 13). As exportações seguiam o mesmo padrão hiperespecializado: apenas o açúcar, o tabaco e o café representavam 84,7% do total das exportações do país (idem, 1961, p. 15). De todo açúcar cubano exportado em 1958, 65% se destinou aos Estados Unidos e os outros 35% se dividiam principalmente entre Inglaterra e França (Lecuona, 2009, pp. 156, 232). Em contrapartida, a dependência externa de alimentos era cada vez maior. Entre 1955 e 1958, o valor das importações de alimentos cresceu em 30,4%, sendo que a importação de itens básicos na dieta cubana como o arroz e o feijão cresceram respectivamente 111% e 66% (Chonchol, 1961, p. 15). Em 1958, 70%

⁷¹ Chonchol analisou: “La monoproducción ha sido una de las características más salientes de la agricultura cubana hasta el momento de la Reforma Agraria (...). Las rotaciones de cultivo eran casi desconocidas y ni que hablar de la posibilidad de empresas de explotación mixta agrícola-pecuaria. Aunque esta superespecialización contribuía a veces a desarrollar una capacidad empresarial y técnica muy superior a la de los grandes agricultores tradicionales de los países latinoamericanos, era a su vez causa de una utilización muy deficiente de los recursos tierra y fuerza de trabajo, y no permitía aprovechar las grandes ventajas económicas y sociales de una agricultura más integrada” (1961, p. 14).

⁷² Em 1958, o gado bovino representava 25,2% da produção agropecuária em termos monetários; o tabaco empregava cerca de 180 mil trabalhadores em período de maior atividade, incluindo cerca de 70 mil no trabalho estacional, e representava apenas 6,4% do valor total das exportações, ocupando 60 mil hectares plantados; o café, que representava apenas 1,3% das exportações cubana, empregava 50 mil trabalhadores fixos e 150 mil trabalhadores sazonais na entressafra da cana, ocupando aproximadamente 140 mil hectares plantados; o arroz era produzido exclusivamente para o mercado interno e havia quadruplicado entre 1948 e 1958, além de ser o setor agrícola mais desenvolvido tecnicamente devido à alta demanda de irrigação (Chonchol, 1961, p.12-15).

do valor das importações cubanas vieram dos Estados Unidos (Lecuona, 2009, p. 232). Este padrão dependente acoplado à economia estadunidense era reproduzido viciosamente desde 1898. Como afirmou Juan Valdés Paz, havia uma relação orgânica entre a subutilização dos fatores, a monocultura, o atraso técnico e a dependência externa, porque:

Estas empresas tenían por norma aprovechar al máximo los recursos libres de costos – fertilidad del suelo, infraestructura pública y condiciones ambientales - , por lo cual las explotaciones carecían o disponían de un mínimo de factores técnicos y gran parte del área se mantenía ociosa, con el fin de mantener los niveles de ocupación y producción por debajo de la demanda del mercado interno, así como hacer competitivas y rentables las exportaciones (2009, p. 3).

O segundo mecanismo da especulação incidia diretamente sobre as relações de classe. Entre o latifúndio e o minifúndio havia uma complexa cadeia de arrendamentos e subarrendamentos, cuja rentabilidade era potencializada pelo *tiempo muerto*. Esta cadeia está retratada na **tabela 2**.

TABELA 2 – Distribuição das propriedades segundo sua extensão e regime de exploração (1946)

(em hectares)

Regime de exploração	Nº de Fincas	%	Até 0,9	De 1 a 9,9	De 10 a 24,9	De 25 a 49,9	De 50 a 99,9	De 100 a 499,9	Mais que 500	Área total	%
Todos	159.958	100	3.025	59.475	48.778	23.901	12.010	10.433	2.336	9.077.086,3	100
Proprietário	48.792	30,5	387	15.366	15.048	8.541	4.897	3.831	722	2.958.694,5	32,4
Administrador	9.342	5,8	33	1.766	2.063	1.409	1.250	2.027	784	2.320.444,7	25,6
Arrendatário	46.048	28,8	462	13.199	15.726	8.296	4.092	3.592	681	2.713.929,7	30,0
Subarrendatário	6.987	4,4	75	2.271	2.647	1.280	431	240	43	215.215,2	2,4
Parceiro	33.064	20,7	272	18.603	9.752	2.916	922	536	63	552.078,9	6,1
Precarista	13.718	8,6	1.551	7.258	3.206	1.241	295	144	23	244.588,8	2,7
Outros	2.007	1,2	245	1.002	336	218	123	63	30	72.134,2	0,8

Fonte: Acosta, 1972a, p. 83 – Dados do Censo Agrícola de 1946

Em um extremo da estrutura agrária, um terço dos latifúndios maiores que 37 caballerías (500 hectares) eram geridos por administradores profissionais, o que ocorria com 5,8% do número de propriedades totais da ilha e 25,6% da superfície. Outro terço destes latifúndios era administrado diretamente por seus proprietários e o último terço era arrendado. Na outro extremo, uma constelação de minifúndios rodeava o latifúndio, como se este exercesse uma atração magnética por aqueles, exatamente como o capital exerce uma

atração sobre o trabalho quando há desemprego. Em 1946, 30,5% das propriedades e 32,4% da superfície agrária eram exploradas diretamente por seus proprietários, sendo que 79,8% destes correspondiam a minifúndios com menos de 3,7 caballerías (50 hectares). A classe de arrendatários seguia um padrão semelhante: representavam 28,8% do número de propriedades e 30% da superfície agrária, e 81,8% destes também administravam propriedades menores que 3,7 caballerías (50 hectares). Os minifúndios da constelação, na maioria das vezes, pertenciam a um proprietário maior, que concedia o uso da terra ao trabalhador rural despossuído, mediante um contrato ou regime de trabalho. Assim, das propriedades menores que 1,8 caballerías (25 hectares), 26% eram ocupadas por arrendatários, e outros 26% por parceiros, o que significa que mais da metade delas era efetivamente ocupada por não proprietários. Os minifúndios menores que 1,8 caballerías constituíam exatamente 70% do número de propriedades, sendo que 69% destas eram administradas por subarrendatários, parceiros e precaristas, que ocupavam apenas 11,2% da superfície cultivável total da ilha.

Os subarrendatários, parceiros e precaristas somavam aproximadamente 100 mil pessoas nos anos 1950 (Pericás, 2004, p. 35). Estes três regimes especulativos de usufruto da terra ditavam as relações de classe entre o latifundiário e o camponês-proletário, mediadas por frações da burguesia agrária intermediária. A manipulação especulativa da terra por parte do grande proprietário reduzia as margens de sobrevivência do camponês-proletário e reproduzia a segregação social na agricultura a partir dos ciclos sazonais de desemprego. Segundo o censo oficial de 1946, a diferença da renda familiar mensal de um camponês com até 10 hectares (0,75 caballerías) e de um latifundiário com mais 1.000 hectares (74,5 caballerías) podia alcançar até 90 vezes (Valdés Paz, 1997, p. 32). Se entre o latifúndio e o minifúndio havia esta cadeia especulativa local, já a *plantation* modernizada se conectava organicamente aos largos canais especulativos do mercado financeiro mundial, conexão cuja história merece alguns apontamentos.

E) WALL STREET E O AÇÚCAR

Para Juan Noyola, a origem da subutilização das capacidades produtivas cubanas era a penetração do capital financeiro da produção açucareira e suas implicações históricas na formação do Estado cubano (1978, p. 116). Ocorreram duas ondas de acumulação primitiva de capital⁷³, nas quais os empresários estadunidenses se apropriaram de volumosos recursos econômicos e naturais de Cuba. A primeira com a ocupação militar dos Estados Unidos entre 1898 e 1902; e a segunda com a crise de 1920. Faremos uma breve recapitulação destas duas ondas, para explicar como se chegou à situação estrutural de 1958.

Ordem Militar nº 62 e acumulação primitiva

O domínio dos grandes investidores dos Estados Unidos sobre o açúcar cubano teve início na ocupação militar de 1898 a 1902. As primeiras medidas do interventor militar Leonard Wood foram recolher as armas do Exército Libertador cubano, criar uma Polícia Nacional comandada pelo chefe de Polícia de Nova York e criar a Guarda Rural para conter rebeliões camponesas. Em seguida, decretou uma série de leis econômicas que favoreciam a apropriação dos recursos produtivos da ilha pelas empresas dos Estados Unidos, como as Ordens Militares nº 34 e nº 62. A Ordem Militar nº 34 facilitava a apropriação privada das linhas ferroviárias do país, estratégicas no controle da produção açucareira. Mas foi a Ordem Militar nº 62 que constituiu o primeiro e mais contundente ato de acumulação primitiva de capital dos Estados Unidos na ilha. Ela determinava que todos os supostos donos de propriedades comunitárias camponesas (*haciendas comunales*) deveriam apresentar em juízo os documentos que o comprovassem. Os grandes grupos empresariais dos Estados Unidos com enorme facilidade passaram à frente dos camponeses mais humildes, falsificaram documentos, compraram os jurados e assim se apossaram de dezenas de milhares de caballerías. Além disso, apenas estas grandes corporações possuíam

⁷³ Sobre o conceito de acumulação primitiva de capital ver Marx, 2006, Capítulo XXIV.

capacidade técnica de medição agrária e por isso puderam selecionar para si as terras mais férteis. Como garantia final, as grandes empresas estrangeiras tinham ao seu lado a Guarda Rural, que lhes favorecia contra os habitantes camponeses considerados então “invasores” de suas próprias terras. Muitas empresas estadunidenses adquiriram enormes superfícies por meio dessa superioridade técnica, burocrática ou militar em relação aos camponeses. A *United Fruit Company*, por exemplo, em 1904 adquiriu duas centrais (Boston e Preston), além de 2.791 caballerías, por meio destes expedientes (Pino-Santos, 1983, pp. 525-7). Em 1905, as empresas dos Estados Unidos já possuíam 21% da safra cubana (Le-Riverend, 1979, p. 207). Entre 1898 e 1913, o capital estadunidense havia quadruplicado seus investimentos na ilha (Pino-Santos, 1983, p. 12).

A desocupação militar da ilha foi negociada em 1902 por meio da Emenda Platt, redigida por Elihu Root (Secretário de Estado do presidente McKinley) e apresentada ao Congresso dos Estados Unidos pelo Senador Orville H. Platt. Ela determinava, essencialmente, as seguintes proposições: a) Cuba reconheceria o direito dos Estados Unidos a intervir em seus assuntos internos sempre que considerassem necessário para “preservar a independência da ilha”; b) Cuba forneceria territórios para bases navais e carvoeiras dos Estados Unidos com finalidade de executar a intervenção caso necessário, abrindo caminho para o surgimento da Base de Guatánamo; c) Cuba não celebraria tratados com nenhum poder estrangeiro e não autorizaria que nenhum estrangeiro obtivesse territórios da ilha; d) a Isla de Pinos não seria mais território de Cuba; e) a Emenda Platt deveria ser aprovada como emenda constitucional cubana condicionando a desocupação militar dos Estados Unidos (Pino-Santos, 1983, p. 291). De fato, após ligeiros atritos, a Emenda Platt foi aprovada como emenda constitucional em Cuba com apoio efusivo do *Círculo de Hacendados* (que depois formou a *Asociación Nacional de Hacendados*), da *Unión de Fabricantes de Tabacos*, do *Centro de Comerciantes*, das *Sociedades Económicas de Amigos del País*, entre outros grupos abertamente anexionistas (Pino-Santos, 1983, p. 291-295). A oposição de Manuel Sanguily, que denunciou a violação da soberania cubana contida na Emenda e propôs a nacionalização da terra, foi amplamente derrotada. Em troca da Emenda Platt, os Estados Unidos retiraram suas tropas de Cuba em 20 de maio de 1902 (Pino-Santos, 1983, p. 292).

Em 11 de dezembro de 1902, como previsto na Emenda Platt, foi firmado o Tratado de Reciprocidade entre Cuba e Estados Unidos. Ele determinava que 530 produtos dos Estados Unidos obtivessem entrada preferencial em Cuba, descontando entre 20% a 40% das tarifas, sendo que 33 destes produtos possuíam descontos tarifários maiores que 40% (Pino-Santos, 1983, p. 442). Em troca, Cuba obtinha entrada preferencial de poucos produtos exportáveis aos Estados Unidos, especialmente o açúcar e o tabaco. O Tratado também impedia que Cuba se relacionasse com outros países de modo preferencial, transformando-a em uma espécie de protetorado comercial dos Estados Unidos, sob a ameaça permanente de nova ocupação militar⁷⁴.

A Dança dos Milhões

Em 1913, o setor açucareiro cubano alcançou máxima expansão no mercado dos Estados Unidos: 87% do açúcar produzido na ilha era exportado (Lecuona, 2009, p. 222). Em seguida, com a Guerra Mundial, a queda da produção de açúcar de beterraba na Europa permitiu uma contínua modernização da *plantation* cubana sem queda de preços, o que desencadeou uma euforia especulativa (Le-Riverend, 1979, p. 212). Finda a Guerra, dois fatos se somaram para reverter a estabilidade de preços. Primeiro, a produção de açúcar de beterraba e cana dos Estados Unidos cresceu significativamente, concorrendo com a produção cubana e reduzindo seu espaço no mercado estadunidense. Segundo, as indústrias açucareiras europeias retomaram a produção (Le-Riverend, 1979, p. 247). Com isso, os preços do açúcar começaram a cair. Mas a queda foi adiada por um processo especulativo sem precedentes chamado Dança dos Milhões, ocorrido entre 1918 e 1919⁷⁵.

A Dança dos Milhões determinou uma nova relação entre Wall Street e o açúcar cubano. A especulação foi desencadeada por uma falsa informação a respeito de uma suposta onda de

⁷⁴ Ameaça que se concretizou ao menos em cinco ocasiões: entre 1906 e 1909 por pedido do próprio presidente cubano Estrada Palma, de postura anexionista; em 1912; entre 1917 e 1920; e em 1933 e 1934, com o interventor Welles, após a derrubada do ditador Machado por uma rebelião popular que gerou forte instabilidade política (Pino-Santos, 1983, pp. 308-10; Mao Junior, 2007, p. 154).

⁷⁵ Cabe registrar que em 1918 e 1919, 100% da safra cubana foi vendida aos Estados Unidos (Lecuona, 2009, p. 32).

escassez de açúcar nos Estados Unidos. Na virada de 1918 a 1919, a imprensa estadunidense alertou para uma crise de desabastecimento de açúcar no país. Todos os principais veículos de ampla circulação anunciaram que o produto acabaria em poucos dias, gerando uma descontrolada “fome de açúcar” (Pino-Santos, 1983, pp. 373-76). Mas a campanha não possuía nenhum fundamento real, e a retomada da produção europeia logo após o fim da guerra indicava exatamente o contrário. Contudo, a repercussão do tema influenciou de tal maneira ao mercado que os preços do açúcar subiram de 9 centavos de dólar a libra em fevereiro de 1919, para 23 centavos em maio. Entre maio e agosto, a especulação prosseguiu, e os produtores cubanos chegavam a projetar preços acima de 50 centavos de dólar a libra (Pino-Santos, 1983, pp. 375-7). Um eufórico jogo de apostas açucareiras começou a ferver em Cuba e altas somas foram negociadas, gerando uma enorme ilusão de riqueza. A cidade de Havana se encheu de automóveis de último modelo, mansões se ergueram, e uma série de gastos suntuosos foi praticada descontroladamente pela sacarocracia cubana (Pino-Santos, 1983, p. 376). Mas quando a safra foi disponibilizada o açúcar abarrotou os mercados. Nada daquilo era real: os preços começaram a cair. De maio a dezembro, em apenas seis meses, despencaram de 23 para 3 centavos a libra (Le-Riverend, 1979, p. 222). A sacarocracia cubana já havia consumido as riquezas projetadas do futuro, que de repente evaporaram. As elites do açúcar criaram dívidas impagáveis com bancos estrangeiros, e suas posses foram hipotecadas. Essa foi a segunda onda de acumulação primitiva. Os credores internacionais se apropriaram de uma imensa massa de capacidade produtiva cubana num piscar de olhos. O *The National City Bank* da família Rockefeller, tomou posse de dez centrais açucareiras da noite para o dia, e criou a *General Sugar Company* que comandava quatro empresas para administrá-los⁷⁶ (Pino-Santos, 1983, p. 396). Em 1923, a ofensiva dos Rockefeller através do *The National City Bank* já havia conquistado o controle direto ou indireto de 32 centrais, o que correspondia a 25% da safra do país (Pino-Santos, 1983, pp. 407, 412). Outras grandes empresas que se beneficiaram da crise de 1920 foram a *Compañía Atlántica del Golfo*, a *Cuban American Sugar Mills* e, novamente, a *United Fruit Company* (Pino-Santos, 1983, p. 255). Em 1914, 38 centrais estavam controladas pelos Estados Unidos, correspondendo a

⁷⁶ *Compañía Azucarera San Cristobal; Compañía Azucarera de Sagua; Compañía Azucarera Vertientes; Compañía Azucarera Camaguey.*

40% da safra (Pino-Santos, 1983, p. 382). Em 1927, eram 75 centrais (de 185 ativos) de propriedade estadunidense, o que representava 62,5% da safra (Pino-Santos, 1983, p. 254). Além disso, em 1924, 60,3% dos bancos em Cuba eram dos Estados Unidos (Lecuona, 2009, p. 243). Lecuona calculou um total de 48 centrais que passaram para os Estados Unidos entre 1920 e 1925 (2009, p. 27). É incontestável que a Dança dos Milhões consolidou a fusão do açúcar cubano com Wall Street. Segundo Le-Riverend:

No hay en la historia republicana de Cuba hechos más ilustrativos de la debilidad de nuestra estructura económica que los que caracterizan la crisis de 1920-21 (...). El sentimiento antimperialista se precisa, se define, a partir de entonces. Por algo, podemos hablar de la aparición de una nueva conciencia nacional a partir del año 1923 (1979, p. 221).

A origem da capacidade ociosa da indústria açucareira cubana guarda relações com a Dança dos Milhões. Pois o primeiro efeito da forte influência de Wall Street na produção açucareira da ilha foi a ampliação da função especulativa da terra. Ademais, Cuba sofreu as pressões da expansão do açúcar de beterraba no sul dos Estados Unidos, do açúcar de cana das Filipinas, Porto Rico e Hawaii (anexadas ou quase anexadas aos Estados Unidos), e da retomada da produção europeia no pós-guerra. Desde 1920, a ampliação da capacidade produtiva de Cuba ocorrida no período anterior, de 2,6 para 4,1 milhões de toneladas métricas de açúcar, não poderia manter-se sem desestabilizar os preços (Fraginals, 1989, p. 359). Desde então, principiou-se um desequilíbrio entre a crescente capacidade produtiva da ilha e a redução do espaço do mercado estadunidense.

Quando Cuba parecia acordar do impacto da crise de 1920, veio a crise de 1929. Foi um segundo solavanco brusco. Duas crises de profundidade estrutural se sobrepuseram, gerando retração da economia açucareira, ampliação do desemprego e redução de salários. As tarifas preferenciais com os Estados Unidos inviabilizavam a diversificação da economia da ilha, e em meio às crises, Cuba ficou refém de uma única mercadoria, cuja produção se expandia ao redor do mundo.

A expansão da produção de açúcar no mundo, unido ao contexto da crise de 1929, gerou uma onda regulacionista que orientou o mercado mundial no sentido dos blocos preferenciais. Para estabilizar os preços, em 1926, o governo cubano impôs por meio da Lei Verdeja uma redução compulsória da safra em 10% (Lecuona, 2009, p. 227). No ano

seguinte, a Conferência Açucareira de Paris restringiu a safra cubana a 4 milhões de toneladas. Para se adaptar à situação, Cuba se integrou ao Plano Chadbourne em 1931, cujo objetivo era equilibrar a produção e consumo mundiais, por meio da regulamentação de cotas de exportação e importação pré-determinadas. A ilha também estabeleceu cotas internas entre os colonos para uso das centrais dos *hacendados*, bem como a garantia da compra do açúcar excedente pelo Estado (Ramos, 2007, p. 563; Lecuona, 2009, p. 140). Em 1931, o Convênio Internacional de Açúcar de Bruxelas regulou cotas de produção para países correspondentes a 50% do mercado mundial (Lecuona, 2009, p. 43).

Tratado de Reciprocidade de 1934 e Lei Costigan-Jones

Até que no fatídico ano de 1934, a conjuntura regulacionista impulsionou uma nova edição do Tratado de Reciprocidade de 1902, bem como a aprovação da Lei Costigan-Jones no Congresso dos Estados Unidos. Estas duas medidas juntas aprofundaram o vínculo de dependência de Cuba com seu “parceiro”. Como sintetizou Noyola:

El año de 1934, cuando todos los países de América Latina estaban subiendo sus aranceles, Cuba, a cambio de obtener una cuota en el mercado azucarero norteamericano y de conseguir una rebaja arancelaria, rebajó sus tarifas, se cortó las alas para el crecimiento industrial. Es decir, se ligó el futuro del crecimiento de la economía cubana nuevamente al azúcar y no se hizo ningún intento por diversificar, por transformar la estructura de la economía (1978, p. 58)

O novo Tratado de Reciprocidade elevava o desconto tarifário dos produtos estadunidenses em Cuba para 60% e ampliava a quantidade de produtos sobre os quais incidiam as menores tarifas⁷⁷. Em contrapartida, enquanto a taxa de importação de açúcar geral era de 1,87 dólares, a taxa cubana seria de 0,90 dólares (Lecuona, 2009, p. 192). A Lei Costigan-

⁷⁷ No Tratado de Reciprocidade de 1902, do total de 530 produtos dos Estados Unidos com tarifas preferenciais em Cuba, 48,3% deles tinham o desconto de 20%, e apenas 0,6% tinham o desconto máximo de 40% (Pino-Santos, 1983, p. 442). Já no Tratado de 1934, a redução tarifária máxima se tornou 60%. Além disso, a proporção de produtos com descontos maiores cresceu: mais de 78% dos produtos teriam descontos maiores que 30%, sendo que destes 32% teriam desconto de 40% (Pino-Santos, 1983, p. 475). No total, o Tratado de 1934 favorecia 550 produtos estadunidenses em troca de mais de 20 produtos cubanos, entre eles o açúcar com redução de 40%; o rum com redução de 37,5% e o tabaco com redução de 21% nos preços (Pericás, 2004, p. 28).

Jones foi a cartada final da política de redução da produção açucareira praticada pela sacarocracia de Wall Street: o Congresso dos Estados Unidos estabeleceu a cota de 24,9% do mercado interno para o açúcar cubano, equivalente ao consumo médio do período entre 1929 e 1933, isto é, 1,9 milhão de toneladas de açúcar ao ano (Pericás, 2004, p.28). O problema foi que este período correspondia ao menor consumo do século. Nos anos 1920, o açúcar cubano havia ocupado em média 50% do mercado estadunidense (Lecuona, 2009, p. 227; Le-Riverend, 1979, pp. 246-7; Acosta, 1973, p. 70). A diminuição pela metade do espaço do açúcar cubano no mercado estadunidense reduziu a participação do açúcar na renda nacional: em 1921, 60% da renda nacional cubana vinha do açúcar e em 1939, apenas 27% (Acosta, 1973, p.59). Daí em diante, a cota dos Estados Unidos só foi provisoriamente abolida durante a Segunda Guerra (Lecuona, 2009, p. 44). Além disso, em 1937 o Congresso dos Estados Unidos definiu que apenas 1% do açúcar cubano comprado poderia ser refinado na ilha, ampliando ainda mais a capacidade ociosa da indústria (idem, 2009, p. 157). Isso explica porque o complexo açucareiro-financeiro se empenhou em reduzir a produção para elevar os preços, e manteve uma enorme capacidade ociosa como margem especulativa.

O Tratado de Reciprocidade de 1934 e a Lei Costigan-Jones representaram também uma jogada política sobre a luta de classes na ilha. As rebeliões populares nacionalistas que derrubaram o regime Machado em 1933 combatiam a Emenda Platt. Na realidade, a Emenda Platt caiu junto com Machado. A renovação do Tratado em 1934 demonstrou que o controle da produção açucareira desenvolvido pelos Estados Unidos já dispensava esforços militares.

Ascensão da sacarocracia cubana

Nos anos 1940 o perfil de investimento dos Estados Unidos em Cuba se alterou por conta da queda da rentabilidade do açúcar, decorrente do aumento da produção mundial e das pressões da concorrência sobre as expectativas dos preços. Entre 1929 e 1958, o investimento estadunidense na agricultura cubana caiu 46%, ao mesmo tempo em que o

investimento em petróleo cresceu 170%, em serviços públicos se elevou 160%, e nos corredores comerciais 230% (Acosta, 1973, p. 60). Na realidade, na década de 1940, as perspectivas nada animadoras do mercado açucareiro promoveram um giro na política imperialista, e as empresas estadunidenses começaram a liquidar seu patrimônio açucareiro. Por isso, enquanto em 1939 os Estados Unidos possuíam 66 centrais e 55% da produção e os cubanos possuíam 56 centrais e 22% da produção, em 1951 os americanos detinham 41 centrais e 42% da produção e os cubanos ampliaram seu poder açucareiro obtendo 113 centrais e 59% da produção (Acosta, 1973, p. 61). A mudança no perfil de investimento estadunidense na ilha seguiu até a revolução, e em 1959 os Estados Unidos possuíam somente 36 centrais e várias empresas estavam em processo de liquidação. Em 1947, o Tratado de 1934 foi substituído pelo Acordo exclusivo entre Cuba e Estados Unidos celebrado na reunião do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), e a cota cubana, suspensa durante a guerra, foi restabelecida a 28,6% do mercado estadunidense⁷⁸ (Lecuona, 2009, p. 184; Pino-Santos, 1983, p. 477).

Em 1958, as propriedades estadunidenses em Cuba representavam nada menos que 40% da produção açucareira, 90% dos serviços de eletricidade e telefonia, 50% das ferrovias e 23% das indústrias não açucareiras (JUCEPLAN apud CEPAL, 1980, p. 14). Por tudo isso, Le-Riverend definiu Cuba, até 1958, como uma *republica intervenida* (1979). Florestan Fernandes a definiu como “um apêndice segmentar e especializado dos Estados Unidos” (2007, p. 73). Esta trajetória de integração crescente entre Wall Street e o latifúndio canavieiro cubano explica porque as palavras de Fidel Castro reverberavam na realidade cubana em 1953:

Ochenta y cinco por ciento de los pequeños agricultores cubanos está pagando renta y vive bajo la perenne amenaza del desalojo de sus parcelas. Más de la mitad de las mejores tierras de producción cultivadas está en manos extranjeras. En Oriente, que es la provincia más ancha, las tierras de la *United Fruit Company* y de la *West Indian* unen la costa norte con la costa sur. Hay doscientas mil familias que no tienen una vara de tierra donde sembrar unas viandas para sus hambrientos hijos y, en cambio, permanecen sin cultivar, en manos de poderosos intereses, cerca de trescientas mil caballerías de tierras productivas (2007, pp. 41-2)

⁷⁸ Para completar, a cláusula 202-E da Lei Açucareira dos Estados Unidos, ameaçava não comprar açúcar daqueles que regulassem o mercado de trabalho com a proibição da importação de mão de obra estrangeira, caso de Cuba desde 1933 (Lecuona, 2009, p. 185).

O movimento revolucionário cubano dos anos 1950 combatia precisamente o paroxismo da modernização da *plantation*. Fidel disse: “es inconcebible que haya hombres que se acuesten con hambre mientras quede una pulgada de tierra sin sembrar” (Castro, 2007, p. 49). Erguiam-se para destruir os pilares do subdesenvolvimento: a segregação social, a dependência externa e a heterogeneidade estrutural representada pela ociosidade da terra.

F) UMA REVOLUÇÃO CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO

O Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR 26-7) se propunha a alterar as determinações históricas do desenvolvimento cubano. Isso significava bloquear o uso do excedente para modernização do consumo das elites e para rentabilidade do capital financeiro internacional. Partimos do fato de que o MR 26-7 apresentava duas novas finalidades para a utilização do excedente gerado na sociedade cubana. A primeira nova finalidade era o *igualitarismo*, através do qual se iria desmontar o esquema de reprodução ampliada da segregação social. Para realizar a finalidade igualitária, reconhecia-se a necessidade não apenas de redistribuir o excedente e utilizá-lo com propósitos sociais, mas também de ampliar a capacidade de geração, ou seja, reorientar o uso das forças produtivas para as reais necessidades da coletividade nacional⁷⁹. A segunda nova finalidade era a *soberania nacional*, isto é, internalizar os centros de decisão e ampliar o controle da sociedade cubana sobre os rumos e ritmos de seu próprio desenvolvimento. Isso significava, necessariamente, romper com a dependência externa dos Estados Unidos, cujo principal mecanismo era a cota de açúcar cubano estabelecida desde 1934⁸⁰. Igualitarismo e soberania nacional se fundiram em um projeto de *soberania popular* que encontrava

⁷⁹ Nas Teses Econômicas do MR 26-7: “El Gobierno democrático del 26 de Julio cuidará celosamente por altos salarios para el trabajador, por altos ingresos para sus ciudadanos. Junto a esa política distributiva, de justicia social, estará obligado a hacer crecer la economía cubana, desarrollarla, poner la técnica a la producción nueva” (Castro; Boti; Pazos; 1959, p. 79).

⁸⁰ Nas Teses Econômicas do MR 26-7, sustentou-se: “Si Cuba aspira a producir arroz, eso pone en peligro la cuota. Si Cuba se dispone a industrializarse; si Cuba debe producir sus alimentos, todo eso pone en peligro la cuota (...) Los ingresos de seis millones de cubanos no pueden seguir dependiendo de si nos cortan o no la cuota” (Castro; Boti; Pazos; 1959, pp. 84-5).

obstáculos de natureza imediata e de natureza estrutural. O obstáculo mais imediato era o governo de Batista, que expressava uma caricatura da simbiose entre Estado, classe dominante e capital internacional, fazendo com que as instituições da República servissem às determinações históricas do subdesenvolvimento. O obstáculo mais estrutural era a modernização da *plantation*, isto é, a fusão do latifúndio canavieiro com o capital especulativo estrangeiro e suas consequências objetivas na estrutura produtiva da ilha. Por isso, a luta em nome das novas finalidades do desenvolvimento cubano passava pela ruptura com a estrutura agrária especulativa, motor reprodutivo do subdesenvolvimento. Foi nesse sentido que o MR 26-7, ao combater a dupla articulação entre a segregação social e a dependência externa, punha em xeque o sistema em sua totalidade.

O movimento revolucionário tratou de propagandear a ideia de que o subdesenvolvimento era um *projeto* – não era um dado natural, e tampouco uma fatalidade histórica. Os sujeitos deste projeto de subdesenvolvimento, uma vez identificados, deveriam ser responsabilizados⁸¹. Por conseguinte, o MR 26-7 defendia um projeto de desenvolvimento guiado não apenas por novas finalidades, mas também por novos sujeitos⁸².

O Programa de Moncada

Na sua autodefesa de 1953, Fidel Castro inaugurou o que depois foi definido como Programa de Moncada. Eram cinco leis imediatas, seguida de dez medidas, a serem realizadas pelo novo poder que lograsse derrubar o regime Batista. Analisaremos brevemente o Programa de Moncada a fim de justificar a interpretação histórica apresentada neste trabalho. A primeira lei do Programa de Moncada era a proclamação da

⁸¹ Fidel Castro denunciou em 1953: “Enviáis a la cárcel al infeliz que roba por hambre, pero ninguno de los cientos de ladrones que han robado millones al Estado durmió nunca una noche tras las rejas” (2007, p. 45).

⁸² Novos sujeitos identificados por Fidel Castro em sua autodefesa: “Llamamos de pueblo si de lucha se trata, a los *seiscientos mil* cubanos que están sin trabajo; (...) a los *quinientos mil* obreros del campo que habitan en los bohíos miserables, que trabajan cuatro meses al año y pasan hambre el resto (...); a los *cuatrocientos mil* obreros industriales y braceros cuyos retiros, todos, están desfalcados, cuyas conquistas les están arrebatando (...); a los *cien mil* agricultores pequeños (...) que tienen que pagar por sus parcelas como siervos feudales (...); a los *treinta mil* maestros y profesores abnegados, sacrificados y necesarios (...); a los *veinte mil* pequeños comerciantes abrumados de deudas (...); a los *diez mil* profesionales jóvenes” (2007, p. 36-7).

Constituição de 1940 (Castro, 2007, p. 38). Desde o golpe de Batista a Constituição de 1940 havia sido substituída por Estatutos escritos pela cúpula do novo governo. Fidel Castro denunciou, em 1953, a ilegalidade dos Estatutos, decorrente não apenas das circunstâncias em que foram escritos, mas também da concentração de todos os poderes da República sob a figura de um único indivíduo, garantida pelo artigo 257. O artigo 257 determinava que os Estatutos poderiam ser modificados pelo Conselho de Ministros com aprovação de dois terços de seus membros, sendo que todos estes membros eram nomeados pelo presidente⁸³. Diante desta modalidade moderna de poder absoluto, os organismos da República se curvaram: não só o poder Legislativo se fundiu ao Executivo, como o próprio Tribunal de Garantias Constitucionais se submeteu à nova lei, abolindo a Constituição e aderindo ao golpe. A Constituição de 1940, portanto, passou a representar o resgate da República de Cuba, “sequestrada” por um golpe de Estado ilegal. Mas defender a Constituição de 1940 não era mero formalismo. Tratava-se da Constituição mais democrática da história da República. Talvez por isso, nunca havia sido efetivamente cumprida, já que seus artigos eram conflituosos com as determinações históricas do subdesenvolvimento. Em relação à estrutura agrária, por exemplo, o artigo 87 estabelecia a função social da propriedade privada (Heredia, 1978, p. 138). Em seguida, o artigo 90 apresentava uma política ainda mais radical:

Se proscribire el latifundio y a los efectos de su desaparición, la Ley señalará el máximo de extensión de la propiedad que cada persona o entidad pueda poseer para cada tipo de explotación a que la tierra se dedique y tomando en cuenta las respectivas peculiaridades. La Ley limitará restrictivamente la adquisición y posesión de la tierra por personas y compañías extranjeras y adoptará medidas que tiendan a revertir la tierra al cubano (Gobierno de Cuba, 2011, p.36)

Além de proibir o latifúndio e sinalizar para a necessidade de nacionalização da propriedade agrária, o texto constitucional apresentava uma política de distribuição de terras estatais para famílias de trabalhadores rurais⁸⁴. Isso quer dizer que na Constituição de

⁸³ Fidel Castro denunciou Batista em 1953: “un hombre se declaró en unos estatutos dueño absoluto, no ya de la soberanía, sino de la vida y la muerte de cada ciudadano y de la existencia misma de la nación” (2007, p. 86).

⁸⁴ Transitoria Segunda do Título VI da Constituição de 1940: “El Estado repartirá las tierras de su propiedad que no necesite para sus propios fines, en forma equitativa y proporcional, atendiendo a la condición de padre o cabeza de familia y dando preferencia a quien venga laborando directamente por cualquier título. En ningún

1940 havia nada menos que uma política de reforma agrária, que foi posta em vigor apenas com a Lei nº 3 da Sierra Maestra em outubro de 1958. O texto de 1940 também continha uma legislação trabalhista avançada: garantia a jornada de oito horas, o salário mínimo e as férias remuneradas, proibia as demissões arbitrárias, e estabelecia o direito ao trabalho para proteger o desempregado (Lecuona, 2009, p. 118). Reestabelecer a Constituição de 1940 e devolver ao povo o poder para modificá-la significava não apenas recuperar a legalidade constitucional usurpada por Batista, mas também reconquistar a proteção trabalhista, os direitos sociais e uma política nacionalista de reforma agrária contra o latifúndio, dando um passo no sentido da realização das finalidades do movimento revolucionário.

A segunda lei imediata do Programa de Moncada romperia com a cadeia especulativa de subarrendamentos que submetiam o camponês-proletário às ondas de desemprego sazonal, à cobrança de volumosas rendas pelo uso da terra e a dívidas com os especuladores fundiários, entregando até 2 caballerías da terra a todos os arrendatários, subarrendatários, parceiros e precaristas que nela trabalhassem, e permitindo que estes comprassem mais 3 caballerías. A terceira lei do Programa de Moncada interferia diretamente na distribuição do excedente econômico: todas as empresas do país estariam obrigadas a entregar 30% de seus rendimentos aos trabalhadores (com exceção das empresas exclusivamente agrícolas, já atingidas pela lei anterior de distribuição de terras). A quarta lei do Programa de Moncada visava conquistar a fração de colonos para o projeto de desenvolvimento da revolução, combatendo o poder especulativo das canas de administração. A lei concederia aos colonos o direito de participar de ao menos 55% do rendimento da cana, além de uma cota mínima de 40 mil arrobas por central a todos os colonos já estabelecidos a mais de três anos. A quinta lei imediata do Programa de Moncada representava um literal acerto de contas com o regime Batista: determinava a confiscação dos bens mal versados pela cúpula do governo. Por exemplo, o patrimônio público adquirido por Batista através da “política do cimento”. Metade destes bens seria destinada a um fundo de trabalhadores e a outra metade a políticas de assistência social (Castro, 2007, p. 39). Todas estas medidas substituíam as determinações históricas do subdesenvolvimento pelas finalidades da revolução, reorientando a utilização do excedente.

caso el Estado podrá dar a una sola familia tierras que tengan un valor superior a dos mil pesos o una extensión mayor de dos caballerías” (Gobierno de Cuba, 2011, p. 111).

Após estas cinco leis imediatas, outras dez medidas mais abrangentes foram elencadas por Fidel Castro em sua autodefesa (idem, 2007, pp. 40-9). Primeiro, uma *reforma agrária* que abolisse a renda da terra, proibisse o latifúndio e a propriedade estrangeira, criasse propriedades estatais e cooperativas camponesas, além de reflorestar a superfície da ilha. Em segundo lugar, seria executada uma *reforma educacional* que garantisse educação gratuita a todos os cidadãos, aumentasse o salário dos professores de 200 para 350 pesos, permitisse o uso gratuito do transporte público pelos professores, além de um recesso de seis meses a cada cinco anos para realização de cursos especiais de pedagogia. Em terceiro lugar, seriam *nacionalizados os setores estratégicos* sob controle de monopólios estrangeiros, especificamente os *trusts* elétrico e telefônico, comandados pelos Morgan e pelos Rockefeller-Sullivan⁸⁵. Em quarto, o Estado se responsabilizaria por garantir *eletricidade* a todos, já que a dificuldade de universalizar seu acesso vinha do fato de que o *trust* elétrico não considerava rentável estender suas linhas para determinadas regiões, mantendo-as deliberadamente no escuro. Em quinto, seria realizada uma *reforma tributária* com fins igualitários, a começar pela devolução de valores cobrados sobre os setores mais pauperizados da população e considerados excessivos. Em sexto lugar, o Estado se responsabilizaria por garantir o *direito à moradia digna*, a partir de um programa de construção de casas, do rebaixamento dos aluguéis pela metade e da triplicação da cobrança de impostos dos locadores urbanos. Em sétimo, o Estado seria responsável por garantir a todos o *acesso gratuito ao sistema de saúde*. Em oitavo, o Estado assumiria o dever de garantir *emprego digno* a todos, especialmente através da própria obra social necessária à finalidade igualitária da revolução, como a construção de hospitais e escolas. Em nono lugar, estava uma política de *industrialização*. Castro sustentou, em 1953:

Cuba sigue siendo una factoría productora de materia prima. Cuba exporta azúcar para importar caramelos, se exporta cuero para importar zapatos, se exporta hierro para importar arados... Todo el mundo está de acuerdo que la necesidad de industrializar el país es urgente (2007, p. 42).

⁸⁵A *Compañía Cubana de Electricidad* era propriedade do Grupo Morgan, que detinha 88% das ações. Era uma filial da *Electric Bonds & Share*. Apenas 4% de acionistas eram cubanos. A empresa possuía 7.464 empregados e fornecia o serviço de eletricidade a 3 milhões de usuários (aproximadamente metade da população do país). Considerando a enorme massa de cubanos sem acesso à eletricidade, esse dado é suficiente para revelar o caráter monopólico do serviço. As tarifas elétricas também eram monopólicas: eram o dobro ou o triplo das cobradas nos Estados Unidos. A *Compañía Cubana de Teléfonos* era um monopólio de propriedade do Grupo Morgan em sociedade com Grupo Rockefeller-Sullivan. A casa matriz era *American Telephone & Telegraph* (Jimenez, 2000).

O MR 26-7 apresentou uma postura crítica a respeito da inserção econômica de Cuba na divisão internacional do trabalho, e o Programa de Moncada buscava requalificar esta inserção a partir de uma política industrial⁸⁶. A industrialização havia sido até então inviabilizada pelo caráter subordinado e dependente da inserção cubana na ordem econômica internacional, através da qual os Estados Unidos bloqueavam o potencial de desenvolvimento da ilha com ameaças a respeito do mercado açucareiro. Sobre a necessidade da industrialização, já havia em Cuba um debate entre setores da esquerda revolucionária e setores reformistas desenvolvimentistas ligados à CEPAL⁸⁷.

A industrialização seria viabilizada pela décima medida do Programa de Moncada: estatizar 1,5 bilhão de pesos de capital inativo do Banco Nacional e do BANFAIC e utilizá-lo para o desenvolvimento econômico cubano.

Nacionalismo democrático revolucionário e anti-imperialismo

Mas o Programa de Moncada não se referenciava simplesmente na Constituição de 1940 e em uma versão mais radicalizada das reformas estruturais da CEPAL. O MR 26-7 foi herdeiro histórico de uma corrente do pensamento político cubano que definiremos aqui como “nacionalismo democrático revolucionário” com conteúdo anti-imperialista (CEPAL, 1980, p. 16). A segunda finalidade do projeto de desenvolvimento da revolução, a

⁸⁶ Apesar do distinto matiz ideológico, o Partido Social Popular apresentava posição bastante similar. Carlos Rafael Rodríguez sustentou em 1956: “Han sido los representantes del capital financiero norteamericano los responsables de la deformación estructural de Cuba, los que nos impusieron la condición de país monocultor y monoexportador” (1983, p. 61).

⁸⁷ Carlos Rafael Rodríguez, do PSP, polemizava com os setores reformistas cubanos reivindicando posições do próprio Raúl Prebisch. Em 1956, argumentou: “Elaboran toda una clase de teorías para privar el desarrollo económico de su verdadera sustancia y convertirlo en una simple diversificación agrícola, con cierto aumento de la productividad agraria a través del incremento de la mecanización en la agricultura. (...). De ahí, suscribamos sin reservas las palabras de Prebisch, según las cuales el desarrollo ‘no es un mero aumentar de lo que hoy existe sino un proceso de intensos cambios estructurales’ y que ‘la industrialización será la clave para el crecimiento del nivel de vida latinoamericano’. (...) Nuestra primera tesis: desarrollo para Cuba significa acometer la industrialización, más allá de la mera tecnificación de la agricultura (...). Y más allá de la reducida industrialización de las materias primas agrícolas como el bagazo o el kenaf, que también resulta esencial. Todo lo contrario, en una palabra, de lo que recomendara, siguiendo cánones imperialistas muy explicables, la pomposa Misión Truslow que logró deslumbrar momentáneamente a ciertos economistas cubanos y a una parte de nuestra propia burguesía industrial” (1983, pp. 56-7). O tema da industrialização cubana será novamente abordado no Capítulo 4 deste trabalho.

soberania nacional, estava ancorada nesta corrente histórica. Desde o século XIX, lideranças nacionalistas de viés democrático, que içaram a bandeira da soberania, forjaram uma cultura política de defesa da verdadeira independência cubana. Esta corrente foi se tornando mais robusta a cada geração. A defesa da soberania nacional cubana foi uma força social que atravessou as décadas em constante sofisticação até 1959. Várias gerações acumularam forças para que se alcançasse a formulação do Programa de Moncada e a própria existência do MR 26-7. O código genético do nacionalismo democrático revolucionário cubano atravessou as gerações. Vem de Ignacio Agramonte e Carlos Manuel Céspedes, *criollos* justiceiros que libertaram os próprios escravos e desencadearam a Guerra dos Dez Anos contra a Espanha em 1868. Vem de Máximo Gómez e Antonio Maceo, camponeses pobres que criaram seus exércitos populares, radicalizaram a luta pela liberdade e foram derrotados pela primeira vez em 1878. Vem ainda mais fortemente de José Martí, que após unir-se a Gómez e Maceo, lançou-se na segunda guerra de independência e morreu em combate em 1895. Martí produziu uma obra intelectual de defesa da soberania nacional e das instituições republicanas que se tornou referência para toda a América Latina. A formulação nacionalista de Martí, sintetizada nas palavras que proferiu na Conferência Monetária das Repúblicas da América em 1891, é a herança histórica mais significativa absorvida pela corrente nacionalista revolucionária cubana. Martí sustentou:

Quien dice unión económica, dice unión política. El pueblo que compra, manda. El pueblo que vende, sirve. Hay que equilibrar el comercio, para asegurar la libertad. El pueblo que quiere morir, vende a un solo pueblo, y el que quiere salvarse, vende a más de uno. El influjo excesivo de un país en el comercio de otro, se convierte en influjo político. (...) Lo primero que hace un pueblo para llegar a dominar a otro, es separarlo de los demás pueblos. El pueblo que quiera ser libre, sea libre en negocios. Distribuya sus negocios entre países igualmente fuertes. (Martí, 2005, pp. 154-155).

Estas exatas palavras de Martí foram citadas por Ernesto Guevara em 8 de agosto de 1961 na reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, a mesma que fundou a “Aliança para o Progresso” em Punta del Este (Guevara, 2003, p. 3).

Uma versão parlamentar do nacionalismo revolucionário foi representada por Manuel Sanguily, que nos primeiros anos da República combateu a ocupação militar dos Estados Unidos no Congresso Constituinte, denunciou as posturas anexionistas e a Emenda Platt. O

sentimento nacionalista revolucionário também moveu Julio Antonio Mella, Ruben Villena, Antonio Guiteras que se empenharam para derrubar a ditadura de Gerardo Machado, lideraram as greves operárias, os protestos estudantis e a guerrilha no Oriente entre 1923 e 1933. Todos estes sujeitos históricos, em diferentes contextos, origens sociais e realidades individuais, apresentaram em comum a luta inegociável pela finalidade da soberania nacional.

Essa corrente histórica adquiriu um potencial místico na representação da coragem popular, que foi sintetizado muito especialmente pela figura de Fidel Castro. Ao panteão dos mártires nacionalistas cubanos, se juntaram dois jovens comandantes do MR 26-7: Abel Santamaría, caído no ataque ao Quartel Moncada em 1953, com 25 anos, e Frank País, morto no combate urbano contra a ditadura Batista em 1957, com 22 anos. Sem falar em Ernesto Guevara e Camilo Cienfuegos, cuja notoriedade dispensa comentários. A persistência histórica da luta por soberania nacional em Cuba foi, com o passar das décadas, dando maior legitimidade à organização de combates mais radicalizados e violentos. Isso explica parcialmente porque os guerrilheiros da Sierra Maestra lograram conquistar a hegemonia na sociedade cubana entre 1956 e 1959, apesar da violência da guerra civil. Porque o discurso do MR 26-7 não era exatamente uma novidade, e coadunava com essa corrente histórica que já havia sedimentado relações de solidariedade em segmentos estratégicos do povo cubano.

A Lei nº 3 da Sierra Maestra

A primeira realização efetiva do Programa de Moncada, como afirmou o guerrilheiro e intelectual cubano Fernando Martínez Heredia, foi a Lei nº 3 da Sierra Maestra, decretada pelo Exército Rebelde em outubro de 1958⁸⁸. A lei foi redigida por Fidel Castro, Ernesto

⁸⁸ Fernando Martínez Heredia foi guerrilheiro do MR 26-7 na década de 1950 e, após a revolução, se aproximou das posições políticas de Ernesto Guevara expostas no grande debate econômico. Foi diretor da revista *Pensamiento Crítico*, que durante seus cinco anos de existência (1967-1972) se tornou um polo de atração de intelectuais, escritores e artistas, vinculada ao Departamento de Filosofia da Universidade de Havana. Depois de 1970, Heredia discordou da linha adotada pelo governo cubano e a revista deixou de existir (Heredia, 2010, pp. 9-18). Sobre a Sierra Maestra, afirmou : “la Ley 3 fue la primera de las leyes

Guevara e Humberto Sori Marín (que depois abandonou as fileiras da revolução) (Heredia, 1978, p. 136). Determinava a aplicação dos artigos da Constituição de 1940 sobre a estrutura agrária. De imediato, a distribuição de terras estatais em lotes de no máximo 2 caballerías ao campesinato que nela trabalhasse (ver nota 83). Na sequência, a eliminação do latifúndio e a nacionalização da terra (artigo 90), junto com a promessa de expandir a medida em escala nacional. A Lei nº 3 da Sierra Maestra consolidou a situação de dualidade de poderes em Cuba, pois, como conta Heredia, já se tratava de um ato de governo posto em prática pela guerrilha:

Nuestro primer acto de gobierno antes de establecer la primera escuela, fue dictar un bando revolucionario estableciendo la Reforma Agraria, en el que se disponía, entre otras cosas, que los dueños de pequeñas parcelas de tierra dejaran de pagar su renta hasta que la Revolución decidiera en cada caso. De hecho, avanzábamos con la Reforma Agraria como punta de lanza del Ejército Rebelde (1976, p. 137).

Para além de representar o motor da revolução, Heredia afirmou que a reforma agrária era “un vehículo para aumentar la productividad y la producción agrícola, en el marco de un proyecto de desarrollo basado en la industria nacional con un mercado interno que será ampliado por el auge del nivel de vida de los agricultores individuales” (Heredia, 1978, p. 138). A realização das finalidades da revolução dependia absolutamente da reforma agrária.

Por onde passasse o Exército Rebelde, o esquema de especulação agrária da estrutura latifúndio-minifúndio era desmontado com a legitimidade da Constituição de 1940, e através da Lei nº 3. No topo da lista de pessoas com prioridade para recebimento de até 2 caballerías do Estado estavam aqueles que trabalhavam em terras alheias: os subarrendatários, parceiros e precaristas. Depois a terra seria distribuída aos camponeses que serviram ou auxiliaram ao Exército Rebelde e aos familiares das vítimas do regime Batista (Heredia, 1978, p. 140). A indenização aos proprietários-arrendatários foi organizada de acordo com a declaração de bens de 20 de outubro de 1958, na qual houve generalizada sonegação fiscal, o que prejudicou os latifundiários (idem, 1976, p. 139). Outras medidas de incentivo à produção e combate à especulação fundiária foram aplicadas pela Lei nº 3: a proibição da venda ou arrendamento de todas as propriedades distribuídas

revolucionarias por las cuales se instrumentó el cumplimiento del Programa del Moncada. Fue, ciertamente, nuestra primera ley de reforma agraria” (1976, p. 143).

pelo Exército Rebelde; a indivisibilidade das propriedades de 2 caballerías; a isenção de impostos aos ex-proprietários que investissem a sua indenização em atividades produtivas; a estatização de todas as terras que não estivessem inscritas no Registro de Propriedade de 20 de outubro; o oferecimento de crédito aos novos proprietários de minifúndios a taxas de juros rebaixadas pela metade; a proibição de que qualquer pessoa adquirisse mais que 5 caballerías por meio da nova lei; o controle dos preços agrícolas pelo Exército Rebelde para combater a especulação; entre outras (idem, 1976, pp. 139-141).

A Lei nº 3 se combinou a uma política do Exército Rebelde para impulsionar a auto-organização do campesinato. Foram criados comitês revolucionários camponeses em escala local e regional, e realizados o Congresso dos Camponeses em Armas (em 21 de setembro de 1958) e a Plenária Regional Açucareira (em 28 de novembro e 6 de dezembro de 1958), entre outros eventos de organização política e militar dos trabalhadores rurais em defesa da revolução. Conforme a guerrilha tomava posse de novos recursos agrários e industriais, os colocava imediatamente sob as finalidades da revolução, conquistando as massas camponesas e o proletariado rural na execução mesma do novo projeto de desenvolvimento. A expressão máxima da organização popular rural do Exército Rebelde foi a Conferência Nacional de Trabalhadores Açucareiros, que reuniu, entre 18 e 20 de dezembro de 1958, sindicalistas de cinco províncias e mais de 700 representantes de trabalhadores e camponeses contra o regime Batista (Heredia, 1978, p. 142). Um papel de destaque na organização política do campesinato e do proletariado rural foi cumprido por Raúl Castro na II Frente Oriental, a vanguarda da auto-organização popular no campo. Os organismos rurais então criados eram a encarnação da *soberania popular*: mutirões camponeses se integraram ao Exército Rebelde para construir escolas, hospitais e novas estradas, ultrapassando a mera execução da reforma agrária. Tudo isso, ainda em plena guerra civil, foi a demonstração da capacidade histórica dos novos sujeitos que emergiam na disputa concreta pelas finalidades revolucionárias.

Cabe ainda neste capítulo uma última reflexão sobre o caráter da revolução cubana. A revolução cubana combatia o subdesenvolvimento porque buscava alterar as finalidades estruturais daquela sociedade. Mas porque a luta contra o subdesenvolvimento cubano se tornou revolucionária? Existem várias respostas complementares a esta pergunta.

Destacaremos apenas um aspecto que nos parece decisivo. Qualquer projeto político que buscasse alterar as determinações históricas do subdesenvolvimento cubano só poderia ser efetivado se existisse um sujeito histórico capaz de sustentá-lo. O projeto de desenvolvimento proposto pelo MR 26-7 não era inicialmente socialista, mas orientado pelas duas finalidades destacadas: o igualitarismo e a soberania nacional. A luta contra o subdesenvolvimento cubano foi revolucionária porque entre a realidade cubana e as finalidades propostas pelo MR 26-7 não surgiram novas mediações históricas, isto é, não surgiram sujeitos capazes de executar um programa de reformas estruturais que se aproximasse da igualdade e da soberania nacional sem romper plenamente com o esquema de reprodução do capitalismo dependente.

Por isso as reformas estruturais em Cuba dependeram, necessariamente, de uma revolução. Para Carlos Rafael Rodríguez essa afirmação se estendia para todo o continente, isto é, em todas as partes da América Latina, as reformas estruturais só poderiam realizar-se através de revoluções:

Quienes emprendan la reforma evolutiva de los niveles de ingreso se encontrarán con la resistencia organizada de los sectores sociales privilegiados de América Latina y de sus protectores militares. Deberá, además, afectar inevitablemente a los inversionistas norte-americanos. Por ello, tendrán que afrontar, más tarde o más temprano, este dilema: o se decide a realizar las transformaciones por las vías revolucionarias, o se sufrirá la misma derrota que todos los procesos reformistas experimentaron en las últimas décadas latinoamericanas (1983, p. 283).

A lição histórica que podemos extrair do caso cubano é que o subdesenvolvimento e seus meios de reprodução (a dupla articulação entre segregação social e dependência externa) constituíam a forma específica possível do capitalismo periférico da ilha. Um novo capitalismo periférico, naquela situação histórica específica, fracassou. Provavelmente porque naquelas condições estruturais até mesmo um *combate moderado* às determinações históricas do subdesenvolvimento cubano não poderia ocorrer sem conflito social. E o sujeito histórico que não estivesse disposto ao conflito, não poderia realizar qualquer transformação mínima, ficando atado ao processo de modernização. Neste sentido, as reformas estruturais só puderam ser executadas em Cuba pela ação de um sujeito histórico

que estivesse disposto ao conflito: o MR 26-7⁸⁹. “Sin revolución no hay Reforma Agraria”, bradou Fidel Castro em 14 de julho de 1959, ao encerrar o Primeiro Fórum Nacional sobre o tema. Em Cuba, não haveria qualquer reforma estrutural se não houvesse revolução.

⁸⁹ Nas Teses Econômicas do MR 36-7: “Un plan efectivo de desarrollo económico sólo será establecido si una enérgica acción de la ciudadanía elimina el obstáculo Batista y su régimen. Un plan efectivo de desarrollo económico sólo será llevado a cabo si sus ejecutivos, ya desde el poder logran el respaldo político de las mayorías ciudadanas” (Castro; Boti; Pazos; 1959, p. 78).

CAPÍTULO 2 - A primeira reforma agrária e a nova estrutura

“Es criterio unánime que el fenómeno latifundiarío que revelan los datos anteriores no sólo contradice el concepto moderno de la justicia social, sino que constituye uno de los factores que conforman la estructura subdesarrollada y dependiente de la economía cubana”

Lei de Reforma Agrária, 17 de maio de 1959⁹⁰

“De aquí señores, es nuestro criterio más firme, que la única reforma agraria posible es la que liquide de una sola buena vez el latifundismo nativo y extranjero, recupere para el Estado grandes extensiones improductivas y entregue a los campesinos la tierra que laboran”

Carlos Rafael Rodríguez, 1969⁹¹

“Numa só palavra, podíamos definir até onde ia o desenvolvimento agropecuário: diversificação. Ou seja, a Revolução em sua política agrícola representava a antítese do que havia existido durante os anos de dependência do imperialismo e da exploração da classe proprietária de terras.”

Ernesto Guevara, 1964⁹²

⁹⁰ Padrino, 1960, p. 48

⁹¹ 1983, p. 284

⁹² 1982, p. 20.

A) TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA: REFORMA E REVOLUÇÃO

Entre a chegada do Exército Rebelde em Havana no dia 1º de janeiro e a assinatura da Lei de Reforma Agrária no dia 17 de maio de 1959, se desenvolveu uma tensão crescente entre setores moderados e setores revolucionários da sociedade cubana pós-Batista. Frustrada a tentativa militarista do General Eulogio Cantillo e da embaixada estadunidense de empossar o Coronel Ramón Barquín, que daria continuidade às determinações históricas da ordem neocolonial, assumiu a presidência, no dia 3 de janeiro, Manuel Urrutia, representante de setores moderados com quem os guerrilheiros compuseram uma fugaz frente ampla conhecida como Governo Provisório. Urrutia encabeçou seu gabinete moderado com o Primeiro Ministro José Miró Cardona, e Fidel Castro se reservou o cargo de Comandante em Chefe do Exército Rebelde. Ainda que as lideranças da guerrilha tenham se posicionado em cargos estratégicos de comando militar, não ocuparam diretamente o poder ministerial. Raúl Castro foi nomeado Comandante Militar de Santiago de Cuba, e Ernesto Guevara se tornou Comandante Militar de Havana. Prevendo novas dificuldades para a execução do Programa de Moncada, o Movimento 26 de Julho fortaleceu sua aliança com o Partido Socialista Popular (o partido comunista de Cuba), que até meados de 1958 havia apresentado duras críticas à tática da guerrilha⁹³. Nas primeiras semanas de 1959, os comandantes do Movimento 26 de Julho articularam suas alianças com o PSP e com o Diretório Revolucionário, e se prepararam para uma nova fase de combates políticos, na qual estava em jogo a execução ou não do programa de transformações estruturais (Mao Junior, 2007, pp. 320-23).

A distância entre o gabinete Urrutia, com poder político formal, mas sem poder militar, e o Exército Rebelde, com o poder militar eficaz, mas inicialmente com pouco acesso ao governo, produziu uma “primeira crise governamental” (Lobaina, 2012), superada em 16 de fevereiro de 1959, quando Fidel Castro foi nomeado Primeiro Ministro. A luta de classes penetrou aceleradamente dentro do próprio governo. Com Fidel Castro na liderança do Conselho de Ministros, foi restaurada a essência da Constituição de 1940, reduzindo a

⁹³ Os principais dirigentes do PSP eram Blas Roca, Carlos Rafael Rodríguez e Aníbal Escalante.

função do Presidente Urrutia à assinatura de leis. Quando o Exército Rebelde tomou parte dos instrumentos políticos do governo, abriu-se o caminho para uma mudança da própria natureza do Estado, a começar pela substituição definitiva de seu aparato militar.

Divergências profundas entre Urrutia e o Exército Rebelde não demoraram a emergir e no correr de seis meses se tornaram incontornáveis. Os ministros nomeados por Urrutia organizavam nos bastidores uma política de abrandamento das reformas, buscando evitar que as leis do Programa de Moncada fossem levadas a cabo. Por outro lado, Fidel Castro pressionava para a aprovação rápida das leis revolucionárias, que respondessem imediatamente às demandas de justiça social. Como afirmou o historiador Rolando Ávila, “Fidel estaba a contratiempo. Tiempo de mantener neutralizada las expectativas de las clases sociales reaccionarias, incluyendo el imperialismo. Y por otra parte, la ejecución del Programa que él promete en el Moncada” (Ávila, 2012). A disputa entre dois projetos de desenvolvimento com distintas finalidades entrava em uma nova fase histórica. A força do Programa de Moncada adivinha de que não apenas *propunha* novas finalidades ao desenvolvimento histórico cubano, como já as estava *executando*. As ações do Exército Rebelde e a Lei nº 3 da Sierra Maestra constituíam uma alternativa concreta de desenvolvimento, cujo ponto de partida era a reforma agrária. O setor de Urrutia buscava contornar as transformações estruturais, criando mediações entre as prometidas reformas e as velhas determinações históricas do subdesenvolvimento, em nome da pacificação do país.

Carlos Rafael Rodríguez conta que até maio de 1959, a burguesia cubana e as empresas estrangeiras que controlavam os meios econômicos da ilha realizaram manobras na tentativa de suavizar a reforma agrária. Um grupo de pecuaristas ofereceu ao novo governo 10.000 vacas grávidas em troca de uma reforma agrária mais branda. Enquanto isso, o Diário da Marinha aconselhava que a distribuição de terras fosse realizada apenas em terrenos pantanosos, nos montes, ou em terras invadidas pelo marabú (Rodríguez, 1978, p. 121). Contudo, a reforma agrária do Moncada já estava em andamento desde outubro de 1958 e, conforme se expandia, criava as bases materiais de um novo poder, estreitando os caminhos dos setores moderados.

A Lei de Reforma Agrária de 17 de Maio de 1959

Em 17 de Maio de 1959, na Sierra Maestra, Fidel Castro finalmente assinou a Lei de Reforma Agrária, demarcando simbolicamente de onde partiriam as transformações estruturais. A data foi uma homenagem a Niceto Pérez, trabalhador assassinado pela Guarda Rural em 17 de Maio de 1946 (Acosta, 1972b, p. 93). No texto da lei, o latifúndio foi identificado como principal mecanismo reprodutor do caráter dependente e subdesenvolvido da economia cubana, caracterizado por cinco elementos⁹⁴:

La dependencia del ingreso nacional, para su formación, de la producción para la exportación, considerada como la ‘variable estratégica’ de la economía cubana, que resulta así altamente vulnerable a las depresiones cíclicas de la economía mundial; la alta propensión a importar, inclusive mercancías que en otras condiciones pudieran producirse en el país; la consecuente reducción del efecto multiplicador de las inversiones y de las propias exportaciones; el atraso técnico en los métodos de cultivos y de explotación de la ganadería; en general, el bajo nivel de vida de la población cubana y, en especial, la rural con la consiguiente estrechez del mercado interior, incapaz en tales condiciones, de alentar el desarrollo nacional de la industria (Padrino, 1960, p. 48, grifos nossos).

A princípio, a reforma agrária era apenas uma “reforma estrutural”, cujo propósito era romper com a dupla articulação entre segregação social e dependência, bases da reprodução do subdesenvolvimento cubano. As diretrizes econômicas que viabilizariam esta ruptura não apresentavam tantas discrepâncias em relação ao programa de reformas estruturais da própria CEPAL, como constatou inúmeras vezes Carlos Rafael Rodríguez: substituir importações diversificando a agricultura, incrementar exportações industrializando a agricultura e criar um mercado interno através da redistribuição da renda nacional, com vistas à futura industrialização do país⁹⁵. A essência inegociável do Programa de Moncada era o igualitarismo e a soberania nacional, estando ausente, nesse período, qualquer menção

⁹⁴ Todas as informações e citações da Lei de Reforma Agrária de 17/05/1959 foram extraídas diretamente do texto da lei, editado na compilação das Leis Agrárias Revolucionárias por Padrino, 1960, pp. 47-67.

⁹⁵ Em 1969, no 13º Período de Sessões da CEPAL, Carlos Rafael Rodríguez destacou: “Lo que ha ocurrido en nuestro país es todo eso lo que CEPAL postula como las condiciones para el desarrollo, es decir: la Reforma Agraria, la eliminación de las desigualdades irritantes en el ingreso, la realización de nuestra independencia económica y el aseguramiento de niveles de vida humanos para quienes ayer vivían en condiciones deplorables; y sobre todo, el establecimiento de la base material y técnica” (Rodríguez, 1983, p. 290).

ao socialismo. Ainda que a revolução cubana tenha transitado da esfera nacionalista e democrática para a esfera socialista com rapidez, as duas finalidades do Programa de Moncada se mantiveram como as principais forças orientadoras de todo o processo histórico cubano.

Por um lado, sem a reforma agrária, não poderia haver desenvolvimento econômico nacional, já que a modernização da *plantation* aprofundava as disparidades técnicas e sociais da estrutura produtiva e viabilizava o desperdício das divisas com o consumo suntuário das elites. Por outro lado, uma reforma agrária que desatasse os entraves econômicos e culturais do subdesenvolvimento cubano afetaria as bases e a natureza do capitalismo periférico, ameaçando gravemente o modo de vida das classes dominantes. Por isso, a reforma agrária que transformasse as estruturas da sociedade cubana não poderia ocorrer pela ação de sujeitos sociais comprometidos com as determinações históricas do subdesenvolvimento. Em outras palavras, estas determinações eram tão inegociáveis para seus beneficiários, que a burguesia cubana não constituiu a capacidade de organização nacional da sociedade, e tampouco soube manipular instituições democráticas para absorver as tensões inerentes da segregação social. Na interpretação de Florestan Fernandes, a burguesia cubana não teria sido capaz de criar caminhos de transição da *ordem neocolonial dependente* para a *ordem social competitiva*. Fernandes sintetizou:

Nem os Estados Unidos avançaram, para proporcionar à burguesia cubana espaço econômico e político para realizar uma revolução dentro da ordem, pela qual a ordem social competitiva poderia sair da hibernação, nem as classes burguesas de Cuba possuíam condições e meios para se tornarem revolucionárias no nível de profundidade que se impunha espontaneamente, a qual exigia que ‘arriscassem tudo’ em troca de algo que parecia uma utopia ou um ‘sonho’. O essencial, pois, não é o quanto a burguesia cubana estava dividida internamente, mas o fato de haver preferido a contemporização como técnica de acumulação de forças (2007, p. 104).

Esta incapacidade teria feito com que o movimento nacionalista cubano, para executar as reformas estruturais que ampliassem o controle interno do desenvolvimento, fosse impellido para “fora das ‘forças da ordem’” (Fernandes, 2007, p. 102). E enquanto isso, o gabinete Urrutia “tentou breçar a revolução e adaptá-la a um desenvolvimento que só serviria para consolidar a ordem social competitiva” (idem, 2007, p. 119).

Em linhas gerais, a Lei de 17 de maio traçava dois objetivos prioritários: erradicar a miséria rural e promover o desenvolvimento econômico, isto é, redistribuir o excedente e ampliar as bases de sua geração. Na Lei de Reforma Agrária, o igualitarismo e a soberania nacional se fundiam numa estratégia de desenvolvimento econômico, cujas tarefas prementes consistiam em eliminar a subutilização das capacidades produtivas, ativando terras ociosas e força de trabalho desempregada, de modo a ampliar as exportações e incrementar a capacidade importadora; diversificar a agricultura para fornecer matéria prima à indústria nacional, prover a população de alimentos e economizar divisas gastas com importação; e estimular o aumento da produtividade com incentivos públicos ao setor privado. Era impossível executar estas tarefas sem que fossem eliminados dois obstáculos: a especulação rentista e financeira sobre a qual se assentava a estrutura agrária e a especialização excessiva típica da inserção dependente na ordem econômica internacional.

A lei propagou dois *slogans*: a eliminação do latifúndio e o direito à propriedade da terra para os agricultores que nela trabalhassem. Como prometido em outubro de 1958, o artigo 1º da Lei de 17 de Maio proibia o latifúndio maior que 30 caballerías. O artigo 2º apresentava três exceções a esse limite máximo: as propriedades maiores que 30 caballerías com plantações de cana e arroz que apresentassem rendimentos maiores que 50% da média nacional na última colheita; as propriedades pecuaristas que possuíssem um mínimo de gado por hectare a ser definido pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA); e as áreas cuja eficiência técnica e o rendimento econômico fossem gravemente prejudicados pela redução da escala. Em nenhuma das exceções, a lei permitia que a propriedade ultrapassasse a extensão de 100 caballerías. O artigo 5º determinava a ordem de execução das expropriações: primeiro seriam afetadas as terras cultivadas por arrendatários, subarrendatários, parceiros ou precaristas e, na sequência, seriam expropriadas as terras excedentes dos latifúndios maiores que 30 caballerías. As terras estatais também seriam redistribuídas. Tal como a Lei da Sierra Maestra, a Lei de 17 de Maio declarava que todas as terras não registradas em 20 de outubro de 1958 seriam consideradas estatais, punindo os latifundiários que haviam “diminuído” suas propriedades para sonegar impostos (artigo 8º).

As propriedades menores que 30 caballerías e submetidas a arrendamentos, subarrendamentos e parcerias também seriam desapropriadas nas áreas correspondentes, e

seus proprietários ficariam com o restante. Nesse sentido, era uma lei particularmente punitiva para os “rentistas puros”, que não guardavam nenhuma porção de suas terras para uso próprio e utilizavam toda a superfície para fins especulativos, pois nesse caso seriam plenamente distribuídas em favor de quem nelas estivesse produzindo⁹⁶. O artigo 11º proibia o estabelecimento de contratos de arrendamento e parceria de qualquer tipo, impedindo que o sistema rentista fosse restaurado. Já os artigos 33º e 34º, aboliam o mercado livre da terra, restringindo a transmissão da propriedade a três formas legais: a venda ao Estado, a permuta autorizada pelo Estado e a hereditariedade. Dessa forma, criou-se um bloqueio legal contra as forças econômicas de restauração da estrutura agrária rentista e uma proteção aos pequenos produtores beneficiários da redistribuição. Essa proteção era consolidada com o artigo 62º, que proibia o desalojamento de todos os beneficiários da lei.

Com isso, as duas engrenagens típicas da especulação fundiária foram paralisadas. Tanto os circuitos internos de especulação, constituídos pelas complexas teias de arrendamento e subarrendamento, quanto os circuitos externos que iam frutificar em Wall Street, alimentados pelas gigantescas extensões de terras ociosas e de plantações de reserva mantidas pelos latifundiários, foram radicalmente limitados.

O componente nacionalista da reforma agrária se concentrava nos artigos 12º ao 15º. Determinava-se que, passado um ano da promulgação da lei, não seriam mais permitidas explorações canavieiras por Sociedades Anônimas que não cumprissem com três requisitos: primeiro, que todas as ações fossem nominativas; segundo, que todos os titulares fossem cubanos; terceiro, que nenhum dos titulares fosse proprietário de qualquer fábrica de açúcar (refinarias ou centrais). As Sociedades que não cumprissem os requisitos perderiam imediatamente os direitos das cotas de moendas nas centrais. O artigo 13º reforçava o desmonte da estrutura agrária subdesenvolvida através de uma medida de impacto histórico, que alterava a dinâmica de concentração e centralização do capital vigente em Cuba desde o século XIX. Proibia-se que os proprietários de plantações canavieiras fossem

⁹⁶ Posteriormente, em 1961, foi aprovada a Resolução nº 266, que concedia às viúvas e aos idosos que não possuíam nenhum outro meio de vida que não a renda da terra, um pagamento mensal em efetivo do Estado, de uma quantidade não inferior à que recebiam como renda. Posteriormente, este pagamento se converteu em pensão vitalícia, pois como analisou Antero Regalado: “no se trata ya en este caso del pago de un bien expropiado, sino de atender un problema de tipo social, humano” (Regalado, 1979, p. 171).

proprietários de centrais e refinarias, isto é, eliminava-se a existência das “canas de administração” através do desmembramento, apenas no setor privado, da agricultura e da indústria. Os proprietários com menos que 30 caballerías deveriam se ajustar a essa lei ao longo de um ano, se desfazendo de uma ou outra parte de suas posses. Os maiores de 30 caballerías, submetidos ao artigo 1º, veriam extintas as suas “canas de administração”. O artigo 14º proibia todas as Sociedades Anônimas que não fossem nominativas, evitando que as determinações da lei fossem burladas na escuridão do anonimato financeiro. No mesmo sentido, declarava-se que todas as transferências de propriedades entre parentes de até 4º grau realizadas a partir do dia 1º de janeiro de 1959 deveriam ser registradas (artigo 65º). Para concluir a “cubanização” da estrutura agrária, o artigo 15º determinava que a propriedade da terra, a partir de então, só poderia ser adquirida por cidadãos cubanos, eliminando o direito de herança de propriedades estrangeiras.

Pelo texto da lei, todas as terras expropriadas seriam distribuídas em duas formas novas de propriedade: o “mínimo vital” e as cooperativas agrícolas. Imediatamente depois do início da aplicação da lei, surgiu uma terceira forma nova de propriedade: as Granjas do Povo, de propriedade estatal. Junto da propriedade privada entre 5 e 30 caballerías, a nova agricultura cubana seria composta por quatro formas de propriedade, sendo duas privadas, uma estatal e uma mista.

O mínimo vital era uma parcela de terra fértil de 2 caballerías para cada família de cinco indivíduos, cuja posse teria caráter inalienável (artigo 16º). Seu tamanho poderia variar de acordo com a fertilidade da terra, orientado para garantir uma renda mínima anual estabelecida pelo INRA. A lei declarava indivisíveis as novas propriedades distribuídas, evitando que as heranças para as gerações seguintes despedaçassem a escala mínima calculada. O mínimo vital seria distribuído com base em três critérios. Primeiramente, todos os arrendatários, subarrendatários, parceiros e precaristas que cultivassem menos que 2 caballerías (artigo 18), bem como os pequenos proprietários com menos de 2 caballerías (artigo 19), receberiam gratuitamente do Estado a parcela de terra faltante para completar o mínimo vital, por meio de títulos de propriedade privada entregues pelo INRA. Em segundo, todos os arrendatários, subarrendatários, parceiros e precaristas que cultivassem entre 2 e 5 caballerías, receberiam gratuitamente 2 caballerías e poderiam adquirir mais 3

caballerías mediante venda forçada. Em terceiro, no caso de arrendatários de terras estatais, as 3 caballerías restantes não seriam transmitidas por venda forçada, mas sim gratuitamente. Os camponeses combatentes do Exército Rebelde e os familiares de camponeses assassinados pelo regime Batista teriam prioridade na distribuição das terras, seguidos pelos habitantes e vizinhos de cada região expropriada. Ainda assim, todos os cidadãos cubanos sem propriedades poderiam solicitar o mínimo vital, de qualquer parte da ilha (artigos 22º e 23º).

Os proprietários afetados pela lei de reforma agrária deveriam apresentar-se dentro do prazo de três meses para expropriação, do contrário perderiam o direito à indenização (artigos 25º e 26º). Logo que a lei foi regulamentada, determinou-se que os proprietários poderiam escolher suas melhores terras, deixando as piores para a redistribuição (Pino-Santos, 02/07/1959; Rodríguez, 1978, p. 133).

O tema da indenização foi o motivo mais explícito de polêmica entre os dois setores do Governo Provisório. Havia na Constituição de 1940, dois mecanismos de redistribuição agrária: a expropriação com indenização em dinheiro ou a confiscação. O setor revolucionário do Governo Provisório defendeu a criação dos Títulos de Reforma Agrária emitidos pelo Estado para indenizar os proprietários afetados. Essa proposta não era aceita pelos latifundiários (Acosta, 1972b, pp. 94-5). Outra polêmica ocorreu porque os latifundiários contestaram o uso do registro de 20 de outubro de 1958 para estipular os preços das terras. A Lei criou os Títulos de Reforma Agrária com juros de 4,5% ao ano e um prazo de 20 anos para retorno dos valores pelo Estado (artigos 29º e 31º)⁹⁷. O preço da indenização da terra foi 400 pesos por caballería (Chonchol, 1961, p. 28). Apesar das edificações rurais e plantações já semeadas serem indenizadas à parte pelo Estado (artigo 29º), a lei determinava que 45% dos rendimentos da propriedade seriam descontados da indenização, por corresponderem aos valores “producidos sin el esfuerzo del trabajo del capital privado y unicamente por causa de la acción del Estado, la Provincia, el Municipio u Organismos Autónomos” (artigo 30º) (Padrino, 1960, p. 56).

⁹⁷ Segundo René Dumont, a reforma agrária cubana tinha juros da indenização mais altos que da reforma agrária capitalista japonesa (Dumont, 1970, p. 28).

A lei incentivava a produtividade das terras restantes dos latifundiários, ao isentá-los de impostos por 10 anos quando os valores indenizados fossem investidos em atividades produtivas. Todos os proprietários que abandonassem suas terras seriam punidos com a perda da indenização (artigo 66º). Nas Disposições Transitórias da Lei, estabelecia-se que toda a terra sob propriedade privada deveria ser produtiva, e as parcelas que não fossem postas em atividade no prazo de um ano também seriam expropriadas.

Do ponto de vista institucional, a lei assegurava dois organismos estratégicos de planejamento e ativação da nova estrutura agrária: as Zonas de Desenvolvimento Agrário (capítulo 4) e o INRA (capítulo 6). As Zonas de Desenvolvimento Agrário foram unidades administrativas regionais responsáveis pela execução direta da reforma agrária em todas as suas dimensões: desde as expropriações até o desenvolvimento sociocultural. As ZDAs eram responsáveis pelo estabelecimento de escolas rurais, casas de maternidade, pronto-socorro, atendimento médico e odontológico, criação de espaços recreativos, bibliotecas, ginásio de esportes, e todos os meios de ajuda à produção e de difusão cultural para população rural. Foram criadas 28 ZDAs, numeradas por Província, e responsáveis por territórios bastante extensos, sobretudo considerando a amplitude das tarefas a elas atribuídas (Chonchol, 1961, p. 23). Para cada Zona haveria um Chefe, subordinado ao Instituto Nacional de Reforma Agrária⁹⁸.

O INRA foi criado, tecnicamente, como organismo central de execução da reforma agrária. Mas na realidade foi bem mais que isso: foi o aparato político que abrigou o setor revolucionário do Governo Provisório. Nas palavras do historiador cubano Rolando Ávila, o INRA foi “el mecanismo para llevar el Programa del Moncada en su primera etapa, y tenía como base el pueblo organizado y el pueblo armado” (Ávila, 2012). Em um contexto em que não se podia contar com o Governo Provisório, era preciso criar um instrumento de poder para garantir a efetividade da reforma agrária. Por isso, o INRA foi criado a partir das bases do próprio Exército Rebelde. As funções a ele atribuídas afetavam todas as dimensões da vida rural: elaborar os planos de produção e incremento tecnológico, prover de insumos e crédito público as cooperativas e os pequenos agricultores, construir escolas

⁹⁸ Eram cinco Zonas de Desenvolvimento Agrário em Pinar del Río; três em La Habana; quatro em Matanzas; cinco em Las Villas; três em Camaguey e oito no Oriente (Chonchol, 1961, p. 23).

rurais, hospitais e centros de recreação e cultura, além de dezenas de milhares de casas que substituíssem os *bohíos*⁹⁹. Além disso, ao INRA se atribuía as tarefas de elaborar e propor políticas tarifárias e fiscais com vistas ao aumento da produção, dirigir e administrar os fundos da reforma agrária, escrever o Regulamento das Cooperativas, bem como designar seus administradores. Por fim, todos os organismos autônomos destinados à regulação, estabilização, promoção e defesa da produção agrícola foram incorporados ao INRA, a exemplo do Instituto Cubano de Estabilização do Açúcar.

Tendo nascido do seio do Exército Rebelde, o INRA foi inicialmente um organismo militar, que expandiu seu poder mediante distribuição de armas aos beneficiários da reforma agrária, para que cada um deles a protegesse com as próprias mãos. Como explicou Ávila: “las Zonas del Desarrollo se convirtieron en Zonas Militares, porque se entregó las armas al pueblo” (Ávila, 2012). Neste sentido, o INRA era um “Estado dentro do Estado” (Fernandes, 2007, p. 179), cuja finalidade era a defesa armada da execução do Programa de Moncada. Foi o organismo que selou a aliança entre Movimento 26 de Julho, o PSP e o Exército Rebelde. O INRA organizou o povo em armas e era militarmente superior e autônomo em relação às forças moderadas do Governo Provisório. Fidel Castro despachava suas diretrizes de Primeiro Ministro do escritório do INRA, do qual era Presidente, e raramente participava das reuniões do gabinete Urrutia (Mao Junior, 2007, p. 333). Ademais, ao executar a reforma agrária, o INRA “desagregava a base tradicional de dominação da burguesia nacional e estrangeira” (Fernandes, 2007, p. 180).

A Lei de Reforma Agrária acelerou o processo revolucionário e deteriorou as relações internas do Governo Provisório, além de ser um divisor de águas no que diz respeito à relação entre Cuba e Estados Unidos. As tensões se agravaram quando Urrutia passou, em seus discursos públicos, a acusar Fidel Castro de “comunismo”, e usar seu poder para adiar a assinatura das leis do Programa de Moncada. Fidel Castro insistia em responder com clareza que não era comunista. De fato, a reforma agrária viabilizava o capitalismo e a propriedade privada no campo. Como sustentou Carlos Rafael Rodríguez: “El límite de 30 caballerías establecido como máximo para la propiedad individual definía palmariamente

⁹⁹ Foi criado o Departamento de Crédito do INRA, que subordinou e, mais tarde, absorveu o antigo BANFAIC.

que la revolución cubana en esa etapa consideraba aceptable la existencia del capitalismo en la agricultura” (Rodríguez, 1978, p. 136). A rigor, a primeira reforma agrária difundiu a propriedade privada da terra a mais de 200 mil famílias (idem, 1978, p. 35).

A disputa entre moderados e revolucionários se agravou em junho, quando o Comandante Pedro Díaz Lanz, Chefe das Forças Aéreas Revolucionárias, desertou e apareceu nos Estados Unidos para denunciar o “comunismo” cubano. O fato desencadeou uma “segunda crise governamental” (Lobaina, 2012). No dia 17 de julho de 1959, Fidel Castro renunciou ao cargo de Primeiro Ministro, não sem antes explicar-se por duas horas na televisão, acusando o Presidente Urrutia de bloquear as mudanças revolucionárias. Enquanto Fidel discursava, a população cubana indignada tomou as ruas para exigir a renúncia de Urrutia, que assinou sua demissão antes mesmo do término do discurso (Mao Junior, 2007, p. 333). Desde junho, o Conselho de Ministros estava se transformando em favor do setor castrista. Figuras da vanguarda revolucionária como Raúl Roa e Pedro Miret já estavam a postos no Ministério das Relações Exteriores e da Agricultura, respectivamente (Lobaina, 2012). Isso permitiu que, logo após a queda de Urrutia, o Conselho de Ministros nomeasse Osvaldo Dorticós à Presidência, consolidando em definitivo a direção revolucionária do governo cubano.

As Leis de Nacionalização

Além da Lei de Reforma Agrária, outras leis de expropriação compuseram as forças de desmonte da estrutura agrária latifúndio-minifúndio. Uma das mais importantes foi a Lei de Recuperação dos Bens Malversados do Governo Provisório (lei nº 78), assinada em 13 de fevereiro de 1959, que reavia, através dos Tribunais Revolucionários, as riquezas públicas desviadas ilicitamente pelos governos anteriores (Chonchol, 1961, p. 78). Para a execução desta lei foi criado o Ministério de Recuperação de Bens Malversados que, em abril de 1960, declarou que já havia recuperado 400 milhões de dólares (Rodríguez García, 1987, p. 232), cifra que mais tarde alcançaria um total de 2,933 bilhões de dólares (Rodríguez, 1978, p. 123).

As expropriações dos grandes grupos estadunidenses pela lei de reforma agrária deu início a um conflito que se expandiu de modo incontornável. No início de 1960, Cuba pôs em prática as célebres palavras de Martí : “la unión, con el mundo, y no con una parte de él; no con una parte de él, contra otra” (Martí, 2005, p. 155). A ilha havia comprado 300 mil toneladas de petróleo da União Soviética e as refinarias de petróleo estadunidenses Texaco, Esso e Shell se recusaram a processar a matéria prima “socialista”. Ao governo cubano não restou opção a não ser intervir nas refinarias para mantê-las funcionando. Na sequência, os Estados Unidos responderam com uma lei no Congresso que eliminava a cota de importação de açúcar cubano, dando os primeiros passos em direção ao bloqueio (Rodríguez, 1969, p.14).

Como resposta, então, Cuba aprovou no dia 6 de junho de 1960, a Lei de Nacionalizações nº 851, que determinava a nacionalização de todas as empresas estrangeiras da ilha e criava um “Fundo de Pagamento das Exportações de Bens e Empresas de Nacionais dos Estados Unidos” que seria alimentado com as divisas obtidas da venda de açúcar aos próprios Estados Unidos, isto é, uma indenização condicionada ao fim do bloqueio açucareiro (Chonchol, 1961, p. 30). Através da Lei de Nacionalizações nº 851 foram estatizadas 36 centrais açucareiras, todas as empresas de eletricidade e telefonia da ilha, todas as refinarias de petróleo, somando um total de 700 milhões de dólares correspondentes aos investimentos estadunidenses em Cuba dentro de um total de 1,1 bilhão (Rodríguez, 1978, p. 122; Dumont, 1970, p. 35). A Lei de Nacionalizações atingiu o sistema bancário cubano quase na sua totalidade, que era controlado predominantemente por estrangeiros (Rodríguez García, 1987, p. 233).

A tensão crescente que acelerou o desmonte da estrutura agrária latifúndio-minifúndio foi registrada pela Primeira Declaração de Havana, em 2 de setembro de 1960, através da qual o governo cubano se posicionou decisivamente pela emancipação dos povos subdesenvolvidos do mundo, demonstrando que não abririam mão da soberania recém conquistada, além de agradecerem explicitamente à União Soviética pela ajuda militar. Ao deixar claras as suas preferências, Cuba criava as condições para uma “guerra quente” na periferia da Guerra Fria. Declaravam:

La Asamblea General Nacional del Pueblo de Cuba: (...) condena enérgicamente la intervención abierta y criminal que durante más de un siglo ha ejercido el imperialismo norteamericano sobre todo los pueblos de América Latina (...) Acepta y agradece el apoyo de los cohetes de la Unión Soviética si su territorio fuere invadido por fuerzas militares de los Estados Unidos (...). Ratifica la política de amistad con todos los pueblos del mundo (...) Condena el latifundio, fuente de miseria para el campesinado y sistema de producción agrícola retrógrado e inhumano (...). Condena, en fin, la explotación del hombre por el hombre, y la explotación de los países subdesarrollados por el capital financiero imperialista (Bell *et alli*, 2007, p. 290)

Pouco depois, em 13 de outubro de 1960, o governo cubano aprovou a Lei de Nacionalizações nº 890, completando um ciclo de expropriações que irreversivelmente modificaria a estrutura agrária da ilha. A Lei nº 890 expandiu as expropriações do governo à burguesia cubana, nacionalizando no total uma massa gigantesca de meios de produção: 105 centrais açucareiras, 160 fábricas, 60 estabelecimentos comerciais, 56 companhias de serviços estratégicos (transporte, eletricidade, telefonia) e culturais (imprensa, cinemas). A partir de então, as 161 centrais açucareiras que compunham os meios industriais do principal produto da economia cubana estavam sob propriedade estatal ou cooperativa¹⁰⁰.

Do ponto de vista da estrutura agrária, existiram ainda outros três mecanismos de redistribuição fundiária: doações, vendas voluntárias e a modificação do artigo 24 da Lei Fundamental da República realizada no dia 22 de dezembro de 1959, que autorizava a

¹⁰⁰ Juan Valdés Paz, cuja história pessoal é tão interessante quanto a própria revolução, nos relatou que no início de 1960, aos 19 anos, se engajou como professor voluntário para as campanhas de alfabetização. Foi rapidamente treinado para a tarefa revolucionária. Algumas semanas mais tarde, lhe avisaram que não seria mais professor voluntário, mas sim diplomata e para isso faria um curso expresso na Universidade. Mas a velocidade da revolução era tão alucinante, que tampouco isso ocorreu. Justamente em outubro de 1960, na ocasião da Lei de Nacionalizações nº 890, os jovens professores voluntários foram reunidos em um galpão em Havana. Sem saber porque estavam ali reunidos, alguns chegaram a cogitar que seriam preparados para fazer a guerrilha na América Latina. No meio da madrugada, Fidel Castro em pessoa apareceu e declarou: “¿Ya les dijeron porque están aquí? Bueno, yo vengo del Consejo de Ministros. Hemos nacionalizado todas las industrias del país y ustedes van a ser interventores. Pero ustedes son maestros: van a intervenir, pero dentro de unos meses te los van a sustituir”. Foi assim que Juan Valdés Paz passou 20 anos trabalhando como administrador do setor açucareiro. Durante a primeira Safra del Pueblo, administrou a central Constancia de Encrucijada, em Las Villas, sem nunca ter entrado em uma fábrica antes em toda sua vida. Em seguida, fez um curso de administrador, e já na Segunda Safra lhe ampliaram o comando para um total de 12 centrais. Tão logo sentiu-se “expert”, o jovem Valdés Paz foi deslocado para a administração agrícola, tarefa muito mais complexa pela ausência do componente industrial disciplinador do trabalho e pela inexistência de tecnologia acumulada no processo de produção. Depois de 20 anos, tornou-se professor de economia, sociologia e história (Valdés Paz, 2012). Orlando Borrego relatou que o filósofo Jean Paul Sartre esteve presente durante a cerimônia de posse dos novos administradores do setor açucareiro em 14 de outubro de 1960. Na ocasião, Borrego lhe perguntou sobre o que pensava dos novos administradores, ao que Sartre respondeu: “Isso é uma loucura, são uns adolescentes!” (apud Borrego, 2002, p. 21).

confiscação das terras de pessoas ou empresas que tivessem saído do país ou burlado as leis revolucionárias¹⁰¹ (Chonchol, 1961, pp. 30-31).

Retrato da transformação estrutural

O resultado das expropriações realizadas até maio 1961 foi sintetizado por Jacques Chonchol, como mostrado na **tabela 3**.

TABELA 3 – Superfície expropriada após dois anos de reforma agrária (Maio/1961)			
Lei	Superfície (hectares)	Superfície (caballerías)	%
Lei da Reforma Agrária	1.199.184	89.358	23,9
Lei da Recuperação dos Bens Mal Versados ^(a)	163.214	12.162	3,3
Doações ao INRA	322.590	24.038	6,4
Vendas voluntárias e art. 24	581.757	43.350	11,6
Lei da Nacionalização (n° 851)	1.261.587	94.008	25,1
Lei da Nacionalização (n° 890)	910.547	67.850	18,1
Modificação do Art. 24 da Lei Fundamental ^(b)	581.157	43.305	11,6
TOTAL	5.020.036	374.071	100
<p>Fonte: Chonchol, 1961, p. 28.</p> <p>(a) “Essa cifra está subestimada. Na realidade é maior, mas estes são os únicos antecedentes estatísticos exatos que o Departamento Legal do INRA possui até agora” (Chonchol, 1961, p. 28).</p> <p>(b) Acosta, 1972b, p. 107. Fonte: Departamento Legal do INRA.</p>			

Apesar de garantir a permanência da propriedade privada até 30 caballerías, o que para muitos países poderia ser considerado um latifúndio de grande escala, o grau de concentração fundiária era tal que 85% das terras agrícolas do país faziam parte de alguma propriedade que foi parcialmente atingida pela Lei de Reforma Agrária. Isso porque, como vimos, no início de 1959, 3 mil pessoas eram proprietárias de 62% da área agrícola total de

¹⁰¹ Conta Carlos Rafael Rodríguez que, no entretanto, dezenas de milhares de grandes proprietários nacionais e estrangeiros fugiram para Miami, “con la convicción, expresada al llegar allí, de que, pocas semanas después, la derrota de la Revolución les devolvería sus fábricas en pleno funcionamiento” (Rodríguez, 1978, p. 128).

Cuba¹⁰² (Chonchol, 1963, p. 74). O total de terras atingidas pelo conjunto dos mecanismos expropriadores até maio de 1961 se aproximava de 374.071 caballerías, isto é, 55,8% das terras agrícolas cubanas. A superfície afetada foi imediatamente redistribuída.

Até 12 de junho de 1961, relata Jacques Chonchol, 31.812 títulos de propriedade de mínimo vital haviam sido outorgados pelo INRA, totalizando 30 mil caballerías. Ademais, a partir de março de 1961 cerca de 25 mil pequenos colonos de cana se tornaram proprietários de 2 a 5 caballerías, recebendo um total de 80 mil caballerías. Sendo assim, aproximadamente 110 mil caballerías foram distribuídas em pequenas propriedades individuais em apenas dois anos de reforma agrária (Chonchol, 1961, p.28). Os atos de expropriação executados pelo INRA, dos quais Chonchol participou pessoalmente, não foram tão conflituosos como se poderia supor. Ao contrário, Chonchol relatou que:

El proceso de toma de la tierra se hizo en un ambiente de extraordinaria tranquilidad y sin que se produjeran violencias mayores (...). La intervención equivalía a la toma física de posesión de la tierra. En ella, de común acuerdo, el representante del INRA y el dueño de la finca fijaban el lote que éste conservaría (...). Aún se dio un caso en que al ir tomar posesión de un latifundio de más de 600 caballerías, fuimos en el automóvil del propio dueño de la finca, almorzando en su casa antes de que el Jefe del INRA de la provincia procediera a reunir a los campesinos del latifundio para anunciarles que a partir de ese momento, al margen de las 50 caballerías que se dejaba al dueño del mismo, el resto de la tierra quedaba subdividido en tres cooperativas de unas 200 caballerías cada una (1961, p. 26).

As expropriações das propriedades pecuárias ocorreram mais rapidamente que as agrícolas, pois os grandes proprietários (*cebadores*) e os médios (melhoradores) reagiram às novas medidas paralisando subitamente a compra de gados filhotes criados pelos pequenos proprietários. Isso comprometeu o dinamismo do setor, e forçou o governo a antecipar-se como agente comprador dos gados filhotes. Pelas especificidades do setor pecuário, as propriedades se converteram predominantemente em propriedades estatais de administração direta (posteriormente Granjas do Povo). Já as plantações de cana e arroz só foram expropriadas depois da colheita da safra de 1960 e se tornaram predominantemente Cooperativas (idem, 1961, p. 26).

¹⁰² Considerando que a área agrícola total de Cuba era 670.640 caballerías (o que corresponde a 80% do território total da ilha), isso significa que os 3 mil proprietários detinham 415.797 caballerías (Chonchol, 1963, p. 71).

Sendo assim, a estrutura agrária cubana passou a ser composta por quatro formas de propriedade: as Cooperativas, herdeiras das canas de administração e, portanto, das melhores terras; as Granjas do Povo que concentravam as melhores terras da pecuária; as pequenas propriedades individuais de até 5 caballerías, redistribuídas pelo governo; e as propriedades entre 5 e 100 caballerías, remanescentes da estrutura agrária anterior. Duas delas, as Cooperativas e as Granjas do Povo, poderiam ser consideradas formas completamente novas na estrutura agrária cubana.

Nas tabelas a seguir, é possível enxergar a situação da estrutura agrária cubana em maio de 1959 e em maio de 1961. A **tabela 4** mostra a estrutura de posse da terra declarada pelos proprietários afetados pela reforma agrária nos três meses que se seguiram à aprovação da lei. Segundo estas declarações, 66,1% dos proprietários possuíam até 5 caballerías, e ocupavam apenas 7,4% da superfície agrária; na outra extremidade, 9,4% dos proprietários possuíam mais que 30 caballerías, e controlavam 73,3% da superfície.

TABELA 4 - Estrutura de posse da terra segundo declarações juradas dos proprietários afetados pela primeira Lei de Reforma Agrária (1959)						
Tamanho	Superfície		Propriedades		Proprietários	
	Caballerías	%	Número	%	Número	%
Até 5 caballerías (67 hectares)	46.741	7,4	28.735	68,3	20.229	66,1
De 5 a 30 caballerías (67 a 402 hectares)	122.040	19,3	9.752	23,2	7.485	24,5
Mais que 30 caballerías (mais de 402 hectares)	464.844	73,3	3.602	8,5	2.873	9,4
Total	633.625	100	42.089	100	30.587	100
Fonte: Chonchol, 1961, p. 7 – Departamento Legal do INRA						

A **tabela 5** revela a estrutura agrária cubana de maio de 1961, com a maior parte da reforma agrária já executada, mas ainda não completamente concluída. É possível visualizar a nova estrutura a partir de três olhares: primeiro, a composição das quatro formas de propriedade;

segundo, a dimensão do setor estatal e do setor privado; e terceiro, a dimensão do setor INRA¹⁰³ e da burguesia agrária.

Algumas observações são necessárias para interpretação da **tabela 5**. Primeiro, as Cooperativas são consideradas parte do setor estatal, porém possuíam caráter híbrido, pois eram regulamentadas e dirigidas pelo Estado, podendo simultaneamente obter excedentes

TABELA 5 - Superfície agropecuária cubana por setor (Maio/1961)				
(em caballerías)				
	Setor Estatal		Setor Privado	
	Granjas do Povo	Cooperativas Canaveiras	Até 5 caballerías (Setor ANAP)	De 5 a 50 caballerías (b)
Superfície (caballerías)	181.330	60.317	180.055	328.528
% superfície total (a)	24,2	8,0	24,0	43,8
Superfície	241.647		508.583	
% superfície total (a)	32,2		67,8	
Setor	Setor INRA			Burguesia Agrária
Superfície	421.702			328.528
% superfície total (a)	56,2			43,8
Superfície total (a)	750.230			
Cabeças de Gado	1.022.737	131.691	--	--
% Massa Bovina	20,0	2,6	--	--
Por Setor	1.154.428		3.945.572 (c)	
% Massa Bovina	22,6		77,4	
Massa Bovina Total	5.100.000			

Fonte: Chonchol, 1961, pp. 28, 44, 65-66.

Obs: O autor ressalva que os dados do setor estatal são exatos, com estatísticas do INRA, mas os dados do setor privado são estimados, dado o dinamismo do processo revolucionário e ausência de estatísticas precisas. O setor privado está definido com maior precisão na tabela 9.

(a) A superfície total representa a superfície total em propriedades, que corresponde a 89% da superfície total de 842.955 caballerías.

(b) O limite definido como 50 caballerías decorre da aplicação das exceções à lei de reforma agrária, que ampliam o limite de 30 caballerías em alguns casos específicos de alta produtividade.

(c) O autor ressalva que, apesar de não haver os dados exatos da divisão da massa bovina entre pequenos e grandes proprietários privados, é notório que “o grosso dessa cifra deve encontrar-se em mãos de agricultores privados com mais que 5 caballerías” (1961, p. 66).

privados. Ocupavam, em maio de 1961, 8% da superfície cubana em propriedades, notadamente as melhores terras das antigas canas de administração. As Granjas do Povo, herdeiras da pecuária de grande escala (dos *cebadores*), possuíam 24% das terras, também localizadas entre as melhores do país. O setor estatal, por suas formas de propriedade, pode

¹⁰³ O Setor INRA é considerado por Jacques Chonchol (1961, p. 66) como o conjunto de meios de produção agropecuários que serão coordenados e submetidos aos planos estatais de produção. Por isso, o Setor INRA é composto pelo Setor Estatal somado aos agricultores pequenos (até 5 caballerías), organizados pela ANAP (Associação Nacional dos Agricultores Pequenos). O critério de compreensão do Setor INRA é, antes de tudo, político: a base produtiva sob controle dos segmentos aliados da revolução.

ser considerado completamente novo na estrutura agrária cubana, somando 32,2% da superfície em maio de 1961.

Os pequenos agricultores até 5 caballerías estavam representados, desde 17 de maio de 1961, pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), que, ao ser composta pelos beneficiários diretos da reforma agrária, possuía forte afinidade com a revolução (Barrios, 1987, p. 20). À época, o setor de pequenos agricultores ocupava 24% da superfície da ilha em propriedades. O setor latifundiário remanescente (entre 5 e 50 caballerías) detinha expressivos 43,8% da superfície agrícola em propriedades da ilha e o setor privado total ocupava 67,8%.

O processo de reforma agrária foi tão dinâmico e acelerado que, segundo os dados de Juan Valdés Paz, ao final de 1962, concluídas as expropriações e estabilizada a nova estrutura agrária, o setor estatal já detinha 41% das terras agrícolas do país (277.272 caballerías), enquanto setor privado 59% (399.031 caballerías) (Valdés Paz, 1997, pp. 93-94).

O processo de expropriações foi decisivamente influenciado pela declaração do caráter socialista da revolução, proclamada em 16 de abril de 1961, em seguida à invasão estadunidense de Playa Girón. A guerra quente das periferias da Guerra Fria começava a ferver, e atingiu seu clímax com a crise dos mísseis (outubro de 1962). Declarada socialista, a revolução alçou as suas finalidades a um novo patamar: o igualitarismo e a soberania nacional se tornaram a essência de um projeto de superação do capitalismo subdesenvolvido. Com isso, as novas formas de propriedade agrária em Cuba foram lançadas no turbilhão do debate econômico da transição ao socialismo, integrado às polêmicas desenvolvidas no segundo mundo (Pericás, 2004). Cuba foi, a partir de então, o elo entre o terceiro mundo e o segundo, e se lançou à tarefa de construir o socialismo como arma histórica de superação do subdesenvolvimento.

Entendemos que as formas novas de propriedade surgidas da reforma agrária (as Granjas e Cooperativas) constituíam meios econômicos criados com vistas a atingir o igualitarismo e a soberania nacional e que, a partir da declaração do caráter socialista da revolução, foram submetidas a novos critérios de análise. As novas formas da propriedade agrária deveriam não apenas superar a segregação social e a dependência externa, mas também se prestar à

criação de uma economia socialista. No impulso dessa finalidade, as Cooperativas foram convertidas em Granjas Estatais, o que gerou um debate que será analisado a seguir.

B) COOPERATIVAS OU GRANJAS ESTATAIS: O “PEQUENO DEBATE AGRÁRIO” DE 1961 E 1962

A principal especificidade da reforma agrária cubana foi a preservação da escala das unidades produtivas. Durante sua execução, o governo revolucionário tomou consciência de que o perfil sociológico e psicológico do camponês cubano era fortemente proletarizado. Isso significava que em Cuba a “fome por terras” era menos intensa que a “fome por salários”, o que permitia que as unidades produtivas não fossem fragmentadas em pequenas propriedades individuais, e fossem preservadas as vantagens de escala da estrutura agrária anterior. Mas não apenas o perfil do camponês cubano cumpriu um papel na preservação da escala. Houve uma conjunção de outros fatores, entre eles as exigências técnicas herdadas da *plantation* modernizada; a finalidade igualitária do desenvolvimento; e a declaração do caráter socialista da revolução. Partindo do princípio da preservação da escala, a reforma agrária criou as cooperativas canavieiras e as granjas estatais, duas novas formas de propriedade da terra que, a partir de abril de 1961, passaram a orientar-se pela busca de uma economia socialista. Com a transformação de todas as cooperativas canavieiras em granjas estatais em setembro de 1962, surgiram divergências relacionadas às vantagens e desvantagens de cada uma destas formas para alcançar as finalidades da revolução¹⁰⁴.

A polêmica sobre cooperativas e granjas estatais antecedeu o que ficou conhecido como “grande debate econômico cubano” de 1963 e 1964. Em referência, definimos esta controvérsia como “pequeno debate agrário” de 1961 e 1962. Apesar de ter problematizado sobre alguns de seus temas fundamentais, foi substancialmente diferente na formação dos setores de opinião: dividiu, com nitidez, dirigentes cubanos de um lado, e especialistas

¹⁰⁴ A polêmica sobre cooperativas e granjas estatais se enquadra na primeira ordem geral de problemas apontada por Celso Furtado, gerada da tentativa socialista de superação do subdesenvolvimento, e relacionada na introdução deste trabalho: da “organização social que responda pela definição de prioridades na alocação de recursos escassos” (Furtado, 1994, p. 40).

estrangeiros (defensores da revolução) de outro. Identificamos dois eixos fundamentais do “pequeno debate”: a gestão e a escala das unidades produtivas. Como pano de fundo estava a dificuldade de definir quais deveriam ser os mecanismos de controle estatal sobre a utilização privada dos excedentes, que melhor coordenassem formas econômicas socializantes com o aumento da produtividade geral do trabalho¹⁰⁵.

O camponês-proletário e a preservação da escala

O perfil proletário do campesinato cubano foi uma característica histórica-estrutural identificada por muitos especialistas que se aproximaram da reforma agrária da ilha¹⁰⁶. É possível afirmar que Cuba era um país essencialmente agrário, mas não camponês. “La producción azucarera”, escreveu Acosta, “determinó el surgimiento de un proletariado y desarrolló un proletariado agrícola con un peso relativo mayoritario en el total de la población rural y vinculado a la actividad económica básica del sector agropecuario” (1972a, pp. 80-1). Antes da revolução, dois terços da superfície agrícola cubana eram trabalhados por “métodos não camponeses” (Rodríguez, 1966, p. 25). Segundo o último censo anterior à revolução, 63,6% do total dos trabalhadores agrícolas eram assalariados (Barkin, 1978, p. 23). Somava-se a isto uma insegurança histórica do camponês cubano em relação à propriedade individual da terra. Ao longo de um século, os camponeses foram constantemente desalojados e empurrados para as fronteiras agrícolas pouco férteis, perdendo suas casas e plantações, sem condições objetivas de resistência. A expansão agrícola dos latifundiários e companhias estrangeiras desde meados do século XIX se agravou com o surgimento, em 1898, da Guarda Rural, que executava os desalojamentos

¹⁰⁵ O papel dos excedentes privados na transição ao socialismo constitui a polêmica mais importante dos debates econômicos do segundo mundo. Essa polêmica se pôs e repôs em todos os períodos históricos do século XX para as sociedades que buscaram construir uma alternativa socialista ao capitalismo. O núcleo filosófico do problema está na ordem prioritária da mudança, isto é, se seria preciso desenvolver as forças produtivas por meios capitalistas como condição de surgimento de uma nova cultura socialista, ou se, ao contrário, não seria possível fundar esta nova cultura socialista senão a partir do desenvolvimento das forças produtivas alavancado por formas econômicas já socializadas.

¹⁰⁶ Ao conversarmos com Jacques Chonchol sobre o tema, ele sustentou: “la mayor parte de los trabajadores cañeros no tenía una mentalidad de agricultor, tenía una mentalidad de proletario. Entonces era fácil pasar de una empresa de proletarios capitalistas a una de proletarios socialistas (Chonchol, 2011).

com violência, contribuindo para o desenvolvimento dessa insegurança camponesa em relação à própria terra. Por isso, o camponês pobre cubano passou a identificar no assalariamento um meio de vida muito mais estável e promissor. Sem dúvida, o perfil assalariado do camponês cubano acelerou sua inserção na nova economia estatal da revolução. Carlos Rafael Rodríguez explicou o fenômeno:

La visión circundante de los campesinos pobres que vivían en condiciones comparables a la suya propia o aun inferiores, el recuerdo de las vicisitudes en la época aun cercana en que eran también campesinos y la experiencia de que resultaba posible mejorar su situación mediante la lucha por la elevación de los salarios y de las condiciones de vida como obreros condujo a los trabajadores agrícolas, en su conjunto, a no plantearse el objetivo de conquistar la tierra para laborar en ella como agricultores pequeños. No quiere decir esto que a los obreros agrícolas cubanos les resultan indiferente la posesión o no de alguna cantidad de tierra (1978, p. 119).

A distribuição da propriedade individual da terra foi uma das diretrizes fortes da lei de reforma agrária. Contudo, cultivar alimentos nas 2 caballerías do mínimo vital era mais uma atividade complementar ao assalariamento, que um meio de vida autossuficiente. O meio de vida fundamental do trabalhador rural cubano era o salário. A pequena propriedade individual certamente auxiliava no abastecimento familiar, mas as precárias condições técnicas tornavam os excedentes privados do pequeno camponês ainda mais incertos e dependentes das flutuações dos preços. A tendência camponesa ao assalariamento criava condições subjetivas para a política das Granjas do Povo, pela simples conversão de latifúndios privados em grandes unidades estatais. Como analisaram Paul Sweezy e Leo Huberman:

As reformas agrárias burguesas tiveram sempre como objetivo dividir os grandes latifúndios em pequenas propriedades de camponeses. Ideias mais radicais, pelo menos a partir de Marx, rejeitam essa solução com o duplo argumento de que a agricultura em pequena escala, feita pelos camponeses, é insolúvelmente ineficiente, e constitui inevitavelmente uma força contra revolucionária (1960, p. 145).

Antes mesmo de ser declarada socialista, a revolução identificou essa especificidade sociológica do trabalhador rural cubano e encontrou a possibilidade de evitar a fragmentação da unidade agrária, buscando preservar as vantagens da escala. Por isso, as

novas propriedades criadas no seio do processo revolucionário foram, de partida, formas coletivas de organização da produção: as cooperativas e as granjas estatais.

As Cooperativas Agrícolas

As cooperativas agrícolas criadas na primeira reforma agrária em Cuba foram herdeiras das antigas canas de administração e 45% dos canaviais do país, com as melhores terras, ficaram sob sua responsabilidade¹⁰⁷ (INRA, 03/05/1960, p. 43). A formação das cooperativas foi uma maneira de evitar o retalhamento da terra em parcelas individuais, ainda que em muitos casos tenham sido fundadas várias cooperativas a partir de um único latifúndio.

No universo dos debates socialistas, a cooperativa era uma forma de propriedade particularmente polêmica, pois representava a transição entre a propriedade privada individual e a propriedade socializada, na qual os excedentes privados ainda cumpriam um papel de força motriz. Teoricamente as cooperativas são propriedades privadas coletivas, que guardam semelhanças com sociedades empresariais tipicamente capitalistas. Entretanto, as cooperativas cubanas nasceram organicamente vinculadas à direção do INRA e à planificação centralizada da economia e, portanto, eram mais similares à propriedade socializada do que à propriedade privada. No Regulamento Geral de Cooperativas de Cana, aprovado em 3 de maio de 1960, definiu-se que, durante cinco anos, 80% dos lucros das cooperativas deveriam ser gastos em construções de casas e outros edifícios coletivos (instalações agropecuárias, serviços médicos, esportes, eventos sociais). Os outros 20% seriam distribuídos entre os cooperativados na forma de excedente privado (INRA, 1960a, pp. 41-2). Os recursos para produção, afirmava o Regulamento, seriam distribuídos pela Administração Geral das Cooperativas de Cana do INRA. Além disso, determinava-se que

¹⁰⁷ As Cooperativas criadas da primeira reforma agrária são diferentes das Cooperativas de Créditos e Serviços e das Sociedades Agropecuárias dos camponeses da ANAP. As primeiras foram formadas das canas de administração, por trabalhadores que já eram assalariados e se tornaram, coletivamente, donos de parcelas das propriedades de seus patrões. As segundas foram formadas por diferentes modalidades de coletivização de propriedades privadas individuais.

30% da superfície das cooperativas deveriam ser destinadas a cultivos não canavieiros, para alimentação dos cooperativados e para o mercado interno. Cada cooperativa recebeu do Estado 200 vacas leiteiras, 50 porcas e 1 touro para iniciar sua produção (Chonchol, 1963, p. 111). Tudo isso fazia com que as cooperativas fossem extremamente dependentes do poder central, e mesmo que possuíssem uma margem de manobra na utilização do excedente privado, era uma margem muito pequena.

Os objetivos das cooperativas definidos pelo Regulamento ditavam as seguintes diretrizes: fomentar e cultivar os canaviais; intensificar a produção da cana, plantando variedades de alto rendimento; diversificar a agricultura e alcançar soberania alimentar interna; aumentar a renda dos cooperativistas; garantir o bem estar social e educação de seus membros; construir casas e edifícios; colaborar com o INRA para o desenvolvimento econômico; cumprir os objetivos da reforma agrária. Os cooperativados poderiam sair da sociedade voluntariamente, mas estavam proibidos de vender seus direitos (INRA, 1960a, pp. 41-2).

Na teoria, a gestão das cooperativas combinava autonomia local com centralização. O Regulamento criava as Assembleias Gerais das cooperativas, espaço para discussões abertas e decisões internas. Nas Assembleias se votava livremente um Conselho de Direção e um coordenador da cooperativa. O coordenador teria a responsabilidade de representar a cooperativa perante o Estado, o INRA e todos os organismos externos (INRA, 1960a, p. 42). Porém, constatando que as cooperativas ainda não possuíam capacidade administrativa e técnica para executar seus objetivos com êxito, o Regulamento estabelecia que o INRA designaria um administrador para, junto com o coordenador, dirigir a gestão da produção. Neste sentido, como sustentava o Regulamento, a cooperativa “en su etapa inicial, estará bajo la dirección del Instituto Nacional de Reforma Agraria a los efectos de asegurar su mejor desenvolvimiento mediante ayuda y orientación técnica” (INRA, 1960a, p. 43). Na prática, porém, os organismos de poder local não agregaram tanta participação e o funcionamento das cooperativas, em seus dois anos e meio de vida, foi marcado pela subordinação ao poder central, ao contrário daquilo que se espera usualmente da autogestão.

Em apenas um ano, foram criadas 622 cooperativas, conjugadas em 46 agrupações intermediárias, ocupando um total de 60.316 caballerías. Delas participavam 122.448

cooperativistas e mais 46.614 trabalhadores eventuais contratados apenas para a safra ou para serviços temporários. Estes cooperativistas se tornaram um importante polo militar de defesa da revolução. Para proteger as plantações das agressões externas e internas, 54% dos cooperativistas participavam das Milícias Nacionais Revolucionárias¹⁰⁸ (Chonchol, 1961, p.57). Este envolvimento militar dos cooperativistas não correspondeu com um envolvimento administrativo esperado nas unidades de produção.

As Granjas do Povo

Já as Granjas do Povo não constavam como uma nova forma de propriedade previamente concebida na Lei de Reforma Agrária e surgiram em fins de 1959 como uma solução particular para os latifúndios do setor pecuário. As Granjas eram enormes fazendas estatais com trabalhadores assalariados, que guardavam maior similaridade funcional com as empresas capitalistas, já que possuíam um padrão formalmente centralizado de decisão econômica. Foram criadas a partir de três argumentos.

Em primeiro lugar, do ponto de vista técnico, o caráter rústico e extensivo da atividade pecuária não permitia a redução repentina da escala, pois não havia tecnologia instalada que viabilizasse a rápida conversão ao modelo intensivo. O modelo extensivo se baseava em uma escala gigante, que foi preservada nas Granjas. Em segundo lugar, do ponto de vista econômico, surgiu a necessidade de controlar o consumo de carne. Quando o Exército Rebelde confiscou rebanhos e repartiu vacas entre pequenos camponeses que não possuíam o conhecimento para criá-las, houve um sacrifício generalizado dos animais para fins

¹⁰⁸ No início de 1960, as Centrais Adelaida e Punta Alegre, sob o comando de cooperativas agrícolas, foram atingidas por bombas lançadas de aviões, gerando um incêndio de grandes proporções. Na Central de Punta Alegre foram queimadas 2.220.000 arrobas de cana e na Adelaida 7.500.000. Para salvar a cana, trabalhadores de todas as cooperativas da região foram cortá-la imediatamente e decidiu-se que o açúcar seria produzido nas Centrais vizinhas: Morón, Violeta, Pátria, e na própria Adelaida. Este episódio foi apenas um pequeno exemplo da tensão crescente entre os trabalhadores agrícolas e as agressões militares que buscavam derrotar a revolução (INRA, 1960Ad, pp. 86-7). A Revista INRA publicou, em março de 1960, o recado enviado por um trabalhador rural para Fidel, por meio do jornalista Waldo Medina: “Dígamele a Fidel, tan pronto se tope con él, que ahí mandamos este dinerito para aviones que defiendan a Cuba; pero si esos tipos de afuera no quieran venderle aviones, que no los compre, pues que con los machetes de treinta y pico mil aparceros, basta para liquidar a los bandidos” (Medina, 1960, p. 83)

alimentares, em flagrante desperdício da criação leiteira. Muitos camponeses nunca antes tinham comido carne bovina, e a mudança de padrão alimentar sem precedentes gerou uma euforia. Entre 1958 e 1960, o peso da massa bovina sacrificada cresceu 22%, e Chonchol alertou para uma eventual crise pecuária, que representava “uno de los problemas más sérios que enfrenta hoy día la Reforma Agraria Cubana” (Chonchol, 1961, pp. 73-4). René Dumont¹⁰⁹ apresentou a mesma preocupação, alegando que os abates descontrolados teriam superado a velocidade reprodutora dos animais, gerando a necessidade posterior de racionamento de carne bovina¹¹⁰ (Dumont, 1970, p. 37). Por isso, o controle estatal da pecuária exercido pelas granjas era uma necessidade econômica. O terceiro argumento era de natureza política e social, relacionado com a finalidade igualitária da revolução. As propriedades pecuárias possuíam poucos trabalhadores, às vezes um único homem a cada 50 caballerías, e o governo hesitou em aplicar o modelo cooperativo considerando que seriam criadas unidades privilegiadas, com poucos trabalhadores e muito excedente, gerando desproporções de renda em relação às cooperativas agrícolas (Chonchol, 1961, p. 37). Por estas três razões, o governo decidiu controlar diretamente a pecuária através do modelo de granjas estatais, nomeadas então de Granjas do Povo.

Outro fator fundamental se somou às circunstâncias descritas e alçou as Granjas do Povo a um papel estratégico. Quando a revolução cubana se declarou socialista em abril de 1961, referenciais marxistas passaram a influenciar a nova organização econômica.

Na percepção de Karl Marx, a concentração de capital representava o desenvolvimento histórico da escala como alavanca técnica e social da produtividade, aglomerando massas de capital e trabalho em grandes instalações industriais (Marx, 2006, Capítulo XXIII). No que diz respeito à concentração das forças produtivas agrárias, Marx defendeu a superioridade da grande escala em um artigo publicado no *The International Herald* em 15 de junho de 1872, com título “A Nacionalização da Terra”. Nele, Marx criticou a pequena propriedade agrária:

¹⁰⁹ René Dumont, agrônomo francês, esteve em Cuba para assessorar o processo de reforma agrária no mesmo período de Jacques Chonchol.

¹¹⁰ Em 1961, na tentativa de reverter a perda de animais sacrificados, foi criada a Operação Vaca, pela qual foram importadas 13 mil vacas de raça, a 400 milhões de dólares (CEPAL, 1964, p. 288).

Em França, é certo, o solo está acessível a todos os que o podem comprar, mas precisamente esta facilidade trouxe consigo uma divisão em pequenos lotes cultivados por homens com meios muito pequenos (...). Esta forma de propriedade fundiária e o cultivo retalhado de que necessita uma vez que exclui todas as aplicações de melhoramentos agrícolas modernos — converte o próprio lavrador [*tiller*] no mais decidido inimigo do progresso social e, acima de tudo, da nacionalização da terra (...). Agarra-se na mesma com apego fanático ao seu pedaço de terra e à sua condição de proprietário meramente nominal. Por este caminho, o camponês francês foi atirado para o mais fatal antagonismo com a classe operária industrial (Marx, 1982).

Igualmente, quando a tradição marxista clássica analisou os determinantes da fase monopolista do capitalismo, identificou a concentração de capital como um fator de aumento da eficiência, rentabilidade e poder. Não à toa, o capitalismo monopolista, por sua superioridade técnica e sua vocação estatal-militar, suplantara historicamente o capitalismo concorrencial (Lênin, 1991). Como Marx, Lênin foi um crítico do capitalismo concorrencial de pequena escala, considerado o principal inimigo da transição ao socialismo na Rússia. Em 1921, Lênin defendeu que, nas circunstâncias da transição soviética, o capitalismo de Estado guardava afinidades consideráveis com o socialismo¹¹¹. A chave deste combate político era a luta entre a economia centralmente planificada e a economia anárquica especulativa.

No debate econômico cubano de 1963 e 1964, Guevara foi fortemente influenciado por estas concepções de Lênin e frequentemente citou seus textos (Pericás, 2004). Em fevereiro de 1964, ao defender a proposta do Sistema Orçamentário de Financiamento, que rejeitava o uso do cálculo econômico no interior do setor estatal, Guevara afirmou:

Como técnica, o antecessor do sistema orçamentário de financiamento é o monopólio imperialista radicado em Cuba (...). Quando os monopolistas se retiraram, levaram seus quadros superiores e alguns intermediários; ao mesmo tempo, nosso conceito imaturo da revolução nos levou a arrasar com uma série de procedimentos estabelecidos, pelo simples fato de serem capitalistas. Por isso, nosso sistema não alcançou ainda o grau de

¹¹¹ Em seu célebre panfleto *Sobre o Imposto em Espécie*, no qual defendeu a Nova Política Econômica (NEP) para substituir o “comunismo de guerra”, Lênin propunha a adoção do capitalismo de Estado como *recuo tático* para reestabelecer a aliança da revolução com o pequeno camponês tradicional russo. Nessa ocasião, fez uma ressalva: “Não é o capitalismo de Estado que está em guerra com o socialismo, mas a pequena-burguesia somada ao capitalismo privado que lutam juntas contra o capitalismo de Estado e o socialismo. A pequena-burguesia se opõe a qualquer forma de intervenção estatal, contabilidade e controle, seja no capitalismo de Estado, seja no socialismo de Estado. (...) A continuação da anarquia da pequena propriedade é o maior e o mais sério perigo e certamente será nossa derrota” (Lênin, 1965).

eficiência que tinham as sucursais ‘*criollas*’ dos monopólios, no que se refere à direção e ao controle da produção (Guevara, 1982c, p. 188).

Quando Cuba adentrou no universo dos debates socialistas, as Granjas do Povo já existiam, mas certamente foram fortalecidas pela defesa marxista da grande propriedade estatal como forma superior de organização técnico-econômica. Em maio de 1961, estavam organizadas 266 Granjas do Povo, que ocupavam 181.330 caballerías nas quais trabalhavam 96.498 assalariados, sendo 71% destes trabalhadores temporários. As unidades eram de larguíssima escala: 682 caballerías em média (Chonchol, 1961, pp. 41-2). Possuíam 1.245.000 cabeças de gado e 4.160 tratores (Aranda, 1978, p. 285). Devido à sua origem pecuária, 75% das granjas estavam concentradas nas províncias orientais (Las Villas, Camaguey e Oriente) (Chonchol, 1961, p. 41). Em síntese, as Granjas do Povo se originaram das circunstâncias concretas do setor pecuário e, em seguida, entraram em consonância com os princípios marxistas que orientaram oficialmente a economia cubana a partir de abril de 1961. A lógica da não fragmentação da terra se transformou na defesa da escala máxima como imperativo da socialização¹¹². A Granja do Povo seria uma forma superior de propriedade porque, como diziam os cubanos, “pertence a todo o povo, e não a uma parte do povo” (Chonchol, 1961, p. 45). A **tabela 6** mostra uma radiografia das cooperativas e das Granjas do Povo que definiram a nova estrutura agrária, em maio de 1961.

TABELA 6 – Superfície e força de trabalho de Cooperativas e Granjas do Povo (Maio/1961)		
	Cooperativas	Granjas do Povo
Nº de Agrupações	46	--
Nº de Unidades Produtivas	622	266
Superfície total (caballerías)	60.317	181.330
Caballería/ Unidade (média)	96,9	682
Cooperativistas ou trabalhadores fixos	122.448	27.321
Trabalhadores Eventuais	46.614	69.177
Trabalhadores /Unidade produtiva (média)	272	363
Caballería/Trabalhadores (média)	0,36	1,88

Fonte: Chonchol, 1961, pp. 41-2., 53

¹¹² Carlos Rafael Rodríguez afirmou: “la fragmentación de la tierra en pequeñas parcelas representaba un retraso en la socialización de la agricultura” (Rodríguez, 1963a, pp. 6-7)

A conversão das Cooperativas em Granjas

A conversão das cooperativas em Granjas Estatais foi votada em setembro de 1962, por decisão dos trabalhadores no Congresso Nacional de Cooperativas, com 1.381 delegados favoráveis e apenas 3 contrários. A proposta havia sido submetida a dois meses de debate nos Conselhos e Assembleias cooperativas (Fernandes, 2007, p. 186). Os dirigentes cubanos incentivaram politicamente a conversão com o argumento igualitarista de Fidel Castro: as cooperativas geravam desigualdades sociais a partir de diferenças naturais da fertilidade da terra, e isso não poderia ser aturado na nova sociedade socialista. Nas palavras de Fidel:

La cooperativa es un buen sistema de producción, pero que, sin embargo, tiene también sus defectos, y es el que se origina en la diversidad de tierras, en las distintas fertilidades de cada tierra, en aquella comunidad que está en una cooperativa de tierra buena, recibirá beneficios superiores a aquella que está en tierra mala (...). Sin embargo, no será así en las Granjas del Pueblo. No importa que una Granja tenga una tierra pobre y la otra tenga tierra rica. Los obreros de todas las granjas recibirán los mismos beneficios; los niños de todas las granjas recibirán iguales beneficios, sea pobre o sea rica la tierra donde están las granjas (apud Chonchol, 1961, p. 45).

A conversão das cooperativas em Granjas Estatais foi bastante criticada pelos analistas estrangeiros que apoiavam a revolução cubana, entre eles Jacques Chonchol, René Dumont e Michel Gutelman¹¹³. Vejamos primeiro os argumentos cubanos em favor das granjas estatais e, posteriormente, as críticas dos especialistas estrangeiros.

Para efeito de síntese, Juan Valdés Paz esquematizou os problemas e contradições das cooperativas agrícolas cubanas em seis esferas de análise: econômica, territorial, administrativa, da organização do trabalho, política e social, e ideológica, sumariadas na **tabela 7**.

¹¹³ Michel Gutelman foi um agrônomo francês da equipe de Charles Bettelheim, que esteve na ilha para assessorar o governo revolucionário ao longo da década de 1960.

TABELA 7 - Problemas das Cooperativas Canavieiras (Setembro/1962)	
Esfera	Contradições Funcionais
Econômica	Inviabilidade de custear a maioria das cooperativas
	Ausência de rendimentos distribuíveis e diminuição da renda média anual em termos de salários
	Igualitarismo na distribuição da renda, independente das horas trabalhadas
Organização Territorial	Descontinuidade territorial das propriedades que integram as cooperativas
	Dispersão das áreas agrícolas
	Proliferação de parcelas de autoconsumo dentro e fora da cooperativa
Direção e Administração	Dualidade de poderes entre coordenador e administrador da cooperativa
	Tendência à substituição do primeiro pelo segundo
	Violação do regulamento da cooperativa: - Não funcionamento do Conselho de Direção - Escassa participação dos cooperativistas
	Dissolução do aparato administrativo permanente e não substituição por outro equivalente
	Perda de controle administrativo
Organização do Trabalho	Alta proporção de cooperativistas que vivem fora da cooperativa
	Trabalhadores não cooperativistas com direitos, condições de trabalho e renda diferentes
	Cooperativistas que trabalham para produtores privados ou em parcelas próprias
Política e Social	Conversão de trabalhadores assalariados em cooperativistas
	Falta de representação social e política dos cooperativistas
	Condições de vida inferior ao Granjeiro [assalariado da Granja Estatal]
	Falta de uma cultura cooperativista
Ideológica	Diferenças de nível de coletivização entre as cooperativas
	Existência de grupos cooperativos que limitavam a socialização da terra
	Cooperativistas que investiam em propriedades privadas
	Queda da sindicalização
Fonte: Valdés Paz, 2009, p. 20.	

Na esfera econômica, as cooperativas apresentavam três problemas. O primeiro deles eram as imensas dificuldades de autofinanciamento, que bloqueavam a autonomia econômica em relação ao Estado. Isso gerou frustração, pois os cooperativistas não alcançavam os rendimentos necessários para que os 20% de excedentes privados previstos para utilização “livre” fossem satisfatórios. O segundo problema foi a queda da renda média anual dos cooperativistas devido à ineficiência econômica. O terceiro problema foi de produtividade: apesar de o Regulamento ditar que os cooperativistas receberiam salários equivalentes às suas jornadas de trabalho acrescidos dos excedentes (INRA, 1960a, p. 41), esta

determinação não ocorreu na prática. Valdés Paz constatou que a distribuição do excedente interno da cooperativa não correspondia ao esforço de cada um, o que gerou um relaxamento das condições de trabalho¹¹⁴. Isso agravava o problema da rentabilidade e gerava mal-estar entre os cooperativistas.

Na esfera territorial havia um problema inerente à dinâmica da reforma agrária. Muitas cooperativas possuíam descontinuidades territoriais, pois estavam atravessadas pela propriedade do antigo latifundiário. Tratando-se de um período de transição, a estrutura agrária anterior e a nova estrutura estavam ainda interpenetradas geograficamente. Sendo as cooperativas unidades ainda economicamente frágeis, esse fator as afetou mais fortemente. Por um lado, havia cooperativas da mesma agrupação muito distantes umas das outras, com poucos recursos para transporte, inviabilizando uma gestão coletiva eficaz. Por outro, havia uma desorganização dos próprios cultivos, pois o bloqueio econômico e o incentivo governamental à diversificação agrária fizeram proliferar produções pequenas para autoconsumo. Isso gerou dispersão dos cultivos, pequenas plantações isoladas dentro e fora das cooperativas, prejudicando a eficiência agrícola.

Na esfera administrativa surgiu um problema de “dualidade de poderes” entre o coordenador e o administrador da cooperativa, e uma tendência de substituição do poder local emanado da Assembleia Geral pelas ordens emitidas pelo poder central. Neste sentido, a combinação entre autonomia e centralização proposta pelo Regulamento das Cooperativas não havia funcionado como esperado, e a autonomia não se efetivou¹¹⁵. Ademais, a dispersão territorial dificultava enormemente o trabalho do administrador do INRA, que ao não poder contar com um poder administrativo local, via redobrar suas

¹¹⁴ A falta de correspondência entre a jornada e o salário também se originou da ausência do capataz como força coercitiva de organização do trabalho. Valdés Paz analisou: “En la agricultura capitalista hay un capataz. El capataz es un arbitrario, pone la norma que quiere y paga lo que quiere, salvada la resistencia que se pueden presentar de parte de los trabajadores. (...) Cuando nosotros sustituímos ese esquema de explotación suprimimos al capataz. Al suprimir al capataz, esa función que era hasta simbólicamente la representación de la explotación, rompimos el eslabón que organiza el trabajo. Porque en los trabajos manuales de campo libre, a cielo abierto, como la agricultura y la construcción, la presencia directa del que controla la fuerza de trabajo es determinante. Si no, nadie trabaja, porque la agricultura es muy dura y la construcción también” (Valdés Paz, 2012). Este tema será retomado no capítulo 4.

¹¹⁵ Constatou Valdés Paz: “La participación de los actores de base fue mínima o ninguna, tanto para la elaboración de propuestas, como para la toma de decisiones organizativas” (2009, p. 147).

tarefas. Isso gerou perda de controle da contabilidade interna, prejudicando a participação das cooperativas nos planos estatais.

Na esfera da organização do trabalho, três outros problemas surgiram. Primeiro, como decorrência da dispersão territorial, vários cooperativistas viviam fora das suas unidades, gerando uma desagregação entre trabalhadores e comunidade produtiva. Esta desagregação induzia um segundo problema: muitos dos cooperativistas trabalhavam várias horas para produtores privados ou em parcelas próprias, reduzindo o esforço coletivo interno à cooperativa. O terceiro problema era de desigualdade de renda entre trabalhadores eventuais e cooperativistas. Se os membros fixos apresentavam queda de rendimento devido às dificuldades de autofinanciamento, certamente a situação dos eventuais era ainda mais insegura. Quando as cooperativas foram convertidas em granjas se enfatizou a necessidade de reduzir a proporção de trabalhadores eventuais.

Na esfera política e social, havia três ordens de problemas. Antes de tudo, o perfil assalariado dos cooperativistas gerou uma “inviabilidade sociológica” do autogoverno, devido a um despreparo cultural e político herdado da situação anterior. Era impossível converter, em tão pouco tempo, um assalariado que realizava apenas um procedimento da cadeia produtiva, em um sujeito com responsabilidade sobre todo o processo econômico e seus desdobramentos. Valdés Paz sintetizou:

No se trató solamente de las afectaciones funcionales, sino de la inviabilidad sociológica de una organización cooperativa en empresas agrarias desarrolladas bajo fuertes relaciones capitalistas de producción, en las cuales el trabajo asalariado desvinculaba al productor su interés por la tierra y de su participación en el resultado económico final, limitaba su dominio del proceso productivo y le impedía toda experiencia administrativa (2009, p. 20).

Em segundo lugar, não havia, um organismo político de representação social específica dos cooperativistas (como foi a ANAP para os pequenos agricultores, por exemplo). Isso dificultava a formação de autoconsciência deste segmento, e comprometia sua comunicação com o governo sobre os problemas enfrentados. Em terceiro lugar, os cooperativistas sentiram-se ainda mais insatisfeitos porque os trabalhadores das granjas possuíam maiores salários e estabilidade, gerando condições visivelmente desiguais de bem estar social. Tudo isso se agravava devido à ausência de uma “cultura cooperativista”, o que desgastava os

vínculos comunitários, e dificultava a criação do ambiente político necessário para o autogoverno da produção. Na opinião de Carlos Rafael Rodríguez, a herança sociológica assalariada teria sido o problema fundamental das cooperativas. Ele sustentou que:

Los intentos realizados entre 1960 y 1962 para convertir a los antiguos obreros agrícolas de la caña en propietarios colectivos a través de formas cooperativas basadas en el usufructo permanente de la tierra, encontraron poco interés por parte de esos trabajadores (1978, pp. 146-7).

Como efeito desta desorganização, surgiram disparidades em relação ao grau de coletivização da terra de cada cooperativa, de acordo com os distintos graus de percepção ideológica dos seus membros. As dificuldades fizeram com que alguns grupos limitassem a socialização da terra e encontrassem soluções privadas para a ineficiência da produção coletiva. Desse quadro, não surpreende que tenha havido queda da sindicalização dos trabalhadores cooperativistas, que perderam seus vínculos com a luta assalariada.

Carlos Rafael Rodríguez viu com muito otimismo a conversão das cooperativas em granjas estatais¹¹⁶. Para ele, tratava-se de uma exigência da construção do socialismo, que foi antecipada devido às circunstâncias analisadas. Sustentou que:

La fe de los trabajadores agrícolas de la caña en la Revolución hizo posible que lo que podría haber originado una crisis, se resolviera – mediante decisión democrática en que participaron todos los cooperativistas – con la transformación de las Cooperativas en Granjas Cañeras, precipitándose así, con buen resultado, un proceso que estaba programado para varios años (1963a, p. 8).

Para Valdés Paz, a convivência entre as duas formas colocou em evidência os problemas das cooperativas, e acelerou o processo de coletivização no caminho dos *solkhozes* soviéticos, porém por motivação voluntária (Valdés Paz, 2009, p. 16). O próprio Valdés Paz, contudo, não deixou de constatar os novos inconvenientes criados pelo modelo de granjas estatais¹¹⁷.

¹¹⁶ As posições de Rodríguez revelam as diferentes dimensões nas quais ocorrem o “pequeno” e o “grande debate”. No “pequeno debate”, a controvérsia sobre cooperativas e granjas reflete a luta entre a propriedade coletiva privada e a propriedade estatal. Neste caso, Rodríguez defendia a estatização como forma superior. Já no “grande debate” a polémica expressava-se no *interior* do setor estatal. Nesta esfera, Rodríguez defendia o cálculo econômico dentro do setor estatal como alavanca de desenvolvimento, incluindo unidades de autogestão com ênfase no poder local, isto é, descentralização do próprio poder estatal.

¹¹⁷ Entre eles, a escala demasiadamente grande para as condições técnico-administrativas existentes; a homogeneidade do aparato administrativo das granjas, inadequado para a diversidade de tamanhos e cultivos

Apesar de todos estes contratempos vividos pela propriedade cooperativa, alguns especialistas estrangeiros a consideravam a forma mais adequada ao desenvolvimento agrário cubano. Estes especialistas criticaram duramente o modelo das Granjas do Povo, especialmente por quatro aspectos: o gigantismo da escala, o excessivo centralismo da gestão, o assalariamento estatal igualitário prejudicial à produtividade, e a desorganizada diversificação agrícola. Discutiremos aqui primeiramente as razões apresentadas em defesa da forma cooperativa, e depois os argumentos críticos à escala, à gestão e ao assalariamento estatal igualitário próprio das Granjas do Povo. O problema da diversificação agrária será discutido em uma próxima seção.

A cooperativa foi especialmente elogiada por Jacques Chonchol e por René Dumont, por dois motivos principais: sua escala tecnicamente adequada, e sua aptidão política para absorver a vontade direta dos trabalhadores nas decisões de produção. Chonchol afirmou em 1961 que:

El tamaño corriente de cada cooperativa (entre 1.000 y 1.500 hectáreas) y entre 200 y 300 trabajadores (considerando los eventuales), es un tamaño que permite conjugar en una misma empresa agrícola las ventajas de la diversificación, rotación de cultivos, agricultura mixta (producción agrícola y pecuaria) con las economías de escala, división del trabajo, mecanización de labores y un control administrativo eficiente (...). Esta organización con su estructuración regional y la representación activa de los trabajadores en el proceso de dirección de las empresas, tiene además la ventaja de facilitar el ascenso social y psicológico de éstos y de equilibrar la necesidad de programas nacionales (básicos en una economía planificada) con las realidades concretas de las empresas (1961, pp. 57-8).

Eram, em suma, duas as principais virtudes das cooperativas. Primeiro, a virtude da escala: além de ser tecnicamente mais viável, a cooperativa possuía maior vocação para adaptar-se a um modelo intensivo de produção (argumento justificado na **tabela 8**).

das unidades produtivas; e a perda de especialização decorrente da excessiva diversificação agrícola estimulada pelo governo (Valdés Paz, 2009, p. 18).

TABELA 8 - Superfície/Trabalhador: Granjas do Povo e Cooperativas Canavieiras (1961)

	Granjas do Povo	Cooperativas
Caballería/Trabalhador Permanente	6,64	0,49
Caballería/Trabalhador Eventual	2,62	1,30
Caballería/Trabalhador Total	1,90	0,36

Fonte: Chonchol, 1961, p. 42

A relação de caballerías por trabalhadores, como se vê, era 5,2 vezes maior na Granja do Povo, que por sua origem pecuária havia herdado um modelo extensivo. Na avaliação de Chonchol, esta constituía uma das piores heranças da estrutura agrária anterior, e a escala da cooperativa criava as condições adequadas para superá-la. A segunda virtude era da gestão: era uma forma capaz de aliviar a tensão entre o plano econômico centralizado e a democracia na unidade produtiva¹¹⁸. Para ele, as Assembleias das cooperativas serviriam como prática política catalisadora do desenvolvimento cultural dos trabalhadores, forjando a consciência econômica de cada cooperativista, e alargando a solidariedade comunitária necessária ao autogoverno. Além disso, ao aguçar-se a percepção administrativa dos trabalhadores, a produtividade deveria crescer devido ao interesse material direto de cada um pela propriedade coletiva. Haveria, na opinião de Chonchol, uma correlação inevitável entre interesse material e aumento da produtividade do trabalho, que a forma cooperativa poderia articular de modo virtuoso através da autogestão, sem que isso significasse abandono da consciência social.

Chonchol considerou criticamente três grandes argumentos da direção revolucionária para a nova orientação: o igualitarismo, o controle estatal da alimentação, e a ideia de “forma superior”. Sobre o igualitarismo, Chonchol afirmou que seria simples e possível resolver as disparidades sociais geradas por diferenças da fertilidade do solo por meio de medidas fiscais¹¹⁹. Sobre o controle estatal da produção de alimentos, o engenheiro reconheceu que esta poderia ser uma vantagem no caminho até a soberania alimentar, pois a baixa rentabilidade de muitos cultivos carecia de garantias extraeconômicas fornecidas pelo

¹¹⁸ A tensão entre o plano centralizado e a democracia da unidade produtiva foi um tema central do grande debate econômico cubano (Pericás, 2004).

¹¹⁹ Chonchol nos afirmou: “De aquellos que tienen mucha ganancia, se les puede tomar el superávit por un impuesto. Y el tamaño de las cooperativas no era tan grande para producir grandes ganancias” (2011).

Estado. Porém, a esta ressalva agregou que considerava possível conciliar o controle estatal com autonomia de gestão, por meio da coordenação dialética entre o plano centralizado e os interesses locais. Sustentou:

Debe hacerse la planificación de los presupuestos a partir de un plan de producción que nasce a nivel local, con instrucciones generales que pueden venir de la parte central. Después, en la administración de los recursos puede haber mucho más influencia de la parte central. Pero no hay que olvidar de una cosa: son las eficiencias administrativas. Siempre cuando hay excesiva centralización, hay ineficiencia administrativa en algún lugar. Y eso afecta en definitivo el resultado productivo. Yo soy partidario de mayor autonomía hacia la base, con las relaciones fundamentales con el poder central. Pero con una autonomía suficiente para poder ser eficiente en la base. (...) De la parte central, tú tienes que tener grandes directivas, grandes orientaciones básicas. Definir cuál es la estrategia de desarrollo en un país es una cosa que se hace desde el centro. Pero en la aplicación de eso, tiene que haber mucha entrega de autonomías y un diálogo entre el centro y la base. Sin esto, creo que el ejercicio del centralismo conduce a un desastre. Y la excesiva autonomía sin una orientación general conduce a que cada uno haga lo que quiera. Hay una *combinación* que no es fácil de determinar (Chonchol, 2011, grifo nosso).

Sobre a ideia da máxima escala como “forma superior”, Chonchol identificou duas influências: por um lado a tradição econômica marxista e, por outro, a tradição da *plantation* estadunidense¹²⁰. Ele afirmou, em 1963, que a percepção da grande empresa estatal como forma superior era um mito que seria desmentido pela realidade concreta da economia cubana (1963, p. 126).

Chonchol alegava que as Granjas do Povo eram um desastre em termos de organização da agricultura, por sete motivos. Primeiro, seu gigantismo prejudicava tanto a eficácia administrativa, quanto a qualidade técnica da produção, especialmente num contexto de expressiva escassez de especialistas agrários, muitos dos quais tinham fugido após a revolução (Chonchol, 1963, p. 118). Ademais, a grande empresa agrícola requeria

¹²⁰ “En Cuba”, sustentou Chonchol, “la influencia de la gran agricultura tradicional, de la mecanización agrícola a la norteamericana (a pesar de la actual oposición política) y de la concepción de la gran empresa socialista de Estado fueron factores que sin duda pesaron todos, algunos de ellos tal vez de un modo inconsciente, en la decisión de establecer las Granjas del Pueblo” (1961, p. 46). O mesmo confirmou Juan Valdés Paz: “el referente para la organización de la gran producción se buscaría, primero, en la gran hacienda y las compañías capitalistas y, después, en los *sovjoses* soviéticos” (2009, p. 14). René Dumont constatou, sobre este tema, que a caballería é uma unidade 200 vezes maior que o Mou chinês. Dadas as proporções de cada país, percebe-se que o “gigantismo” teria sido, antes de tudo, uma influência estadunidense.

proporcionalmente muito mais quadros técnicos do que a empresa média ou pequena. Naquelas condições, seria quase impossível administrar satisfatoriamente granjas com 600 caballerías em média. Um dos efeitos da precariedade técnico-administrativa eram as disparidades de investimentos para cada cultivo dentro da mesma granja e uma “defeituosa distribuição territorial das inversões” (Chonchol, 1961, p. 48).

Em segundo lugar, o gigantismo das granjas aumentaria enormemente os custos de transporte dentro de cada unidade, gerando falhas decorrentes das dificuldades de locomoção do administrador e dos técnicos agrícolas, fruto de uma irracionalidade geográfica que trazia fortes prejuízos (idem, 1961, p. 50). As dificuldades de transporte também geravam atrasos de pagamentos, atraso de insumos que perdiam o momento climático correto, desequilíbrios no uso de fertilizantes seguindo a maior ou menor facilidade de transporte, entre outros. Chonchol descreveu o caos territorial ao qual estavam submetidas as granjas:

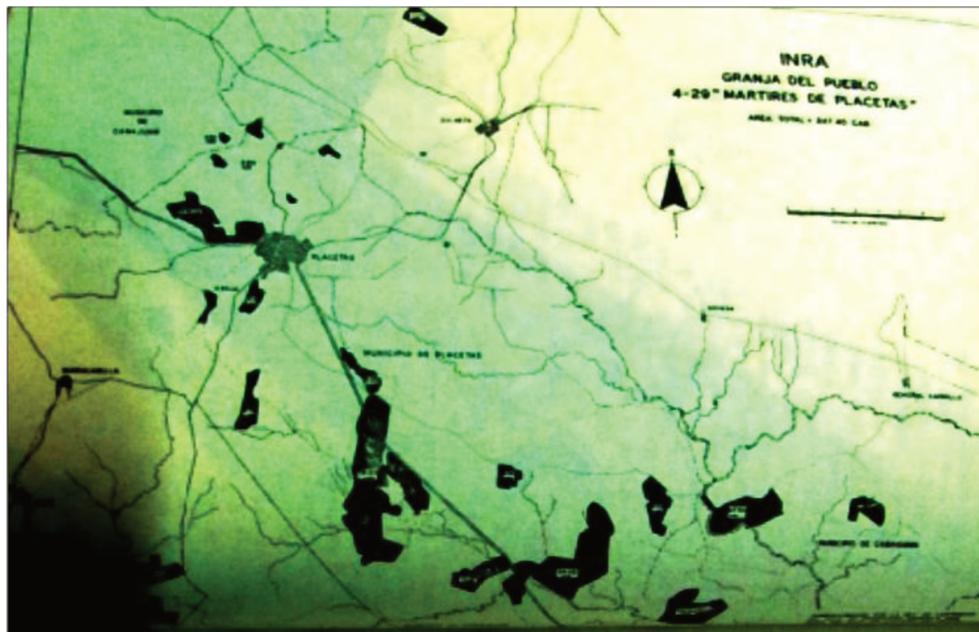
No siempre las Granjas del Pueblo establecidas constituyen una sólo unidad territorial. En muchos casos una misma Granja se compone de 2, 3, 4 o 5 lotes de tierra aislados unos de otros por otras fincas (privadas o cooperativas cañeras) y a veces las distancias entre los lotes extremos son bastante considerables. Todo esto es producto del deseo de establecer grandes unidades y de la distribución territorial de las fincas que se integraron como granjas del pueblo (1961, p. 41).

Carlos Rafael Rodríguez mostrou, em artigo da Revista Cuba Socialista nº 27 (1963b, pp. 77-78), a dimensão do caos territorial existente entre 1959 e 1963, visível nos mapas de duas granjas do povo: Patrício Lumumba e Mártires de Placetas. Nos **Mapas 1 e 2** é possível enxergar como, apesar da busca pela superioridade da escala, do ponto de vista prático, não foi possível aproveitar eventuais ganhos devido à fragmentação territorial das unidades.

MAPA 1: Granja Patrício Lumumba



MAPA 2: Granja Mártires de Placetas



A terceira crítica de Chonchol era que a enormidade da granja aumentava a distância entre os administradores e os trabalhadores, reproduzindo a divisão entre trabalho intelectual e manual, que teoricamente se queria superar. Seria preciso, na opinião dele, que houvesse

organismos intermediários entre a administração das granjas e os trabalhadores, pois o gigantismo da granja impedia a integração consciente do trabalhador local ao processo produtivo e, muito menos, ao plano agropecuário nacional. Além disso, o modelo das granjas reforçaria a mentalidade assalariada capitalista ao inibir a participação da base na gestão da empresa, fomentando a falta de consciência sobre o processo produtivo em sua totalidade (Chonchol, 1961, p. 51).

A quarta crítica de Chonchol às granjas era que o gigantismo era fruto da transposição de um princípio da indústria para a agricultura¹²¹. O deslocamento do raciocínio da superioridade da escala da indústria para a agricultura teria desconsiderado os limites naturais da própria agricultura, que na prática relativizam os ganhos de escala. A ideia de que a “máxima escala” seria sempre mais rentável no setor agrário decorreria de um raciocínio muito teórico e pouco técnico. Como sustentou Chonchol:

Teóricamente la gran empresa agrícola debería tener las mismas ventajas económicas de la gran empresa industrial: especialización máxima de los distintos grupos de trabajadores, operaciones en cadena, producción en masa, reducción de gastos generales de administración, rentabilidad económica a un bajo costo unitario del producto obtenido. En la práctica el proceso de producción agrícola es sin embargo mucho más complejo, variable e inseguro, debido especialmente a la acción de una serie de factores naturales imprevisibles y a menudo difíciles de controlar (1961, pp. 48-9).

Uma quinta crítica ao gigantismo das granjas era que induziam a perpetuação do modelo extensivo (ver **tabela 8**).

Uma sexta crítica era que as granjas eram deficitárias por definição, pois uma vez que os salários não correspondiam com a produtividade do trabalho, exigia-se que o Estado arcasse com as diferenças, amortecendo o impacto social da falta de rentabilidade econômica. O déficit era uma condição inevitável da busca da soberania alimentar, como reconheceu o próprio Chonchol¹²². Mesmo assim, o engenheiro defendia que houvesse

¹²¹ Relatou Chonchol: “Existe por otra parte tendencia a pensar que la gran empresa colectiva, altamente mecanizada, permite obtener en la agricultura las mismas ventajas de especialización y producción en masa que la gran empresa industrial” (1961, p. 46).

¹²² Em defesa da soberania alimentar, Chonchol sustentou: “Creo que es fundamental para cualquier tipo de país, tanto socialista, como capitalista, si quiere tener autonomía, tener en su mercado interno una alta proporción de los productos alimentarios básicos producidos internamente, aunque les coste más caro” (2011).

maior correspondência entre salários e trabalho, para garantir um patamar mínimo de produtividade.

Por fim, a sétima crítica de Chonchol era em relação à postura dos dirigentes da revolução que, na tentativa de evitar a burocratização excessiva da agricultura, acabavam enxugando as equipes administrativas de modo a torná-las extremamente ineptas. O engenheiro reivindicou as palavras de um Chefe de Província do INRA: “burocratismo es que donde se necesitan 5 personas haya 8, pero que por evitar el burocratismo donde se necesitan 4 haya sólo 1 o 2 es contraproducente, antieconómico e ineficaz” (apud Chonchol, 1961, p. 50)¹²³.

René Dumont, outro engenheiro agrônomo que esteve em Cuba nos anos 1960, foi ainda mais crítico ao modelo agrário adotado, pois, sendo um defensor aguerrido da autogestão, problematizou tanto as granjas, quanto as cooperativas. Para Dumont havia dois problemas centrais que afetavam as duas formas de propriedade: o excesso de centralismo na gestão e o assalariamento estatal igualitário. Para Dumont, a revolução cubana teria sido tecnicamente ineficaz e excessivamente generosa com os trabalhadores rurais, ao contrário da revolução soviética. Ele escreveu: “If the USSR exploits its peasants, Cuba spoil them too much”¹²⁴ (1970, p. 36).

Quanto às cooperativas, Dumont pensava que estas não passavam de propriedades estatais, teoricamente autônomas, já que a obrigatoriedade do uso de 80% do excedente com a construção de edifícios coletivos sufocava a iniciativa local. Além disso, tratava-se de uma norma débil, pois não especificava o custo máximo das obras, dando margem para desperdício de recursos importados. Apesar da escala tecnicamente adequada das cooperativas cubanas, Dumont alegava que a excessiva centralização de seu funcionamento

¹²³ Para Valdés Paz, o excesso de centralismo e a ineficácia administrativa da gestão agrária nos primeiros anos da revolução foram mais um fruto da escassez de quadros técnicos e políticos do que de uma precaução ideológica, e teria sido corrigido em 1963 (2009, p. 14).

¹²⁴ A Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) em seu II Congresso em 1963 realizou uma autocrítica do funcionamento das Sociedades Agropecuárias, uma nova forma de propriedade agrária resultante da coletivização voluntária dos camponeses. Definiram o equívoco como “comunismo prematuro”, sintetizado em duas medidas: primeiro, o salário fixo mensal igual para todos, independentemente da quantidade de horas trabalhadas e sem levar em conta a produção; segundo, a repartição gratuita e igualitária de produtos agrícolas da própria Sociedade para livre autoconsumo de seus membros. Havia uma autoconsciência do problema criticado por Dumont que, em seu tom exigente, afirmou que a revolução cubana “mimava” os camponeses (Barrios, 1987, p. 54).

poderia bloquear sua evolução, pois tanto a utilização privada do excedente, quanto o sentimento de cada trabalhador como proprietário, seriam importantes estímulos ao trabalho. Em agosto de 1960, ele expressou sua opinião pessoalmente a Che Guevara e propôs a criação de um sistema de prêmios aos trabalhadores mais disciplinados, através do qual conquistariam “ações” da empresa cooperativa e, portanto, maior participação no excedente. Dumont estava definitivamente deslocado da finalidade igualitária da revolução, mas se justificava com argumentos econômicos realistas: em 1962, por exemplo, das 622 cooperativas, apenas 3 obtiveram balanços lucrativos, um sintoma de problemas estruturais (Dumont, 1970, p. 51).

Sobre as Granjas, suas críticas eram ainda mais enfáticas. Alegou que a escala era tão equivocada que seus técnicos passavam mais tempo se deslocando de um lado a outro e ocupados com papeladas burocráticas do que propriamente melhorando as condições técnicas da produção. Sobre a escala das granjas, Dumont ironizou: “gigantism is not an article of Marxism faith, which merely condemns – rightly – the microfundism, which is an obstacle to modern technique” (1970, p. 55). Além disso, ele alertava para o fato de que, em 1963, a produtividade do Setor ANAP havia sido duas vezes maior que das granjas, de modo que não se justificava a ideia da “forma superior” (1970, p. 73). Sobre isso, Dumont também argumentou que o socialismo não era sinônimo de grande escala, e que certamente poderia ser compatibilizado com formas mais flexíveis de gestão (1970, p. 180). Mas a principal crítica de Dumont às granjas era o assalariamento estatal igualitário, um dos “excessos de generosidade” dos dirigentes cubanos. O assalariamento estatal igualitário seria um fator inerente de indisciplina, negligência com os custos de produção, desperdício de recursos, e incapacidade contábil¹²⁵. Para ele, o modelo era inevitavelmente deficitário, e não haveria sequer um plano de desenvolvimento para arcar com o déficit. Contudo, a maior contribuição de Dumont para a revolução cubana não se referia às polêmicas sobre gestão: foi sua proposta de diversificação agrária especializada, plenamente acatada pela direção revolucionária em 1963 (tema que será tratado adiante).

¹²⁵“The guaranteed daily wage”, afirmou Dumont, “which is high and is paid no matter how much work has been done, has relax work discipline, especially in view of the fact that there is a predominance feeling now that no one is ever fired, however little work he does” (1970, p. 120).

Já Michel Gutelman foi um agrônomo francês que acompanhou Charles Bettelheim em suas visitas a Cuba, e desaprovou a excessiva centralização das unidades produtivas agrárias, agravada pela conversão das cooperativas em granjas. No caso de Gutelman, suas críticas estavam organicamente vinculadas ao “grande debate” e eram alinhadas à defesa do cálculo econômico¹²⁶. Sustentou que:

Essa vontade de impor o esquema rígido do plano a processos de produção que, por natureza, não se podem desenvolver em quadros rígidos, conduzia a negar a planificação em si própria e provocava uma série de círculos viciosos de desorganização econômica (1971, p. 140).

Gutelman chegou a afirmar que, paradoxalmente, certo grau de desorganização econômica havia favorecido a produção, pois afrouxou os laços do centralismo exagerado e permitiu a tomada de iniciativas extrarregulamentares positivas para o desenvolvimento do país (1975, p. 114). Para ele, a combinação de centralização com autonomia proposta no Regulamento das Cooperativas nunca havia sido posta em prática uma vez que “as unidades de produção encontravam-se em estado de inferioridade permanente” em relação ao poder central (1975, p. 133).

Valdés Paz comentou diretamente a opinião de Gutelman, com o argumento de que o agrônomo, ao escrever sua crítica, desconsiderava as condições históricas mais amplas da revolução cubana que determinaram a centralização, entre elas, as agressões externas e internas; o bloqueio econômico dos Estados Unidos; a escassez de técnicos que impunha uma escala inadequada; a transformação acelerada e radical da agricultura; a necessidade de normatizar a gestão e o trabalho. Em síntese, sem desconsiderar as diferentes naturezas das missões de cada um destes especialistas internacionais¹²⁷, Valdés Paz considerou que as críticas de Gutelman, Chonchol e Dumont pecaram por um equívoco comum: a

¹²⁶ Para seu grupo, era patente a “impossibilidade prática de exercer uma gestão a partir do centro, dado o nível atingido de desenvolvimento das forças produtivas” (Gutelman, 1971, p. 148).

¹²⁷ Afirmou Valdés Paz, em entrevista: “Jacques Chonchol viene en una asesoría de FAO, quedase acá un período no muy extenso. Él hace un informe sobre la agricultura cubana que yo considero que es uno de los mejores que disponemos para ese período. Es un informe de carácter técnico. (...) Gutelman es otro caso. No viene como un funcionario internacional como Chonchol, sino que viene como un asesor de Charles Bettelheim. Es un especialista agrario y Charles Bettelheim lo trae por ese motivo. Él participa con Bettelheim de varios informes al gobierno, porque Bettelheim es asesor del gobierno cubano entre los años 1961 y 1967” (Valdés Paz, 2012).

desconsideração da correlação de forças sociais e geopolíticas do processo revolucionário cubano. Nas suas palavras:

Están aquí en un período en que se da la invasión de Girón, la crisis de octubre, Plan Mangosta, la lucha contra bandidos, hay un conflicto militar que acompaña la revolución y ellos no se dieron por enterados - como si las decisiones políticas sobre la agricultura no tuvieran que ver con eso también. Se defendió una política agraria, como si la política agraria pudiera diseñarse por separado del escenario de conflicto en el que está toda la revolución cubana en ese periodo (Valdés Paz, 2012).

Se o “pequeno debate agrário” entre granjas e cooperativas pendeu rápida e absolutamente em favor das granjas, já a solução do grande debate econômico foi mais contraditória e complexa, afetando igualmente as decisões sobre política agropecuária. Alguns argumentos dos especialistas internacionais em defesa da autogestão das cooperativas durante o “pequeno debate” foram retomados por Carlos Rafael Rodríguez no “grande debate”, porém agora orientados para o interior da administração estatal.

Os instrumentos econômicos propostos por Rodríguez para alavancar a produtividade ampliavam as margens do excedente privado no interior do setor estatal em duas dimensões. Primeiro, na dimensão individual, por meio de um sistema de incentivos materiais para aumento da eficiência de cada trabalhador. Segundo, na dimensão coletiva, com o autofinanciamento das granjas, ou seja, uma relativa autonomia das propriedades estatais em relação ao próprio Estado que só seria possível com o crescimento do excedente retido na unidade produtiva. Isto fomentaria, como consequência, uma diferenciação social entre os indivíduos e entre as granjas, no interior de uma economia estatizada. Ao contrário, o sistema orçamentário de financiamento concebido por Guevara convertia todo excedente em orçamento estatal, posteriormente redistribuído na forma de serviços públicos igualitários e investimentos produtivos. A proposta de Guevara negava, assim, a autonomia econômica das unidades produtivas, e evitava qualquer forma de diferenciação social.

Entretanto, o grande debate permaneceu inconcluso, e seus desdobramentos foram híbridos. Diante do impasse entre os dois modelos de desenvolvimento socialista, o governo revolucionário optou por experimentar ambos¹²⁸. Enquanto Carlos Rafael Rodríguez

¹²⁸ Como constatou Pericás: “durante algum tempo, tanto o cálculo econômico como o sistema orçamentário de financiamento conviveram no país” (2004, p. 125). Sobre a dualidade de modelos conta-nos Valdés Paz:

estivesse na direção do INRA, aplicaria o cálculo econômico na agricultura; e enquanto Ernesto Guevara chefiasse o Ministério das Indústrias, implementaria o sistema orçamentário de financiamento no setor. Valdés Paz nomeou esta saída híbrida de “modelo dual” (2009, pp. 18-9). Para ele, contudo, o modelo dual possuía um equívoco originário, qual seja:

Existía el hecho contradictorio de que mientras que la agricultura por su nivel de deficiencia y de trauma organizativo tenía problemas de producción, (hubo una caída del producto agrario), ensayar el cálculo económico donde había una contracción de producto lo hacía de entrada inviable porque no iba a tener incentivos materiales que dar, no iba a tener excedente, iba a tener que ser subsidiado etc. El modelo del cálculo se le dejó a un sector que por definición no tenía condiciones para el cálculo económico. Viceversa: el sector de la industria que sí tenía excedente, que podía aplicar el cálculo económico, porque tenía con que premiar, que repartir, se le puso a ensayar un sistema de financiamiento que negaba los incentivos materiales, que el excedente se quedaba en las manos del Estado, que ni siquiera se reconocían relaciones mercantiles (Valdés Paz, 2012).

Como resultado:

Las contradicciones entre ambos sistemas hicieron cada vez más difícil conciliar estos en un plan único, así como sus subsistemas de control. Por otra parte, la incongruencia entre cada sistema y la realidad económica de su sector respectivo – incosteabilidad en los sectores de cálculo económico y rentabilidad en los sectores presupuestarios – hizo cada vez más superflua la búsqueda de ventajas basadas en esas experiencias (Valdés Paz, 2009, p. 33).

A contradição originária do “modelo dual” será retomada adiante, conforme necessário para a análise das transformações agrárias. O fundamental a ser notado é que os argumentos centrais dos especialistas estrangeiros utilizados para defender as propriedades privadas coletivas (cooperativas) no “pequeno debate agrário” foram retomados por Carlos Rafael Rodríguez para a defesa da autogestão de propriedades estatais (cálculo econômico) no grande debate. De modo geral, entre 1961 e 1964, a sociedade cubana atravessou um contexto de pressão militar internacional e, simultaneamente, lidou com estas controvérsias internas sobre a estrutura agrária. A busca de soluções econômicas aos impasses históricos

“hay un momento de esa polémica que es zanjada por Fidel con la decisión de que un modelo de gestión como el sistema presupuestario que proponía Che se ensaye en ciertos sectores de la economía, fundamentalmente la industria y comercio exterior, y que el sistema del cálculo económico se ensaye en la agricultura y en comercio interior” (2012).

do subdesenvolvimento e da transição ao socialismo ocorreu influenciada por esta conjuntura belicosa e foi permanentemente limitada pelas estreitas margens de excedente disponível. Do desmonte da estrutura agrária anterior, estas novas contradições emergiram. Conforme a sociedade realizou suas experiências de produção e administração orientada pelas finalidades do igualitarismo e da soberania nacional, esbarrou em obstáculos referentes à produtividade do trabalho e realizou inflexões nos regimes agrários de propriedades, de cultivos e de trabalho. Neste aspecto, a função do excedente privado no processo de desenvolvimento socialista foi uma fonte constante de inquietação ao longo da década de 1960. Enquanto as novas formas de propriedade socialista eram objeto destas polêmicas, as discussões tomaram um rumo específico no setor privado da agricultura cubana.

C) O CAMPESINATO: O PRINCÍPIO DA VOLUNTARIEDADE E A ANAP

Apesar do perfil assalariado do camponês cubano, havia um setor de agricultores pequenos tradicionais para o qual foi desenvolvida uma política cuidadosa e específica. Em maio de 1961, 24% da superfície cubana, isto é, uma estimativa de 180.055 caballerías, pertenciam a cerca de 150 mil famílias de pequenos agricultores com menos de 5 caballerías. Muitas das terras por eles ocupadas correspondiam aos antigos arrendamentos, subarrendamentos e parcerias, que foram objeto prioritário da reforma agrária. Este setor de pequenas propriedades, desde antes da revolução, apresentava maior produtividade que os latifúndios herdados pelo setor estatal¹²⁹. Também por isso, apresentavam expressiva relevância econômica no conjunto da produção agrícola nacional.

¹²⁹ Segundo o Censo de 1946, o rendimento das propriedades menores que 10 hectares (0,7 caballería) variava entre 102 e 200 pesos/hectare. Ao mesmo tempo, os latifúndios entre 1.000 e 5.000 hectares (75 e 372 caballerías) possuíam produtividade média de 23,8 pesos/hectare, e os latifúndios maiores que 5.000 hectares (372 caballerías) possuíam produtividade média de apenas 4,94 pesos/hectare (Valdés Paz, 1997, p. 29).

Em agosto de 1961, segundo os dados de Carlos Rafael Rodríguez, o setor privado estava composto como mostra a **tabela 9**¹³⁰. Vê-se que 592 proprietários se enquadravam nas exceções da lei, e mantiveram propriedades maiores que 30 caballerías, ocupando a extensão de 28.125 caballerías. Os proprietários entre 5 e 30 caballerías eram 10.623, e seriam expropriados a partir de outubro de 1963 pela segunda reforma agrária.

TABELA 9 – Superfície e propriedades do setor privado agropecuário (agosto/1961)		
Tamanho	Número de Propriedades	Superfície (caballerías)
Até 5 cab.	154.703	174.971,35
De 5 a 10 cab.	6.062	45.270,00
De 10 a 20 cab.	3.105	45.477,76
De 20 a 30 cab.	1.456	37.819,95
Maior que 30 cab.	592	28.125,97

Fonte: Rodríguez, 1963a, p. 10

Em 1962, já 200 mil famílias de pequenos proprietários haviam sido beneficiadas pela reforma agrária com o mínimo vital (Rodríguez, 1978, p. 35). Uma parcela expressiva destes pequenos agricultores trabalhava temporariamente como assalariada do setor estatal. Em 1965, 40 mil famílias beneficiadas com o mínimo vital não possuíam terras suficientes para gerar excedentes comercializáveis, o que provavelmente correspondia à dimensão do setor camponês que alternava seus cultivos de autoconsumo com o assalariamento estatal temporário. As outras 160 mil famílias geravam excedentes comercializáveis e possuíam um modo de vida mais tipicamente camponês (Rodríguez, 1966, p. 41). Essa foi a base social sobre a qual foi criada a Associação Nacional de Agricultores Pequenos, com objetivo de integrá-los econômica e politicamente na revolução.

¹³⁰ As estimativas de Jacques Chonchol organizadas na tabela 5 apresentam diferenças com os dados de Carlos Rafael Rodríguez da tabela 9 a respeito do setor privado. A diferença é pouco expressiva para o setor de proprietários com menos de 5 caballerías, mas bastante significativa para a superfície ocupada pela burguesia agrária. A explicação possível para esta diferença é que os cálculos publicados por Rodríguez em 1963 possuíam maior precisão estatística em relação aos proprietários que fugiram para Miami e abandonaram suas terras, bem como sobre as novas expropriações realizadas aceleradamente entre maio e agosto de 1961, constando uma superfície ocupada pela burguesia agrária muito reduzida em relação à estimativa de Chonchol.

A Fundação da ANAP e seus princípios

Quando a ANAP foi fundada, em 17 de maio de 1961, havia aproximadamente 154.703 pequenos agricultores em Cuba, em diferentes níveis de organização econômica e política. O Congresso de fundação contou com a presença de 3.800 delegados, eleitos em assembleias realizadas ao largo de todo país¹³¹. O presidente da ANAP, José Ramírez Cruz (conhecido como “Pepe”), foi contundente no anúncio do inviolável princípio da voluntariedade que marcou a proposta da revolução cubana para os pequenos agricultores. O princípio da voluntariedade foi uma cláusula pétrea da política revolucionária com o campesinato, contrariando explicitamente a violenta campanha de coletivização forçada dirigida por Stálin a partir de 1929. Discursou Pepe Ramírez, em 1961:

No se obligará a los campesinos a formar parte de las cooperativas. Nadie está autorizado para emplear métodos coercitivos ni amenazas para obligar a los campesinos a organizarse en cooperativas. Los campesinos irán a formar parte de una cooperativa cuando consciente y voluntariamente estén de acuerdo en hacerlo, o sea, por un acto absolutamente voluntario (apud Barrios, 1987, p. 25).

A linha de ação da ANAP se resumia, originalmente, a organizar, unir e orientar os pequenos agricultores na aplicação do programa agrário da revolução (Barrios, 1987, p. 22). A instituição herdara o espírito de luta guerrilheira da II Frente Oriental Frank País, comandada por Raúl Castro, que foi a vanguarda política e militar da integração dos camponeses ao Exército Rebelde. Originalmente, a ANAP foi criada para ser um organismo político de massas que pudesse representar os pequenos agricultores perante a Revolução, e representar a Revolução perante os pequenos agricultores. Este caráter de mão-dupla da representação política foi definido por Carlos Rafael Rodríguez como a “dupla personalidade da ANAP” (Barrios, 1987, p. 45; Rodríguez, 1966, p. 39).

Dois problemas práticos marcaram a história da integração do setor camponês cubano na transição ao socialismo. O primeiro problema foi a violação do princípio da voluntariedade durante duas ondas de violência contra pequenos agricultores: uma onda ocorreu entre

¹³¹ O Congresso de fundação da ANAP foi fruto da acumulação de forças da Plenária Nacional Açucareira, ocorrida de 10 de dezembro de 1960. Nela, a Associação de Colonos se recusou a participar, o que separou definitivamente o setor de pequenos e médios camponeses que estavam com a revolução do setor de grandes colonos que estavam contra (Barrios, 1987, p. 18).

agosto de 1961 e março de 1962; a outra, entre 1968 e 1970 durante a chamada “ofensiva revolucionária”. Em ambos os casos, a postura de violência, logo que diagnosticada, foi rapidamente corrigida pela direção revolucionária. O segundo problema foram as excessivas atribuições administrativas assumidas pela ANAP entre 1961 e 1963, o que bloqueou seu caráter político original. Suas funções administrativas foram remanejadas a partir de 1963, quando o II Congresso da ANAP realizou um balanço crítico da questão. A seguir, vamos analisar estes dois problemas, compreendendo-os como componentes do debate a respeito da correlação entre a revolução socialista, o controle estatal e a utilização privada dos excedentes.

Os erros cometidos com o campesinato

A aliança do camponês-proletário com o Exército Rebelde é a gênese da relação dos pequenos agricultores com a ANAP. A integração do campesinato ao Exército Rebelde foi o fiel da balança da vitória dos guerrilheiros. Com plena consciência deste fato, os dirigentes da reforma agrária priorizaram a concessão da terra a quem nela trabalhasse, fortalecendo as bases econômicas desta classe que os apoiou. Ao contrário do que ocorreu na revolução russa, a ampliação da camada de pequenos proprietários agrícolas fortaleceu ainda mais a aliança entre revolucionários cubanos e camponeses¹³². Neste quadro, o princípio da voluntariedade foi uma estratégia de organização econômica do campesinato em favor da revolução. A tarefa fundamental da ANAP era o convencimento político dos pequenos agricultores a respeito das vantagens da coletivização voluntária.

Contudo, entre agosto de 1961 e março de 1962, alguns agentes da revolução cometeram dois tipos de erros que violavam o princípio da voluntariedade: primeiro, a repressão excessiva contra a especulação comercial de produtos agrícolas; e segundo, a execução de

¹³² A revolução russa teve de enfrentar a dupla natureza da sua reforma agrária. O apoio entusiasmado dos camponeses pobres à revolução de Outubro sofreu um “efeito rebote”. Ao distribuir a terra em pequenas parcelas individuais, a reforma agrária converteu os camponeses pobres em camponeses médios. Assim, ampliou o campesinato médio, sua base econômica e suas pulsões especulativas, contra o projeto de economia planejada da revolução. Esse “efeito rebote” exigiu o recuo tático da NEP entre 1921 e 1929, que depois foi substituída pela coletivização forçada de Stálin (Bettelheim, 1976. p.215).

expropriações inadequadas de pequenos camponeses pela modificação do artigo 24 da Lei Fundamental, que punia o comportamento contrarrevolucionário (Rodríguez, 1963a, pp. 13-14).

O primeiro erro foi cometido devido à onda de especulação camponesa com os preços dos alimentos entre 1960 e 1962. Esta onda se originava não da queda da produção alimentar, mas sim do fato de que esta não cresceu no mesmo ritmo galopante do crescimento da demanda¹³³. A isto se somava a turbulência do processo revolucionário e o bloqueio econômico a partir de dezembro de 1960, contribuindo para a percepção da escassez relativa e para a sensação de insegurança alimentar. Diante disso, uma das medidas coercitivas que feriram o princípio da voluntariedade foi a proibição dos camponeses de levar seus produtos agrários aos seus próprios familiares que viviam nas cidades, o que os indignava e gerava uma margem de insatisfação com o governo (Barrios, 1987, p. 31).

Contra o problema da especulação comercial camponesa, a revolução propunha três políticas. A primeira era de uma administração de preços que estabelecesse patamares remunerativos ao pequeno produtor. A proposta se originava da percepção de que o preço, para o pequeno agricultor, cumpriria o mesmo papel estimulante que o salário para trabalhador, e que era através do preço digno que o camponês amenizaria seu impulso especulativo e ampliaria a proporção de seus produtos vendidos às *Tiendas del Pueblo* estatais¹³⁴. A segunda política era de incentivos ao camponês para melhorar sua produtividade, através de uma gradação de preços diferenciais. Assim, o camponês que conseguisse produzir mais que 35 toneladas de cana/hectare venderia seus produtos ao Estado por melhores preços, e cada camponês que incrementasse sua produtividade em pelo menos 30% ao ano seria devidamente remunerado (Rodríguez, 1966, p. 41). A terceira medida era de crédito, assistência técnica, fornecimento de insumos, fertilizantes e

¹³³ Esta é a análise de Carlos Rafael Rodríguez: “Aunque la producción no bajó en los años de 1959-1961 en las tierras estatales, tampoco podía incrementarse en la medida suficiente para equipararse a la demanda en ascenso” (1966, p. 38).

¹³⁴ Carlos Rafael Rodríguez defendeu a política de preços remunerativos ao camponês com este raciocínio: “se partió del principio de que, en el período de transición, en las condiciones de la construcción del socialismo, el precio juega para los pequeños productores individuales aliados de la clase obrera, el mismo papel que el salario para los proletarios” (1966, p. 40).

sementes aos pequenos agricultores, tendo como contrapartida que estes vendessem 75% de sua produção ao Estado (Rodríguez, 1963a, p. 16).

Ao mesmo tempo, os dirigentes temiam o surgimento de uma camada de produtores individuais privilegiados em relação aos demais trabalhadores rurais, e por aval da própria revolução. Essa correlação entre tática (estímulos de preços) e estratégia (coletivização voluntária) para o campesinato cubano sintetizava a visão pragmática e perspectiva da revolução sobre as tensões entre o controle estatal e a utilização privada dos excedentes. Foi esclarecida por Carlos Rafael Rodríguez:

Al establecer precios justos para sus productos, la revolución cubana está muy lejos de pensar con la fórmula *bujarinista* de ‘enriqueceos!’, dirigida al kulak. Se trata de precios con rentabilidad suficiente para estimular las formas agrotécnicas más eficaces y nunca para promover la acumulación excesiva o el ocio improductivo (1966, p. 48).

O segundo erro cometido com os camponeses foram as expropriações indevidas. Como relatou Carlos Rafael Rodríguez, muitos agentes da revolução não distinguiram os protagonistas dos boicotes e sabotagens, de seus coadjuvantes pequenos camponeses, que muitas vezes foram levados a certas atitudes por fragilidade diante das pressões de seus patrões. Com a modificação do artigo 24, os agentes da revolução expropriaram camponeses “suspeitos” de ações contrarrevolucionárias, sem tentativa prévia de convencimento. Essa precipitação foi criticada por Rodríguez:

Algunos organismos locales no supieron distinguir acertadamente entre los burgueses rurales y antiguos terratenientes, que eran los jefes y principales protagonistas de aquellas actividades, y ciertos pequeños campesinos, que, arrastrados por su propaganda, víctimas de miedo o temerosos del futuro, colaboraron con el enemigo de modo más o menos decidido. Una política extremista condujo a golpear – mediante expropiaciones basadas en las leyes aplicables a los contrarrevolucionarios – tanto a los enemigos verdaderos y permanentes como a los adversarios confundidos y ocasionales. La expropiación de pequeños agricultores – correcta desde el punto de vista estrictamente legal en algunos casos – sirvió para que los enemigos llevaran a la confusión a decenas de pequeños campesinos trabajadores (1966, p. 37).

Reconhecidos estes equívocos, em março de 1962, foi convocada uma reunião dos Chefes de ZDA com Fidel Castro, na qual se deliberou pela devolução imediata de todas as expropriações indevidas realizadas pela revolução (Rodríguez, 1963a, p. 14). No II

Congresso da ANAP, em maio de 1963, foi feito um balanço de que os erros tinham sido predominantemente corrigidos. A correção revalorizava a soberania dos organismos de base da ANAP, afastando chefes autoritários. Barrios relatou: “se han eliminado muchos dirigentes que empleaban los métodos negativos del ‘mandonismo’ y el ‘caciquismo’, haciendo que en los organismos de base y de dirección en los municipios y provincias funcione la dirección colectiva” (1987, p. 47). A partir de então, foi estabelecido um novo princípio de funcionamento da ANAP: da direção coletiva e da responsabilidade individual (Barrios, 1987, p. 47).

A correção rápida dos erros tinha uma razão política estratégica, vislumbrada em maio de 1963. A esta altura, a segunda reforma agrária já estava sendo redigida, e o governo estava prestes a expropriar todos o setor privado com posses maiores que 5 caballerías. O campesinato, neste momento, precisava estar seguro e confiante na revolução, do contrário esta segunda rodada de expropriações poderia gerar receios de que todos seriam afetados. A burguesia agrária, já em campanha ofensiva contra o governo, realizava boicotes à produção, sacrificava animais sem necessidade, incendiava plantações, danificava máquinas e também lançava boatos a respeito de que o governo teria um plano para se apossar de todas as propriedades camponesas.

Fidel Castro, na ocasião do II Congresso da ANAP, disputava explicitamente a base camponesa com a burguesia agrária, denunciando a tática de contrainformação e cinismo de seus inimigos internos:

Hay que tener cuidado con los burgueses. Emplean toda la clase de trucos para sobornar y corromper. Hay burgueses que antes ni saludaban al empleado, al trabajador, y ahora lo invitan a pasear en sus automóviles y se los llevan a dar tragos. ¿Qué están haciendo? Tratando de ampliar su base social (...) Si el capitalismo regresara a nuestro país, lo que les darían inmediatamente son dos patadas a los trabajadores y empleados que ahora invitan a unos tragos (apud Barrios, 1987, p. 57).

Fidel anunciou, além disso, que a revolução concebia o desenvolvimento nacional sobre duas bases - o setor estatal e o setor camponês - e que os pequenos agricultores poderiam ficar “absolutamente seguros” de que não seriam prejudicados por nenhuma expropriação futura. Com isso preparava-se o terreno para que a segunda reforma agrária não criasse um clima de insegurança, que ameaçasse a hegemonia da revolução sobre o segmento fiel da

balança (Barrios, 1987, pp. 58-9). No mesmo sentido, Fidel defendeu que aquele não era o momento de realizar a campanha de coletivização voluntária, e que deveriam ser paralisados os convencimentos pela cooperativização.

Apesar da compreensão e correção dos erros com campesinato em 1962, os mesmos erros voltaram a acontecer em 1968, no período da “ofensiva revolucionária”. Desta vez, estavam vinculados aos “planos especiais” que se explicarão mais adiante, mas eram da mesma natureza: funcionários do governo que “sustituyeron la necesaria discusión colectiva e individual por el método burocrático de ‘orden y mando’” (Barrios, 1987, p. 83). O balanço a respeito foi realizado em 1970, coordenadamente com a autocrítica em relação à frustrada safra de 10 milhões de toneladas de açúcar.

O administrativismo da ANAP

A ANAP entre 1961 e 1963 não cumpriu com seu caráter político original, e acabou se lançando a tarefas administrativas, tal como se fosse um departamento do INRA. Uma de suas principais funções passou a ser a concessão de crédito ao setor camponês, tarefa que não podia ser adiada, pois representava um pilar da reforma agrária. Antes da revolução, o BANFAIC possuía apenas 12 mil clientes e, destes, apenas 7 mil tinham acesso ao crédito. A ANAP, em apenas um ano de vida, havia entregado 93 milhões de pesos em crédito para 180 mil famílias camponesas, a juros de 2,5% a 4% ao ano. Para acelerar a integração do setor camponês ao setor estatal da agricultura, estabeleceu-se um “compromisso moral” dos camponeses que recebessem crédito: que vendessem toda sua produção ao Estado, sem qualquer obrigação contratual e de acordo com o princípio da voluntariedade¹³⁵ (Barrios, 1987, pp. 36-8). O crédito era visto pela revolução como estratégico, pois era o mecanismo imprescindível para evitar que a reforma agrária sofresse a reversão estrutural que muitas reformas agrárias da América Latina já haviam sofrido. Explica-nos Barrios:

¹³⁵ A liberdade comercial do pequeno agricultor foi constatada pela própria CEPAL em 1963: “Los pequeños agricultores – salvo por lo estipulado por los convenios celebrados a través de la ANAP – conservan su derecho de vender directamente sus productos a los consumidores” (1963a, p. 267).

Los campesinos cubanos no habrían de sufrir las amargas decepciones de los campesinos de otros países, beneficiados por supuestas reformas agrarias, que al no recibir el crédito en la cuantía necesaria y a bajo interés, ni la garantía de mercados seguros y precios justos para sus cosechas, en el transcurso de unos pocos años, víctimas de prestamistas, garroteros e intermediarios, se han visto nuevamente convertidos en aparceros, arrendatarios o simples asalariados, o una mezcla de todas esas categorías, tan común en países hermanos de América Latina (1987, p. 38).

Entre 1961 e 1963, a ANAP havia concedido um total de 180.424.607 pesos em créditos ao setor camponês, tendo um percentual de recuperação de 85% dos títulos vencidos (Barrios, 1987, pp. 50-51). Apesar de ser uma tarefa estratégica, a concessão de créditos transformou a ANAP em uma espécie de INRA dos camponeses, e as funções de assistência técnica e administrativa se sobrepuseram fortemente a seu caráter político. Constatado este problema no Congresso de 1963, uma política de retificação foi elaborada.

Foi criado o Vice Ministério para a Produção Privada e Cooperativa do INRA, para cumprir as funções técnico-administrativas até então executadas pela ANAP, ou seja, a elaboração dos planos de produção privados; a distribuição de insumos técnicos e materiais; a administração das *Tiendas del Pueblo*; e a concessão de crédito¹³⁶ (Barrios, 1987, p. 62). A ANAP passou, a partir de 1963, a cumprir suas funções políticas originais. Mesmo assim, o administrativismo da ANAP teve como consequência um desenvolvimento pouco satisfatório de seus organismos de base, que não funcionavam com a mesma vitalidade que se esperava, gerando um distanciamento do campesinato em relação aos planos de produção agropecuária.

A política de coletivização voluntária

Em 1963, a ANAP voltou a realizar sua função original, ou seja, o convencimento político e econômico a respeito das vantagens da coletivização voluntária. A coletivização

¹³⁶ O Vice Ministério para a Produção Privada e Cooperativa do INRA foi dissolvido em 1965, e suas funções passaram para a Direção Geral de Colheitas. Esta mudança gerou uma expressiva descoordenação entre o campesinato e o plano de produção agropecuária, que foi constatada no III Congresso da ANAP em 1967 (Barrios, 1987, p. 73).

voluntária poderia ser realizada, inicialmente, por três novas formas de propriedade agrária dos camponeses: as Sociedades Agropecuárias, as Cooperativas de Créditos e Serviços e as Brigadas de Ajuda Mútua. As Sociedades Agropecuárias eram a coletivização integral do uso da terra por parte de produtores individuais, que unificavam suas parcelas e criavam uma cooperativa. À diferença das cooperativas agrícolas criadas pela lei de reforma agrária, estas eram de fato propriedades privadas coletivas, com mais autonomia em relação ao Estado. Na medida em que necessitassem de ajudas técnicas e financeiras estatais, as Sociedades adquiriam o “compromisso moral” de vender sua produção às *Tiendas del Pueblo*. Já as Cooperativas de Crédito e Serviços eram uma coletivização parcial, para alguns elos específicos da cadeia produtiva. Por exemplo, para adquirir crédito, para comprar máquinas e compartilhá-las, para comprar fertilizantes, para construir edificações agrícolas, armazéns, casas ou ginásios, e para solicitar assistências técnicas do Estado, entre outros. Estas cooperativas não unificavam as terras, mas estimulavam a associação camponesa em etapas específicas da produção. Em 1963, surgiu ainda uma nova modalidade de coletivização voluntária: as Brigadas de Ajuda Mútua. Neste caso, tratava-se da coletivização parcial do trabalho. Por exemplo, os agricultores pequenos ajudavam-se mutuamente na colheita da safra de seus vizinhos em processo rotativo, ou então se integravam na colheita do setor estatal, sendo posteriormente ajudados pelos assalariados estatais em suas propriedades privadas. A evolução destas unidades de coletivização voluntária está retratada na **tabela 10**.

TABELA 10 - Coletivização voluntária (1963/1967)

Formas	1963			1967		
	Unidades	Membros	Caballerías	Unidades	Membros	Caballerías
Cooperativas de Crédito e Serviços (CCS)	527	46.133	32.213	1.301	79.067	57.347
Sociedades Agropecuárias (SAP)	328	3.844	2.764	126	1.511	1.453
Brigadas de Ajuda Mútua	0	0	0	1.652	--	--
Total	855	49.977	34.977	3.079	80.578	58.800

Fonte: Valdés Paz, 2009, p. 36; Barrios, 1987, p. 75.

Vê-se que as Sociedades Agropecuárias não obtiveram êxito, tendo caído pela metade em número de unidades, membros e superfície ocupada entre 1963 e 1967. A ANAP definiu que o problema das Sociedades Agropecuárias havia sido o “comunismo prematuro”, que as tornou economicamente inviáveis, devido a uma proposta de igualitarismo absoluto: o salário fixo mensal era igual para todos, independentemente da quantidade de horas trabalhadas e sem levar em conta a produção, e o mesmo ocorria com a repartição gratuita de produtos agrícolas da própria Sociedade para livre autoconsumo de seus membros (Barrios, 1987, p. 54).

Ao contrário, as Cooperativas de Créditos e Serviços tiveram uma trajetória ascendente e cresceram em 2,5 vezes em número de unidades, 1,7 vezes em número de membros e 1,8 vezes em termos de superfície ocupada entre 1963 e 1967. Tendo surgido apenas em 1963, as Brigadas de Ajuda Mútua já somavam 1.652 unidades em 1967 (Barrios, 1987, p.75).

Os argumentos pela coletivização voluntária que orientavam o processo de convencimento envolviam as dificuldades de mecanização agrícola individual; a falta de mão de obra para colheita do setor privado; a tendência dos assalariados preferirem trabalhar no setor estatal, gerando escassez de braços no setor privado¹³⁷; a solidariedade dos assalariados estatais com a colheita dos pequenos agricultores, entre outros. Foi criada, por exemplo, a aposentadoria camponesa, pela qual o Estado poderia comprar a parcela do camponês idoso e integrá-la às Granjas, pagando-lhe uma pensão vitalícia. Além disso, o aumento da produtividade do setor estatal e ampliação relativa de seus excedentes tornava a coletivização mais atraente ao camponês e combatia a escassez relativa de alimentos, atenuando o fôlego da especulação. Por fim, propunha-se o fortalecimento da ANAP como organismo de conscientização socialista que persuadissem ideologicamente o camponês à coletivização. Estes argumentos se tornavam mais eficientes quando proferidos por uma geração de jovens camponeses formados tecnicamente, pelas escolas da revolução, para trabalhar na larga escala, e relativamente desapegados à propriedade agrícola de seus pais (Rodríguez, 1963a, p. 19; 1966, pp. 49-51). Em 1966, como balanço da política da revolução para o campesinato até então executada, Carlos Rafael Rodríguez sustentou:

¹³⁷ “La implantación del socialismo”, escreveu Rodríguez, “hace que esos trabajadores agrícolas sean cada vez más renuentes a vender su fuerza de trabajo al sector privado y prefieran sentirse miembros de la comunidad socialista en las Granjas” (1966, p. 49).

La presencia de numeroso sector campesino no cooperativo no tiende a debilitar la alianza obrero-campesina ni representa un obstáculo para el socialismo. Por el contrario, la revolución cubana está segura de que el método con que se han sido enfocados los problemas del campesino constituye la garantía mejor de su identificación plena con el socialismo y el vehículo más seguro y eficaz hacia su incorporación voluntaria y creciente en la economía socialista (1966, p. 52).

Os pequenos agricultores, portanto, constituíram um pilar do desenvolvimento agropecuário cubano após a reforma agrária. Entre 1959 e 1963, ocuparam um papel importante na produção de alimentos e na defesa militar da revolução.

Até aqui analisamos a mudança do regime de propriedade da terra em termos de superfícies setoriais, e as características, contradições e problemas das novas formas de propriedade surgidas da revolução. Outro aspecto fundamental do desmonte da *plantation* modernizada foi o enfraquecimento da monocultura, condicionado pela crise da inserção cubana na ordem econômica internacional. A crise da inserção cubana engendrou um processo reativo de diversificação agrícola entre 1959 e 1963 que será abordado a seguir.

D) DIVERSIFICAÇÃO AGRÁRIA: RUPTURA DA DUPLA ARTICULAÇÃO

A transformação estrutural da agricultura cubana foi acompanhada de uma política de diversificação, diretamente proporcional à ruptura com a dupla articulação sustentadora do subdesenvolvimento capitalista. Por um lado, a crise da dependência externa foi acelerada pelo bloqueio econômico dos Estados Unidos desencadeado a partir de dezembro de 1960; por outro, a superação da segregação social gerou uma gigantesca capacidade interna de consumo. Assim, a desintegração da dupla articulação ‘dependência externa-segregação social’ foi catalisadora da desestabilização da monocultura canavieira, na medida em que gerou a necessidade imediata de produção de alimentos. Em 1963, o solo para plantio diversificado havia se expandido em 29.806 caballerías (CEPAL, 1964, p. 286).

Inicialmente analisaremos a crise da inserção econômica internacional cubana após a revolução, para depois identificarmos as causas e a dimensão do aumento da demanda

interna, fruto da luta contra a segregação social. Por fim, sintetizaremos os efeitos destes dois fatores na produção agrícola entre 1959 e 1963.

Crise da inserção econômica: em busca da soberania nacional

Quando o bloqueio econômico dos Estados Unidos surgiu em dezembro de 1960, em resposta às nacionalizações de todas as propriedades estadunidenses da ilha, 3 milhões de toneladas de açúcar cubano ficaram instantaneamente sem destino, o que correspondia a 51% da safra daquele ano (Barkin, 1978, pp. 128-9; Rodríguez, 1983, p. 469). No ano anterior, das 5 milhões de toneladas de açúcar exportadas de Cuba, 60% se destinaram aos Estados Unidos (CEPAL, 1964, p. 274; Aranda, 1968, p. 65). Esta inserção correspondia ao padrão histórico reproduzido pelos Tratados Preferenciais de 1902, 1934 e 1947. Na outra mão, 69,6% das importações cubanas de 1958 foram obtidas dos Estados Unidos, e em 1960 esse valor foi 48,5%. A partir da crise da inserção econômica internacional, os cubanos se viram impelidos a encontrar outras fontes importadoras e criar condições imediatas de produzir internamente o indispensável (Barkin, 1973, pp. 134-5). O impacto do bloqueio estadunidense sobre a estrutura agrária cubana se fez sentir: nos anos imediatamente anteriores à revolução, os alimentos ocupavam quase 30% da pauta de importações cubanas¹³⁸, um valor que variou entre 150 e 250 milhões de pesos (CEPAL, 1964, p. 285; Rodríguez, 1978, p. 29). Além disto, mais de 50% dos insumos agrícolas eram importados, incluindo 80% das máquinas e fertilizantes (Rodríguez, 1969, p. 29).

Em fevereiro de 1960, meses antes do bloqueio, Cuba havia assinado seu primeiro convênio comercial com a União Soviética, através do qual os soviéticos se comprometiam a: 1) comprar 425 mil toneladas de açúcar cubano em 1960 mais 1 milhão de toneladas anuais entre 1961 e 1965, a preços do mercado mundial; 2) conceder 100 milhões de dólares em créditos com vencimentos de 12 anos e 2,5% de juros ao ano, que deveriam ser destinados à compra de equipamentos e assistência técnica (Rodríguez García, 1987, p.

¹³⁸ Mais especificamente 30,4% em 1955; 27,6% em 1956; 27,0% em 1957; e 27,5% em 1958 (Valdés Paz, 1997, p. 29).

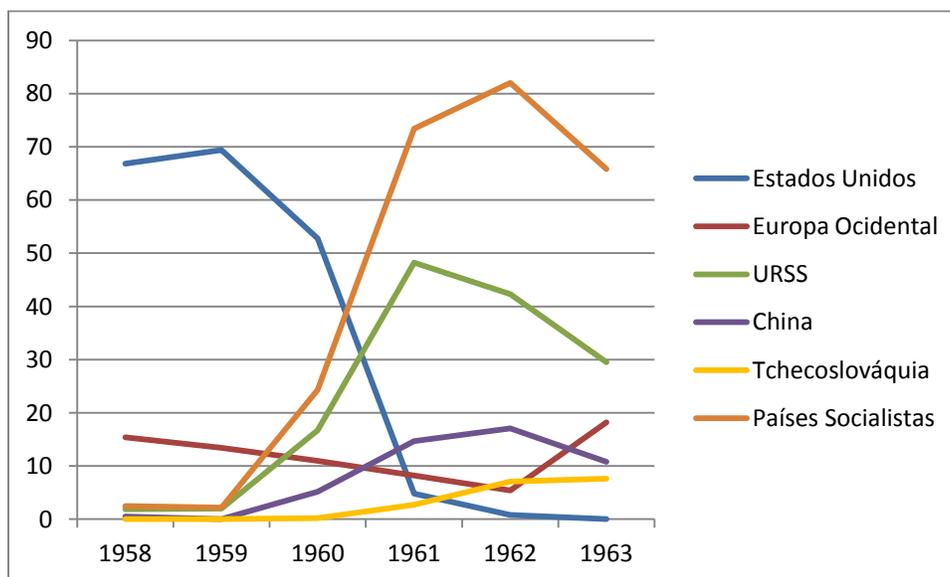
232). Além disso, o petróleo soviético seria vendido a preços 30% mais baratos que o petróleo cartelizado do bloco capitalista (Noyola, 1978, p. 124). A partir de dezembro de 1960, porém, este convênio não era suficiente para proteger a economia cubana do impacto.

Entre 1960 e 1963, o bloqueio se aprofundou e se disseminou para outros países. Desde 4 de setembro de 1961, por meio do *Foreign Assistance Act*, os Estados Unidos proibiram qualquer ajuda privada a Cuba proveniente de seu território. Poucos meses depois, em 7 de fevereiro de 1962, Kennedy declarou que qualquer produto estadunidense estaria proibido de entrar Cuba e as mercadorias cubanas tampouco poderiam entrar nos Estados Unidos, trânsito que estava sendo realizado por meio de embarcações internacionais. As dificuldades cubanas se expandiram quando, em 1º de agosto de 1962, uma emenda ao *Foreign Assistance Act* declarou que os Estados Unidos não prestariam assistência a quaisquer países que ajudassem Cuba. Em 10 de outubro de 1962, os portos estadunidenses se fecharam para todos os navios que já tivessem entrado em portos dos países socialistas. No ano seguinte, a crise entre Cuba e Estados Unidos alcançou seu ápice. Em 8 de fevereiro de 1963, os Estados Unidos proibiram que os cidadãos estadunidenses viajassem à Cuba, bem como executassem negócios privados com o governo cubano. Em 14 de maio do mesmo ano, o governo estadunidense passou a fiscalizar, com exigências específicas, os produtos alimentícios e remédios enviados a Cuba, dificultando o contato da população cubana dos Estados Unidos com seus familiares da ilha. A ofensiva econômica se completou quando os Estados Unidos passaram a condicionar o comportamento diplomático de outras nações: em dezembro de 1963, outra emenda no *Foreign Assistance Act* proibiu a assistência dos Estados Unidos a qualquer país que não rompesse relações comerciais com Cuba (Pericás, 2004, p. 42).

O bloqueio havia posto em crise a inserção neocolonial, porém, enquanto outra inserção ainda não estava consolidada, foi criado um ambiente de sensível insegurança comercial. Isso fez com que o período entre 1960 e 1963 correspondesse à crise de transição entre duas inserções de Cuba na ordem econômica internacional. Esta insegurança só foi sanada em fins de 1963, com um segundo convênio com a União Soviética, anunciado por Fidel Castro em janeiro de 1964.

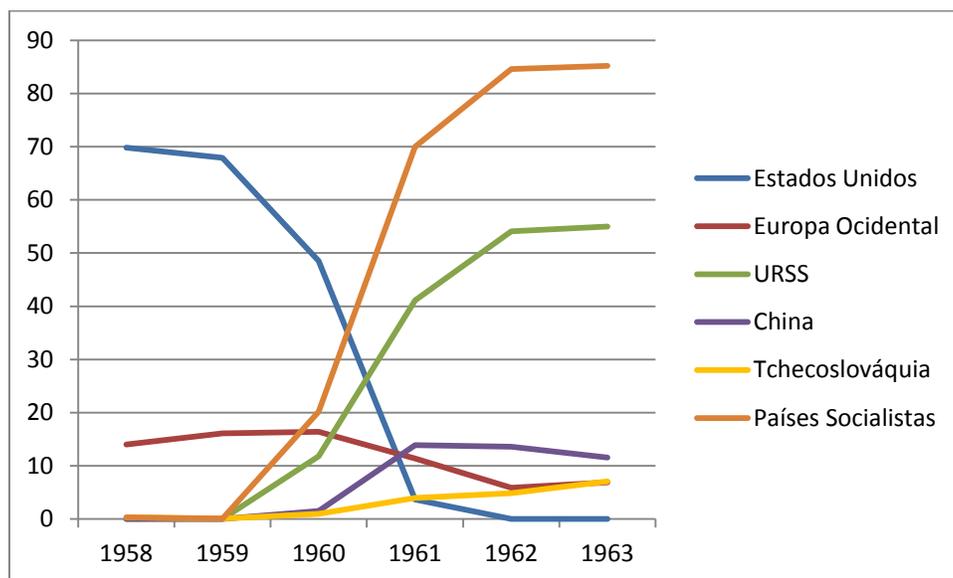
A crise da inserção neocolonial cubana, contudo, já apontava uma rota de fuga. Em 1961, 72% do açúcar exportado se direcionou para países de economia centralmente planificada: de um total de 6,4 milhões de toneladas de açúcar exportados, 4,6 milhões foram consumidos pelo mundo socialista, sendo 3,3 milhões para União Soviética (51%); e 1 milhão para a China (15%) (CEPAL, 1964, p. 274). Já em 1963, a nova inserção se fortaleceu: mais de 80% das transações cubanas com o exterior se deram com países de economia planificada, sendo 42% das exportações direcionadas à URSS, de onde se obteve 50% das importações. China e Tchecoslováquia secundavam respectivamente em importância nas transações cubanas. Os três juntos representaram 66% das exportações e 72% das importações cubanas em 1963 (idem, 1964, pp. 276-7). A crise da inserção neocolonial cubana e a guinada à inserção socialista está retratada nos **Gráficos 1 e 2**¹³⁹.

GRÁFICO 1 - Exportações cubanas por país de destino (1958 -1963) (%)



¹³⁹ Dados do comércio exterior: CEPAL, 1964, pp. 280-1. A América Latina não foi incluída nos Gráficos porque possuía participação residual no comércio exterior cubano. O bloqueio do petróleo venezuelano sozinho reduziu em 75% as importações cubanas da América Latina entre 1958 e 1962. As exportações cubanas para Europa Ocidental apresentam crescimento entre 1962 e 1963 porque Cuba firmou acordos com França, Espanha e Reino Unido para venda de açúcar em 1963 (CEPAL, 1964, p.277).

GRÁFICO 2 - Importações cubanas por país de origem (1958-1963) (%)



A reorientação das correntes de comércio e a adaptação do sistema produtivo eram consequências da ruptura com a dependência e a segregação social. Por um lado, o capital estadunidense havia sido incisivamente atacado pelas leis de nacionalizações. Por outro lado, o modo de vida da burguesia nacional foi prejudicado pela regulamentação do conteúdo destas importações. O consumo suntuário foi limitado e a modernização do luxo das elites foi interrompida¹⁴⁰. Os excedentes utilizados para consumo suntuário passaram a ser gastos na compra de bens de capital e bens de consumo corrente para a maioria da população. Como analisou a CEPAL em 1963, a revolução trouxe uma mudança na finalidade das importações:

En el curso de 1959 se implantaron restricciones a la importación de artículos suntuarios, a las que se sucedieron la creación de un arancel complementario sobre las compras de automóviles y la fijación de tasas

¹⁴⁰ Fidel Castro, no famoso discurso à Segunda Assembleia Nacional do Povo de Cuba, em 4 de fevereiro de 1962, como resposta à ampliação do bloqueio econômico aprovada pelo Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) reunido em Punta del Este em agosto de 1961 e à expulsão de Cuba do quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 31 de janeiro de 1962, bradou: “No importa que aquí no vengan automóviles en muchos años; no importa, incluso, que muchos objetos de lujo no vengan a Cuba en muchos años. ¡No importa, si ese es el precio de la libertad; no importa, si ese es el precio de la dignidad; no importa, si ese es el precio que nos exige la patria!”. Acessado na íntegra em 10/04/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1962/esp/f040262e.html>

ad valorem que gravaron a la mayoría de los productos, con excepción de los alimentos básicos (1963a, p. 284).

Por um lado, a mudança de conteúdo das importações refletia uma diretriz consciente do processo revolucionário, que visava economizar divisas e alterar a finalidade de sua utilização. Desde julho de 1959, a Lei de Reforma Tributária (nº 447) havia sobretaxado produtos de luxo¹⁴¹. A substituição de importações, política já amplamente defendida na América Latina pela CEPAL, envolvia economizar divisas desperdiçadas em bens supérfluos para investimento industrial. Como analisado por Pericás, as diretrizes gerais que compunham o projeto de desenvolvimento dos comunistas do PSP e da CEPAL dos anos 1950 tinham enormes semelhanças. Sustentou Pericás:

Pode-se observar que o projeto econômico pós-revolução foi muito influenciado pela CEPAL – que tinha muitas das suas ideias sendo discutidas em Cuba nos anos 1950 -, assim como por uma linha mais ‘radical’ preconizada pelos comunistas. Na prática, as propostas eram muito parecidas; a principal diferença, no início do processo, estava na ênfase no aprofundamento das medidas, não necessariamente no conteúdo das mesmas (2004, p. 59).

Por outro lado, tratava-se de uma política emergencial de substituição de importações, que apesar de constituir uma diretriz fundamental do projeto de desenvolvimento da revolução, se transformou numa questão de sobrevivência. Na realidade, o bloqueio econômico desencadeou a substituição de importações alimentares através de uma diversificação agrícola urgente, nada planejada e com forte tendência ao caos. Como afirmou Gutelman: “o governo revolucionário, desorientado pela perda súbita de um mercado internacional e ainda incapaz de ter uma noção perfeita sobre a solidez do novo mercado, não se preocupou em manter, e muito menos em aumentar, a produção de açúcar” (1975, p. 210). Ao mesmo tempo em que o bloqueio, por si mesmo, gerou insegurança alimentar, o incremento da demanda interna resultante da forte redistribuição de renda contribuiu para um desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentos.

¹⁴¹ O governo passou a cobrar 20% de impostos sobre automóveis, 15% sobre cervejas, e 60% sobre rendas maiores que 500 mil dólares ao ano. No outro extremo da segregação social, a lei cobrava apenas 3% de imposto de renda sobre aqueles que recebiam menos que 4 mil dólares ao ano. Como orientação opcional, a lei solicitava que os trabalhadores doassem 4% de seus salários para o Fundo de Reforma Agrária, proposta que encontrou expressiva adesão (Pericás, 2004, p. 55).

Aumento da demanda interna: em busca da igualdade social

O Programa de Moncada buscava romper com a segregação social, redistribuindo radicalmente o excedente. Além da reforma agrária, que combateu a especulação fundiária controlando e subsidiando os preços dos alimentos através das *Tiendas del Pueblo*, outras cinco grandes medidas imediatas alteraram a distribuição do excedente: a reforma urbana; a política de salários; a redução de tarifas estratégicas; a expansão dos serviços públicos básicos; e a política de emprego.

Em março de 1959, antes da aprovação da lei de reforma urbana, uma lei de aluguéis havia reduzido em 50% a cobrança dos imóveis das cidades. A lei de reforma urbana foi aprovada em outubro de 1960. Através dela, o pagamento dos aluguéis se transformava em uma mensalidade de indenização aos proprietários rentistas, de maneira que todas as famílias locatárias teriam a chance de comprar os imóveis que ocupavam. Junto disso, um mutirão de construção de casas para usufruto privado permanente foi realizado por funcionários estatais. A concessão da moradia estatal era feita mediante pagamento de no máximo 10% da renda familiar. Entre 1959 e 1960, foram construídas nada menos que 15.123 casas novas e 500 edifícios agrícolas com funções sociais (CEPAL, 1964, p. 272; Rodríguez García, 1987, p. 233). A queda dos gastos familiares com habitação urbana foi brutal.

A política de salários da revolução afetou primeiramente os assalariados não agrícolas. De acordo com dados da Carteira de Saúde e Maternidade Operária, o número de assalariados não agrícolas registrados entre janeiro e abril cresceu em 41% entre 1957 e 1961¹⁴² (Chonchol, 1961, p. 71). Apenas em 1959, houve aumento de 22% dos salários, o que correspondia a 167 milhões de pesos a mais na massa salarial (Piñero, 1960, p. 85). A política de redução tarifária também contribuiu para o crescimento da demanda interna. A

¹⁴² O crescimento deu um salto em 1960: 252.399.600 salários registrados em 1957; 259.584.300 em 1958; 273.439.900 em 1959; 381.231.100 em 1960; e 428.409.100 em 1961 (Chonchol, 1961, p. 71).

tarifa elétrica foi reduzida em 30% em julho de 1959¹⁴³, ano em que o consumo de energia cresceu 13% (Piñero, 1960, p. 86). A tarifa telefônica também foi reduzida.

A política de ampliação dos serviços públicos estatais e gratuitos contribuiu para a melhoria radical da qualidade de vida da população pobre. Entre 1958 e 1962, o número de matrículas de adultos no nível primário cresceu em 16%. Nesse período, as matrículas em todos os níveis de escolaridade dobraram, com exceção do ensino tecnológico, no qual as matrículas aumentaram em 38 vezes (CEPAL, 1964, p. 273). Segundo Florestan Fernandes, entre 1958 e 1965, o número de pessoas que concluíram o ensino primário cresceu da ordem de 22 mil para 74 mil (2007, p. 233); a conclusão do ensino secundário cresceu de 4.563 em 1959 para 20.819 pessoas em 1966 (2007, p. 234); e o número de formados no ensino superior cresceu de 1.151 em 1959 para 1.830 em 1966 (2007, p. 235). Durante 1961, o analfabetismo cubano caiu de 23,6% para 3,9%, e no início do ano seguinte, Cuba se declarou território livre de analfabetismo (Rodríguez, 1969, p. 43; Rodríguez García, 1987, p. 236). No que diz respeito ao desenvolvimento da saúde, apenas entre 1958 e 1962, o número total de hospitais da ilha cresceu 2,6 vezes, de 55 para 144 estabelecimentos. O número de leitos cresceu, no mesmo período, de 22.080 para 38.199, isto é, 1,7 vezes (CEPAL, 1964, p. 273). Tudo isso acelerou a superação da segregação social e ampliou direta ou indiretamente o poder de compra da população.

O uso da capacidade ociosa foi uma das políticas mais importantes para o desenvolvimento econômico e social após a revolução, e em termos de força de trabalho, refletia em uma política de emprego que buscava atrair os desempregados para o setor estatal de produção. Os resultados foram muito rápidos: entre 1957 e 1963, os postos de trabalho aumentaram em 25%, o que absorveu mais de 50% da mão de obra cronicamente desempregada. Segundo a CEPAL, 425 mil pessoas ingressaram no mercado de trabalho entre 1957 e 1963. A rapidez sem precedentes com que o problema estrutural mais grave do subdesenvolvimento cubano foi combatido foi um exemplo histórico importante aos países latino-americanos (1964, p. 272). Apesar disso, o aumento do emprego foi acompanhado de uma redução da produtividade do trabalho, como constatou a CEPAL:

¹⁴³ Em agosto de 1959, a *American and Foreign Power Company* (AFPCo), subsidiária da *Electric Bond and Share*, matriz da *Compañía Cubana de Electricidad* cancelou o financiamento de 15 milhões de dólares, como resposta à redução da tarifa (Pericás, 2004, p. 38).

El problema del empleo ha quedado superado sólo parcialmente, reflejándose la parte todavía no resuelta del mismo no tanto en una situación de virtual desocupación, sino en un descenso en los niveles de productividad por hombre ocupado. Este es uno de los principales problemas que afronta hoy día la economía cubana y que afecta lo mismo al sector agropecuario que al manufacturero (1964, p. 269).

Todas estas políticas de redistribuição de renda, junto da restrição estabelecida à importação de bens de luxo, geraram um enorme aumento da liquidez, que só poderia ser realizado através da ruptura com as finalidades do capitalismo periférico. Entre 1961 e 1963, a poupança total cubana cresceu de 465 milhões para 797 milhões de pesos; enquanto a circulação monetária cresceu de 630 a 709 milhões de pesos (CEPAL, 1964, p. 294). A dimensão do aumento da demanda, porém, gerou desequilíbrios e pressões inflacionárias nada desprezíveis.

Entre 1958 e 1961, o consumo dos trabalhadores assalariados aumentou em 25%, equivalente a 500 milhões de dólares (Gutelman, 1975, p. 213). Em 1958 havia um equilíbrio relativo entre a oferta e procura de alimentos, estabilizados em 555 milhões de pesos. Destes, 412 milhões foram produzidos internamente, e 143 milhões foram importados. O problema foi que em 1961 a oferta total de alimentos caiu para 532 milhões de pesos devido ao bloqueio econômico estadunidense, ao mesmo tempo em que a demanda cresceu para 727 milhões de pesos. Vencer este déficit e acompanhar o incremento da demanda interna impunha uma rigorosa política de produção nacional de alimentos, que fosse capaz de incrementar 50% da oferta em apenas três anos (idem, 1975, p.213).

O bloqueio, porém, inviabilizava importações vitais, como a gordura animal. A gordura animal proveniente de Chicago constituía 90% da gordura total consumida por Cuba. Jacques Chonchol foi responsável por um plano de cultivo de oleaginosas que substituíssem a importação de gordura animal estadunidense por gordura vegetal produzida na ilha a partir de girassol, amendoim, soja e milho (Chonchol, 2011). Foi um caso excepcional, junto com os cítricos, em que a diversificação se orientou por um plano racional. Na maior parte das províncias, o processo de diversificação agrícola respondeu à uma dinâmica espontânea e urgente, repleta de contradições.

Diversificação: em busca do desenvolvimento econômico

A diversificação agrícola ocorrida entre 1959 e 1963 foi defendida pela direção revolucionária com três argumentos, vinculados às novas finalidades do desenvolvimento cubano. Em primeiro lugar, a diversificação era uma política de emprego de trabalhadores no *tiempo muerto*. Iria ocupar a mão de obra durante os meses em que a cana dispensava seu contingente, respondendo pela finalidade igualitária da revolução. Em segundo lugar, a diversificação era um imperativo de soberania alimentar. Ao longo de toda história cubana, a flutuação dos preços da cana no mercado mundial foram, senão o único, o mais importante fator que criava capacidade de alimentação dos trabalhadores, via importação. Alimentar a população com autonomia interna era uma tarefa chave na busca da soberania nacional. Em terceiro lugar, haveria a correlação virtuosa entre diversificação e industrialização. Produzir alimentos era uma tarefa inescapável do desenvolvimento industrial¹⁴⁴. Como exaltou Regino Boti¹⁴⁵:

Para que haya un rápido crecimiento industrial en un país cualquiera, la agricultura tiene la tarea de producir a los trabajadores industriales de más alimentos sin grandes alzas de precios y a la industria misma mayores cantidades de materias primas. Y al mismo tiempo, para que la industria crezca es necesario que aumente el nivel de vida del campesino para que compre a la agricultura productos manufacturados, o bienes, o sea, maquinaria (11/07/1959).

No início, a diversificação agrícola se concentrou nas cooperativas herdeiras das canas de administração, que ainda conservavam 45% da produção canavieira nacional. A cana-de-açúcar, que ocupava 75% da superfície agrícola das cooperativas em 1960, passou a ocupar 58% em 1961, recuando cerca de 10.000 caballerías em apenas um ano. Em contrapartida, os outros cultivos das cooperativas se expandiram ao longo de 11.631 caballerías, ampliando sua ocupação de 2% para 22% da superfície agrícola. A superfície das

¹⁴⁴ A correlação virtuosa entre reforma agrária, produção de alimentos e industrialização será debatida com mais profundidade no Capítulo 4, sobre estratégias de desenvolvimento.

¹⁴⁵ Regino Boti foi um dos autores do programa econômico do MR 26-7. Após a revolução, tornou-se ministro da Economia no gabinete Urrutia e, em 1960, foi deslocado para dirigir a Junta Central de Planificação (JUCEPLAN), na qual atuou até 1964. Suas ideias eram desenvolvimentistas, tendo ele participado da fundação da CEPAL em 1948.

cooperativas utilizada como pastos naturais também foi reduzida em 1.631 caballerías. A rápida inflexão da agricultura cooperativa, da monocultura para diversificação, pode ser visualizada na **tabela 11**.

TABELA 11 - Superfície das Cooperativas Canavieiras por cultivos				
	1960		1961	
	Superfície (caballerías)	%	Superfície (caballerías)	%
Cana-de-açúcar	45.000	75	35.000	58
Outros cultivos	1.409	2	13.040	22
Pastos Naturais	13.591	23	11.960	20
Total	60.000	100	60.000	100

Fonte: Chonchol, 1961, p.55

Não se tratava de uma política anti-açucareira. A diversificação se coordenava à proposta de intensificação da produção canvieira, uma medida de combate à heterogeneidade estrutural, que buscava aproximar os níveis tecnológicos da indústria e da agricultura, separados por mais de um século de desenvolvimento desigual e combinado (ou modernização da *plantation*). A intensificação permitiria manter o nível da produção canvieira abrindo espaço a novos cultivos, com os quais seriam economizadas as divisas gastas em alimentos importados (entre 150 e 250 milhões), e utilizá-las no desenvolvimento industrial do país. Diversificação e intensificação agrícolas eram os pilares de uma estratégia geral de desenvolvimento econômico. O Regulamento das Cooperativas explicitava:

Los Cooperativistas tendrán como objetivo fundamental fomentar y cultivar las áreas cañeras que les corresponda, intensificando la producción a los efectos de disfrutar de áreas que les permitan la diversificación de su producción, con el fin de lograr mayores ingresos para los mismos (INRA, 1960a, p. 41).

Se no papel diversificação e intensificação estavam juntas, na realidade, a insegurança alimentar decorrente do bloqueio impediu que a segunda acompanhasse o ritmo da primeira. O crescimento da produção dos principais produtos alimentares da ilha está retratado na **tabela 12**.

TABELA 12 - Volumes anuais de produção de dez cultivos da agricultura cubana (1957-1961)					
Cultivos^a	Produção Nacional (em toneladas métricas)				
	1957	1958	1959	1960	1961
Açúcar (cru)	5.616.914	5.727.641	5.906.280	5.804.958	6.683.674
Tabaco	41.712	50.649	35.569	45.252	57.604
Arroz (com casca)	256.796	225.943	282.062	304.239	375.714 (b)
Tomate	---	---	89.062	102.396	129.962
Algodão (fibra limpa)	---	---	53	776	5.530
Amendoim	4.203	2.540	2.367	5.346	7.030 (b)
Soja	---	---	---	277	15.668 (b)
Sisal (fibra bruta)	---	9.447	8.525	13.193	11.069 (b)
Café	36.687	43.737	29.512	55.161	38.525 (b)
Batatas	94.931	79.263	71.613	97.613	101.382

Fonte: Chonchol, 1961, pp. 69-70.

Observação: Os dados foram extraídos pelo autor das seguintes instituições: *Instituto Cubano de Estabilización del Azúcar* (ICEA); *Administración General de Ingenieros Azucareros*; *Administración General del Tabaco* (INRA); *Instituto de Estabilización del Arroz*; *Administración General del Arroz* (INRA); *Sección de Frutas y Vegetales del Departamento de Producción* (INRA); *Sección del Algodón del Departamento de Producción* (INRA); *Programa Nacional de Producción de Cuerpos Grasos Comestibles 1960-70* do engenheiro Jacques Chonchol; *Consolidado Nacional de Aceites y Grasas Vegetales* (INRA); *Administración Nacional de Fincas Henequeneras* (sisal) (INRA); *Administración General de Café y Cacao* (INRA); *Sección de Papas del Departamento de Producción* (INRA).

(a) Os dez produtos correspondem a 87,3% do valor global da produção agrícola cubana em 1959-60.
(b) Valores de 1961 marcados com esta letra estão ainda estimados, pois a colheita não foi realizada. Os outros são valores reais.

Segundo Chonchol, entre 1957 e 1961, a produção de açúcar cresceu 19%, o tabaco se ampliou em 38,1%, o arroz 46,3%, o amendoim 67,3%, o café 5%, e as batatas 6,7%. Entre 1959 e 1961, a produção de tomate cresceu 45,9%, o algodão se expandiu na ordem de 100 vezes, o sisal cresceu 29,8% e a soja foi plantada na ilha ampliando em 55 vezes sua produção. Segundo a CEPAL, entre 1958 e 1960, a produção de milho aumentou 44%, e as viandas expandiram 88%. A produção de feijão entre 1958 e 1961 registrou ampliação de 5 vezes¹⁴⁶ (CEPAL, 1964, p. 276).

¹⁴⁶ Dados da CEPAL extraídos de documentos da JUCEPLAN. Além dos cultivos, entre 1960 e 1963, a produção de frango cresceu em 35% e de ovos em 10%; e entre 1957 e 1963, o volume de pesca expandiu 33% (CEPAL, 1964, p. 289).

A curva ascendente da diversificação agrícola entre 1959 e 1961 se conciliou com o aumento da produção de cana. Aumento este, há que se considerar, avolumado pelo corte de todos os canaviais existentes na ilha por ordem do governo, que colheu a reserva de 20% da produção tradicionalmente não cortada pelos especuladores (Chonchol, 1961, p. 71). Porém, entre 1961 e 1963, esta provisória conciliação entre a cana-de-açúcar e a diversificação agrícola foi rompida, e a produção de cana demonstrou expressiva tendência de queda, junto com outros cultivos industriais (café, algodão, tabaco). Por estar descoordenada com a intensificação canavieira, a política de diversificação agrícola começou a criar problemas estruturais relacionados à balança comercial, prejudicando a obtenção de divisas da venda de açúcar. O crescimento dos cultivos alimentares entre 1958 e 1963 está comparado com a curva dos cultivos industriais, em índices, da **tabela 13**.

TABELA 13 - Volume físico da produção agrícola (1958-1963)						
(em índice, 1957 = 100)						
Cultivo	1958	1959	1960	1961	1962	1963
Cereais (arroz e milho)	110,8	136,4	149,8	111,9	112,5	115,1
Legumes (feijão)	28,2	38,7	103,9	166,6	156,0	88,4
Viandas	134,8	147,3	170,0	85,1	91,9	140,4
Hortaliças	150,1	178,6	291,5	211,1	293,2	270,1
Cultivos Industriais	102,9	109,5	108,5	125,6	96,9	81,6
Cana-de-açúcar	102,2	107,5	106,2	121,5	82,1	70,2
Outros Cultivos Industriais	104,8	115,6	115,6	137,9	142,0	114,8
Total	105,1	116,0	123,1	123,5	104,4	97,1
Total sem cana-de-açúcar	108,8	127,4	145,2	126,1	133,9	131,6
Total sem cultivos industriais	112,1	136,5	168,1	117,4	127,7	140,6

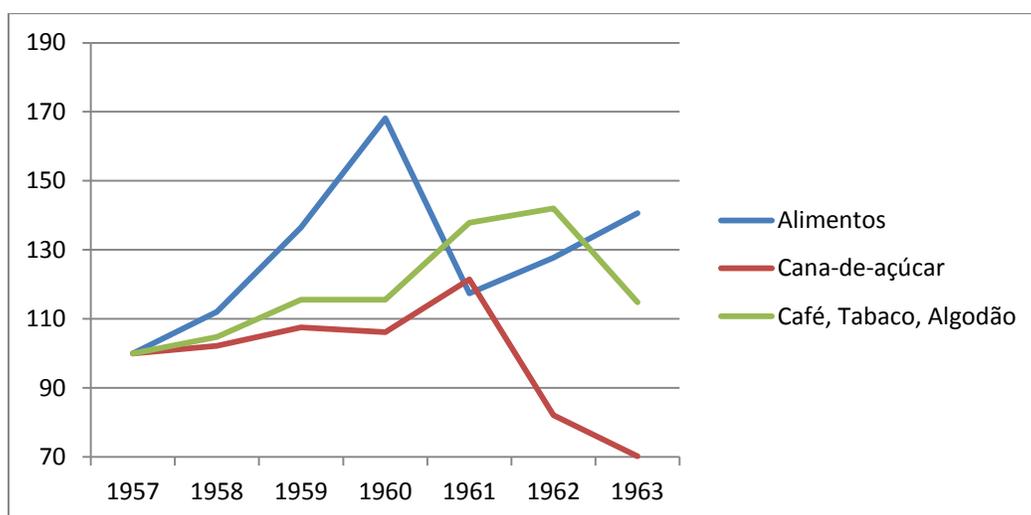
Fonte: CEPAL, 1964, p. 286

Estes índices estão representados no **Gráfico 3**, no qual podemos visualizar a alteração estrutural da proporção entre produto agrícola da cana-de-açúcar, de outros cultivos industriais (tabaco, café, algodão), e dos cultivos alimentares (cereais, legumes, *viandas* e

hortaliças). De 1958 a 1961, o aumento da produção alimentar ocorreu simultaneamente ao crescimento da produção canaveira e dos outros cultivos industriais. Contudo, de 1961 a 1963, a produção alimentar cresceu, enquanto os cultivos industriais reduziram - especialmente a cana-de-açúcar.

GRÁFICO 3 – Proporção da produção agrícola: alimentos, cana-de-açúcar e outros cultivos industriais (1957-1963)

(em índices, 1957 = 100)



Provavelmente as curvas se tornaram divergentes porque entre 1958 e 1961, os cultivos industriais cresceram (cana incluída) através do uso das extensões de terras ociosas dos latifúndios expropriados. Contudo, caíram entre 1961 e 1963 porque passaram a competir por terras com os cultivos alimentares. Apenas para 1962, por exemplo, planejou-se expandir a produção de arroz, milho, feijão, amendoim, soja, *viandas*, hortaliças e frutas em 33.512 caballerías¹⁴⁷ (Chonchol, 1961, p. 44). No balanço geral entre 1959 e 1963, o volume da produção agrícola total excluindo a cana-de-açúcar cresceu 45%, enquanto a produção de cana caiu em média 15% ao ano. A queda total da produção açucareira entre 1957 e 1963 foi de 30% (CEPAL, 1964, pp. 269, 285).

¹⁴⁷ O mesmo plano propunha ampliação de 25.114 caballerías para pastos artificiais de capim pangola; 2.273 caballerías para algodão; 693 caballerías para café e sisal; 156 caballerías para reflorestamento; e 134 caballerías para tabaco (Chonchol, 1961, p. 44).

Essa contradição entre cana-de-açúcar e produção alimentar foi criada pela perpetuação do modelo extensivo e pelo impacto do bloqueio estadunidense na estrutura agrícola cubana. Nesse período, a urgência comandou a política agrária, mais que qualquer estratégia consciente e planejada de desenvolvimento. Apesar de a diversificação agrícola fazer parte do programa de transformações estruturais, e ainda que a produção de alimentos tenha efetivamente crescido, nada disso foi suficiente para abrir as avenidas de substituição de importações esperadas, sobretudo considerando o aumento sem precedentes da demanda interna.

Na realidade, a diversificação agrícola cubana foi um processo diretamente proporcional à crise da inserção. Foi uma resposta emergencial e tecnicamente desorganizada à terceira ordem de problemas apontada por Furtado na introdução deste trabalho: “da inserção na economia internacional que assegure o acesso à tecnologia e aos recursos financeiros fora das relações de dependência” (Furtado, 1994, p. 40). Por conta disto, surgiram ao menos três novos problemas estruturais que serão abordados a seguir.

Problemas estruturais da diversificação: extensiva, desorganizada e insuficiente

Primeiro, foi realizada uma diversificação extensiva, isto é, desacompanhada da devida intensificação da produção agrícola. Este processo reforçou a heterogeneidade estrutural, ao invés de atenuá-la. Segundo, por ser reativa, a diversificação foi territorialmente desorganizada, eliminando a possibilidade do planejamento das superfícies de cultivos, comprometendo as tão defendidas vantagens de escala das Granjas do Povo. Terceiro, o aumento da produção de alimentos foi expressivo, contudo não conseguiu acompanhar o aumento da demanda, gerando desequilíbrios macroeconômicos críticos.

O primeiro problema, a diversificação extensiva, foi constatado por Chonchol em seu relatório para a FAO: “a única possibilidade de crescimento da produção agropecuária do país é a intensificação para obter mais produtos vegetais e animais por unidade de superfície” (1961, p. 77). Por causa do modelo extensivo, as tensões entre diversificação

alimentar, cana-de-açúcar e pecuária cresceram. Ao invés de gerar benefícios mútuos, a diversificação extensiva criou competição por superfície, já que um cultivo só poderia crescer em função da diminuição de outro. A intensificação da produção canavieira nos anos 60 variou como mostra a **tabela 14**. É visível que entre 1961 e 1963, como resultado da diversificação radical e do bloqueio econômico, a intensidade da produção do açúcar caiu 24,7%. Isso fez com que em 1963, a exportação de açúcar atingisse o valor mais baixo da década, como mostra a **tabela 15**¹⁴⁸.

TABELA 14 - Rendimentos da cana e do açúcar (1961-1967)
(toneladas/hectare)

	Cana	Açúcar
1961	40,88	4,87
1962	31,13	3,95
1963	30,78	3,59
1964	39,30	4,65
1965	48,54	5,66
1966	48,41	5,95
1967	52,44	6,33

Fonte: Gutelman, 1971, p. 258. Dados do Minaz.

TABELA 15 - Produção e exportação de açúcar (1952-1963)
(milhões de toneladas)

Ano	Produção	Exportação
1952	7,2	5,0
1956	4,5	4,6
1956	4,7	5,4
1957	5,7	5,3
1958	5,8	5,6
1959	6,0	5,0
1960	5,9	5,6
1961	6,8	6,4
1962	4,8	5,0
1963	3,9	3,3

Fonte: CEPAL, 1964, p. 282

O açúcar, que antes representava 25,1% do setor industrial em 1961, passou a representar 15,8% em 1963 (CEPAL, 1964, p. 291). A queda da exportação de açúcar gerou queda da capacidade de importação, refletida no aumento do déficit comercial cubano nos anos 1962 e 1963. O déficit comercial cubano de 1960 foi de 19,6 milhões de pesos. Em 1961, se ampliou para 76,6 milhões de pesos, e em 1962 saltou para 238,7 milhões de pesos. Em 1963, caiu para 116,9 milhões de pesos (CEPAL, 1964, p. 285). Por isso, a CEPAL chegou a definir uma “crise da produção açucareira em 1962 e 1963” (idem, 1964, p. 270). O principal motivo apontado pela CEPAL para a crise da produção açucareira cubana foi a redução da superfície das plantações de cana em 9.687 a 14.903 caballerías, o que

¹⁴⁸ Em 1964 a produção açucareira se recuperou para 4,47 milhões de toneladas, e daí em diante foi sempre maior que 1963 (Barkin, 1978, pp. 128-9).

correspondia a quase 15% da superfície canavieira contabilizada em 1959 (CEPAL, 1964, p. 287; Chonchol, 1961, p. 4).

Mas este não foi o único motivo da crise açucareira. Outros três motivos agravaram a situação. Primeiro, como previsto, a diversificação absorveu mão de obra para outros cultivos, e a nova estrutura agrária ampliou o número de horas trabalhadas para autoconsumo. O que não se imaginava, é que isso geraria escassez de mão de obra do setor canavieiro, pior remunerado e de trabalho mais pesado. A mecanização do corte ainda era absolutamente insuficiente para suprir os braços que migraram de setor. O segundo motivo foi a seca sem precedentes de 1961 e 1962, cuja duração e gravidade afetaram todas as colheitas. O terceiro motivo foi o ciclone Flora de fins de 1963. Seus prejuízos calculados pela JUCEPLAN foram enormes: 10% da superfície de cana foi perdida; 60% da produção de arroz, frutas e grãos; 70% da safra de algodão e café; 80% dos milhos e tubérculos; 40% do gado bovino e porcino; e 70% das aves (CEPAL, 1964, p. 285).

Apesar da crise da produção açucareira, os preços do açúcar no mercado mundial se comportaram de forma a evitar um desastre irreversível na geração de excedentes cubanos. Entre 1959 e 1961, os preços do mercado açucareiro sinalizaram uma tendência de queda devido à diminuição do volume importado pelos Estados Unidos em 9% e pelo mercado mundial em 19%, combinado a um aumento generalizado da produção¹⁴⁹. Porém em 1962, as más condições climáticas de Cuba e da Europa, somadas à reorientação geográfica das compras dos Estados Unidos e à especulação financeira típica do setor, fizeram os preços subirem a quase 4 centavos de dólar a libra em 1962 e até 12 centavos de dólar a libra em 1963. Neste contexto, Cuba conseguiu negociar um aumento do preço do açúcar vendido aos países socialistas da ordem de 4 para 6 centavos de dólar a libra, e apesar da crise na produção, a ilha obteve mais rendimentos do que em safras anterior - o que não impediu o déficit comercial pronunciado, porém o reduziu sensivelmente em relação a 1962 (CEPAL, 1964, pp. 277-8; p. 281; Gutelman, 1975, pp. 231-2). Nesta ocasião, a CEPAL concluiu que, tendo em vista que a substituição de importações requeria um passo inicial de

¹⁴⁹ Em 1959, por exemplo, 1,2 milhões de toneladas foram estocadas no mercado mundial. Apenas em 1961, a produção açucareira mundial cresceu em 21 milhões de toneladas, o que reforçou a tendência de queda de preços para 2,91 centavos de dólar a libra (CEPAL, 1964, p. 278).

incremento de importações, o único caminho de Cuba para ampliar suas capacidades de importar seria o próprio açúcar:

Visto en conjunto el panorama de las exportaciones cubanas, parece evidente que el crecimiento de la capacidad para importar en los años venideros dependerá fundamentalmente de las posibilidades de expandir la producción y las exportaciones de azúcar (1964, p. 283).

Neste sentido, o primeiro problema estrutural, a diversificação extensiva, ao reduzir a produção e os rendimentos da cana, gerou uma crise no único setor capaz de ampliar a capacidade de importação requerida para a industrialização, que figurava como foco da estratégia de desenvolvimento. A industrialização estava programaticamente associada à reforma agrária e à diversificação¹⁵⁰. Contudo, não era viável realizar tudo isso ao mesmo tempo, o que foi sendo percebido ao longo de 1963, através das consequências problemáticas e estruturais da redução da cana, especialmente o crescimento do déficit comercial que se pretendia sanar.

O segundo problema estrutural foi a perda de escala decorrente do fato de que a diversificação não apenas foi extensiva, como foi territorialmente desorganizada. Gutelman explicou que “dois anos após a tomada do poder, o ardor dos administradores em aplicar, cada um por si, a diretiva geral da diversificação tinha transformado os campos cubanos num verdadeiro mosaico de culturas diversas” (1975, p. 223). Se o gigantismo das Granjas do Povo se justificava devido às vantagens da grande escala para o aumento da produtividade, o aspecto desorganizado e espontâneo da diversificação havia anulado essa vantagem, disseminando cultivos dispersos de pequena escala que recortavam cada uma das grandes unidades produtivas em pequenos fragmentos. Dumont atestou que em alguns casos havia 25 a 35 cultivos em uma só Granja, enquanto o recomendável seria que houvesse de 2 a 4 cultivos por unidade (Dumont, 1970, p. 141). Haveria, no total, cerca de 60 cultivos em todas as Granjas, praticados em pequena escala, e isso significava que cada Granja empreendeu um esforço para produzir mais da metade de todos os cultivos existentes na ilha dentro de uma mesma unidade produtiva (Gutelman, 1975, p.223). Com a

¹⁵⁰ Como sintetizou Carlos Rafael Rodríguez: “La Revolución se propuso desde el primer momento eliminar la dependencia de un solo cultivo y propender a la diversificación de cultivos que permitiría, de una parte, disminuir a un mínimo las importaciones de alimentos que resultaban escandalosas para tierra tan fértil como la nuestra, y de la otra, suministrar una base de materias primas para la industria nacional, con el resultado en ambos casos de un incremento en los excedentes de exportación agrícolas e industriales” (Rodríguez, 1963a, pp. 21-22).

desorganização territorial que marcou a diversificação agrícola do setor estatal, a produtividade dos pequenos produtores privados da ANAP era maior que a produtividade da “forma superior” das granjas estatais.

Na ocasião, Chonchol afirmou: “no es que la diversificación sea incorrecta, pero sí la pretensión de que se puede manejar eficientemente una empresa de esa dimensión con ese grado de diversificación” (Chonchol, 1961, p. 49). Como Chonchol, Gutelman opinou que “a política de diversificação agrícola correspondia indiscutivelmente a uma estratégia de desenvolvimento correta, mas, concebida como uma tática, deparava com imensas dificuldades” (1975, p. 215). Gutelman propunha que a diversificação deveria ser objetivo de longo prazo, porque na velocidade com que ocorreu, colocou em risco o equilíbrio geral da economia, incluindo as próprias conquistas sociais da revolução. Mais que uma estratégia apegada a inverter de imediato as estruturas da monocultura de exportação, a diversificação desorganizada respondia às pressões do mercado internacional. A potencial ausência de compradores de açúcar impeliu Cuba a esse giro brusco, para garantir seu abastecimento alimentar. A diversificação durou, enquanto durou a incerteza sobre a durabilidade do convênio entre Cuba e União Soviética, pois não havia garantias de médio prazo sobre a nova inserção econômica.

A contradição entre a busca da larga escala e o retalhamento radical dos cultivos demonstra a confusão técnica que predominou nas granjas. A experiência provou que a diversificação não poderia ser uma orientação política em si, e deveria constituir um planejamento tecnicamente respaldado por critérios agrônômicos de especialização e métodos de cultivo. As granjas aprofundavam o modelo extensivo e deixavam todos os cultivos sob o comando de um único administrador. Cada cultivo exigia um tipo distinto de maquinaria, de fertilizantes, de preparo do solo, de procedimento de colheita, e os técnicos das granjas não estavam preparados para lidar com tantas especialidades. Essa mesma análise foi feita pela CEPAL em 1963:

Con frecuencia se aplicó el principio de la diversificación sin haberse determinado previamente las zonas o áreas en que habrían de sembrarse los nuevos cultivos, y ello dio lugar a que cada empresa agrícola intentara producir un elevado número de artículos, en ocasiones subdividiendo y especializando en forma excesiva las tierras disponibles. Al propio tiempo, se introdujeron nuevos cultivos a un ritmo y en una magnitud que

no respondían plenamente a los conocimientos y experiencia de la mano de obra agrícola. Al parecer, fue el cultivo de la caña que resultó más afectado por ese proceso (CEPAL, 1964, p. 287).

Neste caso, o governo cubano adotou as orientações de René Dumont. Dumont elaborou um programa de diversificação agrícola para Cuba, através do qual cada unidade produtiva deveria se especializar em no máximo 4 cultivos. O programa estava orientado por dois princípios. O primeiro era a diversificação especializada, que deveria obedecer a uma disposição geográfica racional. Seria criado um anel horticultor de produtos perecíveis ao redor de Havana, e das outras grandes cidades¹⁵¹. A cana e o gado, ao contrário, deveriam ficar distantes dos núcleos urbanos. Cada cultivo industrial (cana, gado, café, tabaco, algodão, sisal, frutas) deveria ocupar uma superfície próxima da respectiva indústria, e concentrar-se cada um em uma única região do país, garantido a especialização regional e a convergência vertical entre agricultura e indústria. Cada unidade produtiva deveria conter um setor horticultor e produzir leite em pequena escala, de modo a garantir a soberania alimentar interna. Além disso, todas as unidades produtivas deveriam combinar pecuária com cultivos em sistema de rodízio, pois isto aumentaria a produtividade de ambos. Assim, um planejamento da diversificação nacional com especialização regional substituiria a diversificação reativa em escala local aleatória (Dumont, 1970, pp. 40-44).

O segundo princípio do programa de Dumont era a educação técnica para diversificação especializada. Propunha a disseminação de manuais de instruções referentes a 30 cultivos, que incluísse forragens para animais, 15 a 20 frutas e vegetais básicos e no mínimo 12 técnicas agrícolas. O manual deveria ser diferenciado em vários níveis correspondentes à divisão do trabalho, e o administrador deveria dominar o processo completo. Para os analfabetos, poderiam ser feitos manuais desenhados. Segundo Dumont, esta medida singela poderia economizar milhões de pesos em erros técnicos de produção¹⁵² (Dumont, 1970, p. 45).

¹⁵¹ Dumont atribuiu a autoria do modelo dos anéis horticultores ao agrônomo Von Thunen (Dumont, 1970, p. 142).

¹⁵² Havia um terceiro princípio de Dumont, cujo teor político está contemplado no debate sobre cooperativas e granjas: o agrônomo defende a autogestão, o autofinanciamento e a autonomia jurídica das unidades agrícolas, com o argumento de que, ao receber suprimentos do Estado, as unidades não conseguiam mensurar os reais custos de produção, gerando um desperdício sistemático e a queda da produtividade do trabalho. Dentro deste princípio estava a proposta de que os salários correspondessem necessariamente com as horas

O terceiro problema estrutural, por fim, não foi gerado pela diversificação, mas deveria ter sido solucionado por ela, e não foi: era o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos. Sobre isso, antes de tudo, é preciso ressaltar as palavras de Juan Noyola: “es la primera reforma agraria de la historia del mundo que no trae consigo un descenso inicial en la producción” (1978, p. 119). De fato, a produção de alimentos para o mercado interno cresceu a uma taxa média de 5,8% ao ano entre 1957 e 1963¹⁵³. À época, foi constatado que o setor de alimentos para o mercado interno era o “segmento más dinámico de la agricultura” (CEPAL, 1964, p. 288). Entretanto, o crescimento da produção de alimentos foi insuficiente para satisfazer o incremento da demanda. Esse desequilíbrio gerou pressões inflacionárias de difícil controle, e obrigou ao governo a criar as medidas de racionamento alimentar - que caracterizaram a revolução cubana por décadas¹⁵⁴. Ainda assim, o estreito racionamento não impediu a própria CEPAL de notar que, no caso de produtos alimentares básicos e têxteis, a situação do consumo da população cubana havia melhorado sensivelmente depois da revolução:

A pesar de que la oferta interna fue insuficiente para cubrir dicho ensanchamiento [de la demanda] y de la apreciable baja que se registró en algunos productos de 1961, el consumo por habitante tendió a mejorar en relación con las cifras que prevalecían en 1957 en los principales artículos agrícolas: arroz, harina de trigo, tubérculos y legumbres. En cambio, el consumo de grasas y productos pecuarios – del que se dispone de poca información cuantitativa – parece no haber recuperado los niveles anteriores, a pesar de los mejoramientos en la producción de carne de cerdo, ave y pescado y otros productos. Por su parte, la producción de calzado y textiles de algodón ha hecho posible aumentar el consumo interno, preferentemente de los estratos más numerosos de la población (CEPAL, 1964, p. 274).

Buscando atenuar o desequilíbrio entre oferta e demanda alimentar, em 1961, a Central de Trabalhadores Cubanos aprovou em seu IX Congresso a necessidade de congelamento dos

trabalhadas, medida que só foi adotada em Cuba depois do fracasso da safra de 10 milhões de toneladas em 1970 (Dumont, 1970, p. 46).

¹⁵³ Corrigida por um crescimento demográfico de 1,9% ao ano, significava um aumento do mercado interno de alimentos de 3,8% ao ano por habitante (CEPAL, 1964, p. 288).

¹⁵⁴ A CEPAL analisou à época que: “El resultado ha sido la formación de un déficit interno de grande magnitud, que ha tenido que contenerse mediante un estricto racionamento de la mayoría de los artículos de consumo y aumentos de precios de los mismos” (CEPAL, 1964, p. 270).

salários, até que se reestruturasse todo o sistema salarial do país¹⁵⁵ (Rodríguez García, 1987, p. 236). O sistema de racionamento envolvia alimentos, roupas e calçados e seu propósito era garantir, em um contexto de aumento da demanda interna, um nível básico de vida a todos, sem grandes disparidades de consumo resultantes das ainda presentes disparidades de renda, tal como definiu Sergio Aranda:

El sistema de racionamiento impuesto en Cuba obedece al propósito de garantizar a cada ciudadano, independientemente de su nivel de ingresos, clase social o responsabilidad administrativa, el derecho a adquirir determinadas cantidades de cada uno de los alimentos racionados, evitando así que los grupos de más bajos ingresos pudieran quedar marginados de ese consumo (1968, p. 39).

Os desequilíbrios macroeconômicos gerados por estes três problemas estruturais não deixaram de influenciar as decisões de política agrária levadas a cabo em outubro de 1963.

Acirramento da luta de classes e tendências gerais da economia em 1963

Em suma, esta primeira etapa da reforma agrária cubana, entre 1959 e 1963, se caracterizou por uma enorme liberação de forças produtivas subutilizadas, especialmente terra e trabalho, bem como por uma fortíssima desorganização da produção agrícola decorrente da acelerada transformação da estrutura de propriedade agrária, da desorganizada diversificação e do bloqueio econômico estadunidense. O aumento da demanda de alimentos e o aumento da proporção de plantio de autoconsumo são consequências imediatas da aplicação da reforma agrária. Em 1969, Carlos Rafael Rodríguez traçou um balanço geral da agricultura cubana entre 1959 e 1963, que por sua capacidade de síntese merece ser citado:

En la agricultura los problemas organizativos incidieron con más fuerza debido a las propias características del sector. Por otra parte, la consigna de la diversificación surgida como antítesis a nuestra historia anterior de monocultivo y dependencia al imperialismo y que en las circunstancias del momento buscaba una respuesta a la incertidumbre externa confrontó

¹⁵⁵ O novo sistema salarial foi aprovado em setembro de 1962, e implementado de forma experimental em 36 unidades agropecuárias e 27 unidades não agropecuárias ao longo do ano de 1963 (Rodríguez García, 1987, pp. 238-9).

errores y dificultades en su aplicación. En primer lugar, *la diversificación fue ejecutada más en términos absolutos que relativos*. Esta llevó a que se desmontaran unas 200 mil hectáreas de caña para dedicarlas a otros cultivos, medida esta que, seguida a la severa sequía que se prolongó a fines de 1961 a 1962 y a problemas organizativos y de fuerza de trabajo, provocó una severa reducción de las zafras de 1962 y 1963. En relación a los *problemas de fuerza de trabajo*, puede señalarse que los mismos se originan por los nuevos programas agrícolas que determinaron una oferta estable de empleo y el incremento del poder adquisitivo, las necesidades de la defensa del país, así como la nueva concepción de las relaciones de trabajo que se conllevaba la erradicación de las condiciones de explotación infra humana. En segundo lugar, el inicio de un gran número de líneas agrícolas y pecuaria, con *tecnologías insuficientemente dominadas*, significaron grandes tensiones para una organización agrícola aún poco desarrollada y sujeta a los naturales reajustes derivados del proceso de transformaciones políticas y sociales (Rodríguez, 1969, pp. 16-17, grifos nossos).

Este balanço é importante para, partindo dele, pontuarmos as principais determinações que desencadearam a segunda reforma agrária, iniciada em 10 de outubro de 1963. Identificamos quatro determinações mais importantes. A primeira determinação se relaciona à crescente tensão do contexto internacional. Do bloqueio de 1960 em diante, o governo dos Estados Unidos optou pela postura agressiva com objetivo de derrotar militarmente a revolução cubana. Estavam inconformados, por um lado, com as suas perdas materiais, isto é, o controle da economia cubana; e por outro lado, com o fracasso moral de terem sido expulsos de um país no qual, até pouco tempo, derrubavam e erguiam presidentes. A invasão da Playa Girón em 16 de abril de 1961, e a crise dos mísseis de outubro de 1962 foram conflitos produzidos pela estratégia agressiva dos Estados Unidos no contexto de Guerra Fria, o que acabou amplificando as afinidades entre Cuba e a União Soviética, e abrindo caminhos para a radicalização socialista da revolução representada pela segunda reforma agrária.

A segunda determinação estava relacionada ao acirramento da luta de classes, decorrente das crescentes sabotagens da burguesia agrária remanescente na ilha, que também se tornava cada vez mais agressiva, acompanhando a postura do governo dos Estados Unidos. Entre as ações mais graves, estavam os incêndios e assassinatos: queimaram canaviais, criações avícolas, armazéns estatais de mantimentos, destruíram escolas rurais, casas de trabalhadores e camponeses. Os assassinatos de lideranças civis e militares da revolução

foram longamente exemplificados por Regalado¹⁵⁶. Outros seguiram o exemplo de Hubert Matos e Manuel Artíme, que entraram em organizações camponesas para, de dentro delas, criar intrigas, antipatias e confusões (Regalado, 1979, p. 168). A segunda reforma agrária foi a medida que eliminou a base econômica deste segmento ativamente contrarrevolucionário, arrematando a derrota incompleta das antigas elites cubanas.

A terceira determinação se referia à necessidade de eliminar o caos territorial gerado a partir da primeira reforma agrária. Como exemplificado nos **Mapas 1 e 2**, as granjas estatais eram territórios dispersos, entrecortados por latifúndios privados remanescentes, o que amplificou os problemas estruturais da desorganização econômica. O controle do Estado sobre as superfícies que separavam fragmentos da mesma granja figurou como fundamental para a reorganização da agricultura, agora em bases socialistas. A construção de uma economia centralmente planejada exigia que o conjunto das forças produtivas participasse do plano, do contrário, fatores externos a ele poderiam miná-lo. A segunda reforma agrária incorporou quase toda a superfície cubana ao plano econômico nacional.

Por fim, uma quarta determinação da segunda reforma agrária foi consequência do contexto macroeconômico. Apesar do crescimento de 9% ao ano do produto material¹⁵⁷ entre 1961 e 1963, o crescimento médio da poupança em 30% ao ano e o crescimento médio da circulação monetária em 6% representaram um forte desequilíbrio (CEPAL, 1964, pp. 273, 294). Muitos dos investimentos necessários para reequilibrar estruturalmente a economia cubana foram adiados por falta de peças de reposição, e ainda assim atingiu-se o crescimento total de 19% entre 1959 e 1963 (idem, 1964, pp. 269, 294). Na interpretação da

¹⁵⁶ Regalado recorda: “Llegaron al asesinato de maestros voluntarios como Conrado Benítez, el joven estudiante alfabetizador popular Manuel Ascunce, el campesino luchador y combatiente del Ejército Rebelde en la Sierra Maestra, Pancho Tamayo, los campesinos honestos y revolucionarios del Escambray Pedro Lantigua y Carlos Cancio, los dirigentes campesinos de Las Villas, Juan González y Romelio Cornelio, el campesino miliciano y revolucionario de Ceiba del Agua, Vicente Pérez Noa, los niños campesinos Fermín y Yolanda Rodríguez, de Bolodrán, el dirigente agrícola de Gunes, Humberto Hernandez y el obrero azucarero del central Osvaldo Sánchez, Porfirio Acosta” (1979, p. 178).

¹⁵⁷ Sobre o conceito de produto material, esclarece a CEPAL: “El concepto de producto material se refiere al total del valor agregado en la elaboración de bienes y la prestación de servicios directamente en el transcurso de un año y expresado a precios de mercado (...). Difiere del concepto de producto interno bruto a precios de mercado, en que aquél no incluye servicios como los de agua potable, financieros, de la vivienda, personales y profesionales, administración pública y defensa, y otros similares, calificados como no productivos” (CEPAL, 1964, p. 275).

CEPAL, além das peças de reposição, em 1963, a escassez de energia havia se tornado um gargalo do crescimento cubano.

Além disso, havia surgido um problema fiscal decorrente do crescimento do gasto público que sextuplicou entre 1959 e 1964, saltando de 389,6 milhões para 2,399 bilhões de pesos (CEPAL, 1964, p. 294).

O desequilíbrio se manifestava também na balança comercial: entre 1959 e 1963, a balança havia sido deficitária em 550 milhões de dólares, como fruto da queda de mais de 33% do valor das exportações cubanas entre 1957 e 1962¹⁵⁸. Só entre 1962 e 1963, as exportações caíram 100 milhões de dólares, de 520 para 420 milhões (CEPAL, 1964, pp. 270, 285). Para reequilibrar as contas, foram adquiridos 700 milhões de dólares em empréstimos externos, sendo que 300 destes foram condicionados à compra de bens de capital (CEPAL, 1963, p. 270). Apesar da regulação das compras de produtos de luxo, que contribuiu com a queda de 44% das importações entre 1957 e 1963, o aumento em 10% dos gastos com matérias primas, combustíveis e bens de capital não permitiram a economia de divisas esperada (CEPAL, 1964, p. 270). Furtado analisou o problema:

A revolução cubana começara por redistribuir a renda com vistas a elevar o nível de consumo da grande massa da população, o que significa que, não apenas a taxa de investimento não se elevaria, mas também que a capacidade para importar liberada pela redução de consumo das classes ricas foi absorvida pela importação de bens de consumo de uso geral, ou de produtos intermediários e matérias primas para produzi-los dentro do país (Furtado, 1969, p. 345).

Isso tudo gerou pressões no balanço de pagamentos que acabaram por restringir importações. Por fim, apesar da política de emprego ter apresentado resultados rápidos em termos de absorção de mão de obra desocupada, o alívio da exploração brutal do trabalho e a desvinculação dos salários em relação às jornadas, gerou uma queda importante da produtividade, constatada pela CEPAL:

En 1961-1963, la política económica se enfrentó al problema de la baja registrada en los niveles de productividad. Se dio impulso a los programas de adiestramiento y calificación de la fuerza del trabajo industrial y se

¹⁵⁸ Sobre a exportação: 40% da queda foi de volume exportado e 60% foi de deterioração de preços (CEPAL, 1964, p. 270).

realizaron campañas destinadas a estimular el incremento de la producción por hombre ocupado (CEPAL, 1964, p. 270).

Diante do acirramento da luta de classes, da desorganização da agricultura e de tais desequilíbrios macroeconômicos, a direção revolucionária, agora declaradamente socialista, definiu seu caminho: se ampliariam as bases da economia estatal, se fortaleceriam os controles sobre a economia, e a maior parte da superfície agrícola seria incorporada ao novo projeto de desenvolvimento cubano.

CAPÍTULO 3 - A segunda reforma agrária e o paradoxo do açúcar

“Edificar sobre o açúcar é melhor do que edificar sobre a areia?”

Jean-Paul Sartre¹⁵⁹

A) TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA SEGUNDA REFORMA AGRÁRIA

Assinada em 3 de outubro de 1963, a segunda reforma agrária foi o golpe final no setor privado latifundiário remanescente em Cuba. A lei afirmava que a burguesia agrária estava obstruindo a produção de alimentos para a população, especulando com a agricultura e utilizando suas altas rendas para fins “antissociais e contrarrevolucionários”. Por isso, sua existência seria incompatível com o socialismo. Sustentavam também que a burguesia rural estava servindo de base política para as ações de sabotagem do imperialismo estadunidense, num momento decisivo para o desenvolvimento da agricultura cubana¹⁶⁰. Além disso, a descoordenação entre o plano agrícola nacional e o setor privado latifundiário obstruía os projetos de desenvolvimento em curso e agravava a desorganização econômica. O principal objetivo da lei, portanto, era eliminar essa burguesia rural, composta por aproximadamente 10.000 proprietários que detinham, desde fins de 1962, 138.822 caballerías, incluídas 1.000 arrobas de cana cultivadas em 22 mil caballerías (Rodríguez, 1963a, p. 10; 1963b, p. 74; Gutelman, 1975, p. 88).

¹⁵⁹ Apud Galeano, 2004, p. 86

¹⁶⁰ Todas as informações referentes ao texto da segunda lei de reforma agrária foram extraídas de Bell *et alli*, 2011, pp. 283-6.

A Lei da Segunda Reforma Agrária

O primeiro artigo da lei declarava a nacionalização de todas as propriedades privadas maiores que 5 caballerías (67 hectares), excetuando-se dois casos: as propriedades exploradas em conjunto por familiares, contanto que as porções individuais de cada membro não fossem maiores que 5 caballerías (artigo 2); e as propriedades de alta produtividade, que já tinham demonstrado espírito de cooperação com os planos estatais, perpetuando a exceção da primeira reforma agrária (artigo 3). O absentismo, na lei, era considerado um ato de sabotagem ao desenvolvimento agrícola do país e mereceria punição. A indenização seria, então, um direito apenas das propriedades produtivas. As porções de terras submetidas a arrendamentos e vendas ilegais desde 3 de junho de 1959 também não seriam indenizadas. Os proprietários produtivos e em situação legal receberiam indenizações de 15 pesos mensais por caballería expropriada durante 10 anos (artigos 4 e 6). Esse valor representava nada mais que 3,8% da indenização da primeira reforma agrária (de 400 pesos por caballería), refletindo uma correlação de forças sociais e políticas completamente distinta (Chonchol, 1961, p. 28). Em nenhum caso as indenizações seriam menores que 100 pesos mensais, nem superiores a 250 pesos mensais¹⁶¹. Caso as terras afetadas estivessem sendo geridas por um terceiro, o administrador adquiria direito à indenização, e não o proprietário. Diferente de 1959, essa indenização valeria também pelas plantações, o gado, as máquinas e as edificações agrícolas presentes nas terras afetadas (artigo 6). Os proprietários atingidos pela lei que morassem em suas casas rurais e não possuíssem outra residência poderiam continuar vivendo em suas fazendas se assim desejassem, e teriam que conviver com a granja estatal vizinha (artigo 5).

Além disso, caso as propriedades afetadas estivessem registradas como garantias hipotecárias, os compromissos seriam imediatamente anulados, junto com qualquer dívida ou obrigação que vinculasse aquela terra (artigo 7). Outra medida decisiva foi a intervenção estatal em todas as contas bancárias dos expropriados, com três finalidades: o pagamento atrasado dos seus trabalhadores; o pagamento de dívidas com o Estado; e a

¹⁶¹ O que significa que um proprietário que tivesse o máximo de 25 caballerías expropriadas, receberia a mesma indenização que um proprietário que perdeu 16 caballerías.

liquidação de todos os créditos bancários que vencessem nos 30 dias seguintes à assinatura da lei. Com essa medida, os últimos milionários de Cuba foram liquidados, e impedidos de fugir com suas fortunas sem pagar aquilo que deviam. A segregação social recebeu um golpe definitivo. Por fim, a lei determinava que as expropriações seriam executadas nas 24 horas seguintes à sua assinatura. Após esse prazo, os proprietários de mais que 5 caballerías que não tivessem recebido a visita do INRA, estariam obrigados a comunicar o fato para a Delegação Provincial durante as 72 horas seguintes. O não cumprimento dessa comunicação, bem como qualquer tentativa de impedir ou evitar a aplicação da lei, seria punida com perda de todos os direitos indenizatórios (artigo 9). A segunda reforma agrária passou a fazer parte da Lei Fundamental da República de Cuba.

Ao término da primeira reforma agrária, em fins de 1962, o setor estatal detinha 44% das terras do país, incluindo as florestas e montes, o que correspondia a 290.834 caballerías, além de 27% da massa bovina total. Os proprietários com mais de 5 caballerías controlavam 20% da superfície total da ilha, e os outros 36% estavam distribuídos entre pequenos agricultores (Gutelman, 1975, p. 88; CEPAL, 1964, p. 271). A rigor, o setor privado ainda era maior que o setor estatal, e mesmo que muitos pequenos agricultores estivessem organicamente vinculados à ANAP e aos planos nacionais, uma enorme massa de recursos produtivos agrícolas ainda não participava da estratégia de desenvolvimento socialista. Depois da segunda reforma agrária, 60,1% das terras do país submeteram-se ao controle estatal, isto é, 410.856 caballerías. Pela primeira vez, a maior porção dos recursos produtivos agrícolas estava nas mãos do Estado e o controle da utilização do excedente seria plenamente centralizado. Segundo os dados de Gutelman, os pequenos agricultores passaram a deter 39,3% das terras, o que correspondia a 265.499 caballerías (Gutelman, 1975, p. 88). A transformação estrutural da posse da terra decorrente da segunda reforma agrária pode ser observada na **tabela 16**.

TABELA 16 - Estrutura de propriedade da terra por setores após as duas reformas agrárias				
	Primeira Lei (dez/1962)		Segunda Lei (dez/1963)	
Setor	Área	%	Área	%
Setor Estatal	290.834	44	410.856	60,1
Setor Privado	385.529	56	265.506	39,3
Menores de 5 caballerías	248.211	36	265.499	39,3
Maiores de 5 caballerías	138.822	20	0,0	0,0

Fonte: Gutelman, 1975, p. 88

Do ponto de vista monetário, o Estado detinha, no início de 1963, 46,3% do setor agropecuário, e passou a controlar 57% deste em 1964 (Aranda, 1968, p. 36). As formas de propriedade agrária atravessaram, a partir de então, uma tendência crescente de simplificação. Após a segunda reforma, apenas duas formas de propriedade se tornaram a base da nova agricultura: a granja estatal e a pequena propriedade privada. Entre uma e outra, as Sociedades Agropecuárias e as Cooperativas de Créditos e Serviços refletiam as tentativas de coletivização voluntária da pequena propriedade privada. Essa nova estrutura refletia os novos sujeitos econômicos e políticos que dirigiam as finalidades do desenvolvimento nacional: o Estado de ideologia socialista e um campesinato politicamente organizado na ANAP e/ou economicamente organizado em processo de coletivização.

O Ciclone Flora

Às vésperas da assinatura da segunda reforma agrária, a burguesia rural amplificou suas atividades de contrainformação e tentou disseminar o medo dos camponeses a respeito de uma suposta expropriação completa do setor privado (Barrios, 1987, p. 65). Fidel Castro já havia, em maio de 1963, orientado a ANAP para que fossem paralisadas as campanhas de coletivização voluntária, temendo que isto fornecesse munção aos inimigos internos. Em meio à guerra ideológica entre governo e burguesia rural pela conquista da confiança dos camponeses a respeito da segunda reforma agrária, uma catástrofe natural desviou todas as

atenções do país. Um dia após a assinatura da lei, em 4 de outubro de 1963, o ciclone Flora entrou na ilha pelo sul da província do Oriente com potência sem precedentes¹⁶².

Os resultados do desastre foram 1.500 mortos e desaparecidos, 175.000 pessoas evacuadas de suas casas, e um prejuízo econômico de mais de 100 milhões de pesos (Bell *et alli*, 2011, pp. 313, 320). A maior perda se relacionava com infraestrutura e o prejuízo em termos de colheitas havia sido de 11 milhões de pesos (Barrios, 1987, pp. 65-6). Os cálculos feitos à época diagnosticavam que 80% dos cultivos menores tinham sido destruídos pelas águas, sendo 30% a 50% da safra de café, e 100% das plantações de bananas (Bell *et alli*, 2011, p. 321). O ciclone foi tão devastador que o volume pluviométrico que despencou sobre a província de Oriente em apenas seis dias era superior à chuva que cobriu o território nacional inteiro durante todo o ano de 1961, equivalente a 1.244 mm (idem, 2011, p. 339). Quando discursou nas rádios nacionais alguns dias depois do desastre, Fidel Castro afirmou que com esta água seria possível regar 10.000 caballerías de cultivos durante um ano (idem, 2011, p.341). Era necessário, portanto, aprender a dominar as forças da natureza, para aproveitá-las em favor da sociedade. O território afetado pelo ciclone Flora correspondia a mais da metade do território nacional, ou 62.948 km² habitados por 2.974.000 pessoas. Mais de 11 mil casas foram completamente destruídas, mais de 21 mil casas foram seriamente avariadas e mais de 100.000 famílias perderam absolutamente tudo (idem, 2011, pp. 319-22). As inundações alcançaram localidades que nunca antes tinham sido atingidas pela água, porque ficavam longe dos rios, de modo que não tinham nenhum preparo para lidar com as enxurradas. Famílias inteiras escalaram os telhados de suas casas, e foram resgatadas por helicópteros das Forças Armadas Revolucionárias. Muitos anônimos se empenharam em ajudar seus vizinhos, e um novo espírito de solidariedade nacional foi despertado pela tragédia. O próprio Fidel Castro se colocou à frente dos trabalhos de resgate, e penetrou nas zonas de perigo dentro de um carro anfíbio (idem, 2011, p. 311).

¹⁶² O ciclone foi bloqueado pela Sierra Maestra, onde permaneceu por muitas horas, ampliando ininterruptamente o volume das nascentes dos rios e gerando trombas d'água que se arrastaram por centenas de quilômetros. Depois desviou para o Golfo de Guacanayabo ao sul, e girou erráticamente para o norte, penetrando na província de Camaguey. Após 6 dias de tempestades e inundações catastróficas, o ciclone saiu da ilha pelo norte de Camaguey, cruzando uma região próxima de Gibara no dia 9 de outubro. A trajetória errática do ciclone também era desconhecida dos cubanos (Bell *et alli*, 2011, p. 311).

Enquanto a burguesia rural apostava na fragilidade do novo governo para lidar com a catástrofe e os exilados de Miami estavam seguros que a incompetência dos revolucionários iria abalar a confiança popular, o governo adotou medidas emergenciais tão contundentes em defesa dos atingidos, que a consequência foi exatamente inversa. Neste sentido, o ciclone Flora teve importância decisiva na consolidação da confiança do campesinato cubano em relação ao governo e à segunda reforma agrária. O campesinato do Oriente já havia sofrido com muitos ciclones, e o ciclone Flora foi sem dúvida um dos mais devastadores da história da ilha. Mas as ações imediatas tomadas pelo governo revolucionário se diferenciavam de todos os governos anteriores.

Diante da tragédia, a revolução realizou uma impressionante demonstração de responsabilidade com os direitos humanos dos atingidos. Quando o povo viu Fidel Castro se arriscando dentro das zonas de perigo, e os helicópteros das Forças Armadas Revolucionárias sobrevoando através da tempestade, a confiança se aprofundou. Após os trabalhos de salvamento emergencial, com o fim da tempestade, o governo se pôs a serviço da reconstrução e da proteção social aos desabrigados. Elaborou um censo da população afetada, e garantiu alimentação gratuita a todos. Em cadeia de rádio, Fidel Castro alegou que, antes da revolução, aos mortos nas tragédias climáticas se somavam os mortos de fome, porque a população atingida não recebia assistência adequada e tinha que contar com a própria sorte, o que não iria acontecer daquela vez. Afirmou também que em situações de catástrofe como esta, a Guarda Rural e os latifundiários aproveitavam para desalojar muitos camponeses de suas terras (idem, 2011, p. 355).

O governo forneceu dinheiro a todos os cubanos que perderam suas casas, para que as reconstruíssem. Ofereceu gratuitamente roupas, calçados e móveis. Não só todas as dívidas dos camponeses que perderam suas colheitas foram perdoadas, como estes receberam mais créditos estatais para recomeçar a plantação. O Estado entregou vacas grávidas, porcas e galinhas aos camponeses e às granjas destruídas e comprou o gado dos pequenos criadores, que os venderiam aos burgueses recém-expropriados. O Ministério da Saúde criou mutirões de assistência médica, com postos de vacinação itinerantes para os desabrigados. Do ponto de vista da infraestrutura, o Ministério de Obras Públicas comprometeu quase todo seu orçamento com a reconstrução de pontes, estradas e linhas de comunicação do Oriente,

algumas completamente destroçadas. O Ministério dos Transportes se encarregou da reconstrução das ferrovias. O INRA inventariou todos os equipamentos agrícolas perdidos e elaborou um plano de recuperação das plantações. Também traçou um plano de reflorestamento, para evitar os deslizamentos de montanhas inteiras presenciados na passagem do ciclone¹⁶³.

Além disso, o governo adotou duas medidas econômicas imediatas. A primeira medida foi a elevação dos preços de quatro artigos (cigarro, cerveja, carne de boi, carne de frango) para financiar a reconstrução. Essa medida foi sancionada pela lei 1.127 em 31 de outubro de 1963¹⁶⁴. A segunda medida estabeleceu a redução voluntária do consumo de açúcar para 26,9 quilos anuais por pessoa, o que significaria uma redução de mais de 50% do consumo habitual¹⁶⁵. O objetivo era ampliar a obtenção de divisas com a venda de açúcar no mercado mundial. Mas entre 1963 e 1964, o consumo anual médio de açúcar em Cuba caiu apenas de 63,3 quilos por pessoa para 54,7 quilos. A queda de apenas 13,5% do consumo interno do açúcar nos faz supor que o apelo governamental não atingiu os níveis esperados, ainda que tenha surtido algum efeito. Em 1965, a média voltou a crescer para 65,8 quilos anuais de consumo de açúcar por pessoa (Aranda, 1968, p. 58). As duas medidas econômicas eram ainda insuficientes para recuperação total.

A ajuda externa foi fundamental. O campo socialista enviou alimentos, remédios, roupas, entre outros suprimentos gratuitamente. Mas quando a Cruz Vermelha dos Estados Unidos ofereceu ajuda, o governo cubano recusou, desencadeando mais uma troca de acusações.

¹⁶³ Os planos de reflorestamento já estavam em vigor desde 1959, sob responsabilidade do Ministério da Agricultura dirigido por Pedro Miret. Com a revolução, o Ministério da Agricultura se converteu em uma espécie de “Ministério do Reflorestamento”, tendo sido esta a única tarefa relevante por ele executada antes de sua completa dissolução em fins de 1960. Todas as suas tradicionais atribuições passaram ao comando do INRA. Segundo Chonchol, o papel do Ministério da Agricultura foi limitado por conta da “desconfianza de los dirigentes del Gobierno Revolucionario hacia los organismos tradicionales de la Administración Pública Cubana, y aún cuando se designó Ministro de Agricultura a un hombre de plena confianza del Gobierno Revolucionario, el Comandante Pedro Miret (en Julio de 1959), su nombramiento se hizo más bien con vistas a que procediera a desintegrarlo”. O Ministério de Miret havia, em 1960, plantado 36 milhões de árvores em 1.192 caballerías (Chonchol, 1961, p. 61).

¹⁶⁴ Pela Lei 1.127, o preço do cigarro e da cerveja foram elevados em 5 centavos; o preço da carne de boi em 55 centavos e o preço da carne de frango em 65 centavos (Bell *et alli*, 2011, pp. 343, 367).

¹⁶⁵ Para registrar o caráter voluntário da medida, Fidel afirmou: “nosotros no queremos establecer eso por Decreto; yo creo que nuestro Pueblo es un Pueblo consciente (...) esto tiene que nacer del sentimiento de la solidaridad del propio pueblo” (apud Bell *et alli*, 2011, p. 344).

Castro justificou a recusa, alegando que Cuba havia permitido que os aviões caça-furacão dos Estados Unidos sobrevoassem a ilha para fornecer informações meteorológicas sobre o ciclone Flora, mas que o governo estadunidense teria ignorado a permissão, e depois acusado Cuba de bloquear o espaço aéreo para missões técnicas. Além disso, Fidel alegou que a Cruz Vermelha dos Estados Unidos ainda devia 10 milhões de pesos ao governo da ilha como indenização aos cubanos presos durante a invasão de Playa Girón. Para o governo cubano, qualquer ajuda dos Estados Unidos deveria estar condicionada ao fim do bloqueio econômico e ao pagamento dos 10 milhões de pesos de indenização¹⁶⁶ (Bell *et alli*, 2011, p. 350). Como notou Barrios: “el ciclón Flora sirvió para patentizar, ante todo nuestro Pueblo y especialmente ante los campesinos, el carácter profundamente humanista y solidario de nuestra Revolución” (1987, p. 65). Nesse sentido, a resposta rápida do governo em combate ao ciclone e a garantia de proteção à população atingida foram determinantes para a aplicação pacífica da segunda lei de reforma agrária.

As bases sociais da nova agricultura

A segunda rodada de expropriações completou o desmonte da estrutura agrária neocolonial e praticamente eliminou a especulação fundiária que dava dinamismo ao sistema capitalista cubano, além de ter suplantado a segregação social de uma vez por todas. Correspondente a esta nova estrutura agrária, emergiu uma nova estrutura social, que tomou o lugar da tradicional segregação. Do ponto de vista histórico, a eliminação da burguesia rural foi a consequência mais importante da segunda reforma agrária. Junto com ela, desapareceriam as pulsões consumistas das elites e o desperdício de divisas nacionais com produtos de luxo, que bloqueavam os caminhos do desenvolvimento econômico da ilha. Por isso Carlos Rafael Rodríguez sustentou que: “con la segunda y definitiva reforma agraria quedaba completado en la práctica, hacia fines de 1963, el tránsito de Cuba desde las estructuras semicoloniales a las socialistas” (Rodríguez, 1978, p. 154). O setor privado remanescente confiava na revolução, e muitos camponeses já eram aliados ideológicos. A partir de

¹⁶⁶ “Veinte veces peor que el huracán Flora para Cuba”, bradou Fidel, “es el imperialismo yanqui!” (Bell *et alli*, 2011, p. 351).

outubro de 1963, as classes e frações de classes ativas na produção agropecuária se dispunham como mostra a **tabela 17**.

TABELA 17 - Classes rurais depois da segunda reforma agrária		
Classes	Frações de Classes	Grupo Sócio-Jurídico
Camponeses	Pequeno ou Médio	Produtor individual (ANAP)
		Produtor Cooperativo
Proletário Agrícola	Manual	Jornaleiro
	Operário agroindustrial	Empregado
Outros grupos sem terra	Trabalhadores diretos	Administrativo e Serviços
	Trabalhadores indiretos	Dirigentes e Técnicos
	Artesãos	Trabalho por conta própria
Fonte: Valdés Paz, 1997, p. 132		

O campesinato consolidou-se como parte fundamental para a produção de alimentos e outros bens agropecuários para o mercado interno. Em 1965, por exemplo, o campesinato foi responsável pela produção de 69% dos legumes, 68% das frutas, 32% do arroz, 58% dos tubérculos e 40% do leite do país (Furtado, 1969, p. 351). A divisão do trabalho herdada da estrutura agrária anterior responsabilizava a grande propriedade estatal pelos cultivos de exportação, e as pequenas propriedades camponesas pelos alimentos. Agora, porém, esta divisão do trabalho se orientava por novas finalidades. O Estado assumiu novas prioridades na utilização do excedente e o pequeno campesinato, historicamente voltado para a árdua subsistência individual, incorporou a tarefa econômica da subsistência coletiva. Em dezembro de 1963, o Estado comandava 69,9% da produção da cana-de-açúcar, enquanto o setor privado comandava 54,2% dos outros cultivos nacionais. Após a segunda reforma agrária, a divisão dos cultivos entre os setores estatal e privado se organizou como mostra a **tabela 18**.

**TABELA 18 - Propriedade agrária e cultivos após a segunda reforma agrária
(Dez/1963)
(em caballerías)**

Setores	Cana	%	Outros cultivos	%	Superfície cultivada (a)	%
Estatat	76.800	69,9	249.600	54,2	326.400	58,0
Privado	26.300	30,4	210.500	45,8	236.800	42,0
Total	103.100	100	460.100	100	563.200	100

Fonte: Nuñez Jimenez, 1966, p. 21.

(a) Os dados de superfície não correspondem com a tabela 16, porque aquela trata de toda superfície, e esta apenas da superfície efetivamente cultivada.

As responsabilidades do setor privado, porém, não poderiam se expandir para além do limite técnico permitido por sua pequena escala. As unidades de produção do setor privado, após a segunda reforma agrária, se constituíam, predominantemente, por propriedades de tamanho próximo ao mínimo vital. Apesar da produtividade do setor ANAP ter sido duas vezes maior que do setor estatal em 1962 e 1963¹⁶⁷, os pequenos camponeses encontravam mais obstáculos para absorver tecnologia e intensificar a produção devido à dimensão reduzida de suas propriedades e recursos (Dumont, 1970, p. 73). Ademais, estes camponeses dependiam do setor estatal para dinamizar suas atividades: 30% das receitas camponesas vinham das vendas às *Tiendas del Pueblo* e sem o trabalho voluntário organizado pelo Estado dificilmente poderiam sustentar suas colheitas individuais (Rodríguez, 1978, p. 150). A coletivização voluntária era, então, impulsionada pelas possibilidades de intensificação da agricultura privada em busca de relativa soberania alimentar. Na **tabela 19**, mostramos a composição do setor privado após a segunda reforma agrária pelo tamanho de suas propriedades.

TABELA 19 – Superfície e propriedades do setor privado agropecuário após a segunda reforma agrária (1963)

Tamanho	Unidades	% do total do campesinato
Menor que 2 caballerías	120 mil	78
Menor que 1 caballería	60 mil	39
Menor que 0,45 caballería	25 mil	16

Fonte: Valdés Paz, 2009, p. 36.

A partir de 1964 o setor estatal encontrou condições mais favoráveis para uma política de desenvolvimento econômico, ao incorporar a enorme massa de recursos agropecuários.

¹⁶⁷ Por exemplo, em 1962 a produção de inhame do setor privado foi de 7 toneladas por hectare, enquanto nas granjas foi de 2,4 toneladas por hectare (Dumont, 1970, p. 73).

Estavam criadas as condições para a superação de alguns problemas estruturais diagnosticados desde 1961, como a fragmentação territorial das granjas e a impossibilidade de envolvimento de todas as forças produtivas nacionais nos planos de produção. Os equívocos cometidos pelo setor estatal seriam de muita utilidade para o futuro, entre eles, o aspecto desorganizado da diversificação, a centralização excessiva da gestão agrícola e a perpetuação do caráter extensivo da produção. A consciência destes equívocos e a mudança no cenário internacional fez com que a direção revolucionária reformulasse a estratégia de desenvolvimento nacional.

Uma estratégia combinada: açúcar, diversificação e tecnologia

Estabilizada a nova estrutura agrária, vislumbrou-se que a distância entre os planos econômicos e a realidade da produção agropecuária poderia diminuir. Foi formulada uma nova proposta de organização econômica da agricultura, que advinha de uma nova estratégia de desenvolvimento. Diante do impacto negativo da reduzida safra açucareira de 1963 na formação do excedente nacional, os dirigentes revolucionários alteraram sua visão a respeito do cultivo da cana-de-açúcar. Não fosse uma súbita alça de preços açucareiros no mercado mundial naquele ano, o estrangulamento do balanço de pagamentos poderia ter sido ainda mais sufocante. Foi assim que, em 1963, os dirigentes cubanos tomaram consciência mais profunda do poder das estruturas históricas. O açúcar era uma herança do subdesenvolvimento de difícil superação. Tratava-se, portanto, de tirar proveito dela e transformá-la em uma vantagem¹⁶⁸. Não teriam deduzido isto, por suposto, se não houvesse a mudança do cenário internacional. A nova inserção econômica estava em vias de se consolidar: o mundo socialista se converteu em uma rota de fuga ideologicamente adequada para superar a crise gerada pelo bloqueio estadunidense. Em fins de 1963, o governo cubano assinou um novo convênio com a União Soviética e deslocou seus investimentos de volta ao açúcar.

¹⁶⁸ Rodríguez alegou, em 1972, sobre a escolha açucareira: “era insensato que con el equipamiento de que disponía nuestra industria azucarera, con las facilidades tropicales para la producción de caña, con la experiencia tanto agrícola como industrial, que era la única de que realmente disponíamos, no aprovecháramos todas esas condiciones” (1983, p. 469).

Mas a volta ao açúcar não significava, ao menos a princípio, o fim da diversificação¹⁶⁹. A estratégia de desenvolvimento cubana envolvia uma combinação de diversificação especializada com priorização do açúcar. Essa estratégia combinada dependia, fundamentalmente, da capacidade de absorção e inovação tecnológica na agricultura canavieira¹⁷⁰. Retomava-se assim uma ideia pontuada no Regulamento das Cooperativas de Cana em 1960: correlacionar diversificação e intensificação. Intensificar a produção canavieira era um imperativo da diversificação, e vice-versa. O conflito entre os diferentes cultivos pela ocupação extensiva da superfície deveria ser substituído pela estratégia combinada. A tecnologia era o enlace que poderia dirimir as contradições entre a cana-de-açúcar e os outros cultivos, e todos deveriam estar conscientes de seu caráter imprescindível.

Como parte da nova estratégia agrícola, três tarefas foram traçadas. Primeiro, foram criadas novas instâncias administrativas do setor estatal em favor de uma maior descentralização do plano agropecuário: as agrupações, os departamentos territoriais e os lotes. Segundo, foi elaborada uma nova organização territorial dos cultivos, que substituísse a diversificação fragmentada pela diversificação especializada, como havia sugerido Dumont¹⁷¹. Terceiro, foi deslocada a prioridade de investimentos estatais para a compra de bens de capital e absorção tecnológica¹⁷².

¹⁶⁹ Guevara defendeu, em 1964, que a nova estratégia tratava de readequar as proporções dos recursos, e não abandonar a diversificação: “a cana tem prioridade, enquanto destinação dos recursos e de fatores que ajudaram o uso mais eficiente dos mesmos. O resto das produções agrícolas e o desenvolvimento delas, que implicam a diversificação, não se abandonou, mas se procurou as proporções adequadas para impedir uma dispersão dos recursos que dificulte otimizar os rendimentos” (Guevara, 1982, p. 21).

¹⁷⁰ Sobre o “abandono tecnológico” da cana, Rodríguez declarou, em 1964: “La caña amenazaba convertírse nos en una especie de pasto natural, porque había tan poca atención a la caña como a los pastos naturales” (1964, p. 15).

¹⁷¹ Valdés Paz sustentou: “La diversificación no se desarrollará en detrimento de las producciones históricas, sino como desarrollo de nuevas áreas y nuevas producciones” (2009, p. 39).

¹⁷² A primeira tarefa corresponde à primeira ordem de problemas elencada por Celso Furtado, quando discute o socialismo como um caminho de superação do subdesenvolvimento: “da organização social que responda pela definição de prioridades na alocação de recursos escassos”, isto é, as formas da propriedade e a organização agropecuária guiadas pelas novas finalidades do desenvolvimento nacional (Furtado, 1994, p. 40). A segunda e terceira tarefas correspondem à terceira ordem de problemas de Furtado: “da inserção na economia internacional que assegure o acesso à tecnologia e aos recursos financeiros fora das relações de dependência”, ou seja, como Cuba busca criar, entre a União Soviética e o açúcar, alternativas de diversificação e intensificação agrícola para escapar da dependência (Furtado, 1994, p. 40). Estas duas ordens

A estratégia combinada e as três tarefas estavam baseadas em certo otimismo a respeito das capacidades estruturais da agropecuária cubana. Foi sintetizada por Carlos Rafael Rodríguez, com as seguintes palavras:

Lo que la experiencia ha enseñado es que la diversificación agrícola de Cuba no tiene forzosamente que desarrollarse a expensas de la producción de caña, para la cual nuestra tierra está especialmente dotada, por razones de clima, de suelo y posición geográfica. El error cometido en la agricultura cubana durante los años 1960 y 1961 consistió, de una parte, en relegar la caña como si ello fuera indispensable para diversificar la agricultura; y en segundo término, llevar la diversificación al plano local, es decir, convertir cada Granja en un mosaico de cultivos. (...) El rumbo que hemos emprendido desde 1962 es otro. La diversificación debe existir en un sentido nacional, es decir, que de las 250 mil o 300 mil caballerías disponibles para cultivos, la caña puede tener 125.000 caballerías, y el resto dedicarse a los cultivos más aplicables a nuestras condiciones de suelo y clima (1963b, p. 85).

Para compreendermos melhor a estratégia combinada que acompanhou a segunda reforma agrária vamos discutir a seguir seu contexto internacional (a nova inserção cubana), e as três tarefas de reorganização apontadas acima: (1) a mudança administrativa-territorial; (2) a diversificação especializada; (3) a absorção tecnológica.

B) A UNIÃO SOVIÉTICA E O PARADOXO DO AÇÚCAR

Em abril de 1963, Fidel Castro foi à União Soviética pela primeira vez (Rodríguez García, 1987, p.40). Guevara já havia representado o governo revolucionário cubano em diversas partes do mundo, e entre outubro e dezembro de 1960 visitara países do bloco soviético, como União Soviética, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Coréia do Norte e China¹⁷³ (Pericás, 2004, p. 65; Massari, 2007, pp. 162-3). Na viagem, conquistara a

de problema são o pano de fundo teórico da narrativa que aqui prossegue. A estratégia combinada e as três tarefas organizam os próximos tópicos deste capítulo.

¹⁷³ Antes de visitar o Segundo Mundo, Guevara liderou, em junho de 1960, uma missão diplomática para o “terceiro mundo”: Índia, Egito, Indonésia, Ceilão, Birmânia, Sudão, Marrocos, Paquistão, Sri Lanka, passando também por Japão e Iugoslávia (Pericás, 2004, p. 65). A chamada “vocaçao terceiro-mundista” da revolução cubana já determinava, desde então, as prioridades diplomáticas estabelecidas nos primeiros meses de governo (Cervantes, 2012).

confiança dos países do bloco, que lhe concederam em créditos um total de 142 milhões de pesos e 100 milhões de dólares¹⁷⁴.

Desde 1962, após a crise dos mísseis, a aliança entre Cuba e União Soviética havia se tornado irreversivelmente estreita, se convertendo em um ponto de equilíbrio instável da Guerra Fria. Em 31 de outubro daquele ano, Estados Unidos e União Soviética contornaram a iminência de um conflito nuclear com o acordo de retirada dos mísseis nucleares soviéticos instalados em Cuba e dos mísseis estadunidenses da Turquia. Os dirigentes cubanos, excluídos das negociações entre Kennedy e Krushev, pretendiam ainda barganhar pelo fechamento da base de Guantánamo, pelo fim do bloqueio econômico e pela interdição completa das recorrentes invasões estadunidenses do espaço aéreo da ilha (Mao Junior, 2007, p. 370). Apesar do considerável mal-estar causado pela exclusão de Cuba nos acordos que levaram à solução da crise, a ilha se transformara, oficialmente, em uma peça estratégica do xadrez geopolítico, bem posicionada para dar xeque a qualquer momento. Assim, a crise dos mísseis configurou as determinações geopolíticas da relação entre Cuba e União Soviética, cujos desdobramentos serão analisados no decorrer deste trabalho. Enquanto isso, o bloqueio econômico estadunidense contra Cuba alastrava seus efeitos para outros países. E quanto maior a austeridade dos Estados Unidos, mais fortes se tornavam os vínculos entre a ilha e a União Soviética.

O Convênio de 1964

Conforme avançavam as sanções econômicas dos Estados Unidos contra Cuba, consolidava-se a nova inserção internacional da ilha ao bloco soviético, que refletia outro padrão de relações comerciais. Ou, como comentou Hobsbawm: “tudo empurrava o movimento fidelista na direção do comunismo” (2005, p. 427).

¹⁷⁴ Foram 100 milhões de pesos da União Soviética a juros de 2,5%; 10 milhões de pesos da Alemanha Oriental; 15 milhões de pesos da Romênia; 5 milhões da Bulgária; 12 milhões da Polônia; 60 milhões de dólares da China sem juros; 40 milhões de dólares da Tchecoslováquia a juros de 2,5% (Pericás, 2004, pp. 41, 65, 86; Noyola, 1978, p. 125).

No mesmo mês em que o bloqueio alcançou sua forma completa, em dezembro de 1963, foi assinado o segundo Convênio entre Cuba e União Soviética. Anunciado por Fidel Castro em janeiro de 1964, o Convênio consolidava a nova estratégia agrária de priorização do açúcar, dando-lhe vazão crescente (Rodríguez García, 1987, p. 240). Por meio dele, a União Soviética se comprometeu a comprar, entre 1965 e 1970, 24,1 milhões de toneladas de açúcar a 6,11 centavos de dólar a libra, escalonadas progressivamente a cada ano, como mostra a **tabela 20**.

Além disso, a China havia se comprometido a comprar 1 milhão de toneladas de açúcar cubano em 1970 a 6 centavos de dólar a libra, ampliando sua participação de modo gradual a cada ano até atingir o acordo¹⁷⁵ (Dumont, 1970, p. 218). O Convênio deu continuidade ao acordo estabelecido em 1960, segundo o qual 20% das trocas seriam feitas em divisas conversíveis e os outros 80%, diretamente em mercadorias soviéticas, sobretudo petróleo (Pericás, 2004, p. 40).

TABELA 20 - Convênio de 1964: plano de compra soviética de açúcar cubano (toneladas métricas)	
1964	2,1
1965	3,0
1966	4,0
1967	5,0
1968	5,0
1969	5,0
1970	5,0
Total	24,1
Fonte: Gutelman, 1975, p. 233	

Junto do Convênio, em janeiro de 1964, foi lançada a meta de produção de 10 milhões de toneladas métricas de açúcar para 1970 (a despeito do fato de que o Instituto de Planificação Física do Ministério de Obras Públicas havia produzido estudos que indicavam uma capacidade máxima de produção de 8,4 milhões de toneladas, como se discutirá adiante). A estratégia açucareira estava baseada em dois dados econômicos externos. Primeiro, a possibilidade de crescimento do consumo de açúcar nos países do bloco soviético. Segundo, a perspectiva de desabastecimento do

¹⁷⁵ Em 1964, o preço do açúcar no mercado livre mundial variou entre 5,77 e 5,82 centavos de dólar a libra. Em seguida houve uma queda, atingindo 1,80 em 1966 e 1,90 em 1968, enquanto o preço soviético se manteve (Ramos, 2007, p. 577).

mercado mundial de açúcar, formulada nos anos 1960 por organismos econômicos internacionais, que desencadeou um processo especulativo ao qual Cuba não estava isenta¹⁷⁶.

Em 1963, a União Soviética possuía mais de 200 milhões de habitantes e um consumo médio de açúcar de 30,5 quilos anuais *per capita*, o que correspondia à metade do consumo interno cubano (Aranda, 1968, p. 58). Assim, apesar de ser o maior produtor de açúcar de beterraba do mundo, com 6 milhões de toneladas anuais, a elasticidade da demanda soviética era enorme (Pericás, 2004, p. 39). Não à toa, o consumo soviético de açúcar cresceu 37% entre 1963 e 1965. A elasticidade da demanda chinesa era ainda maior: com 700 milhões de habitantes, seu consumo médio de açúcar era de apenas 2,6 quilos *per capita* ao ano em 1963, e cresceu 23% até 1965. A elasticidade das demandas chinesa e soviética pode ser constatada na tabela 21, em comparação com o padrão de consumo de açúcar de Cuba, de países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos¹⁷⁷.

TABELA 21 - Consumo de açúcar <i>per capita</i> em onze países (kg/ano)				
	1963	1964	1965	População em 1966 (milhões de habitantes)
Cuba	63,3	54,7	65,8	7,8
Estados Unidos	47,9	46,1	47,3	196,8
URSS	30,5	39,6	41,8	233,2
México	34,2	35,9	36,1	44,1
França	34,1	34,3	34,7	48,9
Brasil	35,8	33,6	36,3	84,7
Alemanha Ocidental	33,0	32,8	33,8	57,5
Índia	5,8	5,3	5,7	483,8
China	2,6	2,8	3,2	700,0
Paquistão	2,9	3,0	3,2	105,0
Indonésia	5,4	5,4	5,5	104,5

Fonte: Aranda, 1968, p. 58.

¹⁷⁶ Como analisou Ramos: “No início da década de 1960 (...) havia um pessimismo quanto ao abastecimento futuro, o que ficava claro nas análises inclusive de organismos internacionais (exemplo da FAO), prevendo-se escassez generalizada e, portanto, um longo período de preços elevados no mercado livre mundial” (Ramos, 2007, p. 575). A relação entre as especulações do mercado mundial de açúcar e a safra de 1970 será analisada no próximo capítulo.

¹⁷⁷ À época, além dos Estados Unidos, apenas Inglaterra e Canadá, dentre os países capitalista desenvolvidos, possuíam consumo *per capita* acima de 40 quilos anuais (Pericás, 2004, p. 40).

Apesar desta aparente racionalidade econômica, a nova estratégia cubana desviava do clássico caminho da substituição de importações proposto pelos estruturalistas latino-americanos. Em 1962, a tentativa de uma industrialização rápida por substituição de importações não correspondeu às expectativas e ao invés de resolver os problemas do desequilíbrio externo, os agravou (Pericás, 2004, p. 83). Mas porque, afinal, priorizar o açúcar, se a monocultura cubana era um resquício histórico da dominação colonial, principal sustentáculo da *plantation* modernizada?

Antes de tudo, há que se pontuar que a estratégia agrária adotada em 1964, atrelada à nova inserção internacional, apresentava diferenças estruturais importantes em relação à monocultura neocolonial. Elencamos quatro diferenças essenciais. Em primeiro lugar, a plantação canavieira cubana não estava mais umbilicalmente submetida às especulações financeiras de Wall Street, cuja consequência inevitável era a subutilização das capacidades produtivas da ilha (terras ociosas, plantações não colhidas, desemprego estrutural). A deriva especulativa que deformava a estrutura produtiva da ilha foi rompida em duas etapas: primeiro, com a reforma agrária e expropriação das terras controladas por estrangeiros em 1960; segundo, com a estabilidade de preços oferecida pela União Soviética em 1964. Isso não quer dizer que Cuba não estivesse sujeita aos humores do mercado açucareiro mundial, mas sim que sua estrutura produtiva estaria voltada para o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis, invertendo-se o sentido da monocultura neocolonial. Em segundo lugar, a produção de açúcar deveria se submeter a um plano econômico nacional que, por suposto, deveria se acoplar às economias planificadas dos países compradores, o que dependia de ajustes e prognósticos bem coordenados entre todas as partes. O planejamento determinava um novo sujeito histórico no comando da produção, e criava possibilidades conscientes de transformação estrutural de longo prazo, o que definitivamente não havia na *plantation* modernizada. Seria possível, desde então, executar um planejamento das melhorias tecnológicas, sem o qual não se alcançariam as metas estratégicas da agricultura. O excedente cubano passaria a ser utilizado, através do planejamento, para a melhoria dos meios técnicos e econômicos adequados às finalidades da revolução. Em terceiro lugar, vislumbrou-se a possibilidade de compatibilizar a prioridade açucareira com projetos de diversificação, através da intensificação agrícola. A “nova monocultura” tinha em vista sua própria superação, e buscava combinar suas atividades com os planos especiais

diversificados de tecnologia intensiva, o que estava longe de existir no período neocolonial. Em quarto lugar, a alocação dos excedentes produzidos pelo açúcar era definida por novos sujeitos históricos. Isso significava que, apesar do processo de *geração* do excedente permanecer hiperespecializado, a *distribuição* e *utilização* estavam orientadas pelas novas finalidades do desenvolvimento: o igualitarismo, a soberania nacional e a construção de uma sociedade socialista.

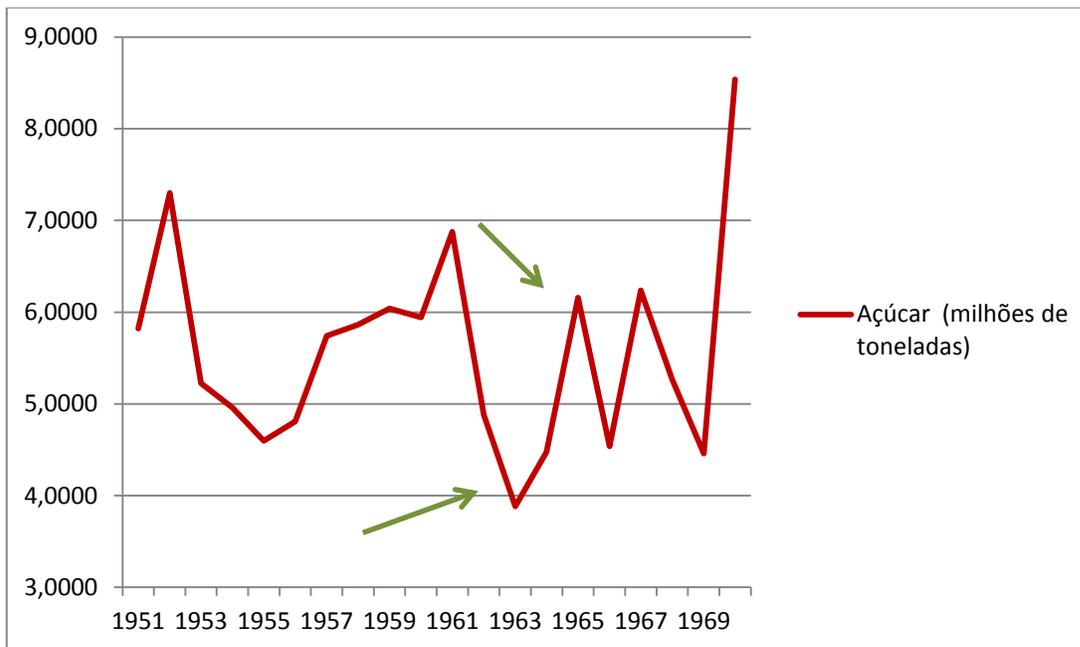
Apesar destas diferenças essenciais, a volta ao açúcar teve caráter paradoxal, porque adia uma etapa imprescindível do processo de desenvolvimento nacional: a internalização dos meios técnicos e econômicos adequados às novas finalidades da sociedade cubana. Desta feita, ainda que regida por outras determinações, perpetuava-se a dependência estrutural cubana às economias externas. Esta “dependência de novo tipo” se combinava com uma alta dose de soberania nacional e com a internalização relativa dos centros de decisão. Era, por assim dizer, uma “dependência planificada” que, por sua estabilidade, ampliava as margens de escolha do governo cubano em relação a toda sua história precedente. Cuba não estava mais sujeita às flutuações especulativas da economia externa, mas era dependente da própria existência do bloco soviético. Por isso, mesmo sem deter os meios técnicos e econômicos adequados, o governo revolucionário se lançou à execução imediata das novas finalidades do desenvolvimento, a partir das condições concretas existentes. A inadequação entre meios e fins, definidora do subdesenvolvimento, adquiriu novos conteúdos sociais, técnicos e históricos.

De volta ao açúcar

A resposta do setor açucareiro à nova inserção internacional foi rápida: em 1964, a safra cresceu 15,2% em relação ao ano anterior, apesar da destruição causada pelo ciclone Flora. Em 1965, o crescimento anual foi de 37,6%. A trajetória da produção açucareira cubana entre 1951 e 1970 está representada no **gráfico 4**¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Fonte: JUCEPLAN, 1970, p. 136.

GRÁFICO 4 - Produção de açúcar (1951-1970)



A etapa da diversificação emergencial estava encerrada pela estabilidade da nova inserção internacional da ilha. Além de ter sido insuficiente para suprir o crescimento da demanda interna de alimentos, essa diversificação resultou em um caminho antieconômico, tendo gerado desequilíbrios estruturais que não poderiam ser ignorados pela direção revolucionária. A redução da safra açucareira, o crescimento da demanda interna de alimentos e a insuficiente substituição de importações alimentares pressionavam a capacidade de importação trazendo à tona o fantasma da escassez de divisas. O crescimento da demanda era consequência inevitável do fim da segregação social, e o governo compreendeu que era preciso controlá-lo. Por isso, outra medida adotada já em 1962 para apaziguar o desequilíbrio econômico foi o sistema de racionamento alimentar através da *libreta*, o cartão de abastecimento mensal que ao mesmo tempo controlava os níveis de consumo, e dava direito a uma quantidade gratuita de alimentos às famílias¹⁷⁹ (Aranda, 1968, pp. 39-40).

¹⁷⁹ O racionamento consistia em, basicamente, 1,48 quilo de carne de boi desossada mensal por pessoa; 1,38 quilo de arroz mensal por pessoa; 1 litro de leite por dia para crianças menores de 7 anos e adultos maiores de 65 anos; e 6 latas de leite condensado ao mês para as outras idades. Não havia restrição específica para consumo de pão, ovos, açúcar e hortaliças (Aranda, 1968, pp. 39-40). Em 1969, a porção de arroz dobrou para 2,7 quilos mensais por pessoa (Barkin, 1973, p. 139). Cabe lembrar que a dieta dos trabalhadores rurais antes

A rápida recuperação do açúcar foi consequência da expansão de 17.417 caballerías da superfície da cana, entre 1962 e 1964. Carlos Rafael Rodríguez, em 1963, descreveu a expansão com bastante otimismo:

Los errores de enfoque cometidos a partir de 1961 fueron rectificadas ya a comienzos de 1962. En la zafra de 1964 se sentirán los efectos de esa rectificación a fondo en esa política cañera (...). En conjunto, esos tres años de trabajo devolverán al cultivo de caña una extensión de 17.417 caballerías, que resultará suficiente, junto al empleo adecuado de los abonos, del regadío y de las variedades acertadas, para una zafra, a partir de 1965, de 7.000.000 de toneladas si las condiciones atmosféricas son normales (1963a, p. 21).

Mesmo ao calor do grande debate econômico travado dentro da direção revolucionária cubana entre 1963 e 1964, a volta do açúcar como prioridade estratégica foi ponto consensual. Talvez porque não houvesse outro caminho à vista para resolver o problema da escassez de divisas, já que os novos cultivos alimentares não conseguiram adquirir a eficiência adequada para substituir as importações. Em 1963, Carlos Rafael Rodríguez justificou a nova estratégia a partir da constatação das vantagens econômicas da produção açucareira em relação a outros cultivos:

El INRA ha realizado algunos estudios no completos que permitan ya comprender la conveniencia de extender el cultivo de la caña hasta 125.000 caballerías en vez de entregar esas 25.000 caballerías nuevas a cultivos menos rentables nacional e internacionalmente. Cuando se sabe que una caña regada con el agua que empleamos para regar al arroz produce más, en términos de valor comparativo, que una caballería de arroz, y que la venta de azúcar producido por esa caballería de caña representa mucho más en divisas que el ahorro de estas logrado con la producción arroceras en ese mismo espacio, se comprende por qué, mientras podamos producir caña para el mercado internacional, esa operación nos resulta rentable. Más aún cuando se trata de frijol y maíz (1963b, p. 86).

da revolução era muito mais pobre, e que produtos como carne e leite, agora garantidos a todos, eram considerados de luxo. Ademais, além do abastecimento regular da *libreta*, a maioria da população ativa fazia uma ou duas refeições gratuitas nos centros de trabalho. Aranda sustentou à época que: “el racionamiento en Cuba es motivado por un fenómeno de desajuste esencialmente transitorio” (1968, p. 40). Na opinião de Barkin, o racionamento era uma medida necessária da própria estratégia de desenvolvimento, sem a qual não se poderia ampliar o investimento: “Debía que restringirse el consumo individual para que la nación continuase utilizando la mayor parte del crédito y de las divisas para las necesarias importaciones de bienes de capital y de materias primas para la producción industrial (...) Sin un mecanismo adecuado para restringir la demanda interna de productos agrícolas nacionales y la importación de otros bienes de consumo, sería imposible emprender el programa de desarrollo a largo plazo iniciado a mitad de la séptima década” (Barkin, 1978, pp. 219-220).

Ancorado neste raciocínio, reduziu-se a partir de então a produção de uma série de cultivos “forçados”, como definiu Carlos Romeo¹⁸⁰ (1965, p. 8), cuja racionalidade econômica levava à defesa das vantagens da importação. Edquist defendeu que uma vantagem da economia socialista em relação à capitalista era o fato de que o Estado, como “sujeito da escolha tecnológica” (*social carrier of technique*), poderia suportar mais tempo de investimentos não rentáveis, e esse tempo era mais adequado ao processo estrutural de desenvolvimento de capacidades tecnológicas endógenas, necessariamente de longo prazo (Edquist, 1985, p. 142). Contudo, essa vantagem só poderia ser vislumbrada se houvesse uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo em curso, o que, entre 1959 e 1963, não havia, de modo que a não rentabilidade da economia cubana não se justificava por nenhum ganho futuro em termos de estrutura tecnológica. A política de emergência para agricultura mais cedo ou mais tarde deveria ser substituída por uma de longo prazo. A escassez de divisas, porém, era um problema estrutural imediato. A direção revolucionária caminhou exatamente no meio do caminho entre a estratégia de longo prazo e os desequilíbrios imediatos.

Guevara havia afirmado num programa de televisão em 6 de janeiro de 1961, que “Cuba tem que contar com o açúcar para desenvolver-se e para realizar seu comércio externo. Ou vende seu açúcar, ou sofre prejuízos muito altos no comércio externo” (1982, p. 103). Reforçando a mesma ideia, em entrevista ao jornalista Jean Daniel, Guevara afirmou alguns anos mais tarde que “nossas dificuldades advêm de nossos próprios erros. O maior deles, o que mais nos causou problemas, como o senhor sabe, é a subexploração da cana-de-açúcar” (apud Pericás, 2004, pp. 82-3). É digno de nota que os expoentes polarizadores do grande debate econômico, Carlos Rafael Rodríguez e Che Guevara, estavam de acordo sobre a política de priorização do açúcar. Mas quais seriam as consequências estruturais desta política, no quadro de uma nova inserção internacional? Guevara acreditava que as relações comerciais entre os países socialistas eram qualitativamente distintas das relações internacionais capitalistas e considerava que a nova inserção cubana poderia criar as bases da industrialização. Sustentou em 1964:

¹⁸⁰ Carlos Romeo é um economista chileno que foi assessor do Ministério das Indústrias em Cuba desde março de 1959, inicialmente enviado em missão técnica da CEPAL.

É necessário encontrar fórmulas de comércio que permitam o financiamento dos investimentos industriais nos países em desenvolvimento, mesmo que isso infrinja os sistemas de preços existentes no mercado mundial capitalista, o que permitirá o avanço uniforme de todo campo socialista (...). O recente acordo entre Cuba e URSS é uma mostra dos passos que podem ser dados neste sentido (1982a, p. 195).

Considerando a opinião de Guevara, encontramos o cerne do paradoxo, poeticamente sintetizado por Eduardo Galeano no início dos anos 1970: “a Revolução descobriu, então, que havia confundido o punhal com o assassino. O açúcar, que havia sido o fator de subdesenvolvimento, converteu-se num instrumento do desenvolvimento” (Galeano, 2004, p. 87). Pensou-se, então, que a hiperespecialização típica da estrutura agrária neocolonial poderia ser um meio para formação das bases de uma nova economia, diversificada e voltada para as necessidades da população. Infelizmente, esta aposta se frustrou a partir de 1970, fazendo com que o fator chave da geração de excedente permanecesse sendo o açúcar por muito mais tempo do que o desejável. Entretanto, no tempo da sincronia, a inserção econômica no bloco soviético se havia tornado um imperativo de sobrevivência da revolução cubana.

Revolução insertada e o paradoxo da nova dependência

Em fins da década de 1960, Celso Furtado analisou a importância do setor externo em uma economia subdesenvolvida como a cubana, e chegou a conclusões não muito diferentes dos dirigentes revolucionários. Alegou:

Em uma economia de estrutura pouco diferenciada como a cubana, toda tentativa de elevação do ritmo de crescimento acarretaria, de imediato, séria pressão sobre a balança de pagamentos. Desta forma, era de se esperar que o setor externo em pouco tempo se transformasse no ponto nevrálgico, onde se decidiria o futuro da Revolução cubana (1969, p. 342).

Seria impossível compreender as determinações dos acordos comerciais entre Cuba e União Soviética, sem considerar a correlação entre segurança econômica (créditos, liquidez e

divisas) e segurança militar (armamentos e proteção)¹⁸¹. A especificidade geopolítica cubana do período de 1960 a 1990 foi definida pelo salvadorenho-palestino Shafick Handal com o conceito de “revolução insertada”¹⁸². Segundo essa interpretação, os golpes militares ocorridos na América Latina após 1959 configuraram um entorno regional tremendamente hostil à ilha, que ameaçava a sobrevivência da revolução cubana. A onda repressiva foi desencadeada a partir de 1964 no Brasil e se espalhou pelo Cone Sul, produzindo, segundo Regalado, uma terceira geração de ditaduras latino-americanas, as “ditaduras militares de segurança nacional”, cujo objetivo primordial era a eliminação ideológica das forças revolucionárias, fossem nacional-libertadoras, fossem comunistas¹⁸³. Essa “contrarrevolução continental” alterou profundamente os rumos e possibilidades de desenvolvimento da revolução cubana, tanto mais quando o bloqueio econômico estadunidense se propagou na região. Insertada no entorno hostil, Cuba não teria alternativa a não ser recorrer à ajuda externa (econômica e militar). A interpretação da revolução insertada, portanto, defende a tese de que não havia possibilidade concreta de sobrevivência do projeto revolucionário cubano, sem que se recorresse à proteção soviética. Por isso, qualquer crítica feita à inserção especializada cubana no Segundo Mundo deveria colocar, do outro lado da balança, a própria existência da revolução. Uma interpretação sobre a impossibilidade cubana de dispensar a ajuda externa foi feita por Carlos Rafael Rodríguez:

Aunque el imperialismo tiene la capacidad militar de agredirnos, no tiene la posibilidad histórica concreta de llevar a la práctica esa agresión. El costo político sería demasiado grande. La Unión Soviética ha desempeñado el papel central en el desarrollo económico de Cuba. Nosotros creemos que, en el desarrollo de los países atrasados, la

¹⁸¹ Valdés Paz nos explicou: “Hay que tener en cuenta que esa inserción es económica, pero sobretodo y emergentemente, es defensiva. Porque cuando tú desacoplas de los gringos, ¿quién te va a dar el fusil? ¿Quién te va a dar la bala? ¿Quién te va a dar el avión? ¿Quién te va a dar el barco? ¿Quién te va a dar los recursos militares para defenderte?” (2012).

¹⁸² Ainda que este conceito não tenha sido formalizado em nenhuma obra acadêmica, o consideramos de alta validade interpretativa. Muitas vezes, dirigentes políticos de caráter essencialmente prático não chegam a formalizar suas teorias com procedimentos acadêmicos convencionais, mas isso não diminui sua capacidade aguçada de interpretação da realidade. Quem nos apresentou este conceito foi Roberto Regalado, historiador, sociólogo, dirigente e teórico da Cuba contemporânea, especialista em geopolítica, editor da revista *Contexto Latinoamericano* e da *Ocean Sur*. Em nossa visão, a perspectiva diacrônica do conceito de revolução insertada enriquece a compreensão dos problemas aqui analisados.

¹⁸³ Para Regalado, “la dictadura es un componente en la historia republicana de América Latina”. A primeira geração de ditaduras por ele identificada teria ocorrido logo após as guerras de independência hispano-americanas e a segunda geração surgiu nos anos 1920 na bacia do Caribe (Regalado, 2012).

colaboración internacional tiene un papel importante. Destacamos que el pueblo que no cuente con sus propias fuerzas y dependa exclusivamente de la ayuda exterior no podrá desarrollarse. Pero, en las condiciones contemporáneas, los países que han sido largamente explotados por el imperialismo y que están distante, cualitativamente, del desarrollo de los países más avanzados *no podrán por sí mismos, en corto término, vencer ese subdesarrollo* (1983, p. 501, grifo nosso).

A ideia de “revolução insertada” articula o paradoxo do açúcar à nova inserção internacional: a água que matava a sede da revolução cubana, e sem a qual ela não poderia sobreviver, gerava o risco constante de afogamento. No curto prazo, a ajuda soviética resolveria dois problemas vitais: das divisas e da defesa. Porém, ao mesmo tempo em que era imprescindível, apresentava consequências estruturais negativas no longo prazo. Como nos confirmou Regalado, com o passar do tempo a proteção soviética aprofundou a dependência externa da ilha¹⁸⁴. Em termos quantitativos, a dependência comercial em relação ao bloco soviético era proporcional à anterior dependência com os Estados Unidos, como nos mostram os **gráficos 5 e 6**¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Problematizou Regalado: “Cuba es una revolución insertada en un entorno hostil que necesitaba ayuda sustancial para sobrevivir (...). ¿Qué implica eso? (...) Implica que se convierte en una relación de dependencia con la Unión Soviética. Según los datos oficiales, 85% del comercio exterior era con el CAME (...). Se todo podría obtener en el CAME, se lo prefería porque era a crédito, y porque el crédito jamás se pagaba. Se iba acumulando crédito hasta un día que tendríamos que sentar a ver qué pasa. Pero siempre había una posposición del pago y más crédito. Y así no se pagaba jamás” (2012). Em castelhano se chama CAME o COMECON – Conselho para Assistência Econômica Mútua.

¹⁸⁵ Barkin, 1973, pp. 134-5. Extraído de *Cuba, Compendio Estadístico*, 1970.

GRÁFICO 5 - Exportações cubanas por país de destino (1958-1970)

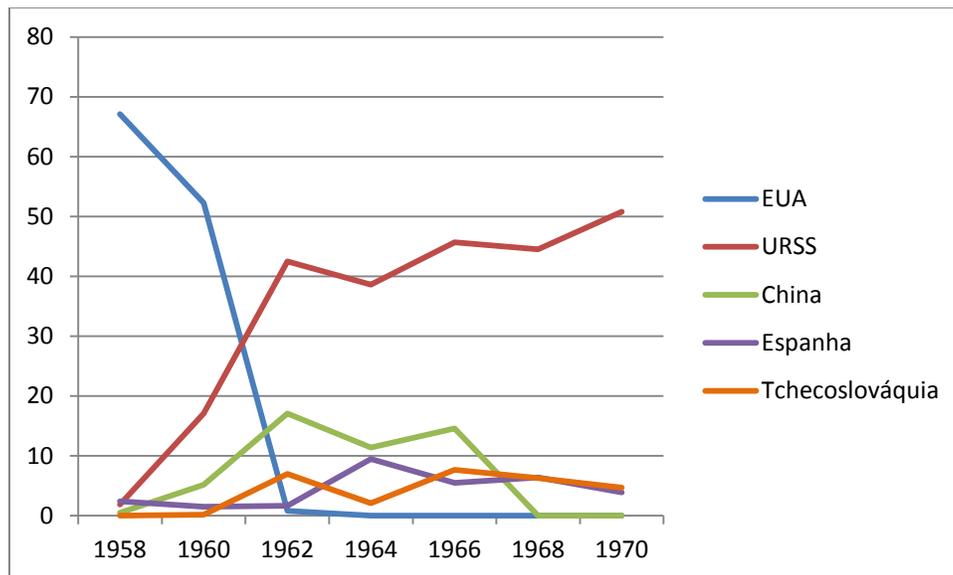
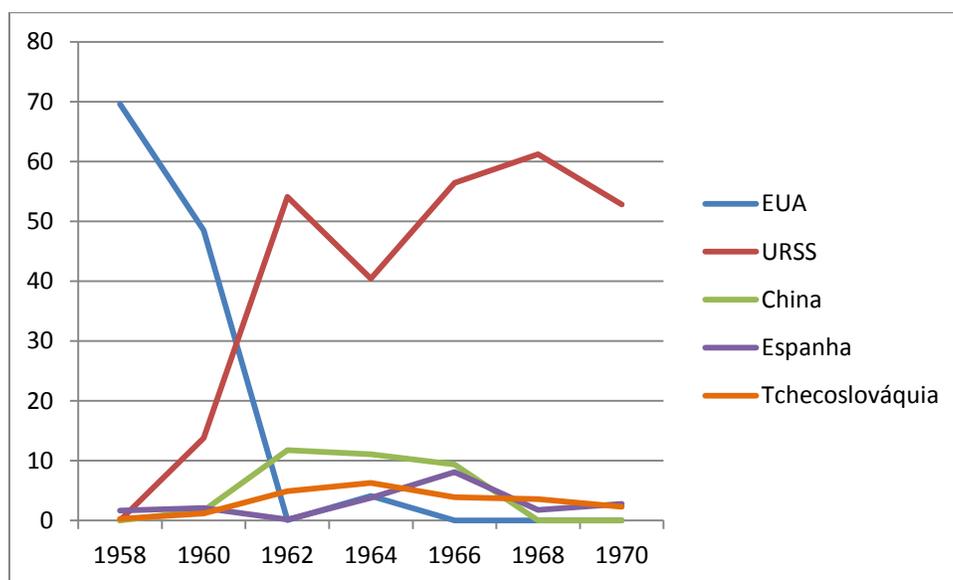


GRÁFICO 6 - Importações cubanas por país de origem (1958-1970)



Em termos qualitativos, contudo, a nova dependência era de natureza distinta, uma vez que, no sentido oposto da inserção capitalista, deu origem a um fluxo de transferência de recursos de fora para dentro da ilha. Eram três os mecanismos de transferência: os preços, os créditos e os investimentos produtivos. Esta transferência só era possível porque a revolução insertada produziu uma face paradoxalmente positiva devido ao contexto da

Guerra Fria, dando origem a uma “vantagem geopolítica” de Cuba nas suas relações com o bloco soviético. Como veremos no capítulo 5, todos os mecanismos de transferência de recursos soviéticos à ilha estavam alicerçados nesta vantagem geopolítica, cuja existência dependia das tensões internacionais específicas¹⁸⁶. Na conjuntura de alta pressão militar, poucos foram os dirigentes cubanos que vislumbraram o caráter historicamente provisório da Guerra Fria. Por conta disso, a ajuda soviética desencadeada pela revolução insertada foi interpretada como um “novo paradigma” de relações internacionais entre países com níveis desiguais de desenvolvimento das forças produtivas. Até Juan Noyola, um dos maiores defensores da diversificação comercial, elogiou o caráter distinto dos “créditos socialistas” em relação aos créditos imperialistas. Segundo sua análise de setembro de 1960:

La idea del crédito estatal a largo plazo, a baja tasa de interés, sin imponer condiciones políticas y para los fines que el propio país decida y en campos que sea necesario contar con equipos extranjeros, con recursos complementarios de capital, en que se trate de desarrollar industrias nuevas, en las cuales se necesite una gran experiencia técnica y grandes unidades de producción, ese tipo de préstamos sí son aceptables, sí son recomendables, incluso como una forma complementaria de desarrollo. En el caso de Cuba hay dos magníficos ejemplos de éstos: el crédito concedido por la Unión Soviética y el crédito concedido por Checoslovaquia (1978, p. 109).

Rodríguez foi mais além sobre a caracterização positiva da inserção cubana no Segundo Mundo. Afirmou que as relações internacionais com o bloco soviético constituíam uma superação do paradigma explorador das relações imperialistas, porque pela primeira vez a divisão internacional do trabalho estaria organizada em condições justas de “interdependência” (Rodríguez, 1963b, p. 86). Por óbvio, diante do conflito iminente, as interpretações sobre a nova inserção cubana eram mais sensíveis às necessidades imediatas do que à análise fria da provisoriedade histórico-estrutural sobre a qual tal inserção se assentava. Sendo assim, nos anos 1960, predominou o elogio da nova dependência¹⁸⁷.

¹⁸⁶ Os preços fixados pelos acordos eram políticos: sempre estáveis e superiores em relação ao mercado capitalista mundial. Os créditos soviéticos eram renovados e os pagamentos das dívidas prorrogados com anulação dos juros, sem condicionamento à rentabilidade dos investimentos. A transferência de tecnologia soviética ocorria a baixo custo e incluía envio de equipes técnicas especializadas.

¹⁸⁷ As consequências negativas da dependência de Cuba em relação ao bloco soviético se tornaram irreversíveis no longo prazo. Suas determinações diacrônicas serão debatidas no capítulo 5 deste trabalho.

Além da transferência de recursos, havia outro aspecto fundamental que contribuía para a visão positiva da inserção no bloco soviético: a inédita coexistência entre dependência externa e soberania nacional. Valdés Paz comentou:

Objetivamente la revolución cubana solamente es viable si un tren se enganche en otro. *Porque no es posible para un país como Cuba tener vida propia. Ahora, en ese enganche puedes hacerlo de una manera más adecuada a tus intereses (no solo económicos, a tus intereses generales, de seguridad, político, culturales), o te puedes comportar como un peón, como un satélite. Pero resulta al revés: que nosotros tenemos impuesto a la URSS compromisos y situaciones que no hubiera querido de ninguna manera si no hubiéramos forzado nosotros.* Me refiero a sus compromisos en África, a sus compromisos en Centro-América, etc. (Valdés Paz, 2012, grifo nosso).

A principal arena de ação da soberania nacional cubana foi sua política externa, de cunho anti-imperialista e “terceiro-mundista”¹⁸⁸. Neste aspecto, a luta pela superação do subdesenvolvimento, que impulsionou o projeto da revolução cubana, teria se institucionalizado como diretriz máxima da política externa. Em outras palavras, a luta anti-imperialista se converteu em uma finalidade internacional do projeto socialista cubano, que vinculava organicamente a ilha ao Terceiro Mundo.

Anti-imperialismo e soberania nacional: Cuba no Terceiro Mundo

O protagonismo cubano na Conferência Tricontinental, na fundação da Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), e no Movimento dos Países Não Alinhados atestou que durante os anos 1960, a dependência econômica cubana não gerava mecanicamente uma dependência política¹⁸⁹. A soberania da política

¹⁸⁸ O “terceiro-mundismo” foi assim definido por Hobsbawm: “‘O terceiro-mundismo’, a crença em que o mundo seria emancipado pela libertação se sua ‘periferia’ empobrecida e agrária, explorada e forçada à dependência pelos ‘países-centro’ do que uma crescente literatura chamava de ‘sistema mundial’, tomou conta de grande parte dos teóricos de esquerda do Primeiro Mundo. Se, como sugeriram os teóricos do ‘sistema mundial’, as raízes dos problemas do mundo estavam não na ascensão do capitalismo industrial moderno, mas na conquista do Terceiro Mundo por colonialistas europeus no século XVI, então a inversão desse processo histórico no século XX oferecia aos impotentes revolucionários do Primeiro Mundo uma saída de sua impotência” (2005, p. 431). Isso explica a atração que a revolução cubana exercia sobre as esquerdas europeias e estadunidenses.

¹⁸⁹ Cuba foi o único representante da América Latina no Movimento dos Não Alinhados, em uma demonstração isolada de soberania nacional no continente (Hobsbawm, 2003, p. 337).

externa cubana, reforçada por estas experiências, é um dado histórico bastante relevante para compreensão da natureza das relações entre Cuba e União Soviética especificamente dos anos 1960¹⁹⁰. O grau de soberania nacional conquistado pela ilha lhe permitia lutar por sua finalidade em âmbito internacional, através da criação de ferramentas políticas de combate ao subdesenvolvimento e à dominação colonial em outros continentes. Por conta disso, Cuba foi um elo entre o Terceiro Mundo e o Segundo, entre o subdesenvolvimento e o socialismo (Hobsbawm, 2003, p. 431).

O Terceiro Mundo atravessou, depois da II Guerra, uma intensa onda de lutas revolucionárias pela emancipação nacional, envolvendo metrópoles, colônias e neocolônias em uma zona de conflitos permanentes. A interpretação de Hobsbawm corrobora com a ideia de que o Terceiro Mundo foi palco das guerras quentes que se desenvolveram como prolongamento da Guerra Fria, que combinavam dois componentes: a resistência de base local à dominação estrangeira e a polarização ideológica entre liberdade de mercado e igualdade social. Para Hobsbawm:

Essa permanente instabilidade social e política do Terceiro Mundo dava-lhe seu denominador comum. Essa instabilidade era igualmente evidente para os EUA, protetores do *status quo* global, que a identificavam com o comunismo soviético, ou pelo menos a encaravam como uma vantagem permanente e potencial para o outro lado da grande luta global pela supremacia. Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial ou não oficial (...). Foi isso que manteve o Terceiro Mundo como uma zona de guerra (2003, pp. 421-2).

Diante do potencial revolucionário das periferias, Cuba foi uma peça chave na conexão entre Segundo e Terceiro Mundos, influenciando ideologicamente os movimentos de libertação nacional, organizando a ajuda militar e a defesa política das lutas de independência, sobretudo na África. A “revolução contra o subdesenvolvimento” amplificava seu sentido sistêmico quando Cuba se apresentava como vanguarda da

¹⁹⁰ Já nos anos 1970, a “dependência de novo tipo” adquiriu novas determinações. Após o fracasso da safra de 10 milhões de toneladas de açúcar, Cuba ingressou no CAME com menor poder de negociação internacional e adotou os modelos de planificação econômica soviéticos. A partir de então, a dependência cubana se aprofundou. Como nos contou Valdés Paz: “El esfuerzo de mayor autonomía de todo eso fue los 60. En los 70 casi nos caímos en el modelo soviético, y solo en la mitad de los 80 que empezamos a salir con la política de rectificación de los errores. (...) Yo creo que la dirección cubana se planteó: la política exterior cubana es nuestro espacio de independencia” (Valdés Paz, 2012).

emancipação nacional de todo o hemisfério Sul. O papel cubano como vanguarda internacional da luta contra o subdesenvolvimento se consolidou quando, em janeiro de 1966, no auge da Guerra do Vietnã, um grupo de 82 países do hemisfério Sul, representados por 327 organizações políticas, se reuniu em Havana para a Conferência Tricontinental, idealizada pelo marroquino Mehdi Ben Barka¹⁹¹. Em definitivo, a Tricontinental incomodava os líderes das metrópoles do mundo moderno, talvez porque desmascarasse os discursos em defesa dos direitos humanos que às vezes eram proferidos do Norte¹⁹². Che Guevara, que à época estava na Tanzânia logo depois de ter deixado o Congo, enviou a célebre Mensagem à Tricontinental, na qual propunha lema “criar dois, três, muitos Vietnã”, focos de resistência guerrilheira contra as forças armadas dos Estados Unidos espalhadas pelo mundo, num momento em que a defesa da autodeterminação dos povos havia conquistado destaque internacional (Guevara, 2011b, p. 421).

Nesse contexto, através da Tricontinental, foi concebido um contraponto hemisférico vindo do Sul, que articulasse todas estas demandas por independência e soberania. Assim nasceu a *Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina*, a OSPAAAL, instituição que existe até hoje. Seria uma ferramenta de solidariedade entre os povos dos países subdesenvolvidos e colonizados, explorados de distintas maneiras pelas potências imperialistas durante os últimos séculos, com a finalidade de financiar e organizar a luta pela soberania nacional em dimensão hemisférica. A prioridade absoluta da OSPAAAL em 1966, de acordo com Lourdes Cervantes¹⁹³, era completar o processo de descolonização das periferias, sobretudo da África e Ásia, que ainda estavam controladas

¹⁹¹ Líder político nacionalista, Ben Barka havia fundado a União Nacional das Forças Populares do Marrocos em 1959, e era um destacado dirigente na luta pela descolonização da África. Três meses antes da Conferência, ocupado com a Presidência do Comitê Organizador da Tricontinental, Ben Barka fora assassinado em Paris por ordem da polícia secreta da França, onde estava exilado desde 1963, após ter sido vítima de um sequestro obscuro com fortes indícios de participação da CIA (Cervantes, 2012).

¹⁹² O temor dos Estados Unidos em relação à auto-organização do Terceiro Mundo se relacionava também com o fato de que o projeto econômico de desenvolvimento soviético lhes poderia parecer muito mais eficaz e adequado. Como justificou Hobsbawm: “O comunismo de base soviética, portanto, passou a ser um programa voltado para a transformação de países atrasados em avançados. (...) A receita soviética de desenvolvimento econômico – planejamento econômico estatal centralizado, voltado para a construção ultrarrápida das indústrias básicas, e infraestrutura essencial a uma sociedade industrial moderna – parecia feita para eles [países atrasados] (...) Parecia um modelo mais adequado, sobretudo para países sem capital privado nem um grande corpo de indústria privada com fins lucrativos” (2003, p. 367).

¹⁹³ Lourdes Cervantes é a atual chefe política da OSPAAAL, com quem conversamos em julho de 2012.

por poderes estrangeiros. A este desafio político e militar, se somavam outros: a luta pela soberania nacional dos países que, apesar da independência formal, não detinham estados nacionais com poder real de governo; a preservação das identidades nacionais e culturais dos povos; a solidariedade Sul-Sul; a luta pela superação do subdesenvolvimento e atraso econômico; a justiça social; entre outras. A representatividade do Terceiro Mundo naquele encontro fundacional se tornou ainda mais ameaçadora ao bloco capitalista porque tanto China quanto União Soviética foram acolhidas em Havana na qualidade de observadoras. Cuba unia o Terceiro Mundo ao Segundo, tendo deslocado posições soviéticas e chinesas através de sua política externa de solidariedade terceiro-mundista. Não à toa, Cervantes comentou:

Es una reunión que marca un hito histórico porque a pesar del predominante diferendo sino-soviético de la época, tanto el Partido Comunista de China, como el Partido Comunista de la entonces Unión Soviética asisten como observadores a la Conferencia Tricontinental y se comprometen a apoyar política y concretamente el movimiento de liberación nacional del Sur. Y es probablemente, en aquella época de tan duro diferendo político, el único momento histórico en que ambas fuerzas coinciden con la necesidad de dar un impulso a ese proceso de organización, y se comprometen en condiciones de igualdad y de respeto por las diferencias hacer ese esfuerzo común (2012).

Está para muito além de nossos objetivos analisar as determinações gerais da política externa cubana. O que importa, por hora, são três propostas interpretativas. Primeiro, a ideia de que a revolução cubana não poderia sobreviver sem ajuda externa, devido tanto aos desajustes estruturais (técnico-econômicos) de uma sociedade subdesenvolvida, quanto ao contexto militar da revolução insertada. Segundo, que o paradoxo do açúcar se converteu em paradoxo da inserção internacional, isto é, em termos econômicos, a relação cubano-soviética era tão imprescindível e benéfica no curto prazo, quanto problemática no longo prazo. E terceiro, que Cuba se integrou a uma relação de “dependência de novo tipo”, cujas quatro diferenças estruturais essenciais em relação à dependência neocolonial foram pontuadas anteriormente, e às quais acrescentamos sua particular coexistência com a soberania nacional¹⁹⁴.

¹⁹⁴ Com isso concordava Florestan Fernandes: “Se ainda continua dependente do mercado mundial do açúcar, é óbvio que essa dependência não impede nem a autonomia de sua política econômica revolucionária, nem uma crescente racionalização do controle de aplicações alternativas dos recursos materiais e humanos

Tendo sido expostas as determinações gerais do cenário internacional por trás da estratégia combinada, restam-nos compreender as três tarefas que a acompanharam: a relativa descentralização administrativa da produção agrícola; as formas da diversificação especializada; e a busca da absorção tecnológica que viabilizasse a intensificação da produção.

C) A GESTÃO AGRÁRIA ENTRE A DESCENTRALIZAÇÃO E A CENTRALIZAÇÃO

O problema estrutural mais elementar resolvido pela segunda reforma agrária foi o caos territorial. A partir de outubro de 1963, as granjas que estavam transpassadas por outras propriedades foram reorganizadas geograficamente. Isso alavancou a capacidade produtiva estatal, e permitiu a ampliação em 29,4% dos rendimentos agropecuários do setor, como mostra a **tabela 22**.

Como parte da reorganização territorial, foram criadas novas instâncias administrativas da produção agropecuária, que refletiam alguns aspectos das críticas dos especialistas internacionais a respeito da gestão e da escala. Por um lado, foi criada uma nova subdivisão territorial da granja,

reduzindo a esfera de ação dos técnicos agrícolas e respondendo às críticas sobre o gigantismo da escala. Por outro, uma nova instância de decisão, entre as granjas e as províncias, serviria de intermediária na planificação, descentralizando algumas atribuições

TABELA 22 - Rendimentos agropecuários (1963-1964) (em milhões de pesos)				
	1963		1964	
Estatal	360,8	46,3%	467,0	57,7%
Privado	410,0	53,7%	349,7	42,3%
Total	770,8	100%	816,7	100%
Fonte: Aranda, 1968, p. 36				

escassos” (2007, p. 191). A mesma interpretação foi apresentada oficialmente pela CEPAL: “Sin la conservación de un amplio déficit comercial y de diversas formas de ayuda, Cuba no hubiera podido abastecer su consumo interno, aun a niveles muy austeros, ni financiar sus inversiones, incluyendo la defensa. Estos vínculos de los años sesenta no impidieron, sin embargo, la innovación en la política interna y exterior de Cuba. Los dirigentes persistieron en su determinación de explorar caminos originales hacia el socialismo, y han admitido desde entonces que en su búsqueda de atajos, no prestaron atención suficiente a las experiencias de países que habían estado por más tiempo comprometidos con esa empresa” (CEPAL, 1980, pp. 28-9).

administrativas e financeiras de Havana e absorvendo alguns aspectos das críticas sobre a gestão¹⁹⁵. Além disso, em 1964 foi criado o Instituto de Planificação Física, que teria a tarefa estratégica de desenhar unidades geoeconômicas de todo o país, em médio e longo prazo (CEPAL, 1980, p. 165).

Podemos considerar, portanto, que apesar de não acatados, os comentários de Chonchol, Dumont e Gutelman durante o “pequeno debate agrário” não caíram no vazio. O território agrícola cubano adquiriu uma nova organização, desta vez menos provisória e menos sujeita às tensões da luta contra a sacarocracia. A constatação da necessidade de reorganização territorial, da escala e da gestão das unidades agropecuárias estatais foi comunicada por Rodríguez em 1963:

Las siembras, salvo casos excepcionales como el arroz y la caña, y en período más reciente el algodón, no se habían distribuido de acuerdo con las características del suelo y del clima, lo que provocó pérdidas de cosechas o bajos rendimientos. Todo eso nos llevó a la conclusión que era necesario emprender de inmediato una reorganización territorial, física, de las Granjas, que tuviera en cuenta estos dos principios: 1º) Una determinación del tamaño óptimo de las unidades y reducción de las existentes de acuerdo con esa dimensión; 2º) Redistribución de las áreas entre granjas, trasladando las fincas a aquellas granjas en que geográfica y económicamente deban quedar definitivamente enclavadas (1963b, p. 81).

A superação do caos territorial ocorreu no auge do grande debate econômico. Por isso, as mudanças administrativas geradas pela criação das novas instâncias agropecuárias eram reflexo direto de uma opção por um dos lados do debate. À época, como relatou Valdés Paz, “en lo relativo a la dirección y planificación de la economía se mantuvo la dualidad de sistemas de financiamiento según el sector acordado previamente (2009, p. 33). Como vimos, tratando-se da organização agropecuária, o cálculo econômico foi o sistema adotado. A descentralização promovida pelas agrupações, departamentos e lotes refletia essa escolha.

¹⁹⁵ Chochol, por exemplo, criticava o centralismo excessivo: “yo criticaba las Granjas del Pueblo (...) por una cosa que es muy típica de los regímenes socialistas, que mucho dependía de La Habana. Entonces cada administrador tenía que entenderse con La Habana, y no tenían verdadera autonomía para tomar una serie de decisiones sobre la marcha. Tenían que consultar” (2011). Gutelman e Dumont apresentaram a mesma crítica, como mostramos no capítulo anterior.

Agrupações, Departamentos, Lotes

As 600 granjas estatais foram divididas em departamentos territoriais de 100 caballerías, isto é, uma escala semelhante às cooperativas canavieiras abolidas em setembro de 1962. Os departamentos correspondiam às unidades de exploração agrícola dentro da unidade de produção mais ampla constituída pela granja. Depois, cada departamento foi fragmentado em lotes de não mais que 35 caballerías (Nuñez Jimenez, 1966, p. 22). Os lotes constituíam subunidades operacionais e especializadas em um único cultivo. Eram, portanto, unidades de perfil agrotécnico. A divisão em departamentos e lotes permitiu amenizar o gigantismo

TABELA 23 - Agrupações por província (1965)	
Províncias	Agrupações
Pinar del Rio	6
La Habana	4
Matanzas	6
Las Villas	10
Camaguey	14
Oriente	18
Nación	8

Fonte: Valdés Paz, 2009, p. 39

das granjas e criou a escala de testes da diversificação especializada. Cada lote de 35 caballerías seria operado por um especialista agrônomo. Ao mesmo tempo, todas as granjas foram agrupadas em 66 agrupações, instância entre a unidade produtiva e a administração provincial, que unia cerca de 10 granjas sob a mesma responsabilidade. Em 1965, as agrupações estavam dispostas no território

cubano como mostra a **tabela 23**.

Essa nova organização territorial visava criar as bases para a diversificação especializada, para o melhor aproveitamento das vantagens da escala, além de gerar coerência geográfica. As agrupações eram “empresas regionais” que organizavam a circulação de mão de obra entre as diferentes granjas de sua responsabilidade, de acordo com os ciclos de cada cultivo. Sendo cada granja especializada em no máximo quatro cultivos, os ciclos se intercalavam e a mão de obra era plenamente aproveitada, na medida em que circulava pelas granjas sazonalmente. As funções de cada instância na reorganização territorial estão na **tabela 24**¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Além da reorganização agrícola, em 1963 foi elaborada uma reforma da divisão político-administrativa cubana, reduzindo o número de municípios com a seguinte justificativa: “Si bien numerosos municipios de nuestro país fueron resultado de la cristalización histórica de procesos económicos, políticos y sociales, en una buena parte de los casos, los municipios surgieron como consecuencia de las actividades politiqueras de

TABELA 24 - Reorganização territorial após a segunda reforma agrária		
Nível	Unidade	Estrutura
Município	Técnica	Lote
	Exploração	Departamento
	Produção	Granja Estatal
Região	Econômica	Agrupação Agropecuária Estatal
Província	Delegação provincial	Delegação do INRA
Nação	Delegação Nacional	Organismo central do INRA
Fonte: Valdés Paz, 2009, p. 38.		

A reorganização territorial se potencializou por reformas administrativas que resolveram dois problemas metodológicos do planejamento econômico agropecuário. Gutelman havia criticado dois elementos da planificação agrícola cubana que, por excessiva centralismo, aumentariam a ineficiência. Primeiro, a *metodologia descida e subida* de elaboração do plano econômico nacional: a partir de dados estatísticos trabalhados pelo centro, Havana elaborava todos os mínimos detalhes de produção de cada unidade, agregados como um quebra-cabeça. Cada unidade recebia o plano vindo de cima, e propunha modificações debatidas nas assembleias de trabalhadores. A partir das modificações da base, cada unidade devolvia seu plano específico modificado para o centro, e o quebra-cabeça não poderia se equilibrar novamente quando os novos planos eram agregados, gerando uma incongruência de difícil solução. No contexto de uma economia sem estoques, as múltiplas alterações dos planos inviabilizavam a reunião coerente das metas de cada setor. Assim, havia uma tendência de alta abstração das condições concretas de produção, forçando estatisticamente coordenações produtivas inviáveis na prática. O segundo problema metodológico apontado por Gutelman era a *divisão transversal* da economia estatal: o Ministério do Comércio Interior, Ministério Comércio Exterior, Ministério das Indústrias, o INRA, o Acopio (empresa de coleta e transporte dos produtos agropecuários), cada um estava responsável por uma etapa da mesma cadeia produtiva. Na produção de açúcar, as refinarias e centrais ficaram a cargo do Ministério das Indústrias, mas as plantações pertenciam ao INRA, enquanto o Acopio realizava a coleta e o transporte, e o Ministério do

pequeños caciques locales que fomentaron la división administrativa, con objeto de halagar sentimientos localistas y obtener así respaldo político para sus ambiciones personales” (Rodríguez, 1963b, p. 80).

Comércio Exterior realizava os procedimentos de exportação e a importação de insumos. Essa divisão transversal de tarefas da mesma cadeia produtiva criava, na opinião de Gutelman, mais um fator de ineficiência.

Esses dois problemas metodológicos da administração geral das Granjas foram corrigidos a partir de 1963. Primeiro porque o plano passou a ser iniciado na unidade. Segundo, pela eliminação da transversalidade administrativa e a criação de *trusts* verticais que reuniam as plantações, a indústria de transformação, a colheita e transporte interno e as exportações e compra de insumos sob uma mesma coordenação administrativa, no modelo “combinado”¹⁹⁷. Segundo Valdés Paz, a lógica da planificação agropecuária passou a se orientar pelo “principio de doble subordinación, mediante el cual se trata de conciliar el carácter vertical de ciertas estructuras organizativas con el carácter regional de otras” (2009, p. 35).

Ao viabilizar a descentralização administrativa da agricultura, as agrupações, os departamentos e os lotes não deixavam de constituir uma resposta dentro do grande debate econômico, pois as novas instâncias seriam a base material das novas autonomias de gestão. Em 1964, quando se decidiu pela dualidade de modelos, as novas instâncias administrativas criadas na segunda reforma agrária se tornaram veículos do paradigma do cálculo econômico.

Aspectos do grande debate na agricultura

A relação entre as novas instâncias administrativas e a aplicação do cálculo econômico na agricultura foram anunciadas por Carlos Rafael Rodríguez, em 1963:

La descentralización y regionalización de la agricultura nos permiten también pasar a la utilización del cálculo económico y el autofinanciamiento como método de dirección económica y financiera en la conducción de las unidades productivas. Como se sabe, este método exige que las empresas socialistas cubran sus gastos con sus propios ingresos y aseguren la rentabilidad en la producción. El estado suministra

¹⁹⁷ As empresas de tipo “combinado” serão explicadas adiante.

el financiamiento de las inversiones centralizadas, mientras que al producirse utilidades, parte de éstas son asignadas a la realización de inversiones descentralizadas, propuestas por las empresas y aceptadas por los organismos planificadores (1963b, p. 88).

Rodríguez afirmou também que a autogestão seria aplicada nas agrupações, porque as deficiências contábeis das granjas impediam o autofinanciamento na unidade. Já o lote seria a unidade do novo sistema de incentivos, de acordo com as normas de trabalho da emulação socialista aprovadas em setembro de 1962 (que vigoraram até 1968), segundo as quais haveria diferenciações de ganho correspondentes às horas trabalhadas (Rodríguez, 1963b, p. 89; García Rodríguez, 1987, p. 244). Outra deliberação que buscava eliminar o burocratismo decorrente da centralização excessiva era que os gastos administrativos de cada agrupação não deveriam exceder em 0,8% o valor total de sua produção, e não poderiam ultrapassar o valor de 80.000 pesos (Rodríguez, 1963b, p. 92). Apesar de não ter se manifestado de maneira arrebatada no grande debate, Carlos Rafael Rodríguez era o mais importante defensor do cálculo econômico contra a proposta de Guevara. Escreveu dois artigos na Revista Cuba Socialista (1963a, 1963b), nos quais criticava, sem alarde, o sistema orçamentário de financiamento. Rodríguez justificou porque, em sua opinião, a centralização excessiva gerada pelo sistema orçamentário levaria a agricultura ao fracasso. Curiosamente, as críticas expressadas por Rodríguez ao excessiva centralismo da administração agrícola estatal eram muito semelhantes às opiniões dos especialistas internacionais postas a público entre 1961 e 1962, no “pequeno debate agrário”. Mas Rodríguez, tendo absorvido aspectos daquelas opiniões, defendia um caminho intermediário, que conciliava economia estatal com autofinanciamento. Reproduzimos o trecho mais significativo da opinião de Rodríguez, no qual traça ao menos cinco críticas ao centralismo administrativo que havia vigorado entre 1959 e 1963 na ilha. Sustentou:

La centralización engendra serios vicios y peligros. El *centralismo burocrático* es el peor de ellos. El método de trazar directivas generales sin tomar en cuenta las peculiaridades específicas de cada localidad conduce la agricultura a graves errores. Si a ello se acompaña la *rigidez* centralista que exige que cada decisión local de los administradores sea consultada con el centro nacional, sin que todos los administradores tengan una esfera de competencia dentro de la cual puedan actuar por su propia responsabilidad, tiende a la formación sistemática de *'cuellos de botella'*, al *estancamiento de los problemas*, y a la *desesperación de los trabajadores de la base* (...) se crean *títeres administrativos* carentes de capacidad resolutive, incapaces de abordar seriamente los problemas que

tienen ante sí y desprovistos de todo movimiento que no sea el que le producen los hilos administrativos que los unen al aparato central. Si en todos los renglones de la producción estos vicios del centralismo son nefastos, *en la agricultura se hacen mortales*. La industria lleva en sí mismo cierto grado de mecanización productivo; la agricultura exige *soluciones cambiantes*, de mes en mes, de día en día, y a veces de hora a hora. Ningún reglamento puede sustituir a la *iniciativa consciente y técnica derivada del análisis y las experiencias locales*. Por ello también este año de estudio de las condiciones del desarrollo de nuestra agricultura nos condujo a los dirigentes del INRA a la conclusión de que era imperativo eliminar las Administraciones Generales que dirigían desde La Habana las granjas, ya fueran Granjas del Pueblo o Granjas Cañeras, para sustituirlas por una descentralización en que las granjas resultaren agrupadas por una base regional (1963b, pp. 81-82).

As cinco críticas de Rodríguez mais relevantes que justificavam o cálculo econômico na agricultura e, portanto, as agrupações, departamentos e lotes como instância de descentralização das decisões eram: (1) o excessivo burocratismo decorrente da centralismo; (2) a rigidez do sistema econômico e consequente estancamento de problemas em gargalos operacionais; (3) a ausência de formação política e de experiência de dirigentes agropecuários de nível médio, que perdem a iniciativa local e a capacidade de resolução de problemas pelo costume de repassá-los ao centro; (4) a especificidade da agricultura, que exige soluções sempre mutantes, adaptáveis às intempéries do clima e do solo fazendo com que as soluções centralistas que podem funcionar para a indústria não sejam igualmente funcionais no campo; (5) e por fim, diante da necessidade de descentralização das decisões agropecuárias, as escalas das unidades políticas, laborais, econômicas e administrativas da produção deveriam ser redefinidas¹⁹⁸.

A autonomia das agrupações seria, porém, menor do que a defendida por Dumont, porque além de operar dentro do setor estatal, ainda se organizava por um regime de salários

¹⁹⁸ Destas cinco críticas, ao menos as quatro primeiras coincidem exatamente com a análise apresentada por Chonchol a respeito das granjas. Quanto à quinta crítica, as granjas perpetuavam a escala considerada por Chonchol como “gigante” (Chonchol, 1961; 2011). Como visto, alguns os argumentos dos interlocutores internacionais atuantes no “pequeno debate agrário” foram retomados por Rodríguez para definir o funcionamento interno do setor estatal. Na ocasião do “pequeno debate”, Rodríguez compactuava com os dirigentes cubanos a respeito da necessidade da centralização, a partir de sete argumentos: (1) a falta de quadros administrativos; (2) as tendências “anárquicas” das zonas de desenvolvimento agrário (ZDA); (3) a ausência de experiência planificadora; (4) o estabelecimento de disciplina econômica na própria direção; (5) a necessidade político-estratégica da visão nacional sobre os recursos produtivos; (6) a importância do abastecimento centralizado dos recursos técnico-materiais para a produção em um período de conflito social; (7) a importância da centralização da coleta agrícola para criar uma relação entre todos os agricultores e o Estado (Rodríguez, 1963b, p. 81).

garantidos¹⁹⁹. Dumont comentou que as mudanças administrativas geradas pela segunda reforma agrária seriam passos ainda insuficientes de descentralização, devido ao fato de que o autofinanciamento estaria restrito à instância das agrupações (aproximadamente 10 granjas com mais de 600 caballerías cada), unidades gigantes para quem defendia o autofinanciamento da cooperativa (até 100 caballerías cada)²⁰⁰ (Chonchol, 1961, pp. 41-2, 53). Esta descentralização agrícola controlada pelo Estado, mediada com as diretrizes centrais da política econômica, foi a marca do período 1963 a 1967. De acordo com Valdés Paz, ela foi responsável por ampliar a eficiência global da economia²⁰¹.

Caminhando no fio da navalha entre a centralização e a descentralização, Rodríguez parecia não ignorar os riscos da descentralização excessiva, que poderia abrir as portas ao capitalismo, tanto em termos econômicos, como culturais. Mais tarde, em 1980, num contexto em que a revolução já apontava para uma segunda etapa de autocrítica²⁰², Rodríguez elencou estes riscos da descentralização. Nas suas palavras:

Evadiendo los efectos indeseables de la excesiva centralización, algunas economías han pasado a un grado de descentralización autogestionaria en el que el mercado vuelve a encarnar su papel decisivo. El nuevo sistema ‘descentralizado’ reproduce – muy pronto – las desventajas del capitalismo sin obtener su eficiencia (...). Postulamos, por ello, una

¹⁹⁹ Dumont defendia autogestão nas cooperativas *privadas*, porque a garantia salarial inerente do setor estatal seria um fator inevitável da ineficiência: “The sugar cane cooperatives failed as did the *granjas* because of the guaranteed wages paid on them” (Dumont, 1970, p. 181). Como Chonchol, Dumont defendia uma combinação de cooperativas autônomas com diretrizes políticas gerais centralizadas: “It is quite possible to combine day-to-day self-management with the general orientation of the economy according to a plan, by the granting of conditional, specifically allocated public credits” (Dumont, 1970, p. 125). Ainda que estivessem politicamente mais próximos do sistema de cálculo econômico do que do sistema orçamentário de financiamento, é relevante diferenciar as propostas de Dumont e de Rodríguez.

²⁰⁰ Sobre as mudanças administrativas de 1963, sustentou Dumont: “It was not until the end of 1963 that the Cuban leaders recognized ‘the practical impossibility of managing units from the center’. After this reassembling of parcels of land on the *granjas*, a practice which the second agrarian reform encouraged, it was decided to regroup these state farms in sixty or so local groups, the *agrupaciones*, which *were the only groups to direct the state farms and the only one to receive financial autonomy*” (1970, p. 228, grifo nosso).

²⁰¹ Valdés Paz elogiou os efeitos da descentralização mediada pelo Estado decorrente da reorganização territorial de 1963: “la agrupación alcanzó una mayor autonomía respecto a estas instancias, aunque mantuvo la centralización respecto a la Granja Estatal subordinada. La creación de una empresa agropecuaria regional propició una planificación integral de las actividades agropecuarias y una instancia de coordinación con el conjunto de las organizaciones políticas y estatales del territorio” (2009, p. 39).

²⁰² A primeira autocrítica que desviou o rumo econômico cubano ocorreu em 1970 (Castro, 1980), e a consequente adoção do modelo soviético se consolidou em 1976. A segunda autocrítica que alterou os rumos da economia cubana ocorreu em 1986, às vésperas do colapso do bloco soviético. Provavelmente Rodríguez já estivesse apontando para a essência da segunda autocrítica quando expôs sua posição em 1980.

descentralización que no quiebre los presupuestos de la centralización inevitable sino que resulte compatible con ésta. (...) No se trata de reintroducir por la ventana el mercado que hemos arrojado por la puerta. Lo que queremos es conservar la garantía de coherencia y armonía interna que se logra con la centralización y poner a la vez a la empresa en condiciones de tomar las necesarias decisiones operativas, influir en el proceso inversionista y elegir entre varias opciones productivas (1983, pp. 432-3).

Rodríguez, nesta declaração de 1980, buscou diferenciar a descentralização agrícola cubana de 1964 daquela implementada em países socialistas que cederam às pressões da restauração do capitalismo. Mais uma vez, as soluções apontadas pela direção cubana após a autopercepção dos erros cometidos eram dialéticas: tratava-se de criar um sistema que costurasse a iniciativa local à planificação centralizada, a autoconsciência popular com o projeto nacional estratégico²⁰³. O projeto nacional estratégico, como sintetizamos, demandava ainda duas outras tarefas fundamentais: a diversificação especializada e a absorção tecnológica.

D) DIVERSIFICAÇÃO ESPECIALIZADA E MODELO TECNOLÓGICO INTENSIVO

A segunda tarefa da estratégia combinada era a diversificação agrícola. O projeto de Dumont (inspirado nas ideias do agrônomo Von Thunen) para a diversificação especializada havia sido acatado pelo governo, para superar o mosaico de culturas, ampliar a substituição de importações alimentares e a produção de cultivos de exportação (café, tabaco e cítricos). Mas seria difícil que a ofensiva açucareira se conciliasse com a diversificação especializada de imediato, uma vez que a absorção tecnológica necessária para viabilizá-lo só poderia ocorrer no longo prazo.

²⁰³ Tudo indica, contudo, que este equilíbrio dialético só é possível no território fácil da teoria. Porque a descentralização cubana foi “corrigida” a partir de 1967 pela “ofensiva revolucionária” (Barrios, 1987, pp. 83-4; Valdés Paz, 2009, p. 47).

O desempenho dos cultivos entre 1964 e 1970

Em 31 de agosto de 1964, nomeado “Ano da Economia”, reuniu-se o Conselho de Direção ampliado para analisar a produção agropecuária desde as modificações da segunda reforma agrária. Nesta reunião, Carlos Rafael Rodríguez fez um duro balanço sobre o não cumprimento das metas dos cultivos diversificados. Reduzir as metas dos cultivos em favor da superfície da cana, asseverou o dirigente, não poderia ser sinônimo não cumpri-las. Insatisfeito, discursou à direção: “la vida ha demostrado, reiteradamente, que cada vez que reducimos para mejorar, no mejoramos” (1964, p. 14). No balanço parcial de 10 meses posteriores à reforma agrária, constatou-se a queda de 9,1% da produção de tubérculos e raízes²⁰⁴, as plantações de banana e mandioca foram completamente arruinadas pelo ciclone Flora, e as *viandas* em geral mostraram um retrocesso alarmante. Com relação aos cereais, especialmente arroz e milho, teria havido uma queda preocupante de 22,6%. O feijão, alocado na zona especializada do Oriente, e as batatas também sofreram retrocessos significativos (Rodríguez, 1964, pp. 13-14, 20, 21, 29). Entretanto, os cultivos de exportação apresentaram tendência inversa: o tabaco e a pecuária se desempenharam muito bem. Segundo o informe, Pinar del Río havia alcançado a melhor colheita de tabaco da década (idem, 1964, p. 18). Já a pecuária apresentara os avanços mais significativos da economia nacional entre 1963 e 1964, com crescimento de 18%²⁰⁵. O que havia impedido um desempenho ainda melhor do setor pecuário foi o bloqueio econômico da importação de arames para cercar pastos. Restaram, por isso, quase 300 caballerías de pastos extensivos que, pela meta, já deveriam ter sido cercados. Por fim, houve também melhorias na produção de frutas. De modo geral, porém, Rodríguez adotou uma postura crítica na ocasião, expressando a tensão inevitável entre a cana e a diversificação: “nosotros estamos avanzando en la producción cañera, pero como veremos después estamos retrocediendo en otras muchas cosas” (1964, p. 17). O presidente do INRA também repreendeu os dirigentes

²⁰⁴ Apesar do crescimento de 15% do setor estatal, a perda do setor privado o superou (Rodríguez, 1964, p. 13).

²⁰⁵ Além disso, foi constatado o aumento de 16% da massa bovina total, de 55% na distribuição de carne de porco, de 9% na produção de leite, de 22% da massa avícola e 13% de ovos. As diretrizes gerais da política pecuária para os próximos anos consistiam em: pastos intensivos de capim-pangola, inseminação artificial, melhoramento genético e domesticação leiteira (Rodríguez, 1964, pp. 31-33, 38).

que culpavam o ciclone Flora como subterfúgio para ocultar erros organizativos humanos, que, segundo ele, ainda respondiam por 60% dos problemas (idem, 1964, p. 25). A orientação aos dirigentes provinciais, em 1964, foi ampliar a produção alimentar: “nosotros tenemos que hacer del año 1965, un año de incremento en la producción alimenticia (...). El sobrecumplimiento de la productividad, de los rendimientos por área, debe compensar, en alguna medida, la reducción de las siembras” (idem, 1964, p. 30).

Entretanto, a queda da produção diversificada não foi tão linear. Embora alguns dos cultivos alimentares tenham se contraído significativamente a partir de 1965, outros se expandiram. Segundo os dados da JUCEPLAN, a superfície dedicada ao arroz cresceu 4,7 vezes entre 1965 e 1970²⁰⁶. Já a superfície do tomate se contraiu em 29% entre 1965 e 1968, e depois voltou a crescer. Mas o feijão reduziu em 60,9% sua superfície entre 1965 e 1970; a superfície dedicada a *viandas* decresceu 51%, e das frutas em 15% no mesmo período²⁰⁷. A superfície de capim pangola decresceu 75,9% apenas entre 1966 e 1968, mas recuperou seu nível anterior em 1970. Estes cultivos são suficientemente representativos da dieta cubana (arroz, feijão, *viandas*, tomate, frutas, carne), e suas superfícies estão representadas na **tabela 25**. Em relação aos cultivos de exportação, a superfície de cítricos se expandiu, entre 1965 e 1970, em 2,2 vezes. Segundo os dados de David Barkin, outros cultivos de exportação, notadamente tabaco e café, apresentaram maior estabilidade, e a produção de ambos variou apenas 0,03% entre 1965 e 1970 (Barkin, 1973, pp. 128-9).

²⁰⁶ Em 1967, o desentendimento entre governo cubano e governo chinês havia provocado a suspensão das volumosas importações de arroz planejadas em Cuba. Sendo a base fundamental da alimentação do povo cubano, o governo providenciou intensa ampliação, com vistas à autossuficiência. Sobre o atrito sino-cubano Celso Furtado comentou: “As dificuldades ocorridas em 1967 no intercâmbio com a China, de onde esperava Cuba obter grande parte do arroz que consome, puseram mais uma vez em evidência os riscos de uma excessiva especialização no setor agrícola” (1969, p. 350). Em 1976, a colheita de arroz já estava quase totalmente mecanizada, e a autossuficiência desse alimento era uma possibilidade muito próxima (Barkin, 1976, p. 30).

²⁰⁷ Sobre as *viandas* Rodríguez alegou, em 1964: “La vianda tiene una importancia esencial, porque repercute en el conjunto del desarrollo de la alimentación nacional (...). La vianda resolve el problema que todavía el conjunto de la dieta no lo tiene resuelto” (Rodríguez, 1964, p. 30).

TABELA 25 – Superfície de sete cultivos do setor estatal (1965-1971)						
(caballerías)						
Cultivo	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Arroz	2.429	2.352	3.306	5.358	9.560	13.927
Feijão	2.462	2.572	3.505	2.804	943	822
Viandas (a)	9.816	9.380	7.979	6.811	3.619	3.755
Tomate	539	507	457	382	423	506
Cítricos	92	373	300	444	1.056	292
Frutas (b)	342	256	435	326	356	288
Capim Pangola	--	6.765	7.068	1.627	2.974	6.800

Fonte: JUCEPLAN, 1972, pp. 59-60.
(a) Inclui batata, batata-doce, inhame, taro (*malanga*), mandioca, abóbora e *banana-vianda*.
(b) Inclui banana-fruta, abacaxi, mamão, manga.

Como analisou a CEPAL: “en esa nueva política se refleja un concepto de la diversificación como problema de plazo intermedio y no corto” (CEPAL, 1964, p. 270). Sendo a soberania alimentar um pilar essencial da soberania nacional, como pensa o agrônomo Jacques Chonchol, a tensão entre ampliação canavieira e os cultivos alimentares, deflagrada a partir da segunda reforma agrária, era mais um componente paradoxal da estratégia cubana. Afinal, como conciliar, em tão pouco tempo, o incremento canavieiro com o incremento alimentar? Seriam as terras ainda ociosas suficientes para suprir a ampliada demanda interna?

Desta tensão entre cana e cultivos alimentares surgiu uma impressão, a partir de 1965, de que Cuba teria optado por um regresso substancial à monocultura. Apesar da meta da safra de 1970, Rodríguez insistiu em afirmar que esta impressão estava incorreta. A palavra monocultura, para ele, já não se aplicava à situação agrícola cubana. Em 1968, entrevistado pelo italiano Sabelli, comentou:

Muchos amigos europeos se preguntan se todo eso no significa un regreso al monocultivo y a la monoproducción. La pregunta es pertinente, pero tenemos que decir que *no* significa este regreso. En la estrategia elegida para nuestro desarrollo, el azúcar se convierte en un elemento *decisivo pero no exclusivo*. En 1970, en el plan de exportaciones de productos agrícolas y de toda nuestra economía, el azúcar tendrá todavía un papel predominante. Pero es necesario decir que este papel se hace estático y será casi estático en la perspectiva de nuestro desarrollo, mientras que, al mismo tiempo, las exportaciones de otros productos agrícolas, café, cítricos, frutas, productos lácteos, y posteriormente los productos del

desarrollo de nuestra industria niquelífera y minera en general, tendrán un curso acelerado (Rodríguez, 1983, p. 459, grifo nosso).

Como veremos no capítulo seguinte, a safra de 10 milhões de toneladas prevista para 1970 impediu que o plano de diversificação das exportações fosse plenamente perseguido. Para compreendermos a dinâmica da diversificação agrícola após a segunda reforma agrária, além de analisar o desempenho dos cultivos não canavieiros, nos debruçamos sobre suas formas econômicas. Na tentativa de aplicar a diretriz de Dumont, “diversificación nacional y especialización local” (Rodríguez, 1963b, p. 84), duas formas de propriedades foram criadas: as empresas de tipo “combinado” em 1965 e os planos especiais em 1967.

Combinados e Planos Especiais: as formas da diversificação

Em 1963, um dos problemas da organização agropecuária era a divisão transversal do trabalho. O setor avícola era um exemplo de ineficiência: subordinado a oito departamentos diferentes, ao INRA e a outros dois Ministérios, estava sob a responsabilidade simultânea de vários corpos administrativos distintos. Mas o caso do setor avícola não era o único. Cada cadeia produtiva agropecuária atravessava muitos organismos diferentes, o que amplificava a desorganização econômica geral. Às vezes, um pequeno problema administrativo de um lado da cadeia se transmitia para todos os outros órgãos, de modo que se perdia o controle sobre a contabilidade, e se acumulavam erros de origem “desconhecida”.

Na dimensão agrícola deste problema administrativo, havia outra possível adversidade. Gutelman identificava uma contradição estratégica entre a diversificação agrícola e a industrialização da agricultura, isto é, a convergência horizontal e a convergência vertical da produção agroindustrial. Por um lado, os outros cultivos que se associassem horizontalmente à cadeia açucareira se beneficiariam de seus insumos e da força de trabalho potencialmente disponível na entressafra (o antigo *tiempo muerto*). Porém a integração vertical agroindustrial da cana era fundamental para o sucesso da safra de 1970. Gutelman apontou que essas duas convergências (horizontal e vertical) não poderiam ocorrer ao mesmo tempo, porque exigiam integração geográfica e administrativa. O

impasse visto por Gutelman constituía a essência contraditória da estratégia combinada, que buscava conciliar a priorização do açúcar com a diversificação. Refletia o paradoxo do açúcar e o paradoxo da inserção: afinal, a agroindústria açucareira iria mirar para fora e se integrar ao mercado socialista, ou para dentro, se integrando ao mercado interno de alimentos? Quando foi fundado o Ministério da Indústria Açucareira em 1964, Gutelman o interpretou como uma “vitória da integração vertical”, e uma relativa derrota da diversificação (1975, pp. 186-191). Mas seguindo o modelo da diversificação especializada, outros cultivos de exportação buscaram a integração vertical (o que não ocorreu no setor de alimentos, que era predominantemente controlado pelo campesinato).

Na esteira da segunda reforma agrária e da reorganização territorial, em 1964, a estrutura administrativa agropecuária foi alterada: foi eliminada a divisão transversal do trabalho, com a criação de novas empresas estatais chamadas de modelo “combinado”. O modelo combinado era similar às empresas consolidadas do sistema orçamentário de financiamento²⁰⁸, porém funcionavam dentro do paradigma do cálculo econômico. Os combinados eram empresas estatais que coordenavam, sob uma mesma unidade administrativa, a plantação, o processamento industrial, os serviços técnicos e materiais, a comercialização, e a disposição de todos os trabalhadores de cada etapa de produção de um único item agroindustrial. Eram *trusts* estatais. Valdés Paz, que à época trabalhava como administrador agrícola, comentou: “la integración de todas estas actividades en una sola organización ramal de segundo grado (...) permitió una potencialización sin precedentes de la actividad productiva e inversionista” (2009, p. 42). As empresas de tipo combinado adotaram o sistema de cálculo econômico como paradigma de funcionamento: eram autofinanciados e relativamente autônomas²⁰⁹. Com as empresas de tipo combinado, reorganização econômica e diversificação especializada deram as mãos. Exemplos destas empresas foram a *FrutiCuba*, a *CubaTabaco*, a *Combinación Avícola Nacional*, e o *Combinado Porcino*. Destas, a *FrutiCuba* não sobreviveu economicamente, mas as outras se consolidaram (Valdés Paz, 2009, p. 41). Talvez porque, como sustentou Valdés Paz: “la forma organizativa del ‘combinado’ se mostraría más eficaz en las actividades pecuarias,

²⁰⁸ Sobre as empresas consolidadas do sistema orçamentário de financiamento ver Guevara, 1982, pp. 183-201.

²⁰⁹ Relativamente pois, sendo estatais, deveriam coordenar-se aos planos nacionais.

altamente industrializables, con una relativa autonomía de recursos y menos deficitarias de fuerza de trabajo” (2009, pp. 41-42). Cabe recordar que, na opinião de Valdés Paz, os setores industriais tinham maior vocação ao cálculo econômico, enquanto os setores agrícolas se adequariam melhor ao sistema orçamentário de financiamento, exatamente ao contrário do que se pôs em prática após o grande debate econômico. Com o modelo combinado, portanto, o cálculo econômico se encontrou com a indústria, sendo esta possivelmente, seguindo o raciocínio de Valdés Paz, uma das razões da maior eficiência.

Em termos de paradigma de funcionamento econômico, os chamados “planos especiais” eram o espelho invertido do modelo combinado. Criados em 1967, os planos especiais faziam parte da “ofensiva revolucionária” e seguiam o paradigma do sistema orçamentário de financiamento. Eram unidades experimentais de aplicação do modelo tecnológico intensivo, que ocorriam em projetos-piloto em localidades específicas da ilha, com vistas à expansão futura²¹⁰. Na realidade, o termo “planos especiais” foi utilizado para todas as experiências de produção de modelo tecnológico intensivo comandadas diretamente por Fidel Castro, por fora da estrutura institucional do INRA. Como nos explicou Valdés Paz:

La expresión Planes Especiales se refiere a muchas cosas diferentes. (...) Lo que se pretendía con el Plan Especial era sacar esa experiencia de los formatos generales que la agricultura había establecido para el conjunto de la actividad agropecuaria. (...) Entonces, los Planes Especiales era una expresión que inventa Fidel. Mientras el INRA tiene el conjunto de la agricultura, Fidel esta apadrinando determinadas experiencias que se las llaman Planes Especiales y *tienen como finalidad la introducción de un modelo tecnológico intensivo* (2012, grifo nosso).

Enquanto o INRA se responsabilizava com as técnicas e insumos agrícolas “habituais”, os planos especiais deveriam funcionar como polos de inovação tecnológica não canvieira. Como todo setor de inovação, eram extremamente custosos, e ocasionalmente deslocavam propriedades camponesas e granjas estatais de seus territórios. A autoridade dos planos especiais para deslocar outras propriedades de lugar era, segundo Valdés Paz, um dos motivos pelos quais deveriam ser comandados diretamente por Fidel²¹¹. Neste sentido, os

²¹⁰ O que, segundo Valdés Paz, ocorreu nos 20 anos seguintes: “Al final, la idea era que toda la agricultura adóptela, cosa que va ocurrir en los próximos 20 años - toda la agricultura sale por el modelo intensivo” (2012).

²¹¹ Explicou Valdés Paz: “Fidel estaba haciendo experiencias por separado. No quería que estas experiencias las hiciera por el INRA, que estaba comprometido con la economía cotidiana” (2012).

planos especiais eram relativamente “extra institucionais”, daí a dificuldade para encontrar informações mais detalhadas sobre suas superfícies e funcionamento. Até mesmo seus recursos eram captados “por fora” da planificação econômica nacional. Como assinalou Valdés Paz:

Los planes especiales eran nuevas unidades de producción surgidas impetuosamente desde 1967 como resultado de grandes inversiones en áreas de producciones tradicionales o de nuevas producciones en áreas seleccionadas. (...) En realidad, se trataba de un número creciente de proyectos territoriales de las más diversas producciones que iban afectando las estructuras normalizadas en el sector socializado. *Su propósito era la introducción de formas de producción intensiva ‘por abajo’ de tales estructuras o ‘por fuera’ de sus instancias de dirección* (...) Los planes especiales parecían ser la asignación directa de recursos *por fuera del proceso de planificación* (Valdés Paz, 2009, p. 40, grifo nosso).

Em termos agrotécnicos, a experiência dos planos especiais era constituída em cinco momentos: primeiro, o estudo dos solos de todo o território nacional, levado a cabo pelo Instituto de Estudos do Solo e Fertilizantes, para encontrar os locais mais apropriados para experimentação de cada cultivo; segundo, a demarcação da escala, em termos de superfície territorial, intensidade tecnológica e investimentos; terceiro, a construção de sistemas de irrigação nas superfícies selecionadas; quarto, a mecanização de todas as etapas produtivas; quinto, o melhoramento genético, agrícola ou animal. Os planos especiais, comparados à agricultura cubana ordinária, eram extraordinários laboratórios de tecnologia intensiva.

O campesinato e os planos especiais

A partir da implantação dos planos especiais, emergiu uma nova onda de “erros” com o campesinato, sobretudo no que diz respeito a expropriações forçadas. A dinâmica de um plano especial envolvia, muitas vezes, deslocamentos compulsórios de outras propriedades²¹². Por aquilo que Valdés Paz descreveu sobre a prática expropriadora destes planos, podemos compreender porque geraram indisposições:

²¹² Explicou Valdés Paz: “Suponte que un plan especial rompía con los límites de dos Granjas que ya existían. Y además afectaba con dos campesinos que estaban ahí. Además acertaba a una producción que ahí existía,

Esa especialización y ese modelo tecnológico intensivo tuvieron como efecto, primero, una disminución de las tierras campesinas. Porque cuando el diseño territorial afectaba a grupos de productores campesinos se integraban esas fincas bajo la empresa estatal por alguna modalidad: o nacionalizando las tierras, o informando la producción de los campesinos con de la empresa estatal. El hecho es que los Planes Especiales y la especialización del suelo trajeron consigo una disminución del sector campesino (2012).

Ao concluir-se a segunda reforma agrária, segundo os dados de Gutelman, o setor estatal detinha 60,1% da terra (Gutelman, 1975, p. 88). De acordo com Valdés Paz, ao final da década de 1960, o setor estatal já se havia ampliado para aproximadamente 85% da superfície da ilha (Valdés Paz, 2012). Notamos anteriormente como o processo de coletivização voluntária parcial (com Cooperativas de Créditos e Serviços e Brigadas de Ajuda Mútua) progrediu entre 1963 e 1967. Pode ter havido, no período, muitas vendas voluntárias de terras camponesas ao Estado, sobretudo nos casos de aposentadoria rural. Mas a transferência desse volume de terras não se deu exclusivamente pelo princípio da voluntariedade. A segunda onda de coerção ao campesinato desencadeada pela chamada ofensiva revolucionária e os planos especiais em 1967 foi constatada em 1970, como parte do balanço negativo da safra de 10 milhões de toneladas (Barrios, 1987, p. 83).

Em relação à diversificação, constatou-se que o campesinato incorreu no mesmo erro que o setor estatal. Em 1967, no 3º Congresso da ANAP, foi diagnosticado que a correção do erro através da diversificação especializada do setor estatal não estava sendo acompanhada pelos camponeses, que seguiam com pequenas propriedades excessivamente diversificadas. Para resolver essa defasagem, a palavra de ordem era “tecnologia”. A direção revolucionária interpretava que as principais insuficiências da produção camponesa eram causadas pela excessiva diversificação e pela baixa aplicação da técnica. O Congresso deliberou que a ANAP iria incentivar a irrigação do solo, a maior especialização das propriedades e a ampliação das Brigadas de Ajuda Mútua para o corte da cana. Fidel discursou:

de caña, o de ganado. Esa proyección del plan especial rompía la organización agraria preexistente y además afectaba el uso del suelo que ya existía. Entonces el plan especial modificaba todo. Había que tener poder: solamente Fidel Castro podía decirles ‘desaparezca esas dos Granjas’. Acuérdate que formalmente Fidel, a partir del 1965, vuelve a ser el presidente del INRA y Carlos Rafael sale” (2012).

Es necesario que los campesinos en todas las partes no sean productores de todo. Vamos a explicarnos. Una de las cosas más terribles cuando se recorren los campos, es una especie de falta de especialización en los campesinos. Y los campesinos deben especializarse en uno, o dos, o tres productos, pero principalmente en un solo producto. (...) Lo que nosotros esperamos de este Congreso (...) es que de aquí salga el propósito de los campesinos de aplicar la técnica, de tecnificar la agricultura (apud Barrios, 1987, pp. 79-80).

“Tecnologia” era a palavra de ordem. Naquele momento, a proposta de conciliar a priorização do açúcar com a diversificação especializada não poderia ocorrer sem tensões. A defasagem tecnológica da agropecuária da ilha não o permitia. E então chegamos à terceira tarefa da estratégia combinada, e talvez a mais crucial de todas elas: a absorção tecnológica.

E) DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E MECANIZAÇÃO CANAVIEIRA

A dependência tecnológica cubana constituía um dos maiores obstáculos à superação do subdesenvolvimento e, mais precisamente, à constituição dos meios técnico-econômicos adequados para a realização dos fins da revolução²¹³. A dificuldade de internalização das forças produtivas convenientes à busca da finalidade socialista era a essência dos dilemas estratégicos que agora afetavam a agricultura cubana: como combinar a priorização do açúcar com a diversificação especializada em uma agricultura manual com déficit de mão de obra e baixos rendimentos? Só havia uma resposta: tecnologia, mecanização, intensificação. Em um primeiro momento, com o bloqueio econômico, a indústria cubana de matriz estadunidense sofreu um dramático desabastecimento de peças de reposição (Noyola, 1978, pp. 128-9). Em um segundo momento, a estratégia de priorização açucareira

²¹³ Para uma abordagem teórica das origens da dependência tecnológica na América Latina, ver Furtado, 1994. Furtado formulou: “Se se tem em conta que essa tecnologia não é independente das relações sociais prevalentes nos países de acumulação avançada, compreende-se que ela se transforme em fator de concentração de renda em países de baixo nível de acumulação e, com frequência, crie incompatibilidade entre a racionalidade ao nível da empresa privada e os objetivos sociais da política de desenvolvimento (...). Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica na desarticulação do sistema de valores preexistentes na sociedade receptora das novas técnicas” (1981, pp. 40, 46).

exigiu um aumento da produtividade que só poderia ser obtido mediante avanços na mecanização do corte da cana e no uso de fertilizantes. Diante destas dificuldades, surgiram diversas tentativas de autonomia tecnológica, seja na indústria química, seja no desenho de máquinas por técnicos cubanos.

As primeiras iniciativas em busca da autonomia tecnológica foram realizadas no setor de peças de reposição. Em 1960, o governo cubano criou um sistema de emulação formado por inúmeros Comitês de Peças. Os Comitês de Peças eram organismos presentes em cada unidade industrial, cujo objetivo era a solução criativa de todo tipo de adversidades técnicas geradas pela escassez das peças de reposição. Em nível nacional, fundou-se um Comitê Superior de Peças de Reposição, que era contatado apenas para auxiliar na solução dos problemas mais difíceis. No mesmo ano, o governo lançou uma campanha chamada “Construa sua própria máquina”, para que equipes de trabalhadores se empenhassem no desenho e reprodução adaptada de vários tipos de máquinas importadas em funcionamento na ilha. A Confederação de Trabalhadores Cubanos (CTC) foi bastante ativa na construção da campanha e nos incentivos aos operários, para que cada um se convertesse em uma espécie de mecânico experimental (Pericás, 2004, pp. 82-3). Apesar de cumprir um papel emergencial no conserto de algumas máquinas e um papel político no engajamento criativo dos trabalhadores, evidentemente, a medida era tão precária e artesanal que nunca poderia dar conta dos enormes desafios tecnológicos do desenvolvimento cubano.

Principalmente porque as necessidades de tecnologia estrangeira foram se ampliando para muito além da reposição das peças, conforme se expandia a demanda interna e se adotavam novas metas produtivas no setor agropecuário. O exemplo mais emblemático foi a meta de produção de 10 milhões de toneladas de açúcar em 1970, cuja dimensão estratégica predominou sobre todos os outros ramos da economia da ilha. A safra de 1970 passou a exigir avanços tecnológicos muito mais substanciais na produtividade canavieira, do que a simples reposição de peças. Mesmo porque, com exceção do uso de alguns tratores, as plantações canavieiras se baseavam, até então, no predomínio absoluto do trabalho manual. Como vimos, antes da revolução não havia interesse na mecanização do corte da cana da parte de nenhum dos atores sociais envolvidos: enquanto os latifundiários se beneficiavam

do baixo custo de reprodução da população, os trabalhadores temiam o crescimento do desemprego (Edquist, 1985, p. 33).

Somada a estas condições estruturais da economia cubana, havia ainda outra explicação fundamental para a não mecanização da plantação canavieira. Não existia, em qualquer parte do mundo, nenhuma máquina adequada às condições climáticas e morfológicas dos canaviais cubanos²¹⁴ (Edquist, 1985, pp. 82-3). Isso porque o desenvolvimento da tecnologia canavieira apropriada a cada plantação depende de componentes mecânicos especificamente desenhados, que levem em conta uma série de fatores agrícolas locais. O desenvolvimento desta tecnologia específica, sem a qual não há rendimento suficiente para justificar o uso, advém necessariamente da experiência de tentativa e erro. Nenhum produtor de colheitadeiras de cana do mundo havia concebido e desenhado uma máquina baseada nas condições concretas da agricultura cubana. Para criar esta tecnologia específica não havia outro modo a não ser a experiência de uso, constatação de problemas, desenvolvimento de melhorias, etc., no próprio terreno da ilha. Em outras palavras, as cortadoras de cana mais bem sucedidas do mundo sempre foram criadas com “design personalizado”²¹⁵, concebido diretamente pelo país que delas fariam uso. Esse fato dava ainda maior dramaticidade à dependência tecnológica cubana, pois a ausência da tecnologia apropriada não poderia ser suprida meramente pela absorção de bens de capital estrangeiros. A única maneira de adquirir determinadas tecnologias era através do desenvolvimento da capacidade de produzi-las internamente, o que, num país subdesenvolvido, implicava priorizar alguns ramos de investimento em detrimento de outros. Afirmou Edquist:

Not all technologies can be acquired in international market. Much custom design are carried out. That is, many industries require close contact with the producers of capital goods, in order to specify and develop the appropriate production system or machine (...). Such *custom design is particularly important in agriculture*, where specific conditions in terms of topography, climate, soils, varieties grown, etc., demand local design or adaptation of machines (1985, p. 122, grifo nosso).

²¹⁴ Ou, ao menos, não havia nenhuma máquina plenamente desenvolvida e conhecida. Caso do modelo de colheitadeira australiana da Massey-Ferguson. Ele já existia nos anos 1960, mas só foi descoberto e testado em Cuba a partir de 1971, e em seguida foi amplamente adotado (Edquist, 1985, p. 49).

²¹⁵ Tradução para “custom design” (Edquist, 1985, p. 122).

Por tudo isso, quando a tarefa da mecanização da colheita de cana em Cuba se tornou um imperativo da estratégia combinada, isso significava um desafio ainda maior do que se poderia supor inicialmente. Afinal, comprar uma máquina é uma operação imensamente mais singela do que produzir uma. Cuba precisava, para cumprir esta tarefa, dar os seguintes passos: primeiro, deslocar investimentos para compra de bens de capital que viabilizassem a criação de uma experiência produtiva inicial; segundo, encontrar matrizes tecnológicas em outros países que lhe servissem de base para criação de sua própria máquina; terceiro, iniciar um processo de tentativa e erro com a experimentação das tecnologias disponíveis em cada safra; quarto, obter crédito externo a juros baixos, imprescindível para executar todas estas operações altamente custosas; quinto, criar capacidade tecnológica e/ou condições de desenho e produção da sua própria máquina internamente. Tudo isso significava deslocar investimentos sociais e capacidade de importação para compra de bens de capital.

O investimento e o consumo

Segundo David Barkin, a proporção de investimento em bens de capital sobre o PIB cubano cresceu de 18% em 1961 para 24% em 1966, e o aumento planejado para 1968 era alcançar 31%. Entre 1959 e 1964, o valor das importações de capital fixo cresceram em 37,6%. Ao mesmo tempo, a porcentagem de investimento em bem estar social caiu 45% de 1961 a 1964, enquanto os investimentos industriais e agrícolas duplicaram em proporção ao fundo de investimentos global da economia. De 1964 em diante, a agricultura e a indústria absorveram 60% dos investimentos do país. No mesmo período, o esforço econômico da safra de 1970 fez com que mais da metade do investimento industrial e um terço do investimento agrícola fossem direcionados ao setor açucareiro (Barkin, 1978, pp. 124-5; Barkin, 1976, p. 136; Aranda, 1968, p. 76). Barkin descreveu a mudança do perfil de investimento cubano, a partir da inflexão do predomínio de políticas emergenciais para o predomínio de uma estratégia planificada de desenvolvimento econômico. Sustentou que:

Cuando los programas de desarrollo maduraron, se trasladó una proporción creciente de toda la inversión, en lugar de dedicarla a los

servicios sociales, los que durante los años iniciales de la revolución recibieron casi la mitad del presupuesto para nuevas inversiones (Barkin, 1973, p. 125).

A mudança do perfil de investimento fez com que Celso Furtado diferenciase duas fases da revolução cubana: a distributivista e a de reconstrução do setor externo. Na primeira fase, a capacidade de importar liberada pela redução do consumo suntuário das elites foi absorvida pelo crescimento exponencial da demanda de consumo popular, isto é, pela importação de bens de consumo corrente e, às vezes, de matérias primas necessárias a sua produção interna. Quando o processo de substituição de importações se revelou insuficiente para atender a demanda, o déficit nacional se agravou, a crise da inserção internacional cubana se solucionou, o setor externo voltou a ser priorizado, e uma nova estratégia foi concebida. Esta nova estratégia se baseava na reconstrução do setor externo: a produção de açúcar estaria voltada à ampliação da margem de capacidade de importação que, por sua vez, criava a capacidade de absorção tecnológica para o aumento de produtividade requerido. A estratégia combinada buscava traçar um caminho para que a revolução também alterasse radicalmente o mecanismo hiperespecializado da geração do excedente, ampliando a produtividade física do trabalho, e criando as bases para a diversificação da economia²¹⁶. Essa mudança se reflete no crescimento de 49,7% do investimento estatal entre 1962 e 1966 (JUCEPLAN, 1971, p. 30).

A tensão entre importação de bens de capital ou de bens de consumo corrente em um cenário de demanda interna em crescimento exponencial foi analisada por Edquist, que afirmou ser preciso escolher entre desenvolvimento tecnológico ou ampliação do mercado interno. Analisou Edquist:

In economic terms, a precondition for investment in mechanization was lower consumption. The interest in mechanization shared by all social groups meant that people implicitly accepted this in order to escape manual cane-cutting. Although most Cubans were also fed up with low consumption levels prevailing around 1970, *mechanization and increased consumption could not both be achieved at the same time* (1985, p. 105, grifo nosso).

²¹⁶ Sobre a fase de reconstrução do setor externo, Furtado afirmou: “A experiência cubana deste período pôs claramente em evidência que, para a transformação da estrutura econômica de um país subdesenvolvido não é suficiente dispor de uma estrutura de poder capacitada para extrair à coletividade recursos para aumentar a capitalização; não menos necessário é dispor de uma certa margem de capacidade para importar, sem o que a assimilação do processo tecnológico será insuficiente” (1969, p. 345).

A mesma tensão foi analisada por Barkin, quando afirmou que: “aquello interesado en maximizar la tasa de crecimiento mediante el mantenimiento de altas tasas de inversión tendrán que desafiar a aquellos que deseen incrementar los niveles de consumo existentes” (1978, p. 108).

Mas no momento em que o governo revolucionário optou pela estratégia combinada, havia que investir em tecnologia capaz de intensificar a produção de cana e liberar superfície para os outros cultivos, eventualmente à custa do consumo popular. Mas este não era o único motivo que levou Cuba a alterar seu perfil de investimento e priorizar os bens de capital. Havia ainda uma situação preocupante que se instalara desde 1961 nos canaviais, relacionada com a escassez de mão de obra para corte das safras. A abundância de terras e força de trabalho, típicas da sociedade subdesenvolvida, tinha sido plenamente superada no curso dos primeiros anos da revolução, e se converteram em seu inverso. Como afirmou David Barkin: “las reservas de fuerza de trabajo y de tierras se agotarán rápidamente, el crecimiento futuro hubo que basarse en la reorganización y mecanización de toda la economía” (1978, p. 218).

A superação dos níveis de desemprego existentes antes da revolução se combinou com a criação de novas oportunidades de vida para os cortadores de cana, tanto no mercado de trabalho, quanto nas instituições educativas. Por isso, ao vislumbrar caminhos melhores de vida, os cortadores de cana que sofriam o *tiempo muerto* se deslocaram do setor canavieiro para outros setores. Dessa forma, duas mudanças radicais caracterizaram o mercado de trabalho em Cuba nos anos 1960 e pressionaram diretamente no sentido da mecanização do corte da cana. Primeiro, as taxas de desemprego caíram de modo a permitir a superação de seu caráter estrutural. Segundo, o perfil de desemprego mudou, os cortadores de cana migraram para outros setores, e o antigo *tiempo muerto* se converteu em escassez de mão de obra (Barkin, 1976, p. 29).

Tiempo Muerto às avessas

O *tiempo muerto* era a manifestação tipicamente cubana do desemprego estrutural e da segregação social. As transformações do regime da propriedade agrícola entre 1959 e 1963 alteraram as possibilidades de vida daqueles que sofriam com falta de ocupação e trabalho na entressafra, a partir do mínimo vital e da política estatal de incentivos ao campesinato para o aumento da produtividade, por meio de créditos, insumos e preços favoráveis. O desemprego estrutural cubano foi superado pelo projeto de desenvolvimento da revolução, como mostra a **tabela 26**.

1943^a	21,1	1967	5,3
1953^b	8,4	1968	4,3
1956^a	20,7	1969	2,9
1957^b	9,1	1970	1,3
1956-7^c	16,4	1971	2,1
1957	12,4	1972	2,8
1958	11,8	1973	3,4
1959	13,6	1974	3,9
1960	11,8	1975	4,5
1961	10,3	1976	4,8
1962	9,0	1977	5,1
1963	8,1	1978	5,3
1964	7,5	1979	5,4
1965	6,5	1980	4,1
1966	6,2	1981	3,4

Fonte: Edquist, 1985, p. 24.
^a Durante o *tiempo muerto*.
^b Durante a colheita.
^c Os dados de 1956-7 e todos os anos seguintes se referem à médias anuais.

A média do desemprego cubano de 1956-7, calculada pelos censos e amostragens do governo, marcava 16,4%. A média representava a variação entre o *tiempo muerto* e a safra, representativas de um ou outro momento da produção canavieira, quando a desocupação foi calculada respectivamente entre 21,1% e 8,4%²¹⁷. Mesmo se tomássemos como ponto de partida estes cálculos conservadores, a queda da taxa

de desemprego a partir de 1960 teria sido expressiva, alcançando um mínimo de 1,3% em

²¹⁷ Como visto no Capítulo 1, a medida do desemprego é bastante controversa, uma vez que os dados oficiais do período pré-revolucionário não consideravam “desemprego” uma série de situações precárias e provisórias, como trabalho familiar sem remuneração, o subemprego e o emprego parcial ou temporário. Como visto, de acordo com a interpretação de Acosta dos dados do Conselho Nacional de Economia de 1958, no período mencionado o desemprego cubano somado ao subemprego e ao trabalho agrícola não remunerado deveria alcançar um terço da população economicamente ativa, isto é, 748 mil pessoas de 2,2 milhões (Acosta, 1973, p. 69).

1970. Cabe lembrar que junto da significativa queda do desemprego, houve aumento de 64,7% do salário médio no setor agropecuário estatal entre 1962 e 1966 (JUCEPLAN, 1971, p.36).

Em termos setoriais, esta queda do desemprego foi acompanhada de um deslocamento da força de trabalho das plantações de cana para outras atividades produtivas. Diante das novas oportunidades de emprego e, sobretudo, de estudo criadas pela revolução, muitos cortadores de cana migraram de setor, optando por trabalhos menos pesados e mais bem remunerados, tendo muitos destes ingressado na escola pela primeira vez. O número de trabalhadores na educação pública cresceu de 23.648 em 1958 para 127.526 em 1969. No setor da saúde pública, o quadro de 8.209 funcionários de 1958 se ampliou para 87.646 em 1969, ou seja, cresceu em mais de 10 vezes. As mulheres também foram incorporadas à força de trabalho nacional: de 194.000 mulheres ativas em 1956, passou-se a 600.000 em 1970, com um potencial de crescimento ainda enorme, já que este contingente representava menos de 25% das mulheres entre 20 e 54 anos. As aposentadorias fornecidas aos homens com mais de 60 anos e às mulheres com mais de 55 anos cresceu de 200.000 em 1958 para 550.000, retirando um contingente dessa faixa etária das atividades diretamente produtivas. Além disso, quando a tensão internacional atingiu seu ápice em 1962, 300.000 homens haviam sido absorvidos pelas Forças Armadas Revolucionárias, especialmente os jovens. Cresceu também o número de trabalhadores que abandonaram quaisquer atividades diretamente produtivas, aproveitando as condições sociais estáveis oferecidas pela nova economia²¹⁸ (CEPAL, 1980, pp. 31-32). Foi assim que muitos cortadores de cana se deslocaram para outras atividades ou encontraram a oportunidade da aposentadoria, e não foram substituídos por jovens dispostos a um trabalho tão enfadante, diante de tantas oportunidades educacionais e da enorme demanda de trabalhadores mais qualificados. Essa situação deu origem às políticas de trabalho voluntário, como se verá no próximo capítulo.

Por conta deste deslocamento da força de trabalho, a década de 1960 em Cuba foi marcada pela combinação contraditória de desemprego disfarçado, expresso pela queda da produtividade do trabalho, e escassez de mão de obra na safra canavieira. Edquist define

²¹⁸ Em 1971, foram 100.000 homens incorporados à força de trabalho como consequência da lei contra a “vadiagem”, o que correspondia a quase dois terços do desemprego voluntário (CEPAL, 1980, pp. 32, 179).

que enquanto o desemprego aberto caiu, o desemprego disfarçado cresceu, o que pode ser diagnosticado pela simultânea queda da produtividade do trabalho. O desemprego disfarçado cubano, na opinião de Edquist, era prejudicial em termos econômicos, mas preferível em termos sociais, já que resultava da melhoria geral das condições de vida dos trabalhadores²¹⁹. Como afirmou Bertram Silverman: “Los pobres del campo o bien estaban desplazándose a los centros de ingresos superiores o dedicando parte de sus mayores ingresos y de su seguridad económica a la recreación”²²⁰ (Silverman, 1978, p. 172).

Desde 1961 havia escassez de mão de obra nas plantações de cana, paralelamente ao desemprego urbano. Essa escassez perdurou em toda década de 1960, e foi um dos maiores obstáculos para a safra de 1970, criado pela própria revolução (Edquist, 1985, pp. 34-5). A mudança estrutural do perfil do emprego, portanto, deu origem a um *tiempo muerto* às avessas: os trabalhadores disponíveis não eram suficientes para o período da safra. Este fenômeno está demonstrado na **tabela 27**.

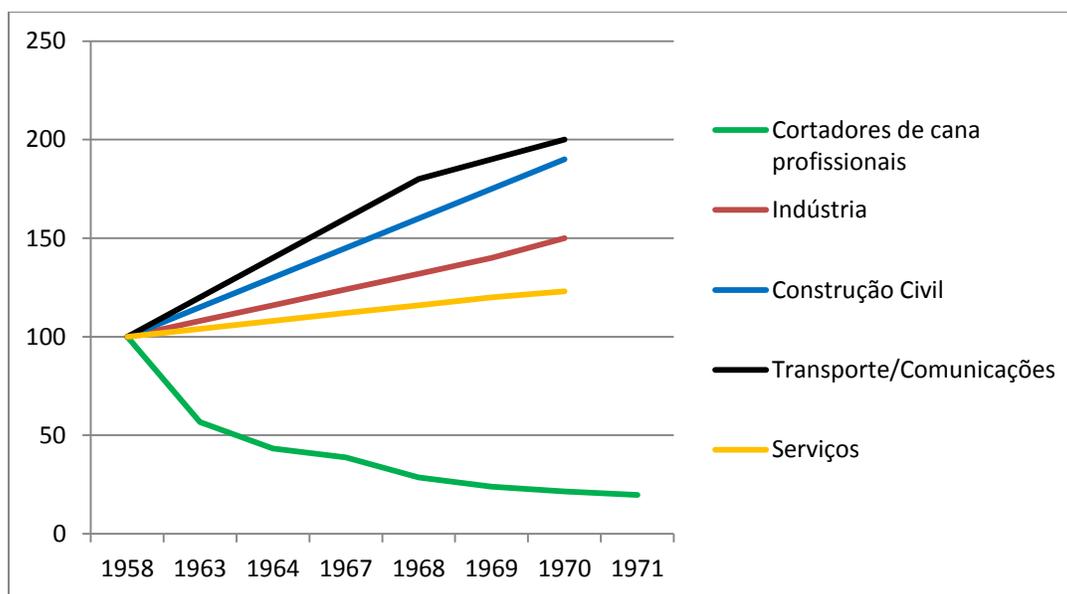
TABELA 27 - Mudança no perfil de emprego (1958-1971)			
Número de cortadores de cana profissionais entre 1958 e 1971		Crescimento do emprego entre 1959 e 1970, por setor (%)	
1958	370.000	Indústria	50
1963	210.000	Construção Civil	90
1964	160.000	Transporte/ Comunicação	100
1967	143.368	Serviços	23
1968	105.598	Fonte: Edquist, 1985, pp. 35, 99 Observação: não estão incluídos os trabalhadores voluntários (Edquist, 1985, p. 53)	
1969	88.300		
1970	79.752		
1971	72.986		

²¹⁹ Edquist sustentou esta ideia com as seguintes palavras: “To some extent *overt unemployment had been replaced by disguised unemployment* – which was negative in terms of productivity, but preferable in terms of social status and security for those previously unemployed. In this way the negative social and psychological effects of unemployment were mitigated, but the negative impact of disguised unemployment (low productivity) for economic growth and efficiency remained” (1985, p. 34, grifo nosso). Silverman associa o crescimento do desemprego disfarçado da ilha ao incremento do setor de serviços, que representava um quarto do total de trabalhadores antes da revolução e passou a representar um terço (Silverman, 1978, p. 172).

²²⁰ Bertram Silverman é economista do trabalho e professor da Hofstra University em Nova York. É estudioso do sistema de incentivos morais cubanos. Esteve em Cuba no fim da década de 1960.

Considerando os mesmos valores em índices, a mudança da proporção de trabalhadores por setor pode ser melhor visualizada no **gráfico 7**²²¹.

GRÁFICO 7 - Mudança no perfil de emprego (1958-1971)
(em índices, 1958 = 100)



A mudança do perfil do emprego na ilha fez com que o problema da “tecnologia apropriada”, isto é, a escolha tecnológica intensiva em trabalho nos países subdesenvolvidos, adequada a uma política de combate ao desemprego estrutural, não chegou a ser um dilema para o governo cubano²²². Para solucionar este problema, o Ministério das Indústrias criou a *Comissão para Mecanização da Colheita da Cana* em 1961 (Edquist, 1985, p. 34). A mecanização passou a ser defendida com dois argumentos:

²²¹ Fonte: Edquist, 1985, pp. 35, 99.

²²² Ao contrário da preocupação de Barkin: “La selección de la tecnología apropiada puede ser difícil, por la existencia de conflictos entre las metas propuestas de absorber gente en las actividades productivas en las que realizan una contribución social y las que plantean la necesidad de aumentar la productividad del trabajo tan rápidamente como sea posible, para elevar el ingreso (...). Si la absorción de trabajo es un problema, puede surgir un conflicto entre los objetivos económicos y los sociales” (1978, p. 108). O conflito dos objetivos econômicos e sociais de que fala Barkin existiu em Cuba, mas engendrados por outras causas, que serão abordadas no próximo capítulo.

primeiro, era um meio de resolver o problema da escassez de força de trabalho nas plantações; segundo, seria também uma maneira de eliminar um tipo de trabalho manual excessivamente pesado e brutal, isto é, organizar a força de trabalho cubana de acordo com a finalidade igualitária e humanista da revolução (idem, 1985, p. 84). Sendo a mecanização uma tarefa de longo prazo, no curto prazo a tentativa de solução para a escassez de força de trabalho se concretizava em duas medidas: por um lado, o trabalho voluntário não profissional e, por outro, a militarização do corte da cana, temas que serão discutidos no próximo capítulo ²²³ (idem, 1985, pp. 35, 42).

De acordo com o referencial teórico exposto por Edquist, o tipo de desemprego influencia de modo decisivo nas escolhas tecnológicas²²⁴. Por isso, a mudança do perfil de emprego em Cuba teria sido um fator determinante nas escolhas da mecanização canavieira, no quadro de um país extremamente dependente em termos tecnológicos. A escolha tecnológica cubana atravessou vários momentos, que discutiremos a seguir.

Caminhos e descaminhos da escolha tecnológica

“Escolha tecnológica” é um conceito chave do trabalho de Edquist sobre a mecanização do corte da cana em Cuba, num estudo comparativo com o mesmo processo na Jamaica. Edquist combina uma abordagem estruturalista da mudança tecnológica com uma abordagem que enfoca os sujeitos responsáveis pela tomada de decisões. Por isso, a escolha tecnológica depende da existência de um “sujeito da escolha tecnológica”, cujas margens de ação são limitadas pelas determinações estruturais. São especialmente seis fatores estruturais analisados pelo autor para compreender o processo cubano de escolha tecnológica: os interesses objetivos e subjetivos do sujeito na mudança tecnológica; o seu nível de organização; seu poder real de decisão; a disponibilidade de informações sobre as

²²³ Na opinião de Edquist, uma terceira medida poderia ter sido positiva: um maior aumento salarial dos cortadores de cana profissionais, como atrativo para reverter temporariamente o deslocamento da força de trabalho para outros setores (Edquist, 1985, p. 147).

²²⁴ “The employment situation is a very important determinant of choice of technique, since it partly determines the interests of at least some of the actors”, sustentou Edquist (1985, p. 14).

opções tecnológicas existentes; a possibilidade efetiva de acesso das tecnologias escolhidas; e, por fim, o conhecimento técnico para uso e reprodução da tecnologia escolhida, isto é, a “capacidade tecnológica” para operar, manter, reparar, desenhar e produzir bens de capital internamente (Edquist, 1985, pp. 77, 121). A tarefa de absorção tecnológica exigida pela estratégia combinada passava, pelo menos, por duas partes. Primeiro, era preciso mecanizar o corte da cana, o que não só solucionaria a escassez de força de trabalho nos canaviais, como aumentaria a produtividade física do trabalho e, portanto, os rendimentos do açúcar cubano²²⁵. Segundo, era preciso intensificar a produção de modo a liberar a superfície da ilha para a diversificação, por exemplo, com fertilizantes.

O processo de produção de cana-de-açúcar envolvia seis etapas igualmente cruciais para o resultado final do produto: a preparação da terra; a plantação; o cultivo da cana e o controle das ervas daninhas; a aplicação dos fertilizantes; o corte, limpeza e colheita da cana; e o transporte até as usinas. A pesquisa de Edquist sobre a mecanização da colheita canavieira cubana se enfoca apenas na quinta etapa, cujas três tarefas (corte, limpeza, colheita) podem ser executadas separadamente por máquinas simples ou simultaneamente por uma única máquina chamada colheitadeira combinada (Edquist, 1985, p. 16). O processo de mecanização desta quinta etapa pode variar em diversas composições de trabalho manual com trabalho mecanizado. Na década de 1960, uma colheitadeira simples, que cortava a cana e a deixava no chão sem limpar, podia substituir cerca de 10 trabalhadores manuais. Já uma colheitadeira combinada da mesma época, que cortava, limpava e colhia a cana, poderia substituir 30 a 50 trabalhadores (Edquist, 1985, p. 17).

Diante da inexistência de uma colheitadeira adequada para as condições morfológicas de Cuba no mercado mundial, o país se lançou em busca de uma relativa autonomia tecnológica. Se por um lado Cuba não possuía a indústria de bens de capital que produzisse as máquinas de que necessitava, por outro, para atingir a meta da mecanização era preciso inventar uma máquina original e nova. Nesse sentido, entre 1962 e 1964, três máquinas colheitadeiras de cana foram montadas e testadas em Cuba a partir de matrizes e peças importadas. Apesar de estarem baseadas em bens de capital importados, estas máquinas são consideradas cubanas, pois foram desenhadas, montadas e adaptadas por engenheiros da

²²⁵ Rendimentos que, como dito, estavam entre os mais baixos do mundo (Chonchol, 1961, p. 11).

ilha. A primeira delas, a Ecea MC-1, era uma combinação de dois modelos (a Inca sul-africana e a Thornton Model F), e foi montada e testada em Cuba em 1963. Era uma máquina simples, isto é, apenas cortava a cana e a deixava no chão sem limpeza. Isso exigia que, por onde passasse a máquina, os trabalhadores limpassem e colhessem a cana do solo. Por conta disso, os rendimentos não aumentaram o suficiente para justificar os custos de importação e montagem, e o modelo foi abandonado no mesmo ano. Edquist atribuiu o insucesso da Ecea MC-1 à compreensível inexperiência dos engenheiros cubanos com o tema (Edquist, 1985, pp. 36, 124). Em seguida, Cuba investiu na produção de “elevadores” de colheita, que se acoplavam à cortadora italiana Utos. Os elevadores serviam para soerguer a cana cortada do solo (colheita). Foram chamados “criollas” e seu uso experimental representou 1,5% da safra de 1963 (idem, 1985, p. 37). Em 1964, as “criollas” foram substituídas pela PG 0.5 soviética, que apresentava maiores vantagens econômicas e foi amplamente adotada ao longo dos anos 1960 (idem, 1985, p. 124). Por fim, a terceira máquina “cubana” era uma adaptação da KTC soviética desenhada em Cuba, que foi batizada por Fidel Castro de Libertadora, pois seria a máquina que libertaria os seres humanos daquele trabalho brutal. A Libertadora era uma colheitadeira combinada, que cortaria, limparia e colheria a cana. Contudo, sua complexidade impedia que fosse produzida na ilha (idem, 1985, p. 41). Por isso, em 1965, o governo cubano fez um convênio com a empresa Claas Maschinenfabrik, da Alemanha Ocidental, para que produzissem a Libertadora, concebida na ilha. A máquina foi testada em 1967, obteve sucesso, e foi amplamente adotada nas décadas seguintes. A Libertadora produzida na Alemanha Ocidental (que passou a se chamar Claas-Libertadora) foi um exemplo da importância do “design personalizado” (*custom design*). Ao mesmo tempo, revelava uma defasagem enorme entre a capacidade de desenho tecnológico cubano e suas forças produtivas. Cuba definitivamente não tinha condições de produzir a Libertadora que havia desenhado, porque isto exigiria uma indústria mecânica extremamente desenvolvida, ainda distante do potencial da ilha. Não à toa, a máquina se tornou uma das mais vendidas no mundo por sua qualidade e eficiência. Em 1969, a Claas-Libertadora alcançou o dobro do rendimento da soviética que a havia inspirado (a KT-1). Foi a máquina de maior produtividade já usada em Cuba, e atingiu a marca de 130 toneladas por hectare. Em 1970, Cuba tomou a decisão de vender a patente da Claas-Libertadora para a empresa alemã que a

produziu. Na avaliação de Edquist, Cuba não obteve as vantagens econômicas adequadas à sua capacidade de desenho tecnológico, pois em troca da patente recebeu descontos na importação da máquina ao longo dos anos 1970, e nada mais²²⁶ (Edquist, 1985, p.129-131).

Outras experiências com máquinas estrangeiras foram testadas em Cuba nos anos 1960. Em julho de 1963, os soviéticos visitaram a ilha para estudar suas condições morfológicas com vistas a produzir uma máquina mais adequada. Em janeiro de 1964, como resultado destes estudos, foram feitas adaptações nas máquinas KTC-1 e KT-1, colheitadeiras combinadas desenhadas e produzidas na União Soviética. Depois de seus bons resultados experimentais, passaram a ser importadas a partir da safra de 1965. Os dois principais problemas relacionados às KTC e KT foram, primeiro, a falta de capacidade tecnológica cubana para operar a máquina e, segundo, a inadequação das máquinas para o tipo de cana e a morfologia do solo da ilha. Na safra de 1965 estes problemas se fizeram sentir e apenas 10% das máquinas compradas entraram em atividade. Essa proporção foi diminuindo até 1970. Isso porque as canas cubanas eram bastante inclinadas e o solo era irregular, enquanto a máquina soviética era adequada para canas com inclinação máxima de 30° e para solo plano. Essa inadequação técnica fazia com que sua produtividade caísse muito rápido, suas peças quebrassem sem que houvesse reposição adequada, além de não haver conhecimento técnico cubano suficiente para operá-la²²⁷. Por tudo isso, as KTC-1 e KT-1 não foram operacionais aos canaviais da ilha, em 1968 pararam de ser importadas e em 1972 já não havia nenhuma em atividade²²⁸ (Edquist, 1985, pp. 39-41). Um motivo mais que suficiente para compreender as enormes falhas e ineficiências destas colheitadeiras era a inexistência de canaviais na União Soviética, o que inviabilizava que a produção do “design personalizado” através da experiência de tentativa e erro que guiassem a criação e adaptação permanente das máquinas às condições agrícolas concretas (idem, 1985, p. 126).

²²⁶ Edquist considera que a venda da patente foi um mau negócio para Cuba, que acabou entregando sua capacidade de desenho tecnológico por menos do que seu real valor. Para ele, havia melhores alternativas de produção da Libertadora. Por exemplo: um acordo de concessão provisória; produzi-la no bloco soviético; ou solicitar assistência técnica da própria Claas para produzi-la internamente. Em 1978, a Claas Maschinenfabrik já exportava a Libertadora para mais de 30 países e Cuba havia perdido sua patente (Edquist, 1985, p. 131).

²²⁷ Em 1964, em reunião que pautava a mecanização da agricultura, Rodríguez afirmou sobre os países do bloco soviético: “Nosotros les ponemos demandas extraordinárias de su comercio exterior para que nos sirvan en nuestro próprio proceso de tecnificación” (1964, p. 27).

²²⁸ Neste período, foram testados outros modelos soviéticos: CKT-1, KCC-1, KCC-1A, KTC-1A, KTS-1A (Edquist, 1985, p. 42).

As máquinas soviéticas custavam cerca de 30 mil dólares cada, o que era aproximadamente o preço do mercado mundial (idem, 1985, p. 159).

Na opinião de Edquist, um dos principais motivos para o fracasso geral da mecanização do corte da cana na década de 1960, foi a escolha das cortadoras soviética como experimento prioritário de investimento²²⁹. Ao contrário desta experiência, a importação dos elevadores soviéticos PG 0.5, que substituíram as “criollas” no soerguimento da cana cortada a partir de 1964, teriam sido responsáveis pelo enorme avanço da mecanização desta tarefa específica da colheita cubana, que alcançou até 85% da safra de 1970. Afinal, os elevadores não dependiam das características do solo para determinar seu desempenho. A PG 0.5 soerguia 11 toneladas de cana por hora (idem, 1985, pp. 37-8, 53).

Por fim, a partir de 1967, além de Claas-Libertadora, outras três famílias de máquinas foram testadas em Cuba: a Henderson, abandonada em 1972; a KTP-1, cujo uso se expandiu nos anos 1970; e a Massey-Ferguson, que também foi amplamente utilizada²³⁰. A colheitadeira Henderson foi o primeiro modelo 100% nacional: foi desenhada em Cuba e, por sua simplicidade, também podia ser produzida internamente. Seu principal defeito era não limpar a cana, de modo que 30% da massa soerguida e transportada era constituída de resíduos. Isso porque a Henderson foi concebida para trabalhar em coordenação com as estações de limpeza da cana também inventadas nacionalmente²³¹. A Henderson era adaptada a um trator italiano da Fiat, mas acabou sendo abandonada em 1972, pois outras experiências se mostraram mais eficientes (idem, 1985, p. 48).

²²⁹ Em suas palavras: “The almost complete failure to mechanize Cuban cane-cutting in the 1960s can be explained partly by the choice of Soviet harvester” (Edquist, 1985, p. 127).

²³⁰ Nos caminhos e descaminhos da escolha tecnologia cubana, a Libertadora, a KTP-1 e a Massey-Ferguson se consolidaram como paradigmas tecnológicos de sucesso na ilha, por diferentes razões.

²³¹ Em 1964, foi criado o primeiro *Centro de recepción y beneficio en seco de la caña*: estações de limpeza da cana pelo método seco (com ar), desenvolvidas pelo engenheiro cubano Roberto Henderson. Tratava-se de uma solução original, com design personalizado, adequada para lidar com a escassez de água que predominava na agricultura do país. Seu objetivo era eliminar a limpeza manual e centralizar as canas da região para facilitar a coleta da empresa de Acopio. Com as estações, pretendia-se incrementar de 80% a 150% a produtividade do trabalho. Em 1965, foram construídas 4 estações, e em 1967 já eram 67, que limpavam até 70 toneladas de cana por hora. Em 1980, a “brecha tecnológica” do processo de limpeza em Cuba em relação a outras partes do mundo era quase zero, e a dependência tecnológica era desprezível neste elo específico da cadeia produtiva (Edquist, 1985, pp. 42-3, 53, 127, 144, 158).

A segunda máquina testada depois de 1967 foi uma invenção cubano-soviética, a KTP-1, criada no início dos anos 1970 e amplamente utilizada a partir de 1973²³². Sobre ela, Edquist afirmou: “the KTP-1 harvester must be considered a fairly successful joint venture between Cuba and USSR although this harvester is certainly not among the most productive ones in the world” (1985, p. 134). Por fim, a terceira família de máquinas foi a australiana Massey-Ferguson que predominantemente alavancou a mecanização do corte, coleta e limpeza em Cuba nos anos 1970 (Edquist, 1985, p. 51). Segundo Edquist, se a Massey-Ferguson tivesse sido testada nos anos 1960, possivelmente teria acelerado a mecanização do corte da cana na ilha, antecipando-a em 5 a 8 anos. A Massey-Ferguson era a máquina mais adequada à morfologia e clima da ilha, pois as condições agrícolas da Austrália eram muito similares (idem, 1985, pp. 126-7). Além disso, Cuba rapidamente se tornou o principal mercado consumidor da Massey-Ferguson (maior até que a própria Austrália), de modo que poderiam ter adquirido relativo poder de barganha em relação a seus preços (idem, 1985, p. 132).

²³² Em 1977 criou-se uma grande fábrica da KTP-1 em Holguín, Cuba, que se tornou a maior produtora e exportadora de máquinas cortadoras de cana do mundo, com capacidade produtiva para 600 unidades ao ano (Edquist, 1985, p. 52). Sua baixa produtividade e simplificação foram a condição necessária para que pudesse ser produzida em Cuba. Em 1979, a União Soviética já não produzia mais a KTP-1: Cuba havia completado esta substituição de importação, atenuando os problemas de balanço de pagamentos vividos pelo país (Edquist, 1985, pp. 133, 136).

TABELA 28 - Mecanização do corte e colheita da cana (1963-1981)		
Ano	% da cana cortada e colhida por colheitadeira combinada	% da cana cortada manualmente e colhida mecanicamente
1963	--	1
1964	--	20
1965	1-2	26-32
1966	2-3	44-46
1967	2-3	53-57
1968	3	61-68
1969	2	65-74
1970	1	82-85
1971	3	87
1972	7	89-96
1973	11	93-94
1974	18	96
1975	25	96
1976	32	97
1977	36	97
1978	38	98
1979	42	98
1980	45	98
1981	50	98
Fonte: Edquist, 1985, p. 38.		

A trajetória da mecanização da cana em Cuba pode ser visualizada na **tabela 28**. Podemos observar que em 1970, as máquinas combinadas de corte e colheita da cana fracassaram: em 1970, apenas 1% da cana cubana foi cortada mecanicamente. Porém, a tarefa de mecanização da colheita (ou seja, o soerguimento da cana cortada manualmente) havia sido atingida em 82% a 85% da safra. Para dimensionarmos a importância deste avanço, cabe lembrar que o soerguimento da cana, sozinho, correspondia a 40% dos trabalhadores manuais de uma safra (Edquist, 1985, p. 36). Ainda assim, perpetuava-se a dependência tecnológica da ilha, já que a PG 0.5 era 100% soviética. Como sustentou Edquist: “However successful this transfer of technology was, it also led to a prolonged Cuban dependence on imports of mechanical cane-loaders from Soviet Union” (1985, p. 124).

Apesar dos avanços obtidos na mecanização da colheita, o problema da escassez de mão de obra nos canaviais ainda não havia sido resolvido, já que a meta de 10 milhões de toneladas para 1970 impunha um esforço nacional sem precedentes. Na falta de mecanização, o governo cubano lançou mão das jornadas de trabalho voluntário, cujas características e limites serão analisados no próximo capítulo. Deste processo de erros e acertos, conclui-se que, mesmo apresentando pleno interesse e poder para executar a mecanização da cana, os sujeitos da escolha tecnológica da ilha se depararam com obstáculos estruturais de quatro ordens: primeiro, a falta de informação sobre as opções tecnológicas disponíveis no mercado, caso do desconhecimento da Massey-Ferguson australiana nos anos 1960; segundo, a falta de acesso à tecnologia por conta de constrangimentos econômicos

(escassez de divisas e bloqueio estadunidense), que impediam que Cuba internalizasse bens de capital adequados; terceiro, a desorganização econômica para implantar a tecnologia escolhida e importada, gerando desperdício de divisas; e quarto, a incapacidade de operar, reparar, manter e reproduzir a tecnologia internamente (Edquist, 1985, p. 99).

A outra dimensão da tarefa de absorção tecnológica era o desenvolvimento e aplicação de fertilizantes. Pelos dados obtidos de Carlos Rafael Rodríguez, houve significativo avanço na produção e consumo de fertilizantes durante os anos 1960. Segundo seu informe proferido na CEPAL em 1969, a produção cubana de fertilizantes havia crescido em 2,4 vezes entre 1958 e 1968, saltando de 252.900 toneladas métricas para 860.000 toneladas (Rodríguez, 1969, p. 33). Nos anos 1960, Cuba havia obtido 50 milhões de dólares em crédito para instalar uma fábrica de fertilizantes com auxílio da inglesa “Simon and Carvers” (idem, 1969, p. 102). Isso permitiu que o uso de fertilizantes se expandisse na proporção exposta na **tabela 29**.

TABELA 29 - Uso e produção de fertilizantes agrícolas (1963-1968)			
	Uso ^(a) (toneladas métricas)	Uso nos Canaviais ^(b) (%)	Produção ^(c) (toneladas métricas)
1963	444.100	40,2	439.000
1964	650.200	48,9	430.000
1965	500.600	63,7	473.000
1966	581.500	57,8	514.000
1967	908.600	55,9	788.000
1968	1.487.800	41,1	860.000
Fonte: (a) Rodríguez, 1969, p. 25; (b) Aranda, 1968, p. 72; (c) CEPAL, 1980, p. 72			

Entre 1963 e 1967, houve um expressivo crescimento da proporção de uso de fertilizantes nos canaviais, em relação aos outros cultivos. Ademais, entre 1966 e 1970 a produção de praguicidas da ilha cresceu em 7,6 vezes, sendo que apenas entre 1966 e 1968, o gasto com a compra do produto cresceu em 80%²³³ (Rodríguez, 1969, p. 25). Em decorrência deste

²³³ A produção cresceu de 255 toneladas em 1966 para 2.203 toneladas em 1970 (CEPAL, 1980, p. 72). O gasto com compra de praguicidas cresceu de 4,32 milhões de pesos em 1966 para 7,80 milhões em 1968 (Rodríguez, 1969, p. 25).

investimento, em 1967, Cuba teria atingido os rendimentos da cana de Porto Rico: cresceram em 28,2% em relação a 1961 e em 70,4% em relação ao pior período da produção canavieira, isto é, 1963 (Gutelman, 1975, p. 258). Esse esforço fazia parte da opção pelo modelo tecnológico intensivo, que *a posteriori* foi criticado por Valdés Paz²³⁴.

TABELA 30 - Metas e produção real de açúcar (1952-1970) (em milhões de toneladas métricas)		
Ano	Produção real	Metas
1952/1956	5,00	--
1959	5,96	--
1960	5,86	--
1961	6,76	--
1962	4,88	6,14
1963	3,88	--
1964	4,47	6,50
1965	6,15	7,00
1966	4,43	6,50
1967	6,23	7,50
1968	5,16	8,00
1970	8,53	10,00

Fonte: Barkin, 1978, pp. 128-9

Nada disso foi suficiente, contudo, para que o país atingisse suas metas de produção de açúcar na década de 1960, como mostra a **tabela 30**. A incapacidade cubana para atingir as próprias metas de produção, estabelecidas no contexto da estratégia combinada, é um fato revelador das limitações estruturais do desenvolvimento econômico da ilha. Carlos Rafael Rodríguez havia discursado uma crítica à elaboração de metas inalcançáveis criadas pelos organismos do próprio governo. Os problemas de desorganização agropecuária continuavam a prejudicar e comprometer a produção cubana. Em agosto de 1964, Rodríguez sustentou, diante da

direção econômica nacional:

Si no se puede hacer compatible la producción cañera con las metas que nosotros tenemos de cumplir en la agricultura, dando origen a todos estos desastres de agrotecnia que nosotros venimos contemplando sistemáticamente, hay que discutir en la Dirección Nacional del País la reducción de una u otra meta (...) Porque nosotros no sacamos nada con sembrar productos que después perdamos sin poder cultivarlos y debemos ser realistas, porque, en definitiva, lo que logramos después sin cultivo es menos cantidad de productos que la que hubiéramos tenido si

²³⁴ Em nossa conversa, Valdés Paz criticou a opção cubana pelo modelo tecnológico intensivo por seu impacto nocivo ao meio ambiente: “La mayor parte y sobretudo los elementos principales de ese modelo tecnológico intensivo eran importados. ¿De dónde? Unión Soviética, campo socialista Europeo, algo de China, etc. Lo cual hacía que el modelo fuera muy vulnerable (...). Las consecuencias de ese modelo tecnológico intensivo son de carácter ecológico. Ese modelo intensivo se va producir un empobrecimiento de los suelos, serios problemas de desequilibrio de control biológico de las plagas y de las enfermedades. Y una ineficiencia económica en el uso de la fuerza de trabajo, porque cada cultivo tiene una curva de máxima utilización y mínima utilización. Si tienes varios cultivos compensa la utilización de los recursos, o solamente de la fuerza de trabajo. Se exigía una especialización del 90%. Con el tiempo se hizo claro que esa exigencia de especialización era totalmente contraproducente ecológica y económicamente” (2012).

hubiésemos sembrado menos y cultivado más. Y eso aparece como un mal trabajo que se achaca a la agricultura, cuando en realidad se trata de un mal trabajo de la organización de la actividad económica en su conjunto y sólo una parte de esa deficiencia es atribuible a la agricultura (1964, pp. 16-7).

Essa crítica de Rodríguez revela o estado de desorganização econômica em que ainda se encontrava Cuba. Qual seria, então, a capacidade cubana de equacionar na mesma estratégia as metas açucareiras e a diversificação especializada, contornando a desorganização e a dependência tecnológica? A situação cubana colocava em evidência um desafio histórico complexo, que por sua natureza estrutural, pode-se dizer, é de interesse a toda a América Latina: quais as possibilidades concretas de desenvolvimento de meios técnicos e econômicos adequados às finalidades igualitárias e soberanas? Especificamente, por qual estreito caminho superar o subdesenvolvimento? Quando adotada a meta de produção de 10 milhões de toneladas de açúcar, Cuba forçou os limites da estratégia combinada, porque a priorização canavieira ganhou tanta potência que dificultou qualquer compatibilidade com a proposta de diversificação agropecuária. As três tarefas fundamentais aqui analisadas (descentralização relativa; diversificação especializada; absorção tecnológica), imprescindíveis para o sucesso da estratégia combinada, foram ofuscadas pela meta da safra de 1970.

CAPÍTULO 4 - A safra de 1970 e a estratégia cubana de desenvolvimento

“Podemos pelear, podemos competir, y en materia de azúcar no le tenemos miedo absolutamente a nadie. Y allá veremos, allá veremos a los que se pusieron a desarrollar la industria pensando en Cuba, a costa de Cuba; allá veremos a los que viendo que a Cuba le quitaron su cuota se engolocinaron, ¡pues van a agarrar una empachada de azúcar!”

Fidel Castro²³⁵

“Em um tempo relativamente curto, o desenvolvimento da consciência faz mais pelo desenvolvimento da produção que o estímulo material”

Ernesto Guevara²³⁶

“Entre 1971 y 1975, un especialista soviético que visitó la Isla dijera que, en términos teóricos, Cuba había vivido una etapa muy similar al comunismo de guerra de la URSS”

Julio Diaz Vázquez²³⁷

A) ESTRUTURA AGRÁRIA E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Quando Cuba se lançou na tarefa histórica de superar o subdesenvolvimento, as teorias do desenvolvimento da CEPAL eram consagradas por economistas de diferentes matizes políticos, e não poderiam deixar de influenciar o governo revolucionário da ilha. A tese fundacional da nova economia política latino-americana, enunciada no célebre Manifesto

²³⁵ Discurso proferido em 7 de junho de 1965. Acessado na íntegra em 01/03/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f070665e.html>. Alguns trechos citados em Gutelman, 1975, pp. 237-8.

²³⁶ 1982, p. 190.

²³⁷ Valdés Paz, Juan; Díaz Vázquez, Julio A.; Díaz, Selma, *Revista Temas*, Oct-Dec/2012, p. 72.

de Prebisch de 1949, se alicerçava no combate à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo e suas afiliadas, expondo a estrutura e dinâmica dos desequilíbrios gerados pela divisão internacional do trabalho. No Manifesto - que se tornou a carta de princípios originários da CEPAL - Prebisch enunciava:

Es cierto que el razonamiento acerca de las ventajas económicas de la división internacional del trabajo es de una validez teórica inobjetable. Pero suele olvidarse que se basa sobre una premisa contradicha por los hechos (...). La falla de esa premisa es atribuir carácter general a lo que de suyo es muy circunscrito (...). Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países (...). Existe, pues, manifiesto desequilibrio, y cualquiera que fuere su explicación o el modo de justificarlo, se trata de un hecho cierto, que destruye la premisa básica en el esquema de la división internacional del trabajo (1986, p. 479).

Como alternativa científica à teoria das vantagens comparativas, Prebisch elaborou a teoria da deterioração dos termos de troca que, diante de um adversário comum, apresentava afinidades relativas com a teoria marxista da troca desigual, ainda que partissem de premissas econômicas e filosóficas distintas²³⁸. Ambas se contrapunham aos cânones da economia monetária, que privilegiam a tendência ao equilíbrio da ordem econômica internacional, e optavam por uma abordagem histórica-estrutural das formações sociais periféricas, a fim de identificar os obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas dos países com passado colonial²³⁹.

²³⁸ Sobre a deterioração dos termos de troca: “Desde los años setenta del ciclo pasado, hasta la Segunda Guerra Mundial, la relación de precios se ha movido constantemente en contra la producción primaria (...). La relación de precios se ha movido, pues, en forma adversa a la periferia (...). Los países de la América Latina, con fuerte coeficiente de comercio exterior, son extremadamente sensibles a esas repercusiones económicas” (Prebisch, 1986, pp. 481, 485). Uma síntese da teoria da troca desigual feita por Samir Amin: “O equilíbrio do balanço de pagamentos – que no máximo é tendencial – tem por condição um ajustamento permanente das estruturas internacionais. Mas, estas estruturas são, no que diz respeito às relações entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, as da dominação assimétrica do centro do sistema mundial sobre a periferia. O equilíbrio externo – a ordem internacional – só é possível porque as estruturas da periferia são formadas de acordo com as exigências da acumulação no centro, isto é, porque o desenvolvimento do centro engendra e sustenta o subdesenvolvimento da periferia (...). Enquanto na esfera das trocas internas a lei do valor implica a igualdade dos valores de troca de duas mercadorias contendo a mesma quantidade de trabalho, na esfera das trocas com o exterior, as mercadorias trocadas contêm quantidades desiguais de trabalho, traduzindo a desigualdade dos níveis de produtividade” (1976, pp. 86, 111). Ainda sobre a teoria da troca desigual, ver Emmanuel, 1973.

²³⁹ Contudo, a teoria da deterioração dos termos de troca era, essencialmente, uma teoria da relação entre produtividade, difusão de progresso técnico e preços do mercado mundial, enquanto a teoria da troca desigual se fundamentava na teoria do valor trabalho e, portanto, privilegiava o problema das relações sociais de

Partindo da nova teoria de Prebisch, a CEPAL fundou um programa de desenvolvimento capitalista da América Latina, cuja execução passava por três medidas estruturais que deveriam ser adaptadas às condições particulares de cada país: primeiro, uma modificação no perfil das importações que economizasse divisas para acumulação de capital em detrimento do consumo suntuário; segundo, uma política de emprego que criasse um mercado interno robusto, isto é, uma demanda efetiva sustentada pelas necessidades da maioria da população; e terceiro, a industrialização por substituição de importações, considerada imprescindível para atingir um nível mínimo de bem estar social, correspondente a um novo padrão de preços já não mais subordinado à deterioração. Este processo estaria condicionado, em cada país, pela disponibilidade de recursos naturais e matérias primas, pelas margens possíveis de alteração do perfil de importações, bem como pela capacidade de obtenção de financiamento externo. O mercado interno, por sua vez, só poderia ser formado através de uma relativa redistribuição de renda, o que, em sociedades assentadas sobre a segregação social, resultava em uma política conflituosa²⁴⁰.

Alterar o perfil das importações era uma forma graduada de romper com a inserção econômica dependente. Simultaneamente, criar um mercado interno supunha a eliminação das bases do modelo segregacionista típico do subdesenvolvimento. Nesse sentido, o potencial transformador da economia política da CEPAL coincidiu parcialmente com a luta cubana pela eliminação da dupla articulação (dependência e segregação social). De modo que, o programa de industrialização por substituição de importações pareceu adequado às forças do “nacionalismo democrático revolucionário” cubano que tomaram o poder em 1959.

produção. Por isso, apesar da conclusão semelhante em relação ao desequilíbrio estrutural da divisão internacional do trabalho, os programas estratégicos para o desenvolvimento das periferias que frutificam das duas teorias são significativamente diferentes no que se refere às relações capitalistas de produção.

²⁴⁰ Prebisch definiu: “Hay, pues, que modificar la composición de las importaciones y, correlativamente la estructura y el volumen de la producción interna, para atender las necesidades corrientes de la población, sustentando un máximo de ocupación. Mientras las importaciones esenciales para las necesidades corrientes de la población seguirán el ritmo relativamente lento del crecimiento orgánico del país, las de artículos postergables quedarán sujetas a la fluctuación de la exportación” (1986, p. 499).

Industrialização por substituição de importações

A concepção industrialista de desenvolvimento era fruto do mesmo sentimento que estimulava a diversificação máxima da agricultura: a conquista de autossuficiência econômica como expressão radical da soberania nacional. Os dirigentes da revolução cubana, em um primeiro momento, optaram por aplicar o programa de industrialização por substituição de importações na ilha, identificando nele a alavanca necessária para a criação dos novos meios técnicos adequados às novas finalidades do desenvolvimento. Nesse sentido, a noção de que “desenvolvimento” era um sinônimo imediato de “industrialização” estava difundida entre os economistas mais influentes do governo, entre eles Regino Boti, Carlos Rafael Rodríguez e Juan Noyola²⁴¹. Em 1956, Carlos Rafael Rodríguez declarou:

Ninguna argucia técnica o dialéctica podrá anular la que Colin Clark llamara ‘ley de Petty’, con sus trecientos años de vigencia, según la cual el mayor ingreso y el mayor progreso están en relación con el empleo de mayor proporción de la población en actividades industriales frente a las actividades agrícolas. La historia confirma esta tendencia. Países desarrollados son aquellos que tienen un mayor ingreso real *per capita* porque tienen una estructura económica determinada, basada en cierto grado, mayor o menor, de industrialización (1983, p. 57).

Juan Noyola, economista da CEPAL em missão de auxílio a Cuba e, posteriormente, líder da Junta Central de Planificação (JUCEPLAN), apresentou cursos e palestras aos trabalhadores e funcionários administrativos da ilha, disseminando a visão substitutiva de importações. Entre setembro e dezembro de 1959, Noyola ministrou um curso de capacitação em problemas de desenvolvimento econômico, no qual se preocupou em diferenciar duas estratégias de poupança de divisas: a substituição de importações e a expansão das exportações. Ainda que não fossem excludentes ou incompatíveis, Noyola manifestou sua preferência pela estratégia substitutiva, com o argumento de que a expansão do setor externo não seria capaz de absorver o contingente de força de trabalho subutilizada, sem que se ampliassem outros setores produtivos voltados para dentro²⁴².

²⁴¹ Ver trecho da carta de ruptura de Noyola com Prebisch no capítulo 1 deste trabalho, ou em Noyola, 1978, p. 11.

²⁴² Em defesa da substituição de importações, Noyola sustentou: “Es, por consiguiente, la elevada elasticidad-ingreso de la demanda de productos importados la que hace indispensable la adopción de una política de

Completou seu raciocínio, dizendo: “en realidad, no sólo la sustitución de importaciones, sino en general el desarrollo económico significa industrialización” (1978, p. 82). A substituição de importações, na concepção de Noyola, abarcaria quatro objetivos estratégicos.

Primeiro, transformar o setor açucareiro em uma indústria múltipla, através do aproveitamento de seus subprodutos: o bagaço seria matéria prima da indústria de papel; a usina açucareira poderia ser um polo de produção de energia; e outros derivados da cana poderiam servir à indústria química, desdobramento este nomeado por Guevara de “indústria sucroquímica” (Noyola, 1978, p. 132). O segundo objetivo da substituição deveria ser, na concepção de Noyola, o setor energético, que provavelmente seria o primeiro gargalo estrutural do desenvolvimento cubano, após o pleno aproveitamento das capacidades subutilizadas da ilha. O terceiro objetivo deveria ser a indústria siderúrgica e mecânica, baseada nas reservas de laterita do Oriente, o que ainda teria de superar obstáculos graves, como as dificuldades técnicas de extração mineral, a necessidade de larga escala para garantir a rentabilidade mínima, a estreiteza do mercado, e o alto consumo de combustíveis requerido – considerando uma economia na qual o petróleo já ocupava 10,7% da pauta de importações (CEPAL, 1964, p. 284). Por fim, o quarto objetivo da estratégia substitutiva de Noyola seria absorver o crescimento populacional e eliminar o desemprego (1978, p. 93-4). O prognóstico de Noyola feito em 1959 apostava que, adotada a estratégia substitutiva, seria possível a duplicação da produção agrícola, a triplicação da produção industrial e a quadruplicação da produção de energia até 1970 (1978, p. 95). A economia de divisas para substituição viria da eliminação do consumo suntuário²⁴³.

sustitución de importaciones como una de las necesidades del desarrollo económico. Uno puede pensar siempre que son alternativas equivalentes a la sustitución de importaciones, que significa usar menos divisas para obtener la misma cantidad de recursos o la expansión de las exportaciones, que significa obtener las divisas para adquirir esos recursos en el exterior. Teóricamente las dos cosas son equivalentes. Ahora bien, en la práctica, y aun cuando sea fundamental el desarrollo de nuevas líneas de exportación, es más importante todavía la sustitución de importaciones. Si se tuviera un crecimiento de la capacidad para importar, derivada de las actividades tradicionales de exportación, que fuese suficiente para absorber la desocupación existente y el crecimiento vegetativo de la fuerza de trabajo, entonces la expansión de las exportaciones sería la solución. Pero si no puede esperarse un crecimiento adecuado de esos sectores, la alternativa preferible es la sustitución de importaciones” (1978, p. 82).

²⁴³ Argumentou Noyola, em 1959: “Era una economía que se daba el lujo de importar, por ejemplo, 30 millones de dólares de grasa animal, que se daba el lujo de importar muchas decenas de millones de dólares de artículos de lujo; un país que siendo el principal productor de azúcar del mundo importaba dulce (turrón de España), que siendo un gran productor de frutas tropicales importaba, por ejemplo, un millón de dólares de

Consciente de que todos estes objetivos deveriam ser hierarquizados de acordo com as condições existentes da ilha, Noyola propunha que o setor sucroquímico fosse a ponta de lança da industrialização, através da constituição de um complexo químico de padrão internacional, seguido pela indústria de alimentos e, posteriormente, pela mineração, de acordo com as vantagens e limitações particulares à ilha (Noyola, 1978, p. 275).

Ademais, Noyola defendeu, durante seu curto período de colaboração com Cuba até sua trágica morte na queda de um avião em 26 de novembro de 1962, um modelo de integração comercial do Caribe que poderia conciliar os dois caminhos de obtenção de divisas para o desenvolvimento (a substituição de importações e a expansão de exportações). Nesse caso, as mercadorias destinadas a Estados Unidos e Europa deveriam ser deslocadas ao mercado caribenho²⁴⁴. Noyola também apostava na integração cubana com o mundo socialista (a única que de fato se consolidou) e com os países subdesenvolvidos da Ásia e da África (que se integraram apenas politicamente, como nos contou Lourdes Cervantes da OSPAAAL). Nas trilhas de Martí, Noyola foi um dos mais insistentes proponentes da “diversificação geográfica do comércio exterior” como estratégia de independência econômica (Noyola, 1961, p. 411).

No Fórum da Reforma Agrária, celebrado em Havana em julho de 1959, Raúl Castro enunciou que por meio da estratégia substitutiva seria possível economizar 150 milhões de dólares ao ano (Castro, 29/06/1959). Boti também apostava na estratégia substitutiva. Segundo Boti, 120 milhões de pesos eram gastos anualmente com importação de alimentos e Cuba reunia as condições adequadas para substituí-los. Mais que isso, a substituição das importações de alimentos seria estratégica para sustentar as outras substituições e a própria reprodução da sociedade, como Boti expôs no Fórum da Reforma Agrária²⁴⁵. O governo

jugo de pera (...). Se podría estar diez años sin importar automóviles y no pasaría absolutamente nada, y eso que se importaban cerca de 100 millones de dólares de todo tipo de vehículos de motor” (p. 122-23).

²⁴⁴ Em defesa da integração de Cuba ao Caribe como pilar da estratégia substitutiva, Noyola proferiu: “en este caso, sustituir importaciones y expandir exportaciones se convierten en sinónimos, porque se sustiuyen importaciones procedentes de Estados Unidos o de Europa occidental no sólo para el consumo interno cubano sino para exportar al área del Caribe (...). Una planta de fertilizantes, una fábrica de insecticidas, una fábrica de llantas, pueden ser industria de integración para los cinco mercados centroamericanos” (1978, pp. 88, 91).

²⁴⁵ Discursou Boti em 4 de julho de 1959: “el progreso de crecimiento de la industria se detiene y se esfuma en una inflación, y en el mejor de los casos continua mientras el país puede importar alimentos. Pero el día

cubano, em um relatório oficial entregue à CEPAL em 1966, sintetizou a política substitutiva dos primeiros anos da revolução da seguinte forma:

La “industrialización” se convirtió así en una consigna nacional a la vez patriótica y técnica (...). Los empeños industrializadores se orientaron de inmediato hacia el crecimiento interno mediante sustitución de importaciones y a la proyección de un desarrollo industrial acelerado sobre la base del esquema clásico. Muy pronto, sin embargo, la política seguida por el Gobierno de los Estados Unidos hacía la Revolución Cubana obligaba a reconsiderar la posición azucarera de Cuba (Gobierno de Cuba, 1966, p. 19-20).

Como visto anteriormente, os desequilíbrios econômicos decorrentes do bloqueio estadunidense e da súbita incerteza cubana em relação aos mercados açucareiros, rapidamente inviabilizaram uma política substitutiva convencional²⁴⁶. Consolidado o bloqueio e em meio à forte tensão militar, a política substitutiva se converteu em um impulso emergencial e desorganizado, cujos efeitos sobre a estrutura agrária já foram analisados.

O bloqueio impedia a obtenção de bens intermediários, bens de capital e peças de reposição que alavancassem a acumulação inicial do processo substitutivo. Além disso, outros fatores estruturais inviabilizaram a política substitutiva convencional e levaram Cuba a alterar a estratégia de desenvolvimento. O primeiro e decisivo fator era insuperável: a ausência de uma base de recursos naturais que fornecesse as matérias primas adequadas ao desenvolvimento das indústrias substitutivas. A escassez de recursos energéticos dificultava, ou até obstruía o processo substitutivo, e as especificidades orgânicas dos solos da ilha impediam que algumas plantações fossem bem sucedidas por razões naturais²⁴⁷. O

que sus divisas queden exhaustas, el proceso de la industria en cuanto a su crecimiento se paraliza instantáneamente” (Boti, 04/07/1959).

²⁴⁶ Como constatou Rodríguez, em 1968: “Las primeras tentativas de desarrollo de grandes complejos industriales (precisamente me refiero a la siderurgia y a otros procesos de la metalurgia) nos demostraron que los años de maduración de estas inversiones necesariamente eran largos, y que los recursos de importación indispensables para las inversiones eran vastísimos y comprometían seriamente la economía nacional. Además, no había rendimiento en el futuro inmediato. Esto significaba, en la situación económica del país, enfrentar los riesgos de una seria tensión para la elevación futura de los niveles de consumo” (1983, p. 448).

²⁴⁷ “Cuba no es Brasil, ni siquiera es territorio continental como Checoslovaquia”, havia afirmado Rodríguez em 1956 (1983, p. 66). A CEPAL especificou o problema em sua análise: “Cuba no es un país particularmente dotado de recursos naturales. Sus tierras son excelentes para cierta explotación agrícola – especialmente caña de azúcar y tabaco – y menos adecuadas para otra – café y algunos granos básicos –, y desde luego cuenta con la importante posibilidad de amplísimos recursos del mar. Sin embargo, dispone de

segundo fator era a escassez de divisas e débil capacidade de importação, consequência histórica-estrutural da deterioração dos termos de troca. Substituir importações significava adquirir bens de capital modernos, custosos, e em escalas muito superiores às possibilidades financeiras da ilha, sobretudo em uma conjuntura de queda das exportações açucareiras. Em terceiro, havia o problema da escassez de recursos humanos qualificados (técnicos, engenheiros, cientistas) e de um aparato moderno de inovação e manutenção industrial, exigido pelo processo substitutivo. Como explicou Pericás: “até o final de 1964 somente 50% da capacidade total da maquinaria importada estava funcionando, devido à falta de manutenção, reparos e organização” (2004, p. 85). O Ministério das Indústrias não chegou a ter mais de 473 engenheiros sob a gestão Guevara, entre fevereiro de 1961 e fins de 1964 (Pericás, 2004, p. 87). Por tudo isso, apesar dos 850 milhões de dólares investidos entre 1960 e 1963 para a industrialização representarem um montante superior ao investimento dos Estados Unidos na ilha nos 50 anos anteriores, a estratégia substitutiva fracassou. As limitações estruturais da estratégia substitutiva foram sintetizadas pela CEPAL em 1964:

En los primeros planes de desarrollo manufacturero se previó una inversión de magnitud y estructura desusadas que cubría una muy amplia gama de actividades. Así, el proceso de desarrollo industrial resultó afectado por un fenómeno de alargamiento del periodo de maduración de las inversiones y – lo que es más importante desde el punto de vista de los ritmos de la producción de corto plazo - por un deterioro relativo del mantenimiento y modernización de las plantas existentes. A pesar de que estas deficiencias han tendido a subsanarse, todavía en 1963 la ejecución del plan industrial se vio adversamente influida por limitaciones o alteraciones de los abastecimientos y de las reservas de materias primas, especialmente las industrias alimenticias, química, textil, del petróleo y del azúcar. Debe señalarse asimismo que los cuadros de mano de obra cualificada, en los niveles medio y superior, han constituido otro punto de estrangulamiento (1964, p. 289).

Outro obstáculo estrutural que se prostrou frente à política substitutiva foi elencado por Boti para explicar o fracasso, e está relacionado com o processo radical de redistribuição de renda analisado anteriormente. Apesar do considerável aumento da produção substitutiva em diversos segmentos econômicos cubanos durante os primeiros anos da revolução, o incremento muito superior da demanda teria absorvido as divisas poupadas, impedindo que

pocos recursos energéticos, y, a excepción del níquel, no se han detectado otras riquezas minerales de importancia” (CEPAL, 1980, p. 64).

as importações fossem efetivamente substituídas²⁴⁸. No caso dos alimentos, em termos físicos, a importação de arroz cresceu 14% entre 1957 e 1960; a importação de milho cresceu mais de 200 vezes entre 1957 e 1963; de batatas 59% entre 1957 e 1962; de carne de boi 118% entre 1957 e 1963 (CEPAL, 1964, p. 279). Além disso, o crescimento industrial verificado entre 1958 e 1963 refletia, em parte, a subutilização da capacidade produtiva que, segundo a CEPAL, alcançava 40% antes da revolução, mas rapidamente se esgotou (CEPAL, 1964, p. 291). Como sustentou Boti, em 1963:

A pesar del crecimiento de la participación de la producción nacional, no se producen sustituciones de las importaciones. Esto se debe a que el nivel de consumo productivo de productos agropecuarios que se quiere lograr en 1963 crece tanto como, y en algunos casos más que, la producción (2011, p. 265).

Por fim, a falta de rentabilidade da agropecuária e a queda geral da produtividade do trabalho contribuíram para o fracasso definitivo da política substitutiva²⁴⁹.

A mudança no perfil geral de importação da ilha nos primeiros anos da revolução refletiu o esforço substitutivo. A queda da importação dos bens de consumo e crescimento da importação de bens de capital constituem tendências visíveis na **tabela 31**.

²⁴⁸ O crescimento agregado do setor agrícola foi 5,8% ao ano entre 1959 e 1963. Do setor industrial foi 7,1% ao ano entre 1961 e 1963, sendo 9,9% petróleo; 6,7% mineração; 16,3% química; 11% têxtil; 5,7% eletricidade; 4,5% metalurgia e mecânica ao ano. O crescimento acumulado do setor de calçados entre 1961 e 1963 foi de 247%; de tecidos foi de 48%; de cimento foi de 33,8% entre 1957 e 1961. A proporção da indústria pesada (mineração, metalurgia, química e materiais de construção) passou de 22,2% para 28,8% do total do setor industrial (CEPAL, 1964, pp. 269, 288, 290-292).

²⁴⁹ Afirmou Romeo: “A fines de 1962, era claramente apreciable la sustancial reducción en la productividad del trabajo y la irrentabilidad general de la producción agropecuaria, como secuela del cambio de la estructura productiva tradicional del sector agrícola” (Romeo, 1965, p. 5)

TABELA 31 - Estrutura das importações (%)								
Produto	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963^b
Bens de Consumo	40,5	38,6	36,4	33,3	31,4	26,0	24,2	25,1
Não Duráveis	29,9	28,5	26,8	24,9	28,9	21,9	21,5	23,9
Duráveis	10,6	10,1	9,6	8,4	2,5	4,1	2,7	1,2
Combustíveis	8,6	10,1	10,5	9,2	13,5	7,5	10,8	12,3
Matérias Primas e Produtos Intermediários	29,5	26,7	25,2	29,8	30,6	32,6	30,8	34,9
Bens de Capital Fixo	21,0	24,0	22,6	26,6	23,6	33,6	34,2	27,7
Para agricultura	1,6	1,9	1,8	2,4	3,7	4,6	2,4	--
Para indústria	12,1	15,0	14,2	13,9	9,1	8,4	15,2	--
Para transportes	2,3	2,9	2,7	4,4	4,2	10,1	9,9	--
Materiais de Construção	5,0	4,2	3,9	5,9	6,6	10,5	6,7	--
Total^a	713,9	850,1	854,8	742,2	637,8	702,5	759,3	453,8
Fonte: CEPAL, 1964, p. 284 ^a Em milhões de pesos de 1955 cif ^b Janeiro-Setembro								

Em sua teoria econômica, Furtado definiu dois eixos do processo de acumulação: (a) o desenvolvimento das forças produtivas (dimensão técnica); (b) a acumulação fora do sistema produtivo (dimensão cultural). Sua teoria do desenvolvimento prevê que “para acelerar (b) no futuro, pode ser necessário diminuir seu ritmo no presente em benefício de (a)” (1981, p. 55). Sendo assim, a queda de 36,4% para 24,2% da importação de bens de consumo entre 1958 e 1962, com destaque acentuado aos bens de consumo duráveis, era reflexo da nova estrutura social que se pretendia construir através da substituição do consumo suntuário pelos bens de capital, que ampliaram sua participação de 22,6% para 34,2% nas importações cubanas no mesmo período. A industrialização por substituição do consumo suntuário, entretanto, se realizou por meio de um esforço colossal debruçado sobre muitos setores simultâneos, de bens de capital a bens de consumo corrente (indústrias químicas, fundição de aço, vassouras, cadeados, sabão, antibióticos, pás e picaretas, roupas, calçados, iogurtes, entre outras 107 fábricas novas dos mais diversos produtos). A amplitude da tentativa de industrialização a levou ao fracasso porque, explicou Gutelman, “na ausência de uma base industrial sólida, a taxa de substituição das importações pela instalação prematura de indústrias de transformação era muito baixa” (1975, p. 209). Isso significava que o esforço de investimento de 25% do PIB somente teria uma expectativa de retorno do crescimento industrial de 5% (idem, 1975, p. 208). A mesma constatação foi

feita por Carlos Romeo em 1965²⁵⁰, e pelo próprio governo cubano, no documento entregue à CEPAL em 1966²⁵¹. A isso, Romeo agregava que as fábricas importadas do mundo socialista, como se notou em seguida, eram tecnicamente obsoletas em relação aos países capitalistas avançados e, em alguns casos, até mesmo em relação a Cuba (Romeo, 1965, p. 6).

Ao explicar o fracasso da substituição de importações, Sergio Aranda acrescentou mais um argumento. A industrialização não resolvia os déficits crescentes do comércio exterior, não gerava divisas, e ao contrário, exigia aumento inicial das importações - sem compensar com o mesmo volume de exportações (Aranda, 1968, p. 25). Por isso, os mesmos desequilíbrios estruturais que determinaram a volta ao açúcar, incluindo, sobretudo, as limitações da capacidade de importação, derrotaram as primeiras políticas substitutivas. Carlos Romeo sintetizou:

Los niveles de producción se mantenían por debajo de las capacidades instaladas, debido a que la capacidad para importar, limitada principalmente por la caída de las exportaciones de azúcar y muy mal aprovechada por limitaciones organizativas (explicables en un ambiente de transformaciones sociales abocado a la creación de una ‘economía nueva’), no era suficiente para sostener el ritmo de importaciones necesarias para la inversión nacional, y simultáneamente para incrementar la producción corriente, pese a los generosos créditos anuales que los países socialistas concedían a Cuba para saldar su balanza de pagos (1965, p. 6).

Em 1963, a adoção da estratégia combinada para agricultura (priorização do açúcar, diversificação e incorporação de tecnologia) significava um movimento de abandono da estratégia substitutiva convencional, para apostar exatamente no caminho inverso. A expansão das exportações especializadas seria a linha forte da nova estratégia, relegando a substituição de importações para segundo plano, ao contrário do que recomendara Noyola

²⁵⁰ Carlos Romeo analisou: “El primer índice de las dificultades se expresaba a través de la incapacidad de los aparatos técnicos de proyección, construcción y montaje para igualar el ritmo de las contrataciones de fábricas completas en los países socialistas. En segundo lugar, el proceso de construcción y montaje de las nuevas fábricas chocaba con un límite muy por debajo del contemplado y de los recursos técnicos y financieros disponibles tanto en moneda nacional como en divisas” (Romeo, 1965, pp. 5-6).

²⁵¹ O governo cubano argumentava: “En las condiciones actuales, el propio carácter de la industria existente con sus débiles concatenaciones tecnológicas y con puntos de estrangulamiento estructurales en las capacidades de producción de bienes intermedios, no está en situación de producir un volumen efectivo de sustitución de importaciones que le permitan aumentar considerablemente su actividad sin afectar la balanza de pagos en moneda libremente convertible” (Gobierno cubano, 1966, p. 18).

em 1959. Sem negar a necessidade futura da substituição, a priorização do açúcar contextualizada em uma nova inserção econômica internacional adiava indefinidamente a industrialização cubana. A nova estratégia de desenvolvimento focava-se na meta de 10 milhões de toneladas de açúcar para 1970 e foi associada por David Barkin à “estratégia *turnpike*”²⁵².

Estratégia turnpike: a volta das “vantagens comparativas”?

Como consequência do estreito raio de manobra da revolução no controle dos ritmos da incorporação do progresso técnico, a estratégia substitutiva foi abandonada. Em 1968, Rodríguez analisou o fracasso da política substitutiva com as seguintes palavras:

Si el desarrollo industrial resultaba obstaculizado para Cuba en un período corto, porque nuestro país no tenía ni los medios técnicos, ni la posibilidad de inversión rápida, ni la base de materias primas que sería preciso establecer y, si por otra parte, el desarrollo agrícola ofrecía tales posibilidades de expansión, no era raro que la atención de los círculos dirigentes de nuestro país y, en particular del Primer Secretario de nuestro Partido y Primer Ministro, compañero Fidel, se concentrara en estudiar toda esa situación, esta posibilidad natural dada por nuestra economía, esta posibilidad histórica dada por la capacidad instalada de la industria azucarera, el desarrollo del cultivo de caña y la producción de azúcar (...). El proceso de industrialización no fue eliminado de nuestra concepción económica, sino pospuesto para un plazo relativamente corto en términos históricos, durante el cual tomamos la producción agropecuaria como base del desarrollo (1983, pp. 449, 472).

A estratégia *turnpike*²⁵³ tomava a agropecuária como base do desenvolvimento, invertendo as tendências tradicionais das teorias desenvolvimentistas que circulavam pela América Latina nos anos 1950. A opção cubana correspondia, na literatura evocada por Barkin, a um “modelo desequilibrado de crescimento”, isto é, que concentrava recursos em um setor especializado para, através dele, alavancar toda a economia²⁵⁴. Literalmente, *turnpike* são

²⁵² David Barkin é um economista que viveu em Cuba ao longo dos anos 1970 e foi professor visitante do Instituto de Economia da Universidade de Havana, quando investigou a política socialista de desenvolvimento da ilha. Atualmente, vive no México e leciona na Universidade Autónoma Metropolitana-Xochimilco.

²⁵³ Traduzida como estratégia “giratória” em Barkin, 1976.

²⁵⁴ Sobre a estratégia *turnpike* como modelo desequilibrado de crescimento: “A teoria ‘giratória’ do crescimento (*turnpike theory growth*) constitui uma forma extrema do método de desequilíbrio que confere

as longas vias rodoviárias construídas ao redor das grandes cidades modernas, que permitem circulação de alta velocidade. Explicou Barkin:

La estrategia conocida como *turnpike* (por su similitud con las vías de circunvalación de alta velocidad que se construyen alrededor de muchas ciudades) sigue la lógica de que el camino más directo entre dos puntos no es siempre el más rápido. Mientras mayor sea la distancia que los separe, es más rápido hacer un rodeo dentro de la vía rápida (...). Los cubanos modificaron el modelo teórico denominado *turnpike* para que incluyera el incremento de la población y la incapacidad de producir una amplia gama de maquinaria y artículos de consumo. Optaron por concentrarse en la producción de bienes agrícolas y desarrollar las relaciones comerciales con otras naciones, de forma que el equipo de capital referido pudiese comprarse con las ganancias de las ventas de la agricultura (1978, pp. 102, 104).

Do ponto de vista teórico, apostar no setor agroindustrial açucareiro como fonte crescente de divisas, isto é, da expansão da capacidade de importação necessária à posterior industrialização, significava abandonar as teorias que atestavam o desequilíbrio entre centro e periferia, fosse devido à deterioração dos termos de troca, fosse devido à troca desigual. Tratava-se de adotar um raciocínio similar ao das vantagens comparativas, ou seja, da possibilidade de ganhos líquidos através da exportação de produtos de origem primária. Como afirmou Barkin: “las políticas que resultan de la teoría *turnpike* son similares a las que resultarían de la combinación de una teoría dinámica de la ventaja comparativa y de las teorías que recalcan la importancia de lograr coeficientes de inversión más altos” (1978, p. 102). Seria leviano dizer que a opção cubana representava uma simples regressão à ortodoxia monetarista, ou às teorias do equilíbrio do sistema econômico internacional contra os avanços das teorias críticas às vantagens comparativas. Afirmá-lo seria uma simplificação, resultante de um olhar mecanicista sobre a relação entre teorias econômicas e processo histórico.

uma importância especial aos critérios de eficiência. Esta teoria sugere que um dado objetivo do desenvolvimento é suscetível de se atingir mais rapidamente através da concentração inicial dos meios de produção com maior capacidade de intervenção e não através da transformação imediata da economia que permitisse a estrutura de produção desejada (...). Quanto maior for a distancia entre o ponto de partida e a meta maior interesse há em utilizar a teoria ‘giratória’” (Barkin, 1976, pp. 11-12). O método do desequilíbrio seria oposto às teorias socialistas de desenvolvimento que, aderindo ao modelo de reprodução de Marx, pregam a necessidade de uma evolução proporcional dos departamentos I e II. Sobre este modelo, Romeo recordou: “tradicionalmente, este esquema dinamico se presenta en términos de una economía ‘cerrada’, assignando al comercio exterior un rol totalmente secundario” (Romeo, 1965, p. 11).

Ao romper com a dupla articulação característica do subdesenvolvimento, as finalidades do projeto nacional cubano embaralhavam os padrões teóricos e projetavam um fato novo na realidade econômica do continente. Após a assinatura do Convênio de 1964 com a União Soviética, o governo cubano efetivamente passou a acreditar na natureza equânime das relações internacionais do mundo socialista - tema que será abordado na conclusão deste trabalho. Dadas as circunstâncias, os dirigentes da revolução subverteram a própria tradição teórica, que associava desenvolvimento à industrialização substitutiva de modo indistinguível, e passaram a flexibilizar suas concepções, enxergando uma larga via açucareira no horizonte. O governo da ilha reconheceu a estranheza de buscar, naquilo que pareciam ser os motores do subdesenvolvimento, as armas para alavancar o desenvolvimento. Afirmaram em 1966, portanto, o “ineditismo” desta estratégia associada aos fins de superação do subdesenvolvimento:

La concepción del desarrollo, tanto en la teoría económica capitalista, como en la socialista, ha quedado vinculada por razones distintas a la teoría del crecimiento industrial acelerado, como único camino para asegurar el proceso del crecimiento autosostenido del ingreso. El caso cubano presenta, por primera vez, una experiencia susceptible de alterar esos principios considerados hasta ahora como *sine qua non* en el proceso de desarrollo (...). Dadas las ventajas alternativas que ofrece las posibilidades de desarrollo del sector agropecuario en relación con la sustitución de importaciones, se ha decidido basar el desarrollo del próximo período en una expansión acelerada de dicho sector (Gobierno de Cuba, 1966, pp. 14, 17).

A importância da originalidade cubana foi ressaltada por Carlos Romeo, que mencionou a autonomia das estratégias em relação às teorias, e a proeminência da realidade concreta como critério de busca de saídas econômicas ao subdesenvolvimento. Romeo elogiou a criatividade cubana, que ousou criar um caminho autêntico, evitando a cópia de modelos estrangeiros e, portanto, driblando erros políticos decorrentes da adesão a certos dogmatismos e etapismos²⁵⁵.

²⁵⁵ Sustentou Romeo: “No hay duda de que la política de desarrollo económico emprendida por Cuba se aparta, sustancialmente, tanto de la práctica de la Unión Soviética, China y los demás países socialistas, como de la teoría tradicional del desarrollo socialista (...). En el terreno de la economía, las consecuencias del copismo irreflexivo así como de la falta de actitud creadora científicamente fundamentadas han conducido y conducen a los pueblos a sacrificios innecesarios que no constituyen ninguna etapa ‘inevitable’ de la construcción del socialismo” (1965, pp. 10, 23).

A estratégia *turnpike*, portanto, encarnava o “modelo cubano” autêntico de desenvolvimento econômico²⁵⁶. Vislumbravam-se três etapas de médio ou longo prazo. A primeira etapa era de **expansão do setor externo**, ou em outras palavras, industrialização agropecuária com prioridade imediata para o açúcar, e em segundo lugar para outras exportações (leite, carne bovina, tabaco, cítricos, café) (Barkin, 1976, p. 23). A fonte de geração de excedente desta etapa ainda era o açúcar. A industrialização agropecuária de viés exportador possuía quatro dimensões de investimentos. Primeiro, deveria aumentar a produtividade do setor canavieiro, com a perspectiva de dispensar o trabalho humano nas tarefas mais árduas e suprir a escassez de mão de obra (ver capítulo 3). A segunda dimensão era a industrialização dos subprodutos canavieiros, ou setor sucroquímico, aproveitando o potencial energético do processamento da cana e desenvolvendo indústrias químicas, de fertilizantes, adubos sintéticos, papel, álcool, etc. A terceira dimensão de investimento correspondia ao setor exportador de alimentos (especialmente cítricos e lácteos) que acabaram enquadrados nos planos especiais (ver capítulo 3). E a quarta dimensão era formada pelo setor de bens intermediários para o setor externo, especialmente a indústria mecânica (tratores, máquinas de ordenho, máquinas de colheita e cimento) e a tecnologia genética (inseminação artificial). De modo secundário, também se incluía nesta etapa a tarefa de mecanizar o setor agrícola de abastecimento interno, tanto alimentar, em busca da autossuficiência de *viandas*, legumes, tubérculos, arroz e pesca; quanto não alimentar (algodão, sisal), com vistas à expansão de uma base de matérias primas para futuras indústrias de bens de consumo não durável (têxtil, por exemplo).

Por conta da multiplicidade de tarefas que envolvia a industrialização agropecuária cubana, essa primeira etapa foi chamada de “batalha simultânea”²⁵⁷. Todas estas tarefas concomitantes deveriam ser financiadas por duas formas: primeiro, através da expansão açucareira, e segundo por meio da imprescindível ajuda externa. Foi assim que a meta de produção de 10 milhões de toneladas de açúcar em 1970 se tornou a alavanca primordial da

²⁵⁶ Furtado analisou a estratégia cubana a partir de 1964 nos seguintes termos: “o ponto fundamental da nova política econômica é, conforme vimos, a recuperação e a ampliação da produção açucareira, com vistas a dotar o país de uma base de capacidade para importar que lhe proporcione margem de manobra para transformar suas estruturas econômicas” (Furtado, 1969, p. 348).

²⁵⁷ Fidel Castro definiu: “Batalha simultânea significava chegar a realizar esse imprescindível esforço, que, como já noutra ocasião explicamos, não era propriamente por motivos desportivos, mas por imperiosas necessidades da nossa economia, para o nosso desenvolvimento, para vencer a nossa pobreza” (1980, p. 21).

industrialização agropecuária e do “grande salto” que impulsionaria a economia cubana para as etapas seguintes.

A segunda fase da estratégia *turnpike* seria a **diversificação das exportações agroindustriais**. O salto necessário para alcançar esta etapa era a inédita ruptura com a especialização açucareira. Por um lado, vislumbrava-se que as melhorias técnicas no setor canavieiro, quando estabilizadas no patamar das 10 milhões de toneladas de açúcar a partir de 1970, viabilizariam a redução do consumo de recursos produtivos, liberando os investimentos para outros setores. Por outro, confiava-se que a industrialização dos cítricos, do café, do segmento lácteo e bovino, alavancada na primeira etapa junto do setor sucroquímico, estaria madura para ocupar espaço estratégico na pauta de exportações. Assim, apesar de continuar sendo prioritário, o açúcar não representaria mais o único pilar sustentador da geração de excedentes. Por meio das divisas obtidas pela agroindústria diversificada, a prioridade de investimento desta etapa seria a mineração da laterita, que implicava gastos em tecnologia e capacitação de recursos humanos sem rentabilidade imediata. O desenvolvimento da mineração disponibilizaria as matérias primas necessárias para uma industrialização pesada. A extração de níquel, ferro, cromo, cobalto e alumina seria financiada pela agroindústria, que sustentaria um segundo “grande salto”, nos anos 1980.

E então, chegar-se-ia à terceira fase da estratégia *turnpike*: a importação gradativa de bens de capital para a industrialização pesada (metalomecânica, siderúrgica, além de bens de consumo duráveis e não duráveis), sustentada pelas divisas da exportação agroindustrial e pela disponibilidade de matérias primas (laterita e bens agrícolas não alimentares). A importação de bens de capital era o último grande desafio a ser superado e finalizariam a criação dos meios técnicos necessários à realização plena das finalidades do projeto nacional cubano. As expectativas em torno das etapas da estratégia *turnpike* no que se refere à geração e utilização do excedente estão sintetizadas na **tabela 32**²⁵⁸.

²⁵⁸ O processo de apropriação do excedente estava determinado pela correlação entre setor estatal e setor privado na estrutura agrária, como analisado anteriormente, e respondia pela progressiva ampliação do setor estatal sobre o setor privado. A **tabela 32** trata da criação dos novos meios técnicos e econômicos para alcance das finalidades do desenvolvimento cubano, e por isso não considera a utilização prioritária do excedente para atender diretamente a estas finalidades (investimento social, por exemplo). Uma síntese de

TABELA 32 - Estratégia <i>turnpike</i> e criação de meios técnico-econômicos para o desenvolvimento			
	Primeira etapa	Segunda etapa	Terceira etapa
Previsão	Até 1970	Até 1980	Até 1990
Geração interna do excedente ^(a)	Açúcar: safra de 10 milhões	Exportação agroindustrial diversificada	Indústria do níquel e agroindústria de exportação
Utilização prioritária	Industrialização da agricultura de exportação e “sucroquímica”	Mineração da laterita	Indústria de bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de capital
Utilização secundária	Industrialização da agricultura de consumo interno e bens de consumo não duráveis	Industrialização de bens de consumo não duráveis	--
Elaboração própria com base em Barkin, 1978, p. 104; Rodríguez, 1983, pp. 450-55.			
(a) Contava-se que o financiamento externo do mundo socialista permaneceria até quando fosse necessário.			

A estratégia *turnpike* representava, na história das políticas e teorias do desenvolvimento, uma proposta *sui generis*. Rodríguez, em 1968, afirmou que a opção cubana significava uma “vía nueva y no ensayada anteriormente en la historia del desarrollo económico no sólo socialista sino podríamos decir también, capitalista” (1983, p. 445). A história cubana entre 1959 e 1970 teria sido guiada pela busca da originalidade nacional, que engendrou um projeto de desenvolvimento econômico próprio. Nas palavras de Valdés Paz o período entre 1959 e 1971 foi de criação de um “modelo de socialismo com fortes traços nacionais”. Argumentou:

La propia experiencia de los primeros años de la revolución, el hecho que ya existía a nivel internacional una masa crítica del modelo soviético de Europa del Este, el hecho de que el conocimiento o el acceso y el contacto

todas estas expectativas foi feita no documento do governo cubano entregue à CEPAL em 1966: “El tipo de desarrollo que se ha propuesto Cuba, está precisamente asociado con el desarrollo acelerado de las exportaciones de productos que, aun cuando tienen su origen en el sector primario, deben ser procesados por el sector industrial, es decir, que el propio desarrollo agropecuario condiciona el desarrollo de determinadas ramas industriales. También debe tenerse en cuenta que el propio crecimiento agropecuario generará una serie de economías externas que facilitará el desarrollo de ramas tradicionales, o la aparición de nuevas industrias, como sucede en el caso del azúcar y las industrias de los derivados de la caña (alcohol y demás industrias de fermentación, pulpa de papel, etc.). Es dentro de este contexto que se deben examinar las relaciones de la agricultura y la industria en el próximo período” (1966, p. 17).

con esas sociedades del socialismo real también revela a nosotros cubanos limitaciones y deficiencias de esos modelos, crea, en el seno de la dirección cubana, una intención que se va a mantener muy fuerte hasta el año 71, de construir un socialismo con fuertes rasgos nacionales, con características propias. Y en ese afán por construir un socialismo nacional también estábamos dispuestos a descubrir el agua tibia – o sea, quisiéramos inventarlo todo, y no había que inventarlo todo, porque había muchas experiencias racionales para cualquier fórmula socialista. En esta intención (te lo presento como un telón de fondo), de la que participa fundamentalmente Fidel, de un socialismo nacional, autóctono, original, se inserta la propuesta de Che²⁵⁹ (2012).

Havia ao menos dois problemas estruturais da estratégia *turnpike* que foram identificados por Barkin. Primeiro, seu caráter paradoxal: havia que se correr o risco de tornar a economia mais dependente do açúcar para lograr uma posterior diversificação²⁶⁰. Segundo, que entre cada uma das etapas da estratégia *turnpike* havia um “grande salto” e uma reorientação da prioridade de investimento, sempre supondo que os setores desenvolvidos na etapa anterior atingissem uma rentabilidade endógena e uma estabilidade pétreia no mercado exportador. Estes saltos poderiam ser bloqueados por grupos de interesse da própria economia cubana, que se beneficiassem com as prioridades de investimento das etapas anteriores - sem falar das flutuações políticas e econômicas de ordem internacional. Sobre este problema, Barkin afirmou:

A estratégia ‘giratória’ levanta numerosas dificuldades; entre outras convém assinalar o perigo de alguns grupos de interesse criados durante o processo de desenvolvimento resistirem às mudanças que são necessárias para alcançar o objetivo final (...). Se no momento em que o abandono parcial da acumulação dos bens de produção estiver próximo, a pressão para manter a tônica na acumulação da capacidade produtiva aumenta, os (novos) planificadores poderão ceder e continuar a insistir na produção de bens de equipamento e bens intermediários. Deste modo, o desejo de se obter elevadas taxas de crescimento poderá provocar um novo recuo das indústrias transformadoras, que, segundo a previsão do plano, serviriam para fomentar o crescimento da produção de bens de consumo (...). Os interessados na maximização da taxa de crescimento e na manutenção simultânea de altos níveis de investimento deverão opor-se àqueles que desejam a melhoria dos níveis de consumo existentes (1976, pp. 15-17).

²⁵⁹ Ao mencionar a “proposta de Che”, Valdés Paz se refere à economia moral, tema que será abordado a seguir.

²⁶⁰ Barkin sustentou que: “A estratégia atual, que torna a economia largamente dependente do açúcar e de outros produtos agrícolas, parece ser a única capaz de conduzir a uma estrutura econômica mais diversificada, na qual os produtos agrícolas e os minérios terão um papel menos importante” (1976, p. 35).

Quando perguntado sobre quais grupos de interesse poderiam ter cumprido este papel em Cuba, Barkin respondeu: “los propios obreros dentro de la industria azucarera, que tienen miedo de que al diversificar la economía, ellos mismos no mantendrían control, no tendrían la misma importancia en la economía y no tendrían acceso a tantos recursos” (2011). Questionado sobre a existência de documentos empíricos que corroborassem com essa hipótese, Barkin afirmou ser apenas uma interpretação.

Sendo assim, o sucesso da estratégia *turnpike* dependia fundamentalmente de três variáveis: da inserção cubana na ordem econômica internacional, da alavancagem das forças produtivas e do comportamento dos sujeitos do desenvolvimento. A safra de 1970 era apenas o primeiro “grande salto” de uma longa escalada.

Por que 10 milhões?

No dia 29 de julho de 2010, intelectuais cubanos que participaram da safra de 1970 se reuniram na atividade *Jueves de Temas* (organizada pelo *Instituto Cubano de Arte e Industria Cinematográficos* - ICAIC) para revisitar aquele período de sua história nacional. Uma das palestrantes era Selma Díaz, dirigente do Instituto de Planificação Física do Ministério de Obras Públicas da década de 1960, que participou dos primeiros cálculos para avaliar qual seria a meta açucareira para 1970. Relatou Selma:

El primer trabajo investigativo que hicimos arrojó que, resolviendo pequeños cuellos de botella de las capacidades industriales, el país podía llegar a producir cerca de ocho millones cuatrocientas toneladas de caña dentro de las tierras aledañas a los centrales azucareros. Llegar a diez millones implicaba un proceso inversionista en los ingenios azucareros: cambiar *tandens* completos, aumentar calderas, etc., que no podían madurar en el tiempo restante. (Valdés Paz *et alli*, 2012, p. 71).

Segundo Selma Díaz, portanto, a meta dos 10 milhões não nasceu exatamente dentro do Instituto de Planificação Física, que havia previsto uma capacidade máxima de 8,4 milhões. Selma foi a dirigente nacional responsável pela garantia da safra no Oriente, a região mais importante do país em termos açucareiros. O plano estipulava que, sozinha, a província

oriental, produziu 3,2 milhões de toneladas, das quais 2,35 milhões foram alcançados (Roca, 1976, p. 16). No debate de 2010, Selma leu um trecho de uma carta sua a Charles Bettelheim de 1964, na qual o alertava sobre a impossibilidade da safra de 10 milhões. Na carta, Selma lamentou:

Como siempre, se ha pensado que si éramos capaces de producir nueve millones de toneladas en el 70, por qué no diez en el 68. Y ahora la comisión ensaya rectificar el plan para ajustarlo a las nuevas metas, con la convicción de que no podrán hacerlo. El INRA ensaya cumplir sus planes también con la convicción que no podían cumplirlo, y así hasta el infinito. En cuanto a nosotros, ensayamos demostrar que no podemos seguir trabajando de esta manera (Valdés Paz *et alli*, 2012, p. 70).

Qualificada tecnicamente para ocupar a posição de dirigente do Instituto de Planificação e munida de relativo poder de decisão a respeito das metas de produção agrícola, Selma desde 1964 já possuía convicção de que os 10 milhões não seriam atingidos. A crítica indicava que o procedimento de traçar metas inalcançáveis não se restringia ao setor açucareiro, e estaria se disseminando ao largo das batalhas simultâneas. Neste sentido, todo o esquema de expectativas da estratégia *turnpike* se desmoronava ao primeiro passo. Julio Travieso, economista cubano presente no debate de 2010 perguntou à mesa:

Mi pregunta es: ¿Por qué diez millones? Si hubiese dicho: ‘Vamos hacer la zafra más grande de nuestra historia’, no hubiese habido fracaso político, porque así fue. Entonces, ¿Por qué diez, por qué no once, o nueve y medio?, ¿cuál es la explicación y de dónde salió este número que al final llevó al fracaso político? (Valdés Paz *et alli*, 2012, p. 74).

Ao que Selma respondeu:

La cifra de diez millones fue una decisión personal del compañero Fidel Castro. Nosotros discutimos con él el trabajo que habíamos concluido en la agricultura, la evaluación de cada uno de los ciento cincuenta y cuatro centrales existentes, y que, según los resultados, podríamos llegar aproximadamente a los ocho millones doscientas mil o trescientas mil toneladas. Le proponíamos ocho millones quinientas mil; en la primera reunión él nos dijo: nueve millones. En el 64, sin debate, de nueve se pasó a diez millones, y ya esa meta era imposible (Valdés Paz *et alli*, 2012, p. 75).

Valdés Paz foi mediador do debate de 2010. Sua visão sobre as origens do número 10 milhões confirma o relato de Selma. Nos comentou em 2012:

Ahora, hay una historia ahí no contada. La cifra de 10 millones no estaba sustentada en nada. Los estudios de campo nada más que aseguraban cana para 8,75 millones, quizás 9 millones. Quizás. Muy difícil. Y desde el punto de vista económico, todos los economistas que comentaron el tema, incluso Bettelheim que estaba en Cuba, era que la capacidad existente hacía racional una proyección entre 8 y 8,5. Pero buscar 8,5 llevaba inversiones suplementarias que no se justificaban. Ya no eran marginalmente justificadas. No había ventajas marginales. Había que afectar las inversiones industriales, había que afectar excesivamente la ganadería, etc. Había efectos colaterales – eso decían los expertos. Al principio, en los pasillos, se habló de 9 millones. Y después de un día a otro apareció un discurso con 10. Y sobre 10 se comprometió la fuerza del país, la moral del país, la moral de la revolución. Todo fue una apuesta que seguramente tenía por detrás alguna lógica política, pero ha perdido toda lógica económica y el sentido de factibilidad, como se demostró (2012).

Não é novidade que Fidel Castro foi uma figura centralizadora, que tomou muitas decisões estratégicas à revelia daquilo que lhe diziam os técnicos ao seu redor. Ao que parece, esta foi mais uma decisão de Fidel, tomada sem qualquer respaldo econômico ou técnico. O número 10 correspondia, antes de tudo, a critérios políticos e subjetivos, que expressavam a vontade hercúlea do governo cubano para a realização do primeiro “grande salto” da estratégia *turnpike*. Por outro lado, não podemos desconsiderar que o mercado açucareiro mundial estava sofrendo um processo especulativo respaldado por instituições como a FAO, cujo diagnóstico oficial alarmava para a escassez do produto na década seguinte (Ramos, 2007). De fato, na década de 1960, a produção mundial de açúcar cresceu 36% (de 52,299 a 71,142 milhões de toneladas métricas) enquanto o consumo mundial cresceu 43% (de 49,218 a 70,48 milhões de toneladas métricas). Entretanto, havia forças especulativas atuando sobre instituições internacionais (teoricamente científicas), que habilmente organizaram as expectativas do mercado açucareiro para uma superprodução – atingindo inclusive o Brasil, que também adotou uma meta recordista para 1970 (Ramos, 2007, p. 576). E Cuba não estava isenta a este jogo, ainda que agora o jogasse com soberania.

Ao mesmo tempo, havia um desejo de Fidel Castro de abarrotar o mercado livre capitalista com açúcar barato, para quebrar os concorrentes latino-americanos que apostaram na falência da ilha após a eliminação da cota de açúcar cubano no mercado estadunidense e se prepararam para ocupar o espaço dos seus mercados. Em 7 de junho

de 1965, em um discurso aos trabalhadores da central Antonio Guiteras em Las Tunas, Fidel bradou sua tática de guerra comercial:

Muchos burgueses, productores de azúcar en distintas partes del mundo están arruinándose; muchos que tenían programa de desarrollo de la producción azucarera pensando que Cuba iba para abajo se han dado cuenta y han parado todos los planes. Resultado: sí, podemos tener un año, dos, tres, con precios bajos — ¡los aguantamos!— para una parte del azúcar que exportamos. ¿Significa esto que nosotros vamos a ir a restricciones? Pues miren, aunque todo esto tendrá que ser en cada oportunidad discutido y analizado, de todas formas nosotros nos inclinamos por el criterio de que nosotros no entremos en más ningún convenio restrictivo (...) que sirvió en el pasado para que surgieran nuevas áreas, en detrimento de la economía de nuestro país. ¿Que está bajo el precio? Pues aquellos que no tienen condiciones naturales para producir azúcar que no la produzcan y que la compren y que produzcan otra cosa (1965)²⁶¹.

Em suma, ao menos quatro motivações levaram Fidel Castro a transformar, por sua própria responsabilidade, a meta de 8,4 milhões definida pelo Instituto de Planificação Física em 10 milhões. Primeiro, uma motivação de caráter moral, isto é, uma política de demonstração pública do potencial econômico cubano, tanto para o mundo socialista como para o capitalista. Talvez esperando maior respeitabilidade e maior poder de barganha em sua nova inserção econômica internacional. A segunda motivação também possuía conteúdo mais moral que econômico, e foi manifestada em 1965 através do desejo de Fidel de travar uma guerra comercial contra a burguesia açucareira latino-americana e inviabilizar sua expansão por meio do abarrotamento dos mercados livres com açúcar barato. A terceira motivação advinha da real expectativa de desabastecimento do mercado açucareiro mundial nos anos 1960 e, portanto, possuía caráter econômico, ou seja, havia uma aposta racional no crescimento da fatia cubana do mercado livre. Posteriormente, contudo, esse diagnóstico revelou sua motivação especulativa. E a quarta motivação teve origem em uma interpretação intuitiva de um dado econômico objetivo: se 8,5 milhões implicava investimentos que não se justificavam, a solução seria produzir mais (Valdés Paz, 2012).

²⁶¹ Discurso de 7 de junho de 1965. Acessado na íntegra em 01/03/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f070665e.html>

Cabe aqui uma pergunta: se a estratégia *turnpike* se encarnou nos 10 milhões, o erro foi apostar no açúcar ou nos 10 milhões? Quando conversamos com Valdés Paz em 2012 sobre o número 10 milhões, escutamos a seguinte opinião:

Hay que separar la estrategia de la cifra 10 millones. (...) Era totalmente racional una estrategia azucarera, una expansión azucarera, que el azúcar fuera la locomotora que tirara el resto de la economía y financiara los otros sectores de desarrollo. En eso me pareció que el gobierno tuvo razón (...). Ahora, hay una historia ahí no contada. La cifra de 10 millones no estaba sustentada en nada. (...) A nada se le ha puesto en Cuba más esfuerzo que en eso. Ninguna tarea tuvo más concurrencia de gente, cuadros, factores, sectores, etc. Ahí estuvo involucrada hasta las fuerzas armadas. Todo se apostó a eso y no lo pudimos hacer. Pero había barreras objetivas a la mayor voluntad posible. En la reconsideración para tras, es que efectivamente los que tenían razón eran los que habían advertido de que no era racional²⁶² (2012).

Não apenas especialistas cubanos, mas também estrangeiros, alertaram o governo sobre a impossibilidade dos 10 milhões. Barkin analisou que a falta de condições objetivas para se alcançar a meta já eram conhecidas: “La falta de cumplimiento de las metas de producción se hicieron evidentes en todos los sectores de la economía mucho antes de los fracasos más difundidos y analizados por el Primer Ministro en su famoso discurso del 26 de julio de 1970” (Barkin, 1978, p. 132). A inviabilidade da safra de 10 milhões de toneladas foi prevista com antecedência por Michel Gutelman, René Dumont, Celso Furtado, entre outros economistas e agrônomos, alguns dos quais tentaram persuadi-lo. René Dumont sugeriu a Fidel, em 1967, que a meta de 10 milhões fosse adiada para 1975 (1970, p. 143). Gutelman aconselhou, em 1968, que a meta fosse transferida para 1972 (1975, p. 274). Furtado criticou em 1969 os possíveis impactos da safra de 10 milhões de toneladas no mercado açucareiro mundial. Para ele, o mercado livre não comportaria as 2,5 milhões de toneladas previstas por Cuba para 1970, e essa enxurrada pressionaria os preços para baixo: primeiro do mercado livre, e em seguida do mercado socialista. Furtado definiu que apenas

²⁶² A mesma opinião foi apresentada por Barkin: “Esses fracassos na produção não devem, porém, apagar as características fundamentais das estratégias do desenvolvimento cubano. A não realização de certos objetivos específicos da produção na data fixada corresponde a uma série de problemas de organização e a um excesso de otimismo dos dirigentes quanto às possibilidades de vencer as heranças do subdesenvolvimento. (...). Algumas das plantações de frutos e de café planejadas foram afetadas pela mobilização maciça de 1970, mas nada nos indica que se irá insistir menos no aumento rápido das exportações de frutos nos próximos anos” (1976, pp. 48-49).

com uma produção máxima de 8,5 milhões em 1970, Cuba não afetaria os preços do mercado socialista (1969, pp. 348-9).

Não faltaram advertências antecipadas. Mas, como afirmou Valdés Paz, a estratégia e o número 10 milhões deveriam ser analiticamente separados. Dumont, Gutelman e Barkin demonstraram estar de acordo com a estratégia agroexportadora, ainda que criticassem a meta. Neste contexto, Gutelman foi um radical defensor da estratégia, e chegou a sustentar que a especialização não seria prejudicial se enquadrada na nova inserção internacional cubana:

A monoprodução açucareira não era, do ponto de vista puramente econômico, detestável em si, somente no quadro das relações econômicas bloqueadas e impostas por uma potência imperialista. Na perspectiva de relações econômicas entre países socialistas, a especialização açucareira tornava-se a alavanca que iria permitir o arranque, em boas condições, da economia cubana (1975, p. 235).

Como veremos na conclusão deste trabalho, esta opinião de Gutelman se mostrou drasticamente equivocada: o prolongamento da especialização açucareira por tempo indeterminado gerou consequências desastrosas e irremediáveis para a ilha, tornadas evidentes com o colapso soviético. Mas apesar de sua opinião positiva sobre a monocultura, Gutelman criticou a meta de 10 milhões, alegando que as distorções por ela geradas poderiam se perpetuar por longo prazo:

As necessidades do crescimento rápido da acumulação no setor açucareiro correm o risco de criar distorções no conjunto dos ramos da economia. Essas distorções são o produto da amplitude das necessidades e das exigências técnicas do setor açucareiro prioritário. A experiência de outros países socialistas, principalmente da União Soviética, mostra que estas distorções uma vez estabelecidas são difíceis de corrigir devido a falta de maleabilidade dos investimentos efetuados (1975, p. 274).

Assim, se por um lado a estratégia de desenvolvimento, ainda que inédita, erguia-se sobre uma racionalidade econômica, já o número 10 milhões foi construído sobre bases preponderantemente irracionais. Cabe sinalizar, a esta altura, que o critério predominantemente subjetivo adotado por Fidel para formulação do número “10 milhões” era coerente com sua nova postura em relação ao grande debate econômico. A partir de setembro de 1966, Fidel se convenceu que os motores ideológicos e morais da economia eram a verdadeira chave da construção do socialismo aproximando-se da proposta de

Guevara com ainda mais ímpeto que seu formulador. Da postura subjetivista de Fidel nasceu não apenas o número “10 milhões”, mas também o processo relativamente traumático conhecido como “ofensiva revolucionária”.

B) OFENSIVA REVOLUCIONÁRIA E ECONOMIA MORAL

Quando Fidel Castro se posicionou pela primeira vez de modo cristalino em favor do sistema orçamentário de financiamento e dos incentivos morais, em setembro de 1966, teve início o processo da “ofensiva revolucionária”. O sistema de incentivos era uma das mais importantes dimensões do debate econômico cubano. O uso de incentivos morais e/ou incentivos materiais em sociedades que buscavam simultaneamente aumentar a produtividade e aprofundar o igualitarismo representou um dos grandes dilemas do mundo socialista, que o dividiu em opiniões e práticas díspares. Essencialmente, tratava-se de descobrir qual era a relação entre consciência e produtividade, entre ideologia e economia, na transição ao socialismo. Por um lado, indagava-se em que medida a força de trabalho mobilizada pela consciência revolucionária seria capaz de aumentar a produtividade ou, ao contrário, seria nociva à economia. Por outro lado, questionava-se se o uso do benefício material individual para aumentar a produtividade não seria um retrocesso, por cultivar uma característica cultural tipicamente capitalista no seio da sociedade que se pretendia socialista²⁶³.

Esta polêmica correspondia à segunda ordem de problemas da construção do socialismo em uma sociedade subdesenvolvida elencados por Furtado e reivindicados na introdução deste

²⁶³ Mesa-Lago sintetizou a divergência em quatro exemplos históricos. Primeiro, a Iugoslávia pós-1948, que aplicou o modelo de Liberman de flexibilização da iniciativa privada e generalização dos incentivos materiais individuais. Segundo, a União Soviética, que apesar de ter oscilado em relação ao papel da iniciativa privada, adotou predominantemente os incentivos materiais: na era Stálin através de um modelo centralizador e depois de sua morte em 1953 através de um modelo flexível que fortalecia o setor privado, também por influência de Liberman. Terceiro, a China que, após oscilações, adotou um modelo predominantemente moral, cuja expressão máxima teria sido o “grande salto adiante” de 1958-1961 e a revolução cultural de 1966, mas abandonou o sistema em 1968. Em quarto lugar, está o caso cubano: entre debates e vacilações, os dois incentivos foram adotados simultânea e desorganizadamente. Mas a partir de 1967, o governo cubano deu ênfase aos incentivos morais através do trabalho voluntário para a safra de 1970. A essa tendência política em defesa dos incentivos morais, Mesa-Lago concedeu o título de “sinoguevarista” (Mesa-Lago, 1971, pp. 71-91). Para uma análise panorâmica do tema ver Pericás, 2004.

trabalho: “o do sistema de incitações que concilie o melhor desempenho das atividades produtivas com a desejada distribuição da renda” (Furtado, 1994, p. 40). Fidel Castro, até então, adotara uma postura intermediária e distante da polêmica, tendo proposto a experiência da dualidade de modelos em 1964, respeitando o espaço de poder de Rodríguez e Guevara em seus Ministérios²⁶⁴. Em 24 de julho de 1965, Fidel reafirmou sua posição intermediária, quando discursou:

Tendremos que ir estudiando y analizando mucho, a fin de escoger siempre los mejores métodos para impulsar al hombre hacia adelante. Ni métodos idealistas que conciban al total de los hombres guiados disciplinadamente por los conceptos del deber, porque en la realidad de la vida actual no podemos pensar en eso (...), ni tampoco aquellos caminos que busquen, por encima de todo, despertar en el hombre el egoísmo o que, sin buscar precisamente eso, conduzcan a eso, de manera que el hombre quiera actuar bien pensando en que actuar bien equivale a una recompensa para él y no a un profundo deber moral (1965)²⁶⁵.

No mesmo discurso de 1965, diante de 5.000 trabalhadores que iriam ganhar diplomas como recompensa moral por seus altos rendimentos individuais no corte de cana, Fidel deu mostras de que o grupo de Rodríguez tinha uma forte dose de razão quando pretendia aplicar também os estímulos materiais na safra açucareira:

Absurdo sería que intentáramos que la gran masa de los hombres que se ganan el pan cortando caña fuese cada uno de ellos a hacer el máximo esfuerzo diciéndole que ha de hacerlo por un deber, independientemente de si ganan más o si ganan menos. Sería idealista hacer eso (1965)²⁶⁶.

Entre 1964 e 1965, um sistema de emulação socialista com estímulos materiais, elaborado por Carlos Rafael Rodríguez, foi aplicado experimentalmente às safras açucareiras. Os

²⁶⁴ Segundo Mesa-Lago, isso permitiu maior margem de negociação com a União Soviética: “Hasta mediados de 1966, la posición de Castro en la polémica no fue clara, inclinándose unas veces hacia el incentivo material y otras en favor del estímulo moral (...). Con ese estudiado balance, Castro logró controlar las dos tendencias extremas dentro de Cuba y al mismo tiempo pudo negociar con la URSS jugando con habilidad la carta de la tendencia sinoguevarista” (Mesa-Lago, 1971, p. 83). Carmelo Mesa-Lago é um intelectual cubano extremamente crítico ao governo revolucionário, mas que não deixou de ser um interlocutor respeitado pela direção política da ilha até hoje. Ele se formou em Direito antes da revolução, e nos 1960 foi viver nos Estados Unidos. Especializou-se em relações trabalhistas e seguridade social e foi assessor especial da CEPAL sobre o tema. Escreveu diversos livros e artigos sobre economia cubana. Atualmente, é catedrático na Universidade de Pittsburgh e publica artigos críticos ao governo cubano na sessão Catalejo da Revista *Temas*. Acessado em 1/7/2013: <http://www.temas.cult.cu/catalejo.php>

²⁶⁵ Discurso de 24 de julho de 1965. Acessado na íntegra em 2/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f240765e.html>

²⁶⁶ Fidel Castro, discurso de 24 de julho de 1965.

estímulos consistiam em viagens nacionais e internacionais, casas, automóveis, motocicletas, geladeiras, entre outros benefícios aos trabalhadores (ou grupos de trabalhadores) que obtivessem maior produtividade e/ou cumprissem suas metas. É certo que apenas 20% dos trabalhadores da ilha participaram do programa e, destes, apenas 1% a 1,7% foram beneficiados. O efeito dos incentivos materiais sobre a produtividade do trabalho ainda era residual (Mesa-Lago, 1971, p. 77).

Em agosto de 1966, no XII Congresso da Confederação de Trabalhadores Cubanos (CTC), houve uma troca de direção política: Miguel Martín, o novo presidente sindical, era muito próximo de Fidel, e substituiu Lazaro Peña, do antigo PSP. Na ocasião, em seu discurso de posse, Martín enfatizou a importância da consciência revolucionária, da construção do “homem novo”²⁶⁷ através dos incentivos morais para a produtividade, criticando o programa de estímulos materiais que estava sendo experimentado por Rodríguez. Ao encerrar o evento, Fidel Castro expôs:

Bien puede ocurrir que un país crea que está construyendo el comunismo y esté construyendo realmente el capitalismo. Nosotros queremos construir el socialismo y queremos construir el comunismo. Como no hay ningún manual, ningún índice, ninguna guía, como nadie todavía ha recorrido ese camino, tenemos el derecho a intentarlo con nuestros medios, con nuestros procedimientos, con nuestros métodos (1966)²⁶⁸.

Com estas palavras, Fidel reforçou a soberania nacional de Cuba e, aparentemente, esboçou uma crítica ao modelo libermanista (então adotado na Iugoslávia, na Tchecoslováquia e na União Soviética)²⁶⁹. Ademais, foi lançada pela primeira vez a proposta de construção

²⁶⁷ A formulação sobre o “homem novo” era original de Guevara, com influência relativa de algumas tendências do comunismo chinês. Guevara afirmou, na carta ao uruguaio Carlos Quijano, posteriormente publicada como “El socialismo y el hombre en Cuba”: “Persiguiendo la quimera de realizar el socialismo con la ayuda de las armas melladas que nos legara el capitalismo (la mercancía como célula económica, la rentabilidad, el interés material individual como palanca, etcétera), se puede llegar a un callejón sin salida (...). Para construir el comunismo, simultáneamente con la base material hay que hacer el hombre nuevo” (Guevara, 2011c, p. 229).

²⁶⁸ Discurso de 29 de agosto de 1966. Acessado na íntegra em 5/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f290866e.html>

²⁶⁹ O economista Yevsei Liberman, em 1962, havia publicado um prestigiado artigo no *Pravda* chamado “O plano, o lucro e os prêmios”. Nele, defendia uma reforma no sistema econômico socialista guiada pela retomada da concorrência. Seria, segundo o autor, uma forma de desonerar o aparato administrativo do Estado e interessar diretamente cada trabalhador por suas próprias metas, através de um sistema de estímulos materiais individuais (prêmios) e do incentivo ao aumento da lucratividade por unidade produtiva. A flexibilização era tão intensa que foi interpretada por seus opositores como um retorno ao capitalismo. A influência de Liberman foi decisiva na orientação das reformas econômicas da União Soviética e do Leste

simultânea do socialismo com o comunismo, o que pressupunha a combinação dos dois princípios definidos por Marx da *Crítica ao Programa de Gotha*²⁷⁰. Com isso, buscava-se conciliar incentivos materiais proporcionais ao trabalho e incentivos morais que vinculassem a consciência revolucionária aos motores da economia. Em 29 de agosto de 1966, Fidel dera mais precisão à sua posição intermediária, propondo um critério definidor de qual incentivo seria mais adequado a cada tipo de trabalho. O incentivo deveria corresponder ao nível de sacrifício físico do trabalhador e, conseqüentemente, ao grau de modernização tecnológica da atividade. Quanto mais sacrificante fosse o trabalho, mais importantes seriam os estímulos materiais como compensação. Ao contrário, a um trabalho qualificado de alta produtividade e mínimo esforço físico, deveria corresponder uma política de incentivos morais. Nas palavras de Fidel:

Yo creo que el eje de los problemas no está entre los estímulos materiales ni morales, el eje es la técnica (...). En el trabajo, mientras más riguroso es físicamente, mientras más artesanal, mientras más bruto, más importancia tiene la correlación entre el salario y el esfuerzo. Pero cuando un hombre ya está en un equipo eléctrico apretando un botón, y si no aprieta el botón se aburre, entonces a ese hombre usted le puede exigir que apriete ese botón para lo cual no hace ningún esfuerzo, y no tiene que estar creando otro tipo de estímulo, porque la sociedad no va a estar formando técnicos, hombres, aliviando el trabajo del hombre, elevando la productividad, para que vaya a crear un hombre que se guíe por los mismos criterios que el hombre capitalista. (...) Hay compañeros que tienen otras ideas, yo respeto sus ideas, las discutiremos. (...) Las ideas deben prevalecer de acuerdo con la fuerza que tienen (1966)²⁷¹.

A opinião ponderada de Fidel sobre a questão dos incentivos, contudo, se modificou substancialmente apenas um mês depois. Diante da Assembleia dos Comitês de Defesa da

Europeu na década de 1960, e o termo “libermanismo” passou a ser usado para representar esse modelo (Pericás, 2004, pp. 92-95).

²⁷⁰ Conviveriam, na transição cubana, as relações de produção que correspondessem ao socialismo, “a cada um segundo seu trabalho”, ainda permeadas pela necessidade do incentivo material; e ao comunismo “a cada um segundo suas necessidades”, já movidas pelo incentivo moral. Ver Marx, 2004.

²⁷¹ Do mesmo discurso de 29 de agosto de 1966. Valdés Paz elogiou a proposta intermediária de Fidel, de incentivos vinculados ao nível de esforço físico do trabalho, e lamentou que tivesse sido abandonada logo em seguida: “Fidel introdujo ahí un elemento más realista en la discusión, porque relacionó el problema con el desarrollo de las fuerzas productivas y las condiciones técnicas del trabajo. Un trabajador calificado que está operando un equipo sofisticado tiene una conciencia más abierta a los estímulos morales que un trabajador que hace un trabajo embrutecedor y está en condiciones muy duras de trabajo, que su trabajo es el peor pagado – ¿para qué les dan incentivos morales? ¿Va renunciar a un incentivo o a un premio? Fidel introdujo un elemento de realismo, aunque después eso también se lo perdió al fines de los 60. Todo volvió a ser ‘la moral, la moral, la moral’” (2012).

Revolução (CDR), em 28 de setembro de 1966, Fidel enalteceu os estímulos morais e, pela primeira vez, anunciou uma guerra aos incentivos materiais. Afirmou que, mesmo com boas intenções, os defensores de tais medidas individualistas eram reacionários, estariam trabalhando conspirativamente contra a revolução e seriam devidamente combatidos. O discurso de Fidel aos CDR assumiu inconfundivelmente uma posição no debate econômico, com uma postura mais radical no combate aos incentivos materiais do que o próprio Guevara havia demonstrado em seus artigos²⁷². Bradou Fidel Castro:

Hemos hablado en nombre del socialismo, hemos hablado en nombre del comunismo, ¡y no haremos jamás una conciencia socialista, y mucho menos una conciencia comunista, con mentalidad de bodegueros! No haremos una conciencia socialista y una conciencia comunista con un signo de pesos en la mente y en el corazón de los hombres y mujeres del pueblo. (...) Nosotros tenemos que estimular en el pueblo estos factores de conciencia, tenemos que estimular en el pueblo estos factores morales, además del esfuerzo por satisfacer sus necesidades materiales. (...) Hay que decir que quien quiera resolver problemas apelando al egoísmo individual, apelando al esfuerzo individual de resolver sus problemas, olvidados de la sociedad, quien haga eso estará actuando reaccionariamente, estará conspirando —aunque lo haga con las mejores intenciones del mundo — contra la posibilidad de crear en el pueblo una conciencia verdaderamente socialista, verdaderamente comunista. (...) Los que pretendamos considerarnos revolucionarios no dejaremos jamás de combatir esas tendencias individualistas y llamar incesantemente a la generosidad y a la solidaridad de los hombres y mujeres de este pueblo (1965)²⁷³.

Poderíamos interpretar que Fidel esperou o resultado da experiência para escolher o caminho mais adequado à transição socialista cubana, não fosse o fato de que ambos os modelos teriam, igualmente, alcançado um desempenho precário em relação às

²⁷² Na carta a Quijano sobre o “homem novo”, Guevara ponderou: “De allí sea tan importante elegir correctamente el instrumento de movilización de las masas. Ese instrumento debe ser de índole moral, fundamentalmente, sin olvidar una correcta utilización del estímulo material, sobre todo de naturaleza social” (2011c, p. 229). Neste sentido, Rodríguez afirmou, em 1972, o equívoco de leitura feito pela esquerda internacional sobre a posição de Guevara em relação ao tema dos estímulos, como se ele fosse contrário a qualquer forma de incentivo material: “Interpretaban el llamado ‘guevarismo’ como una eliminación de todo estímulo material, para sustituirlo solamente por razones morales. No hay una sola afirmación de Che que respalde eso. Por el contrario, todo lo que el Che dijo sobre esos problemas llevaba como constante la frase de él: ‘una combinación adecuada de los estímulos morales y los estímulos materiales’. Él ponía más acento en los estímulos morales, pero hablaba siempre de una combinación adecuada de los estímulos morales y los estímulos materiales” (1983, p. 539).

²⁷³ Discurso de 28 de setembro de 1966. Acessado na íntegra em 2/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f280966e.html>

expectativas²⁷⁴. Compreender porque Fidel foi convencido de que o modelo orçamentário era mais adequado, precisamente quando Guevara já não detinha mais poder sobre o governo, não é um objetivo deste trabalho. Basta-nos aqui, analisar as consequências desta mudança na estrutura agrária da ilha, pois a nova posição de Fidel determinou que o primeiro “grande salto” da estratégia *turnpike*, a safra de 1970, seria movido por uma alavanca moral. Relatou Valdés Paz: “En los últimos años del período, el cálculo económico fue suplantado por un nuevo sistema de financiamiento presupuestario y los diversos mecanismos de control económico, suprimidos o suplantados por controles políticos” (2009, p. 34). Era o começo da “ofensiva revolucionária”, que iria mobilizar multidões de trabalhadores voluntários para realizar seu dever social: produzir 10 milhões de toneladas de açúcar.

Economia moral e centralização ideológica

Uma reconfiguração das forças interna ao governo teve início ao final do grande debate. Em julho de 1964, Alberto Mora foi demitido do Ministério do Comércio Exterior. No mês seguinte, Regino Boti também foi afastado do Ministério da Economia e, cinco meses depois, Martínez Sanchez o foi do Ministro do Trabalho. No mesmo ano, Rodríguez foi substituído pelo próprio Fidel na presidência do INRA²⁷⁵. E desde março de 1965, Guevara já não era mais influente no governo.

Um ano antes do convicto posicionamento de Fidel contra os incentivos materiais, em outubro de 1965, os jornais cubanos publicaram a lista dos novos integrantes do Comitê

²⁷⁴ Na avaliação de Valdés Paz, nenhum modelo atingiu as expectativas de seus defensores, porque a rentabilidade industrial era mais adequada ao cálculo econômico, enquanto a falta de rentabilidade do setor agrícola dificultava tremendamente o autofinanciamento e aceitaria melhor o modelo orçamentário. Neste sentido, a experiência teria sido inversa às recomendações da racionalidade econômica (2009, p. 34). Valdés Paz nos argumentou: “a contrapelo de la teoría, ni el Che pudo aplicar un sistema exento de estímulos materiales en la industria, ni la agricultura podía dejar de aplicar estímulos morales, porque no tenía recursos para basar el trabajo en un sistema puramente de estímulos materiales. Siempre estuvieron presentes elementos de uno y de otro” (2012).

²⁷⁵ Quando perguntado por que Carlos Rafael Rodríguez havia saído da presidência do INRA, Valdés Paz respondeu: “una vez que Fidel volvía a ocuparse de la agricultura porque iba asegurar el plan de los 10 millones y los planes especiales, imagino que ponía a Carlos Rafael más difícil su autoridad” (2012).

Central do Partido Comunista de Cuba. Segundo Mesa-Lago, crítico mordaz do governo cubano, Fidel teria articulado para reduzir o poder do antigo PSP (favorável aos incentivos materiais), que teriam sido excluídos do núcleo de poder e espalhados em postos secundários. Apenas Blas Roca e Carlos Rafael Rodríguez permaneceram no centro político, em minoria em relação ao grupo de Fidel. Simultaneamente, o jornal do antigo PSP (*Hoy*) foi fundido ao jornal do MR 26-7 (*Revolución*) na nova publicação: o *Granma*, jornal oficial do Partido Comunista de Cuba. Por outro lado, Guevara também fora excluído da lista do birô político. Semanas mais tarde veio a público a carta através da qual Guevara renunciava a todos os seus cargos dentro de Cuba e declarava que estava partindo para a guerrilha no Congo²⁷⁶.

Em fevereiro de 1967 a revista *Cuba Socialista*, do antigo PSP, foi fechada pelo governo. Pouco depois, todas as revistas que participaram do grande debate também tiveram suas publicações encerradas, entre elas a *Nuestra Industria* e a *Comercio Exterior* (Mesa-Lago, 1971, p. 87). No dia 4 de fevereiro de 1968, a revista semanal do *Granma* denunciou um grupo de dirigentes organizados num círculo que foi chamado de “microfacção”, considerado de tendência reacionária, que estaria propagando o fracasso do sistema de incentivos morais adotado pelo governo. A microfacção coincidia com alguns membros do antigo PSP, que defendiam publicamente os estímulos materiais. Acusados de pertencer à microfacção, 40 funcionários de Estado foram condenados a penas de prisão entre 2 e 15 anos (Mesa-Lago, 1971, p. 88).

O processo de criação daquilo que Sergio Roca chamou de “economia moral”²⁷⁷ (Roca, 1976, p. 6) coincidiu com uma expressiva centralização do poder e uma postura mais agressiva da revolução em relação às divergências políticas dentro do próprio Partido²⁷⁸.

²⁷⁶ Mesa-Lago dá a entender que a carta era falsa: “El nombre de Guevara no era incluido. Como justificación se publicó una carta *atribuida al Che* en que éste renunciaba a todos sus cargos dentro de Cuba (Mesa-Lago, 1971, p. 85, grifo nosso). Massari atenta para o fato de que a carta, apesar de aparecer a público em outubro, datava de 1º de abril de 1965 (Massari, 2007, p. 164).

²⁷⁷ Sergio Roca é economista, professor da Adelphi University em Nova York, estudioso dos sistemas econômicos socialistas.

²⁷⁸ Roca criticou a interferência ideológica das decisões econômicas: “O impacto se fez sentir com os expurgos conduzidos em 1965 e 1966 nas agências de planejamento, nos centros de produção, e em escolas secundárias e universidades. Em várias instâncias, especialistas tecnicamente qualificados foram removidos de cargos de responsabilidade e estudantes promissores foram impedidos de perseguir suas carreiras simplesmente porque não possuíam suficiente ardor revolucionário. O critério de competência técnica foi

Em 23 de dezembro de 1966, a revista *Bohemia* publicou as seguintes palavras de Fidel: “A missão fundamental das nossas universidades não é forjar técnicos, mas forjar técnicos revolucionários. Se é verdade que precisamos urgentemente de técnicos, sempre será ainda mais crucial criar homens verdadeiros, criar revolucionários” (apud Roca, 1976, p. 61). A partir de setembro de 1966, Fidel liderou uma progressiva retirada dos incentivos materiais, que foi concluída quando, em 1967, a safra açucareira foi produzida sem estes incentivos. Até 1967, o governo havia eliminado todo tipo de unidade autofinanciada da economia da ilha, e todos os investimentos e rendimentos do país se tornaram de natureza orçamentária (Mesa-Lago, 1971, p. 87). Em dezembro de 1967, Fidel teria afirmado ao jornalista Herbert Matthews: “Nosotros no creemos en los conceptos materialistas del capitalismo y ciertos tipos de comunismo en los cuales el dinero es el incentivo” (apud Mesa-Lago, 1971, p. 87).

Entre as medidas imediatas da ofensiva revolucionária sobre a organização do trabalho, estavam a eliminação do sistema dos prêmios materiais aos trabalhadores ou às fábricas com alta produtividade, o fim do pagamento das horas extras, a redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 horas, e a normalização do trabalho gratuito voluntário. Ao suprimir o sistema de incentivos elaborado por Rodríguez, extinguiu-se também a escala de salários diferenciais correspondente a estes incentivos, e promovia-se uma brusca aproximação das faixas salariais entre todos os trabalhadores. O objetivo final da redução das diferenças remunerativas era assegurar uma economia de salários idênticos, na qual as classes sociais estariam abolidas, e o comunismo finalmente alcançado. Por isso, do ponto de vista estratégico, as medidas econômicas da ofensiva revolucionária estavam orientadas pelo princípio da gratuidade dos bens e serviços estatais e da máxima desmonetização da economia. Além da educação, da saúde, do esporte e da cultura fornecidos gratuitamente pelo Estado (em níveis de qualidade consideravelmente superiores aos outros países subdesenvolvidos), com a ofensiva revolucionária os serviços de telefonia, eletricidade e água também se tornaram gratuitos. Mas não só: a alimentação, as roupas, os calçados e outros bens de primeira necessidade tendiam à gratuidade plena através da *libreta*. Aqueles que ainda pagavam quantias de aluguel foram completamente isentos. As tarifas de

suplantado, ou às vezes completamente substituído, pelo exame de compatibilidade ideológica” (Roca, 1976, p. 60). Traduzido pela autora.

transporte foram reduzidas, e só não se tornavam gratuitas porque os combustíveis ainda representavam um obstáculo notável ao desenvolvimento da ilha.

Junto com a proposta de abolição do mercado, desde 1967, surgiu o novo sistema de incentivos morais que premiava os trabalhadores mais produtivos com diplomas, com flâmulas, com a Bandeira do Moncada, com medalhas, ou com títulos de honra, tais como “Trabalhador de Vanguarda, “Millonario” (referente às 10 milhões de toneladas), “Herói Nacional do Trabalho”, entre outros. Outro estímulo moral era dado aos trabalhadores mais pobres, cujos nomes foram atribuídos a lugares proeminentes, dando-lhes um prestígio nunca antes imaginado (Mesa-Lago, 1971, p. 82; Barkin, 1978, p. 215; Silverman, 1978, p. 165). Através destes incentivos morais, propunha-se que o trabalho fosse encarado como um dever social e não mais como um veículo de incremento do bem estar individual. Silverman sustentou que: “la ‘moralización del trabajo’ ha substituido a los incentivos materiales como medio de modernización” (1978, p. 164). Ou seja, a consciência revolucionária deveria ser o principal motor da safra de 1970 e, portanto, da modernização econômica sobre a qual se desdobraria a estratégia de desenvolvimento.

Mas a opção pela economia moral não respondia apenas à convicção política de Fidel Castro despertada em setembro de 1966. Haveria também uma conveniência material do sistema de incentivos morais. Com o fim da segregação social, a tendência de desequilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda dos bens de consumo seguiu um agravamento irremediável. Entre 1959 e 1970, as contas de poupança e a circulação monetária da ilha alcançaram a soma recordista de 3 bilhões de pesos, atingindo o mesmo valor do fundo de salários (CEPAL, 1980, p. 175). Salários estes, portanto, que perderam a capacidade de representar um estímulo material individual à produtividade, tanto pela escassez de bens de consumo, quanto pela acumulação da poupança.

A escassez de bens de consumo na sociedade cubana resultava de dois fatos: primeiro, o bloqueio estadunidense; segundo, a estratégia *turnpike* que priorizava importações de bens de capital. Essa escassez dificultava enormemente a organização de um sistema de incentivos materiais, cujo alcance e efetividade provavelmente seriam limitados pela falta de recursos. Um Estado comercialmente deficitário que priorizava o desenvolvimento econômico não poderia oferecer abundância em bens de consumo para injetar

massivamente no sistema de incentivos. E um sistema de incentivos que não alcançasse amplos setores dos trabalhadores, tampouco geraria os efeitos propostos sobre a produtividade, e não superaria seu caráter experimental. Ou pelo menos assim pode ter pensado um setor do governo cubano.

Em suma, a ofensiva foi um movimento geral de abolição do mercado e de redução da massa salarial, com vistas ao progressivo encolhimento da função do dinheiro na sociedade (Mesa-Lago, 1971, p 90). Não havendo, pois, bens de consumo disponíveis, por que manter salários altos? Em 24 de março de 1968, Fidel afirmou em rádio nacional: “Vamos a estimular a la gente dándole billetes y que no se pueda comprar nada con ellos?” (apud Mesa-Lago, 1971, p. 97). Com a ofensiva, Cuba ingressou na trilha de abolição da sociedade de consumo. Na percepção da CEPAL, durante a ofensiva revolucionária abriu-se uma real possibilidade de abolição do dinheiro. Analisaram em 1980: “Ciertas necesidades del hogar principiaron a ser satisfechas gratuitamente, y comenzó a parecer posible la gradual eliminación del uso del dinero como mecanismo de distribución” (CEPAL, 1980, p. 22). Daí a interessante afirmação do soviético que viajou à ilha nos primeiros anos da década de 1970, e afirmou que Cuba parecia ter acabado de atravessar o comunismo de guerra²⁷⁹.

A ideia de que havia um desequilíbrio estrutural que justificava economicamente a adoção do sistema de incentivos morais foi considerada por Carmelo Mesa-Lago²⁸⁰, por David Barkin²⁸¹, por Bertram Silverman²⁸² e pela CEPAL²⁸³. Por um lado, a falta de possibilidade

²⁷⁹ Relato de Julio Díaz Vásquez, na epígrafe deste capítulo. Sobre o período do comunismo de guerra na União Soviética, ver Bettelheim, 1976 e Dobb, 1972.

²⁸⁰ Mesa-Lago analisou opiniões de “economistas sinoguevaristas” que, em 1964, afirmaram: “es imposible utilizar los intereses materiales cuando hay escasez de bienes de consumo y racionamiento. Los salarios altos pueden ser un incentivo para mejorar el resultado del trabajo, sólo cuando más dinero significa automáticamente más bienes de consumo. El sistema de racionamiento niega la mayoría de las ventajas de los incentivos materiales” (apud Mesa-Lago, 1971, p. 97).

²⁸¹ Barkin sustentou que: “La escasez de bienes materiales y la incapacidad de otorgar diferenciales de salarios sustanciales fue un factor que contribuyó a realizar el cambio hacia los incentivos morales. Además, para poder cumplir con la plantación a corto plazo y el cuidado de las cosechas agrícolas se necesitaron los servicios de un número importante de trabajadores para efectuar tareas duras y sin calificación” (1978, p. 113). E completou: “el programa de racionamiento ocasionó que la adopción de los incentivos no materiales fuese casi una necesidad, debido a que los bienes disponibles para premiar a los trabajadores no eran lo suficientemente atractivos para alentar los esfuerzos personales que el nuevo gobierno esperaba motivar” (1978, p. 220). No contexto de “uma política que tem por objetivo o bloqueio, ou até a redução, do consumo

de gastos da população desestimulava o trabalho. Por outro, um sistema de incentivos materiais seria dispendioso para uma economia que empenhava todo seu esforço para a safra de 1970. Silverman avaliou, ainda, que haveria outro condicionante material para justificar a opção da economia moral: o combate ao mercado negro, onde pulsava a sociedade de consumo, atraindo os fundos de poupança e agravando as ineficiências do setor estatal²⁸⁴. O contrabando era a materialização da postura identificada como “egoísta” pela ofensiva revolucionária, que driblava as forças da coletivização em busca do benefício individual. Silverman sustentou:

En circunstancias de graves escaseces, el sector privado proporcionaba una fuente ilegal de bienes de consumo y competía con éxito en la obtención de trabajadores y de recursos escasos. Así, pues, el prototipo de la ‘sociedad de bienes de consumo’ operaba en el corazón del sistema cubano y sacaba provecho de las contradicciones e ineficiencias inherentes al sector socializado (1978, p. 167).

A contrapartida da desmonetarização da economia era a criação de um robusto sistema igualitário de repartição do excedente através de bens e serviços estatais gratuitos. A rigor, então, havia um tipo específico de incentivos materiais em vigência, uma vez que o sistema de seguridade social era inegavelmente um “benefício material coletivo”, ou de “natureza social”, como definiu Guevara (2011c, p. 229). Com o propósito de eliminar a sociedade de consumo, a ofensiva revolucionária reduzia os benefícios materiais individuais e as relações

individual, a fim de poder canalizar um maior volume de recursos para os investimentos”, a generalização de estímulos materiais individuais se via então bloqueada (Barkin, 1976, p. 41).

²⁸² Silverman argumentou que os incentivos morais eram uma necessidade da estratégia de desenvolvimento adotada, uma vez que esta exigia austeridade no consumo para importação de bens de capital: “el PNB descendió, en 1966, en más de 4%. La radicalización de la organización económica cubana estuvo estrechamente vinculada a la decisión de intensificar la tasa de desarrollo económico” (1978, p. 171).

²⁸³ A CEPAL analisou: “Los productos básicos se distribuyeron a través de un racionamiento igualitario y no por medio del poder de compra. Los bienes de consumo no esenciales prácticamente desaparecieron, y se tornaron muy restringidas las posibilidades de usufructuar los ingresos más altos. El creciente apoyo a los incentivos morales para el trabajo socialmente necesario y el rechazo a valorar el consumo personal superfluo como estímulo a los mayores esfuerzos de trabajo acompañaron la igualdad deliberada en la distribución de productos básicos y la inevitable austeridad en el consumo” (1980, p. 22). Sobre o irremediável desequilíbrio entre oferta e demanda de bens de consumo, a CEPAL afirmou: “Ello restó la eficacia a las medidas e instrumentos para fomentar la productividad, a lo que se sumó una cierta desorganización de la producción ante el debilitamiento de los controles económicos” (1980, p. 175).

²⁸⁴ Sobre o atração exercida pelo mercado negro na conjuntura de desequilíbrio, Barkin afirmou: “‘Nadie que tenga la oportunidad dejará de comprar un solo artículo que tenga la oportunidad de comprar’, independientemente de si tiene o no necesidad de él. El gobierno está realizando un gran esfuerzo para absorber el poder de compra excedente y reducir los efectos distorsionados que éste tiene sobre la distribución de los bienes de consumo” (1978, p. 212)

monetárias, mas oferecia algo troca. Dessa política, surgiu o que podemos chamar de “princípio da remuneração coletiva do trabalho”, cuja contrapartida foi um descontrolo contábil da economia estatal.

Remuneração coletiva e descontrolo contábil

A ideia de que a redução dos níveis de consumo em nome do aumento dos níveis de investimento era uma opção estratégica necessária para Cuba era aceita também pelos defensores dos incentivos materiais²⁸⁵. Mas no contexto da economia moral, a redução dos níveis de consumo foi movida por fatores ideológicos. O princípio da remuneração coletiva já estava em vigor antes da ofensiva revolucionária, pois constituía um impulso à construção de uma sociedade de direitos sociais e populares, em contrapartida à sociedade de consumo. Barkin assinalou:

Aun antes que se tomase la decisión explícita de adoptar los incentivos morales, la creciente cantidad de servicios públicos a disposición de la población y el limitado monto de bienes de consumo que podían ser adquiridos a través del programa de racionamiento, habían cambiado ya el papel del ingreso monetario en la determinación de los niveles de vida (1976, p. 216).

Pelo princípio da remuneração coletiva, a forma de equilibrar a oferta de bens de consumo e o dinheiro em mãos da população deixou de ser mercantil, e passou a ser exclusivamente política²⁸⁶. Mas a ofensiva revolucionária foi uma verdadeira avalanche igualitarista. A política de gratuidade dos bens e serviços estatais entrou em confronto direto com os mercados remanescentes. O problema foi que, ao moralizar a economia radicalmente e desvincular a produtividade do trabalhador dos rendimentos do trabalho (tanto do salário individual, quanto dos excedentes estatais coletivos), desprezou os custos efetivos do desenvolvimento, comprometendo os controlos económicos e a contabilidade social. Em

²⁸⁵ Afirmou Carlos Rafael Rodríguez: “La opción entre acumulación y consumo es una opción política (...). El desarrollo significa un sacrificio del consumo relativo en función de las necesidades de la acumulación” (Rodríguez, 1983, pp. 422, 456).

²⁸⁶ Fidel Castro afirmou, em 26 de julho de 1970: “a desvalorização ou a alteração do valor da moeda, como se fez nos primeiros anos, é correta quando se aplica aos burgueses; mas seria repugnante se referida aos trabalhadores” (Castro, 1980, p. 15).

1965, o Ministério da Fazenda foi fechado e não foi substituído. Isso fez com que em 1967, a contabilidade já não existisse, de modo que também não poderia haver uma política coerente de redução de custos produtivos e de rentabilidade mínima por unidade econômica (CEPAL, 1980, p. 187). Bertram Silverman explicou de que maneira o novo sistema econômico desprezava a contabilidade:

La introducción del nuevo sistema de administración económica, en 1967, amplió radicalmente el sistema de presupuesto central del Che. El nuevo sistema de administración económica eliminaba las transacciones entre unidades dentro del sector socializado. Conforme a las normas generales establecidas por el plan anual. Las empresas mantenían relaciones contractuales directas, pero no existían relaciones ni monetarias ni de crédito. Se llevaban registros de recepción y salida de artículos, pero no se exigían pagos (1978, p. 158).

Vale ressaltar que o descontrole da contabilidade definitivamente não fazia parte dos planos originais do sistema orçamentário concebido por Guevara²⁸⁷.

O descontrole econômico decorrente da ofensiva revolucionária ocorreu em pelo menos cinco dimensões. Primeiro, houve o descontrole dos registros contábeis do **setor estatal** em dimensão nacional devido à desmonetização das relações entre as empresas estatais, que trocavam peças de reposição, combustível, insumos e até trabalhadores, sem que houvesse capacidade de quantificar os deslocamentos na disposição dos fatores de produção. A inexistência de contabilidade que registrasse estes deslocamentos fragilizou o planejamento econômico, dado o incerto conhecimento dos administradores em relação à disposição territorial dos fatores de produção. A consciência do controle e registro quantitativo dos bens de produção também foi paulatinamente perdida. A segunda dimensão foi o descontrole das decisões nas **unidades produtivas**. As granjas captavam recursos e insumos do Estado sem que houvesse o conhecimento de seus reais custos. Ao ignorar os custos das peças de reposição, dos insumos, das matérias primas, e a dimensão contábil de cada um dos fatores, os administradores cometiam erros e frequentemente desperdiçavam esses recursos, ampliando a queda da produtividade do trabalho em termos nacionais. O desperdício foi incorporado à administração, pois como explicou Silverman: “La frágil

²⁸⁷ Sobre isso, Luis Alvarez Rom, parceiro de Guevara em defesa do sistema orçamentário, esclareceu: “O princípio do rendimento comercial dentro da esfera estatal é estritamente formado e dominado pelo plano, somente para efeitos de cálculo econômico, de contabilidade, de controle financeiro, etc, mas nunca chegará a predominar de forma fetichista sobre o conteúdo social da produção” (apud Guevara, 1982, p. 222).

planificación se ve debilitada además por la ‘sobredestinación’ de recursos que frecuentemente es producto del entusiasmo revolucionario y de la incertidumbre de los suministros extranjeros” (1978, p. 177). A terceira dimensão foi o descontrole dos custos de produção da parte dos próprios **trabalhadores**, que já não se preocupavam com o uso ótimo dos recursos de que dispunham, uma vez que seu salário e seu bem estar social não dependiam de qualquer racionalidade econômica diretamente vinculada à sua produtividade. A desmonetização, neste caso, se aliou a um desprezo pelo controle econômico, ao contrário do que defendeu Silverman, para quem a busca da redução dos custos deveria ser a base da consciência social. Afinal, o dever social do trabalho deveria incluir o esforço pelo aumento da produtividade. Desconhecer os custos tornava impossível reduzi-los e a tarefa do trabalhador se transformava em uma cadeia de determinações subjetivas que geraram prejuízos objetivos. Silverman, sobre isso, sustentou: “existe una relación entre la consciencia social y el control y la responsabilidad económicos, factor que no ha sido plenamente apreciado en el desarrollo de la organización económica cubana” (pp. 162-3). Uma quarta dimensão foi a perda da relação real entre **valores e preços**, o que no caso de bens importados (de consumo ou de capital) significava a impossibilidade de enxergar a quantidade de divisas investidas para adquiri-los. A quinta dimensão, por fim, foi a perda do vínculo entre **salário e produção**, e consequente perda dos instrumentos monetários de disciplina laboral, que foram substituídos, por um lado, pelos estímulos morais, e por outro, pela ação ideológica coercitiva da ofensiva revolucionária sobre o trabalho. Tudo isso fez com que, apesar do uso das capacidades produtivas historicamente subutilizadas, se sacrificassem muitas colheitas, mal preparadas ou atrasadas em relação à sua safra ótima, e gerando a perda de valores econômicos sequer contabilizados²⁸⁸. O resultado imediato da perda de controles econômicos foi a queda da produtividade, justo no primeiro passo decisivo da estratégia cubana de desenvolvimento: a safra de 1970.

Quanto mais desvinculado do trabalho, mais o salário se tornava irrelevante na determinação da postura do trabalhador diante de suas obrigações, gerando indisciplina e

²⁸⁸ Silverman definiu “La ideología ha servido frecuentemente para racionalizar la práctica y las metas de la política económica. Aunque la ideología ha desempeñado un importante papel en la movilización de las masas para la aceptación de las metas sociales y económicas, también ha tenido como efecto estorbar la visión de las fuerzas subyacentes reales” (1978, p. 145). Para uma análise completa da perda dos controles e registros econômicos decorrente da ofensiva revolucionária, ver Silverman, 1978.

absentismo. Na economia moral, esta desvinculação deveria ter sido compensada senão pela consciência revolucionária, ao menos pela mecanização do corte da cana, que tampouco obteve sucesso. Como sintetizou a CEPAL:

Durante los últimos años de la década de los sesenta, las esperanzas de alcanzar rápidamente el objetivo de una sociedad comunista – ‘de cada quien conforme a su habilidad, a cada quien conforme a sus necesidades’ – pasando sobre la etapa socialista gobernada por la regla ‘de cada quien conforme a su habilidad, a cada quien conforme a su trabajo’ llevaron estas tendencias hasta un punto en el que tuvieron efectos adversos sobre la productividad y sobre la utilización frugal de recursos escasos tales como el agua y la energía eléctrica. Al parecer, los dirigentes de la revolución cubana sobreestimaron la capacidad de la participación popular y el entusiasmo para suplir los resortes económicos, y ello condujo a la supresión de las reglas de la distribución socialista y el estímulo material (1980, pp. 22-23).

O descontrolo contábil predominante entre 1967 e 1969 diminuiu significativamente as fontes quantitativas disponíveis que descrevessem a estrutura agrária do período, ausência que, por si mesma, não deixa de ser um dado relevante para a compreensão das tensões que permeavam a estratégia cubana de desenvolvimento²⁸⁹. Apesar das rarefeitas informações quantitativas, sabe-se que, como era de se esperar, a relação entre a ofensiva revolucionária e o campesinato não foi propriamente harmoniosa.

Encolhimento do campesinato

Em 1964, o setor estatal detinha 60,1% da terra (Gutelman, 1975, p. 88) e em 1970 se ampliara para aproximadamente 85% da superfície da ilha (Valdés Paz, 2009, p. 51). Com a pressão da safra de 1970, uma política de incorporação dos camponeses nos planos de produção nacionais se intensificou. O princípio da voluntariedade, teoricamente, não havia

²⁸⁹ A CEPAL constatou: “Señalan fuentes oficiales que la estadística macroeconómica comenzó a reorganizarse sistemáticamente en el 1962, que de 1967 a 1969 se dificultaron las estimaciones por un deterioro de los registros, y que en 1970 y 1976 se adoptaron cambios metodológicos” (1980, p. 61).

sido abandonado, mas a ofensiva revolucionária contribuiu para a criação de um clima acusatório contra o campesinato, gerando expropriações forçadas²⁹⁰.

Em janeiro de 1967, os trabalhadores das granjas estatais que possuíssem pequenas propriedades familiares foram expropriados em nome da safra de 1970, para garantir que trabalhassem apenas para o setor socializado, além de acrescentar pequenas porções de terras às batalhas simultâneas (Mesa-Lago, 1971, p. 87). Em 1967, a Assembleia da ANAP, confiante na política do governo, concordou com a abolição completa do mercado livre e a venda integral da produção camponesa ao Estado. No mesmo ano, o governo proibiu os camponeses de contratarem trabalhadores, abolindo qualquer relação assalariada na agricultura privada e fazendo com que a venda das terras camponesas ao Estado figurasse como a única opção (Silverman, 1978, p. 169). Logo, no dia 14 de janeiro de 1968, Fidel Castro anunciara que 90% dos camponeses do Cinturão de Havana (o anel de alimentos perecíveis, proposto por Dumont) se retiraram da produção mercantil voluntariamente. Entre 1967 e 1969, 12 mil propriedades camponesas foram vendidas ao Estado (Mesa-Lago, 1971, p. 88). Na mesma época, uma tensão latente entre um segmento minoritário do campesinato, um setor minoritário da juventude e o governo começou a rebentar. A tensão se originava de dois problemas: por um lado, a escassez de bens de consumo e de insumos produtivos para os pequenos agricultores; por outro, a violência com que alguns chefes locais haviam expropriado camponeses, sem buscar convencê-los da necessidade econômica daquela mudança. Como relatou Antero Regalado, sobre a ofensiva revolucionária:

Esos dirigentes locales han ido a los campesinos con planteamientos de órdenes, que demuestran entero desconocimiento de la vida del campo. No han hecho esfuerzos para en forma fraternal, explicar la necesidad de la incorporación campesina a las nuevas formas de trabajo y de economía. Se imaginaron que de modo simple, de hoy para mañana, se podía lograr un cambio histórico tan complejo en la vida social. Fue preciso la enérgica llamada de atención por la Dirección de la Revolución y la adopción de medidas orientadas a erradicar los métodos administrativos y restablecer

²⁹⁰ Mencionou Antero Regalado: “De igual modo impropriedade se realizou a intervenção e nacionalização de decenas de colmeias de pequenos camponeses, quando tal medida não foi orientada nacionalmente, objetivo que em caso necessário também podia lograr-se através de raciocínios sobre essa necessidade, com todos os criadores, companheiros que seguro compreenderían a questão como lo han demostrado em miles de casos, dado que las masas son capaces de entender las cosas que tienen lógica, sin necesidad de la acción administrativa” (1979, p. 192).

la política de persuasión y la voluntariedad en todo el trabajo con los campesinos (1979, p. 206).

De abril a setembro de 1968, uma onda de sabotagens e saques à economia estatal se espalhou pela ilha: fábricas de fertilizantes, armazéns de açúcar, café, tabaco, madeira, roupas, calçados, *tiendas del pueblo*, escolas, barcos e hotéis foram saqueados somando, segundo o próprio Fidel, mais de 80 casos. Como resposta, em fins de 1968, foi anunciada a pena de morte para todos aqueles que atentassem contra a safra de 1970, o que significava prejudicar qualquer ramo da economia cubana (Mesa-Lago, 1971, p. 110). Em 26 de julho de 1969, o governo anunciou uma orientação futura de erradicação completa da propriedade privada, como parte da ofensiva revolucionária, o que teria sido relativizado após a autocritica do governo diante do fracasso da safra (idem, 1971, p. 89). Os camponeses que não venderam, voluntária ou compulsoriamente suas terras, foram plenamente incorporados aos planos estatais de produção agropecuária em 1968, e convertidos a funcionários estatais indiretos, perdendo sua autonomia em relação aos cultivos e quantidades plantados em suas propriedades. Na prática, portanto, já estava abolida a propriedade privada camponesa.

Esse avanço das terras estatais sobre as terras camponesas foi definido por Dumont como a “terceira reforma agrária”. O agrônomo francês argumentou:

Hasta 1967, un controlador de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños le preguntaba a los campesinos, con fines estadísticos, sus *pronósticos* acerca de los cereales. En ese año, el controlador sugirió las modificaciones que resultaban deseables según su programa de siembras. En 1968 les da órdenes, establecidas, según el plan de cultivo regional, que se volvía obligatorio. Ese año comienza una campaña para que se entregue, exclusivamente al comercio del Estado (Acopio), toda la producción disponible. Si bien se presentó al principio como un gesto voluntario, poco después se precisa que es obligatorio, y la publicación de las sanciones ejemplares aplicadas a los infractores, incita a los otros a hacerlo (apud Silverman, 1978, p. 169).

Infelizmente, não existem informações detalhadas sobre a estrutura agrária e a propriedade camponesa entre 1967 e 1970, devido ao descontrole econômico e perda dos registros contábeis. Um dado importante foi trazido por Barrios, historiador da ANAP. Ele relatou que no Congresso de 1970 da Associação, foi reconhecido oficialmente que o Estado havia agido com métodos autoritários contra o campesinato e foi feito um balanço crítico da

ofensiva revolucionária (Barrios, 1987, p. 83). Historicamente, portanto, foi sob a massacrante pressão da ofensiva revolucionária e o advento da economia moral que a safra de 1970 foi perseguida.

C) O PLANO E A REALIDADE DA SAFRA DE 1970

A safra de 1970 era muito mais que uma meta estratégica de desenvolvimento: passou a encarnar a honra nacional. Foi um teste de resistência da envergadura ideológica e moral do povo cubano, em condições econômicas adversas²⁹¹. O fracasso de 1970 não significava apenas metas descumpridas, mas principalmente uma derrota moral da filosofia que sustentava a perseguição da meta. “Afinal”, afirmou Roca, “o financiamento externo pode ser renegociado, mas o orgulho e a confiança nacionais, uma vez depreciados, são dificilmente renovados” (1976, p. 15). A opinião de Barkin foi mais pragmática. Apesar da derrota moral, alegou:

No se trata de si esas metas son alcanzables o no, sino de las consecuencias negativas para el resto de la economía cuando se intenta alcanzarlas. Así pues, la prioridad indiscutible acordada para la producción de azúcar en años recientes, significó el abandono de muchos otros sectores de la economía. Si hubiese logrado la meta de 10 millones de toneladas, el sacrificio en los otros sectores habría sido exactamente el mismo (1978, p. 138).

Não era apenas as 10 milhões de toneladas de açúcar que estavam em jogo entre 1965 e 1970: outros setores também estavam comprometidos com objetivos igualmente desafiadores. A safra açucareira era o carro-chefe de uma miríade de metas dos mais diferentes setores - as “batalhas simultâneas”.

²⁹¹ Segundo a interpretação de Sergio Roca “o plano açucareiro (especialmente a safra de 1970) foi retratado como um teste político e ideológico da determinação revolucionária do povo cubano” (1976, p. 7).

Batalhas simultâneas

As batalhas simultâneas eram mais amplas do que a “estratégia combinada” (ver capítulo 3) porque não abarcavam apenas três tarefas. A estratégia combinada era composta pela tríade “cana-diversificação-tecnologia”. As batalhas simultâneas envolviam vários outros setores da economia, como a indústria de cimento, a infraestrutura de transporte (portos, estradas e ferrovias), a produção de pneus, de baterias, de barras de metal, de vestuário, de charutos, de sabonetes, de calçados, enfim, de um conjunto de bens de consumo escassos. Em 1969, Fidel chegou a afirmar que não apenas a meta açucareira deveria ser atingida, mas também todos os objetivos das batalhas simultâneas agrícolas e industriais - do contrário, poderiam considerar-se derrotados. Fidel propagou essa exigência econômica ao povo cubano durante a ofensiva revolucionária:

A grandiosidade da safra de 10 milhões de toneladas são todos os outros planos econômicos que estão sendo empreendidos simultaneamente... Eu repito que a coisa mais importante é que nós não sacrifiquemos nenhum outro plano para atingirmos a meta açucareira. Essa seria nossa real vitória. Se for preciso parar todo o resto, não haverá vitória (apud Roca, 1976, p. 12)²⁹².

Essa postura contribuiu para que o impacto da frustração fosse ainda mais intenso quando, em maio de 1970, Fidel anunciou que sequer as 10 milhões de toneladas seriam atingidas. Selma Díaz relatou, em 2010, que os setores prioritários das batalhas simultâneas eram o arroz, a carne bovina, a produção láctea, o café e os cítricos (Valdés Paz *et alli*, 2012, p. 73). Algumas metas estão expostas na **tabela 33**.

²⁹² Publicado na Revista Bohemia em 21 de fevereiro de 1969. Tradução da autora.

TABELA 33 - Batalhas simultâneas (1968-1975)		
Setor	Quantidade	Ano
Investimento/PIB^e	31%	1968
Açúcar	10 milhões de toneladas	1970
Café^a	83 mil toneladas	1970
Peixe^c	151,5 mil toneladas	1970
Gado	9 milhões de cabeças ^a	1970
	12,5 milhões de cabeças ^c	1975
Fertilizantes^c	1 milhão de toneladas	1973
Cítricos^b	750 mil toneladas	1975
Arroz^e	Autossuficiência	1975
Carne bovina^e	Autossuficiência	1975
Leite^e	Autossuficiência	1975

Fonte: ^aGutelman (1975, pp. 243, 262), ^bDumont (1970, p.225), ^cFAO, (1966, p. 32), ^dAranda (1968, p. 28), ^eBarkin (1973, pp. 124, 127, 130).
Observação: À autossuficiência planejada para carne bovina e leite em 1975, somar-se-iam 10 a 15 milhões de dólares de exportação na expectativa de geração de excedente.

Sergio Aranda escreveu em 1967, que para que a meta de 10 milhões fosse atingida, seria necessário ampliar a superfície canavieira em 25.000 caballerías, aumentar os rendimentos açucareiros em 40%, mecanizar o corte da cana, melhorar as redes de irrigação de 5.000 caballerías, construir equipamentos novos de irrigação de 800 caballerías, construir ou melhorar canais de drenagem em 16.000 caballerías, aumentar o uso de fertilizantes em 700.000 toneladas métricas ao ano, introduzir novas variedades de cana em nada menos que 53.000 caballerías, e cultivá-las com métodos mecanizados por no mínimo três anos (Aranda, 1968, pp. 60, 69). “Este conjunto de tareas”, alegou Julio Díaz Vásquez, “introdujo una tensión en el país” (Valdés Paz *et alii*, 2012, p. 70).

O sacrifício empreendido pelo povo cubano na busca por todas estas metas pode ser exemplificado pela história relatada por Selma Díaz, que dirigiu a safra de 1970 no Oriente. Contou Selma:

En Oriente, se cerraron todos los centros nocturnos, no se podía comprar una botella de ron en ninguna parte. Cuando estábamos en plena safra hubo que pedirle permiso al comandante Guillermo García, que estaba dirigiendo la provincia, para darle algunas botellas de ron a los que estaban cortando caña bajo la lluvia (Valdés Paz *et alii*, 2012, p. 73).

Os trabalhos de corte de cana não paravam. A este relato de Selma Díaz, Gladys Marel García, da plateia, agregou: “En Yaguajay, los campesinos tenían que sembrar la tierra de

noche, con faroles, para satisfacer su alimentación” (Valdés Paz *et allí*, 2012, p. 74). As batalhas simultâneas se somavam num trabalho hercúleo. Movidos pela confiança em Fidel Castro, pela consciência revolucionária, ou pelo medo de perseguição, as massas de trabalhadores (profissionais e voluntárias) cortaram cana de 14 de julho de 1969 até 26 de julho de 1970, parando apenas para a manutenção das máquinas.

A safra em números

A safra de 1970 durou 217 dias, mais que o dobro da média de 102 dias das safras de 1951 a 1969. Os dias de safra incluem apenas os dias de corte de cana, excluindo o tempo de manutenção das máquinas, escassez de matéria prima, e outros fatores que paralitem momentaneamente a produção. A razão dos dias de safra em relação aos dias do calendário corresponde ao coeficiente de eficiência, que atingiu uma média de 80% entre 1953-1958 e ficou entre 46 e 56% na década 1960-1970 (Roca, 1976, pp. 12, 33). Os anos de 1969 e 1970 apresentaram os piores rendimentos da relação de toneladas de cana moída por dias de safra e bateram o recorde do mais baixo rendimento industrial (toneladas de açúcar por toneladas de cana), de uma série de 20 anos. Este desempenho decepcionante dos rendimentos das safras de 1969 e 1970 pode ser identificado na **tabela 34**.

TABELA 34 - Indicadores fundamentais da produção açucareira (1951-1970)					
Safras	Cana Moída (milhares de toneladas)	Açúcar cru Base 96° (milhares de toneladas)	Rendimento Industrial Base 96° (%)	Dias de safra	Cana moída por dias de safra (t)
1951	44.939,7	5.821,3	12,95	108	415.567
1952	59.537,9	7.298,0	12,26	136	441.894
1953	40.811,5	5.223,9	12,80	94	438.881
1954	39.295,4	4.959,1	12,62	88	446.722
1955	34.818,6	4.597,7	13,20	76	460.802
1956	37.039,1	4.807,3	12,98	80	460.331
1957	44.714,3	5.741,5	12,84	98	454.757
1958	45.715,9	5.862,6	12,82	98	466.183
1959	48.050,6	6.038,6	12,57	103	467.629
1960	47.492,2	5.942,9	12,51	103	466.289
1961	54.325,2	6.875,5	12,66	133	408.731
1962	36.686,0	4.882,1	13,31	104	354.144
1963	31.143,4	3.882,5	12,36	94	333.110
1964	37.196,4	4.474,5	12,03	118	316.065
1965	50.686,5	6.156,2	12,15	130	388.449
1966	36.839,8	4.537,4	12,32	102	359.453
1967	50.879,8	6.236,1	12,26	133	382.985
1968	42.368,1	5.264,5	12,19	113	375.582
1969	40.476,2	4.459,4	11,02	135	299.077
1970	79.677,6	8.537,6	10,71	217	367.442

Fonte: JUCEPLAN, 1971, p. 136.

O plano da safra previa que, para que fossem produzidas as 10 milhões de toneladas, seria preciso contar com 115.000 caballerías plantadas, 81,4 milhões de toneladas de cana cortadas, a um rendimento agrícola de 53 toneladas de cana por hectare e a um rendimento industrial de 0,123 toneladas de açúcar por toneladas de cana²⁹³. O setor agrícola chegou mais próximo das metas estabelecidas. Num primeiro olhar, o verdadeiro “culpado” do fracasso da safra teria sido o setor industrial, cujos rendimentos ficaram 12,9% abaixo das expectativas, com um uso da capacidade industrial 25,5% menor do que o imaginado. A distância exata entre o plano e a realidade da safra de 1970 está exposta na **tabela 35**.

²⁹³ O rendimento industrial é multiplicado por 100 para facilitar a visualização comparativa.

TABELA 35 - Plano e realidade da safra de 1970		
	Plano	Realidade
Superfície de cana (caballerías)	115.000	114.351
Toneladas de açúcar (milhões)	10	8,35
Toneladas de cana colhida (milhões)	81,4	80,9
Rendimento agrícola (tonelada cana/hectare)	53	52,5
Rendimento industrial (tonelada açúcar/tonelada cana *100)	12,3	10,71
Uso da capacidade industrial (%)	90	67
Fonte: Roca, 1976, pp. 15, 31.		

Na comparação entre os anos de 1965 a 1970, a única vez em que as metas de produção açucareira foram atingidas ocorreu em 1965. O histórico de metas descumpridas se transformou em uma desilusão de cinco anos concentrada em 1970. Cabe notar, por exemplo, que o desempenho de 1969 foi o pior desde a adoção da estratégia *turnpike*, ano em que apenas metade da meta foi atingida. O déficit acumulado das metas não cumpridas desde 1966 equivalem a 11,9 milhões de toneladas de açúcar não produzidos, sendo 11,5 milhões de toneladas não exportadas para a União Soviética a um rendimento agrícola médio de 46 toneladas por hectare e um rendimento industrial de 11,6. Considerando o preço de compra de açúcar pela União Soviética do Convênio de 1964, essa defasagem significou uma perda de mais de 1,4 bilhão de dólares em produtos soviéticos. O contraste entre planos açucareiros e realidades das safras entre 1965 e 1970 está representado na **tabela 36**.

TABELA 36 – Plano e realidade da produção e exportação de açúcar (1965-1970) (em milhões de toneladas métricas)								
	Produção			Convênio com URSS			Rendimentos	
	Metas	Realidade	Balanco	Compromissos de exportação	Exportação realizada	Balanco	Agrícola (tonelada de cana/hectare)	Industrial (tonelada de açúcar/ tonelada de cana)
1965	6,0	6,2	+ 0,2	2,1	2,3	+ 0,2	48	11,94
1966	6,5	4,5	- 2,0	3,0	1,8	- 1,2	38	12,09
1967	7,5	6,2	- 1,3	4,0	2,5	- 1,5	49	12,05
1968	8,0	5,2	- 2,8	5,0	1,7	- 3,3	42	11,97
1969	9,0	4,5	- 4,5	5,0	1,3	- 3,7	44	10,84
1970	10,0	8,5	- 1,5	5,0	3,0	- 2,0	52	10,71
Total	47,0	35,1	- 11,9	24,1	12,6	- 11,5	46 (a)	11,60 (a)
Fonte: Roca, 1976, pp. 9, 15								
(a) Produção média do período.								

A safra de 1970 estava planejada em etapas, de modo que no dia 23 de dezembro de 1969 deveria ser completado o primeiro milhão, e assim sucessivamente até 15 de julho de 1970²⁹⁴. Apesar de todo esforço sacrificante, a média da produção da década de 1960 atingiu apenas 300.000 toneladas a mais que a média açucareira da década de 1950²⁹⁵. Os principais fatores do fracasso da safra de 1970 serão debatidos a seguir.

Causas do fracasso

As distintas análises da safra de 1970 apresentam um consenso de que a principal causa de seu fracasso foi industrial. Sergio Roca atribuiu 80% dos problemas operacionais ao setor industrial e às falhas de transporte (o que corresponderia a 1,2 milhões de toneladas de defasagem em relação à meta), e os outros 20% ao setor agrícola (ou seja, 300.000 toneladas)²⁹⁶ (Roca, 1976, p. 20). Barkin esteve de acordo: “um dos fatores fundamentais de estrangulamento foi a inadaptação da indústria, incapaz de tratar efetivamente toda a cana-de-açúcar aproveitável” (1978, p. 44). Julio Díaz Vasquéz apresentou a mesma análise: “lo que no hubo fue centrales. La meta implicaba elevar hasta los sesenta millones de arrobas diarias la capacidad de molienda de los centrales, para lo que eran necesarias la reconstrucción y ampliación de muchos de estos. La industria no pudo asimilar el programa de desarrollo, de ajuste industrial” (Valdés Paz *et alii*, 2012, p. 71). Fidel Castro, em seu discurso de 19 de maio de 1970, confirmou:

Hemos encontrado el problema de los rendimientos. Ha sido la más grave de las dificultades que hemos encontrado, derivadas de las inversiones

²⁹⁴ Julio Díaz Vásquez recordou, no debate da *Jueves de Temas* em 2010, que os planos a cada mês da safra correspondiam aos seguintes valores: 23 de dezembro de 1969: 1 milhão; 18 de janeiro de 1970: 2 milhões; 9 de fevereiro: 3 milhões; 17 de março: 4 milhões; 3 de abril: 5 milhões; 20 de abril: 7 milhões; 7 de maio: 8 milhões; 7 de julho: 9 milhões; 15 de julho: 10 milhões (Valdés Paz *et alii*, 2012, p. 72).

²⁹⁵ A média da produção açucareira cubana na década de 1950 foi 5,3 milhões de toneladas, enquanto na década seguinte foi 5,6 milhões (Barkin, 1976, p. 44).

²⁹⁶ Nas palavras da Roca: “O clima foi próximo do ótimo; uma quantidade adequada de cana-de-açúcar foi plantada e colhida; o rendimento agrícola foi satisfatório; mão de obra abundante foi provida durante a colheita; e o sistema de transporte não gerou um gargalo antes da crise de fevereiro, precipitada por complicações em duas áreas críticas. Essas duas áreas críticas envolviam investimentos industriais e rendimentos industriais; e é a estas áreas que o fracasso da safra deve ser atribuído” (1976, p. 14). Tradução da autora.

industriales en primer lugar, y también de los problemas operacionales en los centrales. (...). Estamos cortando y cortaremos más caña que la caña que se programó para los 10 millones. Pero en una sola provincia - donde hemos tenido los problemas industriales más serios -, que es en la provincia de Oriente, tendremos un déficit de 700.000 toneladas de azúcar. Esa provincia tenía que producir no menos de 3,2 millones de toneladas de azúcar (1970)²⁹⁷.

Roca enumerou as causas do fracasso para visualizar a totalidade dos erros cometidos, tanto de prognóstico, como operacionais. Entre os fatores críticos figurou, em primeiro lugar, a crise da indústria que se iniciou em dezembro de 1969 e se tornou incontornável em fevereiro de 1970. Em dezembro de 1969, muitas centrais açucareiras foram obrigadas a parar por problemas técnicos, relacionados à falta de peças de reposição e/ou necessidade de manutenção de maquinaria, obrigando a cana a viajar para centrais ainda mais distantes (Roca, 1976, p. 21). Esse problema de expandiu e se transformou na “crise de fevereiro”, quando 23 centrais (de um total de 154) simplesmente pararam de funcionar, dentre os quais estavam 45% das unidades industriais mais produtivas da ilha²⁹⁸. Durante algumas semanas, 30% da capacidade industrial total da ilha esteve completamente paralisada (idem, 1976, p. 28). Isso desencadeou um desequilíbrio estrutural na cadeia açucareira, devido ao excesso de cana em relação à capacidade de transformação, de modo que pelo menos 4 milhões de toneladas de cana cortada tiveram seus trajetos alterados em direção a indústrias muito mais distantes (idem, 1976, p. 22).

Um dos principais motivos da paralisação das indústrias foi a falta de investimento. A despeito do ambicioso plano de produção, a indústria açucareira cubana estava sucateada, o que foi reconhecido por Fidel Castro em 1970. Como os atrasos técnicos da cadeia açucareira foram historicamente mais pronunciados nos canaviais, a indústria havia sido de fato negligenciada (Roca, 1976, p. 23). Em primeiro lugar, entre 1965 e 1970, o investimento industrial açucareiro havia cumprido apenas 33% do planejado (idem, 1976, p. 30). A isso se agregava um segundo fator: a manutenção ineficiente, que atrasou para resolver problemas cuja solução era efetivamente possível. Muitas pausas para reparos ampliavam o atraso do processamento do caule da cana cortada, reduzindo seu potencial

²⁹⁷ Discurso de Fidel Castro de 19 de maio de 1970. Acessado na íntegra em 4/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1970/esp/f190570e.html>

²⁹⁸ As seis centrais mais produtivas que paralisaram suas atividades foram: Urbano Noris, Guiteras, Brasil, Argelia Libre, Uruguay e Jesús Menendez (Roca, 1976, p. 28).

açucareiro. Ademais, máquinas mal reparadas extraíam ainda menos caldo da cana do que sua capacidade prevista (idem, 1976, p. 27). Um terceiro fator que desencadeou a crise de fevereiro foram os equívocos de planejamento do uso das capacidades industriais. O plano da safra de 1970 previa o uso de 90% da capacidade instalada durante todo o período da safra, admitindo que houvesse uma margem de apenas 10% para as pausas de manutenção. Mas o uso das capacidades instaladas nos anos anteriores tinha apresentado uma média de 76% em 1966 e 80% em 1967, desproporcional à expectativa criada pelo plano de 1970. A quarta causa da crise de fevereiro foram os atrasos nas peças de reposição importadas. Orlando Borrego (chefe do Ministério da Indústria Açucareira - MINAZ) afirmou que em dezembro de 1970 o país ainda estava esperando peças importadas que seriam testadas pela primeira vez na produção açucareira cubana e cujos incrementos constavam nos planos da safra (idem, 1976, p. 31). Como alertou Valdés Paz, as peças industriais das centrais de açúcar carecem de um período de no mínimo três anos de experimentos e ajustes para iniciarem sua capacidade produtiva ótima²⁹⁹. O período de ajustes era ainda maior no contexto de escassez de mão de obra qualificada para executá-los. Este foi o quinto problema que engendrou a crise de fevereiro. A formação de novos técnicos não cresceu proporcionalmente ao investimento industrial em novas máquinas. O MINAZ estimou um déficit de 6 a 7 mil técnicos médios e operários qualificados para indústria açucareira na safra de 1970. Além disso, 2 mil técnicos ativos tinham acabado de se formar, e ainda eram inexperientes, alguns deles se dedicando a sua primeira safra. Este conjunto de problemas se concentrou nas províncias do Oriente, de Camaguey e de Las Villas. Contava-se que o Oriente produzisse mais que sua capacidade produtiva real que, ao final, operou à metade da expectativa. No Oriente, o investimento industrial se reduziu a 40% do planejado. Las Villas, por sua vez, desde janeiro de 1970, operou a 68% de sua capacidade. E Camaguey, desde em janeiro, operou a 63% de sua capacidade, e realizou 32% do investimento necessário (Roca, 1976, pp. 24, 29). Em 19 de maio de 1970, Fidel Castro confirmou que Matanzas e Havana superariam a meta em 150.000 toneladas de açúcar, mas o déficit do

²⁹⁹ Valdés Paz nos explicou, em 2012: “en tiempos de capitalismo, cuando un central hacía una inversión de cierta magnitud que significaba una modificación importante en alguna de sus secciones productivas (digamos la fase de molienda, de clarificación, elaboración de azúcar, centrifugación), cuando hacía una inversión importante se calculaba que esa inversión no estaría en plena explotación en un periodo menor de 3 años. Porque toda inversión importante lleva ajustes” (2012).

Oriente seria de 700.000 toneladas e de Camaguey de 400.000. Por tudo isso, a indústria foi o fator chave do fracasso.

O transtorno da crise industrial desencadeada em fevereiro se propagou rapidamente para o setor de transportes, que operava em máxima capacidade. A partir de dezembro de 1969, os dois problemas estruturais se retroalimentaram, porque quanto mais tempo a cana cortada demorou em ser processada, menor seu potencial açucareiro. O ideal era que a cana fosse moída em menos de 24 horas. Atingindo três dias de atraso, a cana plantada em Cuba perdia 10,5% de seu rendimento. Com sete dias de atraso, essa perda chegava a 25,4%. Desde dezembro de 1969 até o fim da safra, a média nacional de tempo entre a coleta da cana cortada e a indústria foi de 3 dias. Com a crise de fevereiro, essa média chegou a aumentar. Aparentemente, para atingir a rentabilidade industrial de 12,3, os planejadores contavam com um atraso zero, ou seja, que a cana fosse cortada e processada no mesmo dia, o que de partida já era impossível (Roca, 1976, p. 22).

Como confirmou Fidel Castro em sua autocrítica de 26 de julho de 1970, mais da metade da infraestrutura de transportes da ilha se responsabilizou pela safra, de modo que todos os ramos industriais foram atingidos pela crise: as matérias primas não chegaram, os estoques não se esvaziaram, e o reflexo da paralisação da indústria açucareira se disseminou em um dramático efeito dominó. No décimo sétimo aniversário do ataque ao quartel Moncada, Fidel admitiu: “realizou-se, com toda boa vontade do mundo, uma concentração nos transportes que se mostrou excessiva” (1980, p. 36).

Mas a agricultura não deixou de ter responsabilidade pelas frustrações da safra. Como vimos no capítulo 3, a mecanização do corte da cana era uma tarefa crucial que não foi cumprida a tempo (Edquist, 1985). Apesar da meta dos rendimentos agrícolas ter sido quase atingida, alguns erros cometidos no procedimento de corte da cana podem ter sido nocivos ao rendimento industrial. Entre os fatores que podem ter diminuído a qualidade da cana enviada às indústrias estavam, em primeiro lugar, a má preparação do solo, descuidando das ervas daninhas que prejudicavam o crescimento do canavial (Roca, 1976, p. 15). Em segundo lugar, houve um grave problema no planejamento das plantações de cana. Considerando que a cana com menos que 18 meses de vida rende muito pouco, e que 35.170 caballerías foram semeadas entre julho de 1968 e junho de 1969, conclui-se que

20% da safra foi composta por cana prematuramente cortada, o que sem dúvida comprometeu o rendimento industrial (idem, 1976, p. 17). Em terceiro lugar, os erros cometidos pelos próprios cortadores de cana, muitos deles voluntários e inexperientes, diminuíram o rendimento da cana.

O fato é que a maioria dos problemas constatados na safra de 1970 já haviam se manifestado ao longo de toda década de 1960 e os planejadores e dirigentes já estavam a par (idem, 1976, p. 30). Como analisou Fidel, em discurso publicado no *Granma* em 21 de maio de 1970:

A batalha das 10 milhões de toneladas não foi perdida em um ou dois anos; nós a perdemos nos últimos 4 anos, e nós a perdemos onde menos esperávamos... Foi a ignorância sobre os problemas industriais... Foi tentando realizar em 18 meses, aquilo que não pudemos fazer em 5 ou 6 anos (apud Roca, 1976, p. 30)³⁰⁰.

Tão desastrosa quanto a derrota moral sofrida por Cuba em 1970, foram as consequências estruturais do esforço empreendido. O modelo de crescimento desequilibrado adotado pela estratégia *turnpike*, simultaneamente à perda dos controles contábeis devido ao advento da economia moral, acarretou um quadro de distorções estruturais fabricadas pela própria revolução, em sua tentativa de superar o subdesenvolvimento.

As distorções estruturais

As distorções reproduziam desequilíbrios de produtividade da economia cubana e, desencadeada a crise de fevereiro, afetaram tanto as atividades agrícolas, quanto as industriais. No setor agrícola, foram poucos os cultivos que resistiram à avalanche açucareira. Segundo os dados compilados pela CEPAL e obtidos dos documentos oficiais da JUCEPLAN, entre 1966 e 1970, a produção de raízes e tubérculos caiu em 68,7%, sem incluir o autoconsumo estatal ou privado. No mesmo período, as hortaliças se reduziram em 42%; as frutas em 16%; a produção de café caiu em 3,9% e o tabaco em 38,5%. No setor pecuário, entre 1966 e 1970, a carne avícola se reduziu em 20% e a produção de leite fresco

³⁰⁰ Tradução da autora.

caiu em 35,2%. Por isso, a importação de leite em pó teve de aumentar em 12 milhões de dólares. A carne de porco encontrou seu pior índice em 1969, 69,2% menor que em 1966, mas se recuperou em 1970 (CEPAL, 1980, p. 68; Castro, 1980, p. 25). Os problemas da carne de boi não foram exatamente produtivos. Entre 1966 e 1970, a produção de carne bovina cresceu em 3%. Segundo relatou Fidel Castro, porém, o abastecimento das províncias de Oriente, Matanzas e Havana foram precários, devido à escassa disponibilidade de gado engordado para o abate, bem como aos atrasos de transporte (Castro, 1980, p. 24). Segundo a CEPAL, a queda material na produção de carne em conserva entre 1963 e 1970 foi de 21,7% (CEPAL, 1980, p. 70). O setor de gorduras vegetais e feijão apresentaram problemas com entregas e transporte (Castro, 1980, p. 32). Entre 1963 e 1970, a indústria de frutas e vegetais em conserva diminuiu sua produção em 20,5% (CEPAL, 1980, p. 70).

No setor alimentar, as únicas boas notícias, entre 1965 e 1970, foram o cultivo de arroz, que se expandiu em 4,8 vezes, e a produção de ovos, que cresceu 52,5% (CEPAL, 1980, p. 68). O setor da pesca não chegou a colapsar: a captura de peixes do ano de 1970 foi concluída com 105.996 toneladas, ou seja, 70% da meta³⁰¹ (CEPAL, 1980, p. 74). Não obstante, o setor industrial que usava peixe como matéria prima se reduziu em 94,6% entre 1964 e 1970 (CEPAL, 1980, p. 70). Com relação à coleta de alimentos pela empresa de Acopio, houve declínio de 16% da batata, 52% da batata doce, 41% da mandioca, 65% do taro (*malanga*), 56% da banana da terra e 14% do leite (Roca, 1970, p. 41). Um quadro completo da produção agropecuária cubana entre 1962 e 1978 pode ser visto na **tabela 37**.

³⁰¹ A meta de 150 mil toneladas de peixe foi atingida em 1973 (CEPAL, 1980, p. 74).

TABELA 37 - Produção agropecuária (1962-1978)

(mil toneladas)

	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978 ^a
Agrícolas																	
Raízes e Tubérculos	240	312	289	281	434	290	309	218	136	156	235	238	273	332	363	349	436
Grãos^b	340	320	175	82	111	133	138	203	312	319	268	261	337	362	353	349	--
Arroz	207	204	123	50	68	94	95	77	291	285	239	236	309	338	335	--	458
Hortaliças^c	--	--	267	274	271	328	244	141	157	210	181	288	393	449	423	3111	312
Frutas	--	437	371	393	393	377	460	391	330	342	490	545	563	577	645	585	592
Café	52	35	32	24	33	34	29	32	20	26	25	21	29	17	19	16	--
Tabaco	51	48	44	35	52	45	46	36	32	25	39	43	45	41	51	--	--
Pecuários																	
Ovos^d	175	191	297	920	1020	1178	1205	1289	1403	1472	1509	1586	1684	1749	1698	1679	1735
Leite Fresca	219	217	226	231	330	324	302	251	214	228	344	379	421	454	528	562	596
Aves	25	35	40	34	25	24	26	20	20	24	30	36	45	56	62	63	--
Gado bovino	196	222	269	307	328	316	361	343	341	325	315	270	228	219	262	269	--
Gado porcino	--	12	16	18	13	11	10	4	12	16	17	21	30	38	46	52	42 ^e

Fonte: CEPAL, 1980, p. 68. Exclui autoconsumo estatal e privado.

^a Preliminar.^b Inclui arroz, milho e feijão.^c Inclui tomate, pepino, abóbora, cebola, alho, pimenta, melão, berinjela.^d Milhões de unidades.^e Até outubro.

Diversos ramos do setor industrial foram prejudicados, e os segmentos de bens de consumo não duráveis foi um dos mais afetados. A produção de tecidos de nylon caiu em 90,9% entre 1963 e 1970 (CEPAL, 1980, p. 71). Segundo Fidel, o setor de nylon foi afetado pela falta de mão de obra, mobilizada para o corte de cana (Castro, 1980, p. 27). Os tecidos de algodão se reduziram em 15,5% entre 1963 e 1970 (CEPAL, 1980, p. 71), com um déficit de 16,3 milhões de metros quadrados (Castro, 1980, p. 30). Isso significou uma queda de 13% na produção de vestuário entre 1969 e 1970 (Roca, 1976, p. 44).

O segmento de calçados de couro sofreu também com a falta de mão de obra, tanto pelo absentéismo, quanto pela mobilização canavieira. Apenas 6% do plano de 1970 estava realizado em julho (Castro, 1980, p. 29). O principal problema da produção de calçados, segundo Fidel, foi a queda da qualidade: os sapatos usados pelos cortadores de cana começaram a perder a sola em uma semana ou menos de uso, e nada adiantava cumprir a meta em termos quantitativos, se os calçados se inutilizavam com tanta rapidez (Castro, 1980, p. 39). A produção de garrafas e frascos também ficou comprometida por problemas de mão de obra e transporte, desabastecendo o setor de refrigerantes e cervejas, e ampliando as importações de frascos de remédios em 2 milhões de dólares em 1970, com perspectivas piores para 1971 (Castro, 1980, pp. 28, 32).

Entre 1963 e 1970, a produção de lâmpadas domésticas declinou 45,2% e de lâmpadas industriais 88,4% (CEPAL, 1980, p. 73). Em 1970, o setor de pastas de dentes apresentou um desempenho 11% menor do que o plano, e o segmento de sabonetes e detergentes obteve uma defasagem de 32%, por falta de matérias primas (Castro, 1980, p. 31). Outra indústria bastante comprometida foi a de papel, sobretudo por atrasos enormes na entrega de matéria prima (bagaço da cana), em decorrência da desorganização geral dos transportes. Em julho de 1970, 30 mil toneladas de bagaço estavam estocadas, esperando transporte para a fábrica, gerando um déficit de 50% em relação ao plano (Castro, 1970, p. 28). Problema análogo sofreu a produção de pães, como relatou Fidel em julho de 1970: “A fábrica de farinha que tinha deixado de produzir 6.000 toneladas (...) porque a farinha produzida não era retirada e a fábrica tinha que parar, enquanto, por outro lado, podia acontecer que a população ficasse sem pão por falta de farinha” (Castro, 1980, p. 36). O segmento de charutos e cigarros encolheu em 15% entre 1969 e 1970 (Roca, 1976, p. 44).

Ademais, entre 1963 e 1970, o setor de móveis de madeira diminuiu em 20%, correspondente à queda na disponibilidade de matérias primas: a produção de carvão vegetal reduziu 75% e as plantações florestais 40%, entre 1960 e 1970 (CEPAL, 1980, p. 69). O setor de cimento também pagou pela meta dos 10 milhões. Entre 1967 e 1969, a produção caiu em 22,8% (CEPAL, 1980, p. 72). Em 1970 apresentou leve recuperação, mas ainda ficou a desejar. As fábricas sofreram com a crise dos transportes desencadeada pela safra e deixaram de produzir 50 mil toneladas de cimento porque os depósitos estavam lotados e não havia meios de deslocamento (Castro, 1980, p. 36). Essa queda impactou a indústria da construção civil, que entre 1964 e 1970 ergueu 43.935 casas, apenas metade das construções realizadas entre 1959 e 1963, e também metade do desempenho alcançado entre 1971 e 1975 (CEPAL, 1980, p. 157).

O mesmo atraso nos transportes de matérias primas impactou fortemente a produção de fertilizantes, que ficou 42,2% abaixo do plano, atingindo 578 mil toneladas³⁰² (CEPAL, 1980, p. 72). Em julho de 1970, somente 8% do plano de montagem de maquinarias agrícolas estava completo (Fidel, 1980, p. 26). Na mesma ocasião, a produção de barras de aço revelava uma queda de 38% em relação a 1968, sobretudo devido aos problemas de transporte, considerando que 60% da produção se encontrava estocada, causando a paralisação das fábricas (Castro, 1980, p. 26). Neste quadro desastroso, segundo Fidel Castro, os planos do níquel e do petróleo estavam caminhando bem. O níquel representava aproveitamento de 96% do plano. Já a produção de energia elétrica de 1970 foi 11% maior que em 1969, contudo o crescimento da demanda havia sido de 17%, gerando desabastecimento e interrupções³⁰³.

Muitas falhas de cumprimento dos planos industriais estavam relacionadas ao comércio externo, devido a demoras nas contratações, escassez de barcos de carga, a insuficiência de infraestrutura portuária, gerando atrasos nas importações de matérias primas, gêneros alimentícios e equipamentos vindos do mundo capitalista (Castro, 1980, p. 32). O

³⁰² A produção de fertilizantes em Cuba à época significava, na realidade, a mistura de componentes químicos importados, não caracterizando uma substituição de importações (Castro, 1980, p. 26).

³⁰³ Fidel Castro avaliou, em 26 de julho de 1970: “O déficit existente em relação à demanda máxima traduz-se em interrupções no fornecimento de energia que tenderão a agravar-se, devido às limitações da mão de obra necessária à sua manutenção, e aos seus atrasos na instalação de novas unidades geradoras” (1980, p. 27).

crescimento das importações devido ao mau desempenho de vários segmentos industriais cubanos fez com que, entre janeiro e abril de 1970, as cargas de importação fossem 20% maiores que o mesmo período em 1969 (Castro, 1980, p. 39).

O grande vilão das distorções estruturais foram os transportes, que disseminaram a crise de fevereiro para toda economia. A partir da paralisação da indústria açucareira, com a necessidade de transportar a cana cortada para locais muito distantes, os setores ferroviário e rodoviário deram preferência absoluta ao transporte da cana e das peças de reposição do setor, criando uma cadeia de desequilíbrios dos outros setores. Durante a safra, 27% dos trens existentes no país (60 locomotivas) se dedicaram exclusivamente ao transporte da cana (Castro, 1980, p. 33). Fidel constatou que houve falhas nos transportes de matérias primas para as fábricas de sabão, cimento, garrafas, barras de aço, papel de bagaço, pregos, fertilizantes, entre outros, todos os quais também sofreram com a acumulação de produtos estocados em armazéns. O transporte de passageiros caiu 36%, tanto pela mobilização da cana, quanto pela falta de peças de reposição no sistema ferroviário (Castro, 1980, p. 34). No sistema rodoviário, houve problemas com a manutenção de ônibus, devido ao fraco desempenho da indústria de pneus (50% abaixo do plano) e de baterias (33% abaixo do plano), exigindo grandes importações (Roca, 1976, p. 37; Castro, 1980 p. 29). Em Santiago, por exemplo, dos 103 ônibus pertencentes ao município, apenas 35 estavam em circulação, numa cidade de 200 mil habitantes (Castro, 1980, p. 38). O investimento previsto em estradas e represas também foi prejudicado.

A educação pública foi um dos setores menos impactados pela safra de 1970, mas tampouco ficou isenta. Apesar dos extraordinários níveis de crescimento dos investimentos e das matrículas, a taxa de evasão de estudantes cresceu, entre 1960 e 1970, de 16,4% para 21,2%, provavelmente em decorrência das mobilizações de trabalho voluntário realizadas entre a juventude³⁰⁴ (CEPAL, 1980, p. 91).

Para descrever o período, a CEPAL apresentou uma síntese:

³⁰⁴ A CEPAL elogiou a postura do governo cubano em relação à educação: “Debe subrayarse que durante los últimos años del decenio pasado, cuando se observaba un deterioro en los sectores productivos y en la economía en general, ocurrieron los mayores incrementos en materia de becas, comprobándose así la alta prioridad que se concede en Cuba a la educación y confirmando la hipótesis de que ni se sacrificaba el presupuesto de este sector frente a contingencias en la disponibilidad de recursos” (CEPAL, 1980, p. 90).

Al concluir el decenio anterior, la meta principal era, en definitiva, los 10 millones de toneladas de azúcar, pero por la determinación de alcanzarla se descuidaron otras actividades importantes, lo que condujo a una desorganización generalizada que llegó a influir negativamente en algunas inversiones. Los recursos humanos, financieros y de administración se habían destinado esencialmente a la meta 'gigante' de la zafra. No se llegó a alcanzar la cantidad fijada aunque se estableció una marca de producción (8.500.000 toneladas) que no he vuelto a lograrse (1980, p. 67).

Diante da larga dimensão das distorções geradas pela safra na economia cubana, lembramos de Selma Díaz, a planificadora do Oriente, que afirmava desde 1964 saber que era impossível. Quando indagamos a Valdés Paz sobre a real consciência dos dirigentes revolucionários a respeito das limitações objetivas da meta, ele nos respondeu:

No sabíamos. Miento: uno u otro. Pero todos estábamos en compromiso, queríamos hacerla. Había un discurso oficial, una mística, el compromiso, el honor de la nación. El Che muere en 67. Y todo es posible de hacer, la voluntad del hombre... Ese era el problema: no ver las limitaciones objetivas y creer que la subjetividad lo puede todo. Había un tema de concepción de fondo. Si lo que puede definir una guerra son los valores subjetivos, también puede definir la economía. (...) El esfuerzo para hacer la zafra de 10 millones produjo un descalabro de tal magnitud en el conjunto de la economía, en todos los demás sectores y, sobretudo, los sectores agrarios. Fue descomunal (2012).

Diante dos traumas gerados pela safra de 10 milhões, ao menos se descobriu que a economia cubana definitivamente não poderia operar em tal nível, e para os anos seguintes seria preciso equacionar as metas de acordo com uma estratégia açucareira menos ambiciosa (Barkin, 1976, p. 44). Um dos efeitos colaterais da meta dos 10 milhões associada à estratégia *turnpike* se manifestou no agravamento da dependência cubana em relação ao açúcar³⁰⁵. Por conta da safra, ocorreu o aumento da participação do açúcar na geração de excedente, simultaneamente à manutenção da importação de alimentos a 20% do total das importações da ilha desde 1958 (Barkin, 1976, p. 136). O fato é que o paradoxo do açúcar foi posto à prova, e ao invés de levar à diversificação, gerou o aprofundamento da dependência açucareira, análise apresentada também pela CEPAL. Na primeira metade

³⁰⁵ Nas palavras de Barkin: “A pressão interna nos recursos e nas decisões de planificação limitou quaisquer outras produções disponíveis para exportação, enquanto aumenta a necessidade de importação de certos produtos (...). O exemplo cubano mostra bem como a dependência histórica devida às importações de produtos alimentares destinados ao consumo interno não é facilmente superada” (1976, pp. 48-9).

da década de 1970, o aumento pronunciado da taxa de crescimento cubano ocorreu devido à alta nos preços do açúcar no mercado mundial, acompanhada pela União Soviética. Em 1974, a participação do açúcar na geração de excedente cubano havia crescido de 80% a 90%, enquanto o crescimento da produção total foi de 8% e da produtividade da mão de obra 6%. (CEPAL, 1980, p. 40). A estratégia cubana de superação do subdesenvolvimento aprofundou justamente uma das características que o estruturava.

Resta-nos analisar uma distorção estrutural especificamente importante da safra de 1970: a força de trabalho. Como afinal, a ilha poderia alcançar a meta de 10 milhões, em uma situação de escassez de força de trabalho profissional e com somente 1% de mecanização canavieira (Edquist, 1985, p. 38)? A resposta do governo cubano a este desafio foi a combinação entre trabalho voluntário e militarização da produção agrária.

D) TRABALHO VOLUNTÁRIO: ENTRE A CONSCIÊNCIA E A COERÇÃO

Não obstante o setor industrial ter sido considerado mais problemático que o setor agrícola no balanço da safra de 1970, os baixos rendimentos industriais certamente foram agravados pela falta de habilidade da maioria dos cortadores de cana. O reflexo da baixa produtividade do trabalho voluntário na produção não seria perceptível em termos de toneladas de cana por hectare, mas sim em termos de toneladas de açúcar por tonelada de cana. Julio Travieso, professor da Universidade de Havana, nos contou sobre sua experiência no trabalho voluntário nos canaviais:

Nosotros íbamos a cortar caña y por supuesto no teníamos la destreza para cortar caña, y cortar caña es muy difícil. La caña hay que cortarla bien abajo porque la sacarosa está abajo. Si usted corta la planta por la mitad, hace muy poca azúcar. En primero tiene que cortar las hojas (...). Por tanto tú tienes que inclinarse y cortar bien abajo la caña. Parece fácil, pero hacer por ocho horas o diez horas o más – por imperativos morales – y sin destreza alguna... Éramos jóvenes pero también iban profesores mayores, viejos (2012).

O trabalho voluntário foi uma estratégia de mobilização política desde o início da revolução, que se institucionalizou durante a ofensiva revolucionária devido ao fortalecimento do uso das alavancas morais da economia. Na safra de 1970, as frustrações da mecanização do corte da cana e a escassez de cortadores profissionais transformaram o trabalho voluntário em uma necessidade material, o que se somou à sua dimensão ideológica e moral. Segundo Sergio Roca, entre 60 e 65% da força de trabalho da safra de 1970 foi composta por trabalhadores voluntários (o que correspondia a cerca de 200.000 voluntários trabalhando simultaneamente). Apenas 20 a 25% dos cortadores eram profissionais (precisamente 79.752 pessoas) e outros 20% eram membros das Forças Armadas Revolucionárias. No ponto mais intenso da safra, 350.000 trabalhadores estiveram simultaneamente de facões em punho. Na média de todo o período, 250.000 trabalhadores/ano se lançaram ao esforço canavieiro. No total, 1,2 milhões de pessoas cortaram cana voluntariamente entre julho de 1969 e julho de 1970, provenientes das mais diversas províncias, profissões e setores econômicos. O perfil da força de trabalho que participou da safra de 1970 pode ser visto na tabela 38.

TABELA 38 - Trabalhadores da safra de 1970		
Tipo	Pessoas (ordem de grandeza)	%
Profissional	79.000	20-25
Voluntário	200.000	60-65
Militar	71.000	15-20
Total no pico da safra	350.000	100
Média trabalhador/ano	250.000	
Total de voluntários	1.200.000	
Total de profissionais do setor canavieiro	500.000	
Média trabalhador/ano suficiente se todos fossem profissionais	70.000	

Fonte: Roca, 1976, pp. 18-19, 46.

Considerando que a força de trabalho cubana na década de 1960 era composta por aproximadamente 2,2 milhões de civis, o total de voluntários da safra de 1970 correspondia a 54,5% da força de trabalho total da ilha (Roca, 1976, p. 18). Ademais, calculou-se que se apenas cortadores profissionais trabalhassem na safra de 1970, seria preciso não mais que 70.000 trabalhadores/ano para atingir a meta de produção de 81,4 milhões de toneladas de

cana, ou seja, apenas 28% da média de trabalhadores/ano que estiveram ativos na realidade. Não é possível quantificar a responsabilidade do trabalho voluntário sobre a queda dos rendimentos industriais. Contudo, considerando as dimensões do esforço nacional, a hipótese de que o trabalho voluntário, paradoxalmente viabilizou a meta de rendimentos agrícolas e inviabilizou a meta de rendimentos industriais parece bastante convincente³⁰⁶. Se a economia cubana já atravessava um processo de queda geral da produtividade, o uso do trabalho voluntário como força majoritária de mobilização para a tarefa primordial da estratégia *turnpike* aprofundou este problema.

A queda da produtividade e a eliminação do capataz

Não por acaso, 1971 foi chamado “ano da produtividade” em Cuba (Silverman, 1978, p. 143). Embora o aproveitamento das capacidades produtivas anteriormente subutilizadas na ilha tenha viabilizado um considerável impulso econômico inicial ao projeto revolucionário, ao menos sete mudanças estruturais da sociedade cubana desencadearam o processo de queda da produtividade do trabalho. Primeiramente, haveria um perfil específico de crescimento demográfico em Cuba que reduzia a proporção de pessoas economicamente ativas em relação à população total, relação que em 1970 chegou a apenas 32%, o que significava que dois terços da população (e o desenvolvimento econômico) dependiam do trabalho de apenas um terço (Castro 1980, p. 10). Em segundo lugar, desde 1959 ocorreu o êxodo de trabalhadores qualificados que se identificavam culturalmente com as elites e repudiaram o processo revolucionário, representando um vazio de capacidade técnica que levou à paralisação algumas fábricas³⁰⁷. Apesar do enorme esforço do governo revolucionário na formação de novos profissionais, não havia como compensar a escassez de maneira instantânea, e mesmo que na safra de 1970 já houvesse três vezes

³⁰⁶ Segundo Roca: “Já que a maioria dos cortadores de cana era em grande parte formada por voluntários inexperientes (alguns possuíam experiência anterior, mas a maioria não), parte da colheita da cana (é impossível determinar quanto) pode ter sido cortada ou limpada de maneira imprópria, ou até ambos” (1976, p. 18). Tradução da autora.

³⁰⁷ Barkin definiu: “el gran éxodo de trabajadores cualificados y de profesionales de todas las ramas que se efectuó a medida que avanzaba la revolución, contribuyó a la disminución de la productividad y agudizó la necesidad de invertir en gran proporción de todos los recursos en educar la población” (1978, p. 111).

mais graduados em nível superior ao ano que em 1959, ainda era insuficiente para o desafio das batalhas simultâneas (Fernandes, 2007, p. 235). Em terceiro lugar, o bloqueio estadunidense desencadeou a escassez de peças de reposição e um progressivo sucateamento das forças produtivas. Em quarto lugar, o desequilíbrio estrutural entre salários e bens de consumo disponíveis e as reservas somadas de 3 bilhões de pesos entre fundos de poupança e moeda circulante, por si só, desestimulava o trabalhador a ganhar mais, posto que não havia mercado capaz de absorver o novo poder de compra (CEPAL, 1980, p. 175). Neste sentido, mesmo que houvesse um sistema de incentivos salariais diferenciados para alavancar a produtividade, tampouco este poderia obter grandes resultados em uma sociedade carente de bens de consumo. Em quinto lugar, da parte dos analistas defensores dos incentivos materiais, a economia moral seria uma das principais causas da queda da produtividade, pois a desvinculação do salário e do trabalho reduzia a disciplina laboral e gerava um comportamento absenteísta, o que foi constatado pelo próprio Fidel Castro *a posteriori* (Barkin, 1978, p. 117; Castro, 1980, p. 29). Castro discursou em 26 de julho de 1973:

Será nuestro deber en los próximos años elevar al máximo la eficiencia en la utilización de nuestros recursos económicos y humanos. Llevar la cuenta minuciosa de los gastos y los costos. Y los errores de idealismos que hayamos cometido en el manejo de la economía saberlos rectificar valientemente (1973)³⁰⁸.

Mesa-Lago mencionou uma pesquisa feita em 1963 nas granjas estatais, que revelara que os trabalhadores se dedicavam apenas 4 ou 5 horas por dia aos cultivos e ganhavam salários por uma jornada de 8 horas (Mesa-Lago, 1971, p. 96). Mas a indisciplina laboral não era apenas uma consequência da falta de estímulos materiais individuais ao trabalho. Era também resultado do sexto fator que engendrava a queda da produtividade em Cuba: a eliminação do capataz. Um dos maiores desafios da transição ao socialismo em um país subdesenvolvido, como demonstrou Cuba, era disciplinar o trabalho pesado. Os países subdesenvolvidos apresentam um predomínio de setores produtivos intensivos em trabalho. Isso significa, na maioria das vezes, trabalho em condições de extremo esforço físico e poucas recompensas, especialmente no setor agrícola. A contrapartida da transformação da

³⁰⁸ Discurso de Fidel Castro de 26 de julho de 1973. Acessado na íntegra em 6/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1973/esp/f260773e.html>

estrutura agrária cubana e da garantia de bem estar social à população rural era a dificuldade de disciplinar o trabalhador, sem recorrer a métodos coercitivos (capitalistas ou pós-capitalistas). Fidel Castro reconheceu, em seu discurso de autocrítica de 26 de julho de 1970, que o heroísmo do povo cubano residia no fato de que as motivações do trabalho já não eram mais o desespero e a pobreza extrema, que antes amedrontavam a vida do assalariado rural, mas sim “a consciência e a honra”³⁰⁹. A história tinha demonstrado que, apesar de heroicas, as novas motivações subjetivas do esforço desempenhado na safra de 1970 seriam ainda insuficientes para 10 milhões. Isso porque o capataz era um eficiente agente disciplinador do trabalho, cujas armas coercitivas eram diretamente proporcionais ao desemprego estrutural decorrente da *plantation* modernizada³¹⁰. Eliminado o capataz e o desemprego nenhum outro organizador do trabalho poderia ser tão eficiente. Valdés Paz explicou:

Ese eslabón pasó de explotador a nada, cuando tenía que haber pasado de explotador a alguien que cubriese de todas maneras la función. Por eso todos esos esquemas, en la agricultura nunca han funcionado. Ni materiales, ni morales, ni ningún de los esquemas de organización del trabajo. También la industria se vio muy afectada, pero en la industria la máquina impone un ritmo de trabajo que puede ser medido fácilmente. Ya en la agricultura como en la construcción, fijar normas de trabajo es difícil porque las condiciones son muy cambiantes (2012).

As novas relações de produção agrárias engendraram uma nova contradição entre a eficiência e o igualitarismo. O administrador da plantação canavieira deveria, através do convencimento, cumprir o papel de disciplinador do trabalho anteriormente cumprido pelo capataz através da violência. Mas este administrador agrícola cubano não se identificava com a figura do explorador, e não tinha nenhum interesse em entrar em conflito com os trabalhadores. Por isso, não se empenhava em controlar as normas técnicas de trabalho e evitava denunciar tarefas mal feitas. Ao invés de assumir uma postura de cobrança que

³⁰⁹ Afirmou Fidel: “O povo foi herói não só na execução desse trabalho. Mais ainda quando se entregou até à última cana, apesar de saber que não se alcançariam os 10 milhões (...) As razões pelas quais os trabalhadores fazem esforços extraordinários não são as do passado, que eram a fome e a morte, mas a honra” (1980, pp. 19-20).

³¹⁰ Refletiu Fidel Castro, em 1º de maio de 1971: “¿Cuál era la ley del capitalismo para obligar a trabajar? El desempleo, la reserva laboral, el hambre; la pistola en el pecho de cada trabajador, de cada campesino. El campesino que no trabajaba no tenía médico, no tenía educación, no tenía medicinas, no tenía ingresos, no podía pagar la renta”. Discurso de 1º de maio de 1971. Acessado na íntegra em 7/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1971/esp/f010571e.html>

pressionasse pelo aumento da produtividade, o administrador estabelecia normas médias de trabalho, que todos pudessem cumprir, e não verificava com rigor os resultados. Ademais, com os salários médios garantidos pelo Estado, o administrador tampouco detinha instrumentos efetivos de poder para pressionar os trabalhadores a executarem tarefas pesadas a céu aberto. Valdés Paz foi administrador agrícola durante 20 anos (de 1962 a 1982) e nos explicou como, na ausência de instrumentos adequados para disciplinar o trabalho, o novo agente organizador da produção acabava se tornando um cúmplice da queda da produtividade. Narrou uma situação muito comum nos canaviais:

El campo de caña tiene 3 normas: una norma es si el hierbamiento es ligero (pocas hierbas y chiquitas), otra si el hierbamiento es mediano, y si el hierbamiento es pesado (mucha hierba). El organizador del trabajo, que no está dispuesto a pelearse con 20 trabajadores y ni tiene ningún instrumento coercitivo en sus manos para esa pelea, tiene dos problemas: antes y después. El primer problema es: tú eres el trabajador y el campo tiene el hierbamiento ligero. Yo te digo: “Oye, la norma tuya es ligero”. Y tú me dices: “Si es ligero, entonces yo me voy. Porque voy ganar más en el campo. Si la norma acá es tan bajita yo no la hago. Yo me voy”. Tú tienes falta de fuerza de trabajo, tú necesitas que no se vaya. Y dice: “Entonces te voy a poner mediano para que gane un poco más”. Así que el propio organizador violenta la norma y ese es el problema de antes. Ahora viene el problema de después: ya tuviste por terminado el campo, limpiaste el campo. Pero en el capitalismo no te pagan hasta que el mayoral va a ver el campo si está limpio. Entra con su caballo por medio del campo, lo pasea, lo mira... Porque si él da un peso de más del patrón, lo botan a él. Hay un control duro del resultado del trabajo. “¿Cuánto limpiaste?”. “Limpié media hectárea”. Reporta el trabajo analizado. No va a ver porque si hubiera mal hecho si tendría que pelear con el trabajador. Y volvemos al principio: su función no es pelearse con todos los trabajadores, ninguno de los cuales quieren trabajar. O quieren trabajar menos y ganar más. Esa es la contradicción (2012).

A eliminação do capataz, o igualitarismo e a economia moral, ao solucionar as principais injustiças sociais e coerções econômicas do capitalismo, acabaram por afrouxar os parafusos do sistema produtivo cubano³¹¹. Sendo assim, mesmo o cortador profissional de cana contribuía para a queda geral da produtividade, trabalhando bem abaixo de suas capacidades (Roca, 1976, p. 49).

³¹¹ Sintetizou Mesa-Lago: “La principal razón del ausentismo reside en que la sociedad socialista no ha desarrollado completamente sus propios métodos para reemplazar los incentivos y frenos del sistema de mercado que previamente eran los que motivaban la producción: salario y temor del desempleo. Hay más dinero en circulación que artículos en que gastarlo. Cada trabajador sabe que puede vivir con lo que le pagan por trabajar 15 o 20 días al mes” (1971, p. 104).

As novas relações de produção não eram adequadas aos esforços exigidos pelo desenvolvimento dos meios técnicos e econômicos necessários à reprodução interna das novas finalidades do projeto nacional. Criar os meios técnicos e econômicos que permitissem que a geração de excedente em Cuba deixasse de depender predominantemente do contexto externo exigia, no mínimo, o trabalho disciplinado. Na tentativa de resolver este obstáculo, a revolução cubana abriu dois caminhos opostos: a consciência e a coerção. O trabalho voluntário e o trabalho compulsório eram as duas faces do mesmo processo. Porém, adotados na tentativa de amenizar a escassez de mão de obra canavieira na safra de 1970, seus efeitos sobre a produção foram contrários ao que se pretendia. O trabalho voluntário foi o sétimo fator da queda da produtividade.

As críticas ao trabalho voluntário

Desde 1965, em Camaguey a safra era executada com 63% de trabalho voluntário. Segundo Sergio Roca, a produtividade máxima de um trabalhador voluntário era de 200 arrobas ao dia, ou seja, metade da produtividade padrão de um profissional (400 arrobas/dia). A produtividade dos voluntários urbanos, como os estudantes e os operários da CTC, era baixíssima: 117 e 130 arrobas ao dia respectivamente (Roca, 1976, pp. 46-47). A produtividade nacional da safra de 1970 foi comprometida por este fator. Como sustentou Roca: “É bem possível que o nível geral da produtividade de toda a safra não tenha excedido 200 arrobas por trabalhador/dia” (1976, p. 47).

Duas ordens de críticas foram elaboradas em relação ao trabalho voluntário em Cuba: a primeira, sobre sua irracionalidade econômica (devido às consequências prejudiciais da inexperiência sobre os rendimentos); e a segunda por sua face coercitiva. Valdés Paz enfocou sua crítica ao problema diretamente econômico. Sustentou:

El trabajo voluntario tiene dos maneras de medirse. Por parte de los trabajadores que van de la ciudad al campo es una respuesta política, una movilización ideológica, tiene un carácter moral, revela un compromiso revolucionario, todo eso, del lado de la política. Del lado de la economía agraria es un desastre. El trabajo que produce no cubre los costos de transportarlos, albergarlos, darlos de comer, y dotarlos de recursos para

trabajar. Su productividad es muy baja. No importa que haya uno que se come a un león crudo, al lado de él hay otro que no hace nada – estoy hablando en términos estadísticos. Segundo: por su inexperiencia producen un daño productivo que no está cuantificado, pero que hay que tener en cuenta (2012).

No contexto de uma economia moral, fatores subjetivos também faziam com que o trabalho voluntário agravasse a queda de produtividade. O descontrole contábil da produção gerava a percepção equivocada de que o trabalho voluntário era isento de custos, como se este representasse nada mais que ganhos coletivos advindos da consciência revolucionária. Devido a esta percepção, o trabalho voluntário contribuía para o aumento do desperdício de recursos produtivos. Como sintetizou Silverman:

Por cierto que los incentivos morales fomentan a menudo los usos irracionales de mano de obra y del capital, pues los directores o gerentes no se sienten obligados a completar tareas que podrían terminarse durante la jornada normal de trabajo. Tampoco se sienten obligados a averiguar las causas de la falta de eficiencia. Los administradores consideraron frecuentemente que las horas extras de trabajo o el trabajo voluntario no representaban costos y se sentían a menudo perplejos cuando se les preguntaba sí no habían incurrido el despilfarro de consciencia para el cumplimiento de sus metas (1978, p. 178).

Julio Travieso agregou outro enfoque à crítica: a perda de sua capacidade educativa ao longo do tempo e sua dimensão coercitiva. O trabalho voluntário foi uma prática que durou nada menos que 30 anos em Cuba, tendo sido fortemente diminuída em 1989. Portanto, deixou de ser uma mobilização patriótica diante de situações excepcionais, como foi em 1970, para se tornar uma instituição fixa obrigatória, que além de ser economicamente prejudicial, já não seria capaz de cumprir sua missão ideológica, tendo se convertido em uma rotina esvaziada de sentido. Ao se generalizar e se institucionalizar, teria deformado seu princípio original³¹². Quando perguntado sobre quais eram as consequências sofridas pelos cubanos que não compareciam ao trabalho voluntário, Travieso respondeu:

Íbamos voluntariamente, porque estábamos convencidos de que era necesario, teníamos consciencia de que aquello era necesario. Yo iba porque quería. La revolución era la revolución y había que ir. ¿Pero que hubiese sucedido si no hubiésemos ido? Hubiéramos dejado de ser

³¹² Na análise de Travieso: “Tenia un antecedente: los sábados de trabajo voluntario de Lenin, que eran medio sábado. Eran una vez al año, o que se yo. Aquí en Cuba, una vez al mes, más 45 días al año (...). Y al final la productividad era bajísima. Ni siempre era cortar caña, eran actividades totalmente absurdas, que no tenían sentido, si fue deformando” (2012).

profesores, hubiéramos dejado de ser alumnos. Seríamos expulsados como profesores y como alumnos, y nos llamarían contrarrevolucionarios. Obvio que tu podías una vez decir: ‘estoy enfermo’. Pero negarse a ir al trabajo voluntario llevaba graves sanciones morales y materiales para él que no quisiera hacerlo (2012).

Isso porque o trabalho voluntário, na realidade, ao tornar-se um “dever social”, também respondia pela lógica da coerção. Enquanto o trabalho profissional enfrentava obstáculos relacionados com a disciplina, o trabalho voluntário se tornou, simultaneamente, uma mobilização educativa e uma atividade compulsória. Na percepção do próprio Guevara, o trabalho voluntário era um meio de construção de homem novo, mas sendo um dever social, não estava isento da coerção. A dimensão coercitiva era inversamente proporcional ao desenvolvimento da consciência revolucionária. Em sua carta a Quijano, Guevara escreveu:

Hacemos todo lo posible para dar al trabajo esta nueva categoría de deber social y unirlo al desarrollo de la técnica, por un lado, lo que dará condiciones para una mayor libertad, y al trabajo voluntario por otro basados en la apreciación marxista de que el hombre realmente alcanza su plena condición humana cuando produce sin la compulsión de la necesidad física de venderse como mercancía. Claro que todavía hay aspectos coactivos en el trabajo, aun cuando sea voluntario; el hombre no ha transformado toda la coerción que lo rodea en reflejo condicionado de naturaleza social y todavía produce, en muchos casos, bajo la presión del medio (compulsión moral, la llama Fidel) (2011c, p. 232).

A economia moral encontrou métodos não monetários de coerção para garantir a disciplina do trabalhador, nos casos em que a consciência não servia como motor da disciplina laboral³¹³. Uma das formas rotineiras criadas para constranger moralmente o trabalhador pouco produtivo era escrever seu nome em um painel público na unidade de produção, de modo a responsabilizá-lo oficialmente pelo eventual não cumprimento das metas (Mesa-Lago, 1971, p. 82). As organizações de massas como a União de Jovens Comunistas (UJC), a CTC e a Federação de Mulheres de Cuba (FMC) realizavam uma forte pressão para recrutar trabalhadores voluntários, e como nos explicou Travieso, negar esse recrutamento poderia significar uma deterioração dos vínculos afetivos e profissionais dos indivíduos

³¹³ Nas palavras de Silverman: “Como se han rechazado las penas y las recompensas económicas, sólo subsisten las presiones sociales, y en última instancia, la coacción como métodos para tratar esos problemas (...). Un sistema de incentivos que se vale de directivas que emanan desde arriba se convierte simplemente en otra forma de presión” (1978, pp. 183-4).

com a sociedade, num processo de desmoralização e isolamento. Diante desse tipo de ameaça, o trabalho voluntário passou a ser praticado como trabalho gratuito obrigatório. Como analisou Silverman:

Si los incentivos morales fallan, entonces habrá que hacer frente a la ominosa necesidad de la coerción. Aunque el compromiso de la población cubana con la revolución redujo la necesidad de recurrir a la fuerza, la consciencia es también recurso escaso y uno de los problemas fundamentales de Cuba puede ser el de usarla eficientemente (1978, p. 175).

Diante do excessivo otimismo do governo revolucionário com a safra, em um contexto em que a contabilidade social já estava descontrolada, teria havido também, em alguns casos, a quebra de confiança entre os trabalhadores e os organismos de trabalho no que diz respeito ao cumprimento das metas. Na economia moral, quando o trabalhador não acredita na viabilidade de execução das metas lançadas pelas autoridades, o impacto negativo sobre a produção é mais intenso, já que é sobre esta relação de confiança entre trabalhador e direção revolucionária que se assenta a consciência. Afinal, se é o cumprimento das metas que regulava o incentivo ou castigo moral de cada trabalhador, saber de antemão que os planos eram irrealizáveis criava um compreensível desconforto entre os trabalhadores, que seriam punidos por erros que não cometeram. Uma mínima quebra de honestidade nas relações de produção, os pequenos gestos de burla do sistema facilitados pelo descontrole contábil, e a pressão moral sem recompensas materiais, na avaliação de Silverman, teriam gerado uma “cínica desconfianza que debilita la identificación del obrero con el sistema, ingrediente esencial del modelo” (1978, p. 176).

A necessidade de criar instrumentos de disciplina no trabalho gerou, posteriormente à safra, em 1971, a lei contra a vadiagem, através da qual todos os homens aptos ao trabalho, entre 17 e 60 anos, que se ausentassem de seus postos, teriam que trabalhar sob a vigilância de outro trabalhador ou das organizações de massas, e em casos extremos, teria que trabalhar em “centros de reabilitação” durante no máximo um ano (Silverman, 1978, p. 180). Eram centros de trabalho forçado. Como definiu Alberto Mora, defensor dos incentivos materiais, a economia moral significou: “sustitución de la motivación del lucro por la del poder” (apud Silverman, 1978, p. 184). Por isso, a face gêmea do trabalho voluntário foi a militarização da safra e o trabalho compulsório das “reabilitações”.

A militarização do trabalho

As Forças Armadas participaram intensamente da safra de 1970, tanto executando o corte de cana, quanto controlando o trabalho dos centros de reabilitação, para onde iam os “indisciplinados” e os “contrarrevolucionários” durante a ofensiva. Uma das principais consequências da safra de 1970 na estrutura agrária foi o fim da relativa descentralização administrativa adotada em 1963 por meio do empoderamento das agrupações, departamentos e lotes. A tentativa de encontrar uma justa medida entre planejamento centralizado e democracia na unidade de produção agrária fora suplantada pela opção da economia moral e pelas exigências objetivas da safra. Não poderia haver espaço para iniciativas locais autônomas, pois todos os recursos produtivos da ilha precisavam se concentrar nos 10 milhões, como garantia de que o “grande salto” da estratégia *turnpike* fosse cumprido.

A militarização centralizou a agropecuária como em uma operação de guerra. Na ausência de ferramentas monetárias, a consciência revolucionária tinha se revelado insuficiente para disciplinar o trabalho, aumentar a produtividade e alavancar o desenvolvimento econômico. Por isso, o processo de descentralização foi interrompido. Desde 1965 foi criado um destacamento especial de dirigentes do Partido para supervisionar a safra de 1970 – o “Sector Zafra”. Conforme avançava a ofensiva revolucionária, as decisões agrícolas passaram a ser cada vez mais centralizadas nesta equipe, até que, em 1968, o Setor Safra foi substituído pelos “puestos de mando”, quartéis gerais do exército que fiscalizavam o trabalho agrícola (Silverman, 1978, pp. 178-9; Valdés Paz, 2009, p. 41).

O exército passou a ocupar a função de agente disciplinador do trabalho, deixada vaga após a eliminação do capataz capitalista. Fiscalizava-se não apenas o trabalho manual, mas também o administrativo, considerando as dificuldades do administrador e sua inevitável cumplicidade com a queda da produtividade. “La consecuencia de ese modelo”, definiu Valdés Paz no debate de 2010, “sería una restricción a la democracia, pues las decisiones se toman y no hay discusión” (Valdés Paz *et alli*, 2012, p. 76). A duração dos “puestos de

mando” foi curta, mas expressiva desta nova contradição das relações sociais de produção com o desenvolvimento, posta à prova de uma estratégia sacrificante. Ao final deste enervante processo de perseguição do impossível, os dirigentes cubanos produziram sua autocrítica.

Autocrítica

Se Fidel Castro foi o grande responsável pelo esforço dos 10 milhões, ao ter traçado uma meta economicamente inviável mesmo depois de ter sido alertado por dirigentes cubanos e especialistas estrangeiros, “céticos” ou “pessimistas”, de que a safra não alcançaria, também foi ele quem assumiu publicamente a responsabilidade pelos prejuízos desse esforço. Em 19 de maio de 1970, ou seja, dois meses antes do fim da safra, Fidel declarou oficialmente que não seria possível alcançar a meta. Ao mesmo tempo, acertou suas contas com o povo cubano e insistiu em destacar a transparência da direção sobre o tema:

Si ustedes quieren que les diga con toda claridad la situación, es sencillamente que no haremos los 10 millones. Sencillamente. No voy a andar con rodeos para decirlo. Creo que para mí, igual que para cualquier otro cubano en un grado muy alto, significa realmente algo muy duro. Significa algo muy duro, tal vez más duro que ninguna otra experiencia en la lucha revolucionaria (...). Ahora, nunca se engañó al pueblo, ni se le engaña en este momento, cuando todavía queda mucha caña por cortar y todavía queda mucha azúcar por producir; pero siempre dije: ‘El día y hora que de acuerdo a la situación y tengamos todos los cálculos, sepamos que no alcanzamos —por las razones que sean— los 10 millones, se lo diremos al pueblo.’ No mantendremos una ilusión hasta última hora. No la mantendremos porque no sería honesto. No es por esos medios con los que nosotros tenemos que movilizar al pueblo para realizar el esfuerzo, ¡y no lo haremos jamás! (1970)³¹⁴.

Na sua autocrítica Fidel analisou que apesar das distorções estruturais e dos prejuízos, a safra de 1970 produziu um recorde: a maior produção da história da ilha e um crescimento de 90%, ou seja, 4 milhões de toneladas em relação a 1969. Com isso, atingiu-se a maior média da produção de seis em seis anos da história (1964-1970) (Roca, 1976, p. 13). Por

³¹⁴ Discurso proferido em 19 de maio de 1970. Acessado na íntegra em 7/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1970/esp/f190570e.html>

isso, os 8,5 milhões representaram, nas palavras de Fidel, simultaneamente uma derrota subjetiva/moral e uma vitória objetiva/econômica³¹⁵. Alguns erros foram explicitamente abordados no processo de autocrítica.

Diante de uma “derrota subjetiva”, o primeiro erro apontado foi o subjetivismo dos prognósticos da direção revolucionária. Fidel Castro afirmou, diante do povo, em 26 de julho de 1970:

O homem joga aqui um papel primordial. Fundamentalmente, os homens que tem posição de chefia. Em primeiro lugar, vamos apontar em todos estes problemas a responsabilidade de todos nós e a minha em particular. De modo algum pretendo distribuir responsabilidades que pense não me pertencerem também a mim e a toda a direção da Revolução. (...) Creio que nós, os dirigentes desta Revolução saímos demasiadamente caros com o nosso processo de aprendizagem. E desgraçadamente, o nosso problema (...) é, antes de tudo, a herança da nossa própria ignorância (1980, p. 35).

A direção reconheceu o erro de subestimar as dificuldades, minimizar os desafios e propagar um otimismo sem base material (Castro, 1980, p. 41). A origem subjetiva da meta de 10 milhões havia sido um dos equívocos mais criticados pelos especialistas internacionais. Por um lado, havia um excessivo otimismo dos dirigentes com as capacidades produtivas da ilha (Barkin, 1978, p. 133). Por outro, havia também uma excessiva confiança na infalibilidade humana, como se o “homem novo” já pudesse ser construído a partir da vontade política, desconsiderando a necessidade histórica de uma profunda transformação da cultura³¹⁶ (Barkin, 1978, p. 137). Sobre isso, Fidel admitiu, em setembro de 1970, que foi um idealismo nocivo acreditar que a consciência, e apenas ela, seria capaz de alavancar o “grande salto”. Em 20 de setembro de 1970, escreveu no *Granma*:

³¹⁵ Discursou Fidel em 19 de maio de 1970: “Moralmente no alcanzar los 10 millones sería una derrota. No hay la menor duda. Subjetivamente para nosotros significaría que estuvimos por debajo de las posibilidades, significaría que no fuimos capaces de alcanzar esa meta. Objetivamente no. Nosotros no tenemos la menor duda de que lo que el país está haciendo hoy y lo que el país está logrando hoy significará un récord de incremento de producción que no se ha logrado jamás en la historia económica de ningún país, incluso un récord que ni nosotros mismos volveremos a alcanzar jamás. Y una buena prueba de ello es que dos meses antes ya hemos dejado atrás el máximo de producción de los capitalistas, cuando en este país había medio millón de desempleados, medio millón de hombres esperando angustiosamente que empezara la zafra” (1970).

³¹⁶ Na visão de Furtado: “A ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece em nossa época. Seu substrato é o processo de invenção cultural” (p. IX).

Algumas pessoas sem moral e sem consciência de seu dever social tomam a liberdade de desdenhar o trabalho, permanecer ociosas, deixar o peso do esforço produtivo nos ombros dos outros, trapacear, entre um milhão de outras coisas... Talvez nosso maior idealismo tenha sido acreditar que uma sociedade que mal começou a viver, um mundo que por milhares de anos esteve sob a lei da retaliação, a lei da sobrevivência do mais forte, do egoísmo e da fraude, a lei da exploração, poderia, de um dia para o outro, se tornar uma sociedade na qual todos se comportam eticamente e com moral (Fidel Castro apud Roca, 1976, pp. 62-3)³¹⁷.

Um segundo erro assumido por Fidel foi o uso excessivo do trabalho voluntário, que deslocou dezenas de milhares de estudantes atrasando a formação de técnicos superiores. Enquanto os estudantes de ensino técnico (superior ou médio) continuassem dedicando três a quatro meses por ano ao corte da cana nos mutirões voluntários, mais sua formação tardaria, perpetuando-se a escassez de mão de obra qualificada, que afinal constituía uma das dificuldades mais prementes do país (Castro, 1980, p. 18). “Quando falávamos dos dez milhões o problema era de braços”, discursou Fidel em 26 de julho de 1970, “diria que neste momento temos a frente um problema de cérebros, um problema de inteligência” (1980, p. 56).

Um terceiro erro foi admitido por Fidel no relatório da direção ao Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 1976. Tratava-se de uma autocrítica sobre a economia moral. A desvinculação do salário e da produtividade foi apontada como uma das principais causas do absenteísmo e da indisciplina laboral. Reconheceu-se assim, que apesar dos incentivos morais serem a oxigênio ideológico necessário ao processo revolucionário, abandonar completamente os incentivos materiais teria sido uma opção equivocada. No relatório de 1976, Fidel analisou:

La política de gratuidad, indebida en algunas cuestiones, tomó auge a partir de 1967 y llega a su punto máximo en los años 1968-1969. El salario se desvincula de la norma en 1968. Se estimularan los horarios de consciencia y la renuncia al cobro de horas extras... Al no tomarse en cuenta la redistribución con arreglo al trabajo, el exceso de dinero circulante se incrementó notablemente ante una escasez de oferta de bienes y servicios, lo que creó condiciones favorables y el caldo de cultivo para el ausentismo y la indisciplina laboral (apud CEPAL, 1980, p. 22).

³¹⁷ Tradução da autora.

O presidente da República, Osvaldo Dorticós, em 1972, elaborou uma autocrítica a respeito de um quarto problema: a deterioração dos registros econômicos e os efeitos nocivos gerados pelo descontrole contábil, ambos engendrados pelo advento da economia moral tal como foi concebida na ofensiva revolucionária. Para ele, o quase colapso econômico de 1970 encontrava no descontrole contábil uma de suas principais adversidades. Dorticós elaborou:

En 1968, año en que madura un lamentable proceso de deterioro de los controles económicos, de la fluidez y disciplina estadística, desaparece la posibilidad de construir los macroindicadores. Eran las vísperas de 1970, el gran esfuerzo de la zafra gigante, que generó como réplica negativa algunos deterioros fundamentales en nuestra disciplina económica, en nuestra disciplina financiera, en nuestros controles económicos y estadísticos... A partir de 1968, y en 1970 principalmente, a excepción, repito, del sector industrial azucarero, constatamos que el resto de las actividades económicas fundamentales de la nación sufrió una lamentable depresión (apud CEPAL, 1980, p. 67)³¹⁸.

Um quinto elemento de autocrítica foi apresentado por Rodríguez, em entrevista à Marta Harnecker em 1972, publicada no jornal *Chile Hoy*. Relacionava-se com a frustrada tentativa de mecanização do corte da cana. As enormes dificuldades do processo de mecanização (ver capítulo 3) exigiam um processo de tentativa e erro de médio prazo, até que a escolha tecnológica se mostrasse adequada. Estas dificuldades, ao serem subestimadas pela direção revolucionária, fizeram com que a safra fosse cortada por 1,2 milhões de trabalhadores voluntários inexperientes e de baixíssima produtividade, estreitando as margens da geração de excedentes e inviabilizando os 10 milhões. Ao discutir este tema, Rodríguez aproveitou para expor seu incômodo com alguns especialistas internacionais que criticaram a safra, e comentou:

La mayor parte de las críticas que se hicieron a la meta de los 10.000.000 de toneladas no partía de un criterio correcto. (...) Una de las paradojas en relación con el enfoque de la agricultura cubana es que algunos críticos como Dumont o como Gutelman, que se han referido con hostilidad al proceso de la agricultura cubana, aciertan sólo en aquello que copian de nuestras propias críticas. De modo que no estábamos ajenos a las dificultades que presentaba desde el punto de vista de la agricultura la zafra de 10.000.000. Pero evidentemente no fue por ahí por donde falló el plan. Un fallo capital consistió en nuestra confianza en la posible

³¹⁸ De Dorticós, “Control Económico y Normalización: tareas de primer orden” In: *Economía y Desarrollo* n.11, marzo-julio de 1972.

mecanización de la cosecha entre 1963 y 1970. Pero la mecanización hubo dificultades, algunas de ellas ocasionadas por nuestras propias deficiencias (1983, pp. 470-1).

Com essa postura defensiva, Rodríguez negou, na mesma entrevista, que a estratégia de desenvolvimento cubana significasse uma volta à monocultura. Reafirmou que a diversificação agrícola estava plenamente conciliada com a prioridade açucareira e com os esforços de 1970³¹⁹. Da afirmação de Rodríguez de 1972, infere-se que apesar das distorções estruturais que a safra havia gerado na economia cubana e do aumento da dependência do açúcar desencadeado pelo caminho *turnpike*, a intenção da estratégia combinada ainda estava em vigor.

Um sexto componente da autocrítica foi o reconhecimento de que as consequências da safra para o conjunto da economia cubana foram desastrosas³²⁰. Um sétimo tema de autocrítica se relacionava com a ANAP. Barrios analisou que tanto os líderes do Setor Safra quanto os administradores locais subestimaram a ANAP como organismo dirigente e desprezaram a produção camponesa. A safra teria não apenas gerado situações de violência contra o campesinato ao longo da ofensiva revolucionária, mas também prejudicado a produção deste segmento da estrutura agrária:

La incidencia negativa que sobre otras importantes ramas de la economía nacional ocasionó la concentración de recursos materiales y humanos que se realizó en función de la zafra, también se reflejó en el sector campesino, prácticamente en todos sus renglones de la agricultura no cañera: viandas, hortalizas, granos y en la producción tabacalera. (...). Todas estas causas apuntadas, unidas a la subestimación del papel de la ANAP que se había impregnado en muchos dirigentes y funcionarios

³¹⁹ Rodríguez defendeu que a diversificação não foi abandonada, a despeito das distorções da safra de 1970: “Hay una cierta confusión en algunos estudiosos de la economía cubana al considerar que nosotros hemos abandonado el proceso de diversificación de la agricultura. Si la economía cubana se examina hoy, directamente o a través de los planes, se verá que nosotros continuamos el proceso de diversificación, sólo que más científicamente. En el 1960, al salir de largos años de neocolonialismo y al ser la caña de azúcar el elemento económico que generaba nuestra dependencia económica del imperialismo norteamericano, había una actitud emocional y a la vez teórica que nos encaminaba a la diversificación. He caracterizado, en otras oportunidades, ese intento como una ‘diversificación de carácter local’ (...). En 1963, con un conocimiento más exacto de la economía y en especial de la agricultura, se empezaron los planes para obtener la ‘especialización a nivel local y la diversificación a nivel nacional’. Esto es lo que tenemos hoy” (1983, pp. 468-9).

³²⁰ Admitiu Fidel: “o esforço heroico para aumentar a produção, para elevar nosso poder de compra, traduziu-se em desequilíbrios na economia, em reduções da produção em outros setores, em suma, num aumento das nossas dificuldades” (1980, p. 23).

administrativos, trajeron como consecuencia la ya mencionada baja en la producción no cañera del sector campesino (1987, p. 85).

Rodríguez elencou ainda um oitavo ponto de autocrítica, relacionado com o excessivo administrativismo do Partido no período da safra de 1970. Ao empenhar-se para alcançar os 10 milhões, o Partido Comunista de Cuba teria, na opinião de Rodríguez, abandonado temporariamente suas tarefas políticas de convencimento, esclarecimento e representação da população, para assumir funções burocráticas e técnicas que não lhes correspondiam (Rodríguez, 1983, p. 478).

A safra de 1970 ensinou à direção revolucionária cubana que o entusiasmo, a vontade política, o esforço individual e a consciência não poderiam substituir o desenvolvimento das forças produtivas (Silverman, 1978, p. 183). O “grande salto” do desenvolvimento cubano se frustrou. Após a frustração, a estratégia não se modificou substancialmente, mas Cuba abandonou seu caminho de “socialismo com traços nacionais” (Valdés Paz, 2012), para adotar as experiências dos soviéticos como modelo³²¹.

De tudo isso, concluímos que apesar da radical alteração da estrutura agrária, da ruptura com a dupla articulação, da modificação revolucionária dos processos de apropriação e utilização do excedente (orientados por novas finalidades), e a despeito do enorme esforço na construção dos novos meios técnicos e econômicos, o processo de geração do excedente em Cuba não se modificou. A estratégia *turnpike* implicava que Cuba continuasse dependendo fundamentalmente de um circuito de trocas externas e alicerçado no açúcar, ao menos que fosse dado o “grande salto”, o que definitivamente não ocorreu em 1970. A natureza deste circuito de trocas externas já não correspondia a nenhuma das teorias sobre desequilíbrio ou equilíbrio das relações econômicas. A relação econômica entre Cuba e União Soviética, no contexto da Guerra Fria, possuía dois pilares de sustentação fundamentais: a ideologia e a geopolítica. Estes dois pilares permitiram que as tentativas cubanas de desenvolvimento econômico continuassem financiadas pelos soviéticos e que o gigantesco sistema de proteção social da ilha (fins) permanecesse desproporcional em

³²¹ Sobre isso, refletiu Valdés Paz: “En la perspectiva histórica, el socialismo cubano repite una vez más lo que han tenido todas las experiencias socialistas: la intención de dar un gran salto. Este ha sido un fracaso, y de él se ha aprendido y se ha iniciado un nuevo curso de desarrollo, nuevas estrategias. Podemos tomar la experiencia histórica de los diez millones como el intento fallido de un gran salto que nos permitió rectificar nuestras estrategias de transición” (Valdés Paz *et alli*, 2012, p. 75).

relação à sua base econômica (meios). As novas inadequações entre meios e fins foram continuamente reproduzidas, o que deu origem a uma formação social periférica *sui generis* na América Latina: com forte orientação socialista, visível na estatização quase completa dos meios de produção e na adoção do igualitarismo radical como pedra angular do sistema; contudo ainda profundamente limitada pelas heranças históricas do subdesenvolvimento, como a baixa produtividade, a dependência tecnológica, a escassez de divisas, a monocultura de exportação e a permanência de um componente coercitivo nas relações de produção.

CAPÍTULO 5 - Vantagens geopolíticas e socialismo subdesenvolvido

“É mais fácil ganhar vinte guerras que ganhar a batalha do desenvolvimento”

Fidel Castro, 26 de julho de 1970³²²

“A safra de 1970 funcionou como um experimentum crucis político, demonstrando o quanto uma base econômica estreita – mesmo sob uma política econômica corajosa e o apoio decidido da maioria da população – constitui um fator de vulnerabilidade na edificação da passagem ao socialismo (...). O futuro não está ao alcance das mãos! Um povo não pode livrar-se, em pouco mais de um decênio, do fardo de uma herança pesada, deixada por 5 séculos de colonialismo e neocolonialismo!”

Florestan Fernandes³²³

A) VANTAGEM GEOPOLÍTICA: ORIGEM DO EXCEDENTE

Em Cuba, nem a convencional substituição de importações, nem a estratégia de expansão do setor externo levada ao limite em 1970, nem qualquer outro caminho para o desenvolvimento das forças produtivas, poderia ser bem sucedido sem que houvesse financiamento externo. Conforme a revolução edificava suas finalidades, os desequilíbrios internos e externos se agravavam, ainda que relativamente atenuados pela crescente exportação de açúcar, histórico motor da geração de excedente. As forças produtivas da ilha, como constatou Florestan Fernandes, não eram suficientemente autônomas e potentes para financiar o ambicioso projeto revolucionário de desenvolvimento. Como explicou Roberto Regalado em entrevista, os desequilíbrios cubanos foram sendo recorrentemente acobertados pela União Soviética, os créditos renegociados, e ao final de cada prazo,

³²² Castro, 1980, p. 59.

³²³ Fernandes, 2007, p. 197.

prorrogados novamente. “Por razones políticas hubo una renegociación constante”, afirmou Regalado. Em 1972, ao vencer o primeiro prazo dos créditos concedidos em 1960, o governo soviético prorrogou o pagamento das dívidas cubanas em 25 anos e eliminou a cobrança de juros (Rodríguez, 1983, p. 499). Mas esta não era a única via de transferência de recursos soviéticos à ilha. Além disso, foram assinados convênios que tratavam do financiamento total do déficit cubano até 1975, da colaboração técnica soviética, da troca direta de mercadorias, e da regulamentação dos preços de importação e exportação (CEPAL, 1980, p. 183). Apesar da dificuldade ou impossibilidade de quantificar as relações econômicas entre Cuba e União Soviética, tudo indica que havia um volumoso fluxo de recursos em favor da ilha, no sentido contrário da deterioração dos termos de troca diagnosticada entre países do centro e das periferias do capitalismo. Trataremos de apresentar uma breve interpretação sobre as determinações deste fluxo, definindo-o como uma contrapartida geopolítica que alavancava, de fora para dentro, a geração do excedente cubano.

A transferência de recursos soviéticos

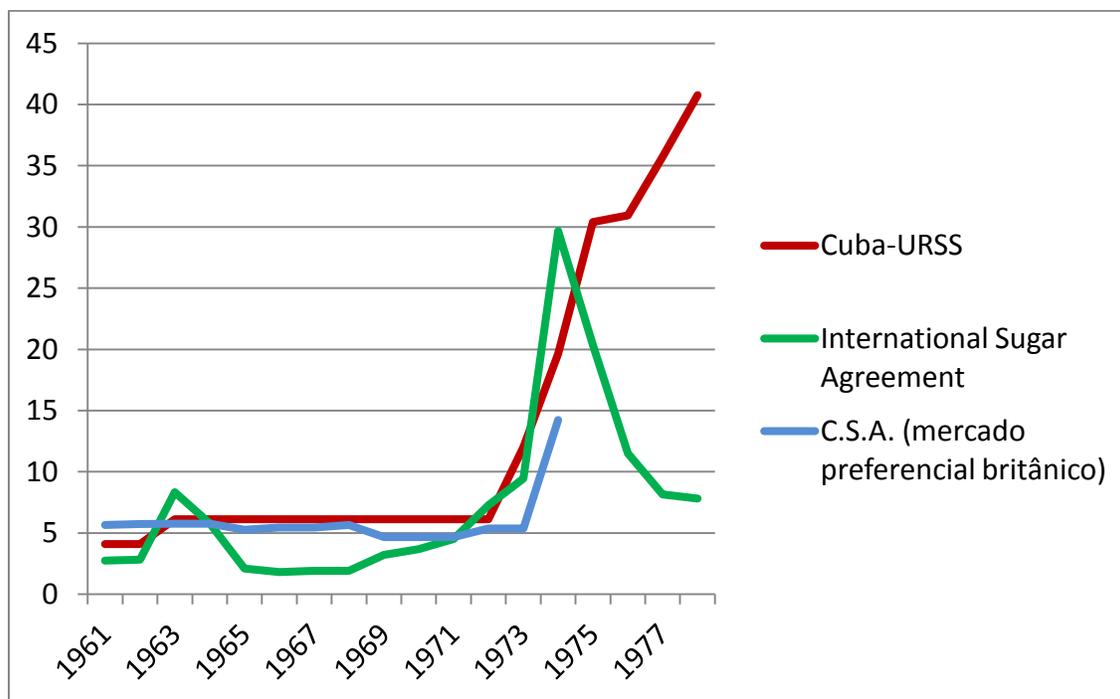
A União Soviética criou no mínimo três formas econômicas de auxílio a Cuba: primeiro, através dos preços do açúcar, estáveis e superiores ao mercado mundial; segundo, com investimentos produtivos; e terceiro, através do crédito barato e permanentemente renegociável. Através destes três mecanismos, a estratégia de desenvolvimento pela expansão do setor externo não apenas ampliava a dependência de Cuba em relação ao açúcar (o que se pretendia superar), mas também em relação à União Soviética. Analisaremos brevemente cada um deles.

A transferência de recursos soviéticos a Cuba através dos preços do açúcar está representada no **gráfico 8**³²⁴.

³²⁴ Observação: os preços do *International Sugar Agreement* orientavam, na década de 1960, tanto o *London Daily Price* (mercado livre), quanto a cotação do mercado livre de Nova York. Fontes: CEPAL, 1980, p. 75; Ramos, 2007, p. 577.

GRÁFICO 8 – Preços do açúcar (1961-1978)

(centavos de dólar)



O **gráfico 8** abarca o período de 1961 até 1978 e permite uma visualização panorâmica de três momentos distintos do “mercado preferencial cubano-soviético”. No primeiro, entre 1961 e 1971, destaca-se a *estabilidade* dos preços soviéticos (fixados a 6,11 centavos de dólar por libra de açúcar desde 1963) em relação aos preços do mercado capitalista. Estes apresentaram sensível queda no mercado livre (*International Sugar Agreement*), com mínima de 1,81 centavos em 1966, e permaneceram abaixo do padrão soviético no mercado preferencial britânico (CSA) desde 1963, com máximo de 5,76 centavos em 1963-64 e mínimo de 4,66 centavos em 1969 (Ramos, 2007, p. 577). No segundo momento, entre 1972 e 1974, destaca-se o acompanhamento dos preços soviéticos em relação à alta especulativa dos preços capitalistas, em uma nítida busca por garantir a *superioridade relativa favorável a Cuba*. Por fim, no terceiro momento, de 1975 a 1978, nota-se a opção soviética por não retornar aos padrões anteriores, aprofundando a tendência de alta enquanto os preços capitalistas estão em franca queda.

Renovado o convênio cubano-soviético em 1972, fixou-se o preço do açúcar a 11 centavos de dólar a libra, quase o dobro do convênio de 1964. Já em 1973 este preço subiu a 12 centavos. No ano de 1974, o mercado capitalista apresentou preços maiores que os soviéticos, iniciando um processo especulativo no contrapé das economias planificadas, pouco aptas a mudanças súbitas. Neste efêmero pico especulativo, os capitalistas alcançaram 29,66 centavos (um crescimento de 200% em relação ao ano anterior), enquanto os preços soviéticos ascenderam a 19,64 centavos. Já em 1975, porém, a tendência especulativa do mercado capitalista foi bruscamente revertida, como de praxe, e os preços caíram a 20,37 centavos, enquanto os preços soviéticos subiram a 30,4. Os soviéticos mantiveram o caminho de aumento dos preços ao açúcar cubano, alcançando mais de 40 centavos de dólar a libra em 1978, enquanto o processo especulativo capitalista despencava em queda livre para atingir, no mesmo ano, 7,8 centavos, representando somente 19,5% dos preços soviéticos (Rodríguez García, 1987, p. 246; CEPAL, 1980, p. 75). Estes dados permitem uma nítida visualização do auxílio econômico soviético através dos preços, que proporcionavam uma dupla vantagem à ilha: a estabilidade e a superioridade dos preços em relação aos mercados capitalistas.

O fracasso do “grande salto” de 1970 fez com que o açúcar se perpetuasse como motor da geração de excedente em Cuba. Logo, o preço do açúcar permanecia sendo o fator chave da geração de excedente³²⁵. Os preços soviéticos constituíram, portanto, uma garantia indispensável para o financiamento de todos os outros ramos da economia da ilha. É o que explicou Lecuona: “Las especiales relaciones comerciales con la Unión Soviética, que comportaban precios cuatro o cinco veces superiores a ese nivel de costo – así como disponer de insumos más baratos – permitían soslayar las amenazas de la irrentabilidad” (2009, p. 237).

A segunda forma de auxílio econômico soviético, o investimento produtivo, era uma combinação de concessão de créditos, qualificação de técnicos cubanos e financiamento da inovação tecnológica. Paradoxalmente, no caso da meta de 10 milhões de toneladas, a incomparável facilidade do auxílio soviético em relação a outras opções tecnológicas

³²⁵ Como lembrou Valdés Paz: “La producción azucarera puede financiar las ineficiencias del sector agrario que es lo que va suceder a lo largo del tiempo” (2012).

provocou o atraso de mais de uma década na mecanização da colheita canavieira, prevista para alcançar no mínimo 30% da safra em 1970, ano em que atingiu somente 1%. A alternativa de auxílio técnico soviético para a mecanização da colheita teria sido um equívoco desde o ponto de partida, pois a exigência do design personalizado da tecnologia canavieira (“*custom design*”) impossibilitava que a União Soviética soubesse produzir a máquina apropriada para Cuba, considerando a necessidade de adequação, por tentativa e erro, às condições climáticas e topográficas da ilha, bem como a inexistência de canaviais em território soviético. Como visto, a não mecanização canavieira constituiu um fator crucial do fracasso da safra, ao exigir que 1,2 milhões de trabalhadores voluntários majoritariamente sem experiência se lançassem à colheita, agravando a queda da produtividade e prejudicando os rendimentos industriais daquele ano. Dez anos depois, em 1980, somente metade da colheita estava mecanizada (Edquist, 1985, pp. 86, 127; Roca, 1976, p. 18; Rodríguez, 1983, p. 471). O fácil acesso aos investimentos produtivos e à assistência técnica soviética, portanto, apesar de irrecusável, não foi capaz de atenuar a heterogeneidade estrutural herdada da modernização subdesenvolvida.

A terceira forma de auxílio econômico era a injeção direta de crédito na economia cubana com vistas à cobertura de seus desequilíbrios. Ao longo da década de 1960, o déficit comercial da ilha se multiplicou, apesar da estabilidade e superioridade relativa dos preços do açúcar. Apenas entre 1958 e 1962, o déficit se elevou em 4,5 vezes (de 43,5 para 237 milhões de pesos). Já entre 1962 e 1966, o déficit se ampliou em 38,2%, e entre 1966 e 1968, cresceu mais 33,8%. A dimensão panorâmica desta ampliação pode ser compreendida se compararmos a média do déficit comercial cubano entre 1955 e 1958, que atingiu 62,4 milhões de pesos, e a média do período de 1962 e 1970, que alcançou 312 milhões de pesos, configurando um crescimento médio de 5,4 vezes (Barkin, 1978, pp. 134-5; CEPAL, 1964, p. 285) O crescimento do déficit comercial cubano e as proporções de exportação e importação por país na década de 1960 estão organizados na **tabela 39**. Estes déficits foram predominantemente acobertados pela União Soviética, havendo também auxílio residual do Leste Europeu.

TABELA 39 - Comércio exterior (1958-1970) (%)														
	1958		1960		1962		1964		1966		1968		1970	
	EXP	IMP	EXP	IMP	EXP	IMP	EXP	IMP	EXP	IMP	EXP	IMP	EXP	IMP
Zona Capitalista	81,1	99,7	75,4	81,3	18,2	17,1	40,9	32,0	19,3	20,3	25,0	19,8	26,3	30,6
EUA	67,1	69,6	52,3	48,5	0,8	0,1	0,0	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Espanha	2,4	1,7	1,5	2,1	1,7	0,2	9,5	3,8	5,5	8,1	6,4	1,8	3,9	2,8
Japão	6,4	0,6	2,5	1,6	4,9	1,4	7,0	4,0	2,5	0,5	3,5	0,3	10,2	2,4
França	1,1	0,9	1,4	1,9	0,2	0,2	0,4	1,8	1,7	1,4	2,4	6,2	1,3	4,5
Zona Socialista	2,5 ^(a)	0,3	24,6	18,7	81,8	82,9	59,1	68,0	80,7	79,7	75,0	80,2	73,7	69,4
URSS	1,9 ^(a)	--	17,1	13,8	42,5	54,1	38,6	40,4	45,7	56,4	44,5	61,2	50,8	52,8
China	0,5 ^(a)	--	5,2	1,7	17,1	11,8	11,4	11,1	14,6	9,4	--	--	--	--
Tchecoslováquia	-	0,3	0,2	1,2	7,0	4,9	2,1	6,3	7,7	3,9	6,3	3,6	4,7	2,3
RDA	--	-	0,1	0,7	4,9	3,6	2,2	3,7	5,1	3,9	5,5	3,5	4,7	3,8
Valores Totais (milhões de pesos)	733,5	777,0	608,3	579,3	522,3	759,3	714,3	1.018,8	597,8	925,5	650,6	1.089,2	1.043,4	1.300,5
Balanco Comercial (milhões de pesos)	- 43,5		28,4		- 237,0		- 304,4		- 327,7		- 438,6		- 257,1	

Fonte: Barkin, 1973, pp. 134-5, de Cuba, *Compendio Estadístico*, 1970. Com exceção dos destaques: (a) CEPAL, 1964, p. 280.

Apesar das diferenças entre Cuba e União Soviética em relação ao modelo econômico, agravadas a partir da ofensiva revolucionária, a transferência de recursos soviéticos permaneceu ativa. Ao contrário, em 1967 desatou-se um conflito com a Tchecoslováquia, que caminhava rumo à flexibilização econômica e política, na direção oposta à economia moral, o que fez com que o governo tcheco bloqueasse investimentos produtivos prometidos à ilha³²⁶. Ainda que os investimentos tchecos prometidos a Cuba fossem residuais comparados ao volume de transferência de recursos soviéticos, o exemplo ajuda a compreender diferentes princípios de relações internacionais em atividade no interior do mundo socialista. A União Soviética financiou a experiência da economia moral cubana embora a orientação oficial do Kremlin já fosse o libermanismo. Essa “tolerância” ajuda a dimensionar a importância estratégica de Cuba no cálculo geopolítico soviético.

Em 1966, o governo cubano se mostrava consciente do problema do déficit comercial, e atribuía a responsabilidade deste problema a duas causas: às deformações do subdesenvolvimento, herdadas do período pré-revolucionário; e às relações comerciais ainda necessárias de Cuba com o mundo capitalista, que deveriam ser eliminadas assim que possível. Sustentava o governo cubano em relatório entregue à CEPAL em 1966:

Es necesario añadir que aunque las relaciones con el campo socialista han reducido a proporciones mínimas las necesidades de mercancías de la zona capitalista, hay un porcentaje, pequeño pero apreciable, que aún subsiste en forma imperativa, pues se trata de importaciones decisivas para el funcionamiento de la industria. *Eliminarlas definitivamente es una de las tareas del próximo período*. Ello dará una garantía de estabilidad al funcionamiento de la industria cubana y permitirá además dedicar los recursos en divisas capitalistas a la adquisición de tecnologías que el país juzgue provechosas en el análisis de la eficiencia comparativa. En

³²⁶ Mesa-Lago sustentou: “Cuba podia intentar todos los experimentos económicos que deseara, pero Checoslováquia no devia cargar con sus altos costos. Esta posición es distinta de la mantenida por los soviéticos” (1971, pp. 91-2). Segundo Hobsbawm, “é verdade que a URSS tolerava muito menos variedade em seus regimes amigos e satélites, mas por outro lado sua capacidade de afirmar-se dentro dele era muito menor” que a dos Estados Unidos (2003, p. 249). A Tchecoslováquia, à época, havia adotado um caminho oposto ao cubano no cenário mundial do grande debate econômico da transição ao socialismo. Avançava com medidas de descentralização administrativa, autogestão e autofinanciamento. Como a Iugoslávia e a própria União Soviética, a Tchecoslováquia estava impactada com as ideias do economista Liberman (Pericás, 2004, pp. 92-95).

resumen, puede concluirse que los problemas actuales relacionados con el desequilibrio del comercio exterior constituyen aún el más serio problema estructural de la economía cubana y su punto de estrangulamiento más característico, pero son la consecuencia de toda la estructura deformada del proceso productivo que heredó la Cuba revolucionaria (1966, p. 13, grifo nosso).

Entretanto, como constatou a própria CEPAL catorze anos mais tarde, eliminar as relações com o mundo capitalista não era uma tarefa fácil, e nem necessariamente desejável³²⁷. A necessidade cubana da tecnologia disponível no mercado capitalista era um fenômeno de natureza histórico-estrutural, a exemplo da escolha da colheitadeira de cana australiana da Massey-Ferguson em 1971. O mesmo pode ser dito dos acordos do governo cubano com a Claas Maschinenfabrik, da Alemanha Ocidental em 1967 (Edquist, 1985, pp. 48-49, 132). Ou seja, a afirmação do governo cubano de 1966 sobre a eliminação futura das relações econômicas com o mundo capitalista não superou o terreno do discurso político. De todo modo, havia uma lógica interna na declaração, assentada sobre o argumento de que as relações internacionais do campo socialista, ao contrário do capitalismo, adotavam como finalidade prioritária o desenvolvimento dos países periféricos socialistas.

Convênio multilateral de pagamentos

A proteção financeira e militar que a União Soviética ofereceu a Cuba produziu uma opinião bastante convicta da parte de alguns economistas cubanos e estrangeiros sobre o caráter socialmente justo da divisão internacional do trabalho socialista (expectativa que teria sido relativamente desapontada pelo corte de investimentos da Tchecoslováquia na ilha em 1967). Esta posição se sustentava em ao menos três argumentos. Em primeiro

³²⁷ Analisou a CEPAL, ao final da década de 1970: “No obstante la inserción externa de Cuba en la evolución económica de los países miembros del Consejo de Ayuda Mútua Económica (CAME), subsisten relaciones de compra y venta con los mercados capitalistas, que si bien en términos relativos no son de grande relevancia, mantienen una influencia estructural todavía de importancia, y supeditan parcialmente la economía cubana al funcionamiento inestable del mercado internacional del azúcar. Este nexo con los países de economía de mercado es consecuencia tanto de la integración y especialización productiva de los países en el ámbito mundial, que restringe la elección de tecnologías como de la estructura productiva cubana” (1980, p. 174).

lugar, diante da ofensiva dos Estados Unidos, a única forma de salvaguardar a revolução cubana seria com apoio militar e financeiro internacional. Segundo, as características da economia cubana nunca se adaptariam ao modelo autárquico, pois suas carências de recursos naturais a fariam depender inexoravelmente do comércio externo. E terceiro, o comércio entre países socialistas possuiria uma natureza oposta ao comércio capitalista, ou seja, a reparação dos desequilíbrios e não seu aprofundamento. Neste sentido, a dependência econômica em relação aos auxílios soviéticos adquiriria uma finalidade oposta à dependência capitalista, já que não constituiria um instrumento de ameaça e violação da soberania nacional, mas sim uma ajuda verdadeiramente interessada no desenvolvimento econômico da ilha e em sua autodeterminação.

O primeiro argumento foi analisado segundo o conceito de revolução insertada, explicado por Roberto Regalado³²⁸ (ver capítulo 3). O segundo argumento se baseava na insuficiência estrutural da política de substituição de importações para o desenvolvimento autossustentado da ilha e foi explicitado por Carlos Rafael Rodríguez em 1968, por meio das seguintes palavras:

Romper con esa estructura no es cosa de un quinquenio, ni siquiera de una década, sino que exige muy largos esfuerzos; y en un país como Cuba, de 114.000 kilómetros cuadrados, de extensión, será muy difícil eliminar totalmente esa dependencia del comercio exterior, aunque se realice un proceso creciente de sustitución de importaciones (1983, p. 455).

O mesmo raciocínio se manteve vigente dez anos depois: em 1978, ao argumentar sobre a incapacidade cubana de internalização completa de seu processo de geração do excedente, Rodríguez alegou que este não seria um fato preocupante, uma vez que as relações comerciais internas ao mundo socialista se fundavam sobre uma dependência econômica positiva, ou ainda, necessária para a realização da soberania nacional. Em entrevista coletiva concedida por Rodríguez ao *Washington Post*, a *Times Magazine* e ao *The New York Times* em 20 de junho de 1978, o jornalista John Nordheimer questionou-o sobre, afinal, quando Cuba seria “economicamente independente e não tenha que depender da União Soviética”. Ao que Rodríguez respondeu:

³²⁸ Sem usar os mesmos termos, Rodríguez compactuava com a mesma interpretação em 1973: “Sin el desarrollo victorioso del socialismo en la Unión Soviética, el proceso de la Revolución Cubana habría sido muy distinto y los problemas habrían sido en gran parte insolubles frente a la acometida del imperialismo” (1983, p. 501).

Yo creo que en el terreno de la economía, ningún país, salvo Estados Unidos y Unión Soviética – por condiciones específicas: dimensión y riquezas -, que sea enteramente independiente en el sentido que se está hablando. Si tener que exportar el 28% de la producción e importar más o menos el mismo es una dependencia, entonces esa dependencia afecta la mayoría de los países. La dependencia económica que nosotros hemos denunciado, es la dependencia que convierte a un país en satélite, en súbdito de otro país, a través de las amenazas de suspender el comercio, suspender el financiamiento; esa es la esencia del imperialismo. Nosotros creemos que el socialismo es todo lo contrario. (...) Nosotros no estamos a favor de independentizarnos sino, al contrario, de aumentar nuestra mutua dependencia, aumentar el peso específico que tienen las economías socialistas, en primer término con la Unión Soviética, en cuanto al intercambio externo de Cuba. ¿Por qué? Porque ésa dependencia es la única condición en que podemos mantener nuestra independencia (1983, p. 535).

Pensou-se, assim, que o desequilíbrio da relação entre Cuba e União Soviética não eliminaria a possibilidade de uma “interdependência” supostamente positiva ao desenvolvimento da ilha, que aportasse recursos sem anular a soberania nacional. Essa possibilidade também foi expressa pelo próprio Guevara dezessete anos antes, quando o então Presidente do Banco Nacional voltou de sua primeira viagem aos países socialistas, em 6 de janeiro de 1961, e foi entrevistado sobre o tema:

O convênio multilateral de pagamentos que se firmou permite a Cuba jogar um pouco de sua capacidade de vender açúcar, e comprar materiais industriais de importação de todo tipo, nas áreas dos países europeus, e estes compensam entre si as quantidades. Resolve-se tudo com este convênio multilateral (Guevara, 1982a, p. 104).

Este “convênio multilateral” foi em seguida exemplificado por Guevara: Cuba poderia ter relações superavitárias com a União Soviética e deficitárias com a Hungria, enquanto a União Soviética fosse superavitária com a Hungria na mesma proporção. Sendo assim, ao estabelecer relações comerciais equilibradas (de trocas equivalentes), o “convênio multilateral de pagamentos” se assentava sobre o planejamento da compensação dos déficits e superávits comerciais de cada país e sobre preços pactuados para cada produto. A ideia de que o planejamento socialista centralizado representava uma racionalidade econômica superior a qualquer outro sistema conduzia os dirigentes cubanos a este forte otimismo em relação à superação de seus próprios desequilíbrios externos através do

planejamento multilateral³²⁹. Em grande medida, a estratégia *turnpike*, que considerava a especialização açucareira uma plataforma para o “grande salto” rumo à diversificação e à industrialização, se sustentava nesta possibilidade de equilíbrio externo, que, com o passar do tempo, foi se mostrando mais complexa e remota.

Em 1965, Carlos Romeo refletiu sobre a natureza da divisão internacional do trabalho do mundo socialista para reforçar a validade da estratégia de desenvolvimento cubana, e sustentou:

Era posible sustentar que la esencia de las relaciones mercantiles entre los países socialistas debía ser el contrario de la esencia de las relaciones mercantiles capitalistas: el principio de la explotación del hombre por el hombre y de las naciones pobres por las naciones ricas era sustituido por el principio de la no explotación y del internacionalismo proletario, con lo cual la acción de la ley del valor en el campo socialista quedaba subordinada a esta nueva esencia (...). En la medida en que la ley del valor opere en un comercio internacional socialista dentro de un marco diferente, es decir, un marco regido por el principio de la no explotación y del internacionalismo proletario, ya no resultaba inevitable el intercambio basado en precios que reflejen los precios capitalistas de producción. Con ello, en estricta justicia, el intercambio desigual se transforma en intercambio equivalente (1965, p. 14).

Junto com Romeo, economistas marxistas da década de 1960 também apostaram na possibilidade do equilíbrio externo, na “complementariedade” e “interdependência” econômica do mundo socialista, reivindicando uma superação histórica da troca desigual capitalista³³⁰. De modo geral, esse vocabulário passou a integrar as concepções marxistas em Cuba a respeito das relações comerciais do mundo socialista: “principio del cambio de equivalente” e “condiciones recíprocas de ventaja” (Romeo, 1965, p. 8). Isso seria possível uma vez que, segundo Romeo: “los grandes problemas de las economías abiertas – mercado y precios - quedaba resueltos en el caso cubano” (1965, p. 15). Não é difícil perceber, com

³²⁹ Guevara escreveu em outubro de 1964: “que linhas seguiremos nos próximos anos dependerá, em boa medida, da flexibilidade que o comércio exterior apresente para Cuba, permitindo-lhe maximizar as vantagens comparativas que esta flexibilidade oferece” (Guevara, 1982, p. 23).

³³⁰ Noyola afirmou em 1961: “Por primera vez las ventajas que se derivan de la complementariedad de una economía tropical con economías no tropicales van a poder utilizarse en forma racional y equitativa, de modo que beneficie igualmente a los dos participantes en el intercambio y no a uno solo, como ocurría bajo el régimen de dependencia imperialista” (Noyola, 1978, p. 131). Rodríguez definiu em 1963: “La autosuficiencia económica es ya cosa del pasado, y la interdependencia es la palabra actual, sobre todo para los países del campo socialista, entre los cuales, por la primera vez en la historia se dan las condiciones adecuadas para que funcione la División Internacional del Trabajo” (1963b, p. 86).

olhar contemporâneo, quão precipitada era uma afirmação como esta, sobretudo considerando a data em que foi publicada. Ademais, segundo dirigentes cubanos, o novo equilíbrio do comércio internacional socialista ocorreria sem o prejuízo da subordinação política³³¹. Até que, em 1966, esta compreensão foi oficial e publicamente adotada pelo governo cubano:

No puede afirmarse que la especialización en sí sea buena o mala, esto, depende de las condiciones concretas de cada caso. Si un país subdesarrollado, aprovechando un período favorable, especializa su economía, sin que pueda usar el excedente resultante para la acumulación, al variar los términos del intercambio se encontrará sin desarrollo y con una economía altamente vulnerable. Por el contrario, si tiene garantizados los términos del intercambio y su estructura social le permite utilizar correctamente el excedente, la especialización podrá servir de motor del desarrollo. Estas dos situaciones tipifican el caso de Cuba, antes y ahora. (...) Se confundió el problema de la especialización y el monocultivo dentro del contexto del sistema capitalista mundial que situaba a los países exportadores de productos primarios en una situación de desigualdad con una genérica desventaja de especialización en sí misma, desconociendo las posibilidades de aprovechar la experiencia obtenida en la producción azucarera y las ventajas comparativas que Cuba posee a ese respecto para hacer de la industria azucarera el pivote fundamental de un nuevo tipo de desarrollo económico dentro de una división internacional del trabajo asociada al sistema socialista mundial (Gobierno de Cuba, 1966, pp. 7, 21).

Além disso, o governo cubano defendia, no mesmo documento, que a partir da existência de um “campo socialista mundial”, seria possível estabelecer relações que, se estivessem contextualizadas no mundo capitalista, apenas reproduziriam as desigualdades e a exploração pela troca desigual. Contudo, no campo socialista, a especialização e a divisão internacional do trabalho pela primeira vez “funcionariam”, ou seja, seria possível combinar o uso ótimo dos recursos com a *troca equivalente*, devido à liquidação definitiva das pressões de mercado que vitimavam os subdesenvolvidos no sistema capitalista. Esta troca equivalente se assentava sobre uma suposta “ausência de interesses antagônicos” (Gobierno de Cuba, 1966, pp. 16, 29).

Do ponto de vista estritamente comercial, é um fato que a especialização açucareira cubana produzia vantagens mútuas *imediatas e conjunturais*: os países compradores de açúcar o

³³¹ Rodríguez afirmou em 1978: “No hay un aspecto de esas relaciones económicas que determine situaciones de dependencia política” (1983, p. 536). Sobre a relação entre dependência econômica e soberania nacional da década de 1960, ver o capítulo 3.

produziam internamente com custos muito maiores que os preços do açúcar cubano (ou sequer o produziam); enquanto Cuba recebia do mundo socialista petróleo, créditos sem juros, máquinas, equipamentos, peças, assistência e formação técnicas – ou seja, um conjunto de benefícios dificilmente quantificável³³². No entanto, do ponto de vista estrutural, a especialização cubana excessiva reproduzia a vulnerabilidade externa dos tempos pré-revolucionários, e colocava a ilha à deriva de conjunturas políticas estrangeiras. De fato, o que explicava o fluxo de recursos despejados em Cuba pela União Soviética era, antes de qualquer outro fator, a ordem geopolítica internacional e a natureza ideológica da Guerra Fria. Eram estas as reais orientadoras das decisões econômicas soviéticas, o que transforma a tentativa de quantificar as vantagens conjunturais de tais trocas em uma atividade pouco relevante.

Isso porque, diante das evidentes vantagens econômicas cubanas obtidas em sua relação com a União Soviética, cabe questionar qual seriam as vantagens soviéticas em sua dispendiosa relação com Cuba, para além da compra de açúcar a preços menores que seus custos de produção. Em outras palavras, as pequenas margens de vantagem econômica obtida pela União Soviética na compra de açúcar cubano não pareciam constituir justificativa suficiente para a volumosa cobertura dos crescentes déficits comerciais de uma pequena ilha, que acumulava prejuízos econômicos em nome de um “grande salto” que não aconteceu. Além disso, se esta relação econômica configurasse um padrão do mundo socialista, a União Soviética teria se comportado igualmente com todos os seus aliados políticos e deveríamos encontrar uma miríade de outros exemplos de “altruísmo soviético”

³³² O custo de produção do açúcar de beterraba na União Soviética era de 16 centavos de dólar por libra e na Ucrânia, 13 a 15 centavos, semelhante a outros países do Leste Europeu. O custo de produção do açúcar em Cuba deveria atingir, em 1970, 4 centavos de dólar a libra. Portanto, os preços negociados com o mundo socialista na década de 1960, entre 5,5 e 6,11 centavos, eram tão vantajosos para Cuba como para os países compradores. O preço de açúcar subsidiado vendido no mercado interno cubano era 2 centavos. Devido à política de guerra comercial adotada pelo governo cubano em 1965, o mesmo subsídio era despendido no açúcar vendido ao mercado capitalista, com intuito de quebrar os engenhos da América Latina, a despeito do gasto de divisas que esta postura ofensiva acarretasse (Dumont, 1970, p. 218; Gutelman, 1975, pp. 236, 280). Romeo definiu as vantagens da “divisão internacional socialista do trabalho”, em 1965: “Se llevaba en práctica una vieja idea, la división internacional del trabajo sobre la base de la comparación de costos entre diferentes países, y Cuba se integraba a la división internacional del trabajo socialista. En efecto, ningún país socialista podía competir con Cuba en la producción de azúcar (y acaso ningún país capitalista), pero, por otro lado, Cuba constituía un mercado para los medios de producción y para los bienes de consumo que esos países podían producir más eficientemente. Las bases del acuerdo comercial a largo plazo no sólo tenían implicaciones políticas, sino también profundas raíces económicas y comportaban ventajas mutuas” (1965, p. 8).

em relação aos países subdesenvolvidos do bloco soviético, o que não ocorreu. Em um mercado movido por determinações geopolíticas, as vantagens e desvantagens comerciais iam muito além dos centavos de dólares.

Chonchol declarou em 2011: “não cabe a menor dúvida que os preços que se fixavam para os produtos que vinham de Cuba eram preços políticos, não eram preços econômicos” (2011, p.5). Assim como os preços, as outras formas de auxílio econômico oferecidas pela União Soviética também eram essencialmente políticas, e respondiam muito menos pelos custos de produção e cálculos de rentabilidade futura, do que pela lógica própria da Guerra Fria.

A Guerra Fria e as vantagens geopolíticas

A interpretação de que à União Soviética retornava uma “vantagem geopolítica” por seus recursos invertidos em Cuba nos foi sintetizada por David Barkin em novembro de 2011. Na ocasião, sustentou Barkin:

Yo entiendo que la decisión de dividir la relación entre la URSS y Cuba en dos partes (precios mejor pagados por el azúcar y deuda) es una decisión política, una negociación. Y Cuba era dependiente, pero le ofreció a la Unión Soviética una ventaja geopolítica muy importante... (2011).

Em seguida, indagamos se esta vantagem geopolítica da União Soviética na sua relação com Cuba não seria um elemento “dispensável” na correlação de forças internacional, considerando, primeiro, a poderosa dimensão militar soviética e seu papel de liderança hegemônica de um importante bloco econômico mundial; e segundo, os custos econômicos de sustentação desta vantagem. Ao que Barkin argumentou:

En términos de la Guerra Fría no. Hubiera sido dispensable si los norteamericanos decidieron eliminar el bloqueo. Pero mientras que Cuba fuera mantenida como un cautivo en un bloqueo norteamericano, a la URSS era imprescindible seguir manteniéndoles, en los términos de la Guerra Fría. Yo creo que este es un elemento muy importante. ¿Y cuánto cuesta eso? ¿Cuánto vale eso? Deudas son papeles (...). La relación contribuía al poderío económico soviético (2011).

Com estas palavras, Barkin apresentou uma interpretação para o problema da geração do excedente cubano. O circuito de geração de excedente que sustentou Cuba durante tanto tempo não apenas passava por fora da ilha, como também era movido por determinações geopolíticas, extra-econômicas e, no limite, ideológicas. Interessava à União Soviética transformar Cuba em um pequeno “paraíso socialista”, criando condições de desenvolvimento contrastantes com o entorno capitalista subdesenvolvido, que sofria com a segregação social, os constrangimentos externos e tantas outras deformações estruturais. O impacto simbólico deste socialismo caribenho sobre os movimentos sociais e partidos da esquerda mundial constituía uma ameaça ao controle estadunidense dos regimes latino-americanos, não por mera coincidência, militarmente recrudescidos após a revolução cubana. A sedução que Cuba exerceu sobre a juventude na década de 1960, descrita por Hobsbawm, nos ajuda a compreender como sua força internacional advinha de seu significado político simbólico, que tornava possível o sonho de autodeterminação, soberania nacional, poder popular e justiça social³³³. Essa capacidade sedutora exercida pela revolução cubana certamente influenciou o governo soviético na custosa aposta para desestabilizar seu inimigo através de uma vitrine dos benefícios do socialismo no hemisfério ocidental. Além disso, há que se destacar que a política soviética para Cuba não era diferente da política de auxílio econômico e militar dos Estados Unidos para seus aliados antissoviéticos no pós Segunda Guerra, especialmente Japão e Alemanha. Como constatou Hobsbawm, o Plano Marshall “assumiu mais a forma de verbas que de empréstimos” (2003, p. 237). Afinal:

(...) para os americanos uma Europa efetivamente restaurada, parte da aliança militar antissoviética que era o complemento lógico do Plano Marshall – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de 1949 – tinha de basear-se realisticamente na força econômica alemã, reforçada pelo rearmamento do país (Hobsbawm, 2003, p. 238).

O Plano Marshall teve origem em 1947, o que significa que menos de um ano depois de lançarem explosivos atômicos sobre Hiroshima e Nagasaki, os Estados Unidos apareceram

³³³ Hobsbawm definiu: “Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com desprendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta -, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária” (2003, p. 427).

à porta do Japão oferecendo dólares para sua reconstrução total. Não havia nada de “novo” no auxílio econômico estadunidense direcionado a seus outrora inimigos. O auxílio da União Soviética a Cuba emanava diferentes princípios ideológicos, contudo não se distanciava muito deste radical pragmatismo estimulado pela Guerra Fria. Cuba era uma peça estratégica do jogo geopolítico, fortuitamente localizada para desestabilizar a influência estadunidense na região latino-americana, o que lhe dava um poder soberano de negociação superior à sua capacidade militar ou econômica. Neste contexto, a interpretação de uma nova natureza solidária da divisão internacional do trabalho do mundo socialista parece fraquejar.

Sendo assim, Cuba teria colhido tanto os prejuízos quanto os benefícios da sua condição de “revolução insertada”: por um lado, não encontrara outra saída que não fosse acoplar-se a uma grande potência que lhe oferecesse proteção militar; por outro, recebeu continuamente um volume de recursos desproporcional às suas forças produtivas, como contrapartida por sua localização geopolítica, às portas do gigante do primeiro mundo em meio à Guerra Fria. Ou, como definiu Florestan Fernandes: “converteram o elemento político em algo instrumental para o elemento econômico” (2007, p. 209). Se as relações cubano-soviéticas se baseassem neste novo paradigma de trocas de equivalente e vantagens mútuas, como explicar que a convergência produtiva externa com a URSS não gerou nem internalização das forças produtivas nem “grande salto”?

A ambiguidade da dependência cubana só pode ser devidamente analisada *a posteriori*, isto é, considerando seus profundos impactos negativos desencadeados pelo colapso soviético. Regalado definiu esta ambiguidade com as seguintes palavras:

Hubo una interacción permanente en que se dieron cuenta de las asimetrías: pagaban un precio por el azúcar que era más caro que el mercado mundial, había una relación bastante constructiva (...) Pero esa relación, después, en análisis posteriores se llegó a conclusión que tenía elementos muy negativos. Porque si en definitiva tu recibes y recibes y no tiene que pagar, tu conciencia sobre la necesidad de las cosas cambia: tú dices ‘acabó el petróleo!’ y te lo mandan más. (...) Y cuando se cae la Unión Soviética, ¿cuánto se quedó sin pagarse? ¿Qué tenía? Tenía relaciones con Canadá, con algunos países europeos, algunos países de América Latina, pero para este 15% que le faltaba. Y por eso el golpe es tan duro, porque se te cae 85% del comercio exterior. El Estado cubano asume el golpe, hay un colchón, y no lo deja llegar al ciudadano tan brutal como fue (2012).

Neste sentido, é preciso adotar um ponto de vista contemporâneo para compreender o paradoxo da relação cubano-soviética. Ao mesmo tempo em que permitiu a edificação de um novo patamar de desenvolvimento social, educacional, sanitário, esportivo e cultural através de um circuito de geração de excedente alavancado de fora para dentro devido às específicas tensões geopolíticas da Guerra Fria, reduziu a percepção cubana sobre suas próprias insuficiências, turvou a visão dos desafios de criação dos novos meios técnicos e econômicos capazes de sustentar tais finalidades. As consequências negativas deste paradoxo só foram percebidas quando o comércio exterior, elo do desenvolvimento cubano, colapsou junto com a União Soviética. Em 1987, 85% das exportações cubanas se direcionavam para a União Soviética e 75% das exportações eram compostas por açúcar (Lecuona, 2009, p. 215). Lecuona definiu a nova dependência cubana a partir de algumas de suas desvantagens:

El acoplamiento al sistema del llamado socialismo real, sin embargo, no solo comportó precios tan ventajosos como ajenos a la realidad del mercado, sino también la asimilación de tecnologías relativamente atrasadas, la adopción de esquemas inversionistas lentos y costosos, una marcada dependencia del financiamiento externo – y la acumulación de una cuantiosa deuda –, así como la demanda de múltiples insumos importados para la poco integrada industria nacional, cuyos productos, por lo general, no se correspondían con los parámetros mundiales de competitividad (2009, p. 238).

Entre 1989 e 1994, o intercâmbio externo cubano se reduziu de 13,5 bilhões de pesos para 3 bilhões, produzindo uma contração de 35% do PIB (Lecuona, 2009, p. 238). Estas teriam sido as consequências de longo prazo de um erro de leitura dos estrategistas de Cuba em relação à Guerra Fria: uma conjuntura histórica estável, embora essencialmente provisória³³⁴. Quando as condições geopolíticas criadas pela Guerra Fria se desmontaram, o esquema de geração de excedente cubano foi destruído. Hipoteticamente, este erro de leitura foi sendo consolidado a partir fracasso da safra de 1970.

³³⁴ Definiu Hobsbawm: “A Guerra Fria congelara a situação internacional, e ao fazer isso, estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório” (2003, p. 249)

O ingresso no CAME

As consequências do fracasso da safra de 1970 não se resumiram ao um adiamento da estratégia *turnpike* em alguns anos ou mesmo décadas. Ao aprofundar tantas distorções estruturais, a busca de 10 milhões não poderia ser repetida no futuro e sequer figurar como primeiro degrau da escalada do desenvolvimento das forças produtivas. Diante da falha do primeiro “grande salto” e da constatação da sua inviabilidade econômica, toda a estratégia sofreria adaptações que resultaram no aprofundamento da dependência externa cubana, especialmente devido ao ingresso no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME) e à adoção do modelo econômico soviético. A União Soviética, ao financiar a ofensiva revolucionária de Cuba, oxigenava o modelo de economia moral que oficialmente combatia. Com o fracasso da safra de 1970, então, foi suprimido o espaço para a edificação de um “socialismo cubano autêntico” e a vigorosa soberania nacional da ilha se debilitou. Neste sentido, o ingresso ao CAME foi acompanhado da derrota da economia moral³³⁵.

Em seguida à entrada de Cuba no CAME, um novo acordo com a União Soviética foi assinado em torno de quatro pontos: primeiro, o preço do açúcar e do níquel cubanos permaneceriam sempre superiores ao mercado mundial; segundo, a União Soviética concederia imediatamente 300 milhões de rublos à ilha para a mecanização canavieira; terceiro, os pagamentos da dívida cubana contraída entre 1960 e 1972 seriam adiados para o período entre 1986 e 2011; quarto, os soviéticos iriam acobertar plenamente os déficits comerciais cubanos entre 1973 e 1975, somando um montante de um bilhão de rublos (Fernandes, 2007, pp. 203-204). Em 1979, Florestan Fernandes prognosticou: “o elemento político terá de compensar, ainda por um tempo, o elemento econômico, tanto na configuração do planejamento social centralizado, quanto na aceleração do

³³⁵ A adoção do sistema de planificação soviético foi definida elogiosamente por Rodríguez como um “regreso a los principios económicos para dirigir la economía, que toma en cuenta categorías que no se pueden abandonar, como categorías de beneficio – llámesele ganancia o no – es decir, el plusproducto. Una economía que no produce más de lo que insume, no puede progresar” (1983, p. 539). A inflexão também foi defendida por Sergio Roca: “O fracasso da safra constituiu o clímax da demonstração das desastrosas consequências derivadas da aplicação dos pressupostos ideológicos da Economia Moral. O fracasso da safra deu um sinal inequívoco para que se abandonasse o radicalismo ideológico em favor de políticas econômicas e metas sociais mais moderadas e ortodoxas” (1976, p. 65). Tradução da autora.

desenvolvimento econômico” (2007, p. 206). Sobre o mesmo processo, Lecuona identificou: “tras el fracaso de la llamada Zafra de 10 millones, la política económica se ajustaría de manera progresiva a las fórmulas consagradas por la experiencia de los países socialistas europeos, en especial la URSS” (2009, p. 235).

Como consequência, o modelo soviético foi adotado na ilha de modo gradual entre 1972 e 1975, se consolidando plenamente após o I Congresso do Partido Comunista de Cuba em 1976, quando foi aprovado o Sistema de Direção e Planificação da Economia (SDPE) importado da União Soviética. O SDPE reestabelecia as relações monetárias e mercantis dentro do setor estatal, recuperava o cálculo econômico em todos os setores, descentralizava a administração através do autofinanciamento, e instaurava um programa de incentivos e prêmios com ênfase nos estímulos materiais individuais. Além disso, Cuba importou manuais de economia política e administração para instruir as novas gerações dentro do modelo soviético. As cooperativas privadas de camponeses passaram a ser consideradas, legalmente, como “propriedades socialistas”, e a política de coletivização que havia marcado a ofensiva revolucionária foi abandonada. Na prática, entre 1970 e 1976, o modelo econômico cubano deu uma guinada de 180 graus (Valdés Paz, 2009, pp. 59-60).

A debilitação da soberania nacional cubana em relação às decisões econômicas, administrativas e ideológicas como decorrência do fracasso da safra de 1970 também nos foi apresentada por Valdés Paz:

Mientras que la zafra de los 10 millones era el colofón de una política de socialismo nacional, en el 71 y 72 no más remedio tuvimos que nos integrar en el CAME para poder sustentar el déficit en que el país había entrado en todas las ramas. El país se integró al CAME en 1971, y ahí en adelante nuestros planes económicos quedaban sujetos a los mecanismos de armonización del resto de los países del CAME (...) Lo que la zafra de 10 millones reveló es que si hubiéramos hecho 10 millones el problema era el mismo: habíamos que integrarse. Lo que pasa es que no nos integramos de triunfadores, que era lo que hubiese querido en la dirección del país para poder negociar mejor su integración. O probablemente porque consideraba una integración solamente parcial y no total, debido a que había temas tecnológicos que no estaban disponibles en Europa Oriental y si estaban en el Occidente (...) Esa integración se imponía. Lo que yo creo es que el fracaso nos hizo llegar a esa integración con una capacidad de negociación mínima (2012).

Por tudo isso, o fracasso da safra de 1970 foi um ponto de inflexão crucial, sem o qual não se poderia compreender a trajetória cubana. Fez com que Cuba ingressasse ao CAME com menor autonomia e frágil poder de negociação, em posição econômica e ideologicamente subordinada. Se houvesse conquistado uma meta estratégica, qualquer que fosse seu valor absoluto, a ilha poderia ter comprovado ao mundo socialista alguma credibilidade de seu sistema de planejamento, de sua economia moral e de seu “modelo cubano”. As consequências deste fracasso se fizeram sentir ao menos até o ano de 1986, nomeado “Ano da Retificação dos Erros”, quando, às vésperas do colapso soviético, os cubanos produziram uma autocrítica que mencionava a excessiva imitação dos padrões estrangeiros.

Porém, ainda que o primeiro “grande salto” da estratégia *turnpike* nunca tenha sido cumprido, esta dependência ambígua em relação à União Soviética, com seus efeitos negativos no longo prazo, incontestavelmente viabilizou a realização das finalidades da revolução cubana sem que se internalizassem as bases econômicas correspondentes. Em outras palavras, a sociedade cubana se tornou um exemplo *sui generis* de mescla entre fortes componentes de socialismo com expressivos traços de subdesenvolvimento, marcado pela busca da racionalidade econômica nos estreitos limites históricos do possível.

B) SOCIALISMO, SUBDESENVOLVIMENTO E A RACIONALIDADE DO POSSÍVEL

Ao romper com a dupla articulação que reproduzia o subdesenvolvimento (a vulnerabilidade externa em relação ao sistema capitalista mundial; e a segregação social garantida por formas autoritárias de extração de excedente) a revolução cubana abriu a possibilidade histórica de orientar seu desenvolvimento a partir das necessidades populares. Em outras palavras, iniciou um duro combate contra seu passado colonial por meios de duas frentes: primeiro, o estabelecimento de novas finalidades no horizonte histórico, com base nas demandas da coletividade nacional; segundo, a tentativa de reconciliação histórica das bases econômicas da ilha com esta coletividade. Ao estabelecer novas finalidades

orientadoras do desenvolvimento nacional, Cuba se tornou protagonista de seus próprios rumos. Uma vez identificadas, as necessidades coletivas se transformaram em pedra angular do projeto político da revolução: o igualitarismo e a soberania nacional. A inviabilidade de conciliar estas finalidades com o capitalismo dependente empurrou a ilha para a alternativa anticapitalista, que amalgamou tais princípios por meio de um novo referencial civilizatório: o socialismo.

Se por um lado Cuba foi capaz de resgatar sua autodeterminação ao traçar os rumos de seu próprio desenvolvimento, por outro lado, a reconciliação da sua base econômica com as necessidades nacionais não era uma tarefa simples ou corriqueira. A irracionalidade do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” foi superada através do estabelecimento soberano das novas finalidades. Contudo, os novos rumos do desenvolvimento estabelecidos em nome da coletividade nacional ainda estavam condicionado aos ritmos do passado, o que exigiu permanentes adaptações, correções e ajustes no projeto revolucionário. A presente análise das políticas agrárias do governo revolucionário cubano mostrou um percurso de contínua readequação entre meios e fins: da diversificação emergencial à diversificação especializada; do abandono do açúcar à volta do açúcar como prioridade radical; das cooperativas às granjas estatais; do princípio da coletivização voluntária aos “erros com o campesinato”; da política substitutiva à estratégia *turnpike*, passando pela intenção da estratégia combinada; da dependência tecnológica aos tortuosos caminhos da criação de máquinas próprias; do cálculo econômico à economia moral e ao posterior retorno ao cálculo econômico. Apesar do estreito horizonte de opções disponibilizado pela base econômica cubana, que gerou a necessidade de tais adaptações estratégicas permanentes, a autodeterminação dos rumos do desenvolvimento nacional orientou a utilização do excedente e viabilizou uma série de conquistas da coletividade, sem precedentes históricos em nosso continente.

Subdesenvolvimento e igualitarismo

Com empenho e mobilização social, Cuba erradicou o analfabetismo em uma velocidade impensável na América Latina: em menos de um ano, a taxa de analfabetismo da ilha caiu de 23,8% para 3,9%, e logo depois alcançou o nível zero (CEPAL, 1980, p. 90). Ao mesmo tempo o sistema educacional foi universalizado com uma rapidez inédita em nosso continente e com qualidades pedagógicas e culturais historicamente inacessíveis aos povos da América Latina, como elucidou a CEPAL, “hasta culminar en los años setenta en un sistema consolidado que pudiera parecer ambicioso aun para un país en desarrollo, pero que está demostrando su viabilidad” (1980, p. 83). Realçar a *viabilidade* da edificação de um sistema educacional comparável aos países mais desenvolvidos do mundo em uma sociedade considerada subdesenvolvida é uma resposta contundente aos líderes latino-americanos, que por séculos se protegeram das críticas com o discurso da inviabilidade técnica da realização dos direitos humanos³³⁶. A gratuidade universal do direito à educação constituiu uma possibilidade única da criação de um sistema efetivo de “igualdade de oportunidades”, também extraordinário em relação aos padrões latino-americanos. Em 1959, apenas 2% dos estudantes do magistério eram filhos de trabalhadores e, em 1962, estes já representavam 35%. Em 1968, as matrículas de operários e camponeses no ensino superior, antes inexistentes, já totalizavam 8.000 (Rodríguez, 1969, p. 44). Estas transformações eram motivadas por uma ativa solidariedade popular com o projeto de desenvolvimento nacional. A sociedade cubana tomou para si a responsabilidade da política revolucionária, atitude que foi decisiva para as conquistas obtidas³³⁷. Em 1959, por exemplo, os professores da área rural aceitaram ganhar metade de seu salário para viabilizar

³³⁶ Sobre a cobertura plena do sistema educacional a todas as crianças e jovens de 6 a 17 anos, a CEPAL analisou: “En algunos países de América Latina esta meta se considera difícil de alcanzar incluso en plazos muchísimo más amplios; en Cuba ello fue posible gracias a una gran participación de toda la población a través de sus organizaciones de masas y a la prioridad que siempre se asignó a la educación en la distribución de los recursos humanos y financieros” (1980, p. 108).

³³⁷ O que foi também reconhecido pela CEPAL: “Admitidas todas las deficiencias de las formas que adoptó la movilización popular y la participación durante los años sesenta, estos procesos - hasta un grado sin paralelo en cualquier otra parte – enfrentaron a las masas de la población directamente con el tal desarrollo nacional e inculcaron una consciencia de que tal desarrollo dependía tanto de sus propios esfuerzos y sacrificios como de las correctas decisiones políticas que tomaran sus dirigentes” (1980, p. 27).

que se dobrasse o número de vagas estudantis. Quando 1.000 estudantes secundários foram convocados para serem professores voluntários na campanha de alfabetização de 1960, 3.000 se disponibilizaram, e no ano seguinte, 2.000 mais (CEPAL, 1980, pp. 88-90). A evolução do número de matrículas por nível de ensino está exposta nos **gráficos 9 e 10**³³⁸.

GRÁFICO 9 - Matrículas por níveis de ensino básico (1958 -1977)

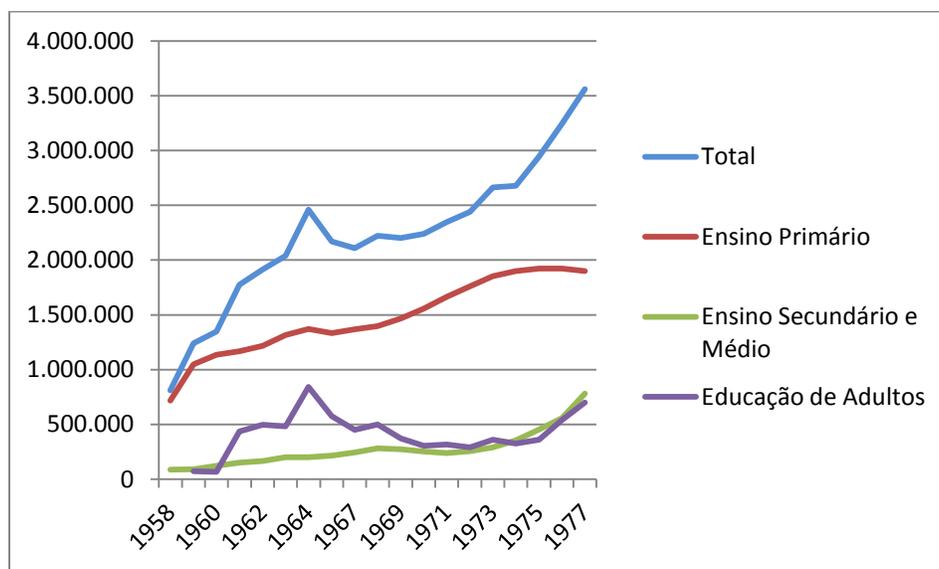
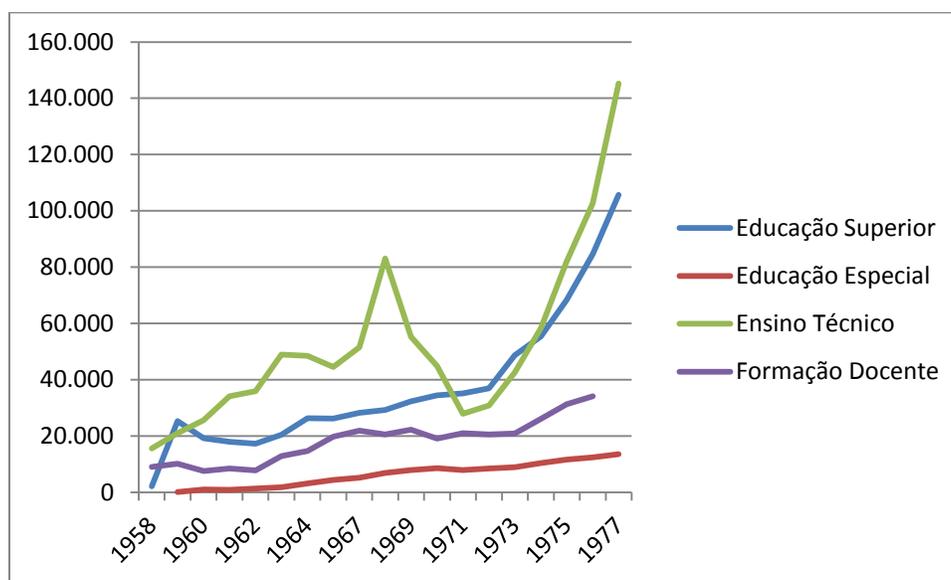


GRÁFICO 10 - Matrículas por níveis de ensino superior, técnico e especial (1958-1977)



³³⁸ Fonte: CEPAL, 1980, p. 89. Observação: considera-se o começo do ano correspondente ao começo do ano letivo, ou seja, em agosto/setembro.

O esforço da safra de 1970 é perceptível na redução das matrículas entre 1968 e 1970, uma vez que os jovens e adultos em processo de formação escolar se integraram às fileiras do trabalho voluntário. Em seguida, porém, é visível a recuperação da tendência crescente. Na visão panorâmica, entre 1958 e 1977, as matrículas do ensino primário mais que duplicaram; as do ensino secundário se multiplicaram por 7,9; e as matrículas do ensino de adultos cresceram 8,6 vezes. No caso do ensino superior, as matrículas cresceram vertiginosas 50 vezes em relação a 1958. Não havendo educação especial antes da revolução, a expansão das matrículas deste segmento alcançou a marca de 13.500 em 1977. O ensino técnico elevou-se em 8,3 vezes, e as matrículas para formação docente se multiplicaram por 33. No agregado, as matrículas do sistema educacional cubano se expandiram em 3,4 vezes (CEPAL, 1980, p. 89). Apenas entre 1958 e 1968, o número de escolas dobrou, de 7.567 para 14.568; e a quantidade de professores em atividade cresceu 63%, de 17.355 a 46.910 (Rodríguez, 1969, p. 44). Ademais, em 1968, o ensino agrotécnico de nível médio, inexistente antes da revolução, já contava com 37 mil estudantes e as escolas de pesca formavam 3 mil jovens e adultos (Rodríguez, 1969, p. 23).

A nova filosofia preventiva que passou a embasar o sistema de saúde cubano também apresentou resultados exemplares na edificação de uma sociedade igualitária e desenvolvida. A partir da revolução, “saúde” deixou de ser sinônimo de “não estar doente”, para se transformar em uma percepção da totalidade da condição física e mental dos seres humanos em todos os espaços sociais. Com o processo de alfabetização da população cubana, foi viabilizada uma campanha de educação para a saúde, que permitiu a queda dos índices de mortalidade por doenças infecciosas (CEPAL, 1980, p. 125). A taxa de mortalidade infantil cubana em 1958 era de 33,4 bebês de 0 a 1 ano a cada mil habitantes. Ainda em 1962, 117,9 mães cubanas morriam a cada 100 mil nascimentos. Mas em 1970 as taxas de mortalidade infantil e materna em Cuba haviam caído pela metade. No que diz respeito à mortalidade de crianças de 1 a 4 anos por mil habitantes, a taxa cubana em 1970 atingiu um valor 10 vezes menor que a média latino-americana (1,2 e 12,6, respectivamente). Cuba não apenas apresentou a menor taxa de mortalidade infantil do continente, como estava relativamente distante dos países em segundo lugar, Chile e Argentina, cujas taxas de mortalidade infantil foram duas vezes maiores que a cubana neste ano (CEPAL, 1980, pp. 123, 146). Afinal, enquanto em 1958 os gastos estatais com saúde

pública na ilha somavam 16 milhões de pesos, em 1961 já haviam atingido 60 milhões, e em 1968 saltado para 180 milhões de pesos, um aumento de mais de 11 vezes em 10 anos. O atendimento de saúde pública aos habitantes rurais era praticamente inexistente antes da revolução: havia apenas um hospital rural com 10 leitos em 1958. Em 1968, já havia 47 hospitais na zona rural, com 1.350 leitos - número ainda insuficiente, mas extremamente positivo, considerando a dimensão da precariedade anterior (CEPAL, 1980, p. 122; Rodríguez, 1969, pp. 41-42).

Além disso, no transcorrer de 10 a 15 anos de revolução, as taxa de mortalidade por problemas considerados típicos dos países subdesenvolvidos, como doenças diarreicas, parto, tuberculose e tétano, que estavam entre as primeiras causas de morte na ilha antes de 1959, se reduziram, respectivamente, em 87%, 53%, 85% e 79%. Entre 1958 e 1968, os casos de poliomielite caíram excepcionais 99,7% (de 200 a 0,5 ao ano) (Rodríguez, 1969, pp. 41-42; CEPAL, 1980, p. 141). Entre as cinco principais causas de morte em Cuba em 1958, estavam a enterite (e outras doenças diarreicas), enfermidades infantis, homicídios, tuberculose e nefrite/nefroze. Em 1976, as causas de morte em Cuba apresentavam os mesmos padrões dos países ditos desenvolvidos, constando em ordem: doenças do coração, tumores, doenças cardiovasculares, gripes/pneumonia e acidentes (CEPAL, 1980, p. 142). A formação de médicos, dentistas e técnicos de saúde se multiplicou por mais de 3 vezes entre 1961 e 1969, atingindo a relação de enfermeiras por médicos de três para um, igual à dos países considerados desenvolvidos (CEPAL, 1980, pp. 127, 134). Entre 1959 e 1968 foram erguidos 20 laboratórios de saúde pública e 40 clínicas odontológicas estatais, antes inexistentes (Rodríguez, 1969, pp. 41-42). No mesmo período de 10 anos, o número de hospitais cresceu 4 vezes (de 57 para mais de 200); o número de leitos hospitalares dobrou (de 21.780 para mais de 40 mil); foram criadas mais de 260 policlínicas (antes inexistentes), orientadas pela nova filosofia da saúde preventiva. A concentração dos hospitais, leitos e médicos na capital foi combatida pela revolução, como um exemplo de política contra a heterogeneidade estrutural, de maneira que, na década de 1960, estes itens apresentaram crescimento mais pronunciado nas áreas de maior risco. Entre 1958 e 1976, o número de leitos hospitalares cresceu em 65,3% em todo o país. Porém, em bases regionais esta expansão buscava reparar os reflexos da heterogeneidade estrutural no sistema de saúde: em Pinar del Río o aumento foi de 161%, em Matanzas de 159%, em Las Villas de

87,9%, em Camaguey de 189% e no Oriente de 179%. Já em Havana, que concentrava 63,3% dos médicos e 61,7% dos leitos do país em 1958, o crescimento no mesmo período foi de apenas 10% (CEPAL, 1980, pp. 123, 139).

Apesar da quantidade ainda insuficiente de hospitais que permaneceu ao menos até 1968, a saúde da população em geral melhorou devido a uma conjunção de políticas de bem estar social, tais como a proliferação de campanhas de vacinação; as campanhas de educação para saúde e erradicação do analfabetismo; o aumento do número de médicos e profissionais da saúde; o atendimento antecipado e preventivo a todas as famílias sem distinção; a melhora dos níveis nutricionais; a produção interna de medicamentos, que aumentou de 7 milhões de pesos em 1957 para 57 milhões de pesos em 1965; as policlínicas (preventivo-curativas) espalhadas em todas as partes do país; o acesso à água potável; as políticas para esporte e lazer, entre outras. Tudo isso fez de Cuba o país com a maior expectativa de vida ao nascer da América Latina, tendo crescido de 69,7 anos em 1960 para 71,2 anos em 1972 (CEPAL, 1980, pp. 142-3).

No que diz respeito à seguridade social, os dados são igualmente enfáticos. Em 1957, mais da metade dos trabalhadores cubanos estava fora do sistema de seguridade. Isso significava que quando mudavam de emprego (o que ocorria com alta frequência e sobretudo no meio rural), os trabalhadores perdiam a aposentadoria acumulada na ocupação anterior. Quando doentes, recebiam nada mais que três dias de salário ao mês e, em casos mais graves, no máximo nove dias ao ano. Em 27 de março de 1963, o governo cubano promulgou uma lei de seguridade social, que se propunha a universalizar sua cobertura. Por isso, os 154 mil beneficiários de 1959 se tornaram 363 mil em 1970 e 554 mil em 1975, representando um crescimento total de 2,5 vezes (CEPAL, 1980, pp. 148-152). Ademais, como visto, foi eliminada a demissão dos funcionários estatais, havendo apenas outras formas de constrangimento no caso de absenteísmo.

No que diz respeito à habitação, Cuba também deu grandes saltos. Segundo o Censo de População e Habitação de 1953, o déficit latente (ou seja, a quantidade de moradias em situação precária de habitabilidade, reconhecido pelo próprio regime de Batista) alcançava 56% das casas participantes do censo, num total de 1,2 milhões. Havia, ao mesmo tempo, 44 mil casas desocupadas na ilha, pertencentes às famílias ricas, proprietárias de mais de

um imóvel. Segundo a CEPAL, entre 1953 e 1958, o crescimento do déficit latente de moradias foi de 28 mil casas ao ano, com o que podemos inferir que já alcançava 812.000 casas em 1959. Com a revolução, a construção civil se tornou um ramo de intensa geração de empregos, e em 15 anos foram construídas 210.476 casas. Muitas delas foram erguidas pelas *microbrigadas*, que em 1971 somavam 205 unidades e organizavam um total de 4.500 trabalhadores. As casas com água encanada, que representavam 55,6% do total no censo de 1953, em 1970 já representavam 66,7%. Na zona rural, em 1953, apenas 45% das casas possuíam banheiros, e este número havia subido para 61% em 1970. Segundo o censo de 1953, 56% das casas possuíam iluminação elétrica, sendo que no campo apenas 8,7%. Em 1970, a iluminação elétrica havia alcançado 67% das casas cubanas, e no mundo rural, subido para 14%, em uma evidente tendência de melhora (CEPAL, 1980, pp. 154-155, 162). O investimento em construção civil triplicou entre 1958 e 1968, sem que houvesse um escoamento de recursos para a especulação imobiliária, como aquele que recheava os cofres de Batista (Rodríguez, 1969, p. 36). Todas estas transformações estruturais, responsáveis pela eliminação da segregação social, lançaram as bases de uma sociedade com um padrão de igualitarismo muito distante dos padrões de segregação social que caracterizam o subdesenvolvimento.

Infraestrutura e desenvolvimento econômico

Apesar do fracasso do “grande salto” de 1970, seria um equívoco ignorar os avanços de infraestrutura promovidos no país entre 1958 e 1968, insuficientes em termos relativos, mas notáveis em termos absolutos. Em 10 anos, foram construídos 5 mil quilômetros de rodovias não canavieiras no país, atingindo um total de 15 mil quilômetros (ou seja, um crescimento de 50%). As ferrovias açucareiras, que somavam 9 mil quilômetros em 1958, atingiram 12 mil quilômetros em 1968 (ampliação de 33%). A capacidade de passageiros das ferrovias se expandiu em 49% entre 1964 e 1968. A frota mercante cubana cresceu de 14 para 49 barcos entre 1958 e 1968, o que representava uma ampliação de 50 mil para 262 mil toneladas de capacidade (isto é, um aumento de 5,24 vezes). A frota aérea cubana

também cresceu significativamente, de 14 aviões em 1960 para 27 em 1967, representando um aumento de capacidade de 140 mil para 500 mil passageiros (ou seja, 3,6 vezes). Tudo isso foi acompanhado por uma mudança no perfil de importação, dando prioridade para o transporte coletivo: entre 1952 e 1957, 71% dos veículos automotores importados pela ilha eram individuais, 19% ônibus e 10% caminhões. Entre 1960 e 1968, este perfil se inverteu: apenas 8% da frota importada eram compostas de automóveis individuais, 54% eram caminhões e 38% ônibus (Rodríguez, 1969, pp. 36, 39-40).

Da mesma forma, ainda que estivessem aquém das metas estipuladas pelas batalhas simultâneas e que tivessem sofrido as graves distorções da safra de 1970, outros ramos da economia cubana apresentaram crescimento importante, seguindo o informe de Carlos Rafael Rodríguez à sessão da CEPAL de 1969. A produção de níquel, por exemplo, havia dobrado entre 1958 e 1968 (de 18 para 37 mil toneladas); o consumo de barras e placas de aço produzidas dentro da ilha para manutenção e reparação também dobrou entre 1956 e 1968. No mesmo período, o setor de cimento se expandiu em 42%, alcançando uma capacidade produtiva de 1,366 milhões de toneladas; a produção de papel duplicou; a produção de vidro cresceu 80%; o consumo de eletricidade se expandiu 85% e a produção de energia se ampliou em 58% (Rodríguez, 1969, pp. 32-33, 41). Esta tendência de expansão produtiva sofreu um impacto brusco em 1970, mas não podemos deixar de considerá-lo significativo para efeito comparativo do desenvolvimento econômico das décadas de 1950 e 1960.

Após o traumático ciclone Flora de outubro de 1963 e o discurso de Fidel Castro sobre a necessidade de aproveitar a violência da natureza para desenvolver o país, o volume das águas represadas apresentaram um extraordinário crescimento de 97% entre 1958 e 1968, totalizando um bilhão de metros cúbicos armazenados. Além da seca de 1962, Cuba atravessara as secas de 1965 e 1967, cujos impactos já puderam ser reduzidos pela ampliação do sistema hidráulico nacional. Os investimentos em construções hidráulicas, que alcançaram 8,7 milhões de pesos em 1963, chegaram a 180 milhões de pesos em 1968 - isto é, um crescimento de 20 vezes.

Em termos de desenvolvimento agropecuário, Rodríguez relatou à CEPAL que a quantidade de maquinaria agrícola e insumos iria quintuplicar na ilha em 1970, na sua

comparação com 1960, meta que provavelmente não foi atingida devido às dificuldades de importação na safra de 1970 relatadas anteriormente. Mais uma vez, porém, a meta era tão ousada que, mesmo não sendo cumprida, proporcionava um crescimento absoluto notável em relação a década de 1950. Planejava-se também a construção de 50 pistas de pouso de avião para fertilizar 75.000 caballerías. O processo de inseminação artificial também evoluiu durante a década de 1960. Em 1964, havia 114 mil fêmeas grávidas, com capacidade de 2 litros de leite ao dia. Já em 1968, Cuba possuía 2 milhões de fêmeas grávidas, com capacidade de 10 litros de leite ao dia. A capacidade pesqueira da ilha também cresceu em termos absolutos: entre 1964 e 1968, foram erguidas 400 novas unidades de pesca, fazendo com que em 1967 a ilha obtivesse quase 63 mil toneladas de peixe, o triplo de 1958 (Rodríguez, 1969, pp. 23, 26-27, 38).

O uso da superfície agrícola cubana também evoluiu significativamente, a partir da ruptura com a finalidade especulativa da terra. Se em 1961, ainda havia 75.000 caballerías ociosas na ilha, como relatou Rodríguez à CEPAL, em 1969, apenas 7.500 caballerías de terras permaneciam sem uso, destacadamente as mais ineficientes (Rodríguez, 1969, p. 26).

A distância entre o crescimento econômico absoluto (positivo) e o desenvolvimento em relação às metas (negativo) pode ser dimensionada a partir de alguns dados sobre a economia cubana nos anos 1980 (Lecuona, 2009, pp.235-6, 244): 75% das peças da indústria açucareira eram produzidas em Cuba; a indústria açucareira apresentava capacidade 15% maior que em 1958; dois terços do corte da cana estavam mecanizados; atingiu-se um rendimento recorde de 64,1 toneladas de cana/hectare³³⁹; havia 20 vezes mais fertilizantes e 20 vezes mais irrigação que em 1958; foi viabilizado o aproveitamento do subproduto do açúcar (rum, papel de bagaço, alimento animal, derivados químicos, etc.). Todos estes dados estavam consideravelmente aquém daquilo que os dirigentes da revolução planejaram, contudo, não deixavam de ser um incremento importante em relação às estatísticas pré-revolucionárias. A grande disparidade, como se vê, ocorria entre a base econômica e o desenvolvimento social igualitário, sendo este financiado pelos mecanismos de auxílio externo e pela política de racionamento.

³³⁹ Lembrando que a meta de rendimento agrícola estabelecida para a safra de 1970 era de 53 toneladas de cana/hectare (Roca, 1971, p. 15).

Apesar das insuficiências técnico-econômicas e da perpetuação da excessiva especialização açucareira, a CEPAL produziu um relatório, ao final da década de 1970, no qual enfatizou a transformação da estrutura agrária cubana no sentido da estratégica superação da *plantation*. Sintetizaram:

No obstante la permanencia de estos rasgos estructurales, el funcionamiento de la economía había variado significativamente como consecuencia de las modificaciones en los patrones de la propiedad y en la forma de organización económica, lo cual había llevado a superar el modelo propio de una economía clásica de *plantación*. En efecto, si bien la industria azucarera seguía constituyendo el sector clave, se habían sentado las bases para que esta operara bajo nuevas técnicas y métodos de organización. Así, la producción cañera modificó su perfil; la actividad se sometió a una creciente mecanización y se introdujeron tanto cepas de mayor productividad, como variedades con distinto periodo de maduración – precoz, medio y tardío -, que permitieran contrarrestar los efectos de una zafra prolongada, mediante la organización tanto geográfica como temporal de la cosecha (1980, p. 173).

Contudo, todo esse engrandecimento econômico de Cuba não teria sido suficiente para, por exemplo, alterar a composição da força de trabalho que, em 1969, ainda era 50% agrícola (Silverman, 1978, p. 174). Correlacionando as exigências postas pelas finalidades da revolução e sua base técnico-econômica, constata-se uma disparidade histórica. A relação entre meios e fins do processo revolucionário cubano será objeto da conclusão deste trabalho.

A racionalidade do possível

Ao desmontar o círculo vicioso da dupla articulação e estabelecer finalidades propriamente nacionais para o desenvolvimento, Cuba se lançou ao desafio de romper com os processos irracionais de acumulação determinantes do subdesenvolvimento. Só a partir desta ruptura,

seria possível criar um sentido democrático e social à sua base econômica. A formação das estruturas adequadas às necessidades da população exigia a definição das novas finalidades orientadoras do desenvolvimento e a integração nacional em torno destas. Esta integração deveria ocorrer em duas dimensões: por um lado, a constituição das bases culturais e dos nexos morais que organizassem a vontade política da coletividade nacional, isto é, disseminassem as finalidades da revolução como valores compartilhados; por outro, a formação de um sistema econômico nacional adequado à sustentação de tais finalidades. Essas tarefas não seriam plenamente possíveis sem a constituição de centros internos efetivamente capazes de tomar decisões sobre os rumos e os ritmos do desenvolvimento nacional.

Florestan Fernandes definiu que a edificação da sociedade socialista dependia destes dois fatores simultâneos e insubstituíveis. De um lado, o desenvolvimento do “homem novo”, a revolução cultural, moral e psicológica orientada pelas novas finalidades do igualitarismo e da soberania nacional. De outro, as forças produtivas, a revolução técnica e econômica, os meios capazes de erguer aquelas finalidades (Fernandes, 2007, p. 219). Pela complexidade de ambas estas tarefas históricas, alertou: “o socialismo revolucionário não gera milagres: o subdesenvolvimento só pode ser suplantado gradualmente” (2007, p. 36).

Fidel Castro estava consciente da necessidade de coordenação destes dois processos da criatividade, técnico-econômico e cultural, quando, no Primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, em 1976, na ocasião de importação do Sistema de Direção e Planificação da Economia da União Soviética e aprovação do cálculo econômico, lembrou a importância dos estímulos morais. Sustentou que o capitalismo, por sua perversidade intrínseca levada ao paroxismo nas periferias do sistema, sempre seria mais eficiente que o socialismo na aplicação de “pressões econômicas”. Era uma evidente ressalva aos modelos libermanistas radicais de concorrência empresarial e busca do lucro, que abandonavam o componente moral da construção socialista em troca da reconstrução do mercado. Discursou Fidel:

Si nos hacemos por un segundo la idea de que nosotros podemos prescindir del trabajo ideológico sobre las masas o podemos prescindir de los estímulos morales, sería un gran error, porque es imposible en absoluto que los mecanismos y estímulos económicos en el socialismo

tengan la eficiencia que tienen en el capitalismo, porque en el capitalismo lo único que funciona es el estímulo y la presión económica a plenitud absoluta: el hambre, el desempleo, etc. Aquí funcionan algunos estímulos económicos bastante restringidos, que se usan como mecanismos para mejorar la eficiencia de la economía, para premiar justamente a los obreros y colectivos de obreros que más aporten a la sociedad con su trabajo... los estímulos morales tienen que ser ampliados, porque en realidad hemos hablado mucho de estímulo moral y hemos dado pocos estímulos morales (apud CEPAL, 1980 p. 28).

Em Cuba, os dois processos da criatividade (cultural e tecnológico), entrelaçados no projeto socialista, estavam condicionados pelas estreitas bases econômicas disponíveis, produto de séculos de exploração colonial e de décadas de subdesenvolvimento, e ainda insuficientes para uma ruptura completa com o passado. Os avanços e limites desta ruptura são plenamente visíveis nas transformações revolucionárias da estrutura agrária.

A estrutura agrária da *plantation* foi modificada em duas dimensões essenciais: em seu regime de propriedade e em seu regime de cultivos. Desde 10 de outubro de 1958, as modificações revolucionárias no regime de propriedade estavam organicamente guiadas pela edificação do igualitarismo e da soberania nacional. A ruptura com o regime de propriedades da *plantation* modernizada atravessou um processo de guerra de classes. Quando os interesses do grande latifúndio nacional e estrangeiro foram formalmente derrotados em 17 de maio de 1959 e o caráter socialista da revolução declarado em 16 de abril de 1961, o regime de propriedades cubano entrou em um novo patamar de reestruturação, que logo desencadeou polêmicas sobre as formas econômicas agrárias da transição. Em 10 de outubro de 1963, uma nova batalha foi vencida contra o capitalismo dependente, e a propriedade privada da terra se reduziu ao campesinato, em grande parte aliado do governo revolucionário. Neste intervalo, muitas polêmicas orientaram o novo regime de propriedade: o pequeno debate agrário (entre cooperativas e granjas estatais); o grande debate (entre o cálculo econômico e o sistema orçamentário) e o debate sobre o campesinato (princípio da voluntariedade). Até que o novo regime de propriedades se completasse e estabilizasse, em 1970, com aproximadamente 85% da superfície da ilha ocupada por propriedades estatais, e 15% por propriedades camponesas. A ruptura com a estrutura latifúndio-minifúndio, um dos pilares da *plantation*, foi completa.

Já o regime de cultivos sofria mais diretamente a influência da inserção econômica internacional. Por conta da estreiteza da base econômica especializada e do limitado horizonte de opções aberto para utilização do excedente, o regime de cultivos da revolução não logrou completar sua ruptura com a *plantation* modernizada. Isto porque a trajetória de transformações do regime de cultivos respondeu diretamente aos distintos momentos da inserção internacional cubana. Diante do bloqueio estadunidense rumou-se para a diversificação territorialmente desorganizada como garantia emergencial de soberania alimentar. Diante do convênio de 1964 com a União Soviética, para a recuperação dos canaviais. A diversificação especializada, projeto que refletia uma autêntica necessidade nacional, teve de ser suplantada pela estratégia exportadora. Era o percurso mais racional entre todas as possibilidades estudadas pelos dirigentes da revolução – isto é, era a racionalidade do possível. Em suma, o regime de cultivos não logrou romper com as determinações dos mercados externos, porque as escolhas a seu respeito refletiam mais diretamente um horizonte de opções estreito, pressionado pelas conjunturas internacionais. A especialização canavieira, este outro pilar da *plantation* modernizada, não foi superado. Como sustentou Florestan Fernandes: “Cuba foi vítima, primeiro, de seu ‘atraso relativo’ e, em seguida, do seu progresso desigual” (2007, p. 61).

Entre 1959 e 1970, a trajetória do excedente refletiu essas contradições. Primeiro, as finalidades da revolução que orientaram a *utilização* do excedente foram determinadas de acordo com as necessidades da população, passo inicial imprescindível para a superação do subdesenvolvimento. Segundo, os modelos de transição socialista e de integração nacional que organizaram os mecanismos de *apropriação* do excedente foram traçados com soberania pelo governo revolucionário, percorrendo polêmicas, adaptações e correções que afetaram diretamente o regime de propriedades agrárias. Terceiro, o regime de cultivos permaneceu especializado, decisão estrutural da esfera da *geração* de excedentes, determinada pela inserção cubana no mundo socialista especificamente tensionado pela Guerra Fria.

Por tudo isso, o fracasso da safra de 1970 representou a frustração do primeiro salto de uma estratégia de desenvolvimento orientada para superar a vulnerabilidade do regime de cultivos e alargar as bases econômicas da ilha, de modo a reduzir a influência da inserção

internacional nas suas estruturas produtivas. Não superada esta vulnerabilidade, fortaleceu-se a determinação externa da estrutura agrária cubana, prolongando indefinidamente a necessidade da especialização. Neste processo, o “modelo cubano” de transição ao socialismo e de integração nacional, em termos econômicos e culturais, tropeçou, o que significa que os mecanismos organizadores da *apropriação* do excedente tiveram que se readequar a tal fracasso: a economia moral deu lugar ao modelo soviético de planejamento. As bases econômicas não se alargaram como o previsto. Ao contrário, suas distorções se agravaram como nunca. E Cuba teve de ingressar ao CAME consciente do estreitamento de seu horizonte de opções.

A adaptação do modelo cubano ao Sistema de Direção e Planificação da Economia da União Soviética entre 1972 e 1976 indica que houve uma ampliação das determinações externas não apenas sobre o processo de *geração* de excedente, mas também sobre os mecanismos de *apropriação* do excedente. Isso porque, frustrada a tentativa de alargar as bases econômicas da ilha em um “grande salto”, ampliadas algumas distorções estruturais, e restringidas as margens de negociação para o financiamento externo, se fez necessário criar uma hierarquia entre as próprias finalidades da revolução. Entre o igualitarismo e a soberania nacional, o governo revolucionário optou por garantir o primeiro em troca da confiança e aceitação dos modelos estrangeiros de transição ao socialismo, flanco no qual até então se havia sustentado a originalidade e autenticidade das experiências nacionais. Se nos anos 1960 a dependência econômica externa coexistiu com um horizonte relativamente alargado de soberania nacional, o mesmo não ocorreu dos anos 1970 em diante. Em 1969, Furtado sintetizou o impasse histórico vivido pela revolução cubana com as seguintes palavras:

A revolução Cubana ainda se encontra na busca por um modelo de organização econômica. Esta busca tendeu a prolongar-se em razão do conflito filosófico, que se encontra na raiz das revoluções socialistas, entre os que supõem que a reconstrução do homem, tarefa prioritária, somente é compatível com a maximização da racionalidade formal no sistema de produção em uma fase avançada do processo, e os que afirmam que nenhuma vitória no plano humano será duradoura se não se amplia substancialmente, desde o início, a base material da sociedade. Parece fora de dúvida, após dez anos de Revolução, que o momento de ampliação da base material da sociedade já não poderá ser postergado por muito tempo. E esse objetivo somente poderá ser alcançado se se dotar o país de um sistema econômico realmente eficaz (1969, p. 352).

Postergar o alargamento da base econômica tinha seu preço. Mas na senda estreita do subdesenvolvimento ao socialismo, seria possível lograr este alargamento de modo imediato? Como mencionou Florestan Fernandes, o socialismo não gerava milagres. É fundamental constatar que a escolha cubana, ao aprofundar a dependência econômica e o fluxo de excedentes decorrente da vantagem geopolítica, sustentou de modo inegociável o igualitarismo, as conquistas sociais, culturais e materiais da revolução. Assim, apesar da absorção dos modelos estrangeiros de organização econômica, da redução relativa da soberania nacional, da permanência da especialização e do padrão agroexportador, Cuba atingiu um patamar de desenvolvimento igualitário sem precedentes na América Latina, manteve-se orientada para as necessidades da população e referenciada por um paradigma civilizatório marcadamente superior ao capitalismo dependente.

Por fim, a permanência dos traços do subdesenvolvimento na ilha encontraria ainda outra determinação, relacionada com a proeminência da vantagem geopolítica no esquema de geração de excedente, que foi sinalizada por Regalado:

Se hace una política social que no se sustenta en la base económica propia. Un país como Cuba, en las condiciones de 1959-1963, no podía simultáneamente hacer todo lo que hizo en educación gratuita para todo el mundo, salud gratuita para todo el mundo, hospitales buenos para todo el mundo, vivienda, elevar a los salarios, bajar los alquileres. ¿Qué cosa le suplía? Dos cosas. Una: ayuda externa daba la sustancia que le permitía construir escuela, hospitales, etc. Y segundo, el problema que estamos viendo hoy, el problema de salarios muy bajos. Como tú no tienes como se financiar, se adoptó conscientemente una política de bajar los salarios. Porque en definitiva, el Estado te está dando la educación, no tienes que pagar de tu salario; el Estado te está dando la salud, no tienes que pagar de tu salario, el Estado te está dando la vivienda en condiciones de concesionario, no tienes que pagar de tu salario. ¿Para qué queda el salario? Bueno, el salario queda para la alimentación y el vestuario, que incluso están bajo libreta de abastecimiento, o sea, hay una restricción. ¿Pero qué pasa? Se prolonga demasiado en el tiempo. Si tú vas a vivir en condiciones de excepción, tú vas a vivir por 5 años o 10 años. Pero de 5 años en 5 años... Entonces cuando se cae la Unión Soviética, uno de los pilares que te permitía mantener sus servicios sociales gratuitos se te cae. Y la otra se te reciente, el salario bajo (2012).

Efetivamente, o impulso externo da geração de excedente ocasionou a perda da percepção objetiva da própria base econômica nacional. Em outras palavras, com o passar dos anos, a sociedade cubana se viu relativamente anestesiada em relação às pressões econômicas imediatas por conta das facilidades obtidas por meio das vantagens geopolíticas, o que, por

um lado, condicionou a continuidade da sua posição agroexportadora, e por outro, amplificou o impacto da queda ocasionada pelo colapso soviético.

Enfim, a adequada correlação entre os dois processos de criatividade para a superação do subdesenvolvimento, isto é, a formação de uma base econômica nacionalmente integrada, organicamente determinada pelas necessidades da população e suficientemente ampla para garantir uma margem de soberania se deparou com alguns obstáculos estruturais intransponíveis. As finalidades do projeto revolucionário, estabelecidas de acordo com estas necessidades, criaram um patamar importante de controle nacional sobre os rumos do desenvolvimento. Contudo, a insuficiência dos meios técnico-econômicos exigiu permanentes adaptações, ajustes e correções dos ritmos deste desenvolvimento, fundamentalmente determinados de fora para dentro pelas conjunturas internacionais. Ademais, a estreiteza da base econômica e os obstáculos ao seu alargamento, contra os quais o país se chocou em 1970, exigiram que se produzissem adaptações relativas das finalidades através de sua hierarquização. Sendo assim, o igualitarismo se tornou o leme inegociável do projeto revolucionário, enquanto a soberania foi relativamente ajustada às exigências do contexto internacional, refletindo diretamente na permanência da especialização agroexportadora da ilha. Conforme os tortuosos caminhos da escolha tecnológica, Cuba foi contornando obstáculos sempre um pouco mais lentamente do que sua própria expectativa, encontrando mais bloqueios do que se podia supor pelo otimismo da vontade. Mesmo em tempos difíceis, permaneceu com controle dos rumos de seu desenvolvimento, cujos ritmos, a rigor, dependiam das condições externas. Permaneceu, acima de tudo, como exemplo da possibilidade concreta de outro paradigma civilizatório, afrontando aqueles que insistem em predizer o fim da história.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

ACOSTA, José, “La estructura agraria y el sector agropecuario al triunfo de la revolución”. In: *Economía y Desarrollo n° 9*, p. 50-82, La Habana, 1972a.

_____, “Las Leyes de reforma agraria en Cuba y el sector privado campesino”. In: *Economía y Desarrollo n° 12*, p. 84-115, La Habana, 1972b.

_____, “Cuba: de la neocolonia a la construcción del socialismo”. *Economía y Desarrollo n° 19*, La Habana, 1973.

AMIN, Samir, *O Desenvolvimento Desigual – ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

ARANDA, Sergio, *La revolución agraria en Cuba*. Mexico: Siglo XXI, 1968.

ÁVILA, Rolando, *Rolando Ávila: entrevista [20 de julho de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. La Habana, 2012.

BARKIN, David; MANITZAS, Nita R. (Org.), *Cuba: Camino Abierto*. México: Siglo XXI, 1978

_____, *David Barkin: entrevista [12 de novembro de 2011]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. Cidade do México D.F., 2011.

_____, *A agricultura, base do desenvolvimento em Cuba*. Portugal: Liber, 1976

BARRIOS, Adelfo Martín, *La ANAP: 25 años de trabajo*. La Habana: Editora Política, 1987.

BELL, José; LÓPEZ, Délia L., CARAN, Tania (Orgs.), *Documentos de la revolución cubana 1959*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008a

_____, *Documentos de la Revolución Cubana 1960*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

_____, *Documentos de la Revolución Cubana 1961*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008b.

_____, *Documentos de la Revolución Cubana 1963*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

BETTELHEIM, Charles, *A Luta de Classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____, “Formas e métodos do planejamento socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas”. In: GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*, São Paulo: Edições Populares, 1982.

BONILLA, Cepero, “El Convenio con la URSS: Cuba ejerce la soberanía nacional”. *Revista INRA n° 3*, La Habana, 1960.

BORREGO, Orlando, *Che, el camino de fuego*. Buenos Aires: Hombre Nuevo, 2002.

BOTI, Regino, “Discurso de Regino Boti en el Primer Fórum de la Reforma Agraria”. La Habana: *Periódico Revolución*, 04/07/1959.

_____, “La reforma agraria y la industrialización”. La Habana: *Periódico Revolución*, 11/07/1959.

_____, “El Plan de la Economía Nacional de Cuba para 1963”. In: BELL, José; LÓPEZ, Délia L., CARAN, Tania (Orgs.), *Documentos de la Revolución Cubana 1963*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2011.

BUKHÁRIN, N., “O partido e o bloco da oposição”. In: *A Nova Política Econômica (NEP) – Capitalismo de Estado, transição e Socialismo*. Bertelli, Antonio (org.). São Paulo: Global, 1987.

_____, “The New Economic Policy of Soviet Russia”. *The new policies of soviet Russia*, Chicago: C.H. Kerr & Co., 1921, pp. 43-64. Acessado na íntegra em 27/11/2012: <http://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1921/07/08.htm>

CASTRO, Fidel; BOTI, Regino; PAZOS, Felipe, *El pensamiento político, económico y social de Fidel Castro*. La Habana: Editorial Lex, 1959.

CASTRO, Fidel, *La historia me absolverá*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

_____. “Discurso de Fidel de clausura del Primer Fórum de la Reforma Agraria – parte 1”. La Habana: *Periódico Revolución*, 13/07/1959.

_____. “Discurso de Fidel de clausura del Primer Fórum de la Reforma Agraria – parte 2”. La Habana: *Periódico Revolución*, 14/07/1959.

_____. *Discurso de Fidel Castro na Segunda Assembleia Nacional do Povo de Cuba*. Havana, 4 de fevereiro de 1962. Acessado na íntegra em 10/4/2013:
<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1962/esp/f040262e.html>

_____. *Discurso de Fidel Castro no ato celebrado na Central Antonio Guiteras*. Las Tunas, 7 de julho de 1965. Acessado na íntegra em 5/3/2013:
<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f070665e.html>

_____. *Discurso de Fidel Castro no ato de entrega de diplomas aos 5.000 trabalhadores mais destacados da V safra do povo*. Santa Clara, 24 de julho de 1965. Acessado na íntegra em 5/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1965/esp/f240765e.html>

_____. *Discurso de Fidel Castro no fechamento do XII Congresso da Central de Trabalhadores Cubanos*. Havana, 29 de agosto de 1966. Acessado na íntegra em 5/3/2013:
<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f290866e.html>

_____. *Discurso de Fidel Castro na comemoração do VI aniversário dos Comitês de Defesa da Revolução*. Praça da Revolução, Havana, 28 de setembro de 1966. Acessado na íntegra em 5/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1966/esp/f280966e.html>

_____. *Autocrítica*. São Paulo: Centro Editorial Latino Americano, 1980.

_____. *Discurso de Fidel Castro no ato de recebimento dos onze pescadores sequestrados, em frente à Embaixada dos Estados Unidos*. Havana, 19 de maio de 1970.

Acessado na íntegra em 7/3/2013:

<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1970/esp/f190570e.html>

_____., *Discurso de Fidel Castro no ata central do Primeiro de Maio*. Havana, 1º de maio de 1971. Acessado na íntegra em 7/3/2013:

<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1971/esp/f010571e.html>

_____., *Discurso de Fidel Castro na comemoração do XX aniversário do ataque ao quartel Moncada*. Santiago de Cuba, 26 de julho de 1973. Acessado na íntegra em 6/3/2013: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1973/esp/f260773e.html>

CASTRO, Raúl, “Discurso de Raúl Castro al inaugurar el Primer Fórum de la Reforma Agraria”. La Habana: *Periódico Revolución*, 29/06/1959.

CEPAL, *Estudio Económico y Social de América Latina y el Caribe*, Santiago de Chile: CEPAL, 1953.

_____., *El desarrollo social de América Latina en la postguerra. Decimo Periodo de Sesiones*. Mar del Plata: CEPAL, 1963.

_____., “La economía cubana en el periodo 1959-1963”. In: *Estudio Económico y Social de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL, 1964.

_____., *Cuba: estilo de desarrollo y políticas sociales*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1980.

CEPAL/FAO, *Problemas y perspectivas de la agricultura Latinoamericana - Documento preparado por la División Agrícola Conjunta CEPAL/FAO*. Mar del Plata: Decimo Periodo de Sesiones, 1963.

CERVANTES, Lourdes, *Lourdes Cervantes: entrevista [19 de julho de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. La Habana, 2012.

CHONCHOL, Jacques, *La reforma agraria cubana - realizaciones y perspectivas. Informe Final de Misión el Gobierno Cubano*. La Habana: FAO, 1961.

_____, “Análisis Crítico de la reforma agraria cubana”. In: *Trimestre Económico* n°117, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1963.

_____, *La reforma agraria cubana - realizaciones y perspectivas. Informe Final de Misión el Gobierno Cubano*. La Habana: FAO, 1961b.

_____, *Jacques Chonchol: entrevista [18 de julho de 2011]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. Santiago do Chile, 2011.

DÍAZ VÁZQUEZ, Julio, *Julio Díaz Vázquez: entrevista [17 de julho de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. La Habana, 2012.

DOBB, Maurice, *El Desarrollo de la Economía Soviética desde 1917*. Madri: Tecnos, 1972.

DUMONT, René, *Cuba: socialism and development*. New York: Grove, 1970.

EDQUIST, Charles, *Capitalism, Socialism and Technology – a comparative study of Cuba and Jamaica*. New Jersey: Zed, 1985.

EMMANUEL, Arghiri, *A Troca Desigual*. Vol 1. Lisboa: Estampa, 1973.

FAO/UN, 1966 *Informe al Gobierno de Cuba sobre los antecedentes del Plan Perspectivo Pesquero, 1966–1970*. Basado en el trabajo de Manuel Achurra Larraín, Asesor Pesquero de la FAO. Rep. FAO/UNDP(TA), (TA 2268), 1966.

FRAGINALS, M. M., *O Engenho – Complexo econômico-social cubano do açúcar*. v. 2, v. 3., São Paulo: Ed. Unesp, 1989.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

_____, *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____, *Prefácio à Nova Economia Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____, *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

_____., “A Superação do Subdesenvolvimento”. In: *Revista Economia e Sociedade*, nº 3. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP, dez/94.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GOBIERNO DE CUBA, *Constitución Cubana de 1940*. Red Ediciones, 2011. <http://books.google.com.br> (último acesso em 6/5/2013)

_____., *El desarrollo industrial de Cuba - Presentado al Simposio Latinoamericano de industrialización*. Santiago de Chile: CEPAL, mar/1966.

GRAY, Lewis C., *History of agriculture in the southern United States to 1860*. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1958.

GUERRA, Ramiro, *Azúcar y Población en las Antillas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1970.

GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*, São Paulo: Edições Populares, 1982a.

_____., “Uma atitude comunista frente ao trabalho”. In: GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*, São Paulo: Edições Populares, 1982b.

_____., “O sistema orçamentário de financiamento”. In: GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*, São Paulo: Edições Populares, 1982c.

_____., *Punta del Este. Proyecto Alternativo de desarrollo para América Latina*. Nova York/La Habana: Ocean Press/Centro de Estudios Che Guevara, 2003.

_____., *El Gran Debate sobre la economía cubana 1963-1964*. New York: Ocean Press, 2006.

_____., *Che Guevara Presente: Antología Mínima*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales/Ocean Sur/Centro de Estudios Che Guevara, 2011a.

_____., “Crear dos, tres, muchos Vietnam – Mensaje a la Tricontinental”. In: *Che Guevara Presente: Antología Mínima*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales/Ocean Sur/Centro de Estudios Che Guevara, 2011b.

_____., “El socialismo y el hombre en Cuba”. In: *Che Guevara Presente: Antología Mínima*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, Ocean Sur, Centro de Estudios Che Guevara, 2011c.

GUTELMAN, Michel, *A agricultura socializada em Cuba*. Trad.: Maria Angela Morais. Lisboa: Prelo, 1975.

HEREDIA, Fernando Martinez, “La 3ª Ley de la Sierra Maestra y la política agraria del Ejército Rebelde”. In: *Economía y Desarrollo n° 49*, La Habana, 1978.

_____., *La crítica en tiempo de Revolución. Antología de textos de Pensamiento Crítico*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2010.

HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos, o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

HUBERMAN, Leo; SWEEZY, Paul M., *Cuba: anatomia de uma revolução*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

INRA, *Cooperativas Cañeras: Orientación y Reglamento*. La Habana: INRA, 03/05/1960.

JIMENEZ, Guillermo, *Las empresas en Cuba, 1958*. Miami, Ediciones Universal, 2000.

JIMENEZ, Reynaldo. *Reynaldo Jimenez: entrevista [10 de julho de 2012]*, Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos, La Habana, 2012.

JUCEPLAN, *Boletín Estadístico de 1970*. La Habana: JUCEPLAN, 1971.

_____., *Boletín Estadístico de 1971*. La Habana: JUCEPLAN, 1972.

LE RIVEREND, Julio, *Historia Económica de Cuba*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1972.

LECUONA, Oscar Zanetti, *Economía Azucarera en Cuba*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

- LÊNIN, Vladimir, *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1991.
- _____., “The Tax in Kind”. In: Lênin’s *Collected Works*, 1st English Edition, Progress Publishers, Moscow, Volume 32, 1965. Acessado na íntegra em 23/12/2012: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/apr/21.htm>
- LOBAINA, Esther O., *Teoría y Práctica en el Proceso Revolucionario Cubano 1959-1960*. Inédito.
- _____., *Las transformaciones políticas y económicas en Cuba 1959-1961*. Inédito.
- _____., *Esther Lobaina: entrevista [9 de Julho de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. La Habana, 2012.
- LÓPEZ, Fernando Charadán, *La Industria Azucarera en Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.
- LOWY, Michael, *O pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- LUKÁCS, George. *História e Consciência de Classe*. Trad.: Rodnei Nascimento. Ed. Martins Fontes, São Paulo 2003.
- MANDEL, Ernest, “O debate econômico em Cuba durante o período de 1963-1964”. In: GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*, São Paulo: Edições Populares, 1982a.
- _____., “As categorias mercantis no período de transição”. In: GUEVARA, Ernesto, *Textos Econômicos para a transformação do socialismo*, São Paulo: Edições Populares, 1982b.
- MAO JUNIOR, José Rodrigues, *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)*. São Paulo: Núcleo de Estudos d’O Capital, 2007.
- MARTÍ, José, *Nuestra America*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005.
- MASSARI, Roberto, *Che Guevara: pensamiento y política de la utopía*. Navarra: Txalaparta, 2007.

MARX, Karl, *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I, *O Processo de Produção do Capital*. Vol.1 e Vol. 2, Trad: Reginaldo Sant'Anna, Ed. Civilização Brasileira, 23ª ed., Rio de Janeiro, 2006.

_____. “Crítica ao Programa de Gotha”. In: ANTUNES, R. (Org.), *A Dialética do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *A Nacionalização da Terra*. In: *Obras Escolhidas*. Tradução do inglês.: José Barata-Moura. Lisboa/Moscou: Progresso/Editorial Avante!, 1982. Acessado na íntegra em 23/12/2012: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>

_____.; ENGELS, Friedrich, *A Ideologia Alemã*. Trad.: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Calvini Martolano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

MESA-LAGO, Carmelo, “Cuba: teoria y práctica de los incentivos”. In: *Latin American Studies* nº 7, Occasional Papers, June/1971.

MILLS, Wright, *A verdade sobre Cuba*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

NOYOLA, Juan, *La economía cubana en los primeros años de la revolución y otros ensayos*. Mexico, D.F.: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. “La revolución cubana y sus efectos en el desarrollo económico”. In: *El Trimestre Económico* nº III, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

NUÑEZ JIMENEZ, Antonio, *La Reforma Agraria en Cuba*. Disertación en la Academia de Ciencias de Cuba, La Habana, 17/05/1966.

PADRINO, Ramón Hernandez (org.), *Leyes Agrarias Revolucionarias Promulgadas en 1959*. La Habana: INRA, 1960

PERICÁS, Luiz Bernardo, *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004.

PINO-SANTOS, Oscar, *Cuba: Historia y Economía*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

_____, “Discurso de Pino-Santos en el Primer Fórum de la Reforma Agraria”. La Habana: *Periódico Revolución*, 02/07/1959.

_____, “Raíz, estructura y ritmo de la reforma agraria cubana”. *Revista INRA n° 1*, La Habana, 1960.

PINTO, Aníbal, “Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente”. In: Serra, J. (Coord.) *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PRADO JUNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____, *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____, *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PREBISCH, Raúl, “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”. In: *Desarrollo Económico*, vol. 26, n°103 (Oct.-Dez., 1986), p.479-502. Buenos Aires: IDES, 1986.

PREOBRAJENSKI, Eugenio, *A Nova Econômica*. Trad.: Leôncio Martins Rodrigues. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAMOS, Pedro, “Os mercados de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno”. In: *Revista Economia Aplicada*, São Paulo, V. II, N.4, p. 559-585, out-dez/2007.

REGALADO, Antero, *Las luchas campesinas en Cuba*. La Habana: Editorial ORBE, 1979.

REGALADO, Roberto, *Roberto Regalado: entrevista [13 de julho de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. La Habana, 2012.

RODRÍGUEZ, Carlos Rafael, “Cuatro años de reforma agraria”. In: *Cuba Socialista* n° 21, maio de 1963a.

_____, “El nuevo camino de la agricultura cubana”, In: *Cuba Socialista* n° 27, outubro de 1963b.

_____, “La revolución cubana y el campesinado”, In: *Cuba Socialista* n° 53, janeiro de 1966.

_____, *Letra con Filo*. Tomos I y II. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

_____, *Cuba en el tránsito al socialismo (1959-1963)*. Ciudad de México: Siglo XXI, 1978.

_____, *Cuba: ejemplo de América*. Lima: Fondo de Cultura Popular, 1969.

_____, *Seis meses de producción agropecuaria estatal. Conclusiones formuladas en el Consejo Ampliado dedicado a análisis de la producción agropecuaria en el primer semestre de 1964*. La Habana: INRA, 1964.

RODRÍGUEZ GARCÍA, José Luis, *Dos ensayos sobre la economía cubana*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1984.

_____, *Estrategia del Desarrollo económico en Cuba*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1987.

RODRÍGUEZ, Octavio, *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ROCA, Sergio, “Cuban economic policy and ideology: the ten million ton sugar harvest”. In: *International Studies Series* n° 4. London: Sage Publications, 1976.

ROMEO, Carlos, “Acerca del desarrollo económico”. In: *Cuba Socialista* n° 52, La Habana, ago./1965.

SAMPAIO JR, P.S.A., “O impasse da ‘formação nacional’”. In: FIORI, J.L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVERMAN, Bertram, “Organización económica y conciencia social: algunos dilemas”. In: BARKIN, David; MANITZAS, Nita R. (Org.), *Cuba: Camino Abierto*. México: Siglo XXI, 1978.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Adrián Sotelo Valencia: entrevista [7 de noviembre de 2011]*, Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos, Cidade do México D.F., 2011.

TRAVIESO, Julio, *Julio Travieso: entrevista [17 de julho de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. La Habana, 2012.

VALDÉS PAZ, Juan, *Los Procesos de Organización Agraria en Cuba, 1959-2006*. La Habana: Fundación Antonio Nuñez Jimenez, 2009.

_____, *Procesos Agrarios en Cuba 1959-1995*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

_____, *Juan Valdés Paz: entrevista [16 de julho de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. La Habana, 2012.

_____; DÍAZ VÁSQUEZ, Julio A.; DÍAZ, Selma, “La Zafra de los diez millones: una mirada retrospectiva”. In: *Revista Temas n.72*, La Habana, Oct-Dec/2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIRRE, Gustavo, “La mayor producción de nuestra historia”. *Revista INRA n° 2*, La Habana, 1961.

_____, “Cooperativas Cañeras: erradicando el monocultivo”. *Revista INRA n° 11*, La Habana, 1960.

AGUIRRE, Severo, “La aplicación de la Ley de la reforma agraria en la industria azucarera”. In: *Fundamentos n° 164*, p. 72-76, La Habana, 1960.

_____, “Sobre las cooperativas agrícolas”. In: *Fundamentos n° ?*, p. 77-87, La Habana, 1959.

ARIAS, Santiago Cardosa, “Y fue ‘zafra’ en tiempo muerto”. *Revista INRA n° 8*, La Habana, 1960.

_____, “Nicaro! Nicaro! Nicaro! Aquí, Moa! Adelante!” , *Revista INRA n° 7*, La Habana, 1961.

AVALOS, Arturo Acevedo, “Un pueblo más, un latifundio menos”. *Revista INRA n° 8*, La Habana, 1960.

BRIVERS, Ivars, *Ivars Brivers : entrevista [19 de maio de 2012]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos. São Petersburgo, 2012.

CEPAL, *Los recursos naturales en América Latina, su conocimiento actual e investigaciones necesarias en este campo. II. El agua*. Mar del Plata: Decimo Periodo de Sesiones, 1963b.

_____, *El desarrollo social de América Latina en la postguerra*. Mar del Plata: Decimo Periodo de Sesiones, 1963c.

_____., *Los recursos naturales en América Latina, su conocimiento actual e investigaciones necesarias en este campo*. Mar del Plata: Decimo Periodo de Sesiones, 1963d.

_____., *Situación Económica de América Latina*. Mar del Plata: Decimo Periodo de Sesiones, 1963e.

_____., *Acontecimientos y tendencias recientes en el intercambio de America Latina con la Comunidad Europea - Documento preparado por la Secretaria Ejecutiva*. Santiago de Chile, 1962.

_____., *Economic Survey in Latin America, 1959*. CEPAL: Santiago de Chile, Junho de 1960.

GARCÍA-HERNANDEZ, Adrian, “Sartre: un amigo de la revolución cubana”. *Revista INRA n° 4*, La Habana, 1960.

INRA, “Avanza nuestra economía socialista: Discursos de la primera reunión nacional de producción”. *Revista INRA n° 9*, La Habana, 1961a.

_____., “Unidos el pueblo y sus líderes en la gran tarea de producir”. *Revista INRA n° 3*, La Habana, 1961b.

_____., “Las tiendas del pueblo”. *Revista INRA n° 3*, La Habana, 1960c.

_____., “Entregan 279 títulos: la tierra para el que la trabaja”. *Revista INRA n° 7*, La Habana, 1960d.

_____., “Criminal Incendio de la Caña”. *Revista INRA n° 2*, La Habana, 1960e.

LEANTE, Cesar, “Una Zafra distinta”. *Revista INRA n° 2*, La Habana, 1960.

MACIAS, Hiram, “La reforma agraria y el hombre: en un campo distinto, un campesino distinto”. *Revista INRA n° 5*, La Habana, 1960.

MARANTE, Eduardo del Llano, “La primera ley de reforma agraria: rasgos y características”. In: *Cuba Socialista n° 40*, p. 1-20, La Habana, 1989.

MEDINA, Waldo, “Adiós a la aparcería”. *Revista INRA n° 3*, La Habana, 1960.

MIRET, Pedro, “Así cumple con el pueblo el gobierno revolucionario la campaña de las semillas”. *Revista INRA n° 4*, La Habana, 1960.

NUÑEZ JIMENEZ, Antonio, “El rostro del latifundio”. *Revista INRA n° 1*, La Habana, 1960.

_____, “Un año de la reforma agraria”. *Revista INRA n° 5*, La Habana, 1960.

OJEDA, Fabio, “Mayor Producción, Más consumo y menores precios”. *Revista INRA n° 4*, La Habana, 1960.

PIÑEIRO, Andres, V., “La economía cubana en 1960”. *Revista INRA n° 11*, La Habana, 1960.

RODRÍGUEZ, Mario Ciria, “Fabrican en Cuba miles de piezas de repuesto”. *Revista INRA n° 11*, La Habana, 1961.

SOTOMAYOR, Octavio, *Octavio Sotomayor: entrevista [19 de agosto de 2011]*. Entrevistadora: Joana Salém Vasconcelos, Santiago de Chile, 2011.